ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 134

Brasília - DF, sexta-feira, 13 de julho de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo ... 1
Atos do Senado Federal ... 2
Presidência da República ... 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 9
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 22
Ministério da Cultura ... 24
Ministério da Defesa ... 27
Ministério da Educação ... 29
Ministério da Fazenda ... 34
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 46
Ministério da Integração Nacional ... 47
Ministério da Justiça ... 47
Ministério da Saúde ... 50
Ministério das Cidades ... 84
Ministério de Minas e Energia ... 91
Ministério do Desenvolvimento Social ... 93
Ministério do Esporte ... 94
Ministério do Meio Ambiente ... 95
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 96
Ministério do Trabalho ... 96
Ministério dos Direitos Humanos ... 97
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 98
Ministério Extraordinário da Segurança Pública ... 102
Ministério Público da União ... 103
Tribunal de Contas da União ... 105
Poder Judiciário ... 179
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 179

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.695, DE 12 DE JULHO DE 2018

Regulamenta a profissão de corretor de moda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício da profissão de corretor de moda regula-se por esta Lei.

Art. 2º O corretor de moda terá que comprovar os seguintes requisitos, cumulativamente, para o exercício da profissão:

I - possuir diploma de conclusão do ensino médio;

II - possuir diploma de conclusão de curso específico para formação de corretor de moda.

Parágrafo único. O exercício da profissão é assegurado às pessoas que, independentemente do disposto nos incisos I e II, comprovarem o exercício efetivo como corretor de moda no período de até um ano antes da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Grace Maria Fernandes Mendonça

LEI Nº 13.696, DE 12 DE JULHO DE 2018

Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa.

Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita observará, no que couber, princípios e diretrizes de planos nacionais estruturantes, especialmente do:

I - Plano Nacional de Educação (PNE);

II - Plano Nacional de Cultura (PNC);

III - Plano Plurianual da União (PPA).

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;

II - fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;

III - valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;

IV - desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;

V - promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;

VI - fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;

VII - incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;

VIII - promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;

IX - incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC;

X - incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita, será elaborado, a cada decênio, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estabelecerá metas e ações, nos termos de regulamento.

§ 1º O PNLL será elaborado nos 6 (seis) primeiros meses de mandato do chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte.

§ 2º O PNLL será elaborado em conjunto pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação de forma participativa, assegurada a manifestação do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e de representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado.

§ 3º O PNLL deverá viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados internacionais que visem a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a obras literárias.

Art. 5º O Prêmio Viva Leitura será concedido no âmbito da Política Nacional de Leitura e Escrita com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas, nos termos de regulamento.

Art. 6º Ato conjunto do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Rossieli Soares da Silva
Sérgio Henrique Sá Leitão Filho
Gustavo do Vale Rocha

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 19, DE 2018

Autoriza a concessão de garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito externo a ser contratada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a concessão de garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito externo a ser contratada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

§ 1º Os recursos da operação de crédito de que trata o **caput** destinam-se a financiar parcialmente o "Programa Inovar como Indutora do Crescimento Brasileiro em Setores Estratégicos - Programa Inovar para Crescer".

§ 2º Previamente à assinatura do contrato de garantia, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência da Finep quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - modalidade: Mecanismo de Financiamento Flexível;

VI - prazo de desembolsos: o prazo original de desembolsos será de 5 (cinco) anos, contado a partir da data de entrada em vigor do contrato, sendo que qualquer prorrogação do prazo original de desembolsos deverá contar com a anuência do garantidor;

VII - cronograma estimativo de desembolsos: US$ 104.420.000,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, US$ 162.200.000,00 (cento e sessenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US$ 158.960.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US$ 87.210.000,00 (oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020 e US$ 87.210.000,00 (oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

VIII - amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira em até 66 (sessenta e seis) meses e a última em até 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato;

IX - juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual baseada na **Libor** para cada trimestre mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do credor, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

X - conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

XI - comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato;

XII - despesas com inspeção e supervisão gerais: em determinado semestre, até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de julho de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 393, de 12 de julho de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Transparência e Controladoria-Geral da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 390.001.903,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 394, de 12 de julho de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.695, de 12 de julho de 2018.

Nº 395, de 12 de julho de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 1.132, DE 6 DE JULHO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, e:

Considerando o Decreto n° 7.133, de 19 de março de 2010, que regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho.

Considerando a Portaria MDA n° 26, de 27 de abril de 2012, publicada no DOU no dia 30 de abril de 2012 e suas retificações, que regulamenta os critérios e procedimentos específicos para a avaliação de desempenho institucional e individual para fins de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividades de Reforma Agrária - GDARA e da Gratificação de Desempenho da Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA.

Considerando a metodologia para definição de indicadores e de Metas Intermediárias para avaliação de desempenho institucional apresentado pela Diretoria de Gestão Estratégica constante no processo SEI nº 54000.055256/2018-11, bem como a pactuação de metas realizada com as Unidades de Avaliação através do processo SEI nº 54000.082059/2018-74 resolve, **ad referendum** do Conselho Diretor:

Art. 1º Aprovar os Indicadores e Metas Intermediárias para a Avaliação Institucional do ciclo 2018/2019, de cada Unidade de Avaliação, referente ao período compreendido entre 1º de maio de 2018 e 30 de abril de 2019.

Art. 2º Determinar que pontuação a ser atribuída aos servidores a título de avaliação institucional será dará pela soma da pontuação obtida no cumprimento das metas institucionais globais até 56 (cinquenta e seis) pontos com a pontuação obtida no cumprimento das metas institucionais intermediárias até 24 (vinte e quatro) pontos, conforme intervalos constantes no art. 12 da Portaria MDA nº 23 de 27 de abril de 2012, guardadas as devidas proporções.

Art. 3º Determinar que as Diretorias, Gabinete da Presidência, Auditoria Interna, Procuradoria Federal Especializada, Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e a Unidade Avançada Especial de Altamira, sejam avaliados pelo percentual de cumprimento das metas globais.

Art. 4º Determinar que a Superintendência Regional da Paraíba- SR-18/PB, Superintendência Regional de Sergipe- SR-23/SE, Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno - SR-28/DFE e Superintendência Regional do Médio São Francisco - SR-29/MSF sejam avaliadas pelos valores mínimos sugeridos pela Diretoria de Gestão Estratégica, conforme a já mencionada metodologia.

Art. 5º Determinar a publicação das Metas Intermediárias no Boletim de Serviço do INCRA e na Incranet.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

PORTARIA Nº 1.153, DE 11 DE JULHO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, e as alterações aprovadas pelo Decreto n° 9.281, de 07 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 28, de 08 de fevereiro de 2018, e;

Considerando a necessidade de qualificar os dados, as informações e os estudos fundiários, de modo a retratar com a máxima fidedignidade a evolução e a realidade agrária brasileira e sua interface com o desenvolvimento regional e nacional;

Considerando a necessidade de a Autarquia propor estudos cientificamente embasados acerca do meio rural brasileiro, uma vez que é cotidianamente demandada nesse sentido;

Considerando a necessidade de subsidiar, com dados e informações devidamente qualificados, a formulação das políticas públicas direcionadas a reforma agrária, agricultura familiar e ao meio rural como um todo;

Considerando a necessidade de ampliar as atribuições do atual NEEC, vinculado a esta DF;

Considerando a necessidade de dar continuidade aos trabalhos de desenvolvimento e implementação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR - Lei nº 10.267/2001, atividade na qual o atual NEEC tem expressiva participação.

Considerando ainda que este NEEC vem desenvolvendo as atribuições constantes do Art. 69, incisos X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XIX, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N° 49, de 31 de janeiro de 2017.

Considerando a Instrução Normativa nº 77, de 23 de agosto de 2013, que regulamenta o Sistema de Gestão Fundiária - Sigef para realização do procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 197.

Considerando a Instrução Normativa nº 77, de 23 de agosto de 2013, que institui o Comitê Nacional de Certificação e Credenciamento e os Comitês Regionais de Certificação serão responsáveis pela gestão das atividades relacionadas ao procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóvel rural.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a necessidade de realização de auditoria referente as parcelas certificadas através do Sigef, bem como, o desenvolvimento das ações de gestão da certificação vinculada aos requerimentos de cancelamento, desmembramento, retificação, análise de sobreposição e registro;

Considerando o investimento realizado pelo Incra na aquisição de aeronaves remotamente pilotadas - VANT/RPAS, visando oferecer suporte e apoio técnico as ações de parcelamento, demarcação e titulação de lotes dos Projetos de Assentamento, bem como, apoiar ações de vistoria para obtenção de terras, regularização ambiental, regularização fundiária e conflitos agrários;

Considerando o aumento significativo das demandas para regularização de imóveis da malha fundiária, no âmbito dos estados fora da Amazônia Legal;

Considerando a implantação no INCRA do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, que permite o gerenciamento eletrônico de documentos nas instruções processuais e o cumprimento das metas e ações supracitadas, resolve:

Art. 1º Criar no ambiente do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, as seguintes unidades virtuais:

§ 1º Núcleo de Estudos Estatísticos Cadastrais - NEEC, no âmbito do Incra/Sede, vinculado Coordenação Geral de Cadastro - DFC;

§ 2º Comitê Nacional de Certificação e Credenciamento - CNC, no âmbito do Incra/Sede, vinculado a Divisão de Geomensura - DFG 1;

§ 3º Comitê Regional de Certificação - CRC (SR-XX), no âmbito das superintendências regionais do Incra, vinculado ao Serviço de Cartografia SR-XX/F2;

§ 4º Grupo de Trabalho Vant - GTVant, no âmbito do Incra/Sede, vinculado a Divisão de Geomensura - DFG 1;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 996, DE 14 DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do Art. 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/n° 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU n° 23, de 1° de fevereiro de 2017, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante notificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P/n° 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA, resolve:

Art. 1° Reconhecer 45 (quarenta e cinco) famílias do Território Quilombola Aroeira, código SIPRA RN 0322000, localizado no município de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2° O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no art. 20 da Lei n° 8.629/93.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ LEONARDO GUEDES BEZERRA

PORTARIA Nº 1.050, DE 21 DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SR(19)RN, nomeado através da Portaria INCRA/P n. 451, de 18 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, pág. 2, de 19 de julho de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 115, VII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA/P n. 338, de 9 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 21, de 13 de março de 2018, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante notificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P/n° 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA, resolve:

Art. 1º Reconhecer 45 (quarenta e cinco) famílias do Território Quilombola Jatobá, código SIPRA RN 0323000, localizado no município de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no art. 20 da Lei n° 8.629/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ LEONARDO GUEDES BEZERRA

PORTARIA Nº 1.053, DE 21 DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SR(19)RN, nomeado através da Portaria INCRA/P n. 451, de 18 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, pág. 2, de 19 de julho de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 115, VII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA/P n. 338, de 9 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 21, de 13 de março de 2018, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante notificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P/n° 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA, resolve:

Art. 1º Reconhecer 36 (trinta e seis) famílias do Território Quilombola Boa Vista dos Negros, código SIPRA RN 0325000, localizado no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no art. 20 da Lei n° 8.629/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ LEONARDO GUEDES BEZERRA

PORTARIA Nº 1.054, DE 21 DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SR(19)RN, nomeado através da Portaria INCRA/P n. 451, de 18 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, pág. 2, de 19 de julho de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 115, VII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA/P n. 338, de 9 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 21, de 13 de março de 2018, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante notificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P/n° 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA, resolve:

Art. 1º Reconhecer 47 (quarenta e sete) famílias do Território Quilombola Acauã, código SIPRA RN 0324000, localizado no município de Poço Branco, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no art. 20 da Lei nº 8.629/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ LEONARDO GUEDES BEZERRA

PORTARIA Nº 1.064, DE 25 DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SR(19)RN, nomeado através da Portaria INCRA/P n. 451, de 18 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, pág. 2, de 19 de julho de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 115, VII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA/P n. 338, de 9 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 21, de 13 de março de 2018, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante notificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P/n° 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA, resolve:

Art. 1º Reconhecer 35 (trinta e cinco) famílias do Território Quilombola Pavilhão, código SIPRA RN 0321000, localizado no município de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no art. 20 da Lei n° 8.629/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ LEONARDO GUEDES BEZERRA

PORTARIA Nº 1.065, DE 25 DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SR(19)RN, nomeado através da Portaria INCRA/P n. 451, de 18 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, pág. 2, de 19 de julho de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 115, VII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA/P n. 338, de 9 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 21, de 13 de março de 2018, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante notificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P/n° 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA, resolve:

Art. 1º Reconhecer 232 (duzentos e trinta e duas) famílias do Território Quilombola Capoeiras, código SIPRA RN 0326000, localizado no município de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2° O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no art. 20 da Lei n° 8.629/93.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ LEONARDO GUEDES BEZERRA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.008967/2018-49
Interessado: AR A1 CERTIFICAÇÃO
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR A1 CERTIFICAÇÃO, CNPJ: 27.382.004/0001-38, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: AV. PROFESSOR FERNANDO SAO PAULO Nº 410 -TERREO SALA 01, BAIRRO PONTO CENTRAL CEP 44075-045 - FEIRA DE SANTANA / BA.

Processo nº 00100.008432/2018-78
Interessado: AR FALCONTAS
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR FALCONTAS ASSESSORIA CONTÁBIL, CNPJ: 20.765.089/0001-94, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Dr. NILO ROMERO Nº 304 - BAIRRO CENTRO CEP 49.400-000 - LAGARTO / SE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 00100.008711/2018-31
Interessado: AR J F CERTIFICADORA DIGITAL

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR J F CERTIFICADORA DIGITAL, CNPJ: 28.881.745.0001-26, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: RUA CINCO DE ABRIL Nº 990 - CASA B SALA 01 BAIRRO VELHA MARABÁ CEP 68.500-040 - MARABÁ / PA.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 12 DE JULHO DE 2018

Suspende medida antidumping definitiva aplicada e o compromisso de preço homologado, sobre as importações brasileiras de sal grosso, originárias da República do Chile, de que trata a Resolução nº 74, de 31 de agosto de 2017, da Câmara de Comércio Exterior.

O PRESIDENTE DO COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, com fundamento no art. 4°, § 3º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, torna público que o **CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR,** em sua 117ª reunião, realizada em 11 de julho de 2018, no uso das atribuições conferidas pelo art. 6º da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, o art. 2º, inciso XV, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, o art. 73, § 3º, do Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995, e considerando o que consta dos autos do Processo SEI 52002.100082/2018-11, resolveu:

Art. 1º Fica encerrada a avaliação de interesse público relativa ao direito antidumping definitivo aplicado e o compromisso de preço homologado às importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética), originárias da República do Chile, comumente classificadas no item 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, referido pela Resolução nº 74, de 31 de agosto de 2017, da Câmara de Comércio Exterior.

Art. 2º Fica suspenso por até um ano, prorrogável uma única vez por igual período, a exigibilidade do direito antidumping e do compromisso de preço homologado mencionados no art. 1º, em razão de interesse público.

Art. 3º Passam a ser públicos os fatos que justificaram a decisão conforme o anexo desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

ANEXO

I - Introdução

Trata-se de processo de avaliação de interesse público referente à prorrogação de direito antidumping definitivo sobre as importações de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética), comumente classificados no item 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, que serão considerados aqui como produtos afetados, originárias da República do Chile.

Essas importações sofrem incidência de medida antidumping com alíquota *ad valorem* equivalente a 35,4%, conforme os termos da Resolução Camex nº 61, de 6 de setembro de 2011. As compras realizadas a partir do produtor K+S Chile S.A., por sua vez, não estão sujeitas à medida antidumping, porém devem obedecer à política de preço mínimo (em razão de compromisso de preços), atualmente estabelecido em US$ 31,47/t na condição CFR (*Cost and Freight*), nos termos do Anexo I da Resolução Camex nº 74, de 30 de agosto de 2017.

O processo de avaliação de interesse público foi instaurado pela Resolução Camex nº 73, de 30 de agosto de 2017, e a medida antidumping em questão foi originalmente aplicada pela Resolução Camex nº 61/2011 e prorrogada pela Resolução Camex nº 74, de 30 de agosto de 2017.

II - Aspectos de interesse público considerados

1. Da Avaliação de Interesse Público

O processo de avaliação de interesse público foi iniciado a pedido do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior, que considerou o disposto na Resolução CAMEX nº 13, de 29 de fevereiro de 2012, e na Resolução CAMEX no 29, de 7 de abril de 2017, e o que consta na Nota Técnica nº 28/2017/SAIN-MF-DF, de 16 de agosto de 2017, e na Nota Técnica nº 105/2017-COGCR/SUCON/SEAE/MF, de 18 de agosto de 2017.

Foram elencados os seguintes elementos:

a. a Unipar, <CONFIDENCIAL>, pois seu processo produtivo utiliza o sal de mina com menor nível de impurezas que o sal marinho brasileiro. Assim, a medida de defesa comercial <CONFIDENCIAL>;

b. a empresa Salinas do Nordeste S.A. (Salinor), peticionária da renovação da medida antidumping para o sal, é uma das diversas empresas condenadas pelo CADE por formação de cartel com danos à ordem econômica;

c. a NT 28/2017 SAIN/MF chamou a atenção para o fato de que o Departamento de Defesa Comercial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (DECOM/MDIC), entendeu não ser de sua competência analisar a prática de cartel.

d. a análise da estrutura concorrencial (existente na condenação por infração econômica pela área técnica do CADE) e da adequação das propostas de defesa comercial às políticas vigentes devem ser feitas pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público, baseado no§ 1º da Resolução Camex nº 29/2017; e

e. a SAIN/MF também ressaltou, em sua NT que a renovação da medida antidumping restringirá a única empresa importadora capaz de entrar no mercado brasileiro e por sua vez trará como consequência o aumento do poder de mercado das empresas condenadas pelo CADE por formação de cartel.

f. atualmente há uma única importadora de sal do Chile, a Unipar, que alega ser necessário o uso deste tipo de sal devido a suas características (como o menor grau de impureza). Para esta empresa usar o sal marinho brasileiro teria que realizar investimentos vultosos;

g. a medida antidumping ao restringir a oferta de produto de origem externa acarreta ineficiência alocativa na cadeia a jusante de sal grosso. Ademais, está infringindo recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao limitar o leque de escolha por parte dos consumidores, e assim provoca maiores custos à indústria doméstica a jusante além de comprometer a promoção da concorrência;

h. a renovação da medida gera assimetria na concorrência, pois aumenta os custos relativos do sal chileno em relação ao sal brasileiro, gerando custos para a empresa usuária do sal chileno além de inibir outras empresas a utilizarem este sal devido à interferência no seu preço relativo;

i. a medida impacta negativamente o bem-estar dos consumidores à jusante nesse segmento econômico, como os consumidores de cloro e seus derivados e de soda cáustica e derivados, que somam um número bastante elevado, tomando como exemplo a <CONFIDENCIAL> para o tratamento de água <CONFIDENCIAL>;

j. a assimetria na concorrência entre o sal nacional e o importado devido ao Convênio de Transporte Marítimo, entre o Brasil e o Chile, vigente até 2020, pois restringe a oferta nas condições de transporte entre estes países e como consequência altera os custos de importação do sal chileno;

k. a assimetria tributária decorrente de tributação diferenciada de ICMS para o sal do Rio Grande do Norte, beneficiando apenas o sal desta região;

l. a importação é considerada como uma medida para combater o exercício do poder de mercado. Com a renovação do antidumping, essa medida fica prejudicada e assim poderá haver um aumento da probabilidade do exercício de poder de mercado pelos "players" que têm atuado coordenadamente na oferta do sal grosso no Brasil. As importações sem entraves, como medidas antidumping, são fundamentais para contestar o potencial exercício de poder de mercado pelos "players" condenados no processo do CADE.

2. Do procedimento de Avaliação

Para a avaliação do processo, foram consultados a peticionária da medida de defesa comercial aplicada, produtores e usuários do sal grosso e consumidor afetado pela medida.

Dessa forma, a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda - Sain/MF,Sain, no exercício da Secretaria do Grupo Técnico de Avaliação em Interesse Público - GTIP, buscou informações capazes de subsidiar a avaliação de interesse público com as empresas produtoras: Salinor (peticionária do Direito Antidumping Definitivo - DAD), a Salina Diamante Branco Ltda. (SDB), a Braskem S/A, a Dow Química do Nordeste Ltda., a Henrique Lage Salineira do Nordeste S/A; A Associação Brasileira dos extratores e Refinadores de sal (Abersal); e comas empresas consumidoras: Unipar Carbocloro S.A. (Unipar), e a Refisa Indústria e Comércio Ltda. e a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Sabesp), consumidor afetado pela medida.

Das empresas oficiadas pela Sain, foram recebidas respostas da Salinor, da SDB, da Unipar, além de manifestação espontânea da empresa chilena K+S (empresa integra o grupo alemão K+S - Kali Und Saiz).

Ademais, a Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda - Seprac havia solicitado informações antes da instauração do processo de interesse público para subsidiar análise concorrencial relativa ao sal grosso para consumidores deste produto tais como a Unipar Carbocloro S.A., a Refisa Indústria e Comércio Ltda., e a CMPC Celulose Riograndense.

3. Do produto objeto da medida de defesa comercial

O produto objeto do processo de avaliação de interesse público é o mesmo da medida de defesa comercial, qual seja o sal grosso, que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano.

O sal grosso é utilizado para produção de cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio, carbonato de sódio (barrilha sintética). Destaque-se que a oferta de sal grosso se origina do sal de mina ou do sal marinho, sendo este a produção predominante no Brasil.

4. Da avaliação dos efeitos da medida

Inicialmente, ressalta-se que a oferta de diferentes variedades de produto é benéfica ao mercado nacional, uma vez que permite a escolha e a adaptação aos diferentes usos. No caso em análise, o grau de pureza do sal químico se relaciona com o método de produção, e a diversidade de matéria-prima dá a possibilidade ao produtor de escolher o melhor ajuste para sua planta industrial. Seguindo a mesma linha, Krugman e Wells, no livro 'Introdução à Economia', de 2014, afirmam que "há benefícios para o consumidor derivados da maior diversidade de produtos disponíveis".

Destaca-se, ainda, que o volume das importações brasileiras de sal grosso produzido no Chile, no período de 2011 a 2015, durante o qual a medida estava aplicada, esteve sempre acima do valor máximo (451.579 toneladas) observado no período de 2005 a 2009, quando ainda não havia a referida aplicação, conforme se depreende dos quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Volume das importações brasileiras de sal grosso em toneladas (antes da aplicação da medida)

Origem	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	-	15.704	-	-	-
Chile	272.110	293.180	262.267	451.579	447.729

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dinamarca	0,05	-	-	-	-
Total	272.110	308.884	262.267	451.579	447.729

Fonte: Receita Federal do Brasil
Elaboração: Decom

Quadro 5 - Volume das importações brasileiras de sal grosso em toneladas (durante a aplicação da medida)

Origem	2011	2012	2013	2014	2015
Chile	496.124,20	607.472,00	496.169,00	507.135,00	519.790,00
Total	496.124,20	607.472,00	496.169,00	507.135,00	519.790,00

Fonte: Receita Federal do Brasil
Elaboração: Decom

Ademais, os quadros 6 e 7 mostram que, mesmo com o aumento no volume de importações da origem investigada, a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro cresceu, quando se comparam os percentuais de 2008 e 2009, com os do período de 2011 a 2015.

Quadro 6 - Participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro (antes da aplicação da medida)

Período	Vendas Indústria Doméstica (t)	Mercado Brasileiro (t)	Participação
2005	879.923,16	1.252.301	70,30%
2006	573.833,77	953.844	60,20%
2007	535.579,75	837.205	64,00%
2008	387.278,69	893.634	43,30%
2009	425.715,17	917.129	46,40%

Fonte: Indústria Doméstica e Receita Federal do Brasil
Elaboração: Decom

Quadro 7 - Participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro (durante a aplicação da medida)

Período	Vendas no Mercado Interno (t)	Mercado Brasileiro (t)	Participação (%)
2011	529.595,00	1.027.505,20	51,50
2012	564.303,10	1.172.213,10	48,10
2013	528.017,00	1.025.100,00	51,50
2014	525.490,30	1.032.625,30	50,90
2015	578.555,00	1.098.345,00	52,70

Ou seja: mesmo com aplicação da medida, houve aumento das importações, e esse aumento, por sua vez, não impediu o crescimento da participação da indústria doméstica.

Dessa forma, pode-se dizer que a medida criou um mecanismo de transferência de renda da sociedade brasileira para o produtor chileno, como resultado de um preço mínimo <CONFIDENCIAL> superior ao que seria praticado segundo o contrato vigente entre aquele e uma empresa responsável por parcela significativa do consumo nacional de sal grosso químico. A regulação adotada, no formato de compromisso de preços no âmbito da medida antidumping, gerou, portanto, um preço superior ao preço que seria praticado na ausência da intervenção governamental, possibilitando uma melhoria da rentabilidade do exportador chileno, à custa do encarecimento da matéria-prima no Brasil, paga pelos consumidores brasileiros.

É importante notar também que a manutenção da medida de defesa comercial corresponde a mais uma restrição às condições de oferta de sal grosso, além dos incentivos fiscais concedidos aos produtores nacionais de sal pelo estado do Rio Grande do Norte, não extensíveis ao sal importado, e do Convênio de Transporte Marítimo, assinado entre o Brasil e o Chile, que reserva o comércio marítimo bilateral aos navios de bandeira brasileira e chilena, potencialmente encarecendo o frete entre esses dois países.

A respeito da diferenciação tributária concedida pelo estado do Rio Grande do Norte ao sal potiguar, essa pode ser verificada pelo art. 25, VI, do Regulamento do ICMS do Rio Grande do Norte, e pelo art. 154-B do Decreto Estadual nº 25.853, de 9 de janeiro de 2016, transcritos a seguir:

"Art. 25. São isentas do ICMS:

(...)

VI - as prestações internas de serviço de transporte de sal marinho das salinas, localizadas no Polo Gás-Sal, destinadas diretamente ao Terminal Salineiro Porto Ilha (Conv. ICMS 44/97);

Art. 154-B. Nas operações realizadas com sal marinho produzido no Rio Grande do Norte, a base de cálculo do imposto fica reduzida, até 31 de dezembro de 2018, da seguinte forma: (NR dada pelo Decreto 25.853, de 09/01/16)

I - nas operações internas destinadas a consumidor final, em 40% (quarenta por cento);

II - nas operações interestaduais em:

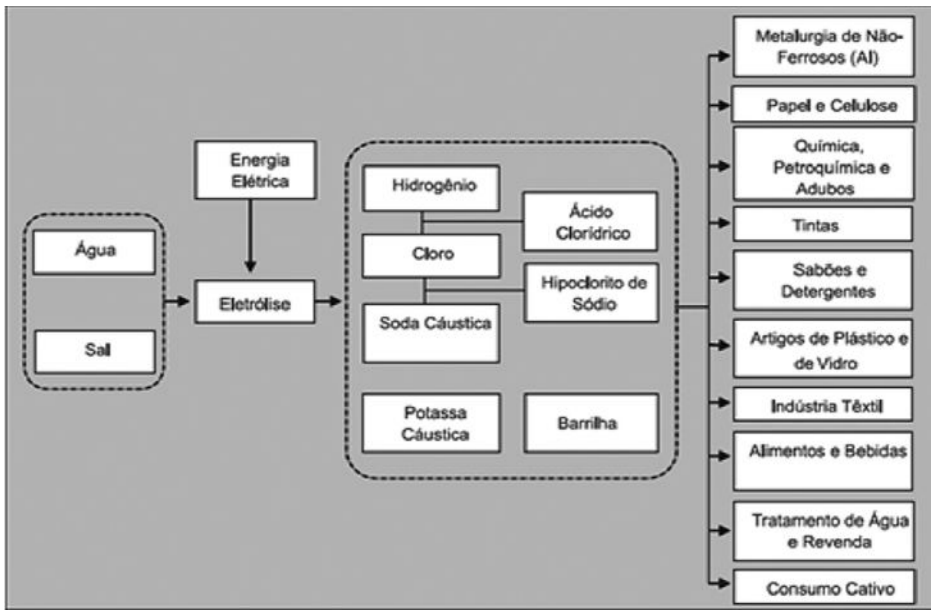
a) 50% (cinqüenta por cento), quando tratar-se de sal marinho refinado, moído ou grosso ensacado;

b) 20% (vinte por cento), quando tratar-se de sal marinho bruto ou grosso a granel;

III - nas prestações interestaduais de serviço de transporte rodoviário, em 60% (sessenta por cento) ".

A respeito da cadeia associada ao produto objeto da medida antidumping, o sal grosso é utilizado, basicamente, na produção de cloro e soda cáustica, os quais, por sua vez, são insumos essenciais para uma infinidade de produtos, conforme mostra, de forma simplificada, a Figura 1

Figura 1 - Cadeia produtiva do cloro e da soda



Fonte: O setor de soda-cloro no Brasil e no mundo. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 29, p. 279-320, mar. 2009

De fato, a partir do cloro, produz-se: ácido clorídrico; cloreto de benzóila, clorotoluenos/triclorotolueno, paraclorobenzenotrifluoreto; diclorofenilsulfona; cloreto de etila; cloreto de metila; hipoclorito de cálcio; 1,1,1 tricloroetano, tetracloreto de carbono, clorofórmio; cloropropeno; fosgênio; hidrazina; cloreto de zinco; dióxido de cloro; percloroetileno / tricloroetileno; dióxido de titânio; cloreto de vinilideno; cloropropanol; cloreto de alumínio; hipoclorito de sódio; cloreto de isoftaloílo; cloreto de tereftaloila; 1,4-diclorobutano; isocianuratos clorados; dicloreto de enxofre, monocloreto de enxofre / cloreto de tionila, cloreto de sulforila; 2 - cloroetanol; cloreto estanoso; cloreto de alila; cloroacetato de metila / ácido cloroacético; 1,2 dicloroetano (DCE); cloreto de vinila; tricloreto de fósforo, pentacloreto de fósforo, oxicloreto de fósforo; cloreto férrico; éter dicloroetílico; e cloreto de metileno. Cada um desses subprodutos do cloro é insumo para uma série de outros. Além disso, é aplicado diretamente na desinfecção de água potável e no tratamento de resíduos e efluentes.

A soda cáustica, por sua vez, é aplicada para purificação de gases, descartador de frutas e vegetais, química de sódio, impressos gráficos, galvanização, refino de petróleo, regeneração de resinas de troca iônica, branqueamento de polpa de celulose, refinamento de papel kraft (celulose), bem como para a fabricação de: estanato de sódio; hidrazina; sulfeto de sódio; arsenito de sódio / bromito de sódio; dimetilditiocarbamato de sódio; dinitro-o-cresilato de sódio; diuranato / tungstato / fluoracetato de sódio; formaldeido sulfoxilato de sódio; hidróxido de cobre / hidróxido de manganês; óxido de mercúrio; acrilonitrila; hidróxido de níquel / berílio / bário; hidróxido de cádmio / cobalto / chumbo; molibdato de sódio; glutamato monossódico; propionato de sódio; fenolato de sódio; metassilicato de sódio / ortosilicato de sódio; picramato de sódio; policarbonato; aditivos para alimentos; hidróxido de alumínio; polisulfeto de sódio / sulfito de sódio; ácido xilenosulfônico; estearato de sódio; lauril sulfato de sódio; naftenato de sódio; oleato de sódio; resina epóxi; e vanilina. Da mesma forma que os subprodutos do cloro, os da soda também são insumos para uma série de outros.

Buscando quantificar algum impacto dentro dessa imensa e ramificada cadeia, escolheu-se o uso para tratamento de água. Para isso, utilizou-se o exemplo da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, empresa que consumiu quase <CONFIDENCIAL> de todo o volume de cloro fornecido às concessionárias de água e esgoto do país, segundo informação fornecida pela M&A Consultoria Econômica.

Tendo como referência os dados fornecidos por essa consultoria e pela Unipar, o sal representou, em média, no período de 2011 a 2015, <CONFIDENCIAL> do custo do cloro e da soda cáustica. O cloro e a soda cáustica, por sua vez, representam, respectivamente, <CONFIDENCIAL> e <CONFIDENCIAL> dos custos do hipoclorito de sódio. Ademais, conforme informação da mesma consultoria, o percentual médio de diferença de preços entre o que vigoraria pelo contrato e o que vigorou por conta do compromisso de preços foi de <CONFIDENCIAL>.

Segundo informações da própria Sabesp, tem-se o seguinte a respeito dos custos com material de tratamento:

Quadro 8 - Custos da Sabesp com material de tratamento em R$

	2011	2012	2013	2014	2015
Material de tratamento	154.748.294,31	177.453.188,50	240.729.542,87	261.205.612,56	269.294.374,02
Hipoclorito de Sódio	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>
Cloro	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>
Soma dos valores de hipoclorito de sódio e cloro	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>
Participação do hipoclorito de sódio e do cloro nos custos com material de tratamento	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>	<CONFIDENCIAL>

Assim, considerando os percentuais citados, a imposição da medida antidumping gerou um incremento médio de 1,92% no preço do cloro e da soda, e de 1,87% no preço do hipoclorito de sódio. Com isso, usando dados fornecidos pela Sabesp, verifica-se que houve um incremento médio de 0,42% nos custos dessa empresa com material de tratamento, o que resultou, de 2011 a 2015, período em que a medida esteve aplicada, em uma quantia acumulada de R$ 4.607.765,33 gasta a mais, em função do estabelecimento do compromisso de preços.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dessa forma, por meio da análise do efeito em apenas uma empresa, pertencente a somente um dos incontáveis setores afetados, pode-se ter uma noção do impacto em uma cadeia dessa magnitude. O impacto negativo total para a economia brasileira deverá, naturalmente, ter sido muito superior, ao se considerar os efeitos sobre todas as empresas consumidoras de todos os elos a jusante da cadeia.

5. Dos efeitos em relação à Promoção da Concorrência

5.1. Setores e consumidores afetados pela medida

A renovação do Direito Antidumping Definitivo - DAD para o sal chileno prejudicaria as empresas que se utilizam, ou que potencialmente se utilizariam, desse tipo de sal em seu processo produtivo ao criar uma assimetria em relação aos seus concorrentes, que se utilizam do sal marinho como insumo de seus processos produtivos.

No caso concreto, segundo a Unipar Carbocloro S/A, empresa produtora de cloro, soda cáustica, soda anidra, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio e dicloroetano, o processo produtivo do cloro e seus derivados se utiliza do sal, da água e da energia elétrica como seus insumos básicos, sendo o sal responsável por <CONFIDENCIAL> dos custos relacionados às matérias primas, além de ser também relevante no tocante aos custos totais da empresa.

Essa empresa prefere o sal de mina ao sal marinho nacional devido às diferenças fundamentais entre esses tipos de sais, conferindo maior qualidade ao produto chileno. De acordo com a Unipar, sua planta é adaptada apenas para o uso do sal importado, necessitando de investimentos adicionais vultosos para a utilização do sal brasileiro.

Sobre esse tema, destaque-se a recomendação da OCDE, conforme disposto em seu Guia de Avaliação da Concorrência, de evitar a adoção de políticas públicas ou normas regulatórias que i) limitem a capacidade das empresas de definir os preços de seus bens ou serviços, (ii) aumentem significativamente o custo de produção de algumas empresas ou (iii) limitem a capacidade dos consumidores escolherem a empresa da qual adquirir um bem ou serviço, vez que comprometem a higidez do ambiente concorrencial.

A renovação da medida antidumping para o sal, bem como a adoção de compromisso de preços provocam maiores custos à indústria doméstica a jusante. No caso da Unipar, por exemplo, essa medida aumenta diretamente os custos <CONFIDENCIAL>. Ou seja, sob o ponto de vista concorrencial, a medida causa impactos negativos na eficiência econômica desse setor produtivo.

Assim, o DAD aumenta os custos de aquisição do produto de maior qualidade e pode acarretar ineficiência alocativa na cadeia a jusante do setor de sal. Tal fato pode ser corroborado pela empresa Refisa Indústria e Comércio Ltda, para a qual o uso do sal chileno traria um menor custo de produção; porém, a empresa utiliza apenas o sal nacional porque o DAD e o compromisso de preços inviabilizam a importação do sal chileno. Nesse caso, verifica-se que as medidas em vigor vão de encontro ao preconizado no item D(i) do Guia de Avaliação da Concorrência da OCDE.

Ademais, frise-se que empresa supracitada foi afetada na possibilidade de ampliação de negócios devido à perda de competitividade da empresa, conforme transcrito a seguir:

"<CONFIDENCIAL>"

Com a medida antidumping, as empresas sofrem limitação na escolha de seus fornecedores de sal, restringindo seu leque de opções, o que pode causar um impacto negativo quanto à segurança no fornecimento. A restrição na concorrência nesse aspecto aumenta o risco do negócio e pode se traduzir num aumento de custo para as empresas. Tal situação pode ocorrer quando o mercado nacional enfrenta uma restrição na oferta do produto devido a fatores climáticos, resultando num aumento do preço do produto, e, mesmo com o risco de desabastecimento, como de fato já ocorreu no passado, conforme relatado pela empresa Refisa:

"<CONFIDENCIAL>"

Com isso, várias empresas poderão ser negativamente afetadas no mesmo sentido, vez que a escolha de fornecimento considera fatores como: (i) a qualidade do produto, (ii) confiabilidade do produto e (iii) confiabilidade na logística. Pode-se citar como outro exemplo de empresa afetada negativamente com a medida a CMPC Celulose do Brasil Ltda., como pode ser inferido pela sua manifestação, *in verbis*:

"<CONFIDENCIAL>"

No mesmo sentido, a empresa Solvay Indupa do Brasil S.A. <CONFIDENCIAL>.

Dessa forma, verifica-se que empresas brasileiras buscam o sal chileno devido a fatores como a regularidade e garantia de abastecimento, além da diferença em qualidade do produto.

Ademais, o DAD pode alterar os preços relativos do sal grosso importado e nacional, o que afeta negativamente a concorrência e a competitividade das empresas a jusante, que podem ter seu crescimento e mesmo investimento comprometidos, como já ocorrido com a empresa Refisa, conforme relatado a seguir:

"<CONFIDENCIAL>"

Vale ressaltar que a medida antidumping pode afetar negativamente também os consumidores de cloro, de soda e seus derivados. Há uma ampla gama de consumidores relacionados aos mais diversos segmentos usuários destes produtos que serão prejudicados, dos quais pode-se citar, como exemplo, o de tratamento de água e esgoto, que tem a <CONFIDENCIAL> como responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos <CONFIDENCIAL>, a <CONFIDENCIAL> (segmento alimentício); a <CONFIDENCIAL>; a <CONFIDENCIAL> (cloretos e coagulantes); o <CONFIDENCIAL> (alumínio, papel celulose, siderurgia e mineração) a <CONFIDENCIAL> (tratamento de água), <CONFIDENCIAL> (segmento alimentício), dentre outros.

Abaixo estão ilustrados os diversos setores usuários do cloro ou da soda que tem o sal grosso como insumo, de acordo com a Unipar Carbocloro. Percebe-se, portanto, a amplitude dos consumidores que potencialmente são prejudicados com a medida de defesa comercial.

• Cloro: tratamento de água e alimentício

• Soda caústica: matéria-prima para fabricação de sabões, detergentes, alumínio, celulose, rayon e alimentício.

• Ácido clorídrico: siderurgia, metalurgia, mineração e vastas utilidades na química.

• Hipoclorito de sódio: desinfecção hospitalar, uso doméstico, tratamento de água, alvejante de tecidos.

• EDC: fabricação do PVC (conexões hidráulicas, elétricas, calçados, embalagens, etc.).

Ressalte-se que a Unipar Carbocloro declarou que teria repassado os aumentos de custos decorrente da medida antidumping aos seus consumidores, afetando os custos de alguns dos setores acima expostos.

Portanto, a manutenção do DAD pode representar perda de bem-estar econômico e de condições competitivas das empresas produtoras de cloro e soda e das cadeias à jusante no mercado doméstico devido aos incrementos nos custos do sal grosso, impactando na formação dos preços aos consumidores.

Assim, as empresas produtoras desses produtos e que utilizam o sal grosso como insumo, serão afetadas pela medida, seja por enfrentar aumentos de preços decorrente da medida, no caso da empresa que importa o sal chileno, seja por sofrer restrição na contestabilidade no mercado de sal grosso, permitindo um aumento de preços no mercado nacional.

5.2. Condições de acessibilidade do produto objeto da medida de defesa comercial

Conforme Guia de Interesse Público da então Secretaria de Acompanhamento Econômico - Seae, (*que foi extinta dando lugar à Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência - Seprac*) as condições de acessibilidade do produto objeto da medida de defesa comercial devem ser avaliadas, no sentido de se verificar uma possível alteração na competição decorrente dos efeitos dessa da medida.

A importância dessa avaliação jaz no poder de mercado da empresa peticionária da medida de defesa comercial, pois este pode ser aumentado, a depender do tamanho e da estrutura deste mercado, trazendo impactos negativos à economia nacional.

No caso específico do sal, tal avaliação é de suma importância dada a condenação pelo CADE por existência de cartel entre as principais produtoras de sal no Brasil, no âmbito do Processo Administrativo no 08012.005882/2008-3.

No tocante à questão de acessibilidade do produto, observa-se que, em termos de oferta, o sal é produzido em diversos países, conforme ilustrado no Quadro 9. Entretanto, apesar da disponibilidade de oferta em várias origens, a importação não é efetiva em decorrência dos custos de internação, tais como os custos de transporte, frete e logística, mais representativos neste comércio, dado o baixo valor relativo do sal no seu custo total de internalização.

Quadro 9 - Produtores mundiais de sal (em mil toneladas)

País	Volume de Produção de Sal*				% NA PRODUÇÃO MUNDIAL 2014
	2011	2012	2013	2014	
China	67.420	69.120	73.676	70.497	25,9%
EUA	44.955	37.155	39.855	45.255	16,6%
Índia	16.000	17.000	18.000	17.000	6,3%
Canadá	12.625	10.845	12.210	13.876	5,1%
Alemanha	17.443	14.656	17.396	13.338	4,9%
Austrália	12.250	12.500	12.900	13.000	4,8%
Chile	9.966	8.057	6.577	10.533	3,9%
México	8.812	8.730	9.461	10.251	3,8%
Brasil	6.164	7.482	7.275	7.300	2,7%
Reino Unido	6.060	6.152	6.601	6.600	2,4%
Turquia	6.546	5.255	5.565	5.932	2,2%
França	5.430	5.457	5.893	5.809	2,1%
Ucrânia	5.938	6.189	5.796	4.800	1,8%
Espanha	4.503	4.109	4.278	4.300	1,6%
Polônia	4.282	4.342	4.741	4.217	1,6%
Paquistão	2.488	2.383	2.560	2.541	0,9%
Bielo-Rússia	2.576	2.177	2.625	2.510	0,9%
Peru	1.565	1.200	2.263	2.241	0,8%
Romênia	2.540	2.240	2.240	2.240	0,8%
Bulgária	2.200	2.100	2.100	2.200	0,8%
Egito	2.809	2.802	2.194	2.200	0,8%
Irã	2.776	2.962	2.079	2.100	0,8%
Outros (*)	26.652	26.087	26.715	23.260	8,6%
TOTAL	272.000	259.000	273.000	272.000	100,0%

Fonte: U.S. Geological Survey Mineral Yearbook 2014

De acordo com a Unipar Carbocloro, a importação de sal de outras origens distintas do Chile, além de ser mais complexa e ter um custo maior decorrente da logística de transporte e do custo de frete, está sujeita a um novo desenvolvimento de relacionamento com novos fornecedores, sendo que um novo contrato de fornecimento leva ao menos dois anos para ser estabelecido.

Para a Unipar Carbocloro, os principais fatores determinantes para a escolha de seu fornecedor são: a qualidade do produto; a confiabilidade de fornecimento do produto; a segurança da logística e o custo da logística de transporte. Esses fatores, tomados em conjunto, tornam o sal do Chile o único economicamente viável para ser importado pela empresa.

No mesmo sentido, o sal é um bem com valor unitário relativamente baixo, tornando o valor do frete proporcionalmente alto no custo desse produto. Dessa forma, o Chile é considerado como a única origem economicamente viável para importação do sal a preços competitivos devido aos elevados custos do frete.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Há também outros fatores restringindo a acessibilidade do mercado de sal, tais como o Imposto de Importação e o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). De acordo com a Refisa, esses custos são significativos e restringem as origens das quais é economicamente viável importar o sal. Assim, o DAD inviabilizaria a importação de sal do Chile, restringindo o fornecimento do produto aos produtores domésticos. Nesse ponto, há de se frisar que, ao contrário do produto de outras origens, sobre o sal grosso oriundo do Chile, há incidência de alíquota zero do Imposto de Importação, uma vez que, desde janeiro de 2004, esse produto é beneficiado pelo Acordo de Complementação Econômica (ACE) 35. Ademais, as importações chilenas isentas do pagamento do AFRMM, por força do Quinto Protocolo Adicional do ACE 35. Portanto, tal fato caracterizaria o produto chileno como uma das poucas origens com viabilidade de importação, uma vez que sobre o sal de outras origens há incidência do Imposto de Importação e do AFRMM.

O Quadro 10 apresenta o valor das importações de sal em USD nos últimos dez anos, por meio da consulta no sistema Aliceweb, no qual foi utilizado como parâmetro da consulta a NCM 25010019 (outros tipos de sal a granel, sem agregados). Percebe-se a relevância das importações oriundas do Chile, pois representaram em média 97% das importações no período analisado. Constata-se, nesse sentido, a dificuldade de acessibilidade de importação de sal de outras origens.

Quadro 10 - Valor das Importações de Sal (em USD)

Ano	Importação Total	Importação do Chile	Participação do Chile%
2007	4.182.636	4.095.567	97,9
2008	7.051.559	6.176.779	87,6
2009	8.286.967	7.369.926	88,9
2010	16.556.006	15.926.949	96,2
2011	17.085.163	16.708.305	97,8
2012	22.663.835	22.518.667	99,4
2013	18.667.530	18.641.440	99,9
2014	18.945.878	18.844.186	99,5
2015	17.950.650	17.837.984	99,4
2016	14.126.860	14.083.863	99,7
2017	14.110.168	13.778.745	97,7

Fonte: Aliceweb.

Portanto, verifica-se que os consumidores nacionais têm acesso limitado para o sal de outras origens distintas do Chile, configurando uma limitação à concorrência nesse mercado. Como consequência, pode-se vislumbrar um potencial e provável aumento de poder de mercado das empresas brasileiras produtoras de sal, dificultando inclusive a contestação de mercado e propiciando um campo fértil para a continuação da prática de cartel, detectada e comprovada pelo Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do CADE, bem como pela Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE, conforme será exposto neste documento.

5.3. Assimetria na concorrência entre sal nacional e chileno

Conforme já analisado por esta Secretaria na Nota Técnica nº 105/2017-COGCR/SUCON/SEAE/MF, de 18 de agosto de 2017, foi verificada uma assimetria tributária entre o sal nacional e o chileno decorrente dos benefícios tributários concedidos ao produto brasileiro.

Ademais, constatou-se outra assimetria concorrencial gerada pelo Convênio de Transporte Marítimo, assinado entre o Brasil e o Chile, em 25 de abril de 1974, que dá preferência às cargas do comércio marítimo bilateral, com exceção de petróleo e seus derivados, aos navios de bandeira brasileira e chilena.

Esse convênio restringe as condições de oferta de transporte entre os dois países, inibe a competição entre as empresas de navegação e, por conseguinte, tem o potencial manter elevados os valores de frete, encarecendo os custos relacionados aos transportes e as transações comerciais de mercadorias entre estes países.

Dessa forma, o convênio gera uma assimetria na concorrência ao encarecer as importações chilenas. Na Nota Técnica nº 106/2016-COGCR/SEAE/MF, de 31 de agosto de 2016, a Seae inclusive recomendou a denúncia desse convênio devido aos efeitos nocivos à concorrência por ele provocados.

Assim, tanto a assimetria tributária devido aos benefícios tributários concedidos ao sal brasileiro, bem como a assimetria concorrencial gerada pelo Convênio de Transporte Marítimo provocam entraves à livre competição no mercado de sal. Tais entraves geram efeitos adversos na alocação de recursos na economia com prejuízos ao bem-estar econômico e social dos consumidores afetados por essas condições de oferta do sal grosso.

5.4. Do Processo Administrativo Junto ao CADE - Caso do Cartel do Sal Marinho

Tendo em vista a importância para a presente análise de interesse público, é de extrema relevância mencionar a existência do processo administrativo nº 08012.005882/2008-38 instaurado em setembro de 2013 pela Superintendência-Geral do CADE, a partir de denúncias de que os produtores de sal do Rio Grande do Norte adotavam estratégias protecionistas e de limitações da concorrência.

Vale aqui expor um breve histórico do processo do mercado de sal no CADE, além de explicar resumidamente sobre o trâmite até a sua conclusão final pela condenação. Primeiramente, em 2008, houve uma denúncia de preços predatórios junto a esse conselho feita pelo Sindicato da Indústria da Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte (Siesal) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), contra a empresa chilena Sociedad Anónima Empresa Marítima (Empremar S.A.). Os denunciantes alegaram a prática de subcotação de fretes pela empresa chilena que, supostamente, visava falsear a concorrência e dominar mercado relevante de bens e serviços (transporte marítimo de sal a granel). Com intuito de apurar as alegações feitas pelas representadas, a antiga Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, realizou uma medida preventiva e pediu uma manifestação da empresa brasileira Salina Diamante Branco (SDB), integrante do mesmo grupo econômico da Empremar S.A. A empresa SDB, que atualmente faz parte da empresa chilena K+S, por outro lado, informou que havia a adoção de estratégias protecionistas e de limitação da concorrência por parte de empresas e sindicatos do setor salineiro do Rio Grande do Norte.

A SDE, por sua vez, percebeu que, na realidade, havia um cartel no mercado nacional de sal marinho, e, dessa forma, instaurou a Averiguação Preliminar no 08012.005882/2008-3, em 15 de julho de 2008.

Posteriormente, em 20 de setembro de 2012, realizou um procedimento de busca e apreensão na sede de sindicatos e empresas que estariam envolvidas no conluio. Durante a operação, foram apreendidos documentos físicos e eletrônicos que revelaram informações acerca do cartel, que já estaria em atuação desde o começo da década de 1990 até pelo menos setembro de 2012.

Em 26 de setembro de 2013 foi instaurado o processo administrativo, sendo que, em 15 de fevereiro de 2017, houve o encerramento da instrução processual, por meio do Despacho da Superintendência-Geral do CADE nº 221/2017. Nessa ocasião os representados foram intimados para apresentar alegações finais, que foram analisadas na Nota Técnica da SG/CADE, nº 31/2017/CGAA7/SGA2/SG/CADE, de 23 de março de 2017, que culminou na recomendação de condenação dos representados, e, ainda, na aplicação de multa por infração à ordem econômica nos termos da lei de defesa da concorrência, além das demais penalidades entendidas cabíveis.

Em 24 de novembro de 2017, a Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE publicou o Parecer nº 34/2017, no âmbito do referido processo, sugerindo a condenação de todos os representados, divergindo apenas parcialmente das recomendações da SG/CADE.

Por fim, em 23 de maio de 2018, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), condenou 18 empresas, 39 pessoas físicas e três entidades sindicais por formação de cartel no mercado nacional de sal marinho, que afetou toda a cadeia de produção no Brasil e durou, pelo menos, de 1992 a 2012. As multas aplicadas somam R$ 289,5 milhões.

5.5. Considerações acerca da prática de cartéis

Segundo o CADE, cartel é qualquer acordo ou prática concertada entre concorrentes para fixar preços, dividir mercados, estabelecer cotas ou restringir produção, adotar posturas pré-combinadas em licitação pública, ou que tenha por objeto qualquer variável concorrencialmente sensível. Os cartéis, por implicarem aumentos de preços e restrição de oferta e nenhum benefício econômico compensatório, causam graves prejuízos aos consumidores ao tornar bens e serviços desnecessariamente caros para o consumidor.

As consequências práticas de ações coordenadas entre concorrentes resultam em redução no ritmo de inovações com relação aos níveis que vigorariam sob condições de concorrência irrestrita com a finalidade de obter lucros extraordinários. Assim, tal coordenação dota seus praticantes de provável exercício de poder de mercado em detrimento ao bem-estar dos consumidores.

Com vistas a analisar a probabilidade de exercício de poder de mercado coordenadamente por um grupo de empresas, a Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência - Seprac do Ministério da Fazenda - MF (nova denominação da Secretaria de Acompanhamento Econômico - Seae do MF) considera as seguintes variáveis principais, conforme a Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50, de 1º de agosto de 2001:

i. Importações: podem ser um remédio efetivo contra o exercício do poder de mercado, de modo que, ao serem restringidas, pode-se provocar o efeito de aumentar a probabilidade de que a empresa ou grupo de empresas exerça poder de mercado.

ii. Entrada: caso a entrada de uma empresa no mercado seja "provável, tempestiva e suficiente", a probabilidade do exercício unilateral do poder de mercado seria anulada.

iii. Efetividade da rivalidade: quando a rivalidade entre as empresas existentes no mercado for efetiva, considera-se também que não há probabilidade do exercício de poder de mercado.

Nesse sentido, caso nenhuma das condições acima estejam presentes, conclui-se que existe a probabilidade de que o poder de mercado seja exercido unilateralmente e, portanto, a abertura às importações se constituiria em um remédio efetivo contra práticas coordenadas entre os ofertantes organizados em cartel. Por outro lado, a imposição de barreiras a essas importações limitaria o poder na coibição dessas ações coordenadas, que são prejudiciais ao bem-estar econômico e social dos consumidores.

No caso em análise, o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do CADE, condenou os produtores nacionais por prática de cartel no mercado de sal marinho, o que inclui o sal grosso de uso químico, desde 1984 até, pelo menos, setembro de 2012, quando foram deflagradas as operações de busca e apreensão. Esses indícios envolveram ao menos 21 empresas do setor salineiro e 42 de seus representantes, além da participação de sindicatos e associações: o Siesal, o Simorsal e a Abersal.

Para o CADE, o mercado relevante é o mercado nacional de sal, o que inclui todos os seus tipos, inclusive o sal grosso de uso químico, entendimento corroborado pela Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE no seguinte sentido, frisando a não obrigatoriedade da definição do mercado relevante para se demonstrar a prática de cartel:

> *"37. Na análise inicial dos fatos, definiu-se como mercado relevante o mercado nacional de sal, sem distinção pelos tipos do produto. A partir da instrução processual e da formação do conjunto probatório, ao se verificar o escopo do próprio acordo colusivo,* revelou-se que o cartel atuou no mercado de sal, seja ele moído, refinado, grosso, iodado, entre outros, envolvendo toda a cadeira produtiva. *A propósito da participação de agentes econômicos de toda a cadeia produtiva, a nomeada "Tabela nacional de preços para venda CIF elaborada por Estado" (fls. 827/1.140), apreendida na sede do Siesal, adotada pela Abersal e pelo Simorsal, demonstra a maneira de atuação para garantir a fixação de preços de venda do sal e demais condições, como o frete para todos os estados do Brasil, tendo sido assinada e combinada entre os três principais entes de classe da indústria salineira,* reunindo todos os elos da cadeia produtiva e diferentes formas de comercialização do sal*, evidenciando-se a atuação conjunta das entidades de extratores, refinadores e moageiros e da entidade nacional dos salineiros. (grifo nosso)*
>
> *38. Cumpre ressaltar que a definição de mercado relevante não é essencial para demonstrar a prática de cartel, bastando para tanto verificar o objetivo da colusão, como expõe Ana Frazão: "Consequentemente, os exercícios de delimitação do mercado relevante e de cálculo de participação do mercado possuem caráter meramente instrumental à análise antitruste e, como tentativas imperfeitas de mensuração da realidade econômica, não representam elementos indispensáveis à conclusão pela configuração do ilícito concorrencial. Essa constatação é de particular relevância quando o poder econômico de determinados agentes e a potencialidade lesiva de suas condutas puder ser aferida, de forma segura e consistente, a partir de outras evidências, como em geral ocorre com práticas colusivas entre concorrentes, em que, como visto, admite-se a utilização da regra per se."*

Os documentos recolhidos e as provas produzidas durante a instrução processual, que foram contra todas as empresas e pessoas físicas, provaram que os Representados se reuniam e praticaram várias condutas, dentre as quais destacam-se: a) Influência de conduta uniforme; b) Fixação de preços;

c) Controle da oferta;

d) Divisão do mercado e clientes; e

e) Cartel em licitação.

No caso concreto, o CADE colheu vasto conjunto de provas de cartel no mercado ora analisado. Dessa forma, verifica-se que a imposição de dificuldades adicionais aos importadores de sal grosso resultaria no aumento de probabilidade de exercício de poder de mercado pelos players que têm atuado coordenadamente na oferta desse produto. Como remédio contra essa conduta competitiva, em um cenário ideal, buscam-se livres barreiras à importação, pois estas se constituem em um fundamental contraponto às práticas coordenadas de dominação de mercado.

Destacamos aqui outro ponto levantado pelo CADE que argumenta o uso do cartel inclusive como instrumento para barrar a importação do sal chileno, conforme trecho reproduzido abaixo:

"Poucas alternativas para a importação. *Neste ponto, conforme observado pelo ex- Conselheiro Carlos Ragazzo em seu voto datado de janeiro de 2012, na Averiguação Preliminar nº 08012.001022/2008-25, o mercado em questão apresenta uma característica peculiar: apenas um produtor internacional relevante. Trata-se do sal proveniente do Chile, produzido pelo Grupo SPL. Neste sentido, de acordo com a supramencionada Nota Técnica do DEE/Cade, até mesmo esta alternativa de importação pode ser em grande parte inviabilizada pela edição da Resolução CAMEX/CG/PR 61/2011, aplicando direito antidumping definitivo, por prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de sal grosso originários do Chile. Nesse sentido, destaca-se que* o cartel também atuou para impedir a importação de sal chileno, conforme descreve a Ata de Reunião do Siesal de 15 de fevereiro de 2006 *(fls. 1.103-1.104)."*

De acordo com apresentação do CADE ao GTIP, em 9 de janeiro de 2018, o caso do cartel do sal era considerado como um cartel clássico ou "*hardcore*", pois foi de longa duração, funcionava por meio de um ajuste comum dotado de mecanismos permanentes para alcançar seus objetivos, sendo eles: a fixação de preços e condições de venda; a divisão de mercado; o acordo de níveis de produção; a prática de dificultar a atuação de outras empresas no mercado; o monitoramento do cumprimento do acordo; a punição de eventuais desviantes.

Dessa forma, em vista da condenação dos produtores nacionais de sal, por formação de cartel, do tipo clássico, e por todo exposto nesta seção, percebe-se que as principais variáveis elencadas por esta Secretaria, quais sejam, a importação, a entrada e a efetividade de rivalidade são negativamente atingidas pela medida de defesa comercial.

Assim, num setor em que se comprovou ações coordenadas entre seus competidores, verifica-se que uma medida de defesa comercial nessas circunstâncias é prejudicial ao ambiente concorrencial, podendo potencializar os impactos negativos causados pelas práticas cartelizadas.

5.6. Considerações acerca da Busca do Governo Federal para Inibir a Importação

Conforme já exposto, houve uma busca por parte do setor salineiro do Rio Grande do Norte por medidas governamentais de forma a coibir a importação do sal chileno, conforme documentado em ata de reunião do Siesal do dia 15 de fevereiro de 2006, já transcrita em seção anterior.

Após análise dos principais eventos relacionados à condenação dos produtores nacionais por formação de cartel no fornecimento de sal grosso no CADE (parte superior) e à medida de defesa comercial para a importação de sal grosso originário do Chile (parte inferior), é possível perceber que o setor salineiro buscou primeiramente junto ao CADE criar dificuldades ao concorrente chileno. Ou seja, uma das primeiras tentativas de dificultar a concorrência do sal chileno já ocorrera em 2008, quando o Siesal e a FIERN apresentaram representação junto ao CADE em desfavor da Empremar, com a alegação de prática de subcotação de fretes com os objetivos de falsear a concorrência e dominar mercado relevante de bens e serviços (transporte marítimo de sal a granel). Tal inciativa do setor salineiro acabou originando o referido processo de cartel.

Enquanto as providências do processo do cartel estavam em curso, em novembro de 2009, a Salinor protocolou petição de abertura de investigação de dumping nas importações de sal grosso químico do Chile. Ou seja, evidencia-se a busca do setor por medidas governamentais que pudessem impedir ou dificultar a concorrência como o sal chileno, seja por meio do sistema brasileiro de defesa da concorrência, seja por meio de medidas de defesa comercial.

Há que se considerar, também, que um diferencial entre o sal marinho e o sal de mina chileno é o fator climático. A indústria nacional está sujeita às condições climáticas, pois depende da evaporação solar, e por isso funciona por aproximadamente nove meses no ano. Está sujeita, assim, a uma sazonalidade de produção, sendo que no período chuvoso (3 a 4 meses por ano) não há produção de sal marinho.

A indústria nacional de sal marinho, portanto, está sujeita a um risco de produção maior do que o sal de mina, pois não há garantia do fornecimento do produto, podendo inclusive causar um desabastecimento no mercado interno, como já ocorreu no passado. Já o sal de mina pode ser produzido durante o ano inteiro.

Nesse quadro, a qualidade do sal marinho é afetada pelas condições climáticas, pois ao contrário do sal de mina que apresenta relativa constância na sua qualidade, o excesso de chuva pode afetar negativamente a qualidade pois pode causar o aumento da concentração não desejada de estrôncio e de outras impurezas além de apresentar maior dureza.

Outro fator que afeta negativamente a competitividade da indústria nacional é a logística de transporte, uma vez que o sal marinho deve ser transportado, inicialmente, das salinas até uma ilha artificial, denominada Porto de Areia Branca, por meio de barcaças. Esse tipo de transporte traz entraves à competitividade do sal marinho, pois, devido à maré e ao assoreamento dos canais de transporte, não se pode utilizar barcaças de maior porte, impossibilitando um sistema mais eficiente e produtivo. Ademais, o número de barcaças é reduzido, e há um problema concorrencial na prestação deste serviço, o que encarece o custo do uso desta operação, conforme seguinte relato:

" A capacidade de escoamento e de garantia de qualidade da produção realizada no continente é, portanto, insuficiente para a atender à cadeia de suprimento, tornando-a mais dispendiosa. Considerada apenas essa etapa, de transporte do sal até o porto ilha, a questão do custo elevado é ainda mais agravada pela baixa concorrência na prestação do serviço e pelas altas tarifas de transporte por barcaças, as quais são fixadas pelos prestadores de serviços". (Resposta de Carbocloro ao Questionário do Exportador, às fls. 458)

Dessa forma, outro entrave na logística de distribuição decorre do transporte do sal marinho do Nordeste para a Região Sudeste, que é feito por meio de cabotagem, com uma limitação no tamanho dos lotes de sal a ser transportado, traduzindo-se em custos maiores devido a menores economias de escala. Por outro lado, o sal de mina se utiliza do transporte marítimo, com navios de grande porte, refletindo custos menores com maior competitividade, somados ainda a menores custos com operações de descarga dos navios, de transporte terrestre e de armazenagem na fábrica por contar com maior escala.

Assim, o que se observa é uma maior competitividade no quesito do transporte de logística do sal de mina em relação ao sal marinho, pois este se sujeita a uma escala menor para o transporte de produto, a custos na logística de transporte e limitações no porto de Areia Branca. O sal chileno, por sua vez, pode ser considerado mais competitivo porque, além do porto estar perto da costa, dispensando o transporte de barcaças, pode ser transportado via marítima, com navios maiores, com menores custos devido à escala, além de não precisar separar os diferentes tipos de sal, tal como ocorre no Porto Termisa com o sal marinho, podendo misturar sal de diferentes usos.

5.7 Recomendações

Por todo o exposto, verificou-se que:

a) O sal grosso representa uma parcela significativa no processo de produção de cloro e seus derivados e da soda cáustica e seus derivados sendo, portanto, um insumo de suma importância para a cadeia a jusante;

b) A renovação da medida antidumping para o sal, bem como a adoção de compromisso de preços provoca maiores custos à indústria doméstica a jusante;

c) Empresas brasileiras buscam o sal chileno devido a fatores como a regularidade e garantia de abastecimento, além da diferença em qualidade do produto, por esses motivos a aplicação de DAD vai de encontro ao item D(i) do Guia de Avaliação da Concorrência da OCDE, vez que limita a capacidade dos consumidores escolherem a empresa da qual adquirir um produto;

d) A aplicação de DAD afeta negativamente os consumidores de cloro, de soda e seus derivados, sendo eles bastante representativos, considerando como exemplo a <CONFIDENCIAL> como usuária de cloro da Unipar para o tratamento de água e esgoto de <CONFIDENCIAL>;

e) Há uma limitação à concorrência nesse mercado, devido à dificuldade de acessibilidade do produto de outras origens, pois o Chile pode ser considerado como o único fornecedor de sal economicamente viável para o Brasil. A consequência disto é o aumento de poder de mercado das empresas brasileiras produtoras de sal, dificultando inclusive a contestação de mercado e propiciando um campo fértil para a continuação da prática de cartel, já detectada e objeto de condenação no Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do CADE, bem como pela Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE;

f) Há efeitos concorrenciais negativos em decorrência da aplicação do novo Preço Compromissado CFR estabelecido pela Resolução Camex nº 74, de 2017, uma vez que a alteração na metodologia de cálculo impôs preços de importação ainda mais restritivos por conta da correção da queda no valor do frete verificado no período de vigência do Preço Compromissado CFR estabelecido pela Resolução Camex nº 61, de 2011;

g) Os produtores nacionais de sal contam com incentivos fiscais que não são extensíveis ao sal importado, o que demonstra assimetria tributária entre produtos que competem pelos mesmos consumidores;

h) O sal importado se sujeita ao Convênio de Transporte Marítimo Brasil-Chile que, dadas as condições de oferta de embarcações nesse trecho marítimo, impacta os custos logísticos do sal chileno e, potencialmente, eleva os preços desse produto em nível superior àqueles que poderiam ser praticados em condições logísticas competitivas;

i) A existência de busca, pelos produtores nacionais de sal, por medidas governamentais que inibissem ou criassem barreiras à entrada ao sal oriundo do Chile;

j) O sal chileno apresenta maior competitividade que o sal brasileiro, o que poderia se traduzir em menores custos para cadeia a jusante, caso o acesso ao mercado doméstico não fosse dificultado pela aplicação de medida de defesa comercial;

k) A suspensão possibilitaria a disponibilização de diferentes variedades de produto no mercado, dando aos compradores industriais/consumidores o benefício da escolha e a adaptação aos diferentes usos;

l)A medida antidumping, aplicada na forma do compromisso de preços estabelecido neste caso concreto, criou um mecanismo de transferência de renda da sociedade brasileira para o produtor chileno, que obteve uma melhoria de seu resultado, à custa do encarecimento das matérias primas no Brasil, uma vez que os consumidores nacionais de sal estavam impedidos de negociar preços livremente.

III - Conclusão

Assim, com fundamento no inciso I do art. 3º do Decreto nº 8.058, de 2013, o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior, considerando todos os fatores elencados neste anexo, entendeu existir, em razão de interesse público, motivos excepcionais que justificam a suspensão da aplicação da medida, por até um ano.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 26 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 março de 2006, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013 e o que consta do Processo nº 21000.005650/2018-59, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos como oficiais os métodos constantes do Manual de Métodos Oficiais para Análise de Alimentos de Origem Animal, indexado ao International Standard Book Number (ISBN) sob o número 978-85-7991-111-8, disponível no sítio eletrônico do MAPA, para realização de ensaios em amostras de produtos de origem animal, oriundas dos programas e controles oficiais do MAPA, cuja adoção é compulsória pelos laboratórios integrantes da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária.

§ 1º O prazo para implementação, pelos laboratórios credenciados, será de 90 (noventa) dias a partir da data de publicação desta Instrução Normativa.

§ 2º O prazo para acreditação na ABNT ISO 17.025, pelos laboratórios credenciados, será de 12 (doze) meses a partir do prazo estabelecido no § 1º do art. 1º desta Instrução Normativa.

§ 3º Os laboratórios credenciados deverão atualizar seus escopos de credenciamento, segundo escopo de referência publicado no sitio eletrônico do MAPA, em até 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Instrução Normativa.

§ 4º Os laboratórios com solicitação de credenciamento pendente de análise deverão atualizar sua documentação e escopo de credenciamento solicitado, segundo escopo de referência publicado no sitio eletrônico do MAPA e em consonância com as exigências da Instrução Normativa n° 57, de 11 de dezembro de 2013, por meio de nova solicitação de credenciamento, através do Sistema de Credenciamento de Laboratórios disponível no Portal de Serviços do Governo Federal.

Art. 2º Os laboratórios credenciados, que realizam ensaios em produtos de origem animal, deverão realizar todos os ensaios microbiológicos e físico-químicos, considerados compulsórios pelo MAPA, por classe de matriz.

Parágrafo único. Não serão credenciados laboratórios que realizem apenas ensaios na matriz água de abastecimento.

Art. 3º No caso de não existir método oficial para um determinado ensaio, demandado pelos programas e controles oficiais do MAPA, deverão ser adotados métodos normalizados, cuja relação ficará disponível no sitio eletrônico do MAPA.

Parágrafo único. Na inexistência de métodos oficiais e de métodos normalizados, deverão ser adotados métodos validados, desde que aprovados e homologados pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários, da Secretaria de Defesa Agropecuária - CGAL/SDA/MAPA.

Art. 4º Os laboratórios credenciados que não atenderem aos prazos e exigências estabelecidos nesta Instrução Normativa terão seus credenciamentos suspensos.

Art. 5º Ficam revogadas:

I - a Portaria LANARA nº 1, de 7 de outubro de 1981;

II - a Portaria SDA nº 101, de 11 de agosto de 1993;

III - a Portaria SDA nº 8, de 23 de janeiro de 1995;

IV - a Instrução Normativa SDA nº 20, de 21 de julho de 1999;

V - a Instrução Normativa SDA nº 62, de 26 de agosto de 2003;

VI - a Instrução Normativa SDA nº 68, de 12 de dezembro de 2006;

VII - a Instrução Normativa SDA nº 14, de 27 de abril de 2007;

VIII - a Instrução Normativa nº 08, de 11 de março de 2009;

IX - a Instrução Normativa nº 11, de 30 de abril de 2009;

X - a Instrução Normativa nº 7, de 2 de março de 2010; e

XI - a Instrução Normativa nº 25, de 2 de junho de 2011.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 3 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.018563/2017-81, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa MAPA nº 51, de 4 de novembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.2º.....

I - PROCEDIMENTO I: produtos dispensados de autorização prévia de importação, antes do embarque, e sujeitos ao deferimento da licença de importação (LI) no SISCOMEX após a conferência documental, fiscalização e inspeção sanitária, fitossanitária e de qualidade; a fiscalização e a inspeção serão executadas na chegada da mercadoria e antes do desembaraço aduaneiro;

II - PROCEDIMENTO II: produtos dispensados de autorização prévia de importação, antes do embarque, e sujeitos ao deferimento da licença de importação (LI) no SISCOMEX após a conferência documental e de conformidade do lacre, da temperatura, da rotulagem e identificação antes do despacho aduaneiro; a fiscalização e a inspeção sanitária, fitossanitária e de qualidade poderão ser realizadas em estabelecimento de destino registrado ou relacionado no MAPA;

III - PROCEDIMENTO III: produtos sujeitos à autorização prévia de importação, antes do embarque, e ao deferimento da LI no SISCOMEX após a conferência documental, fiscalização e inspeção sanitária, fitossanitária e de qualidade; a fiscalização e inspeção serão executadas na chegada da mercadoria e antes do despacho aduaneiro;

IV - PROCEDIMENTO IV: produtos sujeitos à autorização prévia de importação, antes do embarque, e ao deferimento da LI no SISCOMEX após a conferência documental e de conformidade do lacre, da temperatura, da rotulagem e identificação, antes do despacho aduaneiro; a fiscalização e a inspeção sanitária, fitossanitária e de qualidade poderão ser realizadas em estabelecimento de destino registrado ou relacionado no MAPA;

V - PROCEDIMENTO V: produtos sujeitos à autorização prévia de importação, antes do embarque, dispensados de fiscalização e inspeção sanitária, fitossanitária e de qualidade no ponto de ingresso, devendo ser submetidos à conferência documental e posterior deferimento da LI no SISCOMEX, antes do despacho aduaneiro; a fiscalização e a inspeção sanitária, fitossanitária e de qualidade poderão ser realizadas em estabelecimento de destino registrado ou relacionado no MAPA;

VI - PROCEDIMENTO VI: produtos que não ofereçam risco sanitário, zoossanitário ou fitossanitário, importados a granel por portos e postos de fronteira, sujeitos ou não à autorização prévia de importação, antes do embarque; a mercadoria fica sujeita à autorização da Unidade do Sistema VIGIAGRO para o início do descarregamento, e ao deferimento antecipado da LI no SISCOMEX, após a conferência documental, devendo ser observadas, ainda, as seguintes disposições:

.....

VII.....

a) os produtos enquadrados concomitantemente no Procedimento I ou II e no Procedimento VII ficam dispensados de autorização de importação, prévia ao embarque, mas sujeitos aos procedimentos de conferência documental, fiscalização e inspeção, conforme o caso, descritos nos incisos I ou II deste artigo, e ao deferimento do LI no SISCOMEX, antes do despacho aduaneiro;

.....

VIII.....

§ 1º Os produtos enquadrados concomitantemente no Procedimento I, II, III, IV ou V, e no Procedimento VIII, ficam sujeitos às exigências estabelecidas para autorização de importação prévia ao embarque, e aos procedimentos de conferência documental, fiscalização e inspeção, conforme o caso, descritos no inciso I, II, III, IV ou V deste artigo, devendo ser submetidos ao deferimento da LI no SISCOMEX, na aduana especial de destino, antes do despacho aduaneiro.

.....

§ 3° Os produtos enquadrados concomitantemente no Procedimento VIII e no Procedimento IX, ficam sujeitos às exigências estabelecidas para autorização de importação prévia e aos procedimentos de conferência documental, fiscalização e inspeção, conforme o caso, descritos no inciso IX deste artigo, devendo ser submetidos ao deferimento da LI no SISCOMEX, na aduana especial de destino, antes do despacho aduaneiro.

"IX - PROCEDIMENTO IX: produtos sujeitos à autorização prévia de importação e ao deferimento da LI no SISCOMEX após a conferência documental e de conformidade do lacre, da temperatura, da rotulagem e identificação, antes do despacho aduaneiro; a fiscalização e a inspeção sanitária, fitossanitária e de qualidade poderão ser realizadas em estabelecimento de destino registrado ou relacionado no MAPA." (NR)

"Art.3º.....

§ 1º Nos casos de autorizações prévias de importação, que exijam parecer de mais de um setor técnico, cada setor deverá incluir no campo "TEXTO DIAGNÓSTICO NOVO" da LI as informações e exigências técnicas a serem cumpridas e colocar a LI em exigência, cabendo ao último setor se manifestar, informando o número da autorização de importação e seu prazo de validade, e posicionar a LI em embarque autorizado.

§ 1º A. Nos casos de autorizações prévias de importação de que trata o inciso IX do art. 2º, cada setor deverá incluir no campo "TEXTO DIAGNÓSTICO NOVO" da LI as informações e exigências técnicas a serem cumpridas e colocar a LI em exigência.

§ 2º A autorização de importação, de que trata este artigo, terá validade máxima de 210 (duzentos e dez) dias, findo esse prazo, a LI não mais estará sujeita a tratamento administrativo pelo MAPA, devendo ser indeferida.

§ 2º A. Quando previsto em legislação específica, a autorização de importação poderá ter validade menor que 210 (duzentos e dez) dias, prevalecendo neste caso o prazo informado pelo setor técnico, nos moldes do disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º Para produtos sujeitos aos Procedimentos III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, em caso de não cumprimento das exigências para autorização prévia de importação, a LI deverá ser indeferida no SISCOMEX pelos setores técnicos competentes do MAPA." (NR)

"Art.6º.....

Parágrafo único. No caso disposto neste artigo, as mercadorias e produtos ficam sujeitas aos procedimentos de conferência documental, inspeção e fiscalização descritos, respectivamente nos procedimentos I, II, III, IV, V e IX, conforme o enquadramento. " (NR)

"Art. 7º Nos casos de extinção do regime aduaneiro de Depósito Alfandegado Certificado (DAC), para fins de nacionalização de mercadorias e produtos nacionais, exportados neste regime, fica eximida a exigência de autorização de importação prévia ao embarque e de certificação sanitária, fitossanitária e zoossanitária, conforme o caso.

....." (NR)

"Art.8º.....

§ 2º O prazo máximo estabelecido no § 1º somente será concedido pelo Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pela fiscalização quando a retenção das mercadorias agropecuárias importadas não representar risco sanitário, fitossanitário ou zoossanitário.

....." (NR)

"Art. 9º A LI somente será deferida pelo Auditor Fiscal Federal Agropecuário da Unidade do Sistema VIGIAGRO responsável após o cumprimento das exigências estabelecidas pelo MAPA." (NR)

"Art. 10 Na ocasião do deferimento ou indeferimento da LI, será registrado no campo "TEXTO DIAGNÓSTICO NOVO" o número do processo de importação, com a indicação da unidade, seção, serviço ou setor técnico e nome do Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pela fiscalização, bem como o motivo no caso de indeferimento." (NR)

"Art. 11 Para os casos que exijam autorização de importação, previamente ao embarque da mercadoria, o Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pelo deferimento considerará a data de posicionamento da LI em "embarque autorizado" ou, nos casos dispensados de registro de autorização de embarque no SISCOMEX, a data de emissão por escrito da autorização de importação pelo setor técnico competente, e a data do embarque, descrita no conhecimento de carga, para registrar ou não a "restrição à data do embarque"." (NR)

"Art.14.....

.....

§ 2º Nos casos de importação de produtos, enquadrados em mais de um dos procedimentos estabelecidos no art. 2º, nos quais a legislação técnica específica estabeleça a necessidade de autorização de importação, prévia ao embarque, de acordo com a existência de cadastro ou registro no MAPA, deverá o importador observar o disposto na referida legislação e descrever no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" da LI o procedimento pretendido.

....." (NR)

"Art. 16 A fiscalização e a inspeção sanitária, fitossanitária e de qualidade, bem como o procedimento administrativo do licenciamento de importação no SISCOMEX serão realizados por Auditor Fiscal Federal Agropecuário, respeitadas as competências técnicas e profissionais."(NR)

"Art. 17 As importações de produtos agropecuários, que demandem autorização de importação prévia ao embarque, sujeitas a regimes especiais, isentas de registro e licenciamento de importação no SISCOMEX, somente serão permitidas quando autorizadas por escrito pelos setores técnicos competentes do MAPA, e submetidas aos procedimentos de fiscalização no ponto de ingresso no País." (NR)

"Art.18 Excetuando-se os casos previstos no art. 15 desta Instrução Normativa, e no Procedimento VII, do art. 2º, as importações de mercadorias agropecuárias sujeitas ao registro e licenciamento no SISCOMEX ficam dispensadas de apresentação da autorização de importação emitida por escrito pelo setor técnico competente do MAPA às Unidades do Sistema VIGIAGRO, que efetuarão a conferência da autorização de importação, prévia ao embarque, exclusivamente pela LI." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIAS DE 11 DE JULHO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e com base da Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013 resolve:

Nº 779/18-EV- HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) OSVALDO LUIZ BATALHA inscrito (a) no CRMV-MG nº 14.967 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos - RUMINANTES, em saída de eventos pecuários para movimentação dentro do Estado de Minas Gerais.

Nº 780/18-EV- HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) MARIANA NOVAIS RODRIGUES inscrito (a) no CRMV-MG nº 11.446 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos - RUMINANTES, em saída de eventos pecuários para movimentação dentro do Estado de Minas Gerais.

Nº 781/18-EV- HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) KARINA NOVAIS LANDIM inscrito (a) no CRMV-MG nº 18.789 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos - RUMINANTES, em saída de eventos pecuários para movimentação dentro do Estado de Minas Gerais.

Nº 782/18-EV- HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) GILBERTO MARINHO VARELA inscrito (a) no CRMV-MG nº 18.344 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos - RUMINANTES, em saída de eventos pecuários para movimentação dentro do Estado de Minas Gerais.

Nº 783/18-EV- HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) LISANDRA ARNHOLD inscrito (a) no CRMV-MG nº 15.586 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos - RUMINANTES, em saída de eventos pecuários para movimentação dentro do Estado de Minas Gerais.

Nº 784/18-EV- HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) LUIS BARCELOS DE MELO NETO inscrito (a) no CRMV-MG nº 11.681 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos - RUMINANTES, em saída de eventos pecuários para movimentação dentro do Estado de Minas Gerais.

Nº 785/18-EV- HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) NAYARA DADALT VIEIRA inscrito (a) no CRMV-MG nº 14.448 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos - RUMINANTES, em saída de eventos pecuários para movimentação dentro do Estado de Minas Gerais.

Nº 786/18-EV- HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) JOÃO FERNANDO DE LIMA ROCHA inscrito (a) no CRMV-MG nº 16.007 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos - RUMINANTES, em saída de eventos pecuários para movimentação dentro do Estado de Minas Gerais.

Nº 787/18-EV- HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) PAULO JOBERTH RIBEIRO NOBRE inscrito (a) no CRMV-MG nº 14.850 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos - RUMINANTES, em saída de eventos pecuários para movimentação dentro do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Esta portaria sem numeração automática entra em vigor na data da sua publicação.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 75, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8 852, de 21 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, regulamentadas pelo Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.025204/2018-61, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa, anexa, que estabelece o controle e o monitoramento microbiológico em carcaça de suínos e em carcaça e carne de bovinos em abatedouros frigoríficos, registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), com objetivo de avaliar a higiene do processo e de reduzir a prevalência de agentes patogênicos.

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, para receber sugestões ou comentários de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Art. 3º As sugestões de que trata o art. 2º desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Normas Técnicas - CNT/CGPE, da Coordenação-Geral de Programas Especiais - CGPE/DIPOA, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do LINK
http://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/351951?lang=pt-BR.

§ 1º Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como a relevância e o impacto positivo da contribuição para a confiabilidade do Serviço de Inspeção Federal.

§2º Caso haja alguma dificuldade de acesso ao link, as sugestões deverão ser encaminhadas na forma de tabela (ou planilha eletrônica) para o endereço eletrônico: cnt.dipoa@agricultura.gov.br, prevendo as seguintes colunas:

I - item: identificação do item (Exemplo: art. 1º, § 1º, inciso I, da proposta de Instrução Normativa);

II - texto da minuta: citação da parte do texto original a que se refere;

III - sugestão: texto sugerido com alteração, inclusão ou exclusão;

IV - justificativa: embasamento técnico (ou legal) devidamente fundamentado de modo a subsidiar a discussão; e

V - contribuinte: responsável pela sugestão, identificado com o nome completo (se pessoa física) ou razão social (se pessoa jurídica), endereço eletrônico e telefone para contato.

VI - as sugestões ou comentários encaminhados eletronicamente deverão permitir a função de copiar e colar o texto contido, para fins de agilização da compilação destas sugestões ou comentários e da análise final.

Art. 4º A inobservância de qualquer inciso do art. 3º desta Portaria implicará na recusa automática da sugestão ou comentário encaminhado.

Art. 5º Findo o prazo estabelecido no art. 1º, desta Portaria, a Coordenação de Normas Técnicas deverá avaliar, em articulação com a área técnica envolvida com o tema objeto desta Portaria, as sugestões recebidas e proceder às adequações pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL ,

ANEXO I

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº ....., DE ....., DE 20....

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 18 e 53, do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 e o que consta do Processo nº 21000.025204/2018-61, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos o controle e o monitoramento microbiológico em carcaça de suínos e em carcaça e carne de bovinos em abatedouros frigoríficos, registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), com objetivo de avaliar a higiene do processo e de reduzir a prevalência de agentes patogênicos, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O controle e monitoramento microbiológico nos abatedouros frigoríficos de suínos e de bovinos incluirá as seguintes ações:

I - controle e monitoramento de *Enterobacteriaceae e Salmonella spp. em carcaça de suínos;*

II - controle e monitoramento de *Enterobacteriaceae e Salmonella spp. em carcaça de bovinos;*

III - controle e monitoramento de *Escherichia coli verotoxigênica dos sorogrupos O157:H7, O26, O45, O103, O111, O121 e O145 em carne de bovinos;*

IV - adoção de medidas de controle com o objetivo de restabelecer a conformidade em relação aos microrganismos descritos nos incisos I a III do caput ;

V - gestão de risco, pelo DIPOA, com base nos resultados microbiológicos; e

VI - revisão periódica e sistemática das ações de controle e monitoramento.

Art. 3º Os abatedouros frigoríficos de suínos e bovinos deverão prever os microrganismos definidos nessa Instrução Normativa em seus programas de autocontrole, considerando as peculiaridades das cadeias produtivas, desde a obtenção dos animais para o abate até o produto final.

Art. 4º Para determinação do número de amostras de *Salmonella spp. e Escherichia coli verotoxigênica será utilizada a classificação dos estabelecimentos de acordo com a média diária de animais abatidos; nos dias em que houve abate, considerando os últimos três meses.*

§ 1º Os abatedouros frigoríficos de suínos serão classificados conforme segue:

I - muito pequenos (PP) com abate diário inferior ou igual a cem suínos;

II - pequeno (P) com abate diário de cento e um a quinhentos suínos;

III - médio (M) com abate diário de quinhentos e um a um mil e quinhentos suínos;

IV - grande (G) com abate diário de um mil e quinhentos e um a três mil suínos; ou

V - muito grande (GG) com abate diário superior a três mil suínos.

§ 2º Os abatedouros frigoríficos de bovinos serão classificados conforme segue:

I - pequeno (P) com abate diário inferior ou igual a duzentos bovinos;

II - médio (M) com abate diário de duzentos e um a quinhentos bovinos;

III - grande (G) com abate diário de quinhentos e um a oitocentos bovinos; ou

IV - muito grande (GG) com abate diário superior a oitocentos bovinos.

Art. 5º A coleta de amostras será realizada aleatoriamente, considerando iguais chances de todos os lotes, linhas de abate, dias e hora dos turnos de abate serem amostrados.

Art. 6º O estabelecimento poderá escolher o laboratório que realizará os ensaios para controle e monitoramento dos microrganismos previstos nos incisos I a III do art. 2º, desde que obedeça às exigências contidas nesta Instrução Normativa e às metodologias preconizadas pela Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL), disponíveis no endereço eletrônico www.agricultura.gov.br

Art. 7º Para a coleta de amostra oficial devem ser atendidos os procedimentos descritos no manual de coleta de amostras de produtos de origem animal e no manual de procedimentos para laboratórios disponíveis no endereço eletrônico www.agricultura.gov.br.

§ 1º As amostras oficiais serão analisadas nos laboratórios que integram a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária.

§ 2º Os resultados dos ensaios das amostras oficiais serão encaminhados ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) e aos respectivos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA).

Art. 8º O SIF preencherá a planilha eletrônica constante nos Anexos VII e VIII desta Instrução Normativa e a enviará ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal ao qual estiver subordinado, que por sua vez consolidará os dados e os encaminhará anualmente à Coordenação Geral de Programas Especiais (CGPE) do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, por sistema eletrônico de informações.

Art. 9º O DIPOA e a CGAL serão responsáveis pela avaliação, gestão e divulgação dos resultados de caracterização fenotípica e genotípica dos patógenos isolados.

CAPITULO II
DO CONTROLE E MONITORAMENTO DE *Enterobacteriaceae e Salmonella spp. EM CARCAÇA DE SUÍNOS E DE BOVINOS*

Seção I

Das exigências aplicáveis aos abatedouros frigoríficos

Art. 10. O controle e monitoramento de *Enterobacteriaceae e Salmonella spp. será realizado pelos abatedouros frigoríficos em carcaça de suínos conforme definido no Anexo I e em carcaça de bovinos conforme definido no Anexo II desta Instrução Normativa.*

Art. 11. A coleta de amostra atenderá as seguintes instruções:

I - será realizada por esfregadura com o uso de suabes, após a lavagem final da carcaça, antes da entrada no resfriamento e antes de qualquer intervenção de mitigação de risco biológico;

II - para carcaça de suíno abrangerá quatro pontos da carcaça, sendo pernil, barriga, lombo e região axilar, perfazendo um total de quatrocentos centímetros quadrados; e

III - para carcaça de bovino abrangerá quatro pontos da carcaça, sendo alcatra, vazio, peito e pescoço, perfazendo um total de quatrocentos centímetros quadrados.

Parágrafo único. As amostras deverão ser mantidas a temperatura entre zero grau Celsius e dez graus Celsius, com tolerância de mais ou menos um grau Celsius.

Art. 12. A amostra deverá ser identificada e acompanhada das seguintes informações:

I - número do registro do estabelecimento no SIF;

II - identificação do lote; e

III - data, hora, turno e linha de abate.

Parágrafo único. A identificação das amostras para *Salmonella spp. deve incluir ainda o número da amostra do ciclo e o número do ciclo.*

Art. 13. Deverão ser mantidos os seguintes registros auditáveis sobre a coleta e envio da amostra:

I - informações constantes do art. 12 desta Instrução Normativa;

II - data e hora do envio ao laboratório; e

III - identificação da tatuagem da carcaça amostrada e cópia do boletim sanitário referente ao lote amostrado para as amostras de carcaças suínas.

Art. 14. Para o controle e monitoramento de *Enterobacteriaceae será utilizado um plano de três classes: aceitável, intermediária e inaceitável.*

Art. 15. A avaliação dos resultados do controle e monitoramento de *Enterobacteriaceae será realizada por meio de gráfico de controle estatístico de processo da média logarítmica diária dos resultados das cinco amostras coletadas.*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º O resultado da análise laboratorial será expresso em log de unidades formadoras de colônias por centímetro quadrado (log UFC/cm2).

§ 2º A média logarítmica diária dos resultados será considerada:

I - aceitável quando se mantiver abaixo de m;

II - intermediária quando se mantiver entre m e M; e

III - inaceitável quando ultrapassar o valor de M.

§ 3º Quando a média logarítmica diária for intermediária, interpretar-se-á esse resultado como uma tendência de desvio do processo.

§ 4º Quando a média logarítmica diária for inaceitável, interpretar-se-á esse resultado como falta de controle do processo.

Art. 16. Para controle e monitoramento de *Enterobacteriaceae realizados pelos abatedouros frigoríficos, serão coletadas cinco amostras em todos os dias em que houver abate.*

§ 1º No caso de serem obtidos todos os resultados aceitáveis num intervalo de 6 semanas consecutivas, a frequência poderá ser reduzida para coletas em dias alternados de abate.

§ 2º Após a implantação da amostragem prevista no § 1º do caput e, no caso de serem obtidos todos resultados aceitáveis num intervalo de 6 semanas consecutivas, a frequência poderá ser reduzida para coletas em um dia da semana.

Art. 17. Nos casos previstos nos § 3º e § 4º do art. 15, o abatedouro frigorífico deverá identificar a causa e adotar ações corretivas e preventivas para restabelecer o controle do processo.

Art. 18. O controle e monitoramento de *Salmonella spp. será realizado por meio de ciclos de amostragem conforme definido nos Anexos I e II desta Instrução Normativa, para carcaças de suínos e bovinos respectivamente.*

§ 1º Deverá ser utilizado um plano de duas classes, sendo (n) o número de amostras coletadas e (c) o número máximo de amostras positivas para o patógeno.

§ 2º O ciclo de amostragem será composto pelo número (n) de amostras a serem coletadas e o número máximo de amostras positivas aceitáveis (c).

§ 3º O resultado da análise laboratorial será expresso como presença ou ausência de *Salmonella spp. em quatrocentos centímetros quadrados.*

§ 4º O número de amostras (n) determinado no início de um ciclo deverá ser mantido até o seu final, independentemente da alteração da classificação do estabelecimento.

§ 5º Cada ciclo será finalizado depois de recebido o último resultado, mesmo após ter sido ultrapassado o limite máximo aceitável de amostras positivas durante a sua execução.

§ 6º O ciclo não será interrompido caso não seja finalizado no mesmo ano em que tenha iniciado.

Art. 19. Quando o número de amostras com presença de *Salmonella spp. for maior que o número aceitável (c), considerar-se-á que o ciclo foi violado e o estabelecimento deverá identificar a causa, revisar os programas de autocontrole e adotar ações corretivas e preventivas para restabelecer a conformidade em relação a esse agente.*

Art. 20. Os estabelecimentos deverão manter o índice de contaminação por *Salmonella spp. não superior ao número máximo de amostras positivas aceitáveis (c) constantes nos Anexo I e II desta Instrução Normativa.*

Art. 21. Os abatedouros frigoríficos de suínos, quando forem notificados pelo SIF da violação de um ciclo oficial de monitoramento de *Salmonella spp., deverão:*

I - realizar investigação para identificar a causa da violação, bem como adotar plano de ação para prevenção de novas violações;

II - revisar os programas de autocontrole; e

III - comprovar ao SIF as ações adotadas, por meio de registros auditáveis, em até 20 dias a contar da data da notificação.

Art. 22. Os abatedouros frigoríficos de bovinos, quando forem notificados pelo SIF de resultado oficial positivo para de *Salmonella spp., deverão:*

I - realizar investigação para identificar a causa da violação, bem como adotar plano de ação para prevenção de novas violações;

II - revisar os programas de autocontrole; e

III - comprovar ao SIF as ações adotadas, por meio de registros auditáveis, em até 20 dias a contar da data da notificação.

Seção II

Das ações de fiscalização do Serviço de Inspeção Federal

Art. 23. O SIF verificará o controle e monitoramento de *Enterobacteriaceae por meio da avaliação dos gráficos de controle realizados pelos abatedouros frigoríficos.*

Art. 24. Nos abatedouros frigoríficos de suínos o SIF verificará o controle e monitoramento de *Salmonella spp. por meio de ciclos de amostragem oficiais, conforme disposto no Anexo III.*

Parágrafo único. A grade de sorteio do ciclo oficial será divulgada pelo DIPOA aos SIF responsáveis pela coleta.

Art. 25. As culturas positivas de *Salmonella spp. isoladas de amostras oficiais serão encaminhadas para sorotipificação de acordo com instruções específicas estabelecidas pela CGAL.*

Art. 26. No ciclo de amostragem oficial, quando o número de amostras com detecção de presença de *Salmonella spp. em carcaças de suínos for maior que o número aceitável (c), o SIF deverá:*

I - notificar imediatamente o abatedouro frigorífico; e

II - verificar as ações adotadas pelo estabelecimento para restabelecer a conformidade em termos de controle de *Salmonella spp.*

Art. 27. Nos abatedouros frigoríficos de bovinos, o SIF verificará o controle e monitoramento de *Salmonella spp. utilizando a mesma amostra oficial coletada para controle e monitoramento de E. coli verotoxigênica.*

Art. 28. Na amostragem oficial, quando ocorrer resultados positivos para *Salmonella spp. em carne de bovinos, o SIF deverá:*

I - notificar imediatamente o abatedouro frigorífico; e

II - verificar as ações adotadas pelo estabelecimento para restabelecer a conformidade em termos de controle de *Salmonella spp.*

CAPITULO III

DO CONTROLE E MONITORAMENTO DE *Escherichia coli VEROTOXIGÊNICA EM CARNE DE BOVINOS*

Seção I

Das exigências aplicáveis aos abatedouros frigoríficos de bovinos

Art. 29. O controle e monitoramento de *E. coli verotoxigênica em carne de bovinos será realizado pelos abatedouros frigoríficos por meio de plano de amostragem de duas classes conforme definido no Anexo IV desta Instrução Normativa.*

§ 1º Para efeito dessa Instrução Normativa a carne de eleição para bovinos consiste em retalhos de desossa.

§ 2º Nos estabelecimentos que não realizam desossa deverá ser coletada carne de cabeça, diafragma ou esôfago.

Art. 30. A coleta de amostra para pesquisa de *E. coli verotoxigênica seguirá o método designado como N60, que consiste na coleta asséptica de sessenta pedaços pequenos de carne de bovino definida no art. 29 desta Instrução Normativa.*

§ 1º Os pedaços devem ser coletados a partir de fatias finas retiradas da superfície da carne, com tamanho de aproximadamente três centímetros de largura, oito centímetros de comprimento e meio centímetro de espessura, com peso aproximado entre cinco gramas e dez gramas.

§ 2º O peso dessa amostra será de no mínimo trezentos e vinte e cinco gramas.

Art. 31. O abatedouro poderá substituir o método N60 pelo uso de um cilindro coletor desde que observado o peso mínimo de trezentos e vinte e cinco gramas.

Art. 32. Para a coleta da amostra pela metodologia N60 deverá ser observado o que segue:

I - selecionar aleatoriamente um lote de produção identificado conforme descrito nos programas de autocontrole;

II - o número de pedaços a ser coletado em cada embalagem seguirá o disposto no Anexo V, de acordo com o número de embalagens que compõem o lote; e

III - se o lote amostrado for composto por mais de 5 embalagens, devem ser amostradas no mínimo cinco embalagens, incluindo sempre a primeira e a última do lote, sendo as demais selecionadas aleatoriamente.

Art. 33. A amostra deverá ser mantida resfriada para envio ao laboratório.

Parágrafo único. Quando as condições de logística não permitirem que a amostra chegue resfriada ao laboratório, a mesma poderá ser congelada e enviada na maior brevidade possível.

Art. 34. A amostra deverá ser identificada e acompanhada das seguintes informações:

I - número do registro do estabelecimento no SIF;

II - identificação do lote; e

III - data, hora, turno e linha de abate.

Art. 35. Deverão ser mantidos os seguintes registros auditáveis sobre a coleta e envio da amostra:

I - informações constantes do art. 34 desta Instrução Normativa;

II - estado de conservação da amostra, resfriada ou congelada; e

III - data e hora do envio;

Art. 36. As metodologias para detecção de *E. coli O157:H7 e dos sorogrupos O26, O45, O103, O111, O121 e O145 serão realizadas em três etapas.*

Parágrafo único. O resultado da análise laboratorial será expresso como presença ou ausência *E. coli O157:H7 e presença ou ausência de E. coli dos sorogrupos O26, O45, O103, O111, O121 e O145 em trezentos e vinte e cinco gramas.*

Art. 37. A primeira etapa da análise laboratorial consiste em teste de triagem para a identificação de amostras potencialmente positivas.

§ 1º No caso de resultado negativo, os procedimentos de análise estarão concluídos.

§ 2º No caso de resultado positivo, as amostras serão consideradas potencialmente positivas para *E. coli O157:H7 ou para um dos seis sorogrupos O26, O45, O103, O111, O121 e O145 e serão necessárias outras etapas para confirmação.*

Art. 38. A segunda etapa consistirá no isolamento em meio de cultura específico cujo resultado será interpretado como amostra presumivelmente positiva se forem observadas colônias típicas e reações com antisoro.

§ 1º No caso de resultado negativo, os procedimentos de análise estarão concluídos.

§ 2º No caso de resultados positivos, as amostras serão consideradas presumivelmente positivas e será necessária outra etapa para confirmação.

Art. 39. A terceira etapa consiste na determinação sorológica ou genética de um isolado bioquimicamente identificado como *E. coli verotoxigênica, confirmando a presença de O157:H7, O26, O45, O103, O111, O121 e O145.*

Parágrafo único. No caso de amostras positivas, o resultado será interpretado como positivo confirmado, informando o sorotipo alvo detectado.

Art. 40. O abatedouro frigorífico deverá manter segregado todo o lote testado para *E. coli verotoxigênica até a obtenção dos resultados das análises laboratoriais.*

Art. 41. No caso de resultado positivo para *E. coli verotoxigênica em lotes de carne de bovino de amostras coletadas pelo próprio frigorífico ou em amostras oficiais coletadas pelo SIF, o abatedouro frigorífico deverá:*

I - realizar o recolhimento de lotes de carne de bovino que possam ter tido contato com o lote positivo;

II - destinar o lote amostrado, bem como os lotes que possam ter tido contato com o mesmo para tratamento pelo calor com letalidade mínima de 6,5D;

III - realizar investigação para identificar a causa da violação, bem como adotar plano de ação para prevenção de novas violações;

IV - revisar os programas de autocontrole; e

V - comprovar ao SIF as ações adotadas, por meio de registros auditáveis, em até 20 dias a contar da data da notificação.

Art. 42. O abatedouro frigorífico que optar por utilizar somente o teste de triagem, deverá tratar o resultado potencialmente positivo conforme previsto no art. 41 desta Instrução Normativa.

Seção II

Das ações de fiscalização do Serviço de Inspeção Federal

Art. 43. Nos abatedouros frigoríficos de bovinos o SIF verificará o controle e monitoramento de *E. coli verotoxigênica por meio de amostragem oficial conforme disposto no Anexo VI e de acordo com o estabelecido nos artigos 30, 32, 33, 34 e 35 desta Instrução Normativa.*

§ 1º Para a coleta de amostra oficial não será permitido o uso de cilindro coletor.

§ 2º A grade de sorteio para a coleta das amostras oficiais será divulgada pelo DIPOA aos SIF responsáveis pela coleta.

Art. 44. Na amostragem oficial, quando ocorrer resultados positivos para *E. coli verotoxigênica, o SIF deverá:*

I - notificar imediatamente o abatedouro frigorífico; e

II - verificar as ações adotadas pelo estabelecimento para restabelecer a conformidade em termos de controle de *E. coli verotoxigênica.*

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. Serão aplicadas as sanções administrativas previstas na legislação vigente aos abatedouros frigoríficos que não observarem as determinações constantes nesta Instrução Normativa, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis.

Art. 46. O DIPOA e a CGAL serão responsáveis pela avaliação, gestão e divulgação dos resultados do banco de dados dos sorovares de *Salmonella spp.*

Art. 47. Os abatedouros frigoríficos terão o prazo de cento e vinte dias para se adequarem ao disposto nesta Instrução Normativa a contar da data da sua publicação.

Art. 48. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

1. Da amostragem para o autocontrole de *Salmonella spp. e interpretação dos resultados nos abatedouros frigoríficos de suínos.*

Prevalência esperada: 10%, Probabilidade de 80%

Classificação dos estabelecimentos	n	c	Número de ciclos/ano	Frequência de coleta de amostras
Muito pequeno	40	5	1	1 amostra/semana
Pequeno	40	5	2	2 amostras/semana
Médio	36*	5	3	3 amostras/semana
Grande	40	5	4	3 amostras/semana
Muito grande	40	5	5	5 amostras/semana

*Probabilidade 85%

2. Dos limites para interpretação dos resultados de *Enterobacteriaceae* em carcaças de suínos.

Inse

	Limites	
	m	M
Enterobacteriaceae	2,0 log UFC/cm² média logarítmica diária	3,0 log UFC/cm² média logarítmica diária

I

ANEXO II

1. Da amostragem para o autocontrole de *Salmonella* spp. e interpretação dos resultados nos abatedouros frigoríficos de bovinos.
Prevalência esperada: 3%, Probabilidade de 80%
Inse

Classificação dos estabelecimentos	n	c	Número de ciclos/ano	Frequência de coleta de amostras
Pequeno	50	2	1	1 amostra/semana
Médio	50	2	2	2 amostras/semana
Grande	48*	2	4	4 amostras/semana
Muito grande	50	2	5	5 amostras/semana

*Probabilidade 82%

2. Dos limites para interpretação dos resultados de *Enterobacteriaceae* em carcaças de bovinos.
Inse

	Limites	
	m	M
Enterobacteriaceae	1,5 log UFC/cm² média logarítmica diária	2,5 log UFC/cm² média logarítmica diária

ANEXO III

1. Da amostragem para verificação oficial de *Salmonella* spp. e interpretação dos resultados nos abatedouros frigoríficos de suínos.
Prevalência esperada: 10%, Probabilidade de 80%
Inse

Classificação dos estabelecimentos	n	c	Número de ciclos/ano	Frequência de coleta de amostras
Muito pequeno	8	1	1	1 amostra/2 semanas
Pequeno	8	1	1	1 amostra/2 semanas
Médio	8	1	1	1 amostra/2 semanas
Grande	8	1	1	1 amostra/2 semanas
Muito grande	8	1	1	1 amostra/2 semanas

ANEXO IV

1. Da amostragem para autocontrole de *E. coli* verotoxigênica nos abatedouros frigoríficos de bovinos
Inse

Classificação dos estabelecimentos	Periodicidade para coleta de amostras	Número de amostras/ano
Pequeno	1 amostra/2 meses	6
Médio	1 amostra/mês	12
Grande	1 amostra/mês	12
Muito grande	2 amostras/mês	24

ANEXO V

1. Do número de embalagens a serem amostradas para controle e monitoramento de *E. coli* verotoxigênica nos abatedouros frigoríficos de bovinos.

Número de embalagens do lote selecionado para amostragem	Número de fragmentos a serem coletados em cada embalagem
5	12
4	15
3	20
2	30
1	60

ANEXO VI

1. Da amostragem para verificação oficial de *E. coli* verotoxigênica e *Salmonella* spp. nos abatedouros frigoríficos de bovinos.
Inse

Classificação dos estabelecimentos	Periodicidade para coleta de amostras	Número de amostras/ano
Pequeno	1 amostra/2 meses	6
Médio	1 amostra/mês	12
Grande	1 amostra/mês	12
Muito grande	1 amostra/mês	12

ANEXO VII

PLANILHA ELETRÔNICA DE RESULTADOS - Verificação Oficial de Salmonella spp. em carcaça de suínos
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL

MEMORANDO Nº	_____/_____/_____
ASSUNTO: Verificação oficial de Salmonella spp. em carcaças de suínos	
Encaminhamos informações referentes a verificação oficial de Salmonella spp. em carcaças de suínos	
EMPRESA:	SIF:
ENDEREÇO:	CEP:
MUNICÍPIO:	UF:
TELEFONE:	e-mail:

CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ACORDO COM O VOLUME DE ABATE

CÓD.	BOVINOS
PP	ATÉ 100 SUÍNOS/DIA
P	DE 101 A 500 SUÍNOS/DIA
M	DE 501 A 1.500 SUÍNOS/DIA
G	DE 1.501 A 3.000 SUÍNOS/DIA
GG	ACIMA DE 3.000 SUÍNOS/DIA

SIPOA	UF	SIF	Classificação PP/P/M/G/GG	Nº ciclo	Nº amostra ciclo	Data coleta amostra	Dia semana	Turno	Linha	Hora	Lote	Tatuagem carcaça	GTA	Volume abate dia	Número lacre	SOA	Data envio	Horário envio	Resultado amostra	Sorovar identificado

SIPOA - Informar o número da regional do SIPOA
UF - Informar a UF de localização do SIF
SIF - Informar o número do SIF
Classificação dos estabelecimentos - informar se PP, P, M, G ou GG de acordo com a média diária de animais abatidos
Nº do CICLO - informar o número do ciclo referente ao ano que está sendo analisado
Nº AMOSTRA DO CICLO- Informar o número da amostra coletada de forma sequencial. Ao final de cada ciclo oficial a numeração da amostra deve ser reiniciada. (1, 2, 3...8)
DATA COLETA AMOSTRA - Informar a data da coleta da amostra oficial. DD/MM/AAAA
DIA DA SEMANA - informar com as 3 primeiras letras (SEG-TER-QUA-QUI-SEX-SAB-DOM)
TURNO: 1, 2 ou 3 - códigos referentes às amostras coletadas no primeiro, segundo ou terceiro turno
LINHA: 1, 2, 3, 4 - códigos referentes à denominação da linha de abate (linha 1, 2, 3 ou 4)
HORA: 1, 2, 3, 4....8 - códigos para informar a hora da coleta em relação ao turno (primeira, segunda, terceira... hora do turno de abate). Obs: Não informar hora fracionada, informar somente o número ordinal.
LOTE: Informar a identificação do lote da carcaça amostrada.
TATUAGEM DA CARCAÇA: Informar a identificação da tatuagem da carcaça amostrada.
GTA: Informar o número de identificação da Guia de Trânsito Animal (GTA) mencionada no Boletim Sanitário
VOLUME DE ABATE DO DIA: Informar a quantidade de suínos abatidos no dia da coleta.
NÚMERO DO LACRE: Informar o número do lacre da amostra oficial.
SOA: Informar a identificação da Solicitação Oficial de Análise (SOA) que acompanhará a amostra até o laboratório.
DATA DO ENVIO: Informar a data de envio da amostra oficial ao laboratório. DD/MM/AAAA
HORÁRIO DO ENVIO: Informar o horário de envio da amostra oficial ao laboratório. HH:MM
RESULTADO DO ENSAIO: Informar o resultado do ensaio oficial. Se Ausente ou Presente
SOROVAR IDENTIFICADO: Informar o resultado da tipificação. Ex.: *Salmonella* Enteritidis, *Salmonella*Typhimurium, etc.

RESPONDER AS SEGUINTES PERGUNTAS:
O CICLO OFICIAL FOI VIOLADO? ( ) SIM ( ) NÃO
SE A RESPOSTA DA PERGUNTA ACIMA FOR SIM, RESPONDER AS DEMAIS PERGUNTAS:
A EMPRESA FOI NOTIFICADA OFICIALMENTE DA VIOLAÇÃO DO CICLO? ( ) SIM ( ) NÃO ANEXAR A NOTIFICAÇÃO.
A EMPRESA APRESENTOU AS AÇÕES CORRETIVAS/PREVENTIVAS, CONFORME A PREVÊ A I.N.? ( ) SIM ( ) NÃO
ANEXAR AS AÇÕES DA EMPRESA FRENTE A VIOLAÇÃO.
O CICLO VIOLADO É REINCIDENTE? ( ) SIM ( ) NÃO OBS: SE SIM, QUANTAS VEZES?

OBSERVAÇÃO:

_____
ASSINATURA E CARIMBO DO
MÉDICO VETERINÁRIO DO SIF

ANEXO VIII

PLANILHA ELETRÔNICA DE RESULTADOS - Verificação Oficial de *Escherichia coli* verotoxigênica e *Salmonella* spp. em carne de bovinos
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL

MEMORANDO Nº	_____/_____/_____
ASSUNTO: Verificação oficial de Escherichia coli verotoxigênica e Salmonella spp. em carne de bovinos	
Encaminhamos informações referentes a verificação oficial de Escherichia coli verotoxigênica e Salmonella spp. em carne de bovinos	
EMPRESA :	SIF:
ENDEREÇO:	CEP:
MUNICÍPIO:	UF:
TELEFONE:	e-mail:

CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ACORDO COM O VOLUME DE ABATE

CÓD.	BOVINOS
P	ATÉ 200 BOVINOS/DIA
M	DE 201 A 500 BOVINOS/DIA
G	DE 501 A 800 BOVINOS/DIA
G G	ACIMA DE 800 BOVINOS/DIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SIPOA	UF	SIF	Classificação P/M/G/GG	Data coleta amostra	Dia semana	Turno	Linha	Hora	Lote	Volume abate do dia	Nº lacre	SOA	Estado conservação da amostra	Data envio	Horário envio	Resultado *E.coli* O157:H7	Resultado *E. coli* não-O157:H7	Sorogrupo *E. coli* não-O157:H7	Resultado *Salmonella* spp.

SIPOA - Informar o número da regional do SIPOA

UF - Informar a UF de localização do SIF

SIF - Informar o número do SIF

Classificação dos estabelecimentos - informar se P, M, G ou GG de acordo com a média diária de animais abatidos

DATA COLETA AMOSTRA - Informar a data da coleta da amostra oficial. DD/MM/AAAA

DIA DA SEMANA - informar com as 3 primeiras letras (SEG-TER-QUA-QUI-SEX-SAB-DOM)

TURNO: 1, 2 ou 3 - códigos referentes às amostras coletadas no primeiro, segundo ou terceiro turno

LINHA: 1, 2, 3, 4 - códigos referentes à denominação da linha de abate (linha 1, 2, 3 ou 4)

HORA:,1, 2, 3, 4....8 - códigos para informar a hora da coleta em relação ao turno (primeira, segunda, terceira... hora do turno de abate). Obs: Não informar hora fracionada, informar somente o número ordinal.

LOTE: Informar a identificação do lote da carcaça amostrada.

VOLUME DE ABATE DO DIA: Informar a quantidade de bovinos abatidos no dia da coleta.

NÚMERO DO LACRE: Informar o número do lacre da amostra oficial.

SOA: Informar a identificação da Solicitação Oficial de Análise (SOA) que acompanhará a amostra até o laboratório.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA AMOSTRA: Informar o estado de conservação da amostra para envio ao laboratório (RESFRIADA ou CONGELADA)

DATA DO ENVIO: Informar a data de envio da amostra oficial ao laboratório. DD/MM/AAAA

HORÁRIO DO ENVIO: Informar o horário de envio da amostra oficial ao laboratório. HH:MM

RESULTADO *E. coli* O157:H7 - Informar o resultado emitido pelo laboratório (PRESENTE ou AUSENTE)

RESULTADO *E. coli* NÃO O157:H7 - Informar o resultado emitido pelo laboratório (PRESENTE ou AUSENTE)

SOROGRUPO *E. coli* NÃO O157:H7: Informar o resultado do sorogrupo identificado, podendo ser O26, O45, O103, O111, O121 e O145;

RESULTADO *Salmonella* ssp.: Informar o resultado emitido pelo laboratório (PRESENTE ou AUSENTE)

OBSERVAÇÃO:

_____

ASSINATURA E CARIMBO DO
MÉDICO VETERINÁRIO DO SIF

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 134, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado de Tocantins, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO RAFAEL PEREIRA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O Estado de Tocantins cultivou, na safra 2016/2017, uma área de 46,1 mil hectares de milho (Zea mays L.) com uma produção de 219,2 mil de toneladas, conforme dados do levantamento da CONAB de julho de 2017.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região, a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

A fase mais crítica para a cultura, em relação ao déficit hídrico, é a de enchimento de grãos.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura do milho necessita de precipitação pluvial acima de 500 mm durante o ciclo; temperatura média diária acima de 19ºC e temperatura média noturna acima de 12,8ºC e abaixo de 25ºC; temperaturas, no período, próximo e durante o florescimento, entre 15ºC a 30ºC e ausência de déficit hídrico.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio com menor risco climático para o cultivo do milho no Estado.

A definição dos períodos de semeadura foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. Na análise hídrica foi utilizado um modelo de balanço hídrico da cultura para períodos de dez dias.

O balanço hídrico foi estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 55 estações pluviométricas disponíveis no Estado e entorno;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais pelo método de Pennam-Monteith nas 6 estações climatológicas disponíveis no Estado e entorno;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

Foram indicados os municípios que apresentaram em no mínimo, 20% de seu território, ISNA maior ou igual a 0,55 em, no mínimo, 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9339, ADV9860 PRO, ADV9860, ADV9853 PRO e ADV9853;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: CD3410PW, 2A401PW, 2B346PW, 2B433PW, CD3612PW, CD3775PW, 2B688RR, CD3770PW, 2B810PW, 2B647PW, 929V, 2B655PW, 2B640PW, CD 384PW, CD384RR, DB 2B339PW, NEX 5617PW, 2A401RR, CD3312PW, 2A510PW, 2B700PW e CD3880PW;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 20A55PW, 20A78PW, 30A37PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B512PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, 2B710PW, 2B210PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, 2B633PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR, FS620PWU e 30A37PWU;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35, 30F35R, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30R50YH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285, P4285YH, P4285YHR, 30F35VYHR, 30K75, P4285R, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7037VYH, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, 30S31, 30S31YH, P3646YH, P3779H e P3898;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1055, BRS 1060 e BRS 3040;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM812, BM812PRO2, BM815, BM815PRO2, BM855PRO2, SHS7990PRO2, SHS7930PRO2, SHS7939, BM270, ExtendaxRR2, BM3051, BM 207, BM 820, SHS 4090, SHS 5050, SHS 5070 e SHS 7090;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG6310 e LG36701PRO2;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI, BioZ 2365, PR 27D28, M 274, SOBERANO e SAB 40V62;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AS1551PRO2, AG 9040YG, AG9030PRO, AG9030PRO2, GNZ 9626PRO, AG 8676PRO2, AS1555PRO, AS1555PRO2, AS1555RR2, AS 1625PRO2, GNZ 9688PRO, GNZ 9505YG, AS 1665PRO, GNZ9501PRO, AG 9010PRO, AG 8676PRO, AS1596PROX, AS 1596RR2, AS 1596PRO2, AG 8580PRO, AG 8088PRO, AS1573PRO, DKB 350PRO, DKB177PRO, AS 1596, DKB390PROX, DKB 390RR2, AS 1581PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, AS1575PRO3, AG 7088PRO2, AS 1598PRO, AS 1598PRO2, AS 1633PRO2, AG 8088PRO2, AG8088PROX, AS 1598, AG 8061PRO, DKB 175PRO, DKB 310PRO, DKB 310PRO2, AG 8544PRO, AS 1656PRO2, DKB315PRO, DKB330PRO2, DKB 330RR2, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055PRO, AG8025PRO2, AG 8041PRO, AG 7088RR2, DKB 340PRO, AG7088PROX, DKB340PRO2, AG 7098PRO, AG 7088PRO, DKB 177PRO2, AG9030RR2, DKB330PRO, AG 7088, DKB245PRO2, DKB

177, AG7098PRO2, AG 8061PRO2, AG 8544PRO2, DKB 250PRO, DKB 177RR2, AS 1575PRO, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 90PRO, AG9000PRO3, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AG9030PRO3, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB177PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, LG 6036PRO, DKB310PRO3, DKB390PRO3, RB9110PRO, RB 9308PRO, LG 6036RR2, RB 9004PRO, RB 9005PRO, RB 9005PRO2, RB 9006PRO, SHS7915PRO3, BM950PRO3, 3700RR2, AS1596PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9004PRO2, RB 9005PRO3, SHS 7915PRO, LG 6030PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, RB 9006PRO3, AS1735PRO3, DKB345PRO3, AG 1051, AG 8061, DKB363PRO3, AG8700PRO3, AG8740PRO3, GNZ 9707PRO3, AS1730PRO3, LG 3055PRO, DKB230PRO3, NS93PRO3, DKB285PRO2, DKB290 e GNZ 9505PRO;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198RL, Balu434RL, Balu297RL, Balu 785, Balu 490, BALU 788, Balu 445 RL, Balu 787 RL, Balu198, Balu293, Balu297, Balu434, Balu445, Balu460, Balu787 e Balu460RL;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: DG 213, FTH 960, ATL 200, SM 505, SM 511, ATL 110, SM 966, ATL 310, RK3014 e RK3115;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7253;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2 e SX3345 TP1;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, GSS 3969, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, RB 6324, SX7331 Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 Viptera, Thunder, Tropical Plus, SOMMA VIP3, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2, SX7331 TG, Formula TG, 3040VIP3, SX7331 VIP2 e SW8004 VIP3.

GRUPO II

AGROPLANTA SEMENTES: AGR 40, AGR 20, AGR 10, AGR 30, AGR 50, AGR 90 e AGR VEREDA;

BIONACIONAL SEMENTES: Taurus e ÓRION;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 393 e CD 393Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 205, BR 206, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BRS 3025, BRS 3035, BRS 4154, BRS Sol da Manhã e BRS 4104;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2004, GNZ 2005 YG e GNZ7280;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: BM904, SHS7990, BM 620, BM 709, BM 810, SHS 3031, SHS 4070, SHS 4080, SHS 5090, SHS 5550 e SHS 5560;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 02A e RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2 e LG 6036PRO2;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS70, NS77PRO2 e NS82;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9100, K9200, K9220PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, R9080PRO2, R9330PRO2, K9606 VIP3, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9555 VIP3 e RB9789 VIP3;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, CATIVERDE 02 e AL 34;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076, SX1086 e SX1086 TP2;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Balu 178, Balu 184, BALU 551, Balu 580, BALU 761, CD 308 e SG 6418;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI-104, AGRI340 e AGRI320.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abreulândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Aguiarnópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Aliança do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Almas	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
Alvorada	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Ananás	30 a 36	29 a 36	28 a 36	28 a 29	28				
Angico	30 a 36	29 a 36	29 a 36	28 a 29	28	28			
Aparecida do Rio Negro	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Aragominas	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguacema	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguaçu	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Araguaína	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguanã	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguatins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29	28	28
Arapoema	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Arraias	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
Augustinópolis	33 a 36	31 a 36	30 a 36	30 a 32	30			29	29
Aurora do Tocantins	30 a 31	29 a 36	29 a 36	29 + 32 a 36			28	28	28
Axixá do Tocantins	33 a 36	30 a 36	30 a 36	30 a 32				29	29
Babaçulândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Bandeirantes do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Barra do Ouro	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Barrolândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Bernardo Sayão	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Bom Jesus do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Brasilândia do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Brejinho de Nazaré	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Buriti do Tocantins	33 a 36	31 a 36	30 a 36	30 a 32	30			29	29
Cachoeirinha	30 a 36	29 a 36	29 a 36			28	29	28	
Campos Lindos	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Cariri do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Carmolândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Carrasco Bonito	33 a 36	31 a 36	31 a 36	30 a 32	30	30		29	29
Caseara	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Centenário	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Chapada da Natividade	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Chapada de Areia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Colinas do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Colméia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Combinado	30 a 31	29 a 36	29 a 36	29 + 32 a 36			28	28	28
Conceição do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
Couto Magalhães	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Cristalândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Crixás do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Darcinópolis	30 a 36	29 a 36	28 a 36	28 a 29	28				
Dianópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Divinópolis do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Dois Irmãos do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Dueré	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Esperantina	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29	28	28
Fátima	28 a 36	28 a 36	28 a 36						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Figueirópolis	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Filadélfia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Formoso do Araguaia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Fortaleza do Tabocão	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Goianorte	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Goiatins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Guaraí	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Gurupi	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Ipueiras	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Itacajá	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Itaguatins	33 a 36	30 a 36	30 a 36	30 a 32	29	29			
Itapiratins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Itaporã do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Jaú do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Juarina	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Lagoa da Confusão	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Lagoa do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Lajeado	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Lavandeira	30 a 31	29 a 36	29 a 36	29 + 32 a 36			28	28	28
Lizarda	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Luzinópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28 a 29		
Marianópolis do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Mateiros	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Maurilândia do Tocantins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29	28	28
Miracema do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Miranorte	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Monte do Carmo	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Monte Santo do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Muricilândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Natividade	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Nazaré	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Nova Olinda	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Nova Rosalândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Novo Acordo	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Novo Alegre	30 a 31	29 a 36	29 a 36	29 + 32 a 36			28	28	28
Novo Jardim	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29				28	28
Oliveira de Fátima	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Palmas	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Palmeirante	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Palmeiras do Tocantins	30 a 36	29 a 36	29 a 36	28 a 29	28	28			
Palmeirópolis	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Paraíso do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Paranã	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Pau D'Arco	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Pedro Afonso	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Peixe	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Pequizeiro	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Pindorama do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Piraquê	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Pium	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Ponte Alta do Bom Jesus	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Ponte Alta do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Porto Alegre do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36			28	28	28	
Porto Nacional	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Praia Norte	34 a 36	31 a 36	31 a 36	30 a 33	30	30		29	29
Presidente Kennedy	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Pugmil	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Recursolândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Riachinho	30 a 36	29 a 36	28 a 36	28 a 29	28				
Rio da Conceição	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Rio dos Bois	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Rio Sono	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Sampaio	34 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 33	30	30	30	29	29
Sandolândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Santa Fé do Araguaia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Maria do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Rita do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Rosa do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Santa Tereza do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Terezinha do Tocantins	30 a 36	29 a 36	29 a 36	28 a 29	28	28			
São Bento do Tocantins	30 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28 a 29		
São Félix do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
São Miguel do Tocantins	34 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 33	30	30	30	29	29
São Salvador do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
São Sebastião do Tocantins	31 a 36	31 a 36	30 a 36	30	30			29	28 a 29
São Valério	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Silvanópolis	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Sítio Novo do Tocantins	34 a 36	31 a 36	30 a 36	30 a 33	30			29	29
Sucupira	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Taguatinga	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Taipas do Tocantins	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Talismã	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Tocantínia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Tocantinópolis	31 a 36	29 a 36	29 a 36	30	28	28	28 a 29		
Tupirama	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Tupiratins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Wanderlândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Xambioá	30 a 36	28 a 36	28 a 36	28 a 29					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abreulândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Aguiarnópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Aliança do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Almas	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
Alvorada	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Ananás	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Angico	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Aparecida do Rio Negro	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Aragominas	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguacema	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguaçu	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Araguaína	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguanã	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguatins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29	28	28
Arapoema	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Arraias	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
Augustinópolis	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30				29	29
Aurora do Tocantins	30 + 34 a 35	29 a 36	29 a 36	29 + 31 a 33 + 36			28	28	28
Axixá do Tocantins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30				29	29
Babaçulândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Bandeirantes do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Barra do Ouro	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Barrolândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Bernardo Sayão	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Bom Jesus do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Brasilândia do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Brejinho de Nazaré	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Buriti do Tocantins	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30		29	29
Cachoeirinha	30 a 36	30 a 36	29 a 36	29	29	28		28	
Campos Lindos	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Cariri do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Carmolândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Carrasco Bonito	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30		29	29
Caseara	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Centenário	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Chapada da Natividade	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Chapada de Areia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Colinas do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Colméia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Combinado	30 + 34	29 a 36	29 a 36	29 + 31 a 33 + 35 a 36			28	28	28
Conceição do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
Couto Magalhães	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Cristalândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Crixás do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Darcinópolis	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Dianópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Divinópolis do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Dois Irmãos do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Dueré	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Esperantina	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29	28	28
Fátima	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Figueirópolis	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Filadélfia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Formoso do Araguaia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Fortaleza do Tabocão	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Goianorte	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Goiatins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Guaraí	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Gurupi	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Ipueiras	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Itacajá	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Itaguatins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29		
Itapiratins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Itaporã do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Jaú do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Juarina	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Lagoa da Confusão	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Lagoa do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Lajeado	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Lavandeira	30 + 34	29 a 36	29 a 36	29 + 31 a 33 + 35 a 36			28	28	28
Lizarda	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Luzinópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Marianópolis do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Mateiros	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29		28	28	28	
Maurilândia do Tocantins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29	28	28
Miracema do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Miranorte	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Monte do Carmo	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Monte Santo do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Muricilândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Natividade	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
Nazaré	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Nova Olinda	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Nova Rosalândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Novo Acordo	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Novo Alegre	30 + 34	29 a 36	29 a 36	29 + 31 a 33 + 35 a 36			28	28	28
Novo Jardim	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Oliveira de Fátima	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Palmas	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Palmeirante	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Palmeiras do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Palmeirópolis	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Paraíso do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Paranã	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Pau D'Arco	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Pedro Afonso	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Peixe	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Pequizeiro	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Pindorama do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Piraquê	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Pium	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Ponte Alta do Bom Jesus	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Ponte Alta do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Porto Alegre do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36				28	28	28
Porto Nacional	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Praia Norte	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30		29	29
Presidente Kennedy	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Pugmil	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Recursolândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Riachinho	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Rio da Conceição	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Rio dos Bois	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Rio Sono	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Sampaio	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31	30	30	30	29	29
Sandolândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Santa Fé do Araguaia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Maria do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Rita do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Rosa do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Santa Tereza do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Terezinha do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
São Bento do Tocantins	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
São Félix do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
São Miguel do Tocantins	32 a 36	31 a 36	31 a 36	31	30	30	30	29	29
São Salvador do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
São Sebastião do Tocantins	31 a 36	31 a 36	30 a 36	30	30	29	29	29	28
São Valério	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Silvanópolis	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Sítio Novo do Tocantins	31 a 36	31 a 36	30 a 36	30	30			29	29
Sucupira	29 a 36	29 a 36	28 a 36	28	28				
Taguatinga	30 a 35	29 a 36	29 a 36	29 + 36			28	28	28
Taipas do Tocantins	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29			28	28	28
Talismã	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Tocantínia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Tocantinópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Tupirama	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Tupiratins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Wanderlândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Xambioá	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Abreulândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Aguiarnópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Aliança do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Almas	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
Alvorada	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Ananás	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Angico	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Aparecida do Rio Negro	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Aragominas	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguacema	28 a 36	28 a 36	28 a 36						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Araguaçu	29 a 35	28 a 36	28 a 36	28 + 36					
Araguaína	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguanã	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Araguatins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29	28	28
Arapoema	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Arraias	29 a 34	29 a 35	29 a 36	35	28 + 36	28	28 + 36		
Augustinópolis	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30				29	29
Aurora do Tocantins	30 a 33	29 a 35	29 a 36	29 + 34 a 35	36		28 + 36	28	28
Axixá do Tocantins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30				29	29
Babaçulândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Bandeirantes do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Barra do Ouro	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Barrolândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Bernardo Sayão	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Bom Jesus do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Brasilândia do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Brejinho de Nazaré	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Buriti do Tocantins	31 a 36	31 a 36	30 a 36	30	30			29	29
Cachoeirinha	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29		28		28	
Campos Lindos	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Cariri do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Carmolândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Carrasco Bonito	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30		29	29
Caseara	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Centenário	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Chapada da Natividade	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Chapada de Areia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Colinas do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Colméia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Combinado	30 a 33	29 a 35	29 a 36	29 + 34 a 35	36		28 + 36	28	28
Conceição do Tocantins	29 a 35	29 a 36	29 a 36	36	28	28	28		
Couto Magalhães	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Cristalândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Crixás do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Darcinópolis	29 a 36	29 a 36	28 a 36	28	28				
Dianópolis	30 a 35	29 a 36	29 a 36	29 + 36			28	28	28
Divinópolis do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Dois Irmãos do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Dueré	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Esperantina	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29	28	28
Fátima	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Figueirópolis	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Filadélfia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Formoso do Araguaia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Fortaleza do Tabocão	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Goianorte	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Goiatins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Guaraí	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Gurupi	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Ipueiras	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Itacajá	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Itaguatins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30		29	29	29	
Itapiratins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Itaporã do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Jaú do Tocantins	29 a 35	29 a 36	29 a 36	28 + 36	28	28			
Juarina	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Lagoa da Confusão	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Lagoa do Tocantins	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Lajeado	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Lavandeira	30 a 33	29 a 35	29 a 36	29 + 34 a 35	36		28 + 36	28	28
Lizarda	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Luzinópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Marianópolis do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Mateiros	30 a 35	29 a 36	29 a 36	29 + 36	28	28	28		
Maurilândia do Tocantins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	29	29	29	28	28
Miracema do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Miranorte	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Monte do Carmo	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Monte Santo do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Muricilândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Natividade	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Nazaré	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
Nova Olinda	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Nova Rosalândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Novo Acordo	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Novo Alegre	30 a 33	29 a 35	29 a 36	29 + 34 a 35	36		28 + 36	28	28
Novo Jardim	30 a 35	29 a 36	29 a 36	29 + 36				28	28
Oliveira de Fátima	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Palmas	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Palmeirante	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Palmeiras do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Palmeirópolis	29 a 35	29 a 36	29 a 36	28 + 36	28	28			
Paraíso do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Paranã	29 a 35	29 a 36	29 a 36	28 + 36	28	28			
Pau D'Arco	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Pedro Afonso	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Peixe	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Pequizeiro	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Pindorama do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Piraquê	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Pium	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Ponte Alta do Bom Jesus	30 a 34	29 a 35	29 a 36	29 + 35 a 36	36		28	28	28
Ponte Alta do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Porto Alegre do Tocantins	30 a 35	29 a 36	29 a 36	29 + 36			28	28	28
Porto Nacional	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Praia Norte	31 a 36	31 a 36	31 a 36	30	30	30		29	29
Presidente Kennedy	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Pugmil	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Recursolândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Riachinho	29 a 36	29 a 36	28 a 36	28	28				
Rio da Conceição	30 a 35	29 a 36	29 a 36	29 + 36			28	28	28
Rio dos Bois	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Rio Sono	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Sampaio	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30	29	29
Sandolândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Santa Fé do Araguaia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Maria do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Rita do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Rosa do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Santa Tereza do Tocantins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Santa Terezinha do Tocantins	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28		
São Bento do Tocantins	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28		
São Félix do Tocantins	29 a 35	29 a 36	29 a 36	36	28	28	28		
São Miguel do Tocantins	31 a 36	31 a 36	31 a 36		30	30	30	29	29
São Salvador do Tocantins	29 a 35	29 a 36	29 a 36	28 + 36	28	28			
São Sebastião do Tocantins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30			29	29	28 a 29
São Valério	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Silvanópolis	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Sítio Novo do Tocantins	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30				29	29
Sucupira	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Taguatinga	30 a 34	29 a 35	29 a 36	29 + 35	36		28 + 36	28	28
Taipas do Tocantins	30 a 35	29 a 36	29 a 36	29 + 36			28	28	28
Talismã	29 a 35	28 a 36	28 a 36	28 + 36					
Tocantínia	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Tocantinópolis	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29		28	28	28	
Tupirama	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Tupiratins	28 a 36	28 a 36	28 a 36						
Wanderlândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					
Xambioá	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28					

PORTARIA Nº 135, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado de Roraima, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO RAFAEL PEREIRA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L.) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 110 dias); Grupo II (110 dias ≤ n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

c)Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

e)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21, ºC;

II. T. média decendial >15oC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Além disso, os estudos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático foram realizados com base no Projeto PRODES (2008, INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) no qual foram consideradas as áreas de não florestas, áreas de cerrado, e desmatamento até 2008.

Segundo o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), são consideradas áreas rurais consolidadas aquelas com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

O resultado final é a indicação dos municípios que apresentaram, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,55 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR101, CR106, CR120, CRWX01, CR804, CR808, CR102, CR107, CR109, CR113, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR130;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: CD3410PW, 2A401PW, 2B346PW, CD3612PW, CD3775PW, CD3770PW, 2B810PW, 2B647PW, 929V, 2B640PW, CD 384PW, CD384RR, DB 2B339PW, NEX 5617PW, 2A401RR, CD3312PW, 2A510PW, 2B700PW e CD3880PW;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: MG652PW, MG699PW, MG580PW, 2A620PW, 2B210PW, 2B587PW, 2B587RR, 2B610PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2A521PW, MG711PW, 2B533PW, MG300PW, 2B633PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, MG545PW, MG652RR e FS620PWU;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F35R, 30F35VYHR, 30F53, 30F53E, 30F53R, 30F53VYH, 30F53VYHR, 30R50VYH, 30R50YH, 30S31VYH, 30S31VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7049, BG7049YH, BG7061YHR, BG7542H, BG7720VYHR, P1680YH, P2830VYH, P2866H, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431, P3431VYH, P3456H, P3456VYH, P3630H, P3646, P3646YHR, P3844H, P3862H, P4285, P4285YH, BG7061H, BG7432H, BG7037H, BG7037VYH, BG7439, BG7439H, P2830, P2830H, 30F53YH, P3646YH e P3898;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1055, BRS 1060 e BRS 3040;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA: SHS7939 e BM270;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG6310 e LG36701PRO2;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ9501PRO, GNZ 9505YG, GNZ 9626PRO, GNZ 9688PRO, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 4600RR2, AG7088PRO3, AG8061PRO3, AG8070PRO3, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, SHS 7920PRO, NS 50PRO, NS 50PRO2, AG9000PRO3, NS 90PRO, AG9025PRO3, NS 90PRO2, AS1555PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, LG 6304PRO, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB310PRO3, DKB390PRO3, LG 6036PRO, LG 6036RR2, BM950PRO3, AG9030PRO3, 3700RR2, AS1596PRO3, SHS 7915PRO, LG 6030PRO, BM 840PRO, LG 6030PRO2, LG 6030PRO3, AG 1051, AG 5055PRO, DKB363PRO3, AG 8088PRO2, AG8700PRO3, GNZ 9707PRO3, AG8740PRO3, AS 1581PRO, AS 1598, AS1730PRO3, LG 3055PRO, NS93PRO3, RB 9004PRO2, RB 9006PRO3, RB 9110PRO2, RB 9110PRO3, RB 9005PRO2, RB 9005PRO3, DKB285PRO2, DKB345PRO3 e GNZ 9505PRO;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu 490, Balu 785, Balu 445 RL, Balu198RL, Balu434RL, Balu297RL, BALU 788, Balu 787 RL, Balu198, Balu293, Balu297, Balu434, Balu445, Balu460, Balu787 e Balu460RL;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22D11, PRE 22T10, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, PRE 22S11, PRE 22S11 TP, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, PRE2601 TP, SX1076 TP2, PRE2601 TP2, SX1060 TP3, SX1388 TP2, SX3197TP2 e SX3345 TP1;

SYNGENTA SEEDS LTDA: Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN8A98 Viptera, Somma, Somma TL, Somma Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, Formula VIP2 e Formula TG.

GRUPO II

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 106, BR 451, BR 473, BRS 1010, BRS 2020, BRS 2223, BRS 4154, BRS Sol da Manhã e BRS 4104;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 2M80, 2M77, 3M51, 4M50, 4M02, 2M88 e 3M40;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9690PRO, BM 915PRO, BM780PRO, NS92PRO, NS 92PRO2, LG 6033PRO2, LG6036PRO3, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG6050PRO2, LG 6050PRO3, NS 50RR2, LG 6036PRO2 e SHS7910PRO3;

SEMPRE SEMENTES: SX1076, SX1086 e SX1086 TP2;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI-104, AGRI340 e AGRI320.

GRUPO III

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, Al Bianco e AL 34;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Alto Alegre	15 a 17	15 a 18	15 a 18	18		19		19	20
Amajari	15 a 17	15 a 18	15 a 18			19	18		
Boa Vista	15 a 17	15 a 17	15 a 18		18	19	18		
Bonfim	15 a 16	15 a 17	15 a 18	17	18				19
Cantá	15 a 17	15 a 17	15 a 18		18	19	18	19	
Caracaraí	15 a 17	15 a 18	15 a 18	18		19 a 20	19	19 a 20	
Caroebe				15	15 a 16	15 a 16	16 a 17	17 a 18	17 a 19
Iracema	15 a 17	15 a 17	15 a 18	18	18	19		19 a 20	20
Mucajaí	15 a 17	15 a 18	15 a 18	18		19		19 a 20	20
Normandia	15 a 16	15 a 17	15 a 17	17		18		18	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pacaraima	15 a 17	15 a 17	15 a 18		18		18		19
Rorainópolis			15 a 16	15 a 16	15 a 17	17 a 18	17 a 18	18 a 19	19 a 20
São João da Baliza				15 a 16	15 a 16	15 a 17	17	17 a 18	18 a 19
São Luiz			15 a 16	15 a 16	15 a 17	17 a 18	17	18	19
Uiramutã	15 a 17	15 a 17	15 a 17			18		18	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Alto Alegre	15	15 a 16	15 a 17	16				17	18
Amajari	15	15 a 16	15 a 17	16				17	18
Boa Vista	15	15 a 16	15 a 16	16		17		17	18
Bonfim	15	15	15 a 16		16	17	16	17	
Cantá	15	15 a 16	15 a 16	16		17		17	18
Caracaraí	15 a 16	15 a 16	15 a 17		17	18	17 a 18	18	19 a 20
Caroebe					15	15 a 16	15 a 16	16	17
Iracema	15	15 a 16	15 a 16	16		17 a 18	17	17	
Mucajaí	15 a 16	15 a 16	15 a 17		17	18	17		
Normandia	15	15	15 a 16		16	17	16		
Pacaraima	15	15 a 16	15 a 17	16				17	
Rorainópolis					15	15 a 16	15 a 16	16 a 17	17 a 18
São João da Baliza					15	15 a 16	15 a 16	16 a 17	17
São Luiz					15	15 a 16	15 a 16	16 a 17	17 a 18
Uiramutã	15	15	15 a 16		16	17	16		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Alto Alegre			15		15	16	15	16	17
Amajari			15		15		15	16	16
Boa Vista			15		15		15	16	16
Bonfim						15		15	16
Cantá			15		15		15	16	16
Caracaraí		15	15	15		16	16	16 a 17	17 a 18
Caroebe								15	15 a 16
Iracema			15		15	16	15	16	17
Mucajaí			15		15	16	15	16	17
Normandia						15		15	
Pacaraima			15		15		15	16	16
Rorainópolis						15		15	16 a 17
São João da Baliza								15	15 a 16
São Luiz								15	15 a 16
Uiramutã			15					15	

RETIFICAÇÃO

Tornar sem efeito a retificação referente à portaria nº 32, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de julho de 2018, Seção 1, página 287, por ter saído com inconsistência no texto.

RETIFICAÇÃO

No anexo da Portaria nº 32, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2011, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de mandioca no Estado do Paraná, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA,

Onde se lê:

MUNICÍPIO	PERÍODOS DE PLANTIO		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Maria Helena	22 a 27	22 a 27	22 a 27

Leia-se:

MUNICÍPIO	PERÍODOS DE PLANTIO		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Maria Helena	16 a 27	16 a 27	16 a 27

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 130, de 11 de julho de 2018, publicada no DOU de 12/7/2018, Seção 1, pág. 274, na assinatura, Onde se lê: Rafael Pereira, Leia-se: Sávio Rafael Pereira.

(p/Coejo)



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.409-SEI, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.013651/2018-18, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO GUAÍBA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de VERANÓPOLIS, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 22 (vinte e dois), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.537-SEI, DE 9 DE JULHO 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.025631/2014-68, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 12.852/2018/SEI-MCTIC e n.º 14.021/2018/SEI-MCTIC, chanceladas pelo Parecer nº00679/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de maio de 2012, a concessão outorgada à Rádio Princesa Isabel Ltda., nos termos do Decreto n.º 87.110, de 19 de abril de 1982, publicado no Diário Oficial da União de 22 de abril de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Princesa Isabel, estado da Paraíba, serviço esse posteriormente adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2013.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.539-SEI, DE 9 DE JULHO 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,o uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.011767/2014-34, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 12.573/2018/SEI-MCTIC e n.º 13.835/2018/SEI-MCTIC, chanceladas pelo Parecer nº 00683/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 01 de maio de 2014, a concessão outorgada originalmente à Rádio City Ltda., nos termos da Portaria MVOP n.º 276, de 6 de abril de 1954, e posteriormente transferida à Fundação Cultural João Paulo II, nos termos do Decreto s/n.º, datado em 3 de setembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 1999, para a execução do serviço de radiodifusão sonora onda média, de caráter nacional, no município de Contagem, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.544-SEI, DE 9 DE JULHO 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.011766/2014-90, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 12.625/2018/SEI-MCTIC e n.º 13.992/2018/SEI-MCTIC, chanceladas pelo Parecer nº 00722/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 01 de maio de 2014, a concessão outorgada originalmente à Rádio Cultura de Belo Horizonte Ltda., nos termos da Portaria MJNI nº 190-B, de 13 de abril de 1962, e posteriormente transferida à Fundação Cultural João Paulo II, nos termos do Decreto s/n.º, datado em 3 de setembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 1999, para a execução do serviço de radiodifusão sonora onda média, de caráter nacional, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 880, DE 6 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, tendo em vista o disposto no Parecer Jurídico nº 1001/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante no Processo n° 53000.023013/2011-84, resolve não conhecer o pedido de reconsideração interposto pela RÁDIO O DIA FM LTDA., Fistel n° 01008012424, face à Portaria nº 980 de 03 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2012, que aplicou a penalidade de suspensão por 2 (dois) dias, pela prática das infrações administrativas dispostas no art. 38, alínea "c" da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com fundamento no art. 63, "a" do mesmo diploma legal.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 4.826, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências à SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA - SMSU, CNPJ nº 05.245.375/0001-35 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 4.842, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências à VERZANI & SANDRINI SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 64.179.724/0001-27 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 3 DE JULHO DE 2018

Nº 4.962 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 00.637.277/0001-20 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

N° 4.993 - Expede autorização à ODESSA ENGENHARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 13.261.622/0001-15 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 4.963, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências à GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0001-55 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 5.029, DE 4 DE JULHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências à GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0027-33 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 5 DE JULHO DE 2018

Nº 5.055 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à TIM CELULAR S/A, CNPJ nº 04.206.050/0001-80 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

N° 5.067 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à CITROSUCO S/A AGROINDÚSTRIA, CNPJ nº 33.010.786/0001-87 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 6 DE JULHO DE 2018

Nº 5.078 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PROPRIETÁRIOS DO RESIDENCIAL COLINAS DO ERMITAGE, CNPJ nº 00.363.513/0001-67 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.079 - Outorga autorização para uso de radiofrequências ao CONDOMÍNIO AQUARIUS SHOPPING CENTER, CNPJ nº 66.495.318/0001-07 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.080: Expede autorização ao MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ, CNPJ nº 46.523.163/0001-50 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

Nº 5.081 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à SABRE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.333.527/0001-63 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.082 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à DORMER TOOLS S/A, CNPJ nº 60.875.580/0001-92 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.083 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à ADMINISTRADORA OSASCO PLAZA SHOPPING LTDA, CNPJ nº 00.633.053/0001-40 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.084 - Outorga autorização para uso de radiofrequências ao CONDOMÍNIO CLUBE MORADIA JARDIM DO CEDRO, CNPJ nº 56.355.357/0001-47 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.085: Prorroga autorização para uso de radiofrequências à COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ, CNPJ nº 62.070.362/0001-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.087 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRÁS, CNPJ nº 33.000.167/0108-40 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 10 DE JULHO DE 2018

Nº 5.119 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à HAGANÁ SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ nº 00.994.242/0001-48 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.120 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à HAGANÁ SEGURANÇA LIMITADA, CNPJ nº 01.115.200/0001-52 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.121: Expede autorização à CJ DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ nº 07.450.031/0001-93 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

Nº 5.122: Expede autorização à RIACHO GRANDE GOLF CLUBE, CNPJ nº 08.271.788/0001-82 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

Nº 5.123 - Outorga autorização para uso de radiofrequências ao CONDOMÍNIO ARUJAZINHO IV, CNPJ nº 54.782.792/0001-22 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.124 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à OPERADORA DE SHOPPING CENTER ELDORADO LTDA, CNPJ nº 46.365.524/0001-87 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.125 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL, CNPJ nº 61.049.250/0001-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.126: Expede autorização à ROSANA GOMES DOS SANTOS COSSOLINO & CIA LTDA, CNPJ nº 07.011.138/0001-35 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

Nº 5.127: Expede autorização à ANTÔNIO BELTRAN MARTINEZ, CPF nº 004.638.098-15 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 5.128 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à EVIK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 01.111.567/0001-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.129 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à SASIT - SOCIEDADE DOS AMIGOS DO SÍTIO TAGUAÍBA, CNPJ nº 02.287.994/0001-02 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.130 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à AGROPASTORIL SÃO GERALDO LTDA, CNPJ nº 43.681.147/0001-05 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 5.137 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à RAÍZEN CENTROESTE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, CNPJ nº 08.619.844/0001-27 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 5.041, de 4 de julho de 2018, cujo extrato foi publicado no DOU de 12 de julho de 2018, Seção 1, página 288, retifica-se o que segue:

Onde se lê: "Serviço Limitado Privado"

Leia-se: "Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Transmissão de Programas"

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 5.142, DE 10 DE JULHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, CNPJ nº 02.003.575/0001-93 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 11 DE JULHO DE 2018

Nº 5.168 - Processo nº 53578.002206/2007-81.

Transfere autorização expedida à R. A. COMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ nº 08.935.043/0001-70, para OWL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 29.905.455/0001-38, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação do serviço, todo o território nacional.

Nº 5.190 - Processo nº 53578.002206/2007-81.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à OWL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 29.905.455/0001-38, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 5.090, DE 6 DE JULHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências à ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A, CNPJ nº 83.382.721/0001-30 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

ANDRE RODRIGUES PESSOA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 4.845, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A., CNPJ nº 20.223.016/0001-70 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 4.850, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0019-84 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 4.981, DE 3 DE JULHO DE 2018

Prorroga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 28.538.734/0001-48 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 4.996, DE 3 DE JULHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONCESSIONARIA AEROPORTO RIO DE JANEIRO S/A, CNPJ nº 19.726.111/0001-08 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.189, DE 11 DE JULHO DE 2018

Autoriza Akron Technical Service Ltda., CNPJ nº 28.712.891/0001-28, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Trajano de Moraes/RJ, no período de 15/07/2018 a 12/09/2018.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA

ATO Nº 8, DE 10 DE JULHO DE 2018

O Chefe do Departamento de Logística da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no uso das atribuições que lhe confere a Portaria/PRESI-95/2017, torna público o Edital de Nomeação de Fiel Depositário de Armazém Geral.

WILLYAN AKIRA MATSUBARA

ANEXO

EDITAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com sede à Quadra SBN Quadra1, Bloco A CJ 03 - Asa Norte - Brasília - Distrito Federal, NIRE 53.5.0000030-5 e unidade(s) armazenadora(s) localizada(s) à Rua AFONSO CAVALCANTI, 22 7º ANDAR, PAV. A - Cidade Nova - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, NIRE 33.9.0142983-7, representada pela Sra. Karen Batista Magalhães, CPF: 095.589.787-44 que assinou, em 11.04.2018, o Termo de Responsabilidade de Fiel Depositário conforme fls. 20/21 do processo 00-2017/249006-5, está habilitada a funcionar como Armazém Geral de acordo com o art. 1º, § 2º do Decreto Federal nº 1.102, de 21.11.1903, conforme "Documento de Armazéns Gerais" registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00003126357, em 08/12/2017.

Rio de Janeiro-RJ, 16 de abril de 2018.

LUIZ A. PARANHOS VELLOSO JUNIOR
Presidente - Jucerja ID: 1919046-8

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 3.469-SEI, DE 11 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.031444/2018-45, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Águas de Lindóia, estado de São Paulo, por meio do canal 24 (vinte e quatro), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 1.015-SEI, DE 28 DE JUNHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.026209/2018-51, resolve:

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 16 (dezesseis) à União, a partir de 8 de maio de 2018, da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de IMPERATRIZ/MA. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, podendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, salvo quando estiver prevista a imediata utilização do canal analógico para a transmissão do sinal digital de outra entidade. Ressalta-se que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 26 (vinte e seis), consignado por intermédio da Portaria nº 192, de 24 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União, em 9 de março de 2012.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.016-SEI, DE 28 DE JUNHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.026765/2018-28, resolve:

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 17+ (dezessete decalado para mais) à União, a partir de 10 de maio de 2018, da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de TRÊS CORAÇÕES/MG. A programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 15 (quinze), consignado por intermédio da Portaria nº 4.251, de 2 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 9 de agosto de 2017.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.306-SEI, DE 12 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.035294/2018-49, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 15785/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência e de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga interposto pela SM COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.220-SEI, DE 27 DE JUNHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.004695/2018-57, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de RIO BRANCO DO SUL, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 39 (trinta e nove), nos termos da Nota Técnica nº 4338/2018/SEI-MCTIC.

RICARDO MESQUITA MUNIZ

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 705-SEI, DE 24 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.023202/2016-18, resolve aprovar a alteração das características técnicas da estação de frequência modulada do SISTEMA DE RADIODIFUSÃO VEREDAS DE UNAÍ LTDA - EPP, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de UNAÍ, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 251 (duzentos e cinquenta e um), classe A4, nos termos da Nota Técnica nº 8779/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.236-SEI, DE 5 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.032582/2018-41, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO PRIMAVERA LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Primavera do Leste-MT, utilizando o canal n.º 228 (duzentos e vinte oito), classe B2, nos termos da Nota Técnica n.º 14972/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.290-SEI, DE 11 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.037935/2018-08, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO SOL MAIOR LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Maceió-AL, utilizando o canal n.º 293 (duzentos e noventa e três), classe A1, nos termos da Nota Técnica n.º 15664/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 460, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

182112 - Festival de Humor e Ilusionismo nas Praças
CLAUDIONOR FARIAS DA CRUZ
CNPJ/CPF: 960.852.311-72
Processo: 01400011194201866
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 214.316,16
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Levar uma apresentação de shows de humor e ilusionismo em 12 apresentações ao longo de 12 meses para praças, shoppings ou feiras na cidades do Distrito Federal e região.

182107 - 18º FIH2 Festival Internacional de Hip Hop
O.N.EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 03.753.646/0001-38
Processo: 01400011189201853
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 544.693,75
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O FIH2 Festival Internacional de Hip Hop está em sua 18ª edição promovendo o encontro de artistas da dança e pesquisadores do Brasil e exterior. Com o intuito de oportunizar o aprimoramento para profissionais e amadores, através de palestras, debates, oficinas, competições e relacionamento interpessoal, oferece a uma parcela significativa de artistas da dança possibilidades de acesso a ambientes adequados e democratizados, onde possam, além de mostrar sua arte, discutir políticas públicas culturais. Destarte, fortalece o crescimento e o desenvolvimento desta vertente da Dança como meio de comunicação, expressão e integração social. O Festival reúne mais de 3.000 dançarinos, 15 mil espectadores e acontecerá em Curitiba nos dias e 19, 20 e 21 de julho de 2019.

182102 - Caco Camaleão Alegria
ALLEGRO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 67.448.894/0001-58
Processo: 01400011181201897
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 356.820,00
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Caco Camaleão Alegria" consiste em uma série de apresentações teatrais infantis.

182127 - CIRCO NO CENTRO OESTE
Educação e Cultura Produções Ltda
CNPJ/CPF: 20.110.293/0001-77
Processo: 01400011211201865
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.701.665,00
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Levar a arte Circense para as regiões do Centro Oeste, através de uma lona e com espetáculos de circo com malabares,aéreos para crianças e jovens gratuitamente. Uma forma de democratizar a cultura para cidades que nunca receberão esta expressão cultural.

182099 - Circo Zanni Temporada Verão 2019
ZANNI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 18.496.407/0001-17
Processo: 01400011178201873
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.265.631,68
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a montagem da lona do Circo Zanni e realização de temporada de verão no litoral paulista. Pretende-se trazer o circo para o litoral no mês de janeiro de 2019, incrementandoas opções de lazer da cidade em alta temporada.

182080 - Cultura em Família (nome provisório)
EFEXIS MARKETING E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.075.277/0001-05
Processo: 01400011059201811
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 787.285,00
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "família (nome provisório), serãoSerão 04 dias, com 08 apresentações aberta ao público, com uma estimativa mínima de 1000 pessoas dia de evento. O projeto é gratuito e focado em formação de paltéia teatral. Além disso serão oferecidas gratuitamente,duas oficinas uma de mímica e outra de mascaras do teatro e sua história.

182105 - Na Madureira Moderníssima, ainda ouço cantar uma sabiá...
gremio recreativo escola de samba portela
CNPJ/CPF: 42.255.075/0001-63
Processo: 01400011184201821
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.907.860,80
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A ideia central do projeto da Portela para o Carnaval de 2019, "Na Madureira Moderníssima, ainda ouço cantar uma sabiá..." é homenagear através de seu desfile de carnaval Clara Francisca Gonçalves Pinheiro,mais conhecida como Clara Nunes e Tarsila do Amaral.Ambas as artistas a serem homenageadas podem ser considerdas artistas que se empenharam muito em divulgar a cultura brasileira para o Brasil e para o resto do mundo através de suas obras artísticas em suas épocas.

182106 - Projeto Carnaval Regional de Venâncio Aires 2019 - Desfile das Escolas de Samba
DOWNLOAD PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EEP
CNPJ/CPF: 17.603.449/0001-47
Processo: 01400011188201817
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 301.052,50
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A presente proposta visa a realização do Projeto Carnaval Regional de Venâncio Aires - Desfile das Escolas de Samba, ou seja o Desfile das Escolas de Samba das cidades que compõem os Vales do Taquari e do Rio Pardo no Estado do Rio Grande do Sul.

182120 - TEM BOOGIE WOOGIE NO SAMBA
FLOR DE MANACA PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.860.998/0001-34
Processo: 01400011203201819
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.658.516,63
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Circulação do espetáculo de teatro musical TEM BOOGIE WOOGIE NO SAMBA. A peça mostra o Samba crítico e bem humorado que se fez a partir do final dos anos trinta até o final dos anos 40, cuja inspiração foi a "política da boa vizinhança" americana, criada por Roosevelt.Este projeto pretende iluminar justamente o momento histórico em que esse Samba incorporou algumas cadências jazzísticas.

182103 - UAI, CADÊ? Espetáculo para bebês
FIANDEIRAS PRODUTORA CULTURAL LTDA-EPP
CNPJ/CPF: 20.924.243/0001-23
Processo: 01400011182201831
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Valor Aprovado: R$ 457.212,08
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Uai, cadê?" É um espetáculo de teatro para bebês de 0 a 3 anos, onde duas irmãs compartilham lembranças da infância, mãe, filha, tia e irmã....de maneira poética e que usa a linguagem da manipulação de objetos e da música despertando o lúdico.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

182093 - BANDA SINFÔNIA DE BRASILIA - BSB IN CONCERT - 2018/2019
Banda Sinfônica de Brasília
CNPJ/CPF: 15.260.374/0001-13
Processo: 01400011075201811

Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 1.529.545,00
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar o projeto "BANDA SINFÔNIA DE BRASILIA - BSB IN CONCERT - 2018/2019"compreendendo apresentações da BSB, visando sua divulgação e a formação de plateia em música instrumental sinfônica erudita e popular.

182119 - CHORINHO NO VALE
Savio Tarso Pereira da Silva
CNPJ/CPF: 759.387.826-00
Processo: 01400011201201820
Cidade: Ipatinga - MG;
Valor Aprovado: R$ 250.723,40
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Chorinho no Vale propõem apresentação de show musical da banda Choro no Vale tocandoe homenageando nomes do Choro e Sampa do Brasil, pela cidades do interior de Minas Gerais. Serão dez apresentações com o professor e historiador Sávio Tarso conduzindo este contar e cantar com a Banda de choro ipatinguense Choro do Vale.

182132 - Concerto na Escola com a Banda Municipal de Blumenau
Sociedade de Amigos da Banda Municipal de Blumenau
CNPJ/CPF: 05.543.193/0001-40
Processo: 01400011290201812
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 356.172,98
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem como a apresentação de de 20 concertos didáticos instrumentais a serem realizados em escolas isoladas em 5 cidades da região do Vale do Itajaí. Os concertos serão abertos também a comunidade, beneficando assim alunos e moradores de localidades mais distantes de grandes centros. Por se tratar de um concerto didático, o público irá também conhecer um pouco de cada instrumento, sua importância, função e história. O concertos terão média de 70 minutos.

182082 - Educando com a Música - Oficinas Musicais
JOAO BATISTA DIAS 05345688907
CNPJ/CPF: 27.061.253/0001-21
Processo: 01400011063201889
Cidade: Trombudo Central - SC;
Valor Aprovado: R$ 274.136,25
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto consiste na realização de oficinas de música instrumental. As atividades previstas contribuem para incentivar o aparecimento de novos talentos musicais e favorecer a formação de bandas e grupos musicais, promovendo acesso a iniciação, aprendizado e aperfeiçoamento musical nos seguintes instrumentos: Violão, Guitarra, Bateria,Acordeon, Teclado. Durante o projeto estão previsatas apresentações musicais gratuitas para a comunidade com os alunos envolvidas nas Oficinas.

182091 - Festival Domingos Clássicos
OROBORO SERVICOS E PROJETOS CULTURAIS - ME
CNPJ/CPF: 04.613.777/0001-82
Processo: 01400011073201814
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 99.999,84
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Festival Domingos Clássicos será uma sequência de espetáculos de música clássica, com intérpretes que levarão ao público desde a música renascentista e barroca até a música de vanguarda atual. Com isto, o público terá oportunidade de rico contato com artistas de diferentes orientações musicais e com diferentes organizações instrumentais e/ou vocais. Este festival vai abrir espaço para novos compositores contemporâneos, bem como para grupos de câmera nacionais e estrangeiros, orquestras, coros, miniópera e solistas da música de concerto. O Festival Domingos Clássicos Internacionais está de acordo com os incisos I, II, III e VIII o Artigo 1º da Lei 8313/91, e cujos objetivos do Inciso II letra C e do inciso IV letra A do Art. 3° da referida norma serão alcançados, mensurados e justificados em sua prestação de contas de cada espetáculo.

182087 - LICEU DE ARTES E OFÍCIOS CLÁUDIO SANTORO - UNIDADE COARI
AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL - AADC
CNPJ/CPF: 13.659.617/0001-65
Processo: 01400011068201810
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 973.226,00
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na implantação de um espaço dedicado ao ensino de música instrumental intitulada Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, na cidade de Coari/AM. Trata-se de um local apropriado para o ensino de técnicas de violão, teclado, flauta doce, percussão e musicalização infantil. Os cursos serão oferecidos gratuitamente à população e terão como público-alvo crianças e adolescentes matriculados nas redes estadual e municipal de ensino.

182088 - Made in Minas Gerais
CULTURAR PRODUCOES EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 26.591.418/0001-04
Processo: 01400011069201856
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 760.256,88
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Made in Minas Gerais é um Festival composto por ações artísticas, culturais e gastronômicas, mesclando música instrumental e ações de artes visuais, literatura infantil, com os melhores sabores e receitas da tradicional culinária mineira, enaltecendo as manifestações culturais e o patrimônio imaterial de Minas Gerais, em um espaço acessível, agradável e salutar. Todas as ações serão gratuitas ecom pleno atendimentoao público PNE.

182041 - X-EXPOSHOW
VAGNER JOSE VIEIRA BRANDAO
CNPJ/CPF: 288.543.858-40
Processo: 01400010885201842
Cidade: Pilar do Sul - SP;
Valor Aprovado: R$ 665.389,87
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: X-ExpoShow , tem como tema o Folclore e a Cultura Regional e será composto por Apresentações de Danças Regionais, Espetáculos de Música instrumental.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

181850 - A Resistência de Zumbi
PABLO ROMERO CAVALCANTI REZENDE BRAGA - ME
CNPJ/CPF: 19.939.528/0001-59
Processo: 01400010241201854
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 1.766.568,00
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 20/11/2018
Resumo do Projeto: Por que Zumbi ? O negro, o que se joga no abismo pela liberdade aqui se lança em direção ao alto. Zumbi como a figura queresiste, que contesta, a energia criativa que refunda a casa comum... Palmares, Alagoas, Brasil. o Objetivo é executar o sonho da convivência e ergue em sua ascensão suas outras duas contrapartes, e criar uma grande escultura em homenagem a Zumbi com um contexo artístico na visão do Artista Plastico Reinaldo Lessa, com inauguração e lançamento de um novo espaço cultural em Macéio e no Quilombo dos Palmares.

182136 - Mulher de Coragem
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZACAO HUMANA
CNPJ/CPF: 20.037.581/0001-43
Processo: 01400011295201837
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 460.864,19
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Mulher de Coragem": Exposição Fotográfica, depoimentos e entrevistas transformados em textos legenda.O Projeto inclue palestras e oficinas; serão produzidos vídeos dos depoimentos para apresentação nas palestras e sítio na internet. Os aspectos sociais e culturais que envolvem as situações vividas pelas Mulheres no enfrentamento do dia a dia da vida atual afetam a autoestima, geram superação, luta, sofrimento, dor, e merecem respeito. O Projeto vai retratar histórias reais de pessoas de diversas idades, classes sociais e etnias, que enfrentam ou enfrentaram situações marcantes e que serão retratadas artísticamente em ensaios contextualizados. A exposição irá circular em capitais brasileiras do Sul do país.

182050 - Releituras
TUVA EDITORIAL LTDA
CNPJ/CPF: 12.826.422/0001-08
Processo: 01400010896201822
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.588.031,25
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: (re)leituras / felicia: obra em transformação explora a obra da escultora Felicia Leirner e prevê a digitalização de obrasde seuacervo, do Museu Felícia Leirner. A partir da digitalização de 3 obras da escultora pela equipe do Laboratório de Sistemas Integráveis da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - LSI USP - serão concebidas novas obras em meio digital por Regina Silveira e Guto Lacaz. O ambiente permitirá que usuários realizem manipulações poéticas e releituras da obra da escultora. O ambiente digital, acessado gratuitamente por meio de um sítio de internet, responsivo, abrigará conteúdos audiovisuais de cunho documental e de 18 minidocumentários com o registro do processo de releitura dos artistas. Estão previstas 15 oficinas nas cidades.

182133 - URBE - Light Art Festival
INSTITUTO UPLOAD
CNPJ/CPF: 13.736.306/0001-52
Processo: 01400011292201801
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.929.916,84
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O URBE - Light Art Festival foi concebido com o intuito de investigar o uso da arte, da tecnologia e da luz aplicados à cidade e ao espaço público, como uma forma de propor novas relações entre a paisagem urbana e seus habitantes. O campo de atuação escolhido é São Paulo. Pretende-se repensar a espacialidade do centro da cidade através de uma exposição de arte com intervenções urbanas com luz. Serão 5 obras de arte nacionais e 2 internacionais, selecionadas através de uma chamada pública de projetos de alcance internacional. Um júri formado por curadores, agentes culturais e arquitetos selecionará sete obras de artistas que trabalham com a luz, fomentando assim a imersão artística na cidade e a resignificação simbólica da urbe. Além das instalações artísticas, o festival contará com uma programação de oficinas e performances.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

182068 - Manutenção do Museu Inimá de Paula - 2019
Fundação Inimá de Paula
CNPJ/CPF: 02.779.043/0001-42
Processo: 01400011001201877
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.729.316,81
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto visa garantir a manutenção, da edificação e bom funcionamento e a preservação do acervo do Museu Inimá de Paula de Belo Horizonte, bem como a realização do projeto Criança no Museu, projeto de visitas assistidas ao Museu por alunos de escolas públicas.

182069 - Nova Iluminação da Sapucaí
SAGRE Consultoria Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 07.902.231/0001-30
Processo: 01400011002201811
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 18.597.459,00
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto vai promover, para o Carnaval de 2019, uma ampla e necessária revitalização dos equipamentos de iluminação da Marquês de Sapucaí, o mais importante e emblemático equipamento cultural da cidade do Rio de Janeiro.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

182115 - A Namorada do Mago
Instituto Com a Palavra
CNPJ/CPF: 13.911.195/0001-73
Processo: 01400011197201808
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.346.617,31
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto visa a publicação do Livro "A namorada do Mago", uma obra de ficção, inspirada na história real da 1a namorada do escritor Paulo Coelho. A noite de autógrafo acontecerá em algumas cidades do país e contará com apresentação do curta-doc sobre os principais eventos socio-culturais dos anos 50, 60 e 70 produzido com base na pesquisa realizada para o livro, e oficina criativa sobre o "Ser Autor".

182138 - Cultura para Jovens e Adultos JF
TIAGO SOUZA CORREA
CNPJ/CPF: 102.131.856-60
Processo: 01400011297201826
Cidade: Juiz de Fora - MG;
Valor Aprovado: R$ 87.663,14
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Esta proposta cultural refere-se à difusão de exemplares do livro de valor literário Inimigo Predileto para alunos atendidos pela rede municipal de ensino da cidade, bem como múltiplas salas de leitura. Dessa forma intenta-se fomentar o consumo de cultura no município e, indiretamente, reacender a produção cultural local, oferecendo aos alunos um livro de fácil leitura, inspirado em lendas de Minas Gerais, como a do Chico Rei, que libertou grande números de escravos e se tornou um ícone da cultura negra brasileira. Serão impressos 3.000 (três mil) exemplares e o evento de distribuição será realizado em espaço público.

182137 - De Lá Pra Cá
CGC-CSA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.981.568/0001-80
Processo: 01400011296201881
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 860.862,55
Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a edição, publicação e impressão do livro "De Lá Pra Cá: Histórias para ver, ouvir e comer" (sugestão de título), uma reunião de memórias de imigrantes e refugiados que hoje vivem na cidade de Curitiba traduzidas em fotografias, relatos e receitas culinárias. A distribuição da publicação será gratuita e direcionada. O projeto ainda prevê a realização de oficinas com o conteúdo do livro de forma gratuita para o público infantojuvenil de instituição hospitalar e a disponibilização online de conteúdo em vídeo.

182086 - Edição de livro sobre produção Cinematografica do Filme Pequeno Segredo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SCHURMANN PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA

CNPJ/CPF: 00.132.102/0001-60

Processo: 01400011067201867

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 444.325,97

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Projeto de cunho cultural e didático sobre a arte de fazer cinema, a partir da produção do filme "Pequeno Segredo", indicado pelo Ministério da Cultura (Minc) para representar o Brasil na 89ª premiação do Oscar, em 2107. Livro dirgido ao público amante da arte cinematográfica, críticos e, principalmente, estudantes de cinema, irá registrar - de forma didática e documental, todos os momentos relevantes da produção de um filme. Narrada pelo diretor do filme e outros participantes.

182090 - Grades Virtuais

JOSE ROBERTO DE SALLES

CNPJ/CPF: 279.514.303-82

Processo: 01400011072201870

Cidade: São José de Ribamar - MA;

Valor Aprovado: R$ 193.658,75

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto compreende a edição e publicação de 3.000 exemplares do Livro "Grades-Virtuais - A vida é muito mais..." do autor Roberto Salles. Um romance que trata das obsessões pela vida virtual dedicado a toda geração pós-moderna e aos advindos da modernidade, mas com a mente pós-moderna.

182134 - Ler é Bom, Experimente! XIX

Antonio José Laé de Souza

CNPJ/CPF: 514.107.378-53

Processo: 01400011293201848

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 229.920,22

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Edição de livros para desenvolvimento de projeto de leitura e escrita em escolas. Serão produzidos os livros Acredite se quiser!,, Quinho e o seu cãozinho - Férias na fazenda, Diário do leitor, livro de atividades e cartilha (manual) para o desenvolvimento das atividades.

182070 - O Livro do Cantor

RICARDO ELIAS KALILI

CNPJ/CPF: 036.027.038-78

Processo: 01400011003201866

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 153.700,00

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: A proposta consiste no desenvolvimento e publicação do livro "O Livro do Cantor" de Ricardo Kalili.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

182129 - Biscoito Imperial

BZ Produções Criativas, Artísticas e Culturais LTDA

CNPJ/CPF: 16.872.792/0001-24

Processo: 01400011285201800

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 1.982.972,00

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realizar, em um período de um ano, 12 apresentações gratuitas de renomados cantores da MPB na cidade imperial de Petrópolis/RJ.

163280 - Bloco Djalma de Todas as Tribos/ I Desfile do Trio Eletrico Carnatal 2016

Associação Cultural e Ecologica das Comunidades Tradicionais

CNPJ/CPF: 13.141.854/0001-30

Processo: 01400213853201635

Cidade: Natal - RN;

Valor Aprovado: R$ 2.549.700,00

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Projeto para lembrar aniversário de 101 anos de Djalma Maranhaõ,prefeito que com seu compromisso social, gravou seu nome na história política da cidade de Natal .Realização do primeiro desfile do Bloco?Djalma de Todas as Tribos ?em dezembro 2016 durante o Carnatal maior carnaval fora de época do mundo,que reúne cerca de um milhão de pessoas,no mês de dezembro na cidade de Natal.O projeto prevê ainda em 2017 apresentaçoes musicais com artistas locais e nacionais, tendo como cantora solo a ícone da música étnica no Brasil Sri Madana Mohana eo compositor, produtor, professor, arranjador, maestro Duda Neves .

182077 - DVD Diego Strada

DIEGO DALVAN STRADA 01049889916

CNPJ/CPF: 24.760.801/0001-13

Processo: 01400011041201819

Cidade: Chapecó - SC;

Valor Aprovado: R$ 1.293.002,80

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Projeto musical que contempla a gravação ao vivo do primeiro DVD do Músico Diego Strada, com música brasileira no estilo sertanejo. O projeto ainda prevê a realização de um show onde será realizada a gravação ao vivo.

182130 - DVD Marcio Luiz Silva 25 anos

MARCIO LUIZ JARDIM DA SILVA

CNPJ/CPF: 957.901.010-20

Processo: 01400011287201891

Cidade: Luziânia - GO;

Valor Aprovado: R$ 505.597,50

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Produção de DVD e CD de música sertaneja.

182097 - Elis Canta Elis

ELIS RODRIGUES ANGELOTTE DOS SANTOS

CNPJ/CPF: 332.091.098-18

Processo: 01400011176201884

Cidade: São José do Rio Preto - SP;

Valor Aprovado: R$ 37.400,00

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este é um projeto em que a Cantora Elis Rodrigues Angelotte dos Santos canta e interpreta musicas da cantora Elis Regina. O repertório deste projeto é composto por canções que passeiam por ritmos brasileiros como a Bossa Nova, Samba, Rock e Jazz.

182079 - Projeto Cultural DOC Mãos Livres com Bronnco e os Mangas

MANOELA GUIMARAES CAMPOS MARTINS 01204121605

CNPJ/CPF: 26.148.140/0001-03

Processo: 01400011052201807

Cidade: Belo Horizonte - MG;

Valor Aprovado: R$ 696.486,25

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este projeto propõe elaboração de produto cultural audiovisual. Um registro videográfico de aproximadamente 40 minutos contando um pouco a história de apenados do sistema prisional PJAMA em Ribeirão das Neves/MG e as vantagens e benefícios da arte, da música para a reabilitação e bem estar do ser humano. O projeto irá realizar uma apresentação musical nas dependências da penitenciária com a banda Bronnco Billy e os Mangas Coloradas resultando em um produto cultural audiovisual. Ainda será conteúdo deste produto cultural a contrapartida social definida, estruturação de curso de profissionalização de apenados a serem escolhidos por critérios específicos, ainda não definidos. Serão confeccionados 3.000 cópias do produto cultural - DVD.

182131 - Réveillon Ilha de Paquetá 2018/2019

PROCULTURAL - Associação Carioca de Prestadores de Serviços Artísticos e Culturais

CNPJ/CPF: 08.827.841/0001-89

Processo: 01400011288201835

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 534.718,50

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto Réveillon Ilha de Paquetá 2018/2019, será uma grande festa para os moradores do bairro e seu entorno, com o intuíto de levantar a autoestima da população, o evento realizará o Show da virada no dia 31/12/2018 com a participação de artístas de renome e consagrados pelo público e pela mídia, locutor, DJ e Escola de Samba.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)

182078 - MINHA MEMÓRIA, TEM HISTÓRIAS...

COLÉGIO ATENA LDTA - EPP

CNPJ/CPF: 26.156.083/0001-04

Processo: 01400011051201854

Cidade: Araxá - MG;

Valor Aprovado: R$ 84.935,31

Prazo de Captação: 13/07/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Projeto Minha Memória tem Histórias, é uma ação sócio-cultural, que oportunizará o encontro de gerações, por meio de reuniões as quais através de histórias e memórias de vida contandas pelos participantes do projeto, a proponente irá promover o resgate cultural e a troca de experiências e vivências com as crianças e jovens, sendo muitos destes alunos do Colégio Atena. Os encontros serão registrados de forma a preservar a raiz cultural de todos os envolvidos. Será uma ação social sobre a história e a cultura com objetivo claro de interagir e fazer gerações fomentarem a troca de experiências.

PORTARIA Nº 461, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

164126 - O Lago dos Cisnes

Universidade Livre da Cultura

CNPJ/CPF: 10.505.300/0001-86

Cidade: Curitiba - PR;

Valor Reduzido: R$ 268.030,00

Valor total atual: R$ 386.465,00

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

1412064 - "Grupontapé - A construção de uma maioridade"

Troupe Produções Serviços Ltda.

CNPJ/CPF: 01.486.643/0001-50

Cidade: Uberlândia - MG;

Valor Reduzido: R$ 3.149,21

Valor total atual: R$ 226.690,29

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 197 de 19/03/2018, publicada no D.O.U. n.º 54 de 20/03/2018, Seção 1, página: 17, referente ao Projeto XIX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro - Pronac: 18-0494

Onde se lê: Fagga Promoção de Eventos SA

Leia-se: GL Events LE S.A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 993/GC1, DE 12 DE JULHO DE 2018

Aprova a redistribuição dos efetivos de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira a vigorar no período de 15 de julho a 30 de setembro de 2018.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, interino, de acordo com o art. 23, inciso XIV, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; o art. 2º do Decreto nº 9.268, de 22 de janeiro de 2018, que distribui o efetivo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira, e o que consta no Processo nº 67005.001833/2018-56, resolve:

Art. 1º Aprovar a redistribuição dos efetivos de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira a vigorar no período de 15 de julho a 30 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ

ANEXO

REDISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DE OFICIAIS DA ATIVA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA
PARA O PERÍODO DE 15 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2018.

1 - OFICIAIS DE CARREIRA

	OFICIAIS											
QUADROS	GENERAIS			SUBTOTAL	SUPERIORES			INTERMEDIÁRIOS E SUBALTERNOS				
	Ten Brig	Maj Brig	Brig		Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	SUBTOTAL	TOTAL
Aviadores	7	20	34	61	350	290	520	530	600	250	2 540	260 1
Engenheiros	-	1	4	5	34	65	70	160	420	-	7 49	7 54
Intendentes	-	1	7	8	117	150	200	180	230	100	9 77	98 5
Médicos	-	1	4	5	36	69	210	361	370	-	10 46	10 51
Dentistas	-	-	-	-	16	43	80	130	140	-	4 09	4 09
Farmacêuticos	-	-	-	-	10	21	50	50	65	-	196	196
Infantaria	-	-	3	3	39	70	85	90	120	50	454	4 57
Especialistas em Aviões	-	-	-	-	2	11	60	30	28	16	147	1 47
Especialistas em Comunicações	-	-	-	-	2	14	70	40	55	16	197	197
Especialistas em Armamento	-	-	-	-	2	11	30	25	25	12	105	105
Especialistas em Fotografia	-	-	-	-	1	7	25	18	15	10	76	76
Especialistas em Meteorologia	-	-	-	-	2	11	40	30	30	10	123	1 23
Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo	-	-	-	-	2	10	50	40	80	30	212	212
Especialistas em Suprimento Técnico	-	-	-	-	1	9	45	25	30	15	125	125
QOEA	-	-	-	-	-	-	-	450	550	350	1350	1350
APOIO	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	70	70
Subtotal	7	23	52	82	614	781	1535	2159	2828	859	8 7 76	88 58

2 - CONSOLIDAÇÃO

	GENERAIS			SUPERIORES			INTERMEDIÁRIOS E SUBALTERNOS			
QUADROS	Ten Brig	Maj Brig	Brig	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	TOTAL
TOTAL	82			2930			5846			8858

3 - LIMITES FIXADOS PELAS LEIS Nº 11.320, DE 6 DE JUL/2006 E Nº 12.243, DE MAIO/2010

	GENERAIS			SUPERIORES			INTERMEDIÁRIOS E SUBALTERNOS			
QUADROS	Ten Brig	Maj Brig	Brig	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	TOTAL
Lei 11.320 e 12.243	87			3200			7800			11087

4 - QUADRO FEMININO DE OFICIAIS

	GENERAIS			SUBTOTAL	SUPERIORES			INTERMEDIÁRIOS E SUBALTERNOS				
QUADROS	Ten Brig	Maj Brig	Brig		Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	SUBTOTAL	TOTAL
QFO	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	10	10

5 - QUADRO DE OFICIAIS CAPELÃES

	GENERAIS			SUBTOTAL	SUPERIORES			INTERMEDIÁRIOS E SUBALTERNOS				
QUADROS	Ten Brig	Maj Brig	Brig		Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	SUBTOTAL	TOTAL
QOCAPL	-	-	-	-	1	4	8	10	15	5	43	43

6 - OFICIAIS TEMPORÁRIOS

	GENERAIS			SUBTOTAL	SUPERIORES			INTERMEDIÁRIOS E SUBALTERNOS				
QUADROS	Ten Brig	Maj Brig	Brig		Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	SUBTOTAL	TOTAL
QCOA	-	-	-	-	-	-	-	-	380	5	385	385
QOCON	-	-	-	-	-	-	-	-	2500	2800	5300	5300
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	2880	2805	5685	5685

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMANDO DO EXÉRCITO
COMANDO LOGÍSTICO

PORTARIA Nº 93 - COLOG, DE 29 DE JUNHO DE 2018

EB: 64474.004688/2018-41

Altera a Portaria nº 51 - COLOG, de 8 de setembro de 2015, que dispõe sobre normatização administrativa das atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça.

O COMANDANTE LOGÍSTICO, no uso das atribuições constantes do inciso X do art. 15 do Regulamento do Comando Logístico, aprovado pela Portaria nº 395 Cmt Ex, de 2 de maio de 2017; alínea "g" do inciso VIII do art. 1º da Portaria nº 1.700, do Comandante do Exército, de 8 de dezembro de 2017; e considerando o que propõe a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, resolve:

Art. 1º Alterar os art. 88, 89, 115 e 116 e o anexo I da Portaria nº 51-COLOG, de 8 de setembro de 2015, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 88. A aquisição de arma de fogo na indústria para uso na atividade de tiro desportivo, o registro e o cadastro no SIGMA dar-se-ão da seguinte forma:

I - autorização para a aquisição e tratativas da compra;

§1º A autorização para a aquisição de arma de fogo está condicionada ao atendimento do prescrito nos art. 80, 81, 85 e 87 e será formalizada pelo despacho da Região Militar de vinculação do atirador desportivo ou da Organização Militar, com delegação de competência, no próprio requerimento (Anexo I-1) e pelo pagamento da taxa correspondente.

§2º O requerimento de que trata o §1º deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a)declaração da entidade de tiro de vinculação do requerente, comprovando que promove ou sedia eventos em que os produtos pretendidos podem ser empregados (Anexo C);

b)declaração de ranking dos últimos doze meses (Anexo D), para os níveis II e III de atirador desportivo; e

c)comprovante de pagamento da taxa de aquisição.

§3º As tratativas da compra, o envio da autorização para aquisição de arma ao fornecedor e a emissão da nota fiscal devem ser realizados diretamente entre o adquirente e o fornecedor.

§4º O fornecedor deverá lançar os dados da arma de fogo no Sistema de Controle Fabril de Armas (SICOFA).

II - registro da arma de fogo e o seu apostilamento; e

§5º A solicitação de registro e de apostilamento da arma de fogo no acervo de tiro desportivo cabe ao adquirente.

§6º O requerimento para a solicitação de que trata o §5º deverá ser instruído com os documentos a seguir:

a) nota fiscal de compra da arma;

b) comprovante do pagamento das taxas de registro e de apostilamento da arma de fogo;

c) cópia da autorização para aquisição da arma de fogo; e

d) ficha de registro de arma de fogo no SIGMA (anexo I-5).

§7º Os dados da arma e do adquirente devem ser publicados em documento oficial de caráter permanente e cadastrados no SIGMA, de acordo com o Decreto nº 5.123/04.

III - emissão do CRAF e entrega da arma.

§8º Somente depois de cadastrada no SIGMA e mediante a apresentação do CRAF, a arma de fogo poderá ser entregue ao adquirente, com a guia de tráfego expedida pelo fornecedor.

§9º O fornecedor deve entregar a arma no local indicado pelo adquirente, na autorização para aquisição da arma de fogo.

§10. O recebimento do CRAF e da arma de fogo pelo adquirente caracterizam a conclusão do processo de aquisição.

§11. No caso de indeferimento do registro da arma, cabe ao adquirente e ao fornecedor as medidas administrativas para a execução do distrato da compra.

.....

Art. 89. Até a implementação do Sistema de Gestão Corporativa, o processamento dos requerimentos para autorização para aquisição e para registro de arma de fogo, tratados nos art. 88 e 115 poderão ser feitos de forma eletrônica, a critério de cada Região Militar de vinculação, mediante estabelecimento de procedimentos para essa finalidade.

.....

Art. 115. A aquisição de arma de fogo na indústria para uso na atividade de caça, o registro e o cadastro no SIGMA dar-se-ão da seguinte forma:

I - autorização para a aquisição e tratativas da compra;

§1º A autorização para a aquisição de arma de fogo está condicionada ao atendimento do prescrito nos art. 111, 112, 113 e 119 e será formalizada pelo despacho da Região Militar de vinculação do caçador ou da Organização Militar, com delegação de competência, no próprio requerimento (anexo I-3) e pelo pagamento da taxa correspondente.

§2º O requerimento de que trata o §1º deverá ser instruído com o comprovante de pagamento da taxa de aquisição.

§3º As tratativas da compra, o envio da autorização para aquisição de arma ao fornecedor e a emissão da nota fiscal devem ser realizados diretamente entre o adquirente e o fornecedor.

§4º O fornecedor deverá lançar os dados da arma de fogo no Sistema de Controle Fabril de Armas (SICOFA).

II - registro da arma de fogo e o seu apostilamento; e

§5º A solicitação de registro e de apostilamento da arma de fogo no acervo de caça cabe ao adquirente.

§6º O requerimento para a solicitação de que trata o §5º deverá ser instruído com os documentos a seguir:

a) nota fiscal de compra da arma;

b) comprovante do pagamento das taxas de registro e de apostilamento da arma de fogo.

c) cópia da autorização para aquisição da arma de fogo; e

d) ficha de registro de arma de fogo no SIGMA (Anexo I-5).

§7º Os dados da arma e do adquirente devem ser publicados em documento oficial de caráter permanente e cadastrados no SIGMA, de acordo com o Decreto nº 5.123/04.

III - emissão do CRAF e entrega da arma.

§8º Somente depois de cadastrada no SIGMA e mediante a apresentação do CRAF, a arma de fogo poderá ser entregue ao adquirente, com a guia de tráfego expedida pelo fornecedor.

§9º O fornecedor deve entregar a arma no local indicado pelo adquirente na autorização para aquisição da arma de fogo.

§10. O recebimento do CRAF e da arma de fogo pelo adquirente caracterizam a conclusão do processo de aquisição.

§11. No caso de indeferimento do registro da arma, cabe ao adquirente e ao fornecedor as medidas administrativas para a execução do distrato da compra.

.....

Art. 116. A aquisição de arma de fogo no comércio de armas para uso na atividade de caça, o registro e o cadastro no SIGMA, está condicionada ao atendimento do prescrito nos art. 111, 112, 113 e 119 e dar-se-á da seguinte forma:

I - aquisição e tratativas da compra;

§1º A aquisição de arma de fogo será formalizada pela apresentação da declaração para aquisição de arma de fogo (Anexo I-4), pelo adquirente ao vendedor; e pelo pagamento da taxa correspondente.

§2º As tratativas da compra e a emissão da nota fiscal devem ser realizadas diretamente entre o adquirente e o fornecedor.

II - registro da arma de fogo e o seu apostilamento; e

§3º A solicitação de registro e de apostilamento da arma de fogo no acervo de caça cabe ao adquirente.

§4º O requerimento para a solicitação de que trata o §3º deverá ser instruído com os documentos a seguir:

a)nota fiscal de compra da arma;

b) cópia da declaração para aquisição de arma de fogo (anexo I-4);

c) ficha de registro de arma de fogo no SIGMA (anexo I-5); e

d) comprovante do pagamento das taxas de aquisição, de registro e de apostilamento da arma de fogo.

§5º Os dados da arma e do adquirente devem ser publicados em documento oficial de caráter permanente e cadastrados no SIGMA, de acordo com o Decreto nº 5.123/04.

III - emissão do CRAF e entrega da arma.

§6º Somente depois de cadastrada no SIGMA e mediante a apresentação do CRAF a arma de fogo poderá ser entregue ao adquirente, com a guia de tráfego expedida pelo fornecedor.

§7º O fornecedor deve entregar a arma no local indicado pelo adquirente, na declaração para aquisição de arma de fogo (Anexo I-4); ou diretamente na loja de armas, desde que o adquirente apresente o CRAF.

§8º O recebimento do CRAF e da arma de fogo pelo adquirente caracterizam a conclusão do processo de aquisição.

§9º No caso de indeferimento do registro da arma, cabe ao adquirente e ao fornecedor as medidas administrativas para a execução do distrato da compra."

Art. 2º Incluir os art. 88-A, 88-B, 89-A e 116-A e os anexos I-1, I-2, I-3, I-4 e I-5.

"Art. 88-A. A aquisição de arma de fogo no comércio de amas para uso na atividade de tiro desportivo, o registro e o cadastro no SIGMA, está condicionada ao atendimento do prescrito nos art. 80, 81, 85 e 87 e dar-se-á da seguinte forma:

I - aquisição e tratativas da compra;

§1º A aquisição de arma de fogo será formalizada pela apresentação da declaração (anexo I-2), pelo adquirente ao vendedor; e pelo pagamento da taxa correspondente;

§2º As tratativas da compra e a emissão da nota fiscal devem ser realizadas diretamente entre o adquirente e o fornecedor.

II - registro da arma de fogo e o seu apostilamento; e

§3º A solicitação de registro e de apostilamento da arma de fogo no acervo de tiro desportivo cabe ao adquirente.

§4º O requerimento para a solicitação de que trata o §3º deverá ser instruído com os documentos a seguir:

a)nota fiscal de compra da arma;

b)declaração da entidade de tiro de vinculação do requerente, comprovando que promove ou sedia eventos em que os produtos pretendidos podem ser empregados (Anexo C);

c)declaração de ranking dos últimos doze meses (Anexo D), para os níveis II e III de atirador desportivo;

d) cópia da declaração para aquisição de arma de fogo (anexo I-2);

e) ficha de registro de arma de fogo no SIGMA (anexo I-5); e

f) comprovante do pagamento das taxas de aquisição, de registro e de apostilamento da arma de fogo.

§5º Os dados da arma e do adquirente devem ser publicados em documento oficial de caráter permanente e cadastrados no SIGMA, de acordo com o Decreto nº 5.123/04.

III - emissão do CRAF e entrega da arma.

§6º Somente depois de cadastrada no SIGMA e mediante a apresentação do CRAF a arma de fogo poderá ser entregue ao adquirente, com a guia de tráfego expedida pelo fornecedor.

§7º O fornecedor deve entregar a arma no local indicado pelo adquirente, na declaração para aquisição de arma de fogo (Anexo I-2); ou diretamente na loja de armas, desde que o adquirente apresente o CRAF.

§8º O recebimento do CRAF e da arma de fogo pelo adquirente caracterizam a conclusão do processo de aquisição.

§9º No caso de indeferimento do registro da arma, cabe ao adquirente e ao fornecedor as medidas administrativas para a execução do distrato da compra.

Art. 88-B. Quando a aquisição ocorrer por importação, a autorização será concedida pelo COLOG, por intermédio da DFPC.

Parágrafo único. A solicitação de autorização para importação deverá ser instruída com os seguintes documentos:

a) declaração da entidade de tiro de vinculação do requerente, comprovando que promove ou sedia eventos em que os produtos pretendidos podem ser empregados (Anexo C);

b) declaração de ranking dos últimos doze meses (Anexo D), para os níveis II e III de atirador desportivo; e

c) comprovante de pagamento da taxa correspondente.

.....

Art. 89-A. A aquisição de armas de pressão de uso permitido para uso no tiro desportivo prescinde de autorização da fiscalização de produtos controlados.

.....

Art. 116-A. Quando a aquisição ocorrer por importação, a autorização será concedida pelo COLOG, por intermédio da DFPC.

Parágrafo único. A solicitação de autorização para importação deverá ser instruída com o comprovante de pagamento da taxa correspondente."

Art. 3º Revogar o parágrafo único do art. 90.

Art. 4º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Anexos:

Anexo I: Modelo de requerimento para aquisição de arma de fogo na indústria ou no comércio (colecionador e entidade de tiro desportivo)

Anexo I-1: Modelo de autorização para aquisição de arma de fogo na indústria (atirador desportivo)

Anexo I-2: Modelo de Declaração para aquisição de arma de fogo no comércio (atirador desportivo)

Anexo I-3: Modelo de autorização para aquisição de arma de fogo na indústria (caçador)

Anexo I-4: Modelo de Declaração para aquisição de arma de fogo no comércio (caçador)

Anexo I-5: Ficha de Registro de Arma de Fogo

OBS: O inteiro teor desta Portaria, bem como os Anexos estão disponíveis na página da DFPC na internet www.dfpc.eb.mil.br

Gen Ex CARLOS ALBERTO NEIVA BARCELLOS

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO

PORTARIA N° 2.508/SECMIL/SUBMOB/CHELOG/EMCFA-MD, DE 5 DE JULHO DE 2018

O CHEFE DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII do art. 23 do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, combinado com o inciso I do art. 4º da Portaria nº 559/MD, de 3 de maio de 2005, e considerando o que consta do Processo nº 60320.000337/2017-82, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho (GT), no âmbito do EMCFA, para elaborar e propor um modelo a ser adotado para os Planos de Mobilização e Desmobilização das Forças Armadas, para o Plano Setorial de Mobilização Militar (PSMM), bem como para o Plano Estratégico de Mobilização Militar (PEMM).

Art. 2º O GT terá a seguinte composição:

I - Chefia de Logística e Mobilização:

- como Coordenador, o gerente da Seção de Coordenação da Mobilização Militar; e

- 04 (quatro) oficiais da Subchefia de Mobilização;

II - Comandos das Forças Singulares:

- 02 (dois) representantes de cada Força.

Art. 3º O GT desempenhará suas atividades a contar da data de publicação desta Portaria, de forma que a proposta de que trata o art. 1º supracitado seja apresentada ao Chefe de Logística e Mobilização no prazo de até 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O GT poderá prorrogar suas atividades, mediante proposta do Coordenador ao Chefe de Logística e Mobilização.

Art. 4º Fica delegada ao Coordenador competência para convocar as reuniões, solicitar a participação de técnicos e assessores e editar ato de substituição dos membros do GT.

Art. 5º A participação no GT não enseja qualquer remuneração para os seus integrantes e os trabalhos desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex LAERTE DE SOUZA SANTOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

DESPACHO

Da analise dos autos do Processo Administrativo numero 60550.036616/2017-71 instaurado com o objetivo de apurar o descumprimento de clausulas do Contrato numero 17/2016, firmado entre o Hospital das Forcas Armadas e a empresa 3R Construcoes e servicos EIRELI, resolvo:

Ratificar a Sanção aplicada pelo Ordenador de Despesas do HFA, referente ao Processo supramencionado, qual seja:

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Hospital das Forças Armadas pelo prazo de 2 (dois) anos, com fulcro no inciso III, do art. 87, da Lei numero 8.666/93 e no item 11.3.4, da clausula décima primeira do contrato numero 17/2016.

General de Divisão RUI YUTAKA MATSUDA
Comandante Logístico

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA N° 2.593/SEPESD/SG-MD, DE 11 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 4º da Portaria Normativa nº 559/MD, de 3 de maio de 2005, em conformidade com o disposto no inciso XII do art. 41 do Anexo I ao Decreto no 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e tendo em vista o que consta do processo NUP 60521.000055/2018-08, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho (GT), com a finalidade de elaborar projeto básico e edital de licitação para selecionar empresa com capacidade técnica e operacional de suprir os serviços de cardiologia de alta complexidade a ser prestado em instalações do Hospital das Forças Armadas (HFA), através de convênio a ser firmado.

Art. 2º O GT terá a seguinte composição:

I - Diretor do Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, que o coordenará;

II - um representante de cada um dos seguintes órgãos:

a) Consultoria Jurídica Junto ao Ministério da Defesa;

b) Diretoria Técnica de Saúde do HFA;

c) Diretoria Técnica de Ensino e Pesquisa do HFA;

d) Subdivisão de Aquisições, Licitações, Contratos e Pesquisa de Preços do HFA;

e) Hospital Naval de Brasília;

f) Hospital Militar de Área de Brasília; e

g) Hospital de Força Aérea de Brasília.

Parágrafo único. Cada membro do GT terá um suplente.

Art. 3º Os representantes, titulares e suplentes, relacionados no art. 2º serão indicados pelos dirigentes dos respectivos órgãos ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

Art. 4º O Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto exercerá a função de Secretaria-Executiva do GT.

Art. 5º O coordenador do GT, por iniciativa própria ou por sugestão de algum dos membros, poderá convidar profissionais de outros órgãos e unidades do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas para participar dos trabalhos.

Art. 6º O GT deverá apresentar, em até quarenta e cinco dias contados da data de publicação desta Portaria, proposta de projeto básico e de edital de licitação mencionados no art. 1º.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado, por até igual período, mediante proposta devidamente fundamentada a ser apresentada pelo coordenador do GT ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

Art. 7º O GT reunir-se-á de acordo com o seu plano de trabalho ou quando convocado pelo seu coordenador.

Art. 8º A participação no GT não enseja qualquer remuneração para os seus membros e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de serviço público relevante.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MACHADO VIEIRA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 650, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 213/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20077056;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Hélio Rocha (FHR), com sede Rua Fernando Menezes de Góes, nº 570, Pituba, no Município de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pela Sociedade Integral de Ensino Sociedade Simples Ltda. (CNPJ 03.466.601/0001-82).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 651, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 216/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201406824;

Art. 2º Fica recredenciada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com sede na Rua Rui Barbosa, nº 710, Centro, no Município de Cruz das Almas, no Estado da Bahia, mantida pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CNPJ 07.777.800/0001-62).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 652, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 194/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201605789;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade De Ciências e Empreendedorismo, com sede na Praça Dr. Renato Machado, 10C Centro, Município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, mantida pelo Centro de Estudos Superiores de Santo Antonio de Jesus S/C - EPP (CNPJ 04.696.652/0001-63).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 653, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 234/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201702031;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Ciências Jurídicas de Guanambi, a ser instalada na Avenida Pedro Brás dos Santos, nº 350, bairro Belo Horizonte, no Município de Guanambi, no Estado da Bahia, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (CNPJ 38.733.648/0001-40).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 654, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 263/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201605876;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Estácio de Natal (FAL Estácio), com sede na Rua Henrique Dias, nº 305, bairro Igapó, no Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda (CNPJ 24.527.368/0001-70).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 655, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 318/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201605686;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema), por transformação da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão, com sede na Rua Aarão Reis, nº 1.000, Centro, no Município de Caxias, no Estado do Maranhão, mantida pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão Ltda. - ME. (CNPJ 08.074.032/0001-43).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 656, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 227/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201607630;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade IPGS - Instituto de Pesquisas, Ensino e Gestão em Saúde, a ser instalada na Rua Doutor Freire Alemão, nº 225, Mont Serrat, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantido pelo IPGS Consultoria em Pesquisa, Ensino e Gestão em Saúde Ltda. - ME (CNPJ 08.976.595/0001-27).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 657, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 238/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201602040;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Maurício de Nassau de Caxias do Sul (FMN Caxias do Sul), a ser instalada na Rua Sinimbu, nº 2.553, bairro São Pelegrino, no Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Ser Educacional S.A. (CNPJ 04.986.320/0001-13).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 658, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 201/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201604663;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Palotina (Fapas), com sede na Rua Padre Alziro Roggia, nº 115, Patronato, no Município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Entidade Palotina de Educação e Cultura (CNPJ 17.597.895/0001-96).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 659, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 253/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416746;

Art. 2º Fica recredenciada o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, com sede no Campus Florianópolis-Continente - Rua 14 de Julho, 150 Coqueiros, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, mantido pelo Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Santa Catarina (CNPJ 11.402.887/0001-60).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 660, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 246/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416749;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Senac Criciúma, com sede na Rua General Lauro Sodré, nº 180, bairro Comerciário, no Município de Criciúma, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) (CNPJ 03.603.739/0001-86).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 661, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 200/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201406817;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Educacional de Francisco Beltrão, com sede na avenida União da Vitória, nº 14, bairro Miniguaçu, no Município Francisco Beltrão, no Estado do Paraná, mantida pela mantida pela União de Ensino do Sudoeste do Paraná S/C Ltda. (CNPJ 03.386.832/0001-86).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 662, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 250/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510356;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia SENAI Londrina, com sede na Rua Belém, nº 844. Centro, no Município de Londrina, no Estado do Paraná, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (CNPJ 03.776.284/0001-09).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 663, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 210/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201364736;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo (Famoesp), com sede na Avenida Padre Jaime, nº 2600, Bairro Centro, no Município de Mogi Guaçu, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Mogiana para Desenvolvimento da Educação (CNPJ 08.518.356/0001-23).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 664, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 258/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201508547;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Ensino Paschoal Dantas (FEPD), a ser instalada na Avenida Afonso Sampaio e Sousa, nº 495, Parque do Carmo, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Faculdade Nova Geração Ltda. (CNPJ 16.604.528/0001-00).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 665, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 249/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200902303;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Una de Betim, com sede na Avenida Governador Valadares, nº 640, Centro, no Município de Betim, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Brasil Educação S/A (CNPJ 05.648.257/0001-78).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 666, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 217/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201417260;

Art. 2º Fica recredenciada a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com sede na Avenida Vera Paz, s/n, bairro Salé, no Município de Santarém, no Estado do Pará, mantida pela Universidade Federal do Oeste do Pará (CNPJ 11.118.393/0001-59).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 667, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 179/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201602115;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Padrão de Senador Canedo (FAPSC), a ser instalada na Rua S4, Quadra APN, Lote 23, Conjunto Morada do Morro, no Município de Senador Canedo, no Estado de Goiás, mantida pela Sociedade Mestra de Educação e Cultura de Goiás S/A (CNPJ 04.701.425/0001-89).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 668, DE 12 DE JULHO DE 2018

Constitui Comitê Gestor de normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de revalidação e reconhecimento de diplomas expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tendo em vista a Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016, e o disposto no art. 57 da Portaria Normativa MEC nº 22, de 13 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica constituído o Comitê Gestor da Política Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros de que trata o art. 57 da Portaria Normativa MEC nº 22, de 13 de dezembro de 2016, com a finalidade de proceder à avaliação periódica dos resultados e procedimentos de revalidação e reconhecimento de diplomas expedidos por instituições estrangeiras.

Parágrafo único. Compete ao Comitê Gestor:

I - coletar informações, produzir subsídios e avaliar periodicamente os resultados e procedimentos de revalidação e reconhecimento de diplomas expedidos por instituições estrangeiras; e

II - propor alterações no Portal e na Plataforma Carolina Bori.

Art. 2º O Comitê Gestor será presidido por representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e será integrado por um representante titular e um suplente, indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Assessoria Internacional do Ministério da Educação;

II - Conselho Nacional de Educação;

III - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

IV - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;

V - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;

VI - Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais;

VII - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias; e

VIII - Associação Nacional das Universidades Particulares.

Parágrafo único. A Secretaria do Comitê Gestor, a cargo da Assessoria Internacional do Ministério da Educação, ficará responsável pela convocação das reuniões, por transmitir a pauta e por registrar as atas das reuniões, em consonância com as instruções do seu Presidente.

Art. 3º O Comitê será convocado por seu Presidente, ou de sua ordem, para reuniões de trabalho ordinárias semestrais e extraordinárias, conforme necessidade.

Art. 4º A Presidência do Comitê Gestor, por iniciativa própria ou por recomendação de um dos seus membros, poderá:

I - convidar, para reuniões do Comitê, especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, em caráter consultivo e sem remuneração; e

II - consultar, por intermédio da Secretaria de Educação Superior, as áreas técnicas deste Ministério e de outros órgãos e entidades que, eventualmente, estejam relacionadas às deliberações do Comitê.

Art. 5º A participação no Comitê se caracteriza como prestação de serviço público de relevante interesse social, não ensejando remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 669, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer CNE/CES nº 223/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.012473/2015-40.

Art. 2º Fica descredenciada, a pedido, a Faculdade de Tecnologia Senai Itajaí, credenciada pela Portaria nº 3.392, de 30 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2005, situada na Rua Henrique Vigarani, nº 163, bairro Barra do Rio, no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai (CNPJ nº 03.774.688/0001-55).

Art. 3º Fica a encargo da Faculdade de Tecnologia Senai Florianópolis a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 671, DE 12 DE JULHO DE 2018

Homologa o Parecer CNE/CES nº 255/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que versa a respeito do descredenciamento voluntário da Faculdade de Computação e Informática da Fundação Armando Alvares Penteado - FCI-FAAP.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em conformidade com o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nas Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer CNE/CES nº 255/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.012461/2015-15.

Art. 2º Fica descredenciada, a pedido, a Faculdade de Computação e Informática da Fundação Armando Alvares Penteado - FCI-FAAP (cód. 465), com sede na Rua Alagoas, prédio 4, 4º andar, 903 - Higienópolis, em São Paulo/SP, mantida pela Fundação Armando Alvares Penteado (cód. 320), CNPJ nº 61.451.431/0001-69, com sede em São Paulo/SP.

Art. 3º Fica a cargo da Faculdade de Engenharia da Fundação Armando Alvares Penteado - FEFAAP (cód. 462), localizada na Rua Alagoas, nº 903, prédio 3, Higienópolis, São Paulo/SP, CEP 01242-902, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

DESPACHO DE 12 DE JULHO DE 2018

Processo nº: 23000.039398/2016-45
Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Assunto: Ajustes de Cargos de Direção.

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, tendo em vista as manifestações técnicas exaradas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e pela Secretaria de Educação Superior, ambas deste Ministério da Educação, e pela Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e em conformidade com a manifestação da lavra da Consultoria Jurídica junto a esta Pasta, DECIDO pelo retorno ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul de três cargos de direção de código CD-03, e dois cargos de direção de código CD-04, outrora alocados na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, por ocasião da implantação daquele Instituto.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

DESPACHOS DE 12 DE JULHO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 155/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria nº 825, de 16 de dezembro de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior, para autorizar o funcionamento do curso de Pedagogia, licenciatura, a ser oferecido pela Faculdade de Tecnologia de Teresina - CET, com sede na Rua Firmino Pires, nº 527, Centro, no município de Teresina, no estado do Piauí, mantida pelo Centro de Educação Tecnológica de Teresina - CET Francisco Alves de Araújo Ltda. - EPP, com sede no mesmo município e estado, com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 00732.001213/2018-21 (e-MEC nº 200810639).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 281/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria nº 261, de 12 de abril de 2018, para autorizar o funcionamento do curso de Geografia, licenciatura, a ser oferecido pela Faculdade Católica de Abaetetuba, com sede na rua Padre Luiz Varela, nº 1.636, Centro, no município de Abaetetuba, no estado do Pará, mantida pela Associação Obras da Diocese de Abaetetuba, com sede no mesmo município e estado, com duzentas vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.001216/2018-65 (Registro e-MEC nº 201609175).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa o Parecer CNE/CES nº 283/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria nº 150, de 7 de março de 2018, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, para autorizar o funcionamento do curso de Medicina Veterinária, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Inhumas - FacMais, com sede na Avenida Monte Alegre, nº 100, bairro Monte Alegre, no município de Inhumas, no estado de Goiás, mantida pelo Centro de Educação Superior de Inhumas - EPP, com sede no mesmo município e estado, com cento e vinte vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.001177/2018-04 (e-MEC nº 201607182).

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

PORTARIA Nº 36, DE 12 DE JULHO DE 2018

A VICE-DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 06/2018-CCHL, de 06.06.2018, publicado no DOU em 07.06.2018, o processo nº 23111.023882/18-14 e as Leis Nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto para o Departamento de Ciências Sociais, correspondente a Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Ciências Humanas e Letras, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, considerando classificados para a área de Antropologia os candidatos Carlos Roberto Filadelfo de Aquino (1º lugar); Nayra Joseane e Silva Souza (2º lugar); Marcelo Reges Pereira (3º lugar) e Felipe Henrique Porfírio Silva (4º lugar), aprovando para contratação o primeiro lugar, e considerando classificados para a área de Sociologia os candidatos Francisco Raphael Cruz Maurício (1º lugar); Jahyra Kelly de Oliveira Sousa (2º lugar) e Francisco Weriquis Silva Sales (3º lugar), aprovando para contratação o primeiro lugar.

ROMINA JULIETA S. P. DE OLIVEIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 1.088, DE 11 DE JULHO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos da Lei nº. 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o teor do Art. 36, Parágrafo Único, do Regimento Geral do IFRN, aprovado pela Resolução nº 15/2010-CONSUP, de 29 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2010, Seção 1, p. 55-60; resolve:

I - DELEGAR COMPETÊNCIA aos Diretores-Gerais dos Campi Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, João Câmara, Ipanguaçu, Macau, Mossoró, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi e Santa Cruz, para, no âmbito da administração dos respectivos Campi, além das competências que lhe são atribuídas pelo Art. 61 do Regimento Geral do IFRN, praticar os seguintes atos:

assinar documentos relativos à função de ordenador de despesas e de natureza contábil-financeira, bem como os relativos a material, patrimônio e planejamento/orçamento;

autorizar a realização de processos seletivos para ingresso de professores substitutos e/ou temporários, bem como de estudantes;

autorizar a realização de licitações e homologá-las, bem como assinar documentação referente a processos licitatórios;

autorizar o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o Art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

autorizar o pagamento de substituição interina de chefia, referente à Função Gratificada (FG), à Função Comissionada de Coordenação de Curso (FCC) e a Cargo de Direção (CD);

expedir portaria e realizar outros atos relacionados à vida funcional dos servidores, exceto: admitir, demitir, autorizar afastamento do país, alterar lotação, aposentar, conceder pensão, integrar/designar/dispensar funções de apoio à gestão, nomear/exonerar cargos de direção, redistribuir, conceder vacância, remover e autorizar a realização de concurso público e outros de competência ou atribuição de autoridade superior exercida pelo Reitor por delegação de competência;

expedir portaria de autorização a servidor para dirigir veículo;

expedir portaria de designação de fiscal de contrato;

outros similares ou que, por sua natureza, sejam correlatos e/ou atribuídos regimentalmente.

II - ESTABELECER que, no exercício da competência ora delegada, deverão ser observados, rigorosamente, toda a legislação pertinente à matéria e procedimentos internos deste Instituto Federal.

III - DETERMINAR que, para o cumprimento do que estatui a presente Portaria, o Diretor-Geral deverá utilizar um carimbo com a identificação do ato que o autoriza a assinar os documentos aqui identificados pelo Reitor da Instituição, sem o que, tais documentos não serão considerados válidos.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando revogada a Portaria nº 1787/2013-Reitoria/IFRN, de 30 de dezembro de 2013, e demais disposições em contrário.

WYLLYS ABEL FARKATT TABOSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 484, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.000471/2018-51, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201715126	Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de SINOP (1305)	Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de SINOP (1305)	Avenida Alexandre Ferronato nº 955, de 501/502 s 989/990, Bairro Setor Industrial - SINOP/Mato Grosso	IUNI UNIC Educacional Ltda (Código 533) CNPJ nº 33.005.265/0001-31	Editora e Distribuidora Educacional S/A (Código 14514) CNPJ nº 38.733.648/0001-40

PORTARIA Nº 485, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.000472/2018-03, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201711382	Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano (Código 20322)	Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano (Código 20322)	Rua José Antônio Uchoa nº 44, Bairro Centro - Guarabira/ Paraíba	SESJT - Sociedade de Ensino Superior São Judas Tadeu S/S Ltda - ME (Código 1740) CNPJ nº 05.078.685/0001-02	Centro Educacional Três Marias - Ltda (Código 15631) CNPJ nº 14.255.311/0001-06

PORTARIA Nº 486, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.000474/2018-94, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201712271	Faculdade de Tecnologia Machado de Assis (Código 4584)	Faculdade de Tecnologia Machado de Assis (Código 4584)	Rua Professor Valdir de Jesus nº 99, Bairro Novo Mundo - Curitiba/Paraná	Sociedade Educacional Machado de Assis Ltda - ME (Código 2906) CNPJ nº 78.696.218/0001-10	Faculdade FACESE Ltda - ME (Código 16923) CNPJ nº 28.215.784/0001-94

PORTARIA Nº 487, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.000476/2018-83, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201711244	Instituto Politécnico Doctum de Guarapari (Código 18490)	Instituto Politécnico Doctum de Guarapari (Código 18490)	Avenida Governador Jones dos Santos Neves nº 3535, Bairro Muquiçaba - Guarapari/Espírito Santo	Centro Educacional Lagoa Piau (Código 12706) CNPJ nº 04.379.811/0001-04	Instituto Ensinar Brasil (Código 218) CNPJ nº 19.322.494/0001-59

PORTARIA Nº 488, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.000477/2018-28, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201711205	Faculdade de Computação de Montes Claros (Código 3657)	Faculdade de Computação de Montes Claros (Código 3657)	Rua Odilon Macaúbas nº 220, Bairro Centro - Montes Claros/Minas Gerais	Instituto Superior de Montes Claros Ltda - EPP (Código 2314) CNPJ nº 05.850.453/0001-20	Instituto Prominas Serviços Educacionais Ltda (Código 11897) CNPJ nº 07.254.256/0001-74

PORTARIA Nº 489, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.004661/2018-47, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201711095	Faculdade de Ciências Gerais e Empreendedorismo - FACIGE (Código 4821)	Faculdade de Ciências Gerais e Empreendedorismo - FACIGE (Código 4821)	Rua Lírio Brant nº 511, Bairro Melo - Montes Claros/Minas Gerais	Faculdades Verde Norte - FAVENORTE - EIRELI (Código 3074) CNPJ nº 07.435.771/0001-50	Instituto Prominas Serviços Educacionais Ltda (Código 11897) CNPJ nº 07.254.256/0001-74

PORTARIA Nº 490, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.000475/2018-39, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201712330	Faculdade de Dracena (Código 17839)	Faculdade de Dracena (Código 17839)	Avenida Expedicionário nº 1.413, Bairro Centro - Dracena/SP	Centro de Ensino Superior de Presidente Prudente - CESPP (Código 10836) CNPJ nº 05.430.746/0001-59	UNIESP S.A (Código 16134) CNPJ nº 19.347.410/0001-31

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 491, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 26 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o processo SEI nº 23000.004662/2018-91, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos dos arts. 36 e 37, do Decreto nº 9.235, de 2017, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	Processo e- MEC	Instituição de Educação Superior (IES)	Denominação e sigla da IES após a Transferência	Endereço da IES	Mantenedora Cedente, CNPJ	Mantenedora Adquirente, CNPJ
1	201711090	Instituto Superior de Educação Ibituruna (Código 3448)	Instituto Superior de Educação Ibituruna (Código 3448)	Rua Lírio Brant nº 511 , Bairro Melo - Montes Claros/Minas Gerais	Faculdades Verde Norte - FAVENORTE - EIRELI (Código 3074) CNPJ nº 07.435.771/0001-50	Instituto Prominas Serviços Educacionais Ltda (Código 11897) CNPJ nº 07.254.256/0001-74

DESPACHOS DE 12 DE JULHO DE 2018

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23709.000016/2018-88.

Nº 53 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulos III e IV do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 73/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante o INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO MARANHÃO (cód. 2049), mantido pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior (cód. 1346) - CNPJ 06.349.146/0001-23, sediada no Município de São Luís - MA, que:

(i)Ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas por meio do Despacho SERES/MEC n° 161, de 2011, publicado no DOU em 21 de setembro de 2011;

(ii)Fica revogada a medida cautelar aplicada por meio da Portaria SERES/MEC nº 349, de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 22 de maio de 2018;

(iii)Seja retomado o fluxo do Processo e-MEC n° 20070659 de seu recredenciamento, nos termos da presente Nota Técnica;

(iv)Seja arquivado o Processo MEC nº 23709.000016/2018-88; e

(v)Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23709.000017/2018-22.

Nº 54 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulos III e IV do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 72/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE ESAMC SANTOS (cód. 2408), mantida pela Escola Superior de Administração, Comunicação e Marketing (cód. 1567) - CNPJ 04.904.699/0001-75, sediada no Município de Santos - SP, que:

(i) Fica revogada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 20073216 de seu recredenciamento, aplicada por meio da Portaria SERES/MEC nº 350, de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de maio de 2018;

(ii) Seja retomado o fluxo do Processo e-MEC n° 20073216 de seu recredenciamento, nos termos da presente Nota Técnica;

(iii) Seja arquivado o Processo MEC nº 23709.000017/2018-22; e

(iv) Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23709.000010/2018-19.

Nº 55 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais expressos na legislação da educação superior e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1º, 3º e 10 da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e 45 a 48 e 72 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 67/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina em relação à FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS ALVES FORTES (cód. 3514), mantida pela Fundação Educacional de Além Paraíba (cód. 401) - CNPJ 17.708.520/0001-56, sediada no município de Além Paraíba - MG:

(i) Fica limitado o ingresso de novos alunos por dois anos, em todos os cursos de graduação da Instituição, conforme o quadro:

CURSO	CÓDIGO e-MEC	VAGAS AUTORIZADAS	VAGAS APÓS LIMITAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO	65132	100	40
DIREITO	91945	60	43
ENGENHARIA CIVIL	113419	50	40
TURISMO	65136	50	40

(ii) Fica vedada por dois anos da abertura de novos cursos de pós-graduação;

(iii) Fica revogada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 200903214 de seu recredenciamento;

(iv) Seja notificada da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto 9.235, de 2017;

(v) Seja efetivada a notificação por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999;

(vi) Seja arquivado após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível, o Processo MEC nº 23709.000010/2018-19.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Ministério da Fazenda

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR N° 817, DE 12 DE JULHO DE 2018

Divulga versão atualizada do Manual Operacional do Agente Operador do FGTS

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II da Lei nº 8.036, de 11.05.1990, artigo 67, inciso II do Decreto nº 99.684, de 08.11.1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 23.06.1995, e, em cumprimento às disposições da RCCFGTS nº 888, de 15/05/2018, suas alterações e aditamentos, resolve:

1 Divulgar versão atualizada do Manual abaixo relacionado, que consolida as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FGTS, tendo como objetivo a racionalização dos procedimentos operacionais a serem observados pelos Agentes Financeiros, Agentes Promotores e Mutuários, nas operações de crédito lastreadas com recursos do FGTS:

1.1 Manual de Fomento Pessoa Física Alterações operacionais relativas aos Programas Carta de Crédito Associativa, Carta de Crédito Individual, Pró-Cotista e FIMAC - Financiamento de Materiais Para Construção;

2 Esse Manual está disponível a todos os participantes dos Programas de Aplicação do FGTS, por intermédio das Superintendências Regionais e Gerências de Filial do FGTS da Caixa Econômica Federal, em todo o território nacional e no sítio da CAIXA na internet no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br, na área de downloads, item FGTS Manual de Fomento Agente Operador.

3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber. 4 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando o subitem 1.1 da Circular nº 812, de 18/05/2018.

JUCEMAR JOSÉ IMPERATORI

Vice-Presidente

Em Exercício

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.363, DE 5 DE JULHO DE 2018

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 02/07/2018, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica

OLIMPIO TEIXEIRA AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CNPJ: 20.712.091/0001-03

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

ATA DE JULGAMENTOS

Ata de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

DIA 3 DE JULHO DE 2018 A 5 DE JULHO DE 2018

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), e eu, Jose Antonio da Silva, Secretário, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10970.720131/2016-69 - MATABOI ALIMENTOS LTDA. - Acórdão: 2201-004.579

Processo: 10970.720129/2016-90 - MATABOI ALIMENTOS LTDA. - Pedido de vista.

Processo: 10240.000741/2007-04 - FRIGORÍFICO BONSUCESSO LTDA. - Acórdão: 2201-004.580

Processo: 10240.000740/2007-51 - FRIGORÍFICO BONSUCESSO LTDA. - Acórdão: 2201-004.581

Processo: 10242.000207/2007-70 - FRIGORÍFICO NOVO ESTADO S/A - Acórdão: 2201-004.582

Processo: 10140.720600/2015-31 - FRIGORÍFICO BEEF NOBRE LTDA. - Acórdão: 2201-004.583

Processo: 10140.722996/2012-17 - FRIGORÍFICO BEEF NOBRE LTDA. - Acórdão: 2201-004.584

Processo: 10140.722626/2014-33 - FRIGORÍFICO BEEF NOBRE LTDA. - Acórdão: 2201-004.585

Processo: 10166.721543/2016-09 - HOSPITAL SANTA MARTA LTDA. - Acórdão: 2201-004.586

Processo: 10166.721734/2016-62 - HOSPITAL SANTA MARTA LTDA. - Acórdão: 2201-004.587

JOSE ANTONIO DA SILVA
Divisão de Apoio ao Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), e eu, Jose Antonio da Silva, Secretário, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13884.720130/2015-09 - ITALICA SAÚDE LTDA. - Acórdão: 2201-004.588

Processo: 13884.720131/2015-45 - ITALICA SAÚDE LTDA. - Acórdão: 2201-004.589

Processo: 11040.722120/2015-04 - LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A. - Acórdão: 2201-004.590

Processo: 15504.018032/2008-23 - PROMOVE SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA. - ME - Pedido de vista.

Processo: 15504.018033/2008-78 - PROMOVE SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA. - ME - Pedido de vista.

Processo: 11516.722503/2011-15 - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - Retirado de pauta.

Processo: 11516.722502/2011-62 - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - Retirado de pauta.

Processo: 10980.724432/2015-61 - BEBIDAS NOVA GERAÇÃO LTDA. - Acórdão: 2201-004.591

Processo: 12971.004946/2010-27 - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. - Acórdão: 2201-004.592

Processo: 12971.004947/2010-71 - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. - Acórdão: 2201-004.593

Processo: 12971.004950/2010-95 - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. - Acórdão: 2201-004.594

Processo: 12971.004952/2010-84 - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. - Acórdão: 2201-004.595

Processo: 12971.007041/2009-75 - CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. - Acórdão: 2201-004.596

JOSE ANTONIO DA SILVA
Divisão de Apoio ao Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), e eu, Jose Antonio da Silva, Secretário, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 15983.000700/2007-30 - USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS - Acórdão: 2201-004.597

Processo: 15504.012253/2010-11 - USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS - Acórdão: 2201-004.598

Processo: 18184.000020/2008-09 - USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS - Acórdão: 2201-004.599

Processo: 15504.726223/2011-68 - USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS - Pedido de vista.

Processo: 15504.723812/2015-18 - USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS - Pedido de vista.

Processo: 10640.000047/2008-57 - U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.600

Processo: 10640.000051/2008-15 - U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.601

Processo: 10640.005532/2008-17 - U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.602

Processo: 18470.730556/2014-67 - XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16832.000291/2010-63 - FRANCECAR COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA. - Acórdão: 2201-004.603

JOSE ANTONIO DA SILVA
Divisão de Apoio ao Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), e eu, Jose Antonio da Silva, Secretário, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 12096.720011/2013-08 - INFRASITE ENGENHARIA DE TELECOMUNICOES LTDA. - EPP - Acórdão: 2201-004.604

Processo: 23034.002779/98-93 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Acórdão: 2201-004.605

Processo: 23034.000971/98-08 - ARAUCO DO BRASIL S.A. - Acórdão: 2201-004.606

Processo: 13558.000722/2003-61 - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL GRAPIUNA LIMITADA - Acórdão: 2201-004.607

Processo: 10530.902577/2011-84 - TERMOBAHIA S/A - Acórdão: 2201-004.608

Processo: 19515.003709/2010-75 - EDSON MACEDO NETO - Acórdão: 2201-004.609

Processo: 11516.720066/2013-59 - MARIA GERTRUDA KROON - Acórdão: 2201-004.610

Processo: 10240.721110/2013-62 - JOÃO ARANTES NETO - Acórdão: 2201-004.611

Processo: 16641.000161/2008-53 - JOÃO NUNES DA SILVA FILHO - Resolução: 2201-000.308

JOSE ANTONIO DA SILVA
Divisão de Apoio ao Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), e eu, Jose Antonio da Silva, Secretário, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 12898.002366/2009-91 - JENNINGS LUIS IGEL HOFFENBERG - Acórdão: 2201-004.612

Processo: 11610.726062/2013-14 - IOLI BORGHESI DOS REIS - Acórdão: 2201-004.613

Processo: 10935.724411/2013-20 - JUCELINO DOS REIS - Acórdão: 2201-004.614

Processo: 12448.727292/2016-27 - LYSIA DINIZ - Acórdão: 2201-004.615

Processo: 13807.723271/2011-64 - VICENTE GAMBI - Acórdão: 2201-004.616

Processo: 11516.722469/2012-51 - ROSALBA SCHNEIDER - Acórdão: 2201-004.617

Processo: 10880.721384/2006-97 - TRIUNFO AGROPECUÁRIA LTDA - Acórdão: 2201-004.618

Processo: 11610.726929/2013-23 - GILDA GRONOWICZ FANCIO - Acórdão: 2201-004.619

Processo: 13884.721373/2017-18 - JOAO CARLOS JOSE DE OLIVEIRA - Acórdão: 2201-004.620

JOSE ANTONIO DA SILVA
Divisão de Apoio ao Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), e eu, Jose Antonio da Silva, Secretário, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10480.726101/2016-88 - EDUARDO CAVALCANTI DE OLIVEIRA MACIEL - Acórdão: 2201-004.621

Processo: 10469.723631/2014-61 - NEY LOPES DE SOUZA - Acórdão: 2201-004.622

Processo: 10469.721640/2016-89 - OTTON MAX BARRETO ARAGÃO - Acórdão: 2201-004.623

JOSE ANTONIO DA SILVA
Divisão de Apoio ao Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10283.720090/2013-14 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 6. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 6, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10580.720964/2009-94 (item 35) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 36 a 45. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 36 a 45, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 11060.002335/2009-11 (item 62) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 63 a 76. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 63 a 76, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10580.010129/2006-08 (item 84) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 85 a 91. O resultado do julgamento do processo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 85 a 91, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 24 DE JULHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: Salário indireto; Caracterização Segurado Empregado
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
1 - Processo nº: 10283.720090/2013-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
2 - Processo nº: 15504.725273/2011-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPLETA ENGENHARIA S/A
3 - Processo nº: 16682.722526/2016-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
4 - Processo nº: 19740.000678/2008-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A
5 - Processo nº: 19740.000679/2008-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A
6 - Processo nº: 19740.000680/2008-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
7 - Processo nº: 10140.720433/2013-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERVAN ANESTESIOLOGIA DE CAMPO GRANDE S/S
Relator(a): PATRICIA DA SILVA
8 - Processo nº: 15504.005718/2010-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GLOBAL VALUE SOLUCOES LTDA
TEMA 2: Penalidades/Retroatividade Benigna; Decadência/Prescrição
9 - Processo nº: 10530.003413/2007-96 - Embargante: DISTRIBUIDORA BARREIRAS DE ALIMENTOS LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
10 - Processo nº: 10530.003287/2007-70 - Embargante: DISTRIBUIDORA BARREIRAS DE ALIMENTOS LTDA
Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
11 - Processo nº: 16045.000372/2007-34 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ECIL EMPRESA COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
12 - Processo nº: 17546.000181/2007-94 - Recorrentes: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
13 - Processo nº: 35464.004947/2006-11 - Recorrentes: BANCO SANTANDER BRASIL S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
14 - Processo nº: 13971.001816/2008-81 - Recorrentes: COOPERATIVA DE CREDITO VALE DO ITAJAI VIACREDI e FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 15504.018469/2009-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.
16 - Processo nº: 18050.003977/2008-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALACOES LTDA.
17 - Processo nº: 15504.020585/2009-27 - Embargante: TELEMIG CELULAR S/A
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
18 - Processo nº: 10283.005381/2007-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
19 - Processo nº: 12269.004175/2009-71 - Embargante: TURBO CENTER PORTO ALEGRE COMERCIO DE TURBOS EIRELI
Relator(a): PATRICIA DA SILVA
20 - Processo nº: 35954.002153/2006-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA

DIA 24 DE JULHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: Penalidades/Retroatividade Benigna
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
21 - Processo nº: 11020.002619/2009-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAMARA DE INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E AGROPECUARIA DE ANTONIO PRADO
22 - Processo nº: 13858.000145/2010-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BOM PASSO INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA
23 - Processo nº: 13858.000144/2010-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BOM PASSO INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA
24 - Processo nº: 14367.000285/2008-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INCAM INDUSTRIA DE CONSTRUCAO DA AMAZONIA LTDA
25 - Processo nº: 19515.004003/2010-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SWAP CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA
26 - Processo nº: 14367.000284/2008-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INCAM INDUSTRIA DE CONSTRUCAO DA AMAZONIA LTDA
TEMA 4: Sub-rogação na aquisição de Produtor Rural
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
27 - Processo nº: 15868.720151/2013-88 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 15868.720169/2013-80 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 19515.720070/2013-39 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10325.000993/2010-91 - Recorrente: SINFACOL - SERVICOS DE INFORMATICA ADMINISTRACAO E CONTABILIDADE LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: Preliminar/Nulidade
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
31 - Processo nº: 10945.721899/2013-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO DE SAUDE ITAIGUAPY
32 - Processo nº: 10945.721900/2013-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO DE SAUDE ITAIGUAPY
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
33 - Processo nº: 13864.720186/2014-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIDAX TELESERVICOS S.A.
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
34 - Processo nº: 15504.732666/2013-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TSA TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE AUTOMACAO SA

DIA 25 DE JULHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: Ajuste/omissão de rendimentos
Relator(a): PATRICIA DA SILVA
35 - Processo nº: 10580.720964/2009-94 - Recorrente: JUSTINO DE FARIAS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
36 - Processo nº: 10530.720031/2009-92 - Recorrente: AUGUSTO CESAR SILVA BRITTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10540.720060/2009-35 - Recorrente: VALDECIRIO DE OLIVEIRA CARNEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10580.720985/2009-18 - Recorrente: ROSA FERREIRA DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10580.726532/2009-97 - Recorrente: BENEDITO MARIO LEAO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10580.727101/2009-48 - Recorrente: JERONIMO OUAIS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10580.727113/2009-72 - Recorrente: JOSE CICERO LANDIN NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10580.728039/2009-10 - Recorrente: AURELINO OTACILIO PEREIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10580.728046/2009-11 - Recorrente: MARIO SOARES CAYMMI GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10580.728101/2009-65 - Recorrente: DERMEVAL BELLUCCI DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 18050.007630/2009-21 - Recorrente: WILSON CARVALHO MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PATRICIA DA SILVA
46 - Processo nº: 10580.726895/2009-22 - Recorrente: ALEXANDRE RAIMUNDO PEREIRA SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 18050.004227/2009-41 - Recorrente: ANANIAS PEREIRA FREIRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10580.727080/2009-61 - Recorrente: CELESTE SILVA LEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10530.003989/2008-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLARISMUNDO DE SOUZA RAMOS
50 - Processo nº: 10580.726307/2009-51 - Recorrentes: ESTHER FARANI CAMPOS DE CORDEIRO e FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10580.720159/2009-61 - Recorrente: JOAO LOPES DA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10580.721085/2009-80 - Recorrentes: PAULO GOMES JUNIOR e FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10580.726270/2009-61 - Recorrentes: SONIA MARIZA AGUIAR REIS e FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10580.727690/2010-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA HELENA PORTO FAHEL
55 - Processo nº: 10580.725982/2009-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANNA MARIA DE LACERDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
56 - Processo nº: 18239.002198/2008-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RICHARD HERMANN GOEHRINGER
57 - Processo nº: 10830.720327/2012-24 - Recorrente: MARIA DA GLORIA CAMPOS DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 16511.720931/2013-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA MARASCKI SARMENTO
59 - Processo nº: 11080.723631/2013-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RAQUEL BLACHER WINIARZ DE GROSSMAN
60 - Processo nº: 13605.720154/2012-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE BARCELOS DE MOURA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
61 - Processo nº: 12326.000521/2010-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE CLEMENTINO DA SILVA NETO
62 - Processo nº: 11060.002335/2009-11 - Recorrente: AGUEDA PALMIRA CASTAGNA DE VARGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
63 - Processo nº: 11060.002038/2009-75 - Recorrente: SOLON JONAS LONGHI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11060.002104/2009-15 - Recorrente: JANIO MORAIS SANTURIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 11060.002209/2009-66 - Recorrente: NIRVAN HOFSTADLER PEIXOTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 11060.002210/2009-91 - Recorrente: MAURO VALDIR SCHUMACHER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11060.002220/2009-26 - Recorrente: JUCARA SALETE GUBIANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 11060.002314/2009-03 - Recorrente: SYDNEY HARTZ ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11060.002667/2009-03 - Recorrente: ALDIOCIR FRANCISCO DALLA VECCHIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11060.002669/2009-94 - Recorrente: CARLOS ALBERTO ARAUJO DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11060.002671/2009-63 - Recorrente: CLEANDRO FLORES DE GASPERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 11060.002672/2009-16 - Recorrente: FERNANDO BORDIN DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11060.002673/2009-52 - Recorrente: IVAN LONDERO HOFFMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 11060.002675/2009-41 - Recorrente: WILLIAM SCHOENAU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11060.002802/2009-11 - Recorrente: MARCOS ANTONIO PINTO MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11060.002816/2009-26 - Recorrente: JUSSARA CABRAL CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
77 - Processo nº: 11060.002451/2009-30 - Recorrente: JAIRO AUGUSTO FOLETTO BOLZAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JULHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: Salário indireto
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
78 - Processo nº: 16682.721108/2012-90 - Recorrentes: INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 16682.721110/2012-69 - Recorrentes: INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 16682.721085/2013-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
81 - Processo nº: 15504.725721/2014-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CEMIG DISTRIBUICAO S.A
82 - Processo nº: 15504.725513/2014-37 - Recorrentes: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10680.724919/2010-14 - Recorrentes: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: Ajuste/omissão de rendimentos; Conhecimento
Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
84 - Processo nº: 10580.010129/2006-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FREIDA KERTZMAN SZPORER
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
85 - Processo nº: 10830.006425/2005-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAULO DINIZ
86 - Processo nº: 10907.000224/2007-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANDRA MARA ZAMBONI
87 - Processo nº: 18471.000063/2007-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAVIO HIPOLITO DA COSTA MARTINS
88 - Processo nº: 18471.000064/2007-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LEILA MARTINS
89 - Processo nº: 18471.000065/2007-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARAUNA HIPOLITO DA COSTA MARTINS
90 - Processo nº: 19515.000364/2007-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FERNANDA CONTALDI
91 - Processo nº: 19515.003112/2006-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NELSON LUIZ MAHFUZ
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
92 - Processo nº: 19515.003779/2003-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EULALIA PIPOLO BAPTISTA
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
93 - Processo nº: 14041.000605/2005-41 - Recorrente: EDNO FERREIRA DA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: Preliminar/Nulidade
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
94 - Processo nº: 15453.000833/2009-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARCOS ANTONIO CARDOSO DOS SANTOS
95 - Processo nº: 12448.727308/2013-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANNA LUCIA ROMANO FRAGOSO PIRES
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
96 - Processo nº: 10830.724208/2012-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INAJA GUEDES BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 10: Preliminar/Nulidade
97 - Processo nº: 10850.900553/2013-30 - Recorrente: LEDA ZANCANER SALLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13807.005438/2004-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELIANA BRANDI
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
99 - Processo nº: 10830.723738/2013-52 - Recorrente: MARIA ANTONIA CAPRIOLI GOMES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE JULHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: Diversos
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
100 - Processo nº: 13851.000550/2006-53 - Embargante: RICARDO MARTINS PEREIRA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
101 - Processo nº: 10280.001288/2007-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: YOSSEF KABACZNIK
102 - Processo nº: 13808.003959/2001-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELIANA MICHAELICHIN BEZERRA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
103 - Processo nº: 11080.727044/2013-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CHANG CHEN TONG
104 - Processo nº: 10950.721754/2011-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALDEMAR BERNARDES
105 - Processo nº: 19985.720490/2013-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIO OLM
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
106 - Processo nº: 18363.720670/2014-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARLOS HANS MULLER
107 - Processo nº: 14191.720073/2013-59 - Recorrente: PAULO EDSON MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 14191.720056/2014-01 - Recorrente: PAULO EDSON MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13830.722238/2014-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE CARLOS CARVALHO MOTA

DIA 26 DE JULHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: Ajuste/glosa; Conhecimento
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
110 - Processo nº: 11080.733248/2014-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOAO CARLOS RIBEIRO NORONHA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
111 - Processo nº: 13811.000794/2006-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAULO MANUEL FERNANDES MENDONCA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
112 - Processo nº: 11516.722580/2012-48 - Recorrente: MANOEL BENTO PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: Glosa de Área Declarada; Valor da Terra Nua (VTN)
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
113 - Processo nº: 11040.720079/2007-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ RENATO LEITE REIS
114 - Processo nº: 10680.721295/2013-26 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10073.720289/2008-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CID RIBEIRO

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

ADRIANA GOMES REGO
Presidente do Conselho Administrativo
de Recursos Fiscais

3ª TURMA

ATA DE JULGAMENTOS

Ata de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

DIA 15 DE MAIO DE 2018 A 17 DE MAIO DE 2018

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Andrada Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello, Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em Exercício) e eu, Nathalia Cristina de Oliveira Das Neves Leite, Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10665.720323/2008-19 - FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA - Acórdão: 9303-006.716
Processo: 10665.720330/2008-11 - FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA - Acórdão: 9303-006.717
Processo: 10845.720753/2009-01 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.692
Processo: 15987.000205/2010-96 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.711
Processo: 15987.000230/2009-36 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.694
Processo: 15987.000231/2009-81 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.695
Processo: 15987.000232/2009-25 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.696
Processo: 15987.000233/2009-70 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.697
Processo: 15987.000234/2009-14 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.698
Processo: 15987.000235/2009-69 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.699
Processo: 15987.000238/2009-01 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.700
Processo: 15987.000676/2009-61 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.701
Processo: 15987.000677/2009-13 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.702
Processo: 15987.000678/2009-50 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.703
Processo: 15987.000679/2009-02 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.704
Processo: 15987.000680/2009-29 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.705
Processo: 15987.000681/2009-73 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.706
Processo: 15987.000682/2009-18 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.707
Processo: 15987.000683/2009-62 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.708
Processo: 15987.000684/2009-15 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.709
Processo: 15987.000685/2009-51 - OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - Acórdão: 9303-006.710
Processo: 10907.001168/2005-03 - SIPAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Pedido de vista.
Processo: 11041.000121/2005-12 - FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - Acórdão: 9303-006.713
Processo: 11041.000512/2005-29 - FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - Acórdão: 9303-006.714
Processo: 11080.008889/2007-21 - FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - Acórdão: 9303-006.715
Processo: 11080.011387/2008-69 - FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - Pedido de vista.
Processo: 11080.722727/2009-61 - TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - Pedido de vista.
Processo: 11080.722728/2009-14 - TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - Pedido de vista.
Processo: 11080.722757/2009-78 - TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - Pedido de vista.
Processo: 11080.722758/2009-12 - TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - Pedido de vista.
Processo: 11080.722759/2009-67 - TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - Pedido de vista.
Processo: 11080.722760/2009-91 - TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - Pedido de vista.
Processo: 11080.722811/2009-85 - TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - Pedido de vista.
Processo: 13053.000053/2007-31 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.718
Processo: 13053.000052/2007-97 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.719
Processo: 13053.000087/2008-15 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.720
Processo: 13053.000088/2008-51 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.721
Processo: 13053.000091/2007-94 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.722
Processo: 13053.000092/2007-39 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.723
Processo: 13053.000158/2007-91 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.724
Processo: 13053.000159/2007-35 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.725
Processo: 13053.000183/2008-55 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.726
Processo: 13053.000184/2008-08 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.727
Processo: 13053.000314/2007-13 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.728
Processo: 13053.000315/2007-68 - MITA LTDA - Acórdão: 9303-006.729
Processo: 13204.000077/2005-58 - IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A. - Acórdão: 9303-006.730
Processo: 16327.915387/2009-02 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.808
Processo: 16327.915390/2009-18 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.809
Processo: 16327.914467/2009-32 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.811
Processo: 16327.915383/2009-16 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.812
Processo: 16327.915389/2009-93 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.813
Processo: 16327.915393/2009-51 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.814
Processo: 16327.915400/2009-15 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.815
Processo: 16327.915403/2009-59 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.816
Processo: 16327.915404/2009-01 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.817
Processo: 16327.915405/2009-48 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.818
Processo: 16327.915411/2009-03 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.819
Processo: 16327.915414/2009-39 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.820
Processo: 16327.915418/2009-17 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.821
Processo: 16327.919586/2009-81 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.822
Processo: 16327.919587/2009-26 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.823
Processo: 16327.919589/2009-15 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.824
Processo: 16327.914477/2009-78 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.825
Processo: 16327.914481/2009-36 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.826
Processo: 16327.915399/2009-29 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.827
Processo: 16327.915368/2009-78 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.828
Processo: 16327.915386/2009-50 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9303-006.810
Processo: 16327.002934/2003-94 - ITAUBANK LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Acórdão: 9303-006.829
Processo: 10930.003134/2005-58 - COMPANHIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL - Acórdão: 9303-006.731
Processo: 10930.004000/2005-54 - COMPANHIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL - Acórdão: 9303-006.732

NATHALIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente da Turma

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Andrada Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello, Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em Exercício) e eu, Nathalia Cristina de Oliveira Das Neves Leite, Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13971.722490/2011-24 - D&A COMERCIO SERVICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Acórdão: 9303-006.790
Processo: 13971.720747/2013-75 - D&A COMERCIO SERVICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Acórdão: 9303-006.830
Processo: 10314.002758/96-17 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO - Acórdão: 9303-006.831
Processo: 10680.005374/2005-86 - SOCIEDADE EDUCACIONAL SOMA LTDA - Acórdão: 9303-006.733
Processo: 19515.000346/2005-59 - ART-GRAF ALBENSE LTDA - EPP - Acórdão: 9303-006.734
Processo: 18088.000058/2008-61 - CITROVITA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 15540.720380/2013-95 - BRASIL KIRIN BEBIDAS LTDA - Pedido de vista.
Processo: 13674.000107/99-90 - QUALY MARCAS COMERCIO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA - Pedido de vista.
Processo: 11065.722512/2011-53 - INTERNATIONAL INDUSTRIA AUTOMOTIVA DA AMERICA DO SUL LTDA. - Acórdão: 9303-006.791
Processo: 10865.722045/2014-26 - DOHLER AMERICA LATINA LTDA. - Acórdão: 9303-006.735
Processo: 16095.000447/2007-91 - DANA-ALBARUS INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTOPECAS LTDA. - Acórdão: 9303-006.792
Processo: 13308.000114/2002-17 - CANINDE CALCADOS LTDA - Acórdão: 9303-006.742
Processo: 13308.000123/2002-16 - CANINDE CALCADOS LTDA - Acórdão: 9303-006.743
Processo: 19515.720448/2011-32 - ENFIL S/A CONTROLE AMBIENTAL - Pedido de vista.
Processo: 10715.008215/2009-12 - TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA - Acórdão: 9303-006.793

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10909.006885/2008-46 - SEATRADE SERVICOS PORTUARIOS E LOGISTICOS LTDA - Acórdão: 9303-006.794
Processo: 10920.003014/2006-51 - SMS SIEMAG EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - Acórdão: 9303-006.838
Processo: 10921.000144/2010-16 - SEATRADE SERVICOS PORTUARIOS E LOGISTICOS LTDA - Acórdão: 9303-006.795
Processo: 10921.000332/2009-01 - SEATRADE SERVICOS PORTUARIOS E LOGISTICOS LTDA - Acórdão: 9303-006.796
Processo: 10921.000853/2008-79 - SEATRADE SERVICOS PORTUARIOS E LOGISTICOS LTDA - Acórdão: 9303-006.797
Processo: 11762.720086/2015-80 - SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Acórdão: 9303-006.798
Processo: 12466.002130/2010-79 - COTIA ARMAZENS GERAIS S/A - Acórdão: 9303-006.736
Processo: 16561.720044/2013-67 - DIAGEO BRASIL LTDA. - Acórdão: 9303-006.737
Processo: 13770.000663/2005-78 - ARACRUZ CELULOSE SA - Acórdão: 9303-006.738
Processo: 13839.720008/2013-16 - ATMOSFERA GESTAO E HIGIENIZACAO DE TEXTEIS S.A. - Acórdão: 9303-006.739

NATHALIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente da Turma

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Andrada Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello, Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em Exercício) e eu, Nathalia Cristina de Oliveira Das Neves Leite, Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10480.000342/00-29 - MINERIOS DE BOM JARDIM SA - Acórdão: 9303-006.744
Processo: 10166.014258/2001-43 - TAGUAUTO TAGUATINGA AUTOMOVEIS E SERVICOS LTDA - Acórdão: 9303-006.745
Processo: 10768.004273/2003-66 - QUIMICA INDUSTRIAL FIDES S A - Acórdão: 9303-006.746
Processo: 11020.002477/2001-05 - INTRAL SA INDUSTRIA DE MATERIAIS ELETRICOS - Acórdão: 9303-006.747
Processo: 11831.006798/2002-15 - MANGELS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 9303-006.748
Processo: 13639.000059/2002-13 - MOTOLIDER COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - Acórdão: 9303-006.749
Processo: 13819.001917/2001-48 - BRAZUL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA - Acórdão: 9303-006.750
Processo: 13840.000042/2001-90 - MAQUINAS AGRICOLAS MOJI LTDA - Acórdão: 9303-006.751
Processo: 13893.000573/2002-48 - PAES E DOCES VILA JOIA LTDA - Acórdão: 9303-006.752
Processo: 13893.000574/2002-92 - PAES E DOCES VILA JOIA LTDA - ME - Acórdão: 9303-006.753
Processo: 19740.000200/2005-40 - ATLANTICA COMPANHIA DE SEGUROS - Acórdão: 9303-006.754
Processo: 10384.002134/2003-11 - TRANSPORTES COLETIVO CIDADE VERDE LTDA - Acórdão: 9303-006.755
Processo: 10510.001479/2003-56 - BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A - Acórdão: 9303-006.740
Processo: 10510.002044/2009-14 - CONCORDE VEICULOS LTDA - Acórdão: 9303-006.756
Processo: 11020.007495/2008-41 - SAN MARINO MOVEIS LTDA - Acórdão: 9303-006.741
Processo: 11065.004830/2004-18 - SCHMIDT IRMAOS CALCADOS LTDA - Acórdão: 9303-006.757
Processo: 11075.000705/2007-54 - PILECCO NOBRE ALIMENTOS LTDA - Acórdão: 9303-006.799
Processo: 12466.003935/2008-15 - CISA TRADING S/A - Retirado de pauta.
Processo: 12466.004846/2008-96 - CISA TRADING S/A - Retirado de pauta.
Processo: 12466.000091/2009-31 - CISA TRADING S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11128.006217/2002-83 - FMC DO BRASIL IND COM - Retirado de pauta.
Processo: 11128.000275/2004-65 - FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10314.005814/2003-10 - GETRONICS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11050.001390/2005-89 - HOPEGRAF IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 11128.004134/2004-11 - MOINHO HORTOLANDIA - EIRELI - Retirado de pauta.
Processo: 10480.723799/2010-94 - NELSON WENDT CIA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 15165.001321/2007-09 - VALE FERTIL INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LTDA - Pedido de vista.
Processo: 13002.000094/2008-12 - CENTRO CLINICO CANOAS LTDA - Acórdão: 9303-006.758
Processo: 13002.000031/2010-72 - CENTRO CLINICO CANOAS LTDA - Acórdão: 9303-006.759
Processo: 13002.000259/2008-48 - CENTRO CLINICO CANOAS LTDA - Acórdão: 9303-006.760
Processo: 13002.000389/2008-81 - CENTRO CLINICO CANOAS LTDA - Acórdão: 9303-006.761
Processo: 13002.000833/2008-68 - CENTRO CLINICO CANOAS LTDA - Acórdão: 9303-006.762
Processo: 13002.001065/2008-60 - CENTRO CLINICO CANOAS LTDA - Acórdão: 9303-006.763
Processo: 13002.100024/2007-74 - CENTRO CLINICO CANOAS LTDA - Acórdão: 9303-006.764
Processo: 10855.001570/2004-51 - BIC BRASIL S.A. - Acórdão: 9303-006.765
Processo: 10875.000768/2004-80 - ABRATUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP - Acórdão: 9303-006.766
Processo: 10875.005552/2002-49 - GENEA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA - Acórdão: 9303-006.767
Processo: 10980.011358/2003-86 - METALURGICA GANS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 9303-006.768
Processo: 13055.000122/2001-00 - CALCADOS ARLEDE LTDA - ME - Acórdão: 9303-006.769
Processo: 10768.002728/2003-17 - DELTA CONSTRUCOES SA - Acórdão: 9303-006.770

NATHALIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente da Turma

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Andrada Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello, Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em Exercício) e eu, Nathalia Cristina de Oliveira Das Neves Leite, Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10665.902837/2008-91 - ARDOSIA REIS LTDA - Acórdão: 9303-006.785
Processo: 13962.000132/2001-02 - BUETTNER S/A - INDUSTRIA E COMERCIO - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Acórdão: 9303-006.786
Processo: 13962.000237/2001-53 - BUETTNER S/A - INDUSTRIA E COMERCIO - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Acórdão: 9303-006.776
Processo: 10480.021078/99-15 - USINA TRAPICHE S/A - Acórdão: 9303-006.777
Processo: 10675.001370/2003-36 - FRIGORIFICO MATABOI SA - Acórdão: 9303-006.778
Processo: 10850.002363/2002-01 - USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA - Acórdão: 9303-006.779
Processo: 13639.000100/2002-51 - COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES - Acórdão: 9303-006.780
Processo: 13770.000350/2001-96 - ARACRUZ CELULOSE SA - Acórdão: 9303-006.781
Processo: 13770.000965/2001-12 - ARACRUZ CELULOSE SA - Acórdão: 9303-006.782
Processo: 13827.000028/2003-26 - SANTA CANDIDA ACUCAR E ALCOOL LTDA - Acórdão: 9303-006.783
Processo: 13886.001240/2002-25 - TOYOBO DO BRASIL IND TEXTIL LTDA - Acórdão: 9303-006.784
Processo: 11080.011234/2002-26 - ELEVA ALIMENTOS S/A - Acórdão: 9303-006.772
Processo: 13055.000083/00-07 - INDUSTRIA DE PELES PAMPA LTDA - Acórdão: 9303-006.800
Processo: 13909.000006/2002-75 - MACSOL MANUFATURA DE CAFE SOLUVEL LTDA - Acórdão: 9303-006.801
Processo: 10675.720692/2009-73 - MATABOI ALIMENTOS LTDA - Acórdão: 9303-006.802
Processo: 10675.720691/2009-29 - MATABOI ALIMENTOS LTDA - Acórdão: 9303-006.803
Processo: 13827.000741/2002-99 - SANTA CANDIDA ACUCAR E ALCOOL LTDA - Acórdão: 9303-006.804
Processo: 13827.000663/2002-22 - SANTA CANDIDA ACUCAR E ALCOOL LTDA - Acórdão: 9303-006.805
Processo: 13807.008239/2001-83 - TINTO HOLDING LTDA - Acórdão: 9303-006.806
Processo: 19515.000065/2003-34 - VIACAO COMETA S A - Retirado de pauta.
Processo: 19515.720041/2012-96 - AES TIETE S/A - Acórdão: 9303-006.771
Processo: 13807.002837/00-60 - VICUNHA S/A - Acórdão: 9303-006.807
Processo: 10640.001360/2001-36 - AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL - Acórdão: 9303-006.787
Processo: 11516.003531/2006-64 - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - Acórdão: 9303-006.788
Processo: 10580.720177/2007-81 - UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO EM LIQUIDACAO EXTRA JUDICIAL - Acórdão: 9303-006.789
Processo: 10650.001996/2006-73 - UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA - Acórdão: 9303-006.773
Processo: 11516.720935/2014-26 - KOMLOG IMPORTACAO LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Acórdão: 9303-006.774

NATHALIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente da Turma

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Andrada Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello, Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em Exercício) e eu, Nathalia Cristina de Oliveira Das Neves Leite, Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 13811.002160/00-18 - PARAMOUNT LANSUL SA - Acórdão: 9303-006.851
Processo: 10980.011284/2002-05 - GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA - Acórdão: 9303-006.852
Processo: 10980.011287/2002-31 - GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA - Acórdão: 9303-006.853
Processo: 10980.011304/2002-30 - GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA - Acórdão: 9303-006.854
Processo: 10909.000997/2002-06 - A BITTENCOURT MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13005.500184/2004-47 - COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 11065.000789/2007-45 - COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUI - Retirado de pauta.
Processo: 11075.001568/2004-22 - COOPERATIVA AGRICOLA URUGUAIANA LIMITADA - Pedido de vista.
Processo: 10640.900247/2006-40 - DISPROPAN LTDA - Acórdão: 9303-006.849
Processo: 10530.904655/2009-61 - RODOBENS CAMINHOES BAHIA S.A. - Acórdão: 9303-006.850
Processo: 10314.001468/00-41 - UNILEVER BRASIL LTDA. - Acórdão: 9303-006.836
Processo: 10314.001472/00-19 - UNILEVER BRASIL LTDA. - Acórdão: 9303-006.837
Processo: 13982.000901/2004-79 - BONDIO ALIMENTOS S/A - Acórdão: 9303-006.832
Processo: 13982.001074/2004-31 - BONDIO ALIMENTOS S/A - Acórdão: 9303-006.833
Processo: 16707.002129/2005-58 - POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA - Acórdão: 9303-006.834
Processo: 16707.002130/2005-82 - POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA - Acórdão: 9303-006.835

NATHALIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente da Turma

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Andrada Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello, Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em Exercício) e eu, Nathalia Cristina de Oliveira Das Neves Leite, Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 11610.014685/2002-80 - EXPRESSO DE PRATA LTDA - Acórdão: 9303-006.841
Processo: 11128.002137/2003-30 - D-LOG BRASIL OPERADOR LOGISTICO MULTIMODAL LTDA - Acórdão: 9303-006.842
Processo: 13855.003838/2008-10 - EMBRAT EMPRESA BRASILEIRA DE ARMAZENS E TRANSPORTES LTDA - Acórdão: 9303-006.843
Processo: 10831.013196/2004-13 - DHL EXPRESS (BRAZIL) LTDA - Pedido de vista.
Processo: 12452.720187/2012-74 - LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA - Acórdão: 9303-006.839
Processo: 10936.000002/2007-86 - CRISOSTOMO & BARRETO LTDA - EPP - Acórdão: 9303-006.844
Processo: 11128.001474/2007-33 - ECOPORTO SANTOS S.A. - Acórdão: 9303-006.845
Processo: 10611.000636/2010-05 - SIEMENS VAI METALS TECHNOLOGIES LTDA - Acórdão: 9303-006.775
Processo: 10510.004241/2008-97 - ESTADO DE SERGIPE - Pedido de vista.
Processo: 19515.001471/2007-48 - VERDURAMA COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - Pedido de vista.
Processo: 10980.726071/2010-83 - HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Acórdão: 9303-006.846
Processo: 13808.003458/97-28 - SERRANA DE MINERACAO LTDA - Acórdão: 9303-006.847
Processo: 16327.000137/2004-53 - SUL AMERICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - Pedido de vista.
Processo: 13804.002336/00-40 - JOAO MARQUES DA SILVA COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 9303-006.848
Processo: 10925.001920/2002-47 - SADIA S.A. - Acórdão: 9303-006.840

NATHALIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe de Equipe de Suporte ao Julgamento - ESJ1

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente da Turma

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Em atendimento às solicitações das Secretarias de Fazenda do Distrito Federal e do Mato Grosso, retifica-se o Ato COTEPE/PMPF nº 13, de 10 de julho de 2018, publicado no DOU de 11 de julho de 2018, Seção 1, página 79, nas linhas referentes às unidades federadas supracitadas:

a) onde se lê:

"

DF	4,5510	6,3810	3,6690	3,5620	5,3562	5,3562	-	3,4970	3,2990	-	-	-

MT	4,3331	5,7592	3,8445	3,7486	7,3736	7,3736	3,4946	3,0495	2,6641	2,2000	-	-

"

Leia-se:

"

DF	**4,4970	**6,2720	**3,6360	**3,5120	*5,6324	*5,6324	-	**3,4160	3,2990	-	-	-

MT	*4,7215	*6,0996	3,8445	3,7486	7,3736	7,3736	*3,8692	**2,7451	2,6641	2,2000	-	-

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 13, DE 11 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida nos termos do inciso II do art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do Parecer SEI Nº 84/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 11 de julho de 2018, declara que, fica autorizada a dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante:

"nas ações judiciais fundadas no entendimento de que não há incidência de imposto de renda sobre verba recebida a título de férias não gozadas por trabalhador avulso, considerando o caráter indenizatório da verba"

JURISPRUDÊNCIA: REsp 1128412/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/02/2010, DJe 26/02/2010; REsp 1210024/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/11/2010, DJe 12/11/2010; AgRg no REsp 1118170/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 29/04/2010; AgRg no REsp 1157510/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 18/05/2015.

FABRÍCIO DA SOLLER

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 12 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a instituição de códigos de receita para os casos que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, e na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, declara:

Art. 1º Ficam instituídos os seguintes códigos de receita para serem utilizados em Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf):

I - 5554 - Parcelamento PGFN - Ajustes - Previdenciário; e

II - 5577 - Parcelamento PGFN - Ajustes - Demais.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

FREDERICO IGOR LEITE FABER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 11 DE JUNHO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720513/2018-74, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Land Rover, modelo Freelander2, ano 2014, cor azul, chassi SALFA2BG2FH421010, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 14/2269257-6, de 24/11/2014, pela Alfândega no Porto do Rio Janeiro, de propriedade do Sr. Johannes Petrus Maria Peters, CPF nº 706.059.161-36.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 11 DE JULHO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720471/2018-71, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca BMW, modelo 550i, ano 2009, cor preta, chassi WBANW5103ACT31796, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 09/1531044-3, de 04/11/2009, pela Alfândega no Porto de Santos-SP, de propriedade da Embaixada da República de Botsuana, CNPJ nº 10.927.730.0001/96.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 11 DE JULHO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720473/2018-61, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Toyota, modelo Fortuner SRP 2.7, ano 2011, cor branca, chassi MHFYX59G3B8024524, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 11/1996887-0, de 20/10/2011, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade do Sra. Sonia Vega Alonso, CPF nº 706.284.251-63.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 11 DE JULHO DE 2018

A DELEGADA-SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA-GO, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, no artigo 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 03 de outubro de 2014 e, ainda, os fatos apurados no dossiê n. 10100.002016/0718-51; declara:

Art. 1º Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com os códigos de controles 01F9.4154.C797.75F0, emitida indevidamente em 17/05/2018, em favor do contribuinte ANDERSON ANTONIO KLOSTER, CPF 468.915.109-10

SIMONE GUIMARÃES DE LIMA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 11 DE JULHO DE 2018.

A DELEGADA-SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA-GO, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, no artigo 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 03 de outubro de 2014 e, ainda, os fatos apurados no dossiê n. 10100.002012/0718-73; declara:

Art. 1º Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com o código de controle A6E8.B97B.E6EA.02E2, emitida indevidamente em 17/05/2018, em favor do contribuinte RAFAEL DOLCI KLOSTER, CPF 010.316.181-39.

SIMONE GUIMARÃES DE LIMA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 11 DE JULHO DE 2018

Declara nula por determinação judicial a inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 28.771.761/0001-66.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe conferem o art.270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e EM CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO EMANADA DO JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS, nos autos da ação nº 1000583-71.2018.4.01.4300, juntada por cópia ao processo digital nº 10080.002974/0518-82, declara:

Art. 1º. NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 28.771.761/0001-66, em razão da retrocitada determinação judicial, nos termos do disposto no art.29, inciso V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/10/2017, data de inscrição do cadastro, de acordo com o disposto no §2º do art. 33 da IN/RFB nº 1.470/2014.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO

PORTARIA Nº 40, DE 11 DE JULHO DE 2018

Aprova o Manual de Normas de Controle de Pessoas e Veículos no Pátio de Cargas da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo/MS.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO/MS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo nº 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Manual de Normas de Controle de Pessoas e Veículos no Pátio de Cargas da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo/MS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor 07 (sete) dias após a sua publicação no Diário Oficial da União.

CLOVIS RIBEIRO CINTRA NETO

ANEXO

Manual de Normas de Controle de Pessoas e Veículos no Pátio de Cargas da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo/MS

TÍTULO I

Do Horário de Funcionamento e de Movimentação do Pátio de Cargas

ART. 1º O horário de funcionamento da Seção de Despacho Aduaneiro - Sadad será das 07:30h às 17:00h, de segunda-feira a sexta-feira.

ART. 2º O horário de entrada e saída de caminhões do Pátio de Cargas (carregados ou en lastre) da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo/MS - ALF/MNO/MS será das 07:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, de segunda-feira a sexta-feira.

§1º Veículos de carga amparados com Declaração de Trânsito Aduaneiro - DTA poderão adentrar no Pátio de Cargas fora dos horários mencionados no caput, mediante autorização de servidores lotados respectivamente na Sadad, na Seção de Gestão de Risco Aduaneiro - Sarad, na Equipe Aduaneira - EAD e na Equipe de Vigilância e Repressão - EVR.

§2º Veículos de carga en lastre poderão transpor a fronteira, pela via destinada aos turistas, nos finais de semana e de segunda-feira a sexta-feira após as 19 horas.

§3º Somente será permitida a entrada ou saída de caminhões não amparados por DTA fora do horário mencionado no caput mediante autorização do chefe da Sadad ou seu substituto.

ART. 3º O horário de apresentação de documentos será o mesmo do contido no artigo 2º.

TÍTULO II

Do Controle de Pessoas no Pátio de Cargas

ART. 4º O controle da entrada, permanência e saída de pessoas do Pátio de Cargas é de responsabilidade dos servidores lotados na Sadad ou na Sarad.

ART. 5º A entrada e saída de pessoas no Pátio de Cargas se dará somente pela Guarita Brasileira (guarita que controla a entrada de veículos de carga a ser exportada). Fica proibida a entrada de pessoas pela Guarita Paraguaia (guarita que controla a entrada de veículos de carga a ser importada).

ART. 6º Somente poderão ingressar no Pátio de Cargas da ALF/MNO/MS:

I - servidores da RFB.

II - colaboradores terceirizados, uniformizados, que prestam serviço para a RFB.

III - condutores dos veículos de carga.

IV - despachantes aduaneiros e ajudantes de despachantes aduaneiros credenciados pela RFB e que atuam de forma corriqueira na unidade.

V - representantes e funcionários das empresas transportadoras, mediante prévia autorização concedida por servidores lotados na Sadad e na Sarad.

VI- servidores do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA.

VII - servidores da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - IAGRO.

VIII - servidores dos demais órgãos anuentes.

IX - colaboradores terceirizados que prestam serviço para os órgãos mencionados nos incisos VI a VIII.

§ 1º Mediante prévia solicitação por escrito, poderá ser concedida, por servidor lotado na Sadad ou na Sarad, autorização de entrada de parentes dos condutores dos veículos de carga. Essa solicitação deve ser feita por um despachante, com a apresentação de documentos que comprovem o grau de parentesco.

§ 2º Ato expedido pelo Chefe da Sadad, ou seu substituto, disciplinará quais parentes se encaixarão na autorização contida no parágrafo anterior.

§ 3º Despachantes aduaneiros e ajudantes de despachantes aduaneiros, que não atuam de forma corriqueira na unidade, devem solicitar autorização prévia à Sadad.

§ 4º A entrada de qualquer pessoa que não se enquadre nos casos mencionados neste artigo somente será permitida após solicitação por escrito e autorizado pelo Chefe da Sadad ou seu substituto.

ART. 7º Os condutores de veículos, bem assim seus parentes, para adentrarem ou saírem do Pátio de Cargas, sem os veículos, deverão providenciar, de forma antecipada, autorização por escrito concedida por servidor lotado na Sadad ou na Sarad.

§1º A entrada das pessoas mencionadas caput no pátio somente ocorrerá durante os horários previstos no artigo 2º.

§2º A não observância deste dispositivo sujeitará o infrator às penalidades legais, conforme o art. 728 inciso X, alínea "b", do Regulamento Aduaneiro (Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009), sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

TÍTULO III

Do Controle de Veículos de Carga no Pátio de Cargas

ART. 8º Somente poderão ingressar no Pátio de Cargas da ALF/MNO/MS os veículos de carga, en lastre ou carregados, que cumpram com os seguintes requisitos:

I - credenciamento da transportadora na ALF/MNO/MS.

II - Licenças regulares perante à Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT, Dirección Nacional de Transporte - Dinatran e os demais órgãos de fiscalização de trânsito.

III - portando Manifesto Internacional de Carga - MIC com data de expedição não maior que 30 dias corridos.

IV - demais requisitos exigidos pela legislação.

Parágrafo único: Os servidores lotados na Sadad ou na Sarad podem, a qualquer tempo, solicitar documentações que comprovem o cumprimento dos requisitos mencionados nos incisos acima.

ART. 9º Veículos de carga na modalidade MEIOS PRÓPRIOS, além de cumprir os requisitos mencionados no artigo anterior devem também apresentar a Autorização de Viagem Ocasional concedida pela ANTT.

ART. 10. Cabe aos vigilantes, aos colaboradores terceirizados e aos servidores lotados na Sadad e na Sarad, restringir o acesso de veículos de carga ao Pátio de Cargas assim que sua capacidade total for atingida, ou de acordo com a conveniência da Administração.

ART. 11. Mediante justificativa prévia e por escrito, os servidores lotados na Sadad ou na Sarad poderão autorizar a substituição do cavalo trator, bem como, autorizar a entrada de mecânicos no Pátio de Cargas.

Título IV

Das Disposições Finais

ART. 12. Fica proibido o uso de bebidas alcoólicas dentro do pátio, bem como, adentrar no pátio embriagado.

ART. 13. O não cumprimento dos procedimentos estipulados neste Manual sujeita os intervenientes às seguintes penalidades, conforme previsto na Lei nº 10.833/2003, art. 76, regulamentada pelo Decreto nº 6759/2009, art. 735, incisos I e II, além de outras cabíveis:

I - advertência na primeira ocorrência.

II - em caso de reincidência, suspensão de 30 (trinta) dias para adentrar no Pátio de Cargas da ALF/MNO/MS com novas cargas de exportação, importação ou trânsito.

Parágrafo único: Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se intervenientes o importador, o exportador, o beneficiário de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, o despachante aduaneiro e seus ajudantes, o transportador, o agente de carga, o operador de transporte multimodal, ou qualquer outra pessoa que tenha relação, direta ou indireta, com a operação de comércio exterior.

ART. 14. O não cumprimento dos procedimentos estipulados neste manual sujeita os transportadores à multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme previsto no Decreto-Lei nº 37/1966 , art. 107, inciso V, regulamentada pelo Decreto nº 6759/2009, art. 735, incisos I e II, além de outras penalidades cabíveis.

ART. 15. Os pedidos de autorização por escrito, mencionados neste Manual, serão disciplinados pelo chefe da Sadad ou seu substituto.

ART. 16. Os danos ao patrimônio público contidos dentro do perímetro da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo/MS cometidos pelos condutores de veículos ou de seus familiares, serão de responsabilidade dos próprios condutores e subsidiariamente das empresas transportadoras e os respectivos despachantes aduaneiros.

ART. 17. Os casos omissos e as dúvidas existentes na aplicação das regras contidas neste manual serão solucionados pelo chefe da Sadad ou seu substituto.

Parágrafo único: Caberá recurso hierárquico ao Delegado da ALF/MNO/MS acerca da decisão proferida no caput.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

PORTARIA Nº 1, DE 12 DE JULHO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA/PI, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art.1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo a seguir indicado.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	EFEITOS
06.984.819/0001-17	FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO	10384.001612/2001-03	01/08/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA
Delegado

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE RECIFE

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.015962/1216-45, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, Exportador e Importador, a empresa FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.470.727/0001-20.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ESTEVÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais Incidentes sobre o lucro da exploração apurado por pessoa jurídica com estabelecimento situado na área de atuação da SUDENE.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 2012, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.003512/2003-19, declara:

Art. 1º A empresa USINA CAETE S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 12.282.034/0001-03, por meio de seu estabelecimento situado na Fazenda Vilarinho, s/n, Zona Rural, Igreja Nova - AL, CEP 57280-000, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de produção de açúcar, enquadrada no setor "indústria de transformação - alimentos e bebidas", considerado prioritário pelo art. 2º, VI, 'i', do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 85.200 t/ano, tendo a operação sido iniciada em 2000, com prazo para fruição no período de 01/01/2003 a 31/12/2012 (10 anos), em razão da modernização total de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0076/2003.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais Incidentes sobre o lucro da exploração apurado por pessoa jurídica com estabelecimento situado na área de atuação da SUDENE.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 2012, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.003513/2003-55, declara:

Art. 1º A empresa USINA CAETE S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 12.282.034/0001-03, por meio de seu estabelecimento situado na Fazenda Vilarinho, s/n, Zona Rural, Igreja Nova - AL, CEP 57280-000, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de produção de energia elétrica, enquadrada no setor "infraestrutura - energia", considerado prioritário pelo art. 2º, I, do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 31.968 MWh/ano, tendo a operação sido iniciada em 2000, com prazo para fruição no período de 01/01/2003 a 31/12/2012 (10 anos), em razão da implantação de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0075/2003.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais Incidentes sobre o lucro da exploração apurado por pessoa jurídica com estabelecimento situado na área de atuação da SUDENE.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 2012, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.003514/2003-08, declara:

Art. 1º A empresa USINA CAETE S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 12.282.034/0001-03, por meio de seu estabelecimento situado na Fazenda São João, s/n, Zona Rural, São Miguel dos Campos - AL, CEP 57240-000, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de produção de energia elétrica, enquadrada no setor "infraestrutura - energia", considerado prioritário pelo art. 2º, I, do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 28.080 MWh/ano, tendo a operação sido iniciada em 2000, com prazo para fruição no período de 01/01/2003 a 31/12/2012 (10 anos), em razão da instalação de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0073/2003.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais Incidentes sobre o lucro da exploração apurado por pessoa jurídica com estabelecimento situado na área de atuação da SUDENE.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 2012, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.003515/2003-44, declara:

Art. 1º A empresa USINA CAETE S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 12.282.034/0001-03, por meio de seu estabelecimento situado na Fazenda Cachoeira, s/n, Ipioca, Maceió - AL, CEP 57030-000, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de produção de energia elétrica, enquadrada no setor "infraestrutura - energia", considerado prioritário pelo art. 2º, I, do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 82.080 MWh/ano, tendo a operação sido iniciada em 2000, com prazo para fruição no período de 01/01/2003 a 31/12/2012 (10 anos), em razão da instalação de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0074/2003.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 11 DE JULHO DE 2018

Concede Regime Especial de Tributação - PIS/PASEP e COFINS (RET), instituído pelos art. 47 da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos artigos 21 e 99 da Instrução Normativa RFB n.º 247, de 21 de novembro de 2002, e alterações, e considerando o que está contido no processo nº 13433.720114/2016-05, resolve:

Art. 1º Conceder a habilitação ao Regime Especial de que trata o artigo 21 da Instrução Normativa RFB 247/2002, à empresa REI DOS VENTOS 3 GERADORA DE ENERGIA S.A., inscrito com o CNPJ n.º 11.637.104/0001-28.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 11 DE JULHO DE 2018

Concede Regime Especial de Tributação - PIS/PASEP e COFINS (RET), instituído pelos art. 47 da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos artigos 21 e 99 da Instrução Normativa RFB n.º 247, de 21 de novembro de 2002, e alterações, e considerando o que está contido no processo nº 13433.720584/2018-22, resolve:

Art. 1º Conceder a habilitação ao Regime Especial de que trata o artigo 21 da Instrução Normativa RFB 247/2002, à empresa USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA PARÁ I SPE S.A., inscrito com o CNPJ n.º 20.318.451/0001-89.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 12 DE JULHO DE 2018

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, e considerando o disposto na Lei n.º 11.488/2007, no Decreto n.º 6.144/2007, de 03 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB n.º 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, e o que consta no processo nº 13.433.720.664/2018-88, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n.º 11.488/2007, para a empresa VENTOS DE VILA PARAÍBA I - SPE S.A, CNPJ n.º 29.523.723/0001-57, para a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Vila Paraíba III, autorizado pela Portaria n.º 230/2018, de 11 de junho de 2018, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. n.º 155, de 13 de junho de 2018, período de execução previsto pelo prazo de trinta e cinco anos.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO DE 12 DE JULHO DE 2018

Concorrência SRRF04 n° 01/97. Processo n° 10480.009371/96-06. Pemissionária: YOLANDA LOGISTICA, ARMAZEM, TRANSPORTES E SERVICOS GERAIS LTD. CNPJ: 01.994.008/0001-83.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 4ª Região Fiscal vem tornar pública a manutenção do contrato em epígrafe, a partir de 04/06/2018, em cumprimento da Decisão do TRF 5ª Região (01/06/2018 - ID 4050000.11281043), no Agravo de Instrumento n° 0808493-24.2018.4.05.0000, referente ao Mandado de Segurança n° 0804667-19.2018.4.05.8300 - 2ª VARA FEDERAL - PE, proferida pelo Relator Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Junior - 4ª Turma, nos seguintes termos: "Em assim sendo, DEFIRO a antecipação da tutela recursal para determinar a manutenção do contrato de permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em estação aduaneira interior que entre si fazem a União e a Empresa Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda, até ulterior deliberação Turmária". Data da assinatura: 12/07/2018.

GABRIELA MOREIRA DE MELO E SILVA
Chefe da DIPOL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

PORTARIA N° 40, DE 11 DE JULHO DE 2018

Delega competência para autorização de início de despacho aduaneiro de mercadoria considerada abandonada por decurso de prazo.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - ALF/REC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto n° 83.937, de 6 de setembro 1979, nos artigos 11 a 15 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o disposto 643 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), c/c o art. 2º da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - IN SRF nº 69, de 16 de junho de 1999, resolve:

Art. 1°. Delegar competência aos Inspetores Chefes da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Porto de Suape (IRF/SPE) e da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional dos Guararapes (IRF/REC), ao chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro (Sedad) da ALF/REC e aos chefes das Seções de Administração Aduaneira (Saana) IRF/SPE e IRF/REC para autorizar, antes da lavratura do respectivo auto de infração de perdimento, o início de despacho de mercadorias, sob jurisdição da sua unidade, em abandono ou o reinício de despacho cuja declaração tenha sido interrompida por ação ou omissão do importador, exceto no caso de o importador estar submetido a procedimento especial.

Art. 2º Revoga-se a Portaria ALF/REC n° 39, de 10 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 9 DE JULHO DE 2018

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, em razão de infringir o disposto no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e nos termos do que foi apurado no processo administrativo nº 13603.722185/2017-16.

Nome Empresarial: ELAN EMPREENDIMENTOS CULTURAIS L. A. NUNES EIRELI - ME

Número de Inscrição no CNPJ: 08.596.573/0001-31

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão retroativamente ao dia 1º de setembro de 2012 a 31 de dezembro de 2014, conforme disposto no artigo 31, inciso II e § 5º da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Na hipótese de apresentação de impugnação tempestiva, o termo de exclusão somente se tornará efetivo quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 109 da Resolução CGSN nº 94, de 2011, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 11 DE JULHO DE 2018

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Decreto 8.533/2015 e na Instrução Normativa IN RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta no e-dossiê nº 10100.010544/1117-71, resolve:

Art. 1.º Conceder à pessoa jurídica LATICÍNIOS D ANNITA LTDA. , CNPJ nº 01.715.483/0001-73, sita à Fazenda São Jorge , S/Nº - Zona Rural- CEP: 37200-000 - Lavras/MG , habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável de que trata a IN RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015.

Art. 2.º O presente Ato Declaratório Executivo encontra-se vinculado ao Edital de Aprovação de Projeto de investimento emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 214, de 08 de Novembro de 2017, seção 3, pag.7, com período de vigência de 30/06/2017 a 31/05/2020.

Art. 3.º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 11 DE JULHO DE 2018

Inclui novas marcas de bebidas alcoólicas produzidas e comercializadas pela sociedade empresária mencionada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o disposto nos artigos 3º e 9º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme documentos integrantes do Processo nº 10660. 722972/2017-95, declara:

Art. 1o Ficam incluídas nos Registros Especiais nº 06106/0159 e 06106/0160, relativos à sociedade empresária GW INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ n.º 26.934.582/0001-77, localizada na Rodovia MG 158, km. 13, S/N, Caixa Postal 125, Bairro Pé do Morro, município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, no exercício das atividades de produtora e engarrafadora de aguardente de cana (cachaça) e de licor, as seguintes marcas de cachaça, classificação fiscal 2208.40.00: Cachaça Doce Paixão e Cachaça Excelência Carvalho, e a seguinte marca de licor, classificação fiscal 2208.70.00: Licor Fino de Coco Excelência. Ficam mantidas as demais marcas consolidadas nos Atos Declaratórios Executivos DRF/Varginha nº 33 e 34, publicados no DOU de 22 de setembro de 2017. Todas as marcas dos produtos registrados ficam consolidadas na seguinte relação, sendo que todas são embaladas em vasilhames de vidro não retornáveis:

Classificação	Marca Comercial	Capacidade
2208.40.00	Cachaça Excelência Clássica - Graduação alcoólica 40%	275ml, 500ml e 700ml.
2208.40.00	Cachaça Excelência Ouro - Graduação alcoólica 40%	275ml, 500ml, 700ml e 750ml.
2208.40.00	Cachaça Doce Paixão - Graduação alcoólica 39%	600ml.
2208.40.00	Cachaça Excelência Carvalho - Graduação alcoólica 42%	750ml.
2208.70.00	Licor Fino de Coco Excelência - Graduação alcoólica 23%	500ml.

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de suspensão ou cancelamento das inscrições.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 11 DE JULHO DE 2018

Cancela e inclui inscrições no Registro de Despachantes Aduaneiros e no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EM VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovada pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no DOU em 11/10/2017, bem como o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759/2009, publicado no DOU em 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, declara:

Art. 1º Cancelada, no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiros, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
8A.10.481	ODIRLEI DE JESUS ALVES	279.343.058-77	10831.720445/2018-18

Art. 2º Incluída, no Registro de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
ODIRLEI DE JESUS ALVES	279.343.058-77	10831.720445/2018-18

Art. 3º Incluídas, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
RAFAELA LOCKS VELOSO	472.972.798-38	10831.720384/2018-99
THAIS MAYARA RODRIGUES DA SILVA	418.991.708-71	10831.720495/2018-03

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União. Os profissionais ora nomeados deverão realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012.

ANTONIO ANDRADE LEAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 11 DE JULHO DE 2018

Concede habilitação no Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped) à pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EM VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovada pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no DOU em 11/10/2017, bem como o artigo 340 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de Janeiro de 2016, declara:

Art. 1º Fica a empresa GEVISA S. A. habilitada a operar, por intermédio de seu estabelecimento matriz, CNPJ sob nº 68.059.674/0001-03, o Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), nos termos e condições estabelecidos pela Instrução Normativa RFB n° 1.612, de 26 de janeiro 2016, e pela Portaria Coana nº 47/2016, de 30 de junho de 2016.

Art. 2º A habilitação a que se refere o artigo anterior é concedida a título precário, podendo ser cancelada ou suspensa a qualquer momento, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, sem prejuízo da aplicação de penalidade específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO ANDRADE LEAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 11 DE JULHO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso das atribuições previstas no art 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, considerando a inexistência de perito credenciado para a área de aeronáutica nesta Unidade, resolve:

Art 1º - Designar ad hoc, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.800, de 21/03/2018, o Sr HUGO SANTANA DE ARAUJO , CPF Nº 221.373.928-52, como credenciado para a prestação de serviço de perícia aeronáutica, a título precário e sem vínculo empregatício, nas mercadorias objeto da Declaração de Importação nº 18/0965031-5 de 28/05/2018.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 12 DE JULHO DE 2018

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de embarque mediante transbordo e despacho aduaneiro de exportação de petróleo em área marítima situada em águas jurisdicionais brasileiras.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 337 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 4.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013, assim como o que consta nos autos do processo n.º 10010.041326/1017-24 e 10010.026174/0817-98, declara:

Art. 1º - Fica a empresa SHELL BRASIL PETROLEO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.456.016/0001-67, situada na Avenida das Américas, n° 4.200, Bloco 5, 1° andar, Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, habilitada a utilizar os procedimentos simplificados para o embarque mediante TRANSBORDO e o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto em área geográfica exclusiva localizada ao largo da costa do estado de São Paulo, na modalidade de embarque prevista no inciso II do art. 7º da Instrução Normativa RFB Nº 1.381, de 31 de julho de 2013, discriminada pelas seguintes coordenadas:

Prestadora de serviço AET BRASIL SERVIÇOS STS, CNPJ 17.328.869/0001-62 nas áreas autorizadas pela Marinha e Ibama, conforme dossiê 10010.041326/1017-24

Área 1:
Ponto A: Lat. 25°11'29,508" S; Long. 46°49'08,364" W
Ponto B: Lat. 25°01'09,876" S; Long. 46°20'52,008" W
Ponto C: Lat. 25°01'51,024" S; Long. 46°14'36,384" W
Ponto D: Lat. 24°56'16,584" S; Long. 45°52'28,920" W
Ponto E: Lat. 25°08'22,056" S; Long. 45°42'01,188" W
Ponto F: Lat. 25°21'34,452" S; Long. 45°27'43,632" W
Ponto G: Lat. 25°28'10,632" S; Long. 45°39'13,104" W
Área 2:
Ponto A: Lat. 25°31'09,063" S; Long. 47°11'15,823" W
Ponto B: Lat. 25°05'11,688" S; Long. 46°48'03,060" W
Ponto C: Lat. 25°07'15,168" S; Long. 46°37'40,746" W
Ponto D: Lat. 25°01'20,172" S; Long. 46°20'52,008" W
Ponto E: Lat. 25°02'01,320" S; Long. 46°14'56,976" W
Ponto F: Lat. 25°16'10,308" S; Long. 46°09'22,536" W
Ponto G: Lat. 25°20'43,008" S; Long. 46°26'36,744" W
Ponto H: Lat. 25°28'00,336" S; Long. 46°38'52,512" W
Ponto I: Lat. 25,°47'02,580" S; Long. 46°54'44,388" W

Prestadora de serviços Fendercare do Brasil Comércio e Serviços Navais LTDA, CNPJ 10.568.181/0001-00, nas áreas autorizadas pela Marinha e Ibama, conforme dossiê 10010.026174/0817-98

Área 1:
Vértice A: Lat. -25,19153 ; Long. -46,81899;
Vértice B: Lat. -25,01941; Long. -46,34778;
Vértice C: Lat. -25,03084; Long. -46,24344;
Vértice D: Lat. -24,93794; Long. -45,87470;
Vértice E: Lat. -25,13946; Long. -45,70033;
Vértice F: Lat. -25,35957; Long. -46,46212;
Vértice G: Lat. -25,46962; Long. -46,65364;
Área 2:
Vértice A: Lat. 25,42388; Long. 47,28965;
Vértice B: Lat. -25,08658; Long. -46,80085;
Vértice C: Lat. -25,12088 Long. -46,62791;
Vértice D: Lat. -25,02227; Long. -46,34778;
Vértice E: Lat. -25,03370 S; Long. -46,24916;
Vértice F: Lat. -25,26953; Long. -46,15626;
Vértice G: Lat. -25,34528; Long. -46,44354;
Vértice H: Lat. -25,46676; Long. -46,64792;
Vértice I: Lat. -25,78405; Long. -46,91233;

Art. 2º - Estão autorizados por este Ato como estabelecimentos comerciais que realizarão as referidas exportações de petróleo, nos termos do artigo 3.º, § 2.º, inciso II da Instrução Normativa RFB n.º 1.381, de 31 de julho de 2013:

SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA - CNPJ n° 10.456.016/0039-30, Av. Das Américas, n° 4.200, Bloco 6, Sala 101 - Parte, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ - CEP 26.640-102

Art. 3º - O petróleo destinado a exportação será extraído das seguintes unidades de produção/estocagem:

UNIDADE FLUTUANTE DE PRODUÇÃO (FPSO - Pioneiro de libra) - Libra, localizada na Latitude - - Campo Libra 24°38'53.79"(S) e Longitude - 42°13'56.285"(W)

Art. 4º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto no art. 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 5º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados têm caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 6º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 12 DE JULHO DE 2018

Aplica a pena de perdimento de bens objeto do processo número 13855.720171/2017-04.

O RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL , conforme Portaria de Delegação de Competência da SRRF/8ºRF/Nº: 381/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Declarar o abandono e aplicar a pena de perdimento da mercadoria especificada no processo administrativo número 13855.720171/2017-04, considerando as disposições do item 1 do Ato Declaratório SRF nº 12/1981; na Portaria MF Nº 271/1976; no Decreto-Lei 37/66, artigo 96 e 105; Decreto-Lei 1455/76, artigos 23 a 27; Decreto 6759/09, artigos 675, 690,774 (§ 3º e seguinte), bem assim do artigo 2º, c.c. o artigo 1º, ambos da Portaria MF nº 159/10.

Art. 2º Este ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

AMAURI FLORENTINO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 12 DE JULHO DE 2018

Declara a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA - SP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 10865.721.464/2018-74, declara:

Art. 1° Fica a pessoa jurídica JEFFERSON FERNANDO ARAGÃO - ME, CNPJ nº 08.181.813/0001-37, excluída do "Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional", por não manter a escrituração mínima e necessária ao enquadramento e permanência no sistema para o ano-calendário de 2014 a 2017.

Art. 2° A exclusão surtirá efeito no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2017, conforme previsão contida no § 1º do artigo 29 da Lei Complementar 123/2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência deste ato, manifestação de inconformidade, por escrito, dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza/CE, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JEZIEL TADEU FIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 12 DE JULHO DE 2018

Inscrição no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO/SP, no uso da atribuição regimental para gerir processos de trabalho relacionados ao Controle Aduaneiro conferida pelo art. 337 e Anexo XXII da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e no art. 12, parágrafo único, da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro:

Nome	CPF	Processo nº
MOISÉS FIGUEIREDO DA SILVA	214.260.818-39	10821.720445/2016-75

Art. 2º Para fins de efetivação, mediante utilização de certificado digital, o interessado deverá incluir seus dados cadastrais no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes de Comércio Exterior - Sistema CAD-ADUANA no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br/Serviços para o cidadão/Aduana/Cadastro Aduaneiro, observando as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012, e do Ato Declaratório Executivo Coana nº 16, de 8 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GETÚLIO RODRIGUES DA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 12 DE JULHO DE 2018

Declara cancelado o ADE nº 25/2018.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no contido no despacho de fls. 46 e 47 do Processo 10860.720337/2018-06 declara:

Art. 1º - CANCELADO o Ato Declaratório nº 25/2018, devidamente publicado no DOU, em no nome de KRON DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA..

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor no dia 12 de junho de 2018, data de sua emissão.

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.013704/0617-11, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.754.139/0001-57.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.013696/0617-02, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa CONTINENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO AUTOMOTIVAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.425.860/0001-16.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.016088/1216-63, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.067.745/0001-27.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.016088/1216-63, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.067.745/0001-27.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10120.005409/1116-94, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.516.661/0001-01.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10120.005409/1116-94, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.516.661/0001-01.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.026518/1116-92, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.748.988/0001-14.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.026518/1116-92, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.748.988/0001-14.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.030450/1116-46, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.780.468/0001-87.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 11 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.030450/1116-46, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.780.468/0001-87.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DERAT/São Paulo Nº 39 publicado no DOU de 04 de julho de 2018, Seção 1, página 32

Onde se lê: " no artigo 1º .... a Habilitação ao Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura"

Leia-se: " no artigo 1º ... a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura"

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.012, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA A PLANO FECHADO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. INDEDUTIBILIDADE.

REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 385 - SRRF/8ª RF/DISIT, DE 28 DE OUTUBRO DE 2008.

As contribuições extraordinárias, ou seja, aquelas que se destinam ao custeio de déficit, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal, às entidades fechadas de previdência complementar, não são dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda de pessoa física.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 354, DE 6 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA EM 25 DE JULHO DE 2017.

Dispositivos Legais: Constituição Federal (com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993), art. 150, § 6º; Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, art. 6º; Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, arts. 18 a 21, 68 e 69; Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, arts. 4º, inciso V, e, 8º, incisos I e II, alínea e; Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, art. 11; Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005. art. 6º.

REGINA COELI ALVES DE MELLO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.013, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA A PLANO FECHADO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. INDEDUTIBILIDADE.

REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 378 - SRRF/8ª RF/DISIT, DE 23 DE OUTUBRO DE 2008

A fonte pagadora, na condição de responsável tributário pelo recolhimento do IRRF, não pode, por ocasião do pagamento das complementações de aposentadoria (aos assistidos) e de salários (aos seus empregados), deduzir, da base de cálculo do referido imposto, as contribuições destinadas a cobrir déficits (contribuições extraordinárias). Tais contribuições não têm a mesma natureza das contribuições normais.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 354, DE 6 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA EM 25 DE JULHO DE 2017.

Dispositivos Legais: Constituição Federal (com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993), art. 150, § 6º; Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, art. 6º; Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, arts. 18 a 21, 68 e 69; Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, arts. 4º, inciso V, e, 8º, incisos I e II, alínea e; Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, art. 11; Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005. art. 6º.

REGINA COELI ALVES DE MELLO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 11 DE JULHO DE 2018

Anula inscrição no CNPJ.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, alterada pela Portaria MF nº 331 de 03 de julho de 2018 publicada no DOU de 04 de julho de 2018 e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §§, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 resolve:

Artigo 1º. Declarar a nulidade das inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, com efeito a partir da data de inscrição das mesmas, tendo em vista a constatação de vício para essas inscrições conforme apurado nos respectivos processos administrativo fiscais.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE EFEITO
RICARDO PEREIRA MOREIRA 84121599500	24.271.862/0001-17	19985.720411/2018-44	29/02/2016
ADRIANO RIBEIRO SILVA 09863625906	27.535.018/0001-44	11089.720039/2018-78	15/04/2017
RONALDO DA MOTTA JUNIOR 01346611092	26.371.274/0001-80	11089.720157/2018-86	18/10/2016
DIEGO DE OLIVEIRA DIAS - LANCHONETE	25.360.896/0001-40	11089.720052/2018-27	03/08/2016

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 12 DE JULHO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle para importação de uísque com selagem no Exterior.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e alterações posteriores, bem como os documentos apresentados pelo contribuinte interessado, declara:

Art. 1º Fica autorizado o fornecimento de 1.260 (UM MIL DUZENTOS E SESSENTA) selos de controle de Uísque Amarelo ao estabelecimento importador MÖET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 43.993.591/0004-09 e Registro Especial de Importador nº 10106/067, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos e engarrafados por The Glenmorangie Company Ltd., localizado em MacDonald House, The Alba Campus, Livingston, West Lothian EH547LW, Scotland, UK:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Capacidade	Graduação Alcoólica	Unidades Importadas
Glenmorangie The Original 10 YO, em grfs de 750ml, c/6, em 110 caixas	Glenmorangie	750 ml	43º	660
Glenmorangie Ardbeg 10YO em grfs de 750 ml, c/6, em 100 caixas	Glenmorangie	750 ml	46º	600

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 12 DE JULHO DE 2018

Suspende o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e alterações posteriores, bem como os documentos apresentados pelo contribuinte interessado, declara:

Art. 1º Fica suspenso o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, de 4 de outubro de 2017

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 12 DE JULHO DE 2018

O DELEGADO-ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO, no uso da competência das atribuições conferidas pelo art. 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, resolve:

Art. 1º. Aplicar a sanção administrativa de ADVERTÊNCIA à empresa RL TRANSPORTES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME, CNPJ 00.191.625/0001-88, por descumprimento de requisito para obtenção e manutenção de habilitação para operar no transporte de mercadorias sob o Regime Aduaneiro Especial de Trânsito Aduaneiro, com fulcro no inciso I, alínea i, art. 76 da Lei nº 10.833/2003, em cumprimento à decisão proferia no Auto de Infração constante nos autos do dossiê 10070.000681/0716-43.

Art. 2º. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARLEI CARLOS SCHONS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 675, DE 11 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.003540/2018-29, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a Techpolymers Indústria e Comércio Ltda., CNPJ nº 28.115.610/0001-50, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Básico, CNPB nº 1980.0005-65, e a PRhosper Previdência Rhodia.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 676, DE 11 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.003541/2018-73, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a Techpolymers Indústria e Comércio Ltda., CNPJ nº 28.115.610/0001-50, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Suplementar, CNPB n° 1996.0031-19, e a PRhosper Previdência Rhodia.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 677, DE 11 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.003546/2018-04, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a Techpolymers Indústria e Comércio Ltda., CNPJ nº 28.115.610/0001-50, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria SoIvayPrev, CNPB n° 2017.0008-92, e a PRhosper Previdência Rhodia.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 101, DE 29 DE JUNHO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de termômetros clínicos digitais com dispositivo de máxima, aprovado pela Portaria Inmetro nº 89/2006;

E considerando o constante do processo Inmetro SEI nº 52600.100691/2017-31, SITAD nº 52600.00019883/2017-95 e do sistema Orquestra nº 1049438, resolve:

Aprovar os modelos MC-343F e MC-246BRV de termômetro clínico digital, marca OMRON, destinado à medição de temperatura do corpo humano, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 52, DE 5 DE JULHO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.036874/2018-53, e no processo MDIC nº 52001.100702/2018-13, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Avantsec - Prestação de Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 17.625.177/0001-86, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Plataforma de medição e controle de energia	AvantMeter FCAMCG (F=1 a 5;C=1 a 100;A=1 a 10;M=1 a 10;C=1 a 25600;G=1 a 5)

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, ffff0100cf3a0000ffff0100cf3a0000de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARETE MARIA GANDINI

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 394, DE 3 DE JULHO DE 2018

Suspensão de ato aprobatório de projeto industrial.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 52710.000825/2017-78 e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia estabelecidos na Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 144, de 15 de maio de 2013, que deveriam ter sido realizados pela empresa CELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FITAS E ABRASIVOS LTDA., inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 07.664.605/0001-26, ano-calendário 2016, resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 (noventa) dias, com base no art. 24, § 1º da Resolução CAS nº 71, de 2016, os incentivos fiscais concedidos à linha do produto FITA ADESIVA, código padrão Suframa 0399, NCM 3919.10.10; 4005.91.90; 3506.10.90; 3919.10.90; 4811.41.10; e 4811.41.90, cujos projetos industriais foram aprovados nos termos da Resolução CAS nº 230, de 18 de outubro de 2012, da empresa CELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FITAS E ABRASIVOS LTDA., beneficiária do incentivo previsto no art. 7º, § 4º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que se encontra inadimplente quanto aos investimentos em P&D previstos na Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 144, de 15 de maio de 2013.

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidos os saldos devedores, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

PORTARIA Nº 401, DE 5 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso II e §3º, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 96/2018 - CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa PROCOMP AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA. (CNPJ: 84.107.697/0001-94 e Inscrição SUFRAMA: 200104640), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 96/2018 - CGPRI/SPR, para produção de MÁQUINA DE AUTOATENDIMENTO BANCÁRIO COM RECICLADOR DE CÉDULAS (PAPEL-MOEDA) - (Código SUFRAMA nº 2072), recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula descrita no §1º, do Art. 7º, do Decreto-Lei n.º 288/67, conforme o §1º, do Art. 2º, da Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º Os limites de importação de insumos para fabricação dos produtos a que se refere o Art. 1º desta Portaria, deverão ser remanejados dos limites anuais de importação de insumos dos produtos Dispensador Automático de Cédulas (Papel-Moeda) (Código SUFRAMA: 0346), aprovado pela Resolução nº 099/2011-CAS:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
MÁQUINA DE AUTOATENDIMENTO BANCÁRIO COM RECICLADOR DE CÉDULAS (PAPEL-MOEDA)	71,106,893	72,978,127	74,849,362

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial nº 381-MDIC/MCTI, de 30 de dezembro de 2013;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, deduzidos os tributos incidentes;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 403, DE 6 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32 da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, os termos do Parecer Técnico nº 076/2018 - COAPI/CGAPI/SPR e os processo NUP 52710.007019/2018-10 e 52710.7079/2018-24, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cotas de importação de insumos no montante de US$ 572,337.00 (quinhentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta e sete dólares norte-americanos), do produto TELEVISOR EM CORES COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO, código SUFRAMA 1248, aprovado pela Resolução nº 090, de 29/04/2008, para o produto TELEVISOR EM CORES COM TELA DE LUMINESCÊNCIA ORGÂNICA (OLED), código SUFRAMA 2033, aprovado pela Portaria nº 043 de 14/01/2018, em nome da empresa SONY BRASIL LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 20.1008.01-7 e CNPJ nº 43.447.044/0001-77.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 184, DE 11 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000556/2015-48, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 359, de 14 de julho de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Salvador - BA, para ações de Defesa Civil, para até 13/11/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 186, DE 11 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000718/2015-48, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 5º da Portaria n. 42, de 19 de janeiro de 2018, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Ipira - SC, para ações de Defesa Civil, para até 13/01/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.043, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08436.003257/2012-57, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DARIO CESAR ACUÑA, de nacionalidade argentina, filho de Liliana Ramona Acuña, nascido em Paso de Los Libres, na República da Argentina, em 16 de abril de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir de sua saída.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.044, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001732/2017-96, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CHRISTIAN ANYANWU, de nacionalidade nigeriana, filho de Simion Anyanwu e de Grace Anyanwu, nascido em Aba, na República Federal da Nigéria, em 15 de janeiro de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.045, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.000974/2015-62, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CHUKWURA CLINTON MADU, de nacionalidade nigeriana, filho de Elias Madu e de Felicia Madu, nascido em Enugu, na República Federal da Nigéria, em 18 de junho de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 18 (dezoito) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.046, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.017141/2001-62, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BENJAMIN MONTALVAN MERCADO, de nacionalidade boliviana, filho de Mauro Montalvan Aguilera e de Maria Mercado Fernandez, nascido em Santa Cruz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 30 de outubro de 1965, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir de sua saída.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.047, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007786/2016-84, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANGGI MAMANI HUAYLINOS, de nacionalidade peruana, filha de Raquel Huaylinos Masgo, nascida em Lima, na República do Peru, em 24 de junho de 1994, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.048, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.055056/2017-89, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JACQUELINE WEILERT, de nacionalidade alemã, filha de Bernd Weilert e de Marlis Weilert, nascida na República Federal da Alemanha, em 22 de outubro de 1975, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.049, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de julho de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12009, resolve:

Desprover o Recurso interposto por CLAUDIA GERPE DUARTE, inscrita no CPF sob o nº 095.690.657-53, em nome de AUSTO AMÉLIO DA SILVEIRA GERPE post mortem, filho de CARYLDE DA SILVEIRA GERPE.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.050, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o disposto na Súmula Administrativa nº 2003.07.0013/CA, e o Despacho nº 278/2017/CAN/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.34175, resolve:

Declarar anistiado político MARTINS BARBOSA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 062.692.735-87, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31.1.1971 a 27.2.1971, nos termos do art. 1º, inciso I, e art. 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.051, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 8 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67791, resolve:

Declarar anistiado político HENRIQUE ALFREDO CAPRARA, inscrito no CPF sob o nº 006.691.800-68, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 31.1.1969 a 31.12.1972, nos termos do art. 1º, incisos I e III, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.052, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o disposto na Súmula Administrativa nº 2003.07.0013/CA, e o Despacho nº 284/2017/CAN/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.34980, resolve:

Declarar anistiada política RAIMUNDA NONATA PONTES DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 032.286.902-10, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31.1.1973 a 4.7.1975, nos termos do art. 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.053, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de julho de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73848, resolve:

Declarar anistiado político FIDELCINO TOLENTINO, inscrito no CPF sob o nº 003.349.529-72, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 1º.1.1973 a 31.12.1974, nos termos do art. 1º, inciso III, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.054, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o disposto na Súmula Administrativa nº 2003.07.0013/CA, e o Despacho nº 276/2017/CAN/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.29833, resolve:

Declarar anistiado político post mortem GREGORIO FRANCISCO DA COSTA, filho de LUIZA DA COSTA, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 1º. 4.1965 a 31.1.1969, nos termos do art. 1º, inciso I, e art. 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.055, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 22ª Sessão de Turma, realizada no dia 14 de dezembro de 2017, no Requerimento de Anistia n° 2005.01.49881, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JANUÁRIO JOSÉ DE MELO, filho de MARGARIDA MARIA DE JESUS, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, no dia 1º.2.1973, nos termos do art. 1º, incisos I e III, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.056, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o disposto na Súmula Administrativa nº 2003.07.0013/CA, e o Despacho nº 277/2017/CAN/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.30058, resolve:

Declarar anistiado político ANTONIO LEITE TAVARES, inscrito no CPF sob o nº 009.013.853-87, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 24.3.1971 a 24.3.1971, nos termos do art. 1º, inciso I, e art. 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.057, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de julho de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59228, resolve:

Declarar anistiado político post mortem WILSON MANO DA SILVA, filho de ADELAIDE NOGUEIRA DA SILVA, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 31.1.1971 a 31.1.1973, nos termos do art. 1º, inciso III, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.058, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.28436, resolve:

Declarar anistiado político post mortem MANOEL CAVALCANTI DE MELO, filho de OMAR CORREIA DE MELO, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 31.1.1973 a 15.2.1975, nos termos do art. 1º, incisos I e III da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.059, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o disposto na Súmula Administrativa nº 2003.07.0013/CA, e o Despacho nº 267/2017/CAN/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07895, resolve:

Declarar anistiada política post mortem ANTONIA DAMIÃO DE SANTANA, filha de JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31.1.1970 a 3.3.1970, nos termos do art. 1º, inciso I, e art. 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.060, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de junho de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06051, resolve:

Desprover o Recurso de ANTONIO BORGES SOBRINHO post mortem, filho de ANA BORGES.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.061, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o disposto na Súmula Administrativa nº 2003.07.0013/CA, e o Despacho nº 268/2017/CAN/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.24738, resolve:

Declarar anistiado político SEVERINO CANDIDO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 058.503.634-91, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 30.4.1969 a 25.10.1972, nos termos do art. 1º, inciso I, e art. 2º, inciso XIII e §1º da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.062, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de junho de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.05947, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ARY GOMES DA CUNHA, inscrito no CPF sob o nº 227.645.777-53.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.063, DE 11 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o disposto na Súmula Administrativa nº 2003.07.0013/CA, e o Despacho nº 286/2017/CAN/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.35273, resolve:

Declarar anistiado político post mortem AMÉRICO NOGUEIRA DE SOUZA, filho de MARIA ANGELICA SOUZA FERRAZ, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, dos períodos compreendidos de 27.10.1965 a 31.12.1970 e de 1º.1.1973 a 4.7.1975, nos termos do art. 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 2002.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.064, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 26 de abril de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.56605, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 067.443.702-00.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.065, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 26 de abril de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10994, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ANGELO LOPES DE SOUZA, filho de IRINÉA FRANCISCA DA CRUZ.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.066, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.38699, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SILVIO AZEVEDO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 024.724.572-00.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.067, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.37047, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MANUEL MESSIAS BRITO, inscrito no CPF sob o nº 148.977.175-15.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.068, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08123, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ALBINO GUILHERME FRITSH, inscrito no CPF sob o nº 025.711.539-00.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.069, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.46261, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de FRANCISCO DE SOUSA ARAGAO, filho de ANTONIA XIMENES DE SOUSA, formulado por HELDER BELO ARAGAO, inscrito no CPF sob o nº 117.922.053-68.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.070, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.32603, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ALCIDES LEMES DA SILVA, filho de VERGINIA LEMES DA SILVA, formulado por VALDIR LEMES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 476.452.029-04.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.071, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.31262, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSE CALEGARI, filho de JOANA FALIOLLI CALEGARI.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.072, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.36176, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, filho de SEVERINA ROSA DE LIMA, formulado por MARIA JOSÉ DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 141.998.824-72.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.073, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.32597, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de FRANCISCO LEMES DA SILVA, filho de ROSALINA LEMES DA SILVA, formulado por CARLOS ALBERTO LEMES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 627.051.999-34.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.074, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 21 de março de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54708, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOSENILSON DANTAS DE ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 003.055.024-68, e indeferir o Requerimento de Anistia.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.075, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21976, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por EDEZIO FERNANDES DA CRUZ, inscrito no CPF sob o nº 104.121.584-34.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.076, DE 22 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 385/2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65092, resolve:

Desprover o Recurso interposto por RENAN ANTUNES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 168.083.550-53, e indeferir o Requerimento de Anistia.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.077, DE 22 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 383, de 2018, nos Requerimentos de Anistia nº 2002.01.11994 e 2001.02.01939, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ALBA LUCIA FILGUEIRA DE CARVALHO AZAMBUJA, inscrita no CPF sob o nº 429.478.807-06.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.078, DE 22 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 25 de abril de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2001.04.01348, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOSE INACIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 007.459.104-59, e indeferir o Requerimento de Anistia.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.079, DE 20 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 25 de abril de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05194, resolve:

Desprover o Recurso interposto por OTAIR LOPES DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 433.439.101-04, e arquivar o Requerimento de Anistia.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.080, DE 22 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária, realizada no dia 25 de abril de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.00879, resolve:

Não conhecer o pedido de Reconsideração interposto por OCTAVIO EDUARDO GUINLE, inscrito no CPF sob o nº 130.338.597-04, e ratificar o Despacho do Ministro nº 536, de 10 de novembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2004.

GILSON LIBÓRIO

DESPACHOS DE 11 DE JULHO DE 2018

Nº 426 - Processo nº: 08505.036664/2013-61. Interessado: Kanayo Anthony Ugwu. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 251/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6643644), de 5/7/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio KANAYO ANTHONY UGWU, nascido no dia 12/2/1979, natural da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 427 - Processo nº: 08505.053408/2012-57. Interessado: Ogedengbe Oluwasegun Emmanuel. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 252/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6643913), de 5/7/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio OGEDENGBE OLUWASEGUN EMMANUEL, nascido no dia 1º/1/1978, natural da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

GILSON LIBÓRIO
Ministro
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE MIGRAÇÃO DE NACIONALIDADE

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

DECLARA que a correta grafia do nome do genitor de AAMER AL SALLOUM, incluído na Portaria Naturalização nº 49, de 27 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018, é Bassam Al Salloum e não como constou. Processo nº 08390.004913/2017-17

DECLARA que a correta data de nascimento de THAIS MERCEDES NOUEL BRICENO, incluída na Portaria Naturalização nº 98, de 24 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 04 de junho de 2018, é 21 de julho de 1982 e não como constou. Processo nº 08505.319830/2016-12

DECLARA que a correta naturalidade de ADEBAYO EBENEZER AYODELE, incluído na Portaria Naturalização nº 39, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2018, é Libéria e não como constou. Processo nº 08460042285201454

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 116, DE 12 DE JULHO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Novela: AS AVENTURAS DE POLIANA (Brasil - 2018)
Diretor(es): Reynaldo da Costa Boury
Distribuidor(es): TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.016816/2018-02
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A ÚLTIMA JORNADA (JOURNEY`S END, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Saul Dibb
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Guerra
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.023003/2018-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: VOTOS DE AMOR (SACRED VOW, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Disciple Cinema Group
Diretor(es): Rob Diamond
Distribuidor(es): GRAÇA FILMES PRODUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.023327/2018-07
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: LBJ - A ESPERANÇA DE UMA NAÇÃO (LBJ, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Acacia Filmed Entertainment
Diretor(es): Rob Reiner
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.024226/2018-45
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Filme: TUDO POR UM POPSTAR (Brasil - 2018)
Produtor(es): Panorâmica
Diretor(es): Bruno Garotti
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia/Infantil
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.024308/2018-90
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O PACIENTE - O CASO TANCREDO NEVES (Brasil - 2018)
Produtor(es): Mariza Leão
Diretor(es): Sergio Rezende
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.025448/2018-85
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O GRANDE CIRCO MÍSTICO (Brasil - 2015)
Produtor(es): Renata Almeida Magalhães
Diretor(es): Carlos Diegues
Distribuidor(es): H2O DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08000.025454/2018-32
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: GOOSEBUMPS 2 - HALLOWEEN ASSOMBRADO (GOOSEBUMPS - HAUNTED HALLOWEEN, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Ari Sande
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura/Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025657/2018-29
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: DEFESA DO PORTO DE SANTOS: UMA HISTÓRIA DAS FORTIFICAÇÕES DA BAIXADA SANTISTA (Brasil - 2015)
Produtor(es): Nikolas Maciel/Daniel Barosa
Diretor(es): Petruccio Araújo
Distribuidor(es): O2 PLAY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.000774/2018-09
Requerente: NKLS PRODUÇÕES LTDA. - ME

Filme: O QUE DE VERDADE IMPORTA (THE HEALER, Canadá / Espanha / Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Calcon/ESP-62/Topsail Entertainment
Diretor(es): Paco Arango
Distribuidor(es): ANAGRAMA FILMES
Classificação Pretendida: não informado
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000794/2018-71
Requerente: ANAGRAMA FILMES

Filme: MEU TIO QUE ME DISSE (Brasil - 2015)
Produtor(es): Bituin Filmes
Diretor(es): Vanusa Angelita Ferlin
Distribuidor(es): BITUIN FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000905/2018-40
Requerente: BITUIN FILMES

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 117, DE 12 DE JULHO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: TWIN MIRROR (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): BANDAI NAMCO ENTERTAINMENT AMERICA INC.
Distribuidor(es): RIMO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000868/2018-70
Requerente: BANDAI NAMCO ENTERTAINMENT AMERICA INC.

Título: THE LONG JOURNEY HOME (Alemanha - 2017)
Produtor(es): DAEDALIC ENTERTAINMENT GMBH
Distribuidor(es): Sony, Microsoft
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Ação/Estratégia
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/iOS
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo impactante , Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000894/2018-06
Requerente: DAEDALIC ENTERTAINMENT GMBH

Título: FAR CRY 3 CLASSIC EDITION (Canadá - 2018)
Produtor(es): UBISOFT
Distribuidor(es): Ubisoft
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas e Violência Extrema
Processo: 08017.000901/2018-61
Requerente: ANDRES CHIRINO

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 118, DE 12 DE JULHO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Título: CHAMADO DE CTHULHU
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Tipo de Material Analisado: Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000906/2018-94
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 120, DE 12 DE JULHO DE 2018

Despacho nº 120/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.026848/2016-46
Filme: "NO PARAÍSO DAS SOLTEIRONAS"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: TV Brasil

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "NO PARAÍSO DAS SOLTEIRONAS" com autoclassificação "livre", conforme requerimento protocolado em 28 de junho de 2016.

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida; resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "NO PARAÍSO DAS SOLTEIRONAS" e classificá-la como "não recomendado para menores de doze anos" por conter violência, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.045, DE 20 DE ABRIL DE 2018
(Publicada no DOU de 23-04-2018)

ANEXO (*)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	SERRA DOURADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11230366000118004	28710009	236.981,00	236.981,00	10301201585810029
ES	ICONHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10700073000118003	38580005	148.610,00	148.610,00	10301201585810032
GO	ARAGOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGOIANIA	11327382000118002	29350001	169.988,00	169.988,00	10301201585810052
GO	CAMPINORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11276589000118001	29350001	169.988,00	169.988,00	10301201585810052
GO	ITAPACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPACI	11179871000118001	29350001	169.988,00	169.988,00	10301201585810052
GO	MORRO AGUDO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11271785000118001	30380009	159.985,00	159.985,00	10301201585810052
MG	COMERCINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12763383000118001	30560004	99.974,00	99.974,00	10301201585810031
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13940171000118003	38200005	349.990,00	349.990,00	10301201585810031
MG	SANTA RITA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA DE MINAS	13803092000118004	38200005	180.000,00	180.000,00	10301201585810031
PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11879377000118001	27110005	105.767,00	105.767,00	10301201585810025
TOTAL			10 PROPOSTAS			1.791.271,00	

(*) Republicada por ter saído, no Diário Oficial da União nº 77, de 23 de abril de 2018, Seção 1, página 92, com incorreções no original.

PORTARIA N° 1.054, DE 20 DE ABRIL DE 2018
(Publicada no DOU de 23-04-2018)

ANEXO (*)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	BARCELOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS/SEMSA/FMS	13706157000118002	29090003	200.000,00	200.000,00	10301201585810013
AM	ITAMARATI	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAMARATI	13968738000118002	33980010	250.000,00	250.000,00	10301201585810013
AM	NHAMUNDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11700992000118002	11470001	400.000,00	400.000,00	10301201585810215
AM	CAREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO CAREIRO	12698436000118004	29090003	200.000,00	410.000,00	10301201585810013
				29100007	210.000,00		
TOTAL			5 PROPOSTAS			1.260.000,00	

(*) Republicada por ter saído, no Diário Oficial da União nº 77, de 23 de abril de 2018, Seção 1, página 138, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 2.092, DE 11 DE JULHO DE 2018

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), Equipes de Consultório na Rua (eCR), Equipe de Saúde da Família Fluvial/Unidade Básica de Saúde da Família Fluvial (ESFF/UBSF), Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) e Unidade Odontológica Móvel (UOM), por ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Seção II do Capítulo III dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII dos Sistemas De Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, referente a dos Critérios para Alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde;

Considerando a Seção III do Capítulo III dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII dos Sistemas De Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, referente a do Envio de Dados de Serviços de Atenção Básica para o Conjunto Mínimo de Dados (CMD);

Considerando a Seção IV do Capítulo III dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII dos Sistemas de Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, referente a do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando as Seções I, II, V, VI, VII, IX, X e XI do Capítulo I dos Profissionais que atuam a Atenção Básica do Título II do Custeio da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando as Seções IV e V do Capítulo II dos Componentes e Incentivos para à Atenção Básica do Título II do Custeio da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 21/GM/MS, de 10 de janeiro de 2018, que institui os prazos para o envio da produção da Atenção Básica para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) referente às competências de janeiro a dezembro de 2018; e

Considerando a ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica, por três competências consecutivas, referente a fevereiro, março e abril de 2018, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência de incentivos financeiros referente ao número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), Equipes de Consultório na Rua (eCR), Equipe de Saúde da Família Fluvial/Unidade Básica de Saúde da Família Fluvial (ESFF/UBSF), Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) e Unidade Odontológica Móvel (UOM), na competência financeira maio de 2018, dos Municípios constantes nos anexos a esta Portaria, que não alimentaram o SISAB (e-SUS AB) por três competências consecutivas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO I										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
AC	120080	PORTO ACRE	0	0	0	1	0	0	0	0
AC	120040	RIO BRANCO	25	0	0	0	0	0	0	0
Total		2	25	0	0	1	0	0	0	0
ANEXO II										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
AL	270170	CAPELA	0	0	0	1	0	0	0	0
Total		1	0	0	0	1	0	0	0	0
ANEXO III										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
AM	130260	MANAUS	0	0	0	0	0	0	1	0
AM	130310	NOVA OLINDA DO NORTE	1	0	0	0	0	0	0	0
AM	130340	PARINTINS	0	0	0	0	0	0	1	0
AM	130356	RIO PRETO DA EVA	2	0	0	0	0	0	0	0
Total		4	3	0	0	0	0	0	2	0
ANEXO IV										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
AP	160023	FERREIRA GOMES	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		1	0	0	0	0	0	0	0	1
ANEXO V										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
BA	290070	ALAGOINHAS	2	1	0	0	0	0	0	0
BA	290320	BARREIRAS	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	290650	CANDEIAS	20	1	0	1	0	0	0	0
BA	290670	CÂNDIDO SALES	3	1	0	0	0	0	0	0
BA	290687	CAPIM GROSSO	1	0	0	0	0	0	0	0
BA	290690	CARAVELAS	1	0	0	0	0	0	0	0
BA	290840	CONCEIÇÃO DO COITÉ	5	0	0	0	0	0	0	0
BA	290860	CONDE	4	1	0	0	0	0	0	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290880	CONTENDAS DO SINCORÁ	0	0	0	0	0	0	0	1
BA	290990	CURAÇÁ	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	1	0	0	0	0	0	0	0
BA	291300	IBITIARA	0	0	0	0	0	0	0	1
BA	291480	ITABUNA	0	0	0	0	1	0	0	0
BA	291535	ITAGUAÇU DA BAHIA	0	0	0	0	0	0	0	1
BA	291800	JEQUIÉ	4	1	0	0	0	0	0	0
BA	291850	JUSSARA	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	292020	MALHADA	0	0	0	0	0	0	0	1
BA	292045	MANSIDÃO	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	292150	MONTE SANTO	15	2	0	0	0	0	0	0
BA	292170	MORRO DO CHAPÉU	0	0	0	0	0	0	0	1
BA	292220	MUNIZ FERREIRA	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	0	0	0	0	0	0	0	1
BA	292340	PALMAS DE MONTE ALTO	0	0	0	0	0	0	0	1
BA	292430	PIATÃ	0	0	0	0	0	0	0	1
BA	292467	PIRAÍ DO NORTE	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	292593	QUIXABEIRA	2	0	0	0	0	0	0	0
BA	292690	RIO DO PIRES	3	1	0	0	0	0	0	0
BA	292805	SANTA LUZIA	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	293050	SERRINHA	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	293075	SÍTIO DO MATO	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	293110	TANQUINHO	2	0	0	0	0	0	0	0
BA	293150	TEOFILÂNDIA	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	293180	TREMEDAL	0	0	0	0	0	0	0	1
BA	293260	URANDI	2	1	1	0	0	0	0	0
BA	293320	VERA CRUZ	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0	0	0	0	1	0	0	0
BA	293360	XIQUE-XIQUE	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		38	65	9	1	13	2	0	0	10

ANEXO VI

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
CE	230160	ASSARÉ	0	1	0	0	0	0	0	0
CE	230250	BREJO SANTO	1	0	0	0	0	0	0	0
CE	230270	CAMPOS SALES	0	0	0	1	0	0	0	0
CE	230370	CAUCAIA	4	1	0	0	0	0	0	0
CE	230625	ITAITINGA	0	0	0	0	0	0	1	0
CE	230780	MARCO	13	2	2	0	0	0	0	0
CE	231040	PARAMOTI	0	0	0	0	0	0	0	1
CE	231240	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	0	2	0	0	0	0	0	0
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		9	18	6	2	1	0	0	1	2

ANEXO VII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
ES	320115	BREJETUBA	0	0	0	1	0	0	0	0
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	4	1	1	0	0	0	0	0
ES	320190	DOMINGOS MARTINS	2	0	0	0	0	0	0	0
ES	320245	IBATIBA	5	1	1	0	0	0	0	0
ES	320265	IRUPI	0	0	0	1	0	0	0	0
ES	320370	MUNIZ FREIRE	0	0	0	1	0	0	0	0
ES	320405	PEDRO CANÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	1
ES	320420	PIÚMA	13	3	1	0	0	0	0	0
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	5	1	1	0	0	0	0	0
Total		9	29	6	4	3	0	0	0	1

ANEXO VIII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
GO	520060	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	0	0	0	0	0	0	1	0
GO	520450	CALDAS NOVAS	4	1	0	0	0	0	0	0
GO	520465	CAMPINAÇU	0	0	0	0	0	0	0	1
GO	520530	CAVALCANTE	0	1	0	0	0	0	0	0
GO	520753	FAINA	0	0	0	0	0	0	0	1
GO	520790	FLORES DE GOIÁS	6	1	0	0	0	0	0	0
GO	520870	GOIÂNIA	11	3	0	0	5	0	0	0
GO	521120	ITAPURANGA	4	1	1	0	0	0	0	0
GO	521150	ITUMBIARA	12	0	0	0	0	0	0	0
GO	521205	JESÚPOLIS	0	0	0	1	0	0	0	0
GO	521390	MOSSÂMEDES	0	0	0	1	0	0	0	0
GO	521500	NOVA VENEZA	5	1	1	0	0	0	0	0
GO	521525	NOVO PLANALTO	0	0	0	0	0	0	0	1
GO	521850	QUIRINÓPOLIS	12	1	1	0	0	0	0	0
GO	521860	RIALMA	0	0	0	0	0	0	1	0
GO	521935	SANTA ISABEL	0	0	0	1	0	0	0	0
GO	522015	SÃO LUÍZ DO NORTE	10	2	2	1	0	0	0	0
Total		17	64	11	5	4	5	0	2	3

ANEXO IX

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
MA	210043	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	15	3	0	0	0	0	0	0
MA	210050	ALTO PARNAÍBA	0	0	0	1	0	0	0	0
MA	210100	ARARI	0	0	0	1	0	0	0	0
MA	210160	BARRA DO CORDA	0	0	0	0	0	0	1	0
MA	210193	BERNARDO DO MEARIM	7	1	1	0	0	0	0	0
MA	210240	CAJAPIÓ	3	0	0	0	0	0	0	0
MA	210280	CAROLINA	3	0	0	0	0	0	0	0
MA	210560	JOSELÂNDIA	1	0	0	0	0	0	0	0
MA	210667	MILAGRES DO MARANHÃO	0	0	0	0	0	0	0	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210710	MORROS	0	0	0	0	0	0	0	1
MA	210735	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	1	0	0	0	0	0	0	0
MA	210955	RIBAMAR FIQUENE	0	0	0	1	0	0	0	0
MA	211130	SÃO LUÍS	0	0	0	0	0	0	3	0
MA	211170	SÃO VICENTE FERRER	8	1	0	0	0	0	0	0
MA	211280	VIANA	7	0	0	0	0	0	0	0
MA	211290	VITÓRIA DO MEARIM	0	0	0	0	0	0	1	0
Total		16	45	5	1	3	0	0	5	2
ANEXO X										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
MG	310280	ANDRELÂNDIA	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	310340	ARAÇUAÍ	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	310470	ATALÉIA	0	0	0	0	0	0	0	1
MG	310855	BRASILÂNDIA DE MINAS	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	311790	CONGONHAL	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	311860	CONTAGEM	100	27	8	1	0	0	0	0
MG	311930	COROMANDEL	6	2	2	0	0	0	0	0
MG	312300	DORES DE CAMPOS	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	312825	GUARACIAMA	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	312980	IBIRITÉ	1	0	0	0	0	0	0	0
MG	313005	ICARAÍ DE MINAS	5	1	1	0	0	0	0	0
MG	313420	ITUIUTABA	4	1	0	0	0	0	0	0
MG	313650	JORDÂNIA	6	1	1	0	0	0	0	0
MG	313770	LAJINHA	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	313960	MANTENA	0	0	0	0	0	0	1	0
MG	314110	MATOZINHOS	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	314330	MONTES CLAROS	0	1	0	0	0	0	0	0
MG	314460	NEPOMUCENO	4	1	0	0	0	0	0	0
MG	315010	PIAU	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	315120	PIRAPORA	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	2	1	0	0	0	0	0	0
MG	315450	RIACHO DOS MACHADOS	0	0	0	0	0	0	0	1
MG	315700	SALINAS	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	316370	SÃO LOURENÇO	0	0	0	0	1	0	0	0
MG	316447	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	317020	UBERLÂNDIA	5	1	0	0	0	0	0	0
MG	317040	UNAÍ	0	0	0	0	0	0	0	1
MG	317120	VESPASIANO	0	6	0	0	0	0	0	0
MG	317130	VIÇOSA	1	2	0	0	0	0	0	0
MG	317210	VOLTA GRANDE	0	0	0	1	0	0	0	0
Total		30	134	44	12	14	1	0	1	3

ANEXO XI										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
MS	500124	ARAL MOREIRA	0	0	0	0	0	0	0	1
MS	500520	LADÁRIO	0	0	0	1	0	0	0	0
MS	500560	MIRANDA	5	1	0	0	0	0	0	0
MS	500635	PARANHOS	5	0	0	0	0	0	0	0
MS	500769	SÃO GABRIEL DO OESTE	0	0	0	0	0	0	1	0
MS	500830	TRÊS LAGOAS	1	0	0	0	0	0	0	0
Total		6	11	1	0	1	0	0	1	1
ANEXO XII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
MT	510120	ARAGUAINHA	3	1	1	0	0	0	0	0
MT	510260	CAMPINÁPOLIS	0	0	0	0	0	0	0	1
MT	510269	CANABRAVA DO NORTE	13	1	0	0	0	0	0	1
MT	510320	COLÍDER	1	0	0	0	0	0	0	0
MT	510340	CUIABÁ	12	0	0	0	0	0	0	0
MT	510345	DENISE	0	0	0	1	0	0	0	0
MT	510420	GUIRATINGA	0	0	0	1	0	0	0	0
MT	510515	JUÍNA	0	0	0	1	0	0	0	0
MT	510620	NOVA BRASILÂNDIA	0	0	0	1	0	0	0	0
MT	510890	NOVA MARINGÁ	3	1	0	0	0	0	0	0
MT	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	0	0	0	1	0	0	0	0
MT	510795	TANGARÁ DA SERRA	0	0	0	1	0	0	0	0
Total		12	32	3	1	6	0	0	0	2
ANEXO XIII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
PA	150010	ABAETETUBA	12	0	0	0	0	0	0	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150140	BELÉM	0	0	0	0	0	0	1	0
PA	150178	BREU BRANCO	10	0	0	0	0	0	0	0
PA	150293	DOM ELISEU	0	0	0	1	0	0	0	0
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	1	0	0	0	0	0	0
PA	150375	JACAREACANGA	0	0	0	0	0	0	0	1
PA	150658	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	0	0	0	0	0	0	0	1
PA	150800	TOMÉ-AÇU	0	0	0	1	0	0	0	0
Total		8	26	1	0	2	0	0	1	2
ANEXO XIV										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
PB	250180	BAYEUX	6	1	0	0	0	0	0	0
PB	250240	BONITO DE SANTA FÉ	2	1	1	0	0	0	0	0
PB	250320	CABEDELO	3	1	0	0	0	0	0	0
PB	250370	CAJAZEIRAS	3	1	0	0	0	0	0	0
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0	0	0	2	0	0	0	0
PB	250750	JOÃO PESSOA	4	0	0	0	0	0	0	0
PB	250905	MARCAÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	0
PB	251000	NAZAREZINHO	1	1	1	0	0	0	0	0
PB	251090	PAULISTA	3	1	1	0	0	0	0	0
PB	251220	PRATA	0	0	0	1	0	0	0	0
PB	251420	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	1	1	1	0	0	0	0	0
PB	251630	SUMÉ	1	0	0	0	0	0	0	0
Total		12	25	7	4	3	0	0	0	0
ANEXO XV										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
PE	260030	AGRESTINA	3	1	0	0	0	0	0	0
PE	260110	ARARIPINA	9	0	0	0	0	0	0	0
PE	260120	ARCOVERDE	0	0	0	1	0	0	0	0
PE	260190	BEZERROS	0	0	0	1	0	0	0	0
PE	260600	GARANHUNS	0	0	0	2	0	0	0	0
PE	260960	OLINDA	7	1	0	0	0	0	0	0
PE	260990	OURICURI	0	0	0	1	0	0	0	0
PE	261160	RECIFE	20	1	0	0	0	0	1	0
Total		8	39	3	0	5	0	0	1	0
ANEXO XVI										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
PI	220040	ALTOS	4	1	1	1	0	0	0	0
PI	220130	BARREIRAS DO PIAUÍ	0	0	0	1	0	0	0	0
PI	220210	CAMPINAS DO PIAUÍ	0	0	0	0	0	0	0	1
PI	220570	LUÍS CORREIA	0	0	0	0	0	0	0	1
PI	220620	MIGUEL ALVES	0	0	0	0	0	0	0	1
PI	221040	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	1	0	0	0	0	0	0	1
Total		6	5	1	1	2	0	0	0	4
ANEXO XVII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
PR	410020	ADRIANÓPOLIS	0	0	0	0	0	0	0	1
PR	410140	APUCARANA	4	1	1	2	0	0	0	0
PR	410150	ARAPONGAS	5	1	0	0	0	0	0	0
PR	410442	CANDÓI	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	410580	COLOMBO	21	3	0	0	0	0	0	0
PR	410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	0	0	0	0	0	0	0	1
PR	410690	CURITIBA	4	0	0	0	0	0	0	0
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	0	0	0	0	0	0	0	1
PR	410810	FLÓRIDA	4	1	1	1	0	0	0	0
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	410920	GUARACI	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	410975	IBEMA	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411007	IMBAÚ	2	1	0	0	0	0	0	0
PR	411070	IRATI	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411170	JABOTI	1	0	0	0	0	0	0	0
PR	411220	JANIÓPOLIS	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411295	JURANDA	1	0	0	0	0	0	0	0
PR	411320	LAPA	10	1	0	0	0	0	0	0
PR	411345	LINDOESTE	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411470	MARIA HELENA	15	2	1	1	0	0	0	0
PR	411490	MARILÂNDIA DO SUL	6	1	0	0	0	0	0	0
PR	411640	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	8	0	1	0	0	0	0	0
PR	411695	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411710	NOVA LONDRINA	1	0	0	0	0	0	0	0
PR	411750	PAIÇANDU	1	1	0	0	0	0	0	0
PR	411820	PARANAGUÁ	21	3	0	0	0	0	0	0
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	17	1	1	0	0	0	0	0
PR	411980	PLANALTO	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	412050	PRIMEIRO DE MAIO	21	4	2	0	0	0	0	0
PR	412085	QUATRO PONTES	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	412120	QUITANDINHA	6	0	0	0	0	0	0	0
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	4	1	0	0	0	0	0	0
PR	412580	SÃO PEDRO DO IVAÍ	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	412750	TIBAGI	5	1	0	0	0	0	0	0
PR	412785	TRÊS BARRAS DO PARANÁ	6	1	1	0	0	0	0	0
PR	412790	TUNEIRAS DO OESTE	19	4	3	1	0	0	0	0
Total		36	182	27	11	16	0	0	0	3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO XVIII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	54	10	1	0	0	0	0	0
RJ	330025	ARRAIAL DO CABO	6	1	0	0	0	0	0	0
RJ	330187	IGUABA GRANDE	0	0	0	1	0	0	0	0
RJ	330330	NITERÓI	0	0	0	1	0	0	0	0
RJ	330430	RIO BONITO	0	1	1	0	0	0	0	0
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	2	0	0	0	0	0	0	0
RJ	330580	TERESÓPOLIS	1	0	0	0	0	0	0	0
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0	0	0	4	0	0	0	0
Total		8	63	12	2	6	0	0	0	0
ANEXO XIX										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
RN	240540	JAPI	1	0	0	0	0	0	0	0
RN	240800	MOSSORÓ	7	1	1	0	0	0	0	0
RN	240970	PEDRO AVELINO	1	0	0	0	0	0	0	0
RN	241415	TENENTE LAURENTINO CRUZ	0	0	0	1	0	0	0	0
Total		4	9	1	1	1	0	0	0	0
ANEXO XX										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
RO	110070	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	1	0	0	0	0	0	0	0
RO	110094	CUJUBIM	0	0	0	0	0	0	0	1
RO	110100	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	23	4	0	0	0	0	0	0
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0	0	0	0	0	0	0	1
RO	110033	NOVA MAMORÉ	4	1	0	0	0	0	0	0
RO	110015	OURO PRETO DO OESTE	7	1	0	0	0	0	0	0
Total		6	35	6	0	0	0	0	0	2
ANEXO XXI										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
RS	430085	ARAMBARÉ	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	430235	BOM PRINCÍPIO	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	430290	CACEQUI	4	1	1	1	0	0	0	0
RS	430410	CAMPOS BORGES	4	0	0	0	0	0	0	0
RS	430460	CANOAS	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	430517	CERRO GRANDE DO SUL	5	1	1	0	0	0	0	0
RS	430520	CERRO LARGO	0	0	0	0	0	0	1	0
RS	430587	CORONEL BARROS	1	0	0	0	0	0	0	0
RS	430605	CRISTAL	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431244	MORRINHOS DO SUL	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431262	MULITERNO	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431295	NOVA BOA VISTA	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431410	PASSO FUNDO	45	7	0	0	0	0	0	0
RS	431442	PICADA CAFÉ	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	0	0	0	0	0	0	0	1
RS	431480	PORTÃO	29	5	2	0	0	0	0	0
RS	431490	PORTO ALEGRE	0	2	0	0	0	0	2	0
RS	431570	RIO PARDO	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	1	1	0	0	0	0	0	0
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	3	0	0	0	0	0	0	0
RS	431740	SANTIAGO	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	2	1	0	0	0	0	0	0
RS	431830	SÃO GABRIEL	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431915	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	0	0	0	0	0	0	0	1
RS	431980	SÃO VICENTE DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	1
RS	432300	VIAMÃO	0	2	0	0	0	0	0	0
Total		27	94	20	4	13	0	0	3	3

ANEXO XXII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
SC	420330	CAMPO ALEGRE	5	0	0	1	0	0	0	0
SC	420420	CHAPECÓ	1	0	0	0	0	0	0	0
SC	420460	CRICIÚMA	3	0	0	0	0	0	0	0
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0	0	0	2	0	0	0	0
SC	420580	GARUVA	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	420590	GASPAR	0	1	0	0	0	0	0	0
SC	420730	IMBITUBA	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	420820	ITAJAÍ	0	0	0	0	0	0	2	0
SC	420830	ITAPEMA	1	1	0	0	0	0	0	0
SC	421030	MAJOR VIEIRA	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	421190	PALHOÇA	6	3	0	1	0	0	0	0
SC	421420	QUILOMBO	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	421550	SANTA CECÍLIA	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	0	1	0	0	0	0	0	0
SC	421725	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	421760	SIDERÓPOLIS	1	0	0	0	0	0	0	0
SC	421960	XAVANTINA	10	2	2	1	0	0	0	0
Total		17	27	8	2	11	0	0	2	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO XXIII

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
SP	350070	AGUDOS	6	1	0	0	0	0	0	0
SP	350270	APIAÍ	3	0	0	0	0	0	0	0
SP	350590	BATATAIS	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	350770	BRAÚNA	8	2	2	1	0	0	0	0
SP	350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	350995	CANAS	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	351350	CUBATÃO	43	3	1	0	0	0	0	0
SP	351500	EMBU	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	351730	GUAIMBÊ	5	0	0	0	0	0	0	0
SP	352115	IPIGUÁ	3	0	0	0	0	0	0	0
SP	352170	ITABERÁ	6	1	1	0	0	0	0	0
SP	352210	ITANHAÉM	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	352690	LIMEIRA	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	352940	MAUÁ	4	1	0	0	0	0	0	0
SP	353010	MIRANDÓPOLIS	5	1	0	1	0	0	0	0
SP	353040	MIRASSOLÂNDIA	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	353180	MONTE MOR	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	353215	NANTES	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	353325	NOVAIS	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	353470	OURINHOS	4	0	0	0	0	0	0	0
SP	353760	PERUÍBE	2	2	0	0	0	0	0	0
SP	353780	PIEDADE	30	4	0	0	0	0	0	0
SP	353800	PINDAMONHANGABA	7	1	0	0	0	0	0	0
SP	353850	PIQUETE	7	1	0	0	0	0	0	0
SP	354060	PORTO FELIZ	11	2	0	0	0	0	0	0
SP	354075	POTIM	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	3	0	0	0	0	0	0	0
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0	0	0	4	0	0	0	0
SP	354805	SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	354850	SANTOS	0	0	0	2	0	0	0	0
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	8	0	0	0	0	0	0	0
SP	354890	SÃO CARLOS	9	0	0	0	0	0	0	0
SP	355030	SÃO PAULO	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	355410	TAUBATÉ	0	0	0	0	0	0	1	0
SP	355540	UBATUBA	3	1	0	0	0	0	0	0
SP	355660	VERA CRUZ	10	2	1	0	0	0	0	0
Total		37	177	22	5	22	0	0	1	0

ANEXO XXIV

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	Prisional	UOM
TO	170130	ARAGOMINAS	0	0	0	0	0	0	0	1
TO	171420	NATIVIDADE	0	0	0	1	0	0	0	0
TO	171610	PARAÍSO DO TOCANTINS	5	1	0	0	0	0	0	0
TO	171890	SANTA ROSA DO TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		4	5	1	0	1	0	0	0	2

PORTARIA Nº 2.124, DE 12 DE JULHO DE 2018

Torna sem efeito a Portaria nº 2.179/GM/MS, de 24 de dezembro de 2015, que habilita os Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando as Portarias que habilitam Municípios e Estados a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito a Portaria nº 2.179/GM/MS, de 24 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, nº 247, de 28 de dezembro de 2015, Seção 1, página 110.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 2.125, DE 12 DE JULHO DE 2018

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família do Município de Imperatriz (MA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira junho de 2018, a transferência do incentivo financeiro referente às Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal do Município de Imperatriz (MA), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as Equipes da Estratégia Saúde da Família e irregularidades junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 12 (doze) Equipes de Saúde da Família e 2 (duas) Equipes de Saúde Bucal e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.127, DE 12 DE JULHO DE 2018

Desabilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h nova, Porte I) localizada no Município de Goiás (GO) em incentivo financeiro de Investimento.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.992/GM/MS, de 31 de agosto de 2009, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h nova, Porte I) no Município de Goiás (GO);

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 97/2018-SEI, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica desabilitada em incentivo financeiro de investimento a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h nova, Porte I) localizada no Município de Goiás (GO), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica determinada a devolução dos recursos de incentivo financeiro de investimentos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Goiás (GO), para a devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e as providências para a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	Município	IBGE	NUP - SEI	UPA 24h nova	Portaria de Incentivo Financeiro de Investimento	Proposta	Valor da Proposta	Valor do incentivo do Investimento repassado
GO	Goiás	520890	25000.580905/2009-28	Porte I	nº 1.992, de 31/8/2009	02295.772000/1090-01	R$ 1.400.000,00	R$ 1.400.000,00

PORTARIA Nº 2.130, DE 12 DE JULHO DE 2018

Publica lista de propostas dos componentes Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde, financiadas com recurso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 703 e seguintes - Do Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) - Seção III, Capítulo II, Título VII, o art. 36 e seguintes - Do Componente Ampliação do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) - Seção IV, Capítulo II, Título VI e o Título IX - Do financiamento fundo a fundo para execução de obras da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 348/GM/MPDG, de 14 de novembro de 2016, que dispõe sobre diretrizes para a retomada e a execução dos empreendimentos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), resolve:

Art. 1º Fica publicada, na forma do anexo a esta Portaria, a lista das propostas dos componentes Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde, financiadas com recurso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, em função dos seguintes motivos:

I - Não cumprimento de prazo para retomada e execução da obra; e

II - Manifestação formal dos entes beneficiados quanto à desistência de execução do objeto habilitado.

Art. 2º Nos termos do art. 1.117 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e conforme preconizado nas portarias de habilitação, os entes federativos que tiverem suas propostas desabilitadas estarão sujeitos à devolução dos recursos financeiros ao Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Parágrafo único. Os procedimentos administrativos para devolução dos recursos financeiros estão disponibilizados no portal do Ministério da Saúde, no sítio eletrônico: http://portalfns.saude.gov.br/servicos/1257-emissao-de-gru, bem como por meio do material de orientações aos gestores, no endereço: http://portalms.saude.gov.br/sismob/instrutivo-e-legislacao-dos-programas/atencao-basica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

(Desabilitação de 175 propostas Construção e 118 propostas de Ampliação de Unidades Básicas de Saúde)

UF	Município	IBGE	Tipo de Obra	Nº da Proposta	Nº Portaria de Habilitação	Data Portaria de Habilitação	Tipo de Recurso	PAC	Valor da Proposta (R$)	Valor Pago (R$)
AL	ATALAIA	270040	Construção	11301685000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
AL	ATALAIA	270040	Construção	11301685000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
AL	ATALAIA	270040	Construção	11301685000113004	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
AL	ATALAIA	270040	Ampliação	27004020080099334	1170	05/06/2012	Programa	SIM	103.200,00	103.200,00
AL	DELMIRO GOUVEIA	270240	Ampliação	11261089000113008	2154	26/09/2013	Programa	SIM	100.950,00	100.950,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	Ampliação	270290617062510815	1170	05/06/2012	Programa	SIM	61.380,00	61.380,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	Construção	11277599000113006	2081	23/09/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
AL	JACARÉ DOS HOMENS	270340	Ampliação	270340272077911685	1170	05/06/2012	Programa	SIM	123.000,00	123.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Construção	07792137000110016	3766	26/11/2013	Programa	SIM	512.000,00	384.000,00
AL	PIRANHAS	270710	Ampliação	11197317000113008	2154	26/09/2013	Programa	SIM	58.650,00	58.650,00
AL	PORTO CALVO	270730	Construção	11312579000113002	2081	23/09/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	270790	Construção	12200317000110001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	20.000,00
AM	BOCA DO ACRE	130070	Construção	12750099000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
AM	BOCA DO ACRE	130070	Construção	12750099000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
AM	CAREIRO	130110	Construção	12698436000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
AM	CAREIRO	130110	Construção	12698436000113004	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
AM	ITACOATIARA	130190	Ampliação	13639469000113012	2154	26/09/2013	Programa	SIM	56.325,00	11.265,00
AM	ITACOATIARA	130190	Construção	13639469000113007	2081	23/09/2013	Programa	SIM	512.000,00	102.400,00
AM	JURUÁ	130220	Construção	12150282000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
AM	MANACAPURU	130250	Ampliação	12334812000113004	1381	09/07/2013	Programa	SIM	161.490,00	161.490,00
AM	NHAMUNDÁ	130300	Construção	04283578000109003	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
AM	URUCARÁ	130430	Construção	04477782000213005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
AM	URUCURITUBA	130440	Ampliação	130440362002611840	1170	05/06/2012	Programa	SIM	84.000,00	84.000,00
AM	URUCURITUBA	130440	Ampliação	11863309000113005	1381	09/07/2013	Programa	SIM	109.470,00	109.470,00
AP	VITÓRIA DO JARI	160080	Construção	00720553000110003	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	20.000,00
BA	BARRA DO MENDES	290300	Ampliação	29030040222898724	1170	05/06/2012	Programa	SIM	95.255,00	95.255,00
BA	BARRA DO MENDES	290300	Ampliação	29030040222708717	1170	05/06/2012	Programa	SIM	99.390,00	99.390,00
BA	FÁTIMA	291075	Construção	11484552000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
BA	GLÓRIA	291140	Construção	11555139000110003	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
BA	ILHÉUS	291360	Ampliação	291360241650610148	1170	05/06/2012	Programa	SIM	92.685,00	18.537,00
BA	ILHÉUS	291360	Construção	13672597000110043	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
BA	ITAETÉ	291500	Construção	11245691000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
BA	ITAPETINGA	291640	Ampliação	11068339000113006	1381	09/07/2013	Programa	SIM	100.575,00	100.575,00
BA	JUAZEIRO	291840	Ampliação	11145615000113016	1381	09/07/2013	Programa	SIM	83.400,00	16.680,00
BA	NOVA FÁTIMA	292273	Construção	11757436000110002	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	RIBEIRÃO DO LARGO	292665	Ampliação	12821960000113003	1381	09/07/2013	Programa	SIM	80.760,00	80.760,00
BA	SALINAS DA MARGARIDA	292730	Construção	11334416000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
BA	SENHOR DO BONFIM	293010	Ampliação	29301024978918372	1170	05/06/2012	Programa	SIM	157.500,00	31.500,00
BA	SIMÕES FILHO	293070	Construção	13927827000110007	3766	01/12/2010	Programa	SIM	400.000,00	40.000,00
CE	CAMPOS SALES	230270	Ampliação	23027025632587829	1170	05/06/2012	Programa	SIM	99.420,00	99.420,00
CE	CAMPOS SALES	230270	Ampliação	23027025632827826	1170	05/06/2012	Programa	SIM	137.340,00	137.340,00
CE	CAMPOS SALES	230270	Ampliação	23027025632317834	1170	05/06/2012	Programa	SIM	135.750,00	135.750,00
CE	CANINDÉ	230280	Construção	11422579000113006	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
CE	CAUCAIA	230370	Construção	11777761000110012	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
CE	IPAUMIRIM	230570	Construção	12003262000110001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
CE	ITAPIPOCA	230640	Construção	11402517000113034	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
CE	LIMOEIRO DO NORTE	230760	Construção	11906403000113015	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
CE	LIMOEIRO DO NORTE	230760	Construção	11906403000113014	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
CE	LIMOEIRO DO NORTE	230760	Construção	11906403000113016	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
CE	LIMOEIRO DO NORTE	230760	Construção	11906403000113012	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
CE	PARACURU	231020	Construção	07592298000109002	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	20.000,00
CE	PARACURU	231020	Ampliação	23102025619217111	1170	05/06/2012	Programa	SIM	57.675,00	57.675,00
CE	QUIXADÁ	231130	Construção	10652262000110002	3766	01/12/2010	Programa	SIM	266.666,67	200.000,01
CE	TABULEIRO DO NORTE	231310	Ampliação	11428432000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	221.820,00	221.820,00
GO	CAIAPÔNIA	520440	Construção	07877310000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
GO	CAMPO LIMPO DE GOIÁS	520485	Construção	11211269000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
GO	GUARANI DE GOIÁS	520940	Ampliação	52094023827419500	1170	05/06/2012	Programa	SIM	75.000,00	75.000,00
GO	MARA ROSA	521280	Ampliação	52128023828497009	1170	05/06/2012	Programa	SIM	106.500,00	106.500,00
GO	MARA ROSA	521280	Construção	11905198000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
GO	MARA ROSA	521280	Ampliação	11905198000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	114.660,00	114.660,00
GO	MARA ROSA	521280	Ampliação	11905198000113001	1381	09/07/2013	Programa	SIM	109.605,00	109.605,00
GO	MAURILÂNDIA	521300	Construção	11483837000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
GO	PIRACANJUBA	521710	Construção	01753396000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
GO	RIO VERDE	521880	Construção	02056729000110021	3766	01/12/2010	Programa	SIM	400.000,00	300.000,00
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	210047	Ampliação	21004763408229631	1170	05/06/2012	Programa	SIM	193.650,00	193.650,00
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	210047	Ampliação	210047506429510070	1170	05/06/2012	Programa	SIM	85.995,00	85.995,00
MA	ARAIOSES	210090	Ampliação	21009023110038396	1170	05/06/2012	Programa	SIM	109.950,00	21.990,00
MA	ARAIOSES	210090	Ampliação	21009023110548393	1170	05/06/2012	Programa	SIM	123.570,00	24.714,00
MA	BEQUIMÃO	210190	Construção	41611716000109002	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
MA	BREJO	210210	Construção	12512462000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MA	CACHOEIRA GRANDE	210237	Ampliação	210237634602210732	1170	05/06/2012	Programa	SIM	198.165,00	198.165,00
MA	CACHOEIRA GRANDE	210237	Construção	13886121000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MA	CENTRAL DO MARANHÃO	210312	Construção	11914760000110002	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
MA	FORTUNA	210420	Construção	11771395000113016	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
MA	GUIMARÃES	210490	Construção	11291712000113003	2081	23/09/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MA	GUIMARÃES	210490	Ampliação	21049024589939300	1170	05/06/2012	Programa	SIM	78.450,00	78.450,00
MA	IGARAPÉ GRANDE	210520	Ampliação	11423116000113001	1381	09/07/2013	Programa	SIM	162.450,00	162.450,00
MA	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	210535	Ampliação	11243194000113013	2154	26/09/2013	Programa	SIM	209.850,00	41.970,00
MA	PAÇO DO LUMIAR	210750	Ampliação	12650786000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	66.300,00	66.300,00
MA	PRESIDENTE SARNEY	210927	Ampliação	210927691698811185	1170	05/06/2012	Programa	SIM	111.195,00	22.239,00
MA	SANTA LUZIA DO PARUÁ	211003	Ampliação	21100323112759258	1170	05/06/2012	Programa	SIM	167.400,00	167.400,00
MA	SANTA LUZIA DO PARUÁ	211003	Ampliação	21100323112169625	1170	05/06/2012	Programa	SIM	90.000,00	90.000,00
MA	SENADOR LA ROCQUE	211176	Construção	14091765000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MA	SENADOR LA ROCQUE	211176	Construção	14091765000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MA	TURIAÇU	211240	Construção	63451363000109001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
MG	BALDIM	310500	Construção	18116129000210002	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
MG	CARAÍ	311300	Construção	18404848000110004	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
MG	DIAMANTINA	312160	Construção	11291295000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	102.400,00
MG	ENTRE FOLHAS	312385	Construção	66229626000213001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MG	GAMELEIRAS	312733	Construção	01612482000213003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MG	GAMELEIRAS	312733	Construção	01612482000213002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MG	GLAUCILÂNDIA	312735	Construção	12367731000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
MG	GOVERNADOR VALADARES	312770	Construção	20622890000110009	3766	26/11/2013	Programa	SIM	408.000,00	306.000,00
MG	ITAJUBÁ	313240	Ampliação	313240221272210943	1170	05/06/2012	Programa	SIM	82.250,00	82.250,00
MG	ITAJUBÁ	313240	Construção	11433888000113006	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
MG	ITANHANDU	313310	Ampliação	31331027946918171	1170	05/06/2012	Programa	SIM	100.500,00	20.100,00
MG	ITUMIRIM	313430	Ampliação	313430275884910504	1170	05/06/2012	Programa	SIM	153.585,00	153.585,00
MG	JAÍBA	313505	Ampliação	97552158000113009	1381	09/07/2013	Programa	SIM	126.450,00	126.450,00
MG	MATIAS BARBOSA	314080	Ampliação	18338194000313003	1381	09/07/2013	Programa	SIM	111.450,00	111.450,00
MG	NOVO CRUZEIRO	314530	Ampliação	11628794000113001	1381	09/07/2013	Programa	SIM	106.350,00	106.350,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	Ampliação	31493021544989772	1170	05/06/2012	Programa	SIM	99.750,00	19.950,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	Ampliação	31493021502559870	1170	05/06/2012	Programa	SIM	99.750,00	19.950,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	Ampliação	31493021502399786	1170	05/06/2012	Programa	SIM	75.000,00	15.000,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	Ampliação	31493021501829790	1170	05/06/2012	Programa	SIM	99.750,00	19.950,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	Ampliação	31493021503449764	1170	05/06/2012	Programa	SIM	99.000,00	19.800,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	Ampliação	31493021502479877	1170	05/06/2012	Programa	SIM	93.000,00	18.600,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	Ampliação	31493021501909866	1170	05/06/2012	Programa	SIM	93.750,00	18.750,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	Ampliação	31493021503019782	1170	05/06/2012	Programa	SIM	99.750,00	19.950,00
MG	RAPOSOS	315390	Construção	11317524000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
MG	RAPOSOS	315390	Construção	11317524000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
MG	RAPOSOS	315390	Construção	11317524000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	315850	Construção	13338604000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MG	SANTOS DUMONT	316070	Construção	86926136000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
MG	SANTOS DUMONT	316070	Construção	86926136000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
MG	SANTOS DUMONT	316070	Construção	86926136000113004	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MG	SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO	316360	Ampliação	11917793000113002	2154	26/09/2013	Programa	SIM	67.800,00	13.560,00
MG	TRÊS MARIAS	316935	Construção	11084358000110001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
MG	UBERABA	317010	Construção	13809927000113003	2081	23/09/2013	Programa	SIM	659.000,00	131.800,00
MS	BELA VISTA	500210	Construção	03217916000110001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
MS	BELA VISTA	500210	Construção	12457020000113006	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MS	BELA VISTA	500210	Construção	12457020000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MS	BELA VISTA	500210	Construção	12457020000113007	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MS	CORONEL SAPUCAIA	500315	Construção	13022375000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MS	PARANAÍBA	500630	Ampliação	11353020000113008	1381	09/07/2013	Programa	SIM	112.500,00	112.500,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	PARANAÍBA	500630	Ampliação	11353020000113006	1381	09/07/2013	Programa	SIM	149.250,00	149.250,00
MS	PARANAÍBA	500630	Construção	11353020000113009	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MS	RIO NEGRO	500730	Construção	12144238000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MT	ALTO PARAGUAI	510050	Construção	11762431000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MT	CUIABÁ	510340	Ampliação	51034026043378054	1170	05/06/2012	Programa	SIM	74.190,00	14.838,00
MT	CUIABÁ	510340	Ampliação	510340249484110042	1170	05/06/2012	Programa	SIM	66.285,00	66.285,00
MT	CUIABÁ	510340	Ampliação	51034026551288037	1170	05/06/2012	Programa	SIM	75.000,00	75.000,00
MT	CUIABÁ	510340	Ampliação	510340253435510114	1170	05/06/2012	Programa	SIM	75.000,00	75.000,00
MT	CUIABÁ	510340	Ampliação	51034026590938043	1170	05/06/2012	Programa	SIM	60.030,00	60.030,00
MT	CUIABÁ	510340	Ampliação	51034024948849774	1170	05/06/2012	Programa	SIM	61.065,00	61.065,00
MT	CUIABÁ	510340	Construção	12063872000110014	3766	01/12/2010	Programa	SIM	400.000,00	300.000,00
MT	CUIABÁ	510340	Construção	12063872000113025	2081	23/09/2013	Programa	SIM	512.000,00	102.400,00
MT	NOVA BANDEIRANTES	510615	Construção	12102434000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MT	SÃO JOSÉ DO XINGU	510735	Construção	14221522000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MT	RONDONÓPOLIS	510760	Construção	05543314000113012	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MT	RONDONÓPOLIS	510760	Construção	05543314000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MT	RONDONÓPOLIS	510760	Construção	05543314000113007	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MT	RONDONÓPOLIS	510760	Construção	05543314000113014	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	Construção	11364895000113014	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
PA	ACARÁ	150020	Ampliação	15002023295147722	1170	05/06/2012	Programa	SIM	99.216,00	99.216,20
PA	ACARÁ	150020	Ampliação	15002023295229544	1170	05/06/2012	Programa	SIM	144.750,00	144.750,00
PA	ACARÁ	150020	Ampliação	15002026212827756	1170	05/06/2012	Programa	SIM	153.000,00	153.000,00
PA	ACARÁ	150020	Ampliação	15002026213207752	1170	05/06/2012	Programa	SIM	97.480,00	97.480,00
PA	ALENQUER	150040	Construção	12278544000113010	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	ALENQUER	150040	Construção	12278544000113008	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	ALENQUER	150040	Construção	12278544000113011	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	ALENQUER	150040	Construção	12278544000113009	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	ALENQUER	150040	Construção	12278544000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	ALENQUER	150040	Construção	12278544000113007	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
PA	CACHOEIRA DO ARARI	150200	Construção	12459320000110001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
PA	CAPITÃO POÇO	150230	Ampliação	11488124000113006	2154	26/09/2013	Programa	SIM	93.900,00	93.900,00
PA	CHAVES	150250	Construção	13771552000113004	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	CHAVES	150250	Construção	13771552000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	CHAVES	150250	Construção	13771552000113007	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	CHAVES	150250	Construção	13771552000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	CHAVES	150250	Construção	13771552000113008	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	CHAVES	150250	Construção	13771552000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	CHAVES	150250	Construção	13771552000113006	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	CHAVES	150250	Construção	13771552000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	150270	Ampliação	05070404000213001	2154	26/09/2013	Programa	SIM	153.585,00	30.717,00
PA	IGARAPÉ-MIRI	150330	Ampliação	150330261513410562	1170	05/06/2012	Programa	SIM	137.760,00	137.760,00
PA	LIMOEIRO DO AJURU	150400	Construção	05105168000413006	2081	23/09/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	MONTE ALEGRE	150480	Ampliação	11401857000113006	1381	09/07/2013	Programa	SIM	147.840,00	147.840,00
PA	NOVO REPARTIMENTO	150506	Ampliação	09555110000113003	1381	09/07/2013	Programa	SIM	148.800,00	148.800,00
PA	OEIRAS DO PARÁ	150520	Construção	12527516000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	PONTA DE PEDRAS	150570	Ampliação	11797106000113011	2154	26/09/2013	Programa	SIM	196.500,00	39.300,00
PA	PONTA DE PEDRAS	150570	Construção	11797106000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	PORTO DE MOZ	150590	Construção	11424241000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	PRAINHA	150600	Construção	01391942000113024	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	PRAINHA	150600	Construção	01391942000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PA	SANTARÉM	150680	Construção	05182233000110016	3766	01/12/2010	Programa	SIM	266.666,67	26.666,67
PB	ITABAIANA	250690	Ampliação	250690236394111852	1170	05/06/2012	Programa	SIM	75.000,00	15.000,00
PB	ITABAIANA	250690	Ampliação	250690236396811853	1170	05/06/2012	Programa	SIM	85.200,00	17.040,00
PB	NOVA FLORESTA	251010	Ampliação	08739625000313002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	67.800,00	67.800,00
PB	NOVA FLORESTA	251010	Ampliação	08739625000313001	1381	09/07/2013	Programa	SIM	50.250,00	10.050,00
PB	PILÕES	251160	Construção	12044868000110002	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
PB	PUXINANÃ	251240	Construção	10521892000110003	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
PB	SÃO MIGUEL DE TAIPU	251500	Ampliação	251500260892811511	1170	05/06/2012	Programa	SIM	109.425,00	109.425,00
PB	TRIUNFO	251680	Construção	12794460000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PE	BELÉM DO SÃO FRANCISCO	260160	Ampliação	260160270390410759	1170	05/06/2012	Programa	SIM	132.000,00	26.400,00
PE	BREJÃO	260240	Construção	11230311000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PE	CARUARU	260410	Ampliação	11371082000113005	1381	09/07/2013	Programa	SIM	110.835,00	22.167,00
PE	FEIRA NOVA	260540	Construção	11472134000113004	2081	23/09/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
PE	FEIRA NOVA	260540	Construção	11472134000113002	2081	23/09/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
PE	GOIANA	260620	Ampliação	260620242885711033	1170	05/06/2012	Programa	SIM	112.500,00	112.500,00
PE	IGARASSU	260680	Construção	10359560000110039	3766	01/12/2010	Programa	SIM	266.666,67	26.666,67
PE	IGARASSU	260680	Construção	10359560000110042	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	20.000,00
PE	ITAMBÉ	260765	Construção	10417698000113002	2081	23/09/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
PE	ITAMBÉ	260765	Construção	10417698000110001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
PE	ITAMBÉ	260765	Construção	10417698000113003	2081	23/09/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	Construção	10377679000110023	3766	01/12/2010	Programa	SIM	408.000,00	306.000,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	Ampliação	26079023466569712	1170	05/06/2012	Programa	SIM	55.950,00	11.190,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	Ampliação	03904395000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	53.040,00	10.608,00
PE	LAGOA DO CARRO	260845	Ampliação	26084535321949689	1170	05/06/2012	Programa	SIM	100.040,00	100.040,00
PE	PALMARES	261000	Construção	10212447000110004	3766	26/11/2013	Programa	SIM	659.000,00	40.000,00
PE	PESQUEIRA	261090	Ampliação	10488181000113003	1381	09/07/2013	Programa	SIM	133.500,00	26.700,00
PE	PESQUEIRA	261090	Construção	10488181000113004	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
PE	PESQUEIRA	261090	Ampliação	10488181000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	86.250,00	86.250,00
PE	RECIFE	261160	Construção	41090291000113010	2081	23/09/2013	Programa	SIM	773.000,00	154.600,00
PE	RECIFE	261160	Construção	41090291000113006	2081	23/09/2013	Programa	SIM	773.000,00	154.600,00
PE	RECIFE	261160	Construção	41090291000110031	3766	01/12/2010	Programa	SIM	659.000,00	40.000,00
PE	RECIFE	261160	Construção	41090291000110019	3766	01/12/2010	Programa	SIM	659.000,00	40.000,00
PE	RECIFE	261160	Construção	41090291000113002	2081	23/09/2013	Programa	SIM	773.000,00	154.600,00
PE	RECIFE	261160	Construção	41090291000110016	3766	01/12/2010	Programa	SIM	533.333,33	53.333,33

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	RECIFE	261160	Construção	41090291000113009	2081	23/09/2013	Programa	SIM	773.000,00	154.600,00
PE	RIO FORMOSO	261190	Construção	11286235000110001	3766	26/11/2013	Programa	SIM	408.000,00	20.000,00
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	261370	Ampliação	12257765000113004	2154	26/09/2013	Programa	SIM	98.055,00	19.611,00
PE	SERTÂNIA	261410	Construção	10373890000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PE	TUPANATINGA	261580	Ampliação	26158027123697872	1170	05/06/2012	Programa	SIM	88.400,00	17.680,00
PI	BARRA D'ALCÂNTARA	220117	Construção	15615658000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PI	BURITI DOS LOPES	220200	Ampliação	220200236579012595	1170	05/06/2012	Programa	SIM	90.000,00	18.000,00
PI	BURITI DOS LOPES	220200	Ampliação	220200249044712602	1170	05/06/2012	Programa	SIM	94.500,00	18.900,00
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	220211	Ampliação	12040245000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	137.250,00	137.250,00
PI	COLÔNIA DO GURGUÉIA	220275	Construção	12020223000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PI	ITAUEIRA	220510	Ampliação	11676238000113002	2154	26/09/2013	Programa	SIM	173.400,00	34.680,00
PI	JOSÉ DE FREITAS	220550	Construção	06554786000110003	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
PI	LAGOA DO SÍTIO	220559	Ampliação	220559265114911703	1170	05/06/2012	Programa	SIM	137.240,00	137.240,00
PI	PORTO	220850	Construção	06554414000110005	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	20.000,00
PI	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	220940	Construção	11408453000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PI	SÃO JOÃO DO ARRAIAL	220997	Construção	11504416000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PI	SÃO JOSÉ DO PIAUÍ	221020	Construção	06553838000110001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	410645	Construção	08899631000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
PR	HONÓRIO SERPA	410965	Construção	09464601000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
PR	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	412470	Ampliação	10188734000113004	1381	09/07/2013	Programa	SIM	146.400,00	146.400,00
PR	SARANDI	412625	Construção	09262602000113006	1380	09/07/2013	Programa	SIM	773.000,00	618.400,00
PR	SARANDI	412625	Construção	09262602000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	773.000,00	618.400,00
PR	TURVO	412796	Construção	78279973000110001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
RJ	APERIBÉ	330015	Construção	36288900000110006	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
RJ	BARRA MANSA	330040	Ampliação	33004022800007425	1170	05/06/2012	Programa	SIM	109.125,00	109.125,00
RJ	BARRA MANSA	330040	Ampliação	33004022890247038	1170	05/06/2012	Programa	SIM	126.795,00	126.795,00
RJ	BELFORD ROXO	330045	Ampliação	330045228954710879	1170	05/06/2012	Programa	SIM	132.075,00	132.075,00
RJ	ITAGUAÍ	330200	Ampliação	330200228498710242	1170	05/06/2012	Programa	SIM	75.000,00	75.000,00
RJ	ITAGUAÍ	330200	Ampliação	330200541670110231	1170	05/06/2012	Programa	SIM	153.740,00	153.740,00
RJ	MARICÁ	330270	Ampliação	330270226672510306	1170	05/06/2012	Programa	SIM	141.000,00	28.200,00
RJ	MARICÁ	330270	Ampliação	330270226680610291	1170	05/06/2012	Programa	SIM	141.000,00	28.200,00
RJ	MARICÁ	330270	Construção	29131075000110016	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
RJ	MARICÁ	330270	Construção	29131075000110009	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
RJ	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	330515	Construção	12440744000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
RJ	VALENÇA	330610	Construção	29076130000110024	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	20.000,00
RN	BARAÚNA	240145	Construção	12512241000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
RN	BARCELONA	240150	Construção	12290707000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
RN	GROSSOS	240440	Ampliação	11418305000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	91.800,00	18.360,00
RN	MOSSORÓ	240800	Ampliação	24080025035739665	1170	05/06/2012	Programa	SIM	94.125,00	14.907,00
RN	MOSSORÓ	240800	Ampliação	24080025019889676	1170	05/06/2012	Programa	SIM	93.150,00	14.997,00
RN	SÃO BENTO DO NORTE	241160	Construção	12003717000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
RN	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	241255	Ampliação	11403013000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	51.210,00	10.242,00
RN	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	241255	Ampliação	11403013000113003	1381	09/07/2013	Programa	SIM	69.930,00	13.986,00
RN	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	241255	Construção	11403013000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
RO	CORUMBIARA	110007	Construção	15246041000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
RO	JARU	110011	Ampliação	04279238000313006	1381	09/07/2013	Programa	SIM	68.175,00	68.175,00
RO	VALE DO PARAÍSO	110180	Construção	63786990000213001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
RR	CARACARAÍ	140020	Ampliação	14002024766579918	1170	05/06/2012	Programa	SIM	97.500,00	19.500,00
RR	NORMANDIA	140040	Construção	12349521000113004	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
RR	NORMANDIA	140040	Construção	12349521000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
RS	BARÃO DO TRIUNFO	430175	Ampliação	13895181000113002	2154	26/09/2013	Programa	SIM	87.000,00	87.000,00
RS	CACEQUI	430290	Construção	13893378000113005	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
RS	CANGUÇU	430450	Ampliação	43045034326029949	1170	05/06/2012	Programa	SIM	72.660,00	72.660,00
RS	CERRO LARGO	430520	Construção	11948865000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
RS	CERRO LARGO	430520	Ampliação	11948865000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	115.050,00	23.010,00
RS	HULHA NEGRA	430965	Construção	10442628000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	773.000,00	618.400,00
RS	PINHAL DA SERRA	431446	Construção	11258349000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
RS	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	431710	Ampliação	43171030631436267	1170	05/06/2012	Programa	SIM	79.650,00	79.650,00
SC	LAGUNA	420940	Ampliação	42094025580686797	1170	05/06/2012	Programa	SIM	73.500,00	73.500,00
SC	LAGUNA	420940	Ampliação	06231312000113002	1381	09/07/2013	Programa	SIM	99.300,00	99.300,00
SC	PALHOÇA	421190	Construção	82892316000110012	3766	01/12/2010	Programa	SIM	266.666,67	26.666,67
SE	AQUIDABÃ	280020	Construção	11546530000110001	3766	01/12/2010	Programa	SIM	200.000,00	150.000,00
SE	POÇO REDONDO	280540	Construção	11443804000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
SE	ROSÁRIO DO CATETE	280610	Ampliação	11370682000113001	1381	09/07/2013	Programa	SIM	54.000,00	10.800,00
SE	TOBIAS BARRETO	280740	Construção	11388708000113010	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
SP	ÁLVARO DE CARVALHO	350140	Construção	12077518000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
SP	ARARAS	350330	Construção	44215846000110003	3766	01/12/2010	Programa	SIM	400.000,00	300.000,00
SP	AVAÍ	350430	Construção	11923089000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
SP	CÂNDIDO MOTA	351000	Construção	11788735000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
SP	DRACENA	351440	Construção	44880060000213003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
SP	DRACENA	351440	Construção	44880060000213002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	351570	Construção	12240956000113006	1380	09/07/2013	Programa	SIM	773.000,00	154.600,00
SP	GUARATINGUETÁ	351840	Ampliação	351840572049411835	1170	05/06/2012	Programa	SIM	153.450,00	153.450,00
SP	IBIÚNA	351970	Ampliação	351970203678912030	1170	05/06/2012	Programa	SIM	92.250,00	92.250,00
SP	IGUAPE	352030	Construção	13901684000113002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
SP	ITAPEVA	352240	Construção	13694379000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
SP	ITAPEVA	352240	Construção	13694379000113011	1380	09/07/2013	Programa	SIM	773.000,00	618.400,00
SP	MATÃO	352930	Ampliação	12225804000113013	2154	26/09/2013	Programa	SIM	248.775,00	49.755,00
SP	MATÃO	352930	Ampliação	12225804000113004	1381	09/07/2013	Programa	SIM	249.975,00	49.995,00
SP	MAUÁ	352940	Ampliação	35294020321127099	1170	05/06/2012	Programa	SIM	74.100,00	74.100,00
SP	MOGI MIRIM	353080	Ampliação	11128302000113003	1381	09/07/2013	Programa	SIM	146.025,00	146.025,00
SP	PARIQUERA-AÇU	353620	Construção	13860454000113001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	512.000,00	409.600,00
SP	VARGEM	355635	Construção	67160507000213002	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00
SP	VARGEM	355635	Construção	67160507000213001	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	81.600,00
TO	ESPERANTINA	170740	Construção	11440035000113003	1380	09/07/2013	Programa	SIM	408.000,00	326.400,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.131, DE 12 DE JULHO DE 2018

Publica lista de propostas desabilitadas no âmbito do Programa Academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Capítulo IV - das regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos do Programa Academia da Saúde da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, consolidação as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título IX - Do financiamento fundo a fundo para execução de obras - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.consolidação as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; resolve:

Art. 1º Fica publicada, na forma do anexo a esta Portaria, a lista das propostas de construção desabilitadas no âmbito do Programa Academia da Saúde em função dos motivos a seguir:

I - Não cumprimento de prazo para superação da etapa de ação preparatória;

II - Parecer não favorável relativo à prorrogação de prazo de execução; e

III - Manifestação formal dos entes beneficiados quanto à desistência de execução do objeto habilitado.

Art. 2º Nos termos do art. 1.117 da Portaria de Consolidação nº 6/2017 e conforme preconizado nas portarias de habilitação, os entes federativos que tiveram suas propostas de academia da saúde desabilitadas estarão sujeitos à devolução dos recursos financeiros ao Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Parágrafo único. Os procedimentos administrativos para devolução dos recursos financeiros estão disponibilizados no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico http://portalfns.saude.gov.br/servicos/1257-emissao-de-gru, bem como por meio do material de orientações aos gestores disponível no endereço http://portalms.saude.gov.br/sismob/instrutivo-e-legislacao-dos-programas/atencao-basica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

(Anexo - Desabilita 194 propostas de Academia da Saúde)

UF	Município	IBGE	Tipo de Obra	Nº da Proposta	Nº Portaria de Habilitação	Data Portaria de Habilitação	Tipo de Recurso	Motivo da Desabilitação	Valor da Proposta (R$)	Valor Pago (R$)
AL	CAMPO GRANDE	270150	Academia da Saúde	11169951000111001	1203	11/06/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
AL	CAPELA	270170	Academia da Saúde	11203936000114003	2771	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113084	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113095	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113086	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113093	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113089	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113094	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113088	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113082	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113096	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113081	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113097	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113083	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
AL	MACEIÓ	270430	Academia da Saúde	07792137000113084	2665	06/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.000,00	20.000,00
AL	MARIBONDO	270480	Academia da Saúde	11264135000113009	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
AL	SÃO JOSÉ DA TAPERA	270840	Academia da Saúde	11314682000114007	2771	17/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
AM	COARI	130120	Academia da Saúde	11510924000111001	3164	27/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
AM	ITACOATIARA	130190	Academia da Saúde	04241980000111007	389	07/03/2012	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
AP	OIAPOQUE	160050	Academia da Saúde	12250723000112005	3142	28/12/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
BA	ALMADINA	290090	Academia da Saúde	11599197000114002	1161	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
BA	SALVADOR	292740	Academia da Saúde	08086458000111007	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
BA	VERA CRUZ	293320	Academia da Saúde	07769310000111003	3164	27/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
CE	GUAIÚBA	230495	Academia da Saúde	09662953000113009	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
GO	CAMPINAÇU	520465	Academia da Saúde	11313891000111002	606	03/04/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
GO	GOIÂNIA	520870	Academia da Saúde	37623352000111044	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
GO	GOIÂNIA	520870	Academia da Saúde	37623352000111038	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
GO	GOIÂNIA	520870	Academia da Saúde	37623352000111042	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
GO	GOIÂNIA	520870	Academia da Saúde	37623352000111043	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MA	AMAPÁ DO MARANHÃO	210055	Academia da Saúde	01580959000311003	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
MA	IMPERATRIZ	210530	Academia da Saúde	06158455000112002	1732	15/08/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MA	SÍTIO NOVO	211180	Academia da Saúde	05631031000111001	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
MG	ALFENAS	310160	Academia da Saúde	18243220000111003	1457	06/07/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	ARAXÁ	310400	Academia da Saúde	12046773000113009	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	Academia da Saúde	11728239000113005	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	Academia da Saúde	11728239000113003	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	Academia da Saúde	11728239000113004	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	Academia da Saúde	11728239000113006	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	CABECEIRA GRANDE	310945	Academia da Saúde	11969673000111001	3164	27/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	CARANAÍBA	311310	Academia da Saúde	13500458000111001	1457	06/07/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MG	CARLOS CHAGAS	311370	Academia da Saúde	03023174000111004	3182	28/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
MG	CIPOTÂNEA	311630	Academia da Saúde	18094805000111001	3164	27/12/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
MG	CONCEIÇÃO DA APARECIDA	311710	Academia da Saúde	14237444000113002	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
MG	CONCEIÇÃO DA APARECIDA	311710	Academia da Saúde	18243295000211004	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
MG	DIAMANTINA	312160	Academia da Saúde	17754136000111002	3071	21/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	GUANHÃES	312800	Academia da Saúde	18307439000211001	1203	11/06/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	ITACARAMBI	313210	Academia da Saúde	11456098000111002	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MG	ITAÚNA	313380	Academia da Saúde	18309724000313004	2924	28/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MG	MUZAMBINHO	314410	Academia da Saúde	11997245000113004	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
MG	MUZAMBINHO	314410	Academia da Saúde	11997245000113010	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
MG	PARACATU	314700	Academia da Saúde	20583431000113012	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
MG	PASSOS	314790	Academia da Saúde	18241745000111002	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MG	PEDRALVA	314910	Academia da Saúde	11300293000113004	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MG	PIRANGA	315080	Academia da Saúde	23515687000111002	389	07/03/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MG	POÇOS DE CALDAS	315180	Academia da Saúde	18629840000111001	1457	06/07/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	POÇOS DE CALDAS	315180	Academia da Saúde	18629840000111002	1457	06/07/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	SANTA LUZIA	315780	Academia da Saúde	11285036000111002	3183	28/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	SANTA LUZIA	315780	Academia da Saúde	11285036000113003	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MG	SANTA LUZIA	315780	Academia da Saúde	11285036000111022	3183	28/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
MG	SANTA LUZIA	315780	Academia da Saúde	11285036000113002	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MG	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO	316190	Academia da Saúde	24380651000112001	1299	26/06/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MG	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	316200	Academia da Saúde	11274174000114002	1161	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MG	UBERABA	317010	Academia da Saúde	18428839000111008	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	144.000,00
MG	UBERLÂNDIA	317020	Academia da Saúde	13996274000113026	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MG	UBERLÂNDIA	317020	Academia da Saúde	13996274000113025	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MG	UBERLÂNDIA	317020	Academia da Saúde	13996274000113023	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MS	APARECIDA DO TABOADO	500100	Academia da Saúde	03563335000112002	1634	26/07/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
MS	CASSILÂNDIA	500290	Academia da Saúde	14540893000113007	3150	18/12/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MS	CASSILÂNDIA	500290	Academia da Saúde	03342920000112001	1299	26/06/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	500410	Academia da Saúde	11417787000113002	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MT	ALTO GARÇAS	510040	Academia da Saúde	15196951000113010	3391	30/12/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
MT	INDIAVAÍ	510450	Academia da Saúde	03239027000213011	3391	30/12/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
MT	TANGARÁ DA SERRA	510795	Academia da Saúde	03788239000111028	3183	28/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
PB	ALAGOA GRANDE	250030	Academia da Saúde	08753204000112003	1403	05/07/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
PB	ALHANDRA	250060	Academia da Saúde	08778318000111003	3164	27/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
PB	CAMPINA GRANDE	250400	Academia da Saúde	24513574000114003	1161	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
PB	ITABAIANA	250690	Academia da Saúde	07615929000113004	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
PB	NATUBA	250990	Academia da Saúde	09072448000111004	1457	06/07/2012	Programa	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
PB	NOVA FLORESTA	251010	Academia da Saúde	18517489000114002	1161	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
PB	PILÕEZINHOS	251170	Academia da Saúde	12002118000113002	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
PB	QUEIMADAS	251250	Academia da Saúde	11162629000114001	1161	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
PB	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	251420	Academia da Saúde	08999682000111001	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
PE	CAMARAGIBE	260345	Academia da Saúde	41230038000113021	2924	28/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	Academia da Saúde	10377679000111002	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
PI	CRISTINO CASTRO	220310	Academia da Saúde	06554364000112001	1732	15/08/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
PI	DOMINGOS MOURÃO	220342	Academia da Saúde	06553911000112002	1732	15/08/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
PR	ABATIÁ	410010	Academia da Saúde	10881848000114001	1161	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
PR	ARAUCÁRIA	410180	Academia da Saúde	10373665000113001	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
PR	ARAUCÁRIA	410180	Academia da Saúde	10373665000113002	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	CURIÚVA	410700	Academia da Saúde	11821646000114004	1161	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
PR	JAPIRA	411230	Academia da Saúde	09342537000114005	1161	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
PR	LONDRINA	411370	Academia da Saúde	11323261000113018	2665	06/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	180.000,00	36.000,00
PR	LONDRINA	411370	Academia da Saúde	11323261000113021	2665	06/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	180.000,00	36.000,00
PR	RANCHO ALEGRE	412130	Academia da Saúde	11650773000114005	1161	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
PR	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	412510	Academia da Saúde	09285785000113006	2924	28/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
RJ	ANGRA DOS REIS	330010	Academia da Saúde	39157029000111006	2911	08/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
RJ	BARRA MANSA	330040	Academia da Saúde	36507127000114005	2771	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
RJ	BARRA MANSA	330040	Academia da Saúde	36507127000114014	2771	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000112003	1213	13/06/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000111010	3183	28/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	11128809000112005	1816	23/08/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000112012	1166	05/06/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000112009	1213	13/06/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000112005	1213	13/06/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000112011	1166	05/06/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000112004	1213	13/06/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000112008	1081	28/05/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000111011	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	11128809000112003	1299	26/06/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000111009	3182	28/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000111007	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000112010	1081	28/05/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	Academia da Saúde	29138328000112013	1081	28/05/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RJ	ITABORAÍ	330190	Academia da Saúde	11865033000111006	2912	12/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RJ	ITATIAIA	330225	Academia da Saúde	31846892000112003	1300	27/06/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
RJ	ITATIAIA	330225	Academia da Saúde	31846892000112001	1300	27/06/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
RJ	MAGÉ	330250	Academia da Saúde	12133004000113019	2665	06/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
RJ	MAGÉ	330250	Academia da Saúde	12133004000113011	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
RJ	MAGÉ	330250	Academia da Saúde	12133004000113020	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.000,00	20.000,00
RJ	MAGÉ	330250	Academia da Saúde	12133004000112003	1299	26/06/2012	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
RJ	MAGÉ	330250	Academia da Saúde	12133004000113013	2665	06/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.000,00	20.000,00
RJ	MAGÉ	330250	Academia da Saúde	12133004000113014	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
RJ	MAGÉ	330250	Academia da Saúde	12133004000113012	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
RJ	MAGÉ	330250	Academia da Saúde	12133004000112002	1345	29/06/2012	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
RJ	MAGÉ	330250	Academia da Saúde	12133004000113015	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
RJ	MENDES	330280	Academia da Saúde	28580694000111003	1203	11/06/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
RJ	QUISSAMÃ	330415	Academia da Saúde	31505027000111005	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RJ	QUISSAMÃ	330415	Academia da Saúde	11892333000112003	1299	26/06/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RJ	SEROPÉDICA	330555	Academia da Saúde	13813107000113014	2924	28/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RJ	VALENÇA	330610	Academia da Saúde	29076130000112004	1299	26/06/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RN	MOSSORÓ	240800	Academia da Saúde	08348971000112003	1634	26/07/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
RN	MOSSORÓ	240800	Academia da Saúde	08348971000112006	1634	26/07/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
RN	TIBAU DO SUL	241420	Academia da Saúde	11863962000112001	1634	26/07/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
RO	COSTA MARQUES	110008	Academia da Saúde	04100020000111001	3164	27/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
RS	ALVORADA	430060	Academia da Saúde	88000906000112006	2799	06/12/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RS	ALVORADA	430060	Academia da Saúde	88000906000112001	1732	15/08/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RS	BENTO GONÇALVES	430210	Academia da Saúde	11436612000114004	1161	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
RS	BENTO GONÇALVES	430210	Academia da Saúde	11436612000114001	1161	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
RS	CACHOEIRINHA	430310	Academia da Saúde	11686923000113012	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
RS	FELIZ	430810	Academia da Saúde	87838330000111002	3103	26/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
RS	IJUÍ	431020	Academia da Saúde	12450156000113007	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RS	IPÊ	431043	Academia da Saúde	90544511000111001	3103	26/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
RS	JÚLIO DE CASTILHOS	431120	Academia da Saúde	12684295000114002	1161	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RS	MONTENEGRO	431240	Academia da Saúde	12035129000113004	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RS	MUÇUM	431260	Academia da Saúde	12440909000112001	1634	26/07/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
RS	NOVA HARTZ	431306	Academia da Saúde	91995365000112002	1300	27/06/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
RS	NOVA HARTZ	431306	Academia da Saúde	12094862000112001	1166	05/06/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
RS	NOVO HAMBURGO	431340	Academia da Saúde	11416036000113007	2924	28/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RS	NOVO HAMBURGO	431340	Academia da Saúde	11416036000113010	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RS	NOVO HAMBURGO	431340	Academia da Saúde	11416036000113009	3088	12/12/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
RS	NOVO HAMBURGO	431340	Academia da Saúde	11416036000113007	2924	28/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.000,00	20.000,00
RS	NOVO HAMBURGO	431340	Academia da Saúde	11416036000113010	2665	06/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	180.000,00	36.000,00
RS	NOVO HAMBURGO	431340	Academia da Saúde	11416036000113009	3088	12/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	180.000,00	36.000,00
RS	PARAÍSO DO SUL	431402	Academia da Saúde	12991728000114003	1161	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
RS	PIRATINI	431460	Academia da Saúde	12218420000114001	1161	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
RS	PIRATINI	431460	Academia da Saúde	12218420000114002	1161	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
RS	SÃO JOSÉ DO NORTE	431850	Academia da Saúde	12071532000113008	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	SAPUCAIA DO SUL	432000	Academia da Saúde	11413810000111001	3103	26/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
RS	SEDE NOVA	432023	Academia da Saúde	13044399000114002	1161	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
RS	VENÂNCIO AIRES	432260	Academia da Saúde	11094183000113014	2924	28/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
RS	VESPASIANO CORREA	432285	Academia da Saúde	12819755000112001	1299	26/06/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	Academia da Saúde	08935681000111002	3183	28/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
SC	GUARAMIRIM	420650	Academia da Saúde	11293409000113005	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
SC	GUARAMIRIM	420650	Academia da Saúde	11293409000112001	1299	26/06/2012	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
SC	PALHOÇA	421190	Academia da Saúde	82892316000111005	1457	06/07/2012	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
SC	PALHOÇA	421190	Academia da Saúde	82892316000111004	1457	06/07/2012	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
SE	ARACAJU	280030	Academia da Saúde	11718406000111024	3183	28/11/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
SE	ARACAJU	280030	Academia da Saúde	11718406000111018	3183	28/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
SE	ARACAJU	280030	Academia da Saúde	11718406000111021	3183	28/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
SE	PORTO DA FOLHA	280560	Academia da Saúde	10319517000111004	3183	28/12/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.000,00	20.000,00
SP	APARECIDA	350250	Academia da Saúde	13604785000113003	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
SP	BERTIOGA	350635	Academia da Saúde	12444716000111003	2911	08/12/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.000,00	20.000,00
SP	BERTIOGA	350635	Academia da Saúde	12444716000111002	2911	08/12/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
SP	BERTIOGA	350635	Academia da Saúde	12444716000111001	2911	08/12/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	80.000,00	16.000,00
SP	BIRIGUI	350650	Academia da Saúde	46151718000111004	1203	11/06/2012	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
SP	BIRIGUI	350650	Academia da Saúde	46151718000111002	1203	11/06/2012	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
SP	BOREBI	350745	Academia da Saúde	11293020000111003	606	03/04/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
SP	CRUZEIRO	351340	Academia da Saúde	10394007000113006	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	80.000,00	16.000,00
SP	CRUZEIRO	351340	Academia da Saúde	10394007000113010	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
SP	CRUZEIRO	351340	Academia da Saúde	10394007000113009	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	100.000,00	20.000,00
SP	GUARULHOS	351880	Academia da Saúde	46319000000111006	2911	08/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
SP	GUARULHOS	351880	Academia da Saúde	46319000000111005	2911	08/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
SP	ITAQUAQUECETUBA	352310	Academia da Saúde	46316600000111003	2911	08/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
SP	LEME	352670	Academia da Saúde	12298037000113016	2924	28/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
SP	LEME	352670	Academia da Saúde	46362661000111002	3164	27/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
SP	MAIRIPORÃ	352850	Academia da Saúde	46523163000111002	389	07/03/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	180.000,00	36.000,00
SP	MIRASSOL	353030	Academia da Saúde	11215408000114002	2771	17/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
SP	NOVA EUROPA	353290	Academia da Saúde	12033258000113006	2665	06/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.000,00	20.000,00
SP	PARANAPANEMA	353580	Academia da Saúde	46634309000111004	1203	11/06/2012	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
SP	RIBEIRÃO PRETO	354340	Academia da Saúde	56024581000111001	1457	06/07/2012	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	180.000,00	144.000,00
SP	SANTA BÁRBARA D'OESTE	354580	Academia da Saúde	46422408000111004	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
SP	SANTOS	354850	Academia da Saúde	11939723000111003	3164	27/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
SP	SANTOS	354850	Academia da Saúde	11939723000111002	3164	27/12/2011	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	80.000,00	16.000,00
SP	SÃO CARLOS	354890	Academia da Saúde	64924665000111002	3164	27/12/2011	Programa	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00

PORTARIA Nº 2.132, DE 12 DE JULHO DE 2018

Publica lista de propostas do componente Reforma de Unidades Básicas de Saúde desabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Seção I - Do Componente Reforma do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) - do Capítulo II do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Título IX do financiamento fundo a fundo para execução de obras - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica publicada, na forma do anexo a esta Portaria, a lista das propostas do componente Reforma desabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, em função dos seguintes motivos:

I - Não cumprimento de prazo para superação da etapa de ação preparatória;

II - Parecer não favorável relativo à prorrogação de prazo de execução; e

III - Manifestação formal dos entes beneficiados quanto à desistência de execução do objeto habilitado.

Art. 2º Nos termos do art. 1.117 da Portaria de Consolidação nº 6/2017 e conforme preconizado nas portarias de habilitação, os entes federativos que tiveram suas propostas de reforma desabilitadas estarão sujeitos à devolução dos recursos financeiros ao Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Parágrafo único. Os procedimentos administrativos para devolução dos recursos financeiros estão disponibilizados no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico http://portalfns.saude.gov.br/servicos/1257-emissao-de-gru, bem como por meio do material de orientações aos gestores disponível no endereço http://portalms.saude.gov.br/sismob/instrutivo-e-legislacao-dos-programas/atencao-basica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

(Anexo - Desabilita 169 propostas de Reforma de Unidades Básicas de Saúde)

UF	Município	IBGE	Tipo de Obra	Nº da Proposta	Nº Portaria de Habilitação	Data Portaria de Habilitação	Tipo de Recurso	Motivo da Desabilitação	Valor da Proposta (R$)	Valor Pago (R$)
AL	ANADIA	270020	UBS - Reforma	12306877000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	102.225,20	20.445,04
AL	ANADIA	270020	UBS - Reforma	12306877000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	93.909,20	18.781,84
AL	ANADIA	270020	UBS - Reforma	12306877000114006	2269	16/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	33.187,00	6.637,40
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	UBS - Reforma	11277599000113017	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	349.936,36	69.987,27
AL	LAGOA DA CANOA	270410	UBS - Reforma	09056075000113004	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	349.132,92	69.826,58
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	UBS - Reforma	11185701000169201102	2814	29/11/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	60.033,51	12.006,70
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	UBS - Reforma	11185701000114005	2269	16/10/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.260,00	20.052,00
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	UBS - Reforma	11185701000114006	2269	16/10/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.260,00	20.052,00
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	UBS - Reforma	11185701000114007	2269	16/10/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	99.480,00	19.896,00
AL	PARIPUEIRA	270644	UBS - Reforma	11432702000114003	2269	16/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	149.960,82	29.992,16
AL	PORTO REAL DO COLÉGIO	270750	UBS - Reforma	11698613000160201103	2814	29/11/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	55.230,42	55.230,41
AL	PORTO REAL DO COLÉGIO	270750	UBS - Reforma	11698613000160201101	2814	29/11/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	54.358,80	54.358,80
AL	PORTO REAL DO COLÉGIO	270750	UBS - Reforma	11698613000160201102	2814	29/11/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	135.630,48	135.630,48
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Reforma	18604334000114033	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	125.512,00	25.102,40
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Reforma	18604334000114039	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	89.842,90	17.968,58
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Reforma	18604334000114025	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	129.600,00	25.920,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Reforma	18604334000114036	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	144.000,00	28.800,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Reforma	18604334000114026	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	124.800,00	24.960,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Reforma	18604334000114034	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	148.807,57	29.761,51
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Reforma	18604334000114028	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	144.000,00	28.800,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Reforma	18604334000114030	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	125.872,00	25.174,40
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Reforma	18604334000114029	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	227.756,70	45.551,34
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	160015	UBS - Reforma	11831471000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	123.200,00	-
BA	SALVADOR	292740	UBS - Reforma	08086458000114014	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.998,03	19.999,61
CE	CEDRO	230380	UBS - Reforma	11432076000113004	1382	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	246.385,28	49.277,06
ES	CONCEIÇÃO DO CASTELO	320170	UBS - Reforma	14733777000113008	1382	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	31.137,50	6.227,50
ES	SÃO MATEUS	320490	UBS - Reforma	11356696000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	88.725,10	17.745,02
GO	AMERICANO DO BRASIL	520085	UBS - Reforma	08624711000116005	1061	24/05/2016	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	123.031,00	24.606,20
GO	CIDADE OCIDENTAL	520549	UBS - Reforma	11332874000114012	2832	23/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	149.903,47	29.980,69
GO	CIDADE OCIDENTAL	520549	UBS - Reforma	11332874000114011	2832	23/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	128.000,00	25.600,00
GO	NIQUELÂNDIA	521460	UBS - Reforma	10480867000113010	2093	24/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	113.391,04	22.678,21
GO	NIQUELÂNDIA	521460	UBS - Reforma	10480867000113008	2093	24/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	261.282,08	52.256,42
GO	RIALMA	521860	UBS - Reforma	10459591000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	131.637,02	26.327,40
MA	BACURI	210130	UBS - Reforma	97546561000114011	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	61.236,42	12.247,28
MA	BACURI	210130	UBS - Reforma	97546561000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	78.712,39	15.742,48
MA	BACURI	210130	UBS - Reforma	97546561000114010	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	76.408,17	15.281,63
MA	BACURI	210130	UBS - Reforma	97546561000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	108.248,12	21.649,62
MA	BACURI	210130	UBS - Reforma	97546561000114012	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	60.239,60	12.047,92
MG	BERTÓPOLIS	310660	UBS - Reforma	13080578000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	194.295,20	38.859,04
MG	BRASÍLIA DE MINAS	310860	UBS - Reforma	11385910000156201102	2814	29/11/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	55.427,64	55.427,64
MG	BRASÍLIA DE MINAS	310860	UBS - Reforma	11385910000156201101	2814	29/11/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	48.382,10	7.176,46
MG	CANTAGALO	311205	UBS - Reforma	13164548000113001	1382	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	35.712,00	7.142,40
MG	DIVINÓPOLIS	312230	UBS - Reforma	19166979000114005	2216	07/10/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	101.104,73	20.220,95
MG	DIVINÓPOLIS	312230	UBS - Reforma	19166979000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	298.621,80	59.724,36
MG	GLAUCILÂNDIA	312735	UBS - Reforma	12367731000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	91.828,86	18.365,77
MG	GLAUCILÂNDIA	312735	UBS - Reforma	12367731000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	91.921,00	18.384,20
MG	GLAUCILÂNDIA	312735	UBS - Reforma	12367731000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	93.825,77	18.765,15
MG	ITABIRA	313170	UBS - Reforma	11672050000113015	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	99.183,38	19.836,68
MG	ITAMBACURI	313270	UBS - Reforma	11190703000114004	2619	26/11/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	150.523,20	30.104,64
MG	JANUÁRIA	313520	UBS - Reforma	13374367000113013	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	123.960,00	24.792,00
MG	JANUÁRIA	313520	UBS - Reforma	13374367000113004	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	121.496,11	24.299,22
MG	LADAINHA	313700	UBS - Reforma	13064633000114002	2619	26/11/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	161.708,40	32.341,68
MG	MATIAS BARBOSA	314080	UBS - Reforma	18338194000314001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	149.990,40	29.998,08
MG	MATIAS BARBOSA	314080	UBS - Reforma	18338194000314003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	208.282,15	41.656,43
MG	MATOZINHOS	314110	UBS - Reforma	14018529000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	99.996,70	19.999,34
MG	NOVO CRUZEIRO	314530	UBS - Reforma	11628794000114007	1921	11/09/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	149.713,02	29.942,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	314535	UBS - Reforma	12365004000114004	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	80.006,83	16.001,37
MG	PASSOS	314790	UBS - Reforma	12163368000113007	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	67.865,60	13.573,12
MG	PASSOS	314790	UBS - Reforma	12163368000113006	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	93.315,20	18.663,04
MG	POUSO ALEGRE	315250	UBS - Reforma	11290305000114001	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.999,98	20.000,00
MG	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	315960	UBS - Reforma	11402231000113004	2093	24/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	99.960,00	19.992,00
MG	SÃO JOÃO NEPOMUCENO	316290	UBS - Reforma	13593898000114006	2109	24/09/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	73.868,00	14.773,60
MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	316292	UBS - Reforma	11146771000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	235.200,00	47.040,00
MT	CUIABÁ	510340	UBS - Reforma	12063872000113020	2093	24/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	69.366,83	13.873,37
MT	PRIMAVERA DO LESTE	510704	UBS - Reforma	14140751000113013	1382	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	94.536,60	18.907,32
MT	PRIMAVERA DO LESTE	510704	UBS - Reforma	14140751000113012	1382	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	93.563,28	18.712,66
PE	PAULISTA	261070	UBS - Reforma	09251115000114020	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	130.006,16	-
PE	PAULISTA	261070	UBS - Reforma	09251115000114018	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	349.999,74	69.999,95
PE	PAULISTA	261070	UBS - Reforma	09251115000114019	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	349.999,74	69.999,95
PE	TIMBAÚBA	261530	UBS - Reforma	11360884000114003	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	94.881,45	18.976,29
PI	BARREIRAS DO PIAUÍ	220130	UBS - Reforma	07806207000113002	1382	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	219.260,00	43.852,00
PR	ARAPONGAS	410150	UBS - Reforma	09267609000114004	2216	07/10/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	219.116,05	43.823,21
PR	ARAPONGAS	410150	UBS - Reforma	09267609000114006	2216	07/10/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	240.915,00	48.183,00
PR	ARAPOTI	410160	UBS - Reforma	09277712000114006	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	99.999,05	19.999,81
PR	ARAUCÁRIA	410180	UBS - Reforma	10373665000114011	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	279.195,67	55.839,13
PR	CRUZEIRO DO SUL	410670	UBS - Reforma	09174628000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	149.999,72	29.999,94
PR	FLORAÍ	410780	UBS - Reforma	08546488000114002	2832	23/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	99.998,78	19.999,76
PR	FOZ DO IGUAÇU	410830	UBS - Reforma	10573693000165201106	2814	29/11/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	42.351,19	8.470,24
PR	LONDRINA	411370	UBS - Reforma	11323261000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.986,08	19.997,22
PR	REBOUÇAS	412150	UBS - Reforma	09620017000113001	1382	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	250.403,40	50.080,68
PR	SENGÉS	412630	UBS - Reforma	09271085000114002	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.999,96	19.999,99
PR	VENTANIA	412853	UBS - Reforma	09281376000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	149.999,97	29.999,99
RJ	BELFORD ROXO	330045	UBS - Reforma	11868019000113004	1382	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	118.214,58	23.642,92
RJ	MAGÉ	330250	UBS - Reforma	12133004000113004	1382	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	30.030,00	6.006,00
RJ	MAGÉ	330250	UBS - Reforma	12133004000113001	1382	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	35.603,88	7.120,78
RJ	MAGÉ	330250	UBS - Reforma	12133004000113002	1382	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	35.377,16	7.075,43
RJ	MAGÉ	330250	UBS - Reforma	12133004000113003	1382	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	90.868,60	18.173,72
RJ	NOVA FRIBURGO	330340	UBS - Reforma	11399442000114012	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	128.289,60	25.657,92
RJ	NOVA FRIBURGO	330340	UBS - Reforma	11399442000114026	2619	26/11/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	95.710,30	19.142,06
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Reforma	10497795000114013	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	49.998,60	9.999,72
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114027	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	64.639,50	12.927,90
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114022	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	193.617,00	38.723,40
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114011	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	212.340,00	42.468,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114013	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	123.120,00	24.624,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114025	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	107.980,20	21.596,04
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114021	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	349.723,00	69.944,60
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114026	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	347.805,00	69.561,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114023	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	278.860,50	55.772,10
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114024	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	119.738,00	23.947,60
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114016	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	340.050,80	68.010,16
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	UBS - Reforma	11715094000114015	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	105.120,00	21.024,00
RJ	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	330515	UBS - Reforma	12440744000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	112.208,68	22.441,74
RJ	VOLTA REDONDA	330630	UBS - Reforma	39563911000113008	1382	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	94.017,89	18.803,58
RN	GALINHOS	240410	UBS - Reforma	97521878000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	249.997,47	49.999,49
RN	NATAL	240810	UBS - Reforma	24518573000713003	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	49.266,09	9.853,22
RN	NATAL	240810	UBS - Reforma	24518573000713008	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	149.655,60	29.931,12
RN	NATAL	240810	UBS - Reforma	24518573000713022	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	149.723,59	29.944,72
RN	NATAL	240810	UBS - Reforma	24518573000713042	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	149.698,00	29.939,60
RN	NATAL	240810	UBS - Reforma	24518573000713010	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	133.149,29	26.629,86
RN	NATAL	240810	UBS - Reforma	24518573000713021	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	149.709,49	29.941,90
RN	NATAL	240810	UBS - Reforma	24518573000713036	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	149.334,07	29.866,81
RN	SENADOR GEORGINO AVELINO	241320	UBS - Reforma	12268522000158201101	2814	29/11/2011	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	117.575,51	23.515,10
RO	CANDEIAS DO JAMARI	110080	UBS - Reforma	84744853000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	142.550,00	28.510,00
RO	GUAJARÁ-MIRIM	110010	UBS - Reforma	05893631000214007	2109	24/09/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	121.609,40	24.321,88
RO	GUAJARÁ-MIRIM	110010	UBS - Reforma	05893631000214009	2269	16/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.936,98	19.987,40
RR	AMAJARI	140002	UBS - Reforma	12322548000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	126.400,00	25.280,00
RR	AMAJARI	140002	UBS - Reforma	12322548000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	136.000,00	27.200,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RR	AMAJARI	140002	UBS - Reforma	12322548000114019	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	30.417,20	6.083,44
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113005	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	139.794,00	27.958,80
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113001	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	195.726,59	39.145,32
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113003	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	30.270,24	6.054,05
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113009	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	126.184,68	25.236,94
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113010	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	121.454,04	24.290,81
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113008	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	71.422,38	14.284,48
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113002	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	167.617,10	33.523,42
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113007	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	75.231,94	15.046,39
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113006	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	97.800,84	19.560,17
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000113004	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	77.675,60	15.535,12
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Reforma	13464636000114030	2933	31/12/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	349.596,96	69.919,39
RR	CARACARAÍ	140020	UBS - Reforma	13939816000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	57.804,19	11.560,84
RR	PACARAIMA	140045	UBS - Reforma	11513131000114005	2918	30/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	149.948,00	29.989,60
RR	RORAINÓPOLIS	140047	UBS - Reforma	12236981000114010	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	212.113,78	-
RS	ALVORADA	430060	UBS - Reforma	14069503000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	61.674,57	12.334,91
RS	BAGÉ	430160	UBS - Reforma	11821226000113010	2093	24/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	85.825,00	17.165,00
RS	BENTO GONÇALVES	430210	UBS - Reforma	11436612000113001	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	43.498,10	8.699,62
RS	BENTO GONÇALVES	430210	UBS - Reforma	11436612000113006	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	175.768,51	35.153,70
RS	DOIS IRMÃOS	430640	UBS - Reforma	11437296000114014	2619	26/11/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	149.991,02	29.998,20
RS	GRAVATAÍ	430920	UBS - Reforma	12195662000113012	2093	24/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	124.238,79	24.847,76
RS	SANTO ÂNGELO	431750	UBS - Reforma	10836490000113010	2093	24/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	53.414,40	10.682,88
RS	SANTO ÂNGELO	431750	UBS - Reforma	10836490000113009	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	147.860,00	29.572,00
RS	SANTO ÂNGELO	431750	UBS - Reforma	10836490000113008	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	84.178,60	16.835,72
RS	SANTO ÂNGELO	431750	UBS - Reforma	10836490000113007	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	53.971,50	10.794,30
RS	SÃO BORJA	431800	UBS - Reforma	10610784000113005	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	30.786,00	6.157,20
RS	SÃO BORJA	431800	UBS - Reforma	10610784000113002	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	58.055,02	11.611,00
RS	SÃO BORJA	431800	UBS - Reforma	10610784000113004	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	92.803,16	18.560,63
RS	SÃO BORJA	431800	UBS - Reforma	10610784000113003	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	63.764,05	12.752,81
RS	SÃO BORJA	431800	UBS - Reforma	10610784000113001	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	47.397,41	9.479,48
RS	SÃO BORJA	431800	UBS - Reforma	10610784000114013	2619	26/11/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	82.302,80	16.460,56
SC	ANITÁPOLIS	420110	UBS - Reforma	08438054000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	249.998,40	49.999,68
SC	PALHOÇA	421190	UBS - Reforma	12092636000113002	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	31.634,64	6.326,93
SC	SANGÃO	421545	UBS - Reforma	11732185000116005	1061	24/05/2016	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	150.000,00	30.000,00
SC	TUBARÃO	421870	UBS - Reforma	09240588000113010	2093	24/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	119.637,30	23.927,46
SE	SÃO FRANCISCO	280690	UBS - Reforma	11446327000113004	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	67.860,00	13.572,00
SP	ARAÇATUBA	350280	UBS - Reforma	11834275000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	249.999,89	49.999,98
SP	ASSIS	350400	UBS - Reforma	11516639000113002	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	250.717,02	50.143,40
SP	ASSIS	350400	UBS - Reforma	11516639000113004	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	349.908,74	69.981,75
SP	BIRIGUI	350650	UBS - Reforma	12623139000114010	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	249.941,07	49.988,21
SP	CERQUEIRA CÉSAR	351140	UBS - Reforma	11991253000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.999,06	19.999,81
SP	CRUZEIRO	351340	UBS - Reforma	10394007000113005	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	115.201,60	23.040,32
SP	ENGENHEIRO COELHO	351515	UBS - Reforma	11258819000114010	2769	17/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	49.999,99	10.000,00
SP	ENGENHEIRO COELHO	351515	UBS - Reforma	11258819000114007	2769	17/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	150.000,00	30.000,00
SP	GARÇA	351670	UBS - Reforma	97519019000114002	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.998,86	19.999,77
SP	JUQUITIBA	352620	UBS - Reforma	11323994000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	100.000,00	20.000,00
SP	SANTA GERTRUDES	354670	UBS - Reforma	13879576000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	100.000,00	-
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	354980	UBS - Reforma	11965112000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	149.870,48	29.974,10
SP	SARUTAIÁ	355120	UBS - Reforma	12106517000113001	1382	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	171.835,91	34.367,18
SP	TUPÃ	355500	UBS - Reforma	11845813000113001	2093	24/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	349.999,87	69.999,97
SP	VALENTIM GENTIL	355610	UBS - Reforma	15716035000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	99.999,91	19.999,98
TO	PEQUIZEIRO	171665	UBS - Reforma	13173908000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	99.999,94	-

PORTARIA Nº 2.133, DE 12 DE JULHO DE 2018

Publica lista de propostas dos componentes Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde desabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Seção IV - Do Componente Ampliação do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) - do Capítulo II do Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 703 da Seção III - Do Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) - do Capítulo II do Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Título IX - do financiamento fundo a fundo para execução de obras - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica publicada, na forma do anexo a esta Portaria, a lista das propostas dos componentes Construção e Ampliação desabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, em função dos seguintes motivos:

I - Não cumprimento de prazo para superação da etapa de ação preparatória;

II - Parecer não favorável relativo à prorrogação de prazo de execução; e

III - Manifestação formal dos entes beneficiados quanto à desistência de execução do objeto habilitado.

Art. 2º Nos termos do art. 1.117 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e conforme preconizado nas Portarias de habilitação, os entes federativos que tiveram suas propostas de construção e ampliação da Saúde desabilitadas estarão sujeitos à devolução dos recursos financeiros ao Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Parágrafo único. Os procedimentos administrativos para devolução dos recursos financeiros estão disponibilizados no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico http://portalfns.saude.gov.br/servicos/1257-emissao-de-gru, bem como por meio do material de orientações aos gestores disponível no endereço http://portalms.saude.gov.br/sismob/instrutivo-e-legislacao-dos-programas/atencao-basica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

(Anexo - Desabilita 279 propostas de Construção e 215 propostas de Ampliação de Unidades Básicas de Saúde.)

UF	Município	IBGE	Tipo de Obra	Nº da Proposta	Nº Portaria de Habilitação	Data Portaria de Habilitação	Tipo de Recurso	Motivo da Desabilitação	Valor da Proposta (R$)	Valor Pago (R$)
AC	TARAUACÁ	120060	UBS - Construção	11507430000115005	1741	22/10/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
AC	TARAUACÁ	120060	UBS - Construção	11507430000115006	1741	22/10/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
AL	CAMPO GRANDE	270150	UBS - Construção	11169951000114010	2619	26/11/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
AL	CAMPO GRANDE	270150	UBS - Construção	11169951000114009	2619	26/11/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
AL	CAMPO GRANDE	270150	UBS - Construção	11169951000114008	2619	26/11/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
AL	COITÉ DO NÓIA	270200	UBS - Construção	11407477000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	270210	UBS - Ampliação	11475162000113003	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	93.000,00	18.600,00
AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	270210	UBS - Ampliação	11475162000113004	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	112.500,00	22.500,00
AL	IBATEGUARA	270300	UBS - Ampliação	11260658000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	199.995,00	39.999,00
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	UBS - Ampliação	13164739000114011	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
AL	MURICI	270550	UBS - Ampliação	11120699000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	103.800,00	20.760,00
AL	MURICI	270550	UBS - Ampliação	11120699000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	96.150,00	19.230,00
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	UBS - Construção	12356879000110002	3766	01/12/2010	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	200.000,00	150.000,00
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	UBS - Construção	12356879000110001	3766	01/12/2010	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	200.000,00	150.000,00
AL	PORTO CALVO	270730	UBS - Construção	11312579000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AL	RIO LARGO	270770	UBS - Construção	11615319000114003	2216	07/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AL	UNIÃO DOS PALMARES	270930	UBS - Construção	11120612000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AL	UNIÃO DOS PALMARES	270930	UBS - Construção	11120612000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
AM	ATALAIA DO NORTE	130020	UBS - Construção	97531081000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
AM	ATALAIA DO NORTE	130020	UBS - Construção	97531081000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113006	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113009	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113011	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113001	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113004	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113008	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113010	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113005	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113003	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113007	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	COARI	130120	UBS - Construção	11510924000113002	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	MANACAPURU	130250	UBS - Construção	12334812000110001	3766	26/11/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	20.000,00
AM	MANACAPURU	130250	UBS - Construção	12334812000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
AM	MAUÉS	130290	UBS - Construção	11793392000114028	2557	14/11/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
AM	NHAMUNDÁ	130300	UBS - Ampliação	11700992000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	150.000,00	30.000,00
AM	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	130380	UBS - Construção	12797479000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Ampliação	18604334000114045	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	169.800,00	33.960,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Ampliação	18604334000114042	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	89.550,00	17.910,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Ampliação	18604334000114044	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	137.100,00	27.420,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114020	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	05995766000313040	3391	30/12/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114021	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114019	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114018	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114048	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114013	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114015	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114022	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114023	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	659.000,00	131.800,00
AP	MACAPÁ	160030	UBS - Construção	18604334000114050	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	659.000,00	131.800,00
AP	SANTANA	160060	UBS - Ampliação	11193442000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	235.200,00	47.040,00
AP	SANTANA	160060	UBS - Ampliação	11193442000114010	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	164.700,00	32.940,00
AP	TARTARUGALZINHO	160070	UBS - Ampliação	13991993000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	152.550,00	30.510,00
AP	TARTARUGALZINHO	160070	UBS - Ampliação	13991993000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	136.800,00	27.360,00
BA	BIRITINGA	290360	UBS - Ampliação	11850491000113001	2154	26/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	168.900,00	33.780,00
BA	BIRITINGA	290360	UBS - Ampliação	11850491000113002	2154	26/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	147.450,00	29.490,00
BA	MURITIBA	292230	UBS - Ampliação	11453233000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	75.000,00	15.000,00
BA	MURITIBA	292230	UBS - Ampliação	11453233000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	75.000,00	15.000,00
BA	URUÇUCA	293270	UBS - Construção	10540361000113004	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
CE	PARACURU	231020	UBS - Construção	10248365000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	231240	UBS - Ampliação	12045640000114020	2269	16/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	85.695,00	17.139,00
DF	BRASÍLIA	530010	UBS - Construção	12116247000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
DF	BRASÍLIA	530010	UBS - Construção	12116247000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
DF	BRASÍLIA	530010	UBS - Construção	12116247000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
DF	BRASÍLIA	530010	UBS - Construção	12116247000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	320120	UBS - Construção	09288947000115001	1831	11/11/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
ES	CONCEIÇÃO DO CASTELO	320170	UBS - Ampliação	14733777000113005	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	133.650,00	26.730,00
ES	CONCEIÇÃO DO CASTELO	320170	UBS - Ampliação	14733777000113004	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	134.775,00	26.955,00
ES	CONCEIÇÃO DO CASTELO	320170	UBS - Ampliação	14733777000113001	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	82.950,00	16.590,00
ES	CONCEIÇÃO DO CASTELO	320170	UBS - Construção	14733777000113007	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
ES	ECOPORANGA	320210	UBS - Ampliação	14798479000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	150.000,00	30.000,00
ES	ITAGUAÇU	320270	UBS - Construção	14726175000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
ES	PEDRO CANÁRIO	320405	UBS - Construção	10554621000113005	3150	18/12/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
ES	PEDRO CANÁRIO	320405	UBS - Construção	10554621000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
ES	PONTO BELO	320425	UBS - Ampliação	14721287000114010	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	249.750,00	49.950,00
ES	PONTO BELO	320425	UBS - Ampliação	14721287000114009	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	164.250,00	32.850,00
ES	RIO BANANAL	320435	UBS - Ampliação	11429173000115002	1831	11/11/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	208.290,00	41.658,00
ES	SERRA	320500	UBS - Construção	14814026000114004	2832	23/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
GO	CALDAS NOVAS	520450	UBS - Construção	05593119000114013	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
GO	CERES	520540	UBS - Ampliação	11111771000113009	2154	26/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	181.050,00	36.210,00
GO	ITAUÇU	521140	UBS - Ampliação	07804588000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	98.250,00	19.650,00
GO	RIO QUENTE	521878	UBS - Ampliação	08278113000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	92.250,00	18.450,00
GO	SANTA FÉ DE GOIÁS	521925	UBS - Ampliação	05322181000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	140.550,00	-
MA	BACURI	210130	UBS - Construção	97546561000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
MA	BURITI	210220	UBS - Ampliação	11463289000113002	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	123.300,00	24.660,00
MA	BURITI	210220	UBS - Ampliação	11463289000113003	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	131.550,00	26.310,00
MA	BURITI	210220	UBS - Ampliação	11463289000113001	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	121.050,00	24.210,00
MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	211120	UBS - Construção	12281734000113010	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MG	ÁGUAS FORMOSAS	310090	UBS - Construção	11481957000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
MG	ARAXÁ	310400	UBS - Ampliação	12046773000114014	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	132.525,00	26.505,00
MG	ARAXÁ	310400	UBS - Ampliação	12046773000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	187.215,00	37.443,00
MG	ARAXÁ	310400	UBS - Construção	12046773000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	UBS - Construção	03133408000114041	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	-
MG	BELO HORIZONTE	310620	UBS - Construção	11728239000113068	3150	18/12/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	UBS - Construção	11728239000113039	3150	18/12/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
MG	BOM DESPACHO	310740	UBS - Construção	03133408000114079	2216	07/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
MG	CAETÉ	311000	UBS - Construção	11348416000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MG	CONCEIÇÃO DO PARÁ	311760	UBS - Ampliação	64479876000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	119.415,00	23.883,00
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	311830	UBS - Construção	10720208000113004	2665	06/11/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
MG	CONTAGEM	311860	UBS - Construção	14237130000113006	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
MG	CONTAGEM	311860	UBS - Construção	14237130000113012	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
MG	CRISTAIS	312020	UBS - Construção	11898637000113001	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MG	CURVELO	312090	UBS - Construção	11346878000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MG	DIAMANTINA	312160	UBS - Ampliação	11291295000113003	2154	26/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	54.870,00	10.974,00
MG	DIAMANTINA	312160	UBS - Ampliação	11291295000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	223.650,00	44.730,00
MG	DIAMANTINA	312160	UBS - Ampliação	11291295000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	184.350,00	36.870,00
MG	DIAMANTINA	312160	UBS - Construção	11291295000113007	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	ELÓI MENDES	312360	UBS - Ampliação	18286057000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	249.300,00	49.860,00
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	312380	UBS - Ampliação	11401575000114004	2649	04/12/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	68.250,00	13.650,00
MG	EUGENÓPOLIS	312490	UBS - Ampliação	312490219526710723	1170	05/06/2012	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	59.500,00	11.900,00
MG	FLORESTAL	312600	UBS - Construção	13689284000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
MG	IBIÁ	312950	UBS - Ampliação	11409503000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	99.900,00	19.980,00
MG	IJACI	313040	UBS - Construção	12275241000113001	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MG	JAÍBA	313505	UBS - Ampliação	97552158000114009	2861	29/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	85.005,00	17.001,00
MG	JAÍBA	313505	UBS - Ampliação	97552158000114008	2861	29/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	55.500,00	11.100,00
MG	JAÍBA	313505	UBS - Ampliação	97552158000114007	2861	29/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	52.500,00	10.500,00
MG	JAÍBA	313505	UBS - Ampliação	97552158000114005	2861	29/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	66.000,00	13.200,00
MG	LAVRAS	313820	UBS - Construção	01417029000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
MG	MATERLÂNDIA	314060	UBS - Construção	13553792000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
MG	MATIAS BARBOSA	314080	UBS - Construção	18338194000314002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
MG	NOVA MÓDICA	314490	UBS - Ampliação	11345575000113004	2154	26/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	109.200,00	21.840,00
MG	PERDIZES	314980	UBS - Ampliação	12426141000114001	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	249.285,00	49.857,00
MG	POUSO ALEGRE	315250	UBS - Construção	11290305000113004	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MG	POUSO ALEGRE	315250	UBS - Construção	11290305000113006	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MG	POUSO ALEGRE	315250	UBS - Construção	11290305000113005	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
MG	POUSO ALEGRE	315250	UBS - Construção	11290305000113007	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
MG	RESPLENDOR	315430	UBS - Ampliação	14025844000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	149.850,00	29.970,00
MG	RIO ACIMA	315480	UBS - Construção	11348417000113002	1380	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	326.400,00
MG	RIO CASCA	315490	UBS - Construção	12856524000113002	1380	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
MG	RIO PIRACICABA	315570	UBS - Ampliação	14706282000113001	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	132.300,00	26.460,00
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	315850	UBS - Ampliação	13338604000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	242.850,00	48.570,00
MG	SANTANA DO JACARÉ	315880	UBS - Ampliação	17888116001014003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	90.000,00	18.000,00
MG	SANTANA DO RIACHO	315900	UBS - Ampliação	13669880000114009	2619	26/11/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	165.780,00	33.156,00
MG	SANTANA DOS MONTES	315910	UBS - Construção	13534371000113001	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ	316020	UBS - Ampliação	12057077000114002	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	199.980,00	39.996,00
MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	316292	UBS - Construção	11146771000114005	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO	316480	UBS - Ampliação	13530644000113001	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	57.900,00	11.580,00
MG	UBERABA	317010	UBS - Construção	13809927000113006	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
MG	UBERABA	317010	UBS - Construção	13809927000113001	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MG	UBERABA	317010	UBS - Construção	13809927000113007	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
MG	UBERABA	317010	UBS - Construção	13809927000113005	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
MG	UBERABA	317010	UBS - Construção	13809927000113015	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
MG	VARGEM BONITA	317060	UBS - Ampliação	13609666000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	180.000,00	36.000,00
MS	ÁGUA CLARA	500020	UBS - Construção	11443806000114004	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
MS	APARECIDA DO TABOADO	500100	UBS - Ampliação	11291694000114009	2269	16/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	150.000,00	30.000,00
MS	BATAGUASSU	500190	UBS - Ampliação	10836939000114001	2769	17/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	150.000,00	30.000,00
MS	BELA VISTA	500210	UBS - Ampliação	12457020000114004	2269	16/10/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	99.990,00	19.998,00
MS	CASSILÂNDIA	500290	UBS - Construção	14540893000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MT	ACORIZAL	510010	UBS - Ampliação	14553312000113004	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	67.200,00	13.440,00
MT	ARAPUTANGA	510125	UBS - Construção	14272559000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
MT	CÁCERES	510250	UBS - Ampliação	11394626000114009	2619	26/11/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	227.400,00	45.480,00
MT	CONQUISTA D'OESTE	510336	UBS - Ampliação	13891305000115002	1741	22/10/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	144.000,00	28.800,00
MT	CONQUISTA D'OESTE	510336	UBS - Construção	13891305000116005	2353	11/11/2016	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
MT	CUIABÁ	510340	UBS - Ampliação	12063872000113012	2154	26/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	191.055,00	38.211,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	CUIABÁ	510340	UBS - Ampliação	12063872000113016	2154	26/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	78.135,00	15.627,00
MT	FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	510380	UBS - Construção	11413204000115005	2259	29/12/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
MT	INDIAVAÍ	510450	UBS - Ampliação	03239027000213007	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	75.000,00	15.000,00
MT	NOVA BRASILÂNDIA	510620	UBS - Ampliação	11940918000113003	2154	26/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	188.250,00	37.650,00
MT	NOVA BRASILÂNDIA	510620	UBS - Ampliação	11940918000113002	2154	26/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	169.950,00	33.990,00
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	510642	UBS - Ampliação	11279048000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.990,00	19.998,00
MT	PRIMAVERA DO LESTE	510704	UBS - Ampliação	14140751000113002	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	140.700,00	28.140,00
MT	PRIMAVERA DO LESTE	510704	UBS - Ampliação	14140751000113016	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	126.150,00	25.230,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	UBS - Construção	11364895000113024	1380	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	512.000,00	409.600,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	UBS - Construção	11364895000112014	1300	27/06/2012	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	266.666,66	200.000,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	UBS - Construção	11364895000113013	1380	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	659.000,00	527.200,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	UBS - Construção	11364895000112013	2325	10/10/2012	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	200.000,00	150.000,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	UBS - Construção	11364895000112015	1400	05/07/2012	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	200.000,00	150.000,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	UBS - Construção	11364895000113022	1380	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	773.000,00	618.400,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	UBS - Construção	11364895000113012	1380	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	512.000,00	409.600,00
PA	CACHOEIRA DO ARARI	150200	UBS - Ampliação	12459320000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	143.250,00	28.650,00
PA	CUMARU DO NORTE	150276	UBS - Construção	11406652000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
PA	MARABÁ	150420	UBS - Construção	18478187000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
PA	MARABÁ	150420	UBS - Construção	18478187000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
PA	NOVO REPARTIMENTO	150506	UBS - Ampliação	09555110000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	181.200,00	36.240,00
PA	OEIRAS DO PARÁ	150520	UBS - Ampliação	12527516000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	120.750,00	24.150,00
PA	OURÉM	150540	UBS - Ampliação	09649183000114018	2109	24/09/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	149.400,00	29.880,00
PA	TERRA SANTA	150797	UBS - Construção	11870266000114020	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	-
PB	SÃO JOSÉ DE CAIANA	251430	UBS - Ampliação	10785644000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	88.200,00	17.640,00
PB	UMBUZEIRO	251700	UBS - Ampliação	09494245000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	124.500,00	24.900,00
PE	ABREU E LIMA	260005	UBS - Ampliação	10392418000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	119.550,00	23.910,00
PE	BEZERROS	260190	UBS - Construção	13486604000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
PE	BOM CONSELHO	260210	UBS - Construção	10800021000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	512.000,00	102.400,00
PE	BOM CONSELHO	260210	UBS - Construção	10800021000113003	2081	23/09/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
PE	CAMARAGIBE	260345	UBS - Construção	41230038000113002	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
PE	CAMARAGIBE	260345	UBS - Construção	41230038000113003	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
PE	CAMARAGIBE	260345	UBS - Construção	41230038000113022	2924	28/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
PE	CORTÊS	260480	UBS - Construção	10273548000109001	3165	18/12/2009	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	200.000,00	20.000,00
PE	GAMELEIRA	260590	UBS - Construção	11334929000110005	3766	01/12/2010	Programa	Parecer Não Favorável	200.000,00	20.000,00
PE	GLÓRIA DO GOITÁ	260610	UBS - Construção	11393101000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
PE	GLÓRIA DO GOITÁ	260610	UBS - Construção	11393101000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
PE	IPOJUCA	260720	UBS - Construção	11248285000113002	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
PE	IPOJUCA	260720	UBS - Construção	11248285000113003	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
PE	IPOJUCA	260720	UBS - Construção	11248285000113001	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Ampliação	03904395000113012	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	71.910,00	14.382,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Ampliação	03904395000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	75.120,00	15.024,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Ampliação	03904395000113020	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	101.475,00	20.295,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Ampliação	03904395000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	59.310,00	11.862,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Ampliação	03904395000114010	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	70.830,00	14.166,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Ampliação	03904395000114037	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	67.500,00	13.500,00

PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Ampliação	03904395000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	63.705,00	12.741,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Construção	03904395000113014	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Construção	03904395000113019	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Construção	03904395000113018	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	UBS - Construção	03904395000113017	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
PE	PAULISTA	261070	UBS - Construção	09251115000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
PE	RECIFE	261160	UBS - Construção	41090291000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
PE	RIO FORMOSO	261190	UBS - Ampliação	11286235000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	189.000,00	37.800,00
PI	FRANCISCO AYRES	220410	UBS - Ampliação	12024740000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	99.645,00	19.929,00
PI	PICOS	220800	UBS - Construção	11505645000114010	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
PI	PICOS	220800	UBS - Construção	11505645000114017	2269	16/10/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	410040	UBS - Construção	10513064000113005	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
PR	ANTONINA	410120	UBS - Ampliação	10778273000114005	2346	24/10/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	143.400,00	28.680,00
PR	CAMPO LARGO	410420	UBS - Construção	09209932000114012	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	659.000,00	131.800,00
PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	410640	UBS - Construção	09342351000114003	2216	07/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
PR	FOZ DO IGUAÇU	410830	UBS - Construção	10573693000113004	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
PR	FOZ DO IGUAÇU	410830	UBS - Construção	10573693000113002	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
PR	FOZ DO IGUAÇU	410830	UBS - Construção	10573693000113003	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
PR	LONDRINA	411370	UBS - Construção	11323261000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
PR	LONDRINA	411370	UBS - Construção	11323261000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
PR	PAIÇANDU	411750	UBS - Ampliação	09113516000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	198.000,00	39.600,00
PR	PARANAGUÁ	411820	UBS - Construção	10428937000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
PR	PÉROLA	411890	UBS - Ampliação	09350598000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	199.995,00	39.999,00
PR	PINHÃO	411930	UBS - Ampliação	09248525000115008	1776	05/11/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	132.000,00	26.400,00
PR	PINHÃO	411930	UBS - Ampliação	09248525000116001	1061	24/05/2016	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	199.500,00	39.900,00
PR	PINHÃO	411930	UBS - Ampliação	09248525000115003	1776	05/11/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	117.000,00	23.400,00
PR	QUERÊNCIA DO NORTE	412100	UBS - Ampliação	73242695000114012	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	199.995,00	39.999,00
RJ	BARRA MANSA	330040	UBS - Ampliação	36507127000114002	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	85.740,00	17.148,00
RJ	BARRA MANSA	330040	UBS - Ampliação	36507127000114031	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.780,00	19.956,00
RJ	BARRA MANSA	330040	UBS - Construção	36507127000114023	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RJ	BARRA MANSA	330040	UBS - Construção	36507127000114044	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RJ	BELFORD ROXO	330045	UBS - Construção	35949791000114012	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
RJ	BELFORD ROXO	330045	UBS - Construção	35949791000114011	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	330080	UBS - Ampliação	05572405000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	58.500,00	11.700,00
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	330080	UBS - Ampliação	05572405000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	72.600,00	14.520,00
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	330080	UBS - Construção	05572405000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RJ	CARDOSO MOREIRA	330115	UBS - Construção	11389387000110002	3766	01/12/2010	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	200.000,00	20.000,00
RJ	CASIMIRO DE ABREU	330130	UBS - Construção	08772020000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	UBS - Construção	35949791000114014	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	UBS - Construção	35949791000114013	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	UBS - Construção	11128809000114022	2216	07/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	UBS - Construção	11128809000114020	2216	07/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
RJ	GUAPIMIRIM	330185	UBS - Construção	12468947000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RJ	GUAPIMIRIM	330185	UBS - Construção	12468947000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RJ	IGUABA GRANDE	330187	UBS - Construção	03581920000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	JAPERI	330227	UBS - Construção	11294684000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RJ	JAPERI	330227	UBS - Construção	11294684000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RJ	MANGARATIBA	330260	UBS - Ampliação	12349225000113003	2154	26/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	95.100,00	19.020,00
RJ	MANGARATIBA	330260	UBS - Ampliação	12349225000113002	2154	26/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	89.850,00	17.970,00
RJ	NITERÓI	330330	UBS - Construção	11249035000113005	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NITERÓI	330330	UBS - Construção	11249035000113012	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
RJ	NITERÓI	330330	UBS - Construção	11249035000113003	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
RJ	NITERÓI	330330	UBS - Construção	11249035000113002	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
RJ	NITERÓI	330330	UBS - Construção	11249035000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
RJ	NITERÓI	330330	UBS - Construção	11249035000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
RJ	NITERÓI	330330	UBS - Construção	11249035000113024	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NITERÓI	330330	UBS - Construção	11249035000113013	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114042	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	512.000,00	-
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114038	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114034	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114036	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114040	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114041	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114039	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114033	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000113005	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	UBS - Construção	10497795000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	PARATY	330380	UBS - Construção	12640342000113002	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
RJ	PARATY	330380	UBS - Construção	12640342000113006	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RJ	PARATY	330380	UBS - Construção	12640342000113001	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
RJ	PARATY	330380	UBS - Construção	12640342000113007	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RJ	PATY DO ALFERES	330385	UBS - Construção	11297536000114015	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	UBS - Ampliação	11129492000114012	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	81.600,00	16.320,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	UBS - Ampliação	11129492000114031	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	117.000,00	23.400,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	UBS - Ampliação	11129492000114021	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	110.400,00	22.080,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	UBS - Ampliação	11129492000114022	2769	17/12/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	57.000,00	11.400,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	UBS - Construção	11129492000114038	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	UBS - Construção	11129492000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	UBS - Construção	11129492000114025	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	UBS - Construção	11129492000114028	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	UBS - Construção	11129492000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
RJ	QUISSAMÃ	330415	UBS - Construção	11892333000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RJ	RIO DAS OSTRAS	330452	UBS - Construção	02341441000114015	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
RJ	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	330470	UBS - Construção	04249257000114013	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	-
RJ	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	330470	UBS - Construção	04249257000114008	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	-
RJ	SÃO GONÇALO	330490	UBS - Ampliação	11884903000114017	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	87.300,00	17.460,00
RJ	SÃO GONÇALO	330490	UBS - Construção	11884903000114026	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	659.000,00	131.800,00
RJ	SÃO GONÇALO	330490	UBS - Construção	11884903000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RJ	SÃO GONÇALO	330490	UBS - Construção	11884903000114028	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
RJ	SAPUCAIA	330540	UBS - Construção	02911953000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00

RJ	SAPUCAIA	330540	UBS - Construção	02911953000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	659.000,00	131.800,00
RJ	SEROPÉDICA	330555	UBS - Construção	13813107000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RJ	VOLTA REDONDA	330630	UBS - Ampliação	33063061251078407	1170	05/06/2012	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	62.475,00	62.475,00
RJ	VOLTA REDONDA	330630	UBS - Construção	32512501000112001	1452	06/07/2012	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	266.666,66	26.666,67
RN	AÇU	240020	UBS - Ampliação	11642164000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.600,00	19.920,00
RN	AÇU	240020	UBS - Ampliação	11642164000114014	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	70.950,00	14.190,00
RN	AÇU	240020	UBS - Ampliação	11642164000114011	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	54.450,00	10.890,00
RN	AÇU	240020	UBS - Ampliação	11642164000114012	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	53.250,00	10.650,00
RN	AÇU	240020	UBS - Ampliação	11642164000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	120.750,00	24.150,00
RN	AÇU	240020	UBS - Ampliação	11642164000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.000,00	19.800,00
RN	ARÊS	240120	UBS - Construção	08161234000112001	1363	03/07/2012	Emenda	Parecer Não Favorável	200.000,00	20.000,00
RN	AUGUSTO SEVERO	240130	UBS - Ampliação	11344210000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	238.500,00	47.700,00
RN	BARAÚNA	240145	UBS - Ampliação	12512241000113004	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	70.950,00	14.190,00
RN	FERNANDO PEDROZA	240375	UBS - Ampliação	11326830000114007	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	159.990,00	31.998,00
RN	JARDIM DO SERIDÓ	240570	UBS - Ampliação	11341171000113007	2154	26/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	108.000,00	21.600,00
RN	LAJES PINTADAS	240680	UBS - Ampliação	11956753000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	189.150,00	37.830,00
RN	LAJES PINTADAS	240680	UBS - Ampliação	11956753000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	202.050,00	40.410,00
RN	MAXARANGUAPE	240750	UBS - Ampliação	11731856000114010	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	53.100,00	10.620,00
RN	MAXARANGUAPE	240750	UBS - Ampliação	11731856000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	76.950,00	15.390,00
RN	NOVA CRUZ	240830	UBS - Ampliação	12212308000113006	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	144.600,00	28.920,00
RN	PENDÊNCIAS	240990	UBS - Ampliação	11823949000114004	2619	26/11/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	249.450,00	49.890,00
RO	BURITIS	110045	UBS - Construção	11079071000114002	2769	17/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RO	COSTA MARQUES	110008	UBS - Ampliação	04100020000213001	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	182.385,00	36.477,00
RO	COSTA MARQUES	110008	UBS - Ampliação	04100020000214009	2216	07/10/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	199.995,00	39.999,00
RO	GUAJARÁ-MIRIM	110010	UBS - Ampliação	05893631000214006	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	60.900,00	12.180,00
RO	GUAJARÁ-MIRIM	110010	UBS - Ampliação	05893631000213001	2154	26/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	145.680,00	29.136,00
RO	OURO PRETO DO OESTE	110015	UBS - Construção	13705838000114006	2269	16/10/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RO	PIMENTA BUENO	110018	UBS - Ampliação	08968508000114013	2216	07/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	248.250,00	49.650,00
RO	PORTO VELHO	110020	UBS - Construção	11155765000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	110032	UBS - Ampliação	09536254000113005	1381	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	130.500,00	26.100,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114011	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	248.550,00	49.710,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114002	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	159.150,00	31.830,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114021	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	246.150,00	49.230,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114007	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	245.400,00	49.080,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114020	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	249.150,00	49.830,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114018	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	235.650,00	47.130,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114017	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	249.150,00	49.830,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114006	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	139.650,00	27.930,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114010	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	227.700,00	45.540,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114005	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	247.650,00	49.530,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114016	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	247.650,00	49.530,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114009	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	219.150,00	43.830,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114013	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	248.850,00	49.770,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114012	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	249.150,00	49.830,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114001	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	235.350,00	47.070,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114022	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	249.150,00	49.830,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114019	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	244.650,00	48.930,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114004	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	247.350,00	49.470,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114014	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	235.650,00	47.130,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114015	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	248.850,00	49.770,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114003	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	196.350,00	39.270,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Ampliação	13464636000114023	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	244.650,00	48.930,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	05943030000112003	1200	11/06/2012	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	266.666,66	200.000,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	13464636000113030	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	512.000,00	102.400,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	13464636000113035	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	659.000,00	131.800,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	13464636000113034	2924	28/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	13464636000113033	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	13464636000115012	2090	17/12/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	773.000,00	154.600,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	13464636000115011	2090	17/12/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	659.000,00	131.800,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	13464636000113032	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	512.000,00	102.400,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	13464636000113031	3150	18/12/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	512.000,00	102.400,00
RR	BOA VISTA	140010	UBS - Construção	13464636000113036	2924	28/11/2013	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	659.000,00	131.800,00
RR	IRACEMA	140028	UBS - Construção	11849562000114004	2608	24/11/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RR	MUCAJAÍ	140030	UBS - Construção	09344140000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RR	MUCAJAÍ	140030	UBS - Construção	09344140000114019	2557	14/11/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RR	MUCAJAÍ	140030	UBS - Construção	09344140000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RR	SÃO LUIZ	140060	UBS - Ampliação	11812717000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	65.250,00	13.050,00
RS	ALVORADA	430060	UBS - Ampliação	14069503000113002	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	141.900,00	28.380,00
RS	ALVORADA	430060	UBS - Ampliação	14069503000113004	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	75.240,00	15.048,00
RS	ALVORADA	430060	UBS - Ampliação	14069503000113014	1381	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	52.440,00	10.488,00
RS	BENTO GONÇALVES	430210	UBS - Ampliação	11436612000113007	2154	26/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	52.455,00	10.491,00
RS	BENTO GONÇALVES	430210	UBS - Ampliação	11436612000113003	2154	26/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	73.185,00	14.637,00
RS	CACHOEIRINHA	430310	UBS - Ampliação	11686923000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	99.750,00	19.950,00
RS	CANELA	430440	UBS - Construção	12013178000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RS	CAPELA DE SANTANA	430468	UBS - Construção	10572500000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RS	CIRÍACO	430550	UBS - Ampliação	12215432000114009	2109	24/09/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	121.500,00	24.300,00
RS	DOIS IRMÃOS	430640	UBS - Ampliação	11437296000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	150.000,00	30.000,00
RS	DOM FELICIANO	430650	UBS - Ampliação	12295000000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	146.685,00	29.337,00
RS	DOM FELICIANO	430650	UBS - Construção	12295000000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RS	HUMAITÁ	430970	UBS - Ampliação	11842908000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	199.995,00	39.999,00
RS	LAGOA VERMELHA	431130	UBS - Ampliação	12066913000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	84.000,00	16.800,00
RS	PALMARES DO SUL	431365	UBS - Ampliação	12347184000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	131.490,00	26.298,00
RS	PALMARES DO SUL	431365	UBS - Construção	12347184000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RS	PELOTAS	431440	UBS - Ampliação	11217562000114029	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	50.625,00	10.125,00
RS	PORTÃO	431480	UBS - Ampliação	10511356000114002	2769	17/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	125.985,00	25.197,00
RS	RIO GRANDE	431560	UBS - Ampliação	12094476000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	244.800,00	48.960,00
RS	RIO GRANDE	431560	UBS - Construção	12094476000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RS	ROLANTE	431600	UBS - Ampliação	11425702000116002	1061	24/05/2016	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	99.510,00	19.902,00
RS	SANTO ÂNGELO	431750	UBS - Ampliação	10836490000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	103.950,00	20.790,00
RS	SANTO ÂNGELO	431750	UBS - Ampliação	10836490000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	88.200,00	17.640,00
RS	SÃO BORJA	431800	UBS - Ampliação	10610784000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	61.200,00	12.240,00
RS	SÃO BORJA	431800	UBS - Ampliação	10610784000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	53.400,00	10.680,00
RS	SÃO GABRIEL	431830	UBS - Construção	12340821000113002	2081	23/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	SÃO GABRIEL	431830	UBS - Construção	12340821000113003	2081	23/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
RS	SÃO LEOPOLDO	431870	UBS - Construção	12625868000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
RS	SÃO LEOPOLDO	431870	UBS - Construção	12625868000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
RS	SÃO MARTINHO	431910	UBS - Ampliação	11760206000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.990,00	19.998,00
RS	VENÂNCIO AIRES	432260	UBS - Ampliação	11094183000114004	1921	11/09/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	110.250,00	22.050,00
RS	VENÂNCIO AIRES	432260	UBS - Ampliação	11094183000114003	2769	17/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	69.450,00	13.890,00
RS	VENÂNCIO AIRES	432260	UBS - Ampliação	11094183000114007	1921	11/09/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	59.550,00	11.910,00
SC	ANCHIETA	420080	UBS - Ampliação	11243552000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	170.400,00	34.080,00
SC	CONCÓRDIA	420430	UBS - Construção	10455823000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SC	IÇARA	420700	UBS - Ampliação	11391558000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	128.550,00	25.710,00
SC	IÇARA	420700	UBS - Ampliação	11391558000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	63.195,00	12.639,00
SC	JOINVILLE	420910	UBS - Construção	83169623000110104	3766	01/12/2010	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	266.666,67	200.000,01
SC	LAGES	420930	UBS - Construção	11840546000113001	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SC	NAVEGANTES	421130	UBS - Construção	11474080000113001	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SC	NAVEGANTES	421130	UBS - Construção	11474080000113002	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SC	SANTIAGO DO SUL	421569	UBS - Ampliação	13019421000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	99.990,00	19.998,00
SC	SIDERÓPOLIS	421760	UBS - Ampliação	11270545000115002	1947	02/12/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	84.960,00	16.992,00
SC	TUBARÃO	421870	UBS - Construção	09240588000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SC	TUBARÃO	421870	UBS - Construção	09240588000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SC	VARGEÃO	421910	UBS - Ampliação	10465435000115001	1831	11/11/2015	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	150.000,00	-
SC	XANXERÊ	421950	UBS - Ampliação	10396929000114003	2216	07/10/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	65.700,00	13.140,00
SE	ARACAJU	280030	UBS - Construção	11718406000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	280420	UBS - Ampliação	11602838000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	179.250,00	35.850,00
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	280460	UBS - Construção	11389851000114013	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	280460	UBS - Construção	11389851000114011	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SE	PEDRA MOLE	280500	UBS - Ampliação	12009169000114004	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	199.200,00	-
SE	SÃO DOMINGOS	280680	UBS - Ampliação	11785684000114002	2269	16/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	125.250,00	25.050,00
SE	SÃO DOMINGOS	280680	UBS - Ampliação	11785684000114005	2269	16/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	119.880,00	23.976,00
SE	SÃO DOMINGOS	280680	UBS - Ampliação	11785684000114003	2269	16/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	143.400,00	28.680,00
SE	SIMÃO DIAS	280710	UBS - Construção	11634081000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SP	AMPARO	350190	UBS - Construção	07443791000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SP	ARAÇATUBA	350280	UBS - Ampliação	11834275000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	221.205,00	44.241,00
SP	ASSIS	350400	UBS - Construção	11516639000113001	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
SP	ASSIS	350400	UBS - Construção	11516639000113006	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	CAJAMAR	350920	UBS - Construção	07636169000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
SP	CAMPINAS	350950	UBS - Construção	13704311000114012	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
SP	CAMPINAS	350950	UBS - Construção	13704311000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
SP	CAMPINAS	350950	UBS - Construção	13704311000114014	1284	12/06/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
SP	CARAPICUÍBA	351060	UBS - Ampliação	11154498000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	127.200,00	25.440,00
SP	COTIA	351300	UBS - Construção	11997758000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
SP	COTIA	351300	UBS - Construção	11997758000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
SP	CRUZEIRO	351340	UBS - Construção	10394007000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
SP	CRUZEIRO	351340	UBS - Construção	10394007000113003	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	CRUZEIRO	351340	UBS - Construção	10394007000113004	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	CRUZEIRO	351340	UBS - Construção	10394007000113002	1380	09/07/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SP	FRANCA	351620	UBS - Construção	11827962000113004	2081	23/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
SP	FRANCA	351620	UBS - Construção	11827962000113002	2081	23/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
SP	FRANCA	351620	UBS - Construção	11827962000113001	2081	23/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
SP	FRANCA	351620	UBS - Construção	11827962000113003	2081	23/09/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
SP	FRANCA	351620	UBS - Construção	11827962000113005	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	GUARACI	351790	UBS - Ampliação	11437342000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	75.000,00	15.000,00
SP	GUARULHOS	351880	UBS - Ampliação	16807135000114014	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	249.600,00	49.920,00
SP	GUARULHOS	351880	UBS - Ampliação	16807135000114013	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	249.450,00	49.890,00
SP	GUARULHOS	351880	UBS - Ampliação	16807135000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	233.145,00	46.629,00
SP	GUARULHOS	351880	UBS - Ampliação	16807135000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	249.705,00	49.941,00
SP	GUARULHOS	351880	UBS - Ampliação	16807135000114011	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	218.265,00	43.653,00
SP	GUARULHOS	351880	UBS - Ampliação	16807135000114015	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	126.000,00	25.200,00
SP	GUARULHOS	351880	UBS - Ampliação	16807135000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	204.285,00	40.857,00
SP	GUARULHOS	351880	UBS - Ampliação	16807135000114012	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	219.300,00	43.860,00
SP	GUARULHOS	351880	UBS - Construção	16807135000113006	2665	06/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
SP	ITABERÁ	352170	UBS - Ampliação	11164468000113003	1381	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	82.200,00	16.440,00
SP	ITAQUAQUECETUBA	352310	UBS - Construção	46316600000414002	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	659.000,00	131.800,00
SP	ITAQUAQUECETUBA	352310	UBS - Construção	46316600000414001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	659.000,00	131.800,00
SP	ITAQUAQUECETUBA	352310	UBS - Construção	46316600000414003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
SP	JARINU	352520	UBS - Ampliação	13941978000114009	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	60.150,00	12.030,00
SP	JARINU	352520	UBS - Ampliação	13941978000114008	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	62.100,00	12.420,00
SP	JAÚ	352530	UBS - Construção	46195079000513010	3391	30/12/2013	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
SP	JUNDIAÍ	352590	UBS - Construção	13875759000113021	1380	09/07/2013	Programa	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	659.000,00	131.800,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	LIMEIRA	352690	UBS - Construção	11396895000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
SP	LIMEIRA	352690	UBS - Construção	11396895000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
SP	LIMEIRA	352690	UBS - Construção	11396895000114005	2109	24/09/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
SP	LORENA	352720	UBS - Construção	10872126000113006	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SP	MAIRIPORÃ	352850	UBS - Construção	11169453000113001	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	512.000,00	102.400,00
SP	MAIRIPORÃ	352850	UBS - Construção	11169453000114012	1284	12/06/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
SP	MARÍLIA	352900	UBS - Construção	14278219000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	MARÍLIA	352900	UBS - Construção	14278219000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	408.000,00	81.600,00
SP	MARÍLIA	352900	UBS - Construção	14278219000114004	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	MARTINÓPOLIS	352920	UBS - Construção	10401857000113002	1380	09/07/2013	Programa	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
SP	MAUÁ	352940	UBS - Ampliação	13848859000114012	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	140.340,00	28.068,00
SP	MAUÁ	352940	UBS - Ampliação	13848859000114011	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	245.805,00	49.161,00
SP	MOGI GUAÇU	353070	UBS - Construção	08691564000113010	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	MOGI GUAÇU	353070	UBS - Construção	08691564000113012	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	MOGI GUAÇU	353070	UBS - Construção	08691564000113011	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	MOGI GUAÇU	353070	UBS - Construção	08691564000113013	2081	23/09/2013	Programa	Parecer Não Favorável	512.000,00	102.400,00
SP	MONGAGUÁ	353110	UBS - Construção	12096081000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	408.000,00	81.600,00
SP	PENÁPOLIS	353730	UBS - Ampliação	12012877000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	75.000,00	15.000,00
SP	PENÁPOLIS	353730	UBS - Ampliação	12012877000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	88.500,00	17.700,00
SP	PENÁPOLIS	353730	UBS - Ampliação	12012877000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	57.000,00	11.400,00
SP	PIQUETE	353850	UBS - Ampliação	12118681000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	249.990,00	49.998,00
SP	SANTA BRANCA	354600	UBS - Ampliação	11934343000114003	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	93.450,00	18.690,00
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	354980	UBS - Ampliação	11965112000114006	2769	17/12/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	248.250,00	49.650,00
SP	SÃO PAULO	355030	UBS - Construção	13864377000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
SP	SÃO PAULO	355030	UBS - Construção	13864377000114015	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
SP	SÃO PAULO	355030	UBS - Construção	13864377000114017	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
SP	SÃO PAULO	355030	UBS - Construção	13864377000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	773.000,00	154.600,00
SP	SÃO PAULO	355030	UBS - Construção	13864377000114002	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
SP	SÃO ROQUE	355060	UBS - Construção	11348758000114007	1284	12/06/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	512.000,00	102.400,00
SP	SÃO VICENTE	355100	UBS - Construção	11899413000114003	2557	14/11/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	659.000,00	131.800,00
SP	SÃO VICENTE	355100	UBS - Construção	11899413000114005	2619	26/11/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
SP	SÃO VICENTE	355100	UBS - Construção	11899413000114004	2619	26/11/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	773.000,00	154.600,00
SP	TEJUPÁ	355420	UBS - Ampliação	12041694000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	199.950,00	39.990,00
SP	UBATUBA	355540	UBS - Ampliação	11703889000113016	2924	28/11/2013	Emenda	Parecer Não Favorável	99.150,00	19.830,00
SP	VALINHOS	355620	UBS - Construção	13992930000114005	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	408.000,00	81.600,00
SP	VALINHOS	355620	UBS - Construção	13992930000114006	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	512.000,00	102.400,00
SP	VALINHOS	355620	UBS - Ampliação	13992930000114007	1160	27/05/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	224.505,00	44.901,00
TO	ARAPOEMA	170230	UBS - Ampliação	11379774000114003	2619	26/11/2014	Emenda	Não Cumprimento de Prazo para Inserção da OIS	217.980,00	43.596,00
TO	CARMOLÂNDIA	170388	UBS - Ampliação	13397778000114001	1160	27/05/2014	Emenda	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	116.850,00	-
TO	NATIVIDADE	171420	UBS - Ampliação	12244611000114003	2216	07/10/2014	Emenda	Parecer Não Favorável	249.000,00	49.800,00

PORTARIA Nº 2.141, DE 12 DE JULHO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado no Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC dos Estados.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3° do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.011/GM/MS, de 10 de novembro de 2017, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade-MAC dos Estados e do Distrito Federal;

Considerando a Portaria Conjunta nº 11/SAS/SCTIE/MS, de 2 de abril de 2018, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Glaucoma;

Considerando a pactuação tripartite firmada na 6ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite de 2018, ocorrida no dia 28 de junho de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 1382, de 6 de julho de 2018, da Coordenação-Geral de Atenção Especializada/CGAE/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 41.443.850,26 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e três mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC aos Estados, conforme Anexo a esta Portaria.

§ 1º. Os recursos de que trata esta Portaria serão adicionados aos valores disponibilizados aos Estados por meio da Portaria nº 3.011/GM/MS, de 10 de novembro de 2017.

§ 2º. A distribuição dos recursos por tipo de gestão será definida por meio de pactuação nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB, devendo ser encaminhada ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (DRAC/SAS/MS) em até 30 dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º aos Fundos Estaduais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais e financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	Recurso
Alagoas	4.390.548,79
Bahia	22.068.450,89
Paraíba	5.844.688,43
Pernambuco	4.380.395,34
Rio Grande do Norte	1.694.578,74
Sergipe	3.065.188,07
Total	R$ 41.443.850,26

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 160, DE 12 DE JULHO DE 2018

Processo nº 25000.000500/20017-29
Interessado: Centro Infantil de Investigações Hematológicas Doutor Domingos Ademar Boldrini

Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do Projeto intitulado "Implantação de um Banco de Dados Epidemiológicos e Biorrepositório, que subsidie o estudo de Coorte de Nascimento dos Municípios de Campinas e Paulínia-SP", no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados no Parecer Técnico nº 54-SEI/2017-CGFPATS/DECIT/SCTIE/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer n° 00719/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 02707/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 02759/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo Centro Infantil de Investigações Hematológicas Doutor Domingos Ademar Boldrini.

GILBERTO OCCHI
Ministro

DESPACHO Nº 161, DE 11 DE JULHO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR n° 25000.005162/2017-11
Interessado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unaí - Apae

Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do Projeto intitulado "Hidroterapia - habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência", no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados no Parecer Técnico nº 51-SEI/2017-CPCN/CGPC/DESID/SE/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer n° 00717/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 02708/2018 e 0760/2018, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unaí - Apae.

GILBERTO OCCHI
Ministro

DESPACHO Nº 162, DE 12 DE JULHO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.136864/2015-84
INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE CARIDADE SERRO AZUL (RS)

ASSUNTOS: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de concessão/renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em saúde (CEBAS).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 156/2017/CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Técnico nº 00728/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 02753/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 02830/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE CARIDADE SERRO AZUL (RS), mantendo a decisão proferida mediante a Portaria nº 2.191/SAS/MS, de 21 de dezembro de 2016.

GILBERTO OCCHI
Ministro

DESPACHO Nº 163, DE 12 DE JULHO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR n° 25000.003086/2017-18
Interessado: Instituto Desiderata

Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do Projeto "Pesquisa e Desenvolvimento do Observatório da Oncologia Pediátrica baseado na Análise de Dados de Registro de Saúde Multicêntrico" no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados no Parecer Técnico nº 2-SEI/2017-CGGCCT/DECIT/SCTIE/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer n° 00713/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 002697/2018 e 02763/2018, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo Instituto Desiderata.

GILBERTO OCCHI
Ministro

DESPACHO Nº 164, DE 12 DE JULHO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR n° 25000.002589/2017-68
Interessado: Associação Cultural, Educacional, Social e Assistencial Capuava - ACESA

Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do Projeto intitulado "Habilitação e Reabilitação para pessoas com Autismo", no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD)

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados no Parecer Técnico nº 8-SEI/2017-CPCN/CGPC/DESID/SE/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer n° 00707/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 002694/2018 e 02756/2018, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Associação Cultural, Educacional, Social e Assistencial Capuava - ACESA.

GILBERTO OCCHI
Ministro

DESPACHO Nº 165, DE 12 DE JULHO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR n° 25000.002555/2017-73
Interessado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, do Município de Malacacheta (MG)

Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do Projeto intitulado "Habilitar e Reabilitar: Ações que transformam vidas, "no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados no Parecer de Mérito nº 209-SEI/2017-CGSPD/DAPES/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer n° 00712/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 002696/2018 e 02765/2018, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, do Município de Malacacheta (MG).

GILBERTO OCCHI
Ministro

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Prorroga o prazo do art. 4º da Resolução nº 37, de 22 de março de 2018.

A COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 14-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 37, de 22 de março de 2018, para os estados informarem o cronograma do processo de planejamento regional integrado e a definição das macrorregiões de saúde, pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI
Ministro de Estado da Saúde

LEONARDO MOURA VILELA
Presidente do Conselho Nacional
de Secretários de Saúde

MAURO GUIMARÃES JUNQUEIRA
Presidente do Conselho Nacional
de Secretarias Municipais de Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 701, DE 10 DE JULHO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

Instituição: Fundação Hospitalar São Francisco de Assis
CNPJ: 13.025.354/0001-32

Nome do Projeto: Ampliação do atendimento oncológico diagnóstico e cirúrgico da Fundação Hospitalar São Francisco de Assis

SIPAR: 25000.000030/2017-01

Prazo de execução: 24 meses

Valor readequado: R$ 2.283.726,81 (dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos).

Resumo do projeto: Ampliação e qualificação dos serviços diagnóstico, cirúrgico e de internação do setor de Oncologia da Fundação Hospitalar São Francisco de Assis.

Art. 2º Revogar a Portaria SE/MS nº 1.303, de 22/12/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 702, DE 10 DE JULHO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

Instituição: Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus
CNPJ: 53.221.255/0012-01
Nome do Projeto: Colhendo o Cuidado
SIPAR: 25000.200409/2016-21
Prazo de execução: 12 meses
Valor readequado: R$ 91.592,58 (noventa e um mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Resumo do projeto: Implantar serviços terapêuticos de reabilitação física e intelectual para pacientes geriátricos e neurológicos de ambos os sexos, favorecendo os assistidos no âmbito social-emocional e de saúde.

Art. 2º Revogar o inciso XXI, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.241, de 30/11/2017

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 705, DE 11 DE JULHO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

Instituição: Associação dos Deficientes Físicos de São Miguel dos Campos (ADEFSMIC)
CNPJ: 06.133.081/0001-84
Nome do Projeto: Reabilitando para a vida.
SIPAR: 25000.200492/2016-38
Prazo de execução: 24 meses
Valor readequado: R$ 638.210,98 (seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e dez reais e noventa e oito centavos).

Resumo do projeto: Proporcionar a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência através da ampliação dos atendimentos de reabilitação/habilitação e implantação de novas especialidades de saúde ofertadas no Centro de Reabilitação Física da ADEFSMIC.

Art. 2º Revogar o inciso III do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.241, de 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 709, DE 11 DE JULHO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

Instituição: Fundação de Saúde de Itaiguapy

CNPJ: 00.304.148/0001-10

Nome do Projeto: Ampliação e Qualificação da Assistência Oncológica no Hospital Ministro Costa Cavalcanti.

SIPAR: 25000.000476/2017-28

Prazo de execução: 10 meses

Valor readequado: R$ 582.384,00 (quinhentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais).

Resumo do projeto: Qualificar a Assistência a Pacientes com Câncer no HMCC.

Art. 2º Revogar o inciso XXX, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.184, de 09 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 710, DE 11 DE JULHO DE 2018

Indefere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado, com captação de recursos inferior ao previsto nos artigos 68 e 69 do anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

Instituição: Fundação Hospitalar de Blumenau

CNPJ: 82.654.088/0001-20

Nome do Projeto: Uso de Tecnologia avançada no tratamento cirúrgico de paciente oncológico

NUP: 25000.198400/2016-42

Art. 2º Revoga-se a Portaria SE/MS nº 1.321, de 28 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 711, DE 11 DE JULHO DE 2018

Indefere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado, com captação de recursos inferior ao previsto nos artigos 68 e 69, do anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

Instituição: Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio Grande do Norte - Hospital Infantil Varela Santiago

CNPJ: 08.337.586/0001-96

Nome do Projeto: Capacitação, Qualificação e Desenvolvimento dos Profissionais do Hospital Infantil Varela Santiago.

NUP: 25000.003501/2017-25

Art. 2º Revoga-se o inciso VII do Art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.184, de 09 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

CONSULTA PÚBLICA Nº 70, DE 12 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 10° da Lei n° 9.961 de 28 de janeiro de 2000 e art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, deliberou, por ocasião da 488ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de junho de 2018, a realização da seguinte Consulta Pública e eu, Diretora da ANS, determino a sua publicação:

Art. 1° Fica aberto, a contar de 7 (sete) dias da data de publicação deste edital, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de normativo que altera o Fator de Qualidade, que compõe o índice de reajuste da ANS a ser aplicado pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde aos seus prestadores de serviço de atenção à saúde, nas hipóteses previstas na regulação.

Art. 2° A proposta de Resolução Normativa e a correspondente documentação estarão disponíveis na íntegra, durante o período de consulta, no endereço eletrônico www.ans.gov.br, em "Participação da Sociedade", no item "Consultas e Participações Públicas".

Art. 3° As sugestões e comentários poderão ser encaminhados por meio do endereço eletrônico mencionado no artigo anterior, mediante preenchimento do formulário disponível na página da ANS, em "Participação da Sociedade", no item "Consultas Públicas".

Art. 4° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE SANCHES FREIRE
Diretora da ANS

(Respondendo por força do § 2º do art. 26 da Resolução Regimental nº 1/2017)

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.153, DE 10 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AUTUADO: BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 56.998.982/0001-07
25759.147927/2007-55 - AIS:187726/07-7 - GGPAF1/ANVISA
Conhecer o recurso e dar provimento total determinando o arquivamento do processo por insubsistência, por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 015/2018, de 19/06/2018.

AUTUADO: CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. CNPJ/CPF: 15.578.569/0001-06
25759.357330/2013-56 - AIS:0502154/13-5 - GGPAF1/ANVISA
Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de advertência, por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 015/2018, de 19/06/2018.

AUTUADO: GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A CNPJ/CPF: 04.020.028/0001-41
25762.115345/2009-97 - AIS:148230/09-1 - GGPAF1/ANVISA
Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 015/2018, de 19/06/2018.

AUTUADO: PIT STOP ALIMS LTDA - ME CNPJ/CPF: 37.098.126/0001-50
25351.116857/2009-50 - AIS:150359/09-6 - GGPAF1/ANVISA
Conhecer o recurso e dar provimento parcial, alterando a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) para penalidade de 3.000,00 (três mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 015/2018, de 19/06/2018.

AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0001-60
25351.062804/2012-30 - AIS:0089927/12-5 - GGPAF1/ANVISA
Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 015/2018, de 19/06/2018.

AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91
25743.672167/2008-70 - AIS:865390/08-9 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) PARA 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 015/2018, DE 19/06/2018.

AUTUADO: CLIMEX TERCEIRIZAÇÃO DE SERVICOS LTDA CNPJ/CPF: 01.818.039/0001-83
25765.528231/2007-47 - AIS:663180/07-1 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 015/2018, DE 19/06/2018.

AUTUADO: EMS S/A CNPJ/CPF: 57.507.378/0003-65
25759.419388/2006-81 - AIS:561119/06-9 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº ROP 015/2018, DE 19/06/2018.

AUTUADO: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO CNPJ/CPF: 42.429.480/0001-50
25752.382386/2007-70 - AIS:493302/07-8 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) PARA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 015/2018, DE 19/06/2018.

AUTUADO: LABORATÓRIO MELPOEJO CNPJ/CPF: 21.549.522/0001-17
25351.441495/2011-72 - AIS:617348/11-9 - GFIMP1/ANVISA
CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº ROP 015/2018, DE 19/06/2018.

AUTUADO: S A PHARMACOS E COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 04.302.688/0001-15
25351.003440/2010-19 - AIS:004335/10-4 - GFIMP/ANVISA
CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 015/2018, DE 19/06/2018.

AUTUADO: SUNFLOWER INDÚSTRIA E LABORATÓRIO FITOTERÁPICO ME CNPJ/CPF: 02.385.401/0001-32
25351.003788/2010-32 - AIS:004842/10-9 - GGPRO/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR EXAURIMENTO DA ESFERA ADMINISTRATIVA, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº ROP 015/2018, DE 19/06/2018.

AUTUADO: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S.A. CNPJ/CPF: 03.020.098/0001-37
25743.270216/2008-33 - AIS:341426/08-4 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO TOTAL DETERMINANDO O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO POR INSUBSISTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 015/2018, DE 19/06/2018.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ARESTO Nº 1.154, DE 10 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 016/2018, realizada em 3 de julho de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: Kimmai Indústria e Comercio de Produtos de Limpeza Ltda - Me
CNPJ: 00.224.595/0001-69
Processo: 25351.055543/2013-50
Expediente: 0183460/18-6
Corec

A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 19/2018 - COREC/COSAN/GHCOS.

Recorrente: Hydraplus Indústria e Comercio Ltda ME
CNPJ: 01.452.746/0001-07
Processo: 25351.683206/2017-69
Expediente: 0093704/18-5
Corec

A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 15/2018 - COREC/COSAN/GHCOS.

Recorrente: Clenear Indústria de Saneantes Ltda Me
CNPJ: 08.423.115/0001-09
Processo: 25351.056421/2012-92
Expediente: 0132916/18-2
Corec

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 17/2018 - COREC/COSAN/GHCOS.

Recorrente: Hydraplus Indústria E Comercio Ltda ME
CNPJ: 01.452.746/0001-07
Processo: 25351.729467/2017-32
Expediente: 0267131/18-0
GHCOS
Reunião anterior: ROP 015/2018: Mantido em pauta.

A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria expressa no Voto nº 043/2018/Direg/Anvisa, que acata o parecer nº 24/2018 - COREC/COSAN/GHCOS.

Recorrente: Nellty Do Brasil Comercio, Importação, Exportação, Regulamentação e Registro Ltda
CNPJ: 05.308.212/0001-54
Processo: 25351.484653.2017-03
Expediente: 2247701/17-2
GHCOS

A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por Perda do Objeto, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 108/2017 - Corec/Cosan/GHCOS.

Recorrente: Indústria de Produtos de Limpeza Rossi Ltda - ME
CNPJ: 00.079.232/0001-87
Processo: 25351.536007.2011-47
Expediente: 0778126171
Corec

A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando a posição da relatoria nos termos do Voto nº 016/2018/DSNVS/Anvisa.Quebra

ARESTO Nº 1.155, DE 11 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 016, realizada em 3 de julho de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: Iharabras S.A Indústrias Químicas
CNPJ: 61.142.550/0001-30
Processo: 25351.267391/2015-58
Expediente: 2311139/17-9
Decisão: por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria expressa no Voto nº 034/2018/Direg/Anvisa, que acata o parecer nº 005/2018 - Coart.

ARESTO Nº 1.156, DE 11 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 016/2018, realizada em 3 de julho de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, e com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 205, de 15 de julho de 2005, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Angelus Industria de Produtos Odontológicos S/A
CNPJ: 00.257.992/0001-37
Processo: 25351.009639/01-65
Expediente: 0457485/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 127/2018 - CRTPS/Diare.

Empresa: Marcelo Francisco Fernandes Lopes
CPF: 174.803.798-62
Processo: 25069.336991/2014-12
Expediente: 1329150/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 84/2018 - CRTPS/Diare.

Empresa: Tecmedic Comércio de Produtos Médicos Ltda.
CNPJ: 05.638.301/0001-69
Processo: 25351.107150/2018-21
Expediente: 0302402/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 99/2018 - CRTPS/Diare.

Empresa: Tecmedic Comércio de Produtos Médicos Ltda.
CNPJ: 05.638.301/0001-69
Processo: 25351.107149/2018-05
Expediente: 0302412/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 99/2018 - CRTPS/Diare.

Empresa: Tecmedic Comércio de Produtos Médicos Ltda.
CNPJ: 05.638.301/0001-69
Processo: 25351.107143/2018-20
Expediente: 0302482/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 99/2018 - CRTPS/Diare.

Empresa: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda
CNPJ: 04.718.143/0001-94
Processo: 25351.571132/2015-91
Expediente: 1085030/15-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 447/2017 - CRTPS/Diare.

Empresa: Abiocon Comercial Ltda.
CNPJ: 10.734.999/0001-56
Processo: 25351.668054/2017-74
Expediente: 0330386/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 103/2018 - CRTPS/Diare.

Empresa: Abiocon Comercial Ltda.
CNPJ: 10.734.999/0001-56
Processo: 25351.668082/2017-91
Expediente: 0330428/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 103/2018 - CRTPS/Diare.

CONSULTA PÚBLICA Nº 540, DE 10 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, conforme deliberado em reunião realizada em 3 de julho de 2018, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta que altera a Instrução Normativa - IN n° 3, de 26 de agosto de 2015, de maneira a permitir o agrupamento dos instrumentos para diagnóstico in vitro em sistemas, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=40151;

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência de Produtos para Diagnóstico in vitro- GEVIT, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.908679/2017-84
Assunto: Proposta de Instrução Normativa que altera a IN n° 03, de 26 de agosto de 2015, de maneira a permitir o agrupamento dos instrumentos para diagnóstico in vitro em sistemas
Agenda Regulatória 2017-2020: Não é tema da Agenda
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência de Produtos para Diagnóstico in vitro- GEVIT
Diretor Relator: Alessandra Bastos Soares

DESPACHO Nº 158, DE 11 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e conforme deliberado em Reunião Ordinária Interna - ROI 07, realizada em 3 de julho de 2018, resolve:

Reconhecer a regularidade, até a edição de normatização específica desta Anvisa, da utilização, pelo primeiro adquirente, de produtos para a saúde regularmente entregues ao consumo, mesmo após o vencimento do prazo de validade de seu registro, bem como reconhecer a necessidade de regulamentação específica para a eventual cessão ou transferência, em todas as suas modalidades, entre consumidores, da posse ou da propriedade de produtos para a saúde.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.858, DE 12 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando os arts. 12, 59 e 67, item I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2°, item VII, 6° e 7º, item XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da notificação do produto cosmético AB 23 - CREME CONTRA PANO BRANCO ABELHA RAINHA em desacordo com a Lei n.º 6.360/1976, pois, o seu nome possibilita uma falsa interpretação da sua finalidade;

Considerando a exposição à venda do produto cosmético CREME PARA TRATAMENTO DE JOANETES JAMBÚ, marca BOM MÉDICO, que não possui registro nesta Anvisa, ambos os produtos são fabricados por COSMEX - Excelência em Cosméticos Ltda., CNPJ 02.742.968/0001-19, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação, comercialização, e uso dos produtos AB 23 - CREME CONTRA PANO BRANCO ABELHA RAINHA e CREME PARA TRATAMENTO DE JOANETES JAMBÚ, fabricados pela empresa COSMEX - Excelência em Cosméticos Ltda., CNPJ 02.742.968/0001-19, localizada na Rodovia BR 153, Km 1.286, Chácara Santo Antonio, Aparecida de Goiânia - GO.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque que se encontre no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.873, DE 12 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando os art. 7º e 12º da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação de divulgação e comercialização de kits cirúrgicos não regularizados na Anvisa pelo site http://hndesc.com.br/, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, divulgação, comercialização e uso de kits cirúrgicos não regularizados junto a Anvisa, divulgados e comercializados pelo site http://hndesc.com.br/, de responsabilidade da empresa HN DESC Comércio e Confecções de Produtos Hospitalares Ltda Epp, CNPJ: 10.235.337/0001-31.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.874, DE 12 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da fabricação, comércio e divulgação do produto cosmético Shampoo CASPIOL sem registro/notificação na ANVISA, pela empresa ISTAEL BATISTA DE AQUINO CIZOSKI, CNPJ nº 01.174.864/0001-92, Autorização de Funcionamento 2.04069-2, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto cosmético Shampoo CASPIOL, fabricado pela empresa ISTAEL BATISTA DE AQUINO CIZOSKI, CNPJ 01.174.864/0001-92, localizada na Rua Laguna, nº 500, Bairro Veneza I, Ipatinga/MG.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.875, DE 12 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto saneante INSETIL-AP, conforme descrito no rótulo, sem registro/notificação na Anvisa, pela empresa D.DEDETIZADORA BROTAS ÚNICO, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto INSETIL-AP, comercializado pela empresa D.Dedetizadora Brotas Único, CNPJ 05.573.112/0001-55, situada a Rua Angelo Dalla Dea, 478, Centro, Brotas-SP.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.878, DE 12 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando os arts. 59 e 67, item I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da comercialização de produto cosmético em desacordo com a sua notificação na Anvisa, CONDICIONADOR EVASS - PROVANZA, pela empresa Lima & Pergher Indústria, Comércio e Representações Ltda., CNPJ 22.685.341/0002-61, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto CONDICIONADOR EVASS - PROVANZA por Lima & Pergher Indústria, Comércio e Representações Ltda., CNPJ 22.685.341/0002-61, situada a Av. Engenheiro Diniz, 2069, Martins, Uberlândia - MG.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.879, DE 12 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação, comércio, divulgação do produto saneante DEDETIZAÇÃO - MATA BARATA / FORMIGA / CUPIM / OUTROS, conforme descrito no rótulo, sem registro ou notificação na Anvisa, pela empresa GILBERTO SILVEIRA DE ARAÚJO/G.A. DEDETIZAÇÃO, CNPJ: 17.734.715/0001-70, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto DEDETIZAÇÃO - MATA BARATA / FORMIGA / CUPIM / OUTROS e de todos os produtos fabricado pela empresa GILBERTO SILVEIRA DE ARAÚJO/G.A. DEDETIZAÇÃO, CNPJ: 17.734.715/0001-70, localizada na QR 218 - Conj J - Lote 16 - Santa Maria / DF.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.880, DE 12 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando os arts. 12 e 67, item I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da comercialização dos produtos cosméticos SHAMPOO ERVA DOCE ÁLCOOL, 5 L, CONDICIONADOR ECCO, 5 L e SABONETE LÍQUIDO ERVA DOCE, 5 L, sem registro/notificação na Anvisa, pela empresa Ecco Brasil Ecological Cosmetics Ltda. - ME, CNPJ 03.931.726/0001-36, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos SHAMPOO ERVA DOCE ÁLCOOL, 5 L, CONDICIONADOR ECCO, 5 L e SABONETE LÍQUIDO ERVA DOCE, 5 L fabricado por Ecco Brasil Ecological Cosmetics Ltda. - ME, CNPJ 03.931.726/0001-36, situada a Rua da Gavea, n° 512, Vila Maria, São Paulo - SP.

Art. 2 Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 157, DE 10 DE JULHO DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU nº 25, de 5 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: APSEN FARMACEUTICA S/A CNPJ/CPF: 62.462.015/0001-29
25351.484510/2015-11 - AIS:0703635/15-3 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

AUTUADO: BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A CNPJ/CPF: 05.161.069/0001-10
25351.301200/2013-35 - AIS:0422464/13-7 - GFIMP1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 17.562.075/0001-69
25351.038019/2015-39 - AIS:0056646/15-2 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

AUTUADO: DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CNPJ/CPF: 92.665.611/0149-84
25351.059095/2015-54 - AIS:0087258/15-0 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: DROGARIA LIDER DO ELOY ltda - ME CNPJ/CPF: 58.715.491/0001-37
25351.533251/2010-05 - AIS:701393/10-1 - GGIMP1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO

AUTUADO: FBM INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 02.060.549/0001-05
25351.201135/2013-39 - AIS:0285878/13-9 - GFIMP1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: GALGRIN GROUP LTDA CNPJ/CPF: 04.506.236/0001-55
25351.244651/2015-03 - AIS:0352886/15-3 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: INTEGRALMÉDICA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA CNPJ/CPF: 57.235.426/0001-41
25351.240967/2015-14 - AIS:0347954/15-4 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: ISTAEL BATISTA DE AQUINO CIZOSKI CNPJ/CPF: 01.174.864/0001-92
25351.120572/2013-92 - AIS:0171371/13-0 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

AUTUADO: JORGE LUIZ PINHEIRO DE MOURA CNPJ/CPF: 07.365.752/0001-03
25351.514060/2014-42 - AIS:0716636/14-2 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Advertência

AUTUADO: M. AGRONE E SILVA CNPJ/CPF: 04.060.844/0001-89
25351.517817/2013-57 - AIS:0739595/13-7 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais)

AUTUADO: PETROBRAS - Petroleo Brasileiro S.A CNPJ/CPF: 33.000.167/0132-70
25742.525990/2011-19 - AIS:737648/11-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Insubsistência,

AUTUADO: RAIA DROGASIL S/A CNPJ/CPF: 61.585.865/0001-51
25351.061213/2015-62 - AIS:0090529/15-1 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: tv sbt canal 4 de sao paulo s/a CNPJ/CPF: 45.039.237/0001-14
25351.051527/2015-24 - AIS:0076587/15-2 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

AUTUADO: UNIVERSO ONLINE LTDA CNPJ/CPF: 01.109.184/0004-38
25351.204147/2015-37 - AIS:0294892/15-3 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

AUTUADO: RAFAEL NICASIO BUDELMANN VAZQUEZ CNPJ/CPF: 077.748.387-40
25351.259166/2014-30 - AIS:0356523/14-8 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

AUTUADO: ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ/CPF: 15.800.545/0001-50
25759.412674/2015-12 - AIS:0597788/15-6 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: Arese Pharma Ltda CNPJ/CPF: 07.670.111/0001-54
25759.213352/2015-22 - AIS:0308767/15-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: companhia brasileira de distribuição CNPJ/CPF: 47.508.411/0832-64
25767.432136/2015-41 - AIS:0626225/15-2 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: companhia brasileira de distribuição CNPJ/CPF: 47.508.411/0832-64
25767.432033/2015-50 - AIS:0626044/15-6 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 03.978.166/0001-75
25759.362751/2015-77 - AIS:0523155/15-8 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)

AUTUADO: HUALONG LTDA. - ME CNPJ/CPF: 09.164.171/0001-20
25767.491933/2015-83 - AIS:0714241/15-2 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTUADO: MADAGASCAR CAFETERIA LTDA CNPJ/CPF: 19.563.004/0001-06
25759.334719/2015-47 - AIS:0481219/15-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Advertência

AUTUADO: MY SWISS CHOCO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 16.560.655/0003-16
25767.398270/2015-20 - AIS:0576198/15-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Insubsistência

AUTUADO: SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 58.752.460/0001-56
25759.380891/2015-34 - AIS:0550132/15-6 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade De Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: SKG FAST FOOD LTDA CNPJ/CPF: 20.195.504/0001-11
25759.228938/2015-03 - AIS:0330487/15-6 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

AUTUADO: BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA CNPJ/CPF: 21.551.379/0008-74
25759.347631/2015-45 - AIS:0500849/15-2 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: BIOTECHNOLOGY ORTOPEDIA IMP.E EXP.LTDA CNPJ/CPF: 58.647.355/0001-57
25759.126967/2015-46 - AIS:0182833/15-9 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

AUTUADO: BONNA FIDE TRANSPORTE E AGENCIAMENTO LTDA-EPP CNPJ/CPF: 11.811.172/0001-61
25759.272994/2017-84 - AIS:0925790/17-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

AUTUADO: DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA CNPJ/CPF: 38.756.680/0001-40
25759.750279/2013-40 - AIS:1079725/13-4 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

AUTUADO: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.230.314/0005-07
25759.231037/2017-19 - AIS:0733212/17-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: NOBEL BIOCARE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.868.626/0001-87
25759.749692/2013-84 - AIS:1078974/13-0 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

AUTUADO: NOBEL BIOCARE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.868.626/0001-87
25759.749632/2013-73 - AIS:1078908/13-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

AUTUADO: OSTHEON COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 10.591.513/0001-78
25759.394760/2014-76 - AIS:0547270/14-9 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

AUTUADO: TECNOVENT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA ME CNPJ/CPF: 07.912.362/0001-06
25759.714071/2013-98 - AIS:1030542/13-4 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

AUTUADO: TELLUS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 01.021.137/0001-95
25759.092263/2013-06 - AIS:0130944/13-7 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 962, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Doce, com sede em Governador Valadares (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 113/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.424813/2017-79, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Doce, CNPJ nº 01.311.508/0001-73, com sede em Governador Valadares (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 963, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação e Apoio aos Excluídos e Discriminados, com sede em Seropédica (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 224/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.062344/2017-90, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação e Apoio aos Excluídos e Discriminados, CNPJ nº 10.996.552/0001-55, com sede em Seropédica (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 964, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da APSES - Associação de Práticas Sustentáveis Educacionais e Sociais, com sede em São Bernardo do Campo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 441/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.031614/2018-00, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da APSES - Associação de Práticas Sustentáveis Educacionais e Sociais, CNPJ nº 17.302.047/0001-02, com sede em São Bernardo do Campo (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DE 9 DE JULHO DE 2018

Ref.: Processo n.º 25024.400402/2017-10
Interessado: ADRIANE RODRIGUES MEIRELES.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa ADRIANE RODRIGUES MEIRELES, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.359.044/0001-26, Ref.: 25000.125917/2011-16, localizada no Município de Encruzilhada do Sul/RS, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.184612/2015-61.
Interessado: DROGARIA PENIDO DE PAULA LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA PENIDO DE PAULA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.985.004/0001-52, Ref.: 25000.033521/2008-30, localizada no Município de Belo Horizonte/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.086753/2015-10.
Interessado: FABRICIO CARVALHO & CIA LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa FABRICIO CARVALHO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.406.162/0001-07, Ref.: 25000.516123/2009-35, localizada no Município de Passos/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25006.400478/2017-63.
Interessado: FARMACIA DURAFARMA LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa FARMACIA DURAFARMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.390.759/0001-28, Ref.: 25000.005202/2012-11, localizada no Município de Campina Grande do Sul/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25010.000649/2016-16.
Interessado: FARMACIA PADRE EUSTAQUIO LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa FARMACIA PADRE EUSTAQUIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.687.918/0001-20, Ref.: 25000.058344/2006-32, localizada no Município de Belo Horizonte/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25023.000994/2018-64.
Interessado: IARA SCHERER WEBLER-MEDICAMENTOS.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa IARA SCHERER WEBLER-MEDICAMENTOS, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.453.147/0001-53, Ref.: 25000.139248/2010-71, localizada no Município de Iguatu/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25013.000834/2017-53.
Interessado: LICIA CARVALHO 05012795636.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa LICIA CARVALHO 05012795636, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.974.496/0001-34, Ref.: 25000.220175/2014-76, localizada no Município de Santa Luzia/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25025.001690/2017-13.
Interessado: LUIZ CARLOS MEDEIROS DE SOUZA JUNIOR.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa LUIZ CARLOS MEDEIROS DE SOUZA JUNIOR, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.754.394/0002-08, Ref.: 25000.151566/2011-91, localizada no Município de Pirapo/RS, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25025.001689/2017-99.
Interessado: LUIZ CARLOS MEDEIROS DE SOUZA JUNIOR.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa LUIZ CARLOS MEDEIROS DE SOUZA JUNIOR, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.754.394/0001-27, Ref.: 25000.151566/2011-91, localizada no Município de Santo Ângelo/RS, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25024.400410/2017-66.
Interessado: THAIS ARACELE SOUSA SILVA CPF.095.819.916-70.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa THAIS ARACELE SOUSA SILVA CPF.095.819.916-70, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.211.502/0001-40, Ref.: 25000.213761/2010-31, localizada no Município de Bom Despacho/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

IMPRENSA NACIONAL 1808
http://www.in.gov.br
e-mail: ouvidoria@in.gov.br

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 12 DE JULHO DE 2018

Regulamenta a Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 887, de 15 de maio de 2018, que autoriza a contratação de operações de crédito, no âmbito dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte, para conclusão de empreendimentos, objeto de financiamento com recursos do FGTS, contratados até 30 de junho de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, combinado com o art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, e

Considerando o que dispõe o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, combinado com o art. 20 da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, os arts. 18 e 19 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, o art. 31, inciso VIII, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e o art. 66 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, que aprovou o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e

Considerando o disposto na Resolução nº 469, de 8 de março de 2005, na Resolução nº 476, de 31 de maio de 2005, alterada pela Resolução nº 647, de 14 de dezembro de 2010, na Resolução nº 848, de 17 de maio de 2017, na Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, e na Resolução nº 887, de 15 de maio de 2018, todas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 Regulamentar a Resolução do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS) nº 887, de 15 de maio de 2018, que autoriza a contratação de operações de crédito, no âmbito dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte, para conclusão de empreendimentos objeto de financiamento com recursos do FGTS, contratados até 30 de junho de 2017.

Seção I

Definições

Art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - agente financeiro: instituição financeira ou não financeira, pública ou privada, definida pelo art. 8º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, previamente habilitada pelo agente operador, responsável pela correta aplicação e retorno dos empréstimos concedidos com recursos do FGTS;

II - agente operador: Caixa Econômica Federal (Caixa), cujas competências encontram-se definidas no art. 7º da Lei nº 8.036, de 1990, e no art. 67 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 1995;

III - contrapartida: recursos de outras fontes, próprias do mutuário, financeiros ou não, oferecidos para compor o valor total do empreendimento;

IV - contrato original: empreendimento resultado de único processo de seleção pelo Ministério das Cidades;

V - empreendimento: objeto resultante de único processo de seleção do Ministério das Cidades, que pode ser composto por mais de um instrumento contratual, inclusive com fontes de recursos diversas, mas obrigatoriamente com ao menos um contrato de financiamento com recursos do FGTS;

VI - funcionalidade: condição do empreendimento ou de etapas do empreendimento que garanta o imediato benefício à população após sua implantação;

VII - gestor da aplicação: Ministério das Cidades (MCidades), cujas competências encontram-se definidas no art. 6º da Lei nº 8.036, de 1990, e no art. 66 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 1995; e

VIII - operação de crédito suplementar: operação de crédito com recursos do FGTS, objeto desta Instrução Normativa.

Seção II

Objetivo

Art. 3º A operação de crédito suplementar tem como objetivo:

I - prover solução para a conclusão de etapas de empreendimentos, que garantam sua funcionalidade, nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana, financiados com recursos do FGTS; e

II - promover os benefícios sociais previstos em empreendimentos ainda inconclusos.

Seção III

Origem dos recursos

Art. 4º Os recursos destinados às operações de crédito suplementar a serem contratadas entre o agente financeiro e o mutuário são os provenientes dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte constantes no orçamento de aplicação do FGTS vigente, respeitada a proporção entre as áreas de aplicação.

Seção IV

Participantes e competências

Art. 5º São participantes o MCidades, na qualidade de gestor da aplicação, a Caixa, na qualidade de agente operador, os agentes financeiros e os mutuários.

Art. 6º As competências dos participantes são as previstas em normas legais, em regramentos específicos dos programas, além daquelas estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 7º São passíveis de acesso às operações de crédito suplementar os estados, os municípios, o Distrito Federal e as concessionárias públicas ou privadas de serviços de saneamento.

CAPÍTULO II

CONTRATAÇÃO

Seção I

Pré-requisitos

Art. 8º São pré-requisitos ao enquadramento da solicitação da operação de crédito suplementar pelo agente financeiro:

I - empreendimentos contratados até 30 de junho de 2017;

II - empreendimentos previstos originalmente em proposta selecionada pelo MCidades;

III - empreendimentos cujas obras constantes do contrato original já estejam licitadas e aptas à execução imediata, com licenças ambientais emitidas e válidas, além dos demais requisitos necessários à conclusão da obra; e

IV - empreendimentos cujos proponentes possuam capacidade de pagamento e satisfaçam à análise de risco de crédito realizada pelo agente financeiro.

Art. 9º A operação de crédito suplementar deve ater-se à conclusão de etapas da obra que garantam sua funcionalidade, vedando-se:

I - a destinação do recurso às demais etapas do empreendimento que não impactem na sua funcionalidade; e

II - o repasse do recurso ao mutuário a título de reembolso de contrapartida aportada anteriormente à operação de crédito suplementar, mesmo que a contrapartida esteja em patamar superior ao mínimo exigido no contrato original.

Art. 10. É vedada a contratação de operação de crédito suplementar para empreendimentos que tenham como objeto exclusivamente planos setoriais, estudos ou projetos.

Art. 11. São vedadas a ampliação do empreendimento e a utilização de saldo residual nas operações de crédito suplementar.

Seção II

Procedimentos operacionais

Art. 12. As propostas de operação de crédito suplementar devem ser submetidas pelo proponente ao agente financeiro.

Art. 13. A proposta deverá conter, no mínimo:

I - a identificação do empreendimento e de seus contratos, para o qual se pretende firmar a operação de crédito suplementar;

II - a informação dos valores de investimento, financiamento e contrapartida;

III - o detalhamento das obras e serviços que serão executados com os recursos da operação de crédito suplementar; e

IV - os documentos relativos à licitação, ao licenciamento ambiental e aos demais requisitos necessários à imediata execução da obra, conforme consta no inciso III, art. 8º, desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O agente financeiro poderá solicitar outros documentos que julgar necessários, conforme o caso.

Art. 14. O agente financeiro avaliará a proposta e demais documentos técnicos, jurídicos e institucionais encaminhados pelo proponente e necessários ao enquadramento da proposta, a viabilidade financeira e o risco de crédito da operação.

Art. 15. O agente financeiro deverá encaminhar ao MCidades parecer informando o enquadramento da proposta e manifestando intenção de contratação da operação de crédito suplementar, incluindo a indicação do valor a ser contratado e o laudo de análise de engenharia, atestando que as etapas a serem realizadas darão funcionalidade ao empreendimento.

Art. 16. O MCidades, por meio de suas secretarias finalísticas, manifestar-se-á quanto à continuidade da tramitação da proposta de operação de crédito suplementar após avaliação dos documentos encaminhados pelo agente financeiro e da disponibilidade orçamentária do FGTS.

Art. 17. Caberá ao agente financeiro, após manifestação do MCidades, submeter a proposta à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN), quando for o caso, para fins de verificação de capacidade de endividamento, e efetuar as demais providências para fins de contratação da operação de crédito suplementar.

Art. 18. A contratação de operação de crédito suplementar deve ser firmada com o mesmo agente financeiro do contrato de financiamento do empreendimento.

Art. 19. Os itens de investimento que compõem a operação de crédito suplementar devem obedecer às normas definidas pelos programas vinculados ao contrato original.

Seção III

Prazos e condições financeiras

Art. 20. O prazo para contratação da operação de crédito suplementar entre o agente financeiro e o proponente é de até 6 (seis) meses a contar da habilitação da proposta pelo MCidades.

Art. 21. Os prazos das operações de crédito suplementar são:

I - até 6 (seis) meses para realização do primeiro desembolso, a contar da data de assinatura do contrato, sendo admitida única prorrogação por mais 3 (três) meses;

II - até 4 (quatro) meses de carência após a finalização da obra, limitada a 24 (vinte e quatro) meses contados da contratação; e

III - até 180 (cento e oitenta) meses para amortização, a contar do término do prazo de carência.

Art. 22. A operação de crédito suplementar não poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do empreendimento.

Art. 23. A taxa nominal de juro das operações de crédito suplementar será de 6,0% (seis por cento) ao ano e as demais taxas, como as de administração e de risco de crédito, serão as mesmas previstas nos programas em que a operação de crédito suplementar foi enquadrada.

Art. 24. As garantias constantes no contrato original devem ser complementadas, se necessário, no novo contrato referente à operação de crédito suplementar, de modo a cobrir todo o montante financiado.

Seção IV

Contrapartida

Art. 25. A participação mínima do proponente, citada no art. 2º, inciso III, da Resolução CCFGTS nº 887, de 2018, é a soma das contrapartidas previstas no contrato original e no contrato da operação de crédito suplementar.

Art. 26. O valor mínimo da contrapartida da operação de crédito suplementar é o previsto no programa em que o contrato original foi enquadrado.

§1º É vedada a destinação dos recursos oriundos da operação de crédito suplementar para aporte na contrapartida originalmente contratada pelo mutuário.

§2º Na operação de crédito suplementar é vedada contrapartida inferior a 5% (cinco por cento) do valor da operação, conforme previsto no art. 22 da Resolução CCFGTS nº 702, de 2012.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O agente operador disponibilizará regularmente ao gestor da aplicação, no sítio eletrônico do Canal do FGTS, os dados relativos às operações de crédito suplementar.

Art. 28. Os casos omissos serão solucionados pelas secretarias finalísticas do MCidades ou por normativo específico a ser editado pelo MCidades.

Art. 29. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANI ALVES PEREIRA

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 149, DE 12 DE JULHO DE 2018

Estabelecer e normatizar os procedimentos para a arrecadação das multas e demais débitos relacionados a veículos e o repasse dos valores arrecadados, para dispor sobre o pagamento parcelado por meio de cartão de crédito e débito.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, o § 13 do art. 25-A e o art. 34 dada Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, que estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 do CTB, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar a forma de pagamento das multas de trânsito e demais débitos relativos ao veículo, adequando-a a métodos de pagamento mais modernos utilizados pela sociedade;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos sobre o pagamento parcelado das multas de trânsito por meio de cartão de crédito;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar procedimento de credenciamento junto ao Órgão Máximo Executivo de Trânsito da União, inibindo eventuais conflitos e incompatibilidades sistêmicas entre os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um padrão de segurança e efetividade do cumprimento das normas estabelecidas pelo Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB, controlado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 80000.031529/2017-61, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria estabelece e normatiza os procedimentos para a arrecadação das multas e demais débitos relacionados a veículos e o repasse dos valores arrecadados, para dispor sobre o pagamento parcelado por meio de cartão de crédito e débito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SEÇÃO I

Dos Conceitos

Art. 2º Para fins desta Portaria denomina-se:

I - Adquirente: Instituição responsável pela relação entre os estabelecimentos comerciais e as bandeiras e emissores de cartões.

II - Subadquirente: o responsável pela relação entre alguns estabelecimentos comerciais e a as adquirentes.

III - Facilitadora de Pagamentos: é a instituição que de algum modo intermedia o pagamento para outros;

IV - Arranjo de Pagamento: conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de determinado serviço de pagamento ao público aceito por mais de um recebedor, mediante acesso direto pelos usuários finais, pagadores e recebedores; e

V - Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB): compreende as entidades, os sistemas e os procedimentos relacionados com o processamento e a liquidação de operações de transferência de fundos, de operações com moeda estrangeira ou com ativos financeiros e valores mobiliários.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS GERAIS PARA ARRECADAÇÃO DE MULTAS E DEMAIS DÉBITOS RELACIONADAS A VEÍCULOS

Art. 3º O recebimento de multas e demais débitos relacionados a veículos, pela rede arrecadadora, será feito exclusivamente à vista e de forma integral, podendo ser realizado parcelamento, por meio de cartão de crédito, por conta e risco de instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Art. 4º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito deverão solicitar autorização ao DENATRAN para viabilizar o pagamento de multas de trânsito e demais débitos relacionados a veículos, com cartões de débito ou crédito.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput será expedida pelo DENATRAN por meio de Ofício ao dirigente máximo da entidade solicitante.

Art. 5º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, devidamente autorizados pelo DENATRAN, que optarem por implantar sistema informatizado de gestão de arrecadação de multas de trânsito e demais débitos, referentes a veículos, a fim de viabilizar o pagamento, sem ônus para o órgão ou entidade de trânsito, mediante o uso de cartões de débito ou crédito, somente poderão promover a habilitação, por meio de contratação ou credenciamento, de empresas credenciadoras (adquirentes), subcredenciadora (subadquirentes) ou facilitadoras para processar as operações e os respectivos pagamentos, com pessoas jurídicas previamente credenciadas pelo DENATRAN, para esse fim, nos termos desta Portaria.

Parágrafo único. A empresa habilitada pelo órgão ou entidade do Sistema Nacional de Trânsito, nos termos do caput, deve disponibilizar aos proprietários dos veículos ou infratores alternativas para quitar seus débitos à vista ou em parcelas mensais, com imediata regularização da situação do veículo.

Art. 6º As pessoas jurídicas referidas no artigo 5º deverão ser autorizadas, por instituição credenciadora autorizada e homologada pelo Banco Central do Brasil, a processar pagamentos, inclusive parcelados, mediante uso de cartões de débito e crédito normalmente aceitos no mercado, sem restrição de bandeiras, e apresentar ao interessado os planos de pagamento dos débitos em aberto, possibilitando ao titular do cartão conhecer previamente os custos adicionais de cada forma de pagamento e decidir pela opção que melhor atenda às suas necessidades.

Parágrafo único. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo DENATRAN e pelo órgão ou entidade integrante do Sistema Nacional de Trânsito, devidamente autorizado, que tenha aderido a essa modalidade, a fim de verificar, se no desenvolvimento das atividades, as empresas credenciadas estão cumprindo com as determinações e especificações constantes em Lei, Resoluções do CONTRAN e demais normas relacionadas à matéria.

Art. 7º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito poderão ceder espaço em suas instalações para que as empresas referidas no artigo 5º prestem os serviços no mesmo ambiente em que ocorre o atendimento ao público.

Art. 8º Os encargos e eventuais diferenças de valores a serem cobrados por conta do parcelamento via cartão de crédito ficam a cargo do titular do cartão de crédito que aderir a essa modalidade de pagamento.

Art. 9º A aprovação e efetivação do parcelamento por meio do Cartão de Crédito pela Operadora de Cartão de Crédito, dos débitos relativos ao veículo, libera o licenciamento e a respectiva emissão do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV e demais serviços relacionados a veículos.

Art. 10. O pagamento parcelado de multas já vencidas deverá ser acrescido de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), nos termos do § 4º do art. 284 do CTB, conforme disciplinado pelos artigos 21 e 22 da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016.

Art. 11. O valor total do parcelamento, excluído a taxa sobre a operação de Cartão de Crédito, deverá ser considerada como receita arrecadada, para fins de aplicação de recurso, conforme o art. 320 do CTB, bem como para fato gerador do repasse relativo ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET.

Art. 12. O DENATRAN é o único órgão gestor que detém competência para credenciar empresas para atuarem nesse sistema de parcelamento de débitos relacionados aos veículos.

Art. 13. O DENATRAN ficará responsável por autorizar e fiscalizar as operações dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito que adotarem a modalidade do uso de cartões de débito ou crédito para o pagamento das multas de trânsito e demais débitos relacionados a veículos.

Art. 14. A ferramenta sistêmica para o atendimento ao interesse público deverá facilitar a quitação de débitos de qualquer natureza incidentes sobre veículos, porém, mantendo o recolhimento e o repasse ao órgão ou entidade de trânsito na forma habitual, ou seja, integralmente à vista e sem qualquer ônus adicional.

Art. 15. As empresas credenciadas pelo DENATRAN, quais sejam: Adquirentes, Subadquirentes ou Facilitadoras, ao arrecadar os valores referentes aos débitos do veículo, devem realizar a quitação junto à rede bancária arrecadadora.

§1º A arrecadação para os órgãos ou entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito será exclusivamente à vista e de forma integral, sendo o compromisso financeiro do infrator ou proprietário do veículo de responsabilidade da administradora do cartão de débito ou crédito.

§2º O parcelamento poderá englobar um ou mais débitos.

Art. 16. Uma vez feita a quitação junto à rede arrecadadora, o órgão ou entidade integrante do Sistema Nacional de Trânsito deverá promover a baixa da multa no Sistema Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF.

CAPÍTULO III

DO CREDENCIAMENTO

Art. 17. O credenciamento de pessoas jurídicas para prestação dos serviços previstos nesta portaria será feito exclusivamente pelo DENATRAN e deverá ser antecedido da comprovação de:

I - habilitação jurídica;

II - regularidade fiscal e trabalhista;

III - qualificação econômico-financeira; e

IV - qualificação técnica.

Art. 18. A documentação relativa à habilitação jurídica, prevista no inciso I do artigo 17, será demonstrada por meio da apresentação de:

I - contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações, devidamente registrado;

II - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada, quando couber;

III - ato de outorga de poderes ao representante legal da empresa;

IV - cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF do(s) representante(s) legal(is);

V - endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da Federação e CEP), número de telefone e e-mail; e

VI - cópia do cartão de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

Art. 19. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, prevista no inciso II do artigo 17, será demonstrada por meio da apresentação de:

I - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa Econômica Federal, que comprove a regularidade de situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

II - Certidão Negativa de Débito (CND) emitida pelo órgão local competente do INSS, comprovando a regularidade para com as contribuições sociais incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a serviço na empresa, válida para todas as suas dependências;

III - Certidão conjunta referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, administrados, no âmbito de suas competências, pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e

IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do solicitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Art. 20. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira, prevista no inciso III do artigo 17, será demonstrada por meio da apresentação de:

I - apresentação de balanço patrimonial vigente, que comprove possuir Patrimônio Líquido não inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e

II - Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão, no máximo, de 30 (trinta) dias consecutivos anteriores à data do credenciamento.

Art. 21. A qualificação técnica prevista no inciso IV do artigo 17 será demonstrada por meio de capacitação técnica comprobatória de que a empresa atenda, por meios próprios, os requisitos a seguir:

I - estar autorizada como empresa facilitadora por instituição credenciadora supervisionada e homologada pelo Banco Central do Brasil, podendo processar pagamentos, inclusive parcelados, mediante uso de cartões de crédito normalmente aceitos no mercado financeiro;

II - estar em plena conformidade com ao padrões PCI-DSS (Payment Card Industry Data Security Standards), Padrão de Segurança de Dados da Indústria de Cartões de Pagamento, devendo a empresa interessada no credenciamento possuir Certificação válida emitida por empresa de auditoria oficial credenciada pelo PCI-DSS;

III - Ter aderido e estar cumprindo as regras determinadas por bandeiras de cartões, mediante instrumento de contrato de participação nos arranjos de pagamento, firmado com bandeiras de cartão de credito, cuja fatia de mercado represente a maior parte dos negócios com cartões no país;

IV - declarar que tem condições de confirmar o valor presente dos débitos devidos por um veículo;

V - declarar que tem condições de apresentar os planos de pagamento dos débitos em aberto, possibilitando ao titular do cartão conhecer previamente os custos adicionais de cada opção de parcelamento e decidir qual delas melhor atende suas necessidades;

VI - declarar que tem condições de quitar à vista, na própria data em que a transação com cartão de crédito tiver sido aprovada, em qualquer instituição da rede bancária arrecadadora, todos os débitos incluídos no total do pagamento; e

VII - declarar que tem condições de disponibilizar para o pagador, imediatamente após a quitação, o ticket da operação com cartão débito ou crédito e os comprovantes de pagamento fornecidos pela instituição arrecadadora, podendo essa disponibilização ocorrer por meio eletrônico (e-mail ou SMS).

Art. 22. Os requerimentos para credenciamento deverão ser feitos, preferencialmente, por meio de peticionamento eletrônico, através do site http://sei.cidades.gov.br/externo.

Art. 23. O credenciamento será concedido pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, admitidas prorrogações e poderão ser cancelados mediante denúncia motivada de fato desabonador pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, ou ainda, pela comprovada ocorrência indevida de acesso e uso de dados e informações dos sistemas de trânsito, que vierem a ser disponibilizados.

Parágrafo único. O cancelamento dos credenciamentos, ajustes ou acordos previstos neste artigo implicará na desabilitação de acesso a todos os sistemas de trânsito.

Art. 24. As empresas credenciadas pelo DENATRAN para prestação dos serviços referentes à arrecadação de multas e demais débitos relativos aos veículos deverão solicitar acesso ao Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM e ao RENAINF, nos termos do normativo que estabelece os procedimentos para acesso aos sistemas e subsistemas deste Departamento.

Art. 25. Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito que adotarem essa modalidade de arrecadação de multas e demais débitos por meio de cartões de débito ou crédito deverão permitir acesso, via webservice, sem ônus para a credenciada, aos seus sistemas informatizados para que as empresas possam:

I - consultar os débitos dos veículos;

II - confirmar ao órgão de que a transação de cartão de crédito ou débito foi autorizada; e

III - receber do órgão as informações detalhadas dos boletos a serem liquidados.

Parágrafo único. O canal de informação de que trata o caput permitirá que a empresa credenciada colete, em tempo real, os valores devidos de cada veículo para fins de quitação.

Art. 26. As empresas credenciadas poderão elaborar, sob a coordenação do órgão ou entidade de trânsito, arte relativa aos serviços a que ser refere esta Portaria para fins de comunicação visual para divulgação ao público em geral.

Art. 27. A empresa deverá instalar, nas localidades indicadas pelo órgão ou entidade de trânsito que aderirem a esse sistema, equipamentos que permitam a realização de pagamentos via TEF para o atendimento presencial, com operadores da empresa credenciada, por meio de:

I - PINPAD utilizando software homologado para integração entre equipamento e TEF;

II - POS, desde que o mesmo seja integrado ao software de captura dos débitos, sem nenhuma manipulação do valor de pagamento.

Parágrafo único. Também será facultado às empresas credenciadas a disponibilização de solução que permita a realização das transações por meio de site e aplicativo, via internet, sendo apenas admitido, neste caso, o pagamento de débitos estritamente relacionados a veículos de propriedade do próprio titular do cartão utilizado para o respectivo adimplemento.

Art. 28. O serviço será prestado sem ônus para o órgão ou entidade de trânsito, não implicando compromissos nem obrigações financeiras.

Art. 29. Os equipamentos deverão estar interligados com o sistema do órgão ou entidade de trânsito, por meio do webservice já mencionado, devendo o operador ou o próprio usuário digitar a placa e CPF e/ou CNPJ do proprietário do veículo e/ou RENAVAM do veículo para obter a discriminação dos débitos e o total a ser pago à vista ou conforme a quantidade de parcelas disponibilizada pela empresa (de 1 a 12 parcelas), podendo em seguida:

I - escolher e indicar qual número e valor de parcelas que melhor se enquadre em seu orçamento mensal;

II - Informar o número de seu telefone celular ou e-mail para posteriormente receber os comprovantes definitivos do pagamento; e

III - concretizar o pagamento, inserindo o cartão e digitando a respectiva senha no leitor do cartão.

Art. 30. Aprovada a transação com o cartão de crédito, a empresa credenciada deverá disponibilizar ao usuário um comprovante provisório de quitação, listando individualmente os débitos pagos, o qual poderá ser impresso em equipamento conectado no computador local ou no ATM.

Art. 31. A empresa credenciada deverá pagar integralmente os débitos devidos na conta corrente que mantém a instituição arrecadadora, utilizando-se das rotinas habituais do processo de arrecadação para o órgão ou entidade de trânsito.

Art. 32. Quando aprovada a transação, em um tempo estimado de 30 (trinta) a 60 (sessenta) minutos, os comprovantes definitivos de quitação dos débitos deverão estar disponibilizados por meio de mensagem eletrônica no telefone celular (via SMS) ou no e-mail indicado.

Art. 33. O serviço deverá estar disponível durante o horário de funcionamento dos postos de atendimento onde estiver instalado ou a qualquer hora no ATM.

Art. 34. Os prazos estabelecidos compreenderão apenas os dias em que houver expediente bancário, no período preferencial de 11 horas às 16 horas, sendo que para a quitação definitiva das transações realizadas será observado o previsto no inciso VI do artigo 21.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 35. Os serviços consistirão nas seguintes atividades, respeitadas as devidas competências e atribuições:

I - realização de ações integradas de comunicação e mídia visando informar aos interessados a disponibilização de uma nova ferramenta para quitação de débitos;

II - encaminhamento diário das informações sobre as operações realizadas, bem como acompanhamento on-line se necessário;

III - conhecimento mútuo das normas e procedimentos de ambos partícipes; e

IV - informação clara aos usuários sobre o mecanismo de funcionamento da ferramenta, bem como as informações relevantes de natureza financeira de cada operação, com os respectivos comprovantes.

Art. 36. Os órgãos e entidade integrantes do Sistema Nacional de Transito que aderirem aos serviços de parcelamento por meio do uso de cartões de crédito, deverão disponibilizar a interface tecnológica junto aos bancos de dados locais, a fim de possibilitar a plena execução dos serviços.

CAPÍTULO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. O valor a ser repassado ao FUNSET, nos termos do §1º do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, será sobre o valor total do parcelamento da multa, sendo que nesse cálculo não entra a taxa sobre a operação.

Art. 38. Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito que adotarem essa modalidade de arrecadação de multas e demais débitos referentes a veículos, por meio de cartões de débito ou crédito, deverão fornecer mensalmente ao DENATRAN relatório contendo o montante arrecadado de forma discriminada, para fins de controle dos repasses relativos ao FUNSET.

Art. 39. Na ausência de prestação de contas a que se refere o artigo 38, o DENATRAN poderá suspender a autorização para que os órgãos e entidades de trânsito admitam o pagamento parcelado ou à vista de multas de trânsito e demais débitos relacionados a veículos, por meio de cartões de débito ou crédito.

Art. 40. As operações objeto desta portaria deverão ser transacionadas, exclusivamente, pelas empresas credenciadas, sendo reservado aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito o direito de fiscalizar e cobrar documentos comprobatórios para tanto, inclusive os de natureza fiscal.

Art. 41. Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito que já implantaram seus sistemas de parcelamento de multas e demais débitos por meio de cartão de crédito, com base na Resolução CONTRAN nº 697, de 10 de outubro de 2017, e na Portaria DENATRAN nº 53, de 23 de março de 2018, terão o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Portaria, para adequação aos seus ditames, sob pena de ter suspenso o acesso junto ao RENAINF e demais sanções decorrentes dos normativos em vigor.

Art. 42. Ficam revogadas:

I - a Portaria DENATRAN nº 53, de 23 de março de 2018; e

II - a Portaria DENATRAN nº 91, de 17 de maio de 2018.

Art. 43. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

CNPJ 42.357.483/0001-26
NIRE 3330008324-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2018

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às dez horas, na sede da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, na Praça Procópio Ferreira, 86 (oitenta e seis), Rio de Janeiro - RJ, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Empresa, titulares das ações correspondentes à maioria do Capital Social com direito a voto, conforme consta do Livro de Presença de Acionistas, tendo sido a União representada por ALEXANDRE CAIRO, Procurador da Fazenda Nacional, conforme delegação de competência pela Portaria PGFN nº 128 de 12 de Março de 2018. Verificada a existência de número legal, o representante da CBTU, JOSÉ MARQUES DE LIMA, assumiu a direção dos trabalhos, tendo sido designado, na forma do artigo onze do Estatuto Social, para secretariar os trabalhos AUGUSTO PENA ELIAS SADA. O Secretário procedeu à leitura do Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal O DIA nos dias 11, 12 e 13 de junho de 2018, neste teor: "MINISTÉRIO DAS CIDADES. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. CNPJ 42.357.483/0001-26. CONVOCAÇÃO. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU convida seus Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 21 de junho de 2018, às 10:00, em sua sede social, na Praça Procópio Ferreira, 86, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, a fim de promover modificações decorrentes da inclusão do art. 126, na qual transforma a CBTU em Empresa Pública, bem como nos termos do art. 24, II, do Decreto 8.945/2016, incluir no Estatuto Social requisito específico adicional para o cargo de Diretor, em relação ao cargo de Conselheiro de Administração, nesses termos: Modificar o art. 1º, para que conste: "A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, empresa pública vinculada ao Ministério das Cidades, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pelas Leis 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo presente Estatuto e, ainda, pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis"; Excluir o inciso IV do art. 9º: "Podem ser acionistas da Companhia as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, brasileiras, até o limite global de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia"; e Incluir a alínea "e" no inciso V do artigo 23: "Para o cargo de Diretor, possuir, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo: e.1) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa estatal ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; e.2) 05 (cinco) anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da CBTU, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa; e.3) 05 (cinco) anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4, ou superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores DAS, em pessoa jurídica de direito público interno; e. 4) 05 (cinco) anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação da CBTU; ou e.5) 05 (cinco) anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da CBTU". Rio de Janeiro, 11 de junho de 2018. JOSÉ MARQUES DE LIMA. Diretor-Presidente." Dando prosseguimento aos trabalhos, na qualidade de acionista majoritária, a União votou, em Assembleia Geral Extraordinária, conforme a Ordem do Dia: I - pela mudança da natureza jurídica da CBTU de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, conforme autoriza o art. 91 da Lei nº 13.303, de 2016, com a consequente alteração do art. 1º do estatuto social, conforme a seguinte redação: "Art. 1º - A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério das Cidades, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis." II - pela exclusão do inciso IV do Art. 9º do Estatuto Social; III - pela inserção dos requisitos adicionais somente aos Diretores, de que trata o Art. 23, inciso III, do Decreto nº 8.945, de 2016, inserindo-se o § 6º ao Art. 23 do estatuto Social da CBTU conforme a seguinte redação: "Art. 23 (...) § 6º - Os diretores da CBTU deverão possuir, a título de requisito adicional previsto no art. 23, III, do Decreto 8.945/2016, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência em cargo estatutário, gerencial ou equivalente até o segundo grau estatutário, preferencialmente na área de atuação da diretoria para a qual for indicado." Em razão do voto da União serão excluídas as alíneas "d" e "e" do inciso V do artigo 23, por terem se tornado desnecessárias. Após as alterações realizadas, o Estatuto Social será republicado, conforme versão, em anexo. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa para a lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, a Ata foi lida e aprovada por todos os presentes.

AUGUSTO PENA ELIAS SADA
Secretário

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Pela CBTU

ALEXANDRE CAIRO
Pela União

AUGUSTO PENA ELIAS SADA
Secretário

ANEXO

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CAPÍTULO 1

DESCRIÇÃO DA EMPRESA

1.1-Razão Social e Natureza Jurídica

Art. 1º - A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério das Cidades, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pela Lei 6.404,de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis.

1.2-Sede e Representação Geográfica

Art. 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro, podendo criar superintendências, filiais, agências, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos, no País ou no Exterior, bem assim outras unidades regionais, quando necessário à realização ou ampliação do seu objeto social, respeitada a legislação aplicável.

1.3- Prazo de Duração

Art. 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

1.4- Objeto Social

Art. 4º - A Companhia tem por objeto, de relevante interesse coletivo, nos termos do art. 173 da Constituição Federal:

I. a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;

II. o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;

III. a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte de passageiros sobre trilhos;

IV. o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos; e

V. explorar economicamente a marca, a patente, a denominação, a insígnia, bem como todos recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis e imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

§ 1º- É vedado à Companhia prestar fiança em favor de particulares ou de empresas que não estejam sob seu controle;

§ 2º- CBTU poderá receber recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade da União para o pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral.

1.5- Capital Social

Art. 5º - O capital social é de R$ 5.404.110.329,15 (cinco bilhões, quatrocentos e quatro milhões, cento e dez mil, trezentos e vinte e nove reais e quinze centavos) representado por 18.645.502.653.478 (dezoito trilhões, seiscentos e quarenta e cinco bilhões, quinhentos e dois milhões, seiscentas e cinquenta e três mil, quatrocentas e setenta e oito), ações ordinárias sem valor nominal.

§ 1º- O capital social da CBTU é dividido unicamente em ações ordinárias.

§ 2º - As ações representativas dos aumentos do capital social serão ordinárias, mas sempre nominativas.

Art. 6º -Os aumentos de capital serão autorizados pela Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Sobre os recursos destinados a aumento de capital, transferidos pela União ou por acionistas minoritários, incidirão encargos financeiros equivalentes à Taxa SELIC, desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Art. 7º - O acionista é obrigado a realizar, nas condições previstas neste Estatuto ou no boletim de subscrição, a prestação correspondente às ações subscritas ou adquiridas.

§ 1º -O acionista que não efetuar seus pagamentos nas condições estabelecidas ficará de pleno direito constituído em mora.

§ 2º -Sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte, o acionista em mora pagará à Companhia correção monetária, multa de 10% (dez por cento) e juros de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor da prestação em atraso.

§ 3º - Verificada a mora e obedecidas as formalidades legais, a Companhia poderá promover, contra o acionista e os que com ele forem solidariamente responsáveis, processo de execução para cobrança das importâncias devidas, servindo o boletim de subscrição e o aviso de chamada como título extrajudicial.

§ 4º - Deduzidas, da quantia apurada na venda, as despesas acarretadas à Companhia, a correção monetária, os juros e a multa previstos no § 2º deste artigo, o saldo será posto à disposição do ex-acionista na sede social.

§ 5º - O adquirente das ações deverá pagar as prestações devidas pelo ex-acionista, ficando sub-rogado em todos os direitos e obrigações inerentes às ações que adquirir.

§ 6º - Se a Companhia não conseguir, por qualquer dos meios previstos neste artigo, a integralização das ações, poderá declará-las caducas e fazer suas as entradas realizadas, devendo proceder na forma das disposições legais pertinentes.

Art. 8º - A Companhia, mediante decisão da Assembleia Geral, poderá emitir, na forma da lei, títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem.

§ 1º - Os agrupamentos ou desdobramentos de ações em títulos múltiplos serão realizados nas condições aprovadas pela Diretoria Executiva, a pedido do acionista.

§ 2º - Pela substituição de títulos ou seu agrupamento ou desdobramento, a Companhia será ressarcida das respectivas despesas.

Art. 9º - Podem ser acionistas da Companhia:

I. as pessoas jurídicas de direito público interno;

II. as empresas públicas e sociedades de economia mista instituídas pela União;

III.as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de atividades relativas a transportes urbanos; e

CAPÍTULO 2

ASSEMBLEIA GERAL

2.1 - Caracterização

Art. 10 - A Assembleia Geral é o órgão máximo da Companhia com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o estatuto social, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.2- Composição

Art. 11 - A Assembleia Geral é composta pelos acionistas com direito a voto. Os trabalhos da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, serão dirigidos por uma mesa composta pelo Diretor-Presidente da Companhia, que a presidirá, ou seu substituto legal, e um secretário designado pelos acionistas presentes.

2.3- Reunião

Art. 12 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, até 30 de abril e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, observadas as prescrições legais e estatutárias no tocante à sua competência, convocação, instalação e deliberação.

2.4- Quórum

Art. 13 -As deliberações serão tomadas pela maioria do capital votante e serão registradas no livro de atas, que podem ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos casos previstos na Lei 6.404/1976. Em caso de decisão não-unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo acionista.

Parágrafo único. A ata da Assembleia Geral que eleger administradores deverá conter a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada no registro do comércio, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação, de conhecimento dos acionistas, além de divulgada no sítio eletrônico da Companhia.

2.5 - Convocação

Art. 14 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas.

Art. 15 - A primeira convocação da Assembleia Geral será publicada com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Art. 16 - Na Assembleia Geral tratar-se-á, exclusivamente, do objeto declarado nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão, na respectiva pauta, de assuntos gerais.

2.6 - Competências

Art. 17 - A Assembleia Geral, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á para deliberar sobre:

I.alterar o capital social, observado o disposto no art. 5º;

II.reformar o Estatuto Social;

III.eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, e respectivos suplentes;

IV. fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria;

V. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

VI. deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação ou cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação;

VII. eleger ou destituir os liquidantes e julgar-lhes as contas;

VIII. alienar, no todo ou em parte, ações do seu capital social; proceder à abertura do capital; emitir debêntures conversíveis em ações ou vendê-las, se em tesouraria; emitir quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no país ou no exterior;

IX.deliberar sobre a permuta de ações ou outros valores mobiliários;

X. aprovar as demonstrações financeiras, a destinação do resultado e a distribuição de dividendos;

XI. autorização para a Companhia mover ação de responsabilidade civil contra os administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio; e

XII.alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e a constituição de ônus reais sobre eles.

CAPÍTULO 3

REGRAS GERAIS DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

3.1 - Tipos

Art. 18 - A Companhia terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

I. Conselho de Administração.

II. Diretoria Executiva.

III. Conselho Fiscal.

IV. Comitê de Auditoria.

V. Comitê de Elegibilidade.

Art. 19 - A CBTU será administrada pelo Conselho de Administração, como órgão de orientação superior das atividades da Companhia e com funções deliberativas, e pela Diretoria Executiva.

Art. 20 -A Companhia fornecerá apoio técnico e administrativo aos órgãos estatutários.

3.2 - Requisitos e Vedações para Administradores

Art. 21 -Sem prejuízo do disposto neste Estatuto, os administradores da CBTU serão submetidos às normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Art. 22 - Consideram-se administradores os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Art. 23 - Os administradores deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios:

I- ser cidadão de reputação ilibada;

II- ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado;

III - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, e;

IV - ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:

a)10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa estatal ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior;

b)04 (quatro) anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da CBTU, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;

c)04 (quatro) anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4, ou superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores DAS, em pessoa jurídica de direito público interno;

§1º- A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

§2º - As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso IV do caput não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§3º - As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso IV do caput poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

§4º - Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de administrador.

§5º - Os Diretores deverão residir no País.

§6º - Os diretores da CBTU deverão possuir, a título de requisito adicional previsto no art. 23, III, do Decreto 8.945/2016, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência em cargo estatutário, gerencial ou equivalente até o segundo grau estatutário, preferencialmente na área de atuação da diretoria para a qual for indicado.

Art. 24 - Aplica-se o disposto no artigo anterior aos administradores, inclusive aos representantes dos empregados e dos acionistas minoritários.

Art. 25 - É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva:

I - de representante do órgão regulador ao qual a CBTU está sujeita;

II - de Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;

III - de titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;

IV - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

V.de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV;

VI - de pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VII - de pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VIII - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IX - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria CBTU, nos três anos anteriores à data de sua nomeação;

X - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a União ou com a própria Companhia; e

XI - de pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§1º- Aplica-se a vedação do inciso III do caput ao servidor ou ao empregado público aposentado mesmo que seja titular de cargo em comissão da administração pública federal direta ou indireta.

§2º - Aplica-se o disposto neste artigo a todos os administradores, inclusive aos representantes dos empregados e dos minoritários, e também às indicações da União.

3.3 - Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores.

Art. 26 - Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados por todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§1º - Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, aprovado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

§2º - A ausência dos documentos referidos no parágrafo primeiro, importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Elegibilidade da CBTU.

§3º - As vedações serão verificadas por meio da autodeclaração apresentada pelo indicado, nos moldes do formulário padronizado.

3.4 - Posse e Recondução

Art. 27 - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal serão eleitos e destituídos pela Assembleia Geral de Acionistas.

Art. 28 -Os membros da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração.

Art. 29 -Os membros do Conselho de Administração e os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

§1º - Aos Conselheiros de Administração é dispensada a garantia de gestão para investidura no cargo.

§2º - Os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Art. 30 - Se o Termo de Posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à nomeação, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pelo Colegiado para o qual foi eleito.

Art. 31 - O Termo de Posse deverá conter, sob pena de nulidade, a indicação de pelo menos um domicílio no qual o membro estatutário receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado. O endereço fornecido somente poderá ser alterado mediante comunicação, por escrito, à Companhia.

Art. 32 - Antes de entrar no exercício da função e, ao deixar o cargo, cada membro estatutário deverá apresentar sua Declaração Anual de Bens à Companhia e à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR.

Art. 33 - Os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

3.5 - Desligamento

Art. 34 -Os membros estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição ad nutum.

3.6 - Perda do Cargo para Administradores, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria

Art. 35 -Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, será considerado vago o cargo de membro dos Conselhos de Administração ou Fiscal ou do Comitê de Auditoria que deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas ou três alternadas, nas últimas 12 (doze) reuniões, sem justificativa.

Art. 36 -Será considerado vago o cargo de membro da Diretoria Executiva que se afastar do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.

3.7 - Quórum

Art. 37 -Os órgãos estatutários reunir-se-ão com a presença da maioria dos seus membros.

Art. 38 -As deliberações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros ou Diretores presentes e serão registradas no livro de atas.

§ 1º - Em caso de decisão não unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do Conselheiro ou Diretor.

§ 2º - Nas deliberações dos Conselhos de Administração e da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão, além do voto pessoal, o de desempate.

Art. 39 - Os membros da Diretoria Executiva e dos Comitês, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal, sem direito a voto.

Art. 40 - As reuniões dos órgãos estatutários devem ser presenciais. A participação por tele ou videoconferência deve ser considerada em casos excepcionais, mediante justificativa aprovada pelo respectivo Colegiado.

3.8 - Convocação

Art. 41 - Os membros estatutários serão convocados por seus respectivos Presidentes ou pela maioria de seus membros. O Comitê de Auditoria poderá ser convocado pelo Conselho de Administração.

Art. 42 - Os Comitês poderão se reunir com a maioria de seus membros, desde que um deles seja o Presidente que, neste caso, terá o voto de desempate.

Art. 43 - A pauta de reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal e respectiva documentação fundamentada serão distribuídas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, salvo quando nas hipóteses devidamente justificadas pela empresa e acatadas pelo colegiado.

3.9 - Remuneração

Art. 44 - A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente. É vedado o pagamento de qualquer remuneração não prevista em Assembleia Geral

Art. 45 - A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não excederá a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos Diretores, excluídos os valores relativos, eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

Art. 46 - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção, alimentação e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

Parágrafo único - Residindo os conselheiros na cidade em que for realizada a reunião, o ressarcimento se restringirá à locomoção e alimentação.

Art.47 - A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral no montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais.

3.10 - Do Treinamento

Art. 48 - Os administradores e Conselheiros Fiscais da Companhia, inclusive os representantes de empregados e minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela CBTU sobre:

I - legislação societária e de mercado de capitais;

II - divulgação de informações;

III - controle interno;

IV - código de conduta e integridade de que trata o art. 123;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013; e

VI - demais temas relacionados às atividades da Companhia.

Parágrafo Único - É vedada a recondução do administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 02 (dois) anos.

3.11 - Código de Conduta e Integridade

Art. 49 - Deverá ser elaborado e divulgado Código de Conduta e Integridade, que disponha sobre:

I.princípios, valores e missão da CBTU, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;

II. instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade;

III. canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e normas obrigacionais;

IV. mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias;

V. sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade; e

VI. previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre Código de Conduta e Integridade, a empregados, administradores e conselheiros fiscais, e sobre a política de gestão de riscos, a administradores.

3.12 - Defesa Judicial

Art. 50 - Os Conselheiros de Administração e Fiscais e os Diretores Executivos são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados à Companhia no exercício de suas atribuições.

Art. 51 - A CBTU, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia.

§ 1º - O benefício previsto acima aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores.

§ 2º - A forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração.

§ 3º - Na defesa em processos judiciais e administrativos, se beneficiário da defesa for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ele deverá ressarcir à CBTU todos os custos e despesas decorrentes da defesa, além de eventuais prejuízos causados.

3.13 - Seguro de Responsabilidade

Art. 52 - A CBTU poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra eles, relativos às suas atribuições na Companhia.

Art. 53 - Fica assegurado às pessoas cobertas pelo seguro acima o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da Companhia, a respeito de atos praticados durante seu prazo de gestão ou mandato, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão.

3.14 - Quarentena para Diretoria-Executiva

Art. 54 - Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§1º - Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva, que estiver em situação de impedimento, poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo.

§2º - Não terá direito à remuneração compensatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura, desde que não caracterize conflito de interesses.

§3º - A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

CAPÍTULO 4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4.1 - Caracterização

Art. 55 - O Conselho de Administração é o órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia.

4.2 - Composição

Art. 56 - O Conselho de Administração será composto de 07 (sete) membros, a saber:

I. 3 (três) indicados pelo Ministério das Cidades, sendo que um deles deve atender os requisitos de conselheiro independente;

II.1(um) indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

III. O Diretor-Presidente da Companhia;

IV.1 (um) representante dos empregados, na forma da Lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010;

V.1 (um) representante dos acionistas minoritários, eleito na forma da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que deve atender os requisitos de conselheiro independente.

§ 1º - O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos pelo colegiado, dentre os membros indicados pelo Ministério das Cidades, constantes do inciso I, que não estejam na condição de conselheiro independente.

§ 2º - Não havendo a indicação prevista no inciso V, caberá ao Ministério das Cidades a indicação de mais 1 (um) membro. O Diretor-Presidente não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho, mesmo que temporariamente.

§ 3º - O Conselheiro de Administração representante dos empregados não participará de reuniões em que sejam discutidos temas como relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais.

§ 4º - O Conselho de Administração deverá ser composto de no mínimo 2 (dois) membros independentes, nos termos do inciso I deste artigo, indicados pelo Ministério Supervisor, caso os demais acionistas não o façam.

§ 5º - Caracteriza-se conselheiro independente aquele que se enquadrar nas hipóteses previstas no art. 22, §1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, bem como no art. 36, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

4.3 - Prazo de Gestão

Art. 57 - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com gestão unificada de 2 (dois) anos, permitida, no máximo, 3 (três) reconduções seguidas, sendo vedada a existência de membro suplente.

Parágrafo Único - A ata do Conselho de Administração que eleger administradores deverá conter a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada no registro do comércio e publicada, observado o disposto na legislação vigente.

Art. 58 - No prazo do caput do art. 57 serão considerados os períodos anteriores de gestão aqueles ocorridos há menos de dois anos.

Art. 59 - Atingido o limite de reconduções, o retorno de membro do conselho de administração para a mesma função só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

Art. 60 - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

4.4 - Vacância e Substituição Eventual

Art. 61 - No caso de vacância da função de Conselheiro, o Presidente do Conselho de Administração deverá dar conhecimento ao órgão representado e o colegiado designará o substituto, por indicação daquele órgão. O novo indicado completará o prazo de gestão do conselheiro anterior.

Art. 62 - A função de Conselheiro de Administração é pessoal e não admite substituto temporário, nem suplente, inclusive para o representante dos empregados. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o Colegiado deliberará com os remanescentes.

4.5 - Reunião

Art. 63 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 64 - Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

4.6 - Competências

Art. 65 - Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I. fixar a orientação geral dos negócios da CBTU;

II. eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, fixando-lhes as atribuições;

III. fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV. manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

V. aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

VI. convocar a Assembleia Geral;

VII. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;

VIII. manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória;

IX. autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

X. autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;

XI. aprovar as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de riscos, Dividendos, bem como outras políticas gerais da Companhia;

XII. aprovar e acompanhar o plano de negócios, estratégico e de investimentos, e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;

XIII. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela CBTU, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XIV. determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa estatal, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XV. definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva;

XVI. identificar a existência de ativos não de uso próprio da Companhia e avaliar a necessidade de mantê-los;

XVII.deliberar sobre os casos omissos do estatuto social da CBTU, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

XVIII. aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT, sem a presença do Presidente da CBTU;

XIX. criar comitês de suporte ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

XX. eleger e destituir os membros de comitês de suporte ao Conselho de Administração;

XXI. atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a membros da Diretoria Executiva;

XXII. solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios da CBTU;

XXIII. realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XXIV. nomear e destituir os titulares da Auditoria Interna, após aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União;

XXV. conceder afastamento e licença ao Diretor-Presidente da CBTU, inclusive a título de férias;

XXVI. aprovar o Regimento Interno da Companhia, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como o Código de Conduta e Integridade da CBTU;

XXVII. aprovar o Regulamento de Licitações;

XXVIII. aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral;

XXIX. discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas e Código de Conduta e Integridade dos agentes;

XXX. subscrever Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;

XXXI. estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da Companhia;

XXXII. avaliar os diretores da Companhia, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei 13.303, de 30 de junho de 16, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do comitê de elegibilidade;

XXXIII. aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XXXIV. promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas.

XXXV. manifestar sobre remuneração dos membros da Diretoria-Executiva;

XXXVI. autorizar a constituição de subsidiárias, bem assim a aquisição de participação minoritária em empresa; No caso da CBTU, há autorização na Lei nº 3.115/57;

XXXVII. aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;

XXXVIII. aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;

XXXIX. aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar; e

XL. manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria-Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar.

Parágrafo único -excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XXXIV as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da CBTU.

CAPÍTULO 5

DIRETORIA EXECUTIVA

5.1 - Caracterização

Art. 66 - A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Companhia.

5.2 - Composição e Investidura

Art. 67 - A Diretoria Executiva é composta por 4 (quatro) membros, um Diretor-Presidente e 3 (três) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo Único - É condição para investidura em cargo de Diretoria da CBTU a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração.

5.3 - Prazo de Gestão

Art. 68 -Os membros da Diretoria Executiva exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções seguidas.

Art. 69 - No prazo do artigo anterior serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da CBTU.

Art. 70 -Atingido o limite a que se refere os artigos anteriores, o retorno de membro da diretoria executiva para a mesma função só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

Art. 71 - O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

5.4 - Licença, Vacância e Substituição Eventual

Art. 72 - Na hipótese de vacância e até que o Conselho de Administração eleja o respectivo substituto, os cargos da Diretoria Executiva serão exercidos provisoriamente do seguinte modo:

I.o cargo de Diretor-Presidente será exercido pelo Diretor indicado pelo Conselho de Administração;

II. o cargo de Diretor será exercido por outro Diretor da CBTU, mediante designação do Diretor-Presidente;

III. o substituto do Diretor-Presidente não o substitui como membro do Conselho de Administração.

§ 1º - Findo o prazo de gestão, os membros da Diretoria Executiva permanecerão em seus cargos até a eleição e posse dos substitutos;

§ 2º - É assegurado aos membros da Diretoria Executiva, anualmente, 30 (trinta) dias de férias, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, que pode ser acumulada até o máximo de 2 (dois) períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e/ou indenização.

5.5 - Reunião

Art. 73 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, convocada por qualquer um dos seus membros.

5.6 - Competências

Art. 74 - Compete à Diretoria Executiva, no exercício das suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

I - gerir as atividades da CBTU e avaliar os seus resultados;

II - monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;

III - elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia e acompanhar sua execução;

IV - definir a estrutura organizacional da empresa e a distribuição interna das ati¬vidades administrativas;

V - aprovar as normas internas de funcionamento da CBTU;

VI - promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

VII - autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória;

VIII - submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;

IX - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;

X - colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário;

XI - aprovar o seu Regimento Interno;

XII - deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor;

XIII - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; e

XIV - propor a constituição de subsidiárias e a aquisição de participações acionárias minoritárias para cumprir o objeto social da empresa.

5.7 - Atribuições do Diretor- Presidente

Art. 75 - Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete ao Diretor-Presidente:

I.dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política adminis¬trativa da Companhia;

II.coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva;

III.representar a CBTU em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores "ad-negotia" e "ad-judicia", especificando os atos que poderão pra¬ticar nos respectivos instrumentos do mandato;

IV. assinar, com um Diretor, os atos que constituam ou alterem direitos ou obriga¬ções da Companhia, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim;

V. expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados;

VI. baixar as resoluções da Diretoria Executiva;

VII. criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições;

VIII. conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias;

IX. designar os substitutos dos membros da Diretoria Executiva;

X. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

XI. manter o Conselho de Administração e Fiscal informado das atividades da Companhia; e

XII. exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º - O Diretor-Presidente poderá delegar qualquer das suas competências aos Diretores.

§ 2º - O Diretor-Presidente poderá delegar aos Superintendentes Regionais, no âmbito de suas Unidades Administrativas, competência para praticarem os seguintes atos:

a) Instaurar Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar; e

b) Julgar as Sindicâncias e os Processos Administrativos Disciplinares, podendo aplicar penalidades nas hipóteses de advertência e de suspensão.

5.8 - Atribuições dos demais Diretores-Executivos

Art. 76 - São atribuições dos demais Diretores-Executivos:

I. gerir as atividades da sua área de atuação;

II.participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; e

III. cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação.

Parágrafo único - As atribuições e poderes de cada Diretor-Executivo serão detalhadas no Regimento Interno da CBTU.

CAPÍTULO 6

CONSELHO FISCAL

6.1 - Caracterização

Art. 77 - O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual.

Parágrafo Único - Além das normas previstas na Lei 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal as disposições constantes deste Estatuo Social, da Lei 6.404/1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.

6.2 - Composição

Art. 78 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:

I.01 (um) indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública, nos termos da Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001;

II.01 (um) indicado pelo Ministério das Cidades; e

III. 01 (um) representante dos acionistas minoritários.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral de acionistas.

§ 2º - Não havendo a indicação prevista no Inciso III deste artigo, caberá ao Ministério das Cidades a indicação de mais um membro.

§ 3º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

6.3- Prazo de Atuação:

Art. 79 - O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de 2 (dois) anos, admitidas, no máximo de 2 (duas) reconduções consecutivas.

Art. 80 - Atingido o limite que se refere o artigo acima, o retorno do membro do Conselho Fiscal na mesma função, só poderá ser efetuado após decorrido prazo equivalente a um prazo de atuação.

6.4- Requisitos

Art. 81 - Os membros do Conselho Fiscal deverão atender os seguintes critérios:

I. ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada;

II. ter formação acadêmica compatível com o exercício da função;

III.ter experiência mínima de 3 (três) anos em cargo de:

a) direção ou assessoramento na administração pública, direta ou indireta, ou;

b) Conselheiro Fiscal ou administrador em empresa;

IV. não se enquadrar nas vedações de que tratam os incisos I, IV, IX, X e XI do caput do art. 29 do Decreto 8.945/2016;

V. não se enquadrar nas vedações do art. 147 da Lei 6.404/1976; e

VI. não ser ou ter sido membro da administração nos últimos 24 (vinte e quatro) meses e não ser empregado da Companhia, ou ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia.

§ 1o - A formação acadêmica deverá contemplar, no mínimo, curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

§ 2o - As experiências mencionadas em alíneas distintas do Inciso III não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§ 3o - As experiências mencionadas em uma mesma alínea do Inciso III poderão ser somadas para apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo aos Conselheiros Fiscais, inclusive aos representantes dos minoritários.

Art. 82 - Os requisitos e as vedações exigíveis para o Conselheiro Fiscal deverão ser respeitados por todas as eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§1º - Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§2º - A ausência dos documentos referidos no parágrafo primeiro, importará em rejeição do respectivo formulário padronizado.

§3º - As vedações serão verificadas por meio da autodeclaração apresentada pelo indicado nos moldes do formulário padronizado.

6.5 - Vacância e Substituição Eventual

Art. 83 - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas eventuais, pelos respectivos suplentes.

Parágrafo único - Na hipótese de vacância, renúncia, ou destituição do membro titular, o suplente assume até a eleição do novo titular.

6.6 - Reunião

Art. 84 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, e extraordinariamente, sempre que julgar conveniente.

6.7 - Competência

Art. 85 - Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I.fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II. opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;

III. manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures e bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendo, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV. denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

V. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

VI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

VII. exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da Companhia;

VIII. examinar o RAINT e PAINT;

IX. assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

X. aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;

XI. realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XII. acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e

XIII.fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Companhia no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar.

CAPÍTULO 7

COMITÊ DE AUDITORIA

7.1 - Caracterização

Art. 86 - O Comitê de Auditoria é órgão colegiado permanente de apoio ao Conselho de Administração da Companhia, ao qual se reporta diretamente, no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria, supervisão e fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

Art. 87 - O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.

7.2 - Composição

Art. 88 - O Comitê de Auditoria será constituído por 3 (três) membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, sendo a maioria, ao menos, residente na localidade da sede da empresa.

Art. 89 - Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas.

Art. 90 - Os membros do Comitê de Auditoria devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da CBTU, sendo que pelo menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 91 - São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria:

I. não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê:

a) diretor, empregado ou membro do Conselho Fiscal da Companhia;

b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Companhia;

II. não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;

III. não receber qualquer outro tipo de remuneração da Companhia que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria;

IV.não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão na Administração Pública Federal Direta, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria.

§ 1º - A maioria dos membros deve observar também as demais vedações de que trata o art. 29 do Decreto 8.945/2016.

§ 2º - O atendimento às previsões deste artigo deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da Companhia pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do último dia de mandato do membro do Comitê de Auditoria.

§ 3º - É vedada a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria.

§ 4º - O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir suas reuniões, sem direito a voto.

§ 5º - O disposto no inciso IV do caput se aplica a servidor de autarquia ou fundação que tenha atuação nos negócios da empresa estatal.

7.3 - Mandato

Art. 92 - O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida 1 (uma) recondução, podendo participar do Comitê um Conselheiro de Administração, desde que opte pela remuneração de membro do Comitê, sendo vedada a existência de membro suplente.

Art. 93 - Os membros do Comitê poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.

7.4 - Vacância

Art. 94 - No caso de vacância de membro do Comitê, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

Art. 95 - O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Comitê, este deliberará com os remanescentes.

7.5 - Reunião

Art. 96 - O Comitê de Auditoria realizará, no mínimo, 2 (duas) reuniões mensais.

Parágrafo Único - O Comitê deverá apreciar as informações contábeis antes da sua divulgação.

Art. 97 - A Companhia deverá divulgar as atas das reuniões do Comitê de Auditoria:

§1º - Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia, apenas seu extrato será divulgado.

§2º - Esta restrição não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria estatutário, observada a transferência de sigilo.

Art. 98 - As deliberações do Comitê serão tomadas por maioria e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma reduzida.

Art. 99 - Em caso de decisão não unânime, o voto divergente poderá ser registrado a critério do interessado.

7.6 - Competência

Art. 100 - Compete ao Comitê de Auditoria, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I. opinar sobre a contratação e a destituição de auditor independente;

II. supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da CBTU;

III. supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

IV. monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;

V. avaliar e monitorar a exposição aos riscos da Companhia e requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

a) remuneração dos administradores;

b) utilização de ativos da Companhia; e

c) gastos incorridos em nome da Companhia;

VI. avaliar e monitorar, em conjunto com a administração da Companhia e a área de auditoria interna, a adequação e a divulgação das transações com partes relacionadas;

VII. elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações, e registrar, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;

VIII. avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER.

Art. 101 - Ao menos um dos membros do COAUD deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT.

Art. 102 - O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à empresa, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

CAPÍTULO 8

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE

8.1 - Caracterização

Art. 103 - A Companhia disporá de Comitê de Elegibilidade que visará auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais.

8.2 - Composição

Art. 104 - O Comitê de Elegibilidade será constituído por 3 (três) membros de outros comitês, preferencialmente o de auditoria, por empregados ou conselheiros de administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, admitidas, no máximo, 3 (três) reconduções seguidas, sem remuneração adicional, observado o disposto nos artigos 156 e 165 da Lei 6.404/1976, e nomeado pelo Diretor-Presidente.

8.2 - Competência

Art. 105 - Compete ao Comitê de Elegibilidade:

I. opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;

II. verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos Conselheiros Fiscais.

§ 1º - O Comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário de indicação padronizado da Companhia, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

§ 2º - As manifestações do Comitê serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, que deverá ser lavrada na forma sumária dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter transcrição apenas das deliberações tomadas.

CAPÍTULO 9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9.1 - Exercício Social

Art. 106 - O exercício social coincidirá com o ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação sobre as sociedades por ações e do presente Estatuto.

Art. 107 - A Companhia deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulgá-las em sítio eletrônico.

Art. 108 - Aplicam-se as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404/1976, e nas normas da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado naquela Comissão.

Art. 109 - Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação patrimonial e as mutações ocorridas no exercício.

Art. 110 - Outras demonstrações financeiras intermediárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica.

9.2 - Destinação dos lucros

Art. 111 - Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

I. absorção dos prejuízos acumulados;

II. 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social;

III. 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, no mínimo, para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela empresa.

§ 1º - Observada a legislação vigente, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral o pagamento aos acionistas, de juros sobre o capital próprio e ou dividendos, a título de remuneração.

§ 2º - O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei. A retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

9.3 - Pagamento do Dividendo

Art. 112 - O dividendo, se houver, será pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado, ou até o final daquele ano, quando autorizado pela Assembleia Geral.

Art. 113 - Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou Assembleia Geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os 5 (cinco) dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no 5º (quinto) dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

Art. 114 - Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, integrado à respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente.

CAPÍTULO 10

UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA

10.1 - Tipos

Art. 115 - A Companhia disporá de órgão de Auditoria Interna, de Área de Conformidade, Gestão de Risco e Ouvidoria.

10.2 - Auditoria Interna

Art. 116 - A Auditoria Interna deverá ser vinculada ao Conselho de Administração.

Art. 117 - À Auditoria Interna compete:

I. executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da Companhia;

II. propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III. verificar o cumprimento e a implementação pela empresa das recomendações ou determinações do Ministérios da Transparência e da Controladoria-Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Fiscal;

IV. aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras; e

V. outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

Art. 118 - Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna.

10.3 - Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos

Art.119 - A área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos se vinculam:

I. diretamente ao Diretor-Presidente e conduzida por ele; ou

II. ao Diretor-Presidente por intermédio de outro Diretor-Executivo que irá conduzi-la, podendo este ter outras competências.

Art.120 - A área de integridade poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação a situação a ele relatada.

Art. 121 -À Área de Conformidade, Gestão de Risco compete:

I. propor políticas de Conformidade, Gerenciamento de Riscos para a Companhia, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e divulgá-las no âmbito da Companhia;

II. verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da empresa às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III. comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia;

IV. verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;

V. verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto 8.945/2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Companhia sobre o tema;

VI. coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia;

VII. coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;

VIII. estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

IX. elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

X. disseminar a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos; e

XI. outras atividades correlatas definidas pelo diretor ao qual se vincula.

10.4 - Ouvidoria

Art. 122 - A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente.

Art. 123 - À Ouvidoria compete:

I.receber e examinar sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da empresa em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral;

II.receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da Companhia; e

III.outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

Art. 124 - A Ouvidoria deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO 11
PESSOAL
Art. 125 - O regime jurídico do pessoal da Companhia será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e respectiva legislação complementar, condicionada a admissão a prévias aprovações em concurso público de provas ou de provas e títulos.
§ 1º - Os requisitos para preenchimento de cargos efetivos e o exercício de funções da Companhia, bem como os salários e vantagens a que fazem jus, serão fixados em instrumentos próprios.
§ 2º - Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos do art. 67, inciso XXXVI, deste Estatuto Social, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que fixará, também, o limite de seu quantitativo.
CAPÍTULO 12
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
Art. 126 - Fica autorizado o Conselho de Administração, no prazo de até 5 dias, após a AGE de 25/05/2018, a deliberar a respeito do resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas privados, nos termos do art. 91, da Lei nº 13.303, de 2016, c/c o art. 68 do Decreto nº 8.945, de 2016.
§1° - O resgate previsto no "caput" deste artigo:
I independe de aprovação por Assembleia Geral Extraordinária ou pela Assembleia Especial mencionada no artigo 44, §6º da Lei Federal n° 6.404/1976;
II.deverá ser precedido por manifestação do Conselho Fiscal;
III. será realizado com base no valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 91, §º 1º, da Lei n°13.303/2016.
§ 2° - As ações recebidas gratuitamente da União, em caráter fiduciário, para fins de atendimento da exigência presente nas redações anteriores do artigo 146 da Lei nº 6.404/1976, que, eventualmente, permaneçam com acionistas privados, deverão ser restituídas independentemente de qualquer compensação financeira.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 300, DE 12 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que consta no Processo nº 48300.001614/2018-98, resolve:
Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, a minuta de Portaria contendo as Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, de 2018, cujos documentos e informações pertinentes podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço www.mme.gov.br, Portal de Consultas Públicas.
Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da minuta de que trata o art. 1º serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, pelo prazo de dez dias, contados a partir da publicação desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.154, DE 10 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processos nº 48500.007066/2010-04. Interessado: Norte Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública as áreas necessárias à implantação de acesso à área onde está sendo construído o Reassentamento Urbano Coletivo Pedral, localizado no município de Altamira, no estado do Pará, em decorrência da operação da UHE Belo Monte, CEG UHE.PH.PA.030354-2.01.
A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.155, DE 10 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo nº 48500.001633/2018-68. Interessado: Alupar Investimento S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública as áreas necessárias à implantação da PCH Verde 03, CEG PCH.PH.GO.035761-8.01, localizada no município de Rio Verde, estado de Goiás.
A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.161, DE 10 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.002232/2018-25. Interessada: SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem das linhas de transmissão 230 kV provenientes dos seccionamentos das linhas de transmissão em 230 kV Lajeado 2 - Lajeado 3, Lajeado 3 - Garibaldi e Candiota 2 - Bagé 2.
A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.162, DE 10 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.002656/2018-90. Interessada: EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Rede de Distribuição Aérea 15 kV Guaió, circuito simples, 136,78 metros de extensão, que interligará o poste FER 1305 ao poste FER 1306, localizada no município de Ferraz de Vasconcelos, estado de São Paulo.
A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.163, DE 10 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.002808/2018-54. Interessada: Companhia Energética de Pernambuco - Celpe. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição Suape III - Nossa Senhora do Ó, em 69 kV.
A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.165 DE 10 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.002885/2018-12. Interessada: Assú Transmissora de Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem das linhas de transmissão 230 kV provenientes dos seccionamentos das linhas de transmissão Açu II - Mossoró II C1, Açu II - Mossoró II C2 e Açu II - Lagoa Nova II C1.
A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.166, DE 10 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.002890/2018-17. Interessada: ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Vila do Conde - Tomé Açu, localizada no estado do Pará.
A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.547, DE 10 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.001537/2018-10, decide declarar extinto o Processo, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista exaurida sua finalidade.

TIAGO DE BARROS CORREIA

DESPACHO Nº 1.560, DE 11 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002771/2018-64, decide declarar extinto o processo, sem decisão de mérito, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista a decisão haver se tornado impossível, inútil ou prejudicada por fato superveniente.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 7.145, de 3 de julho de 2018, constante nos autos do Processo nº 48500.002610/2018-71, publicada no Diário Oficial nº 130, de 9 de julho de 2018, Seção 1, p. 40: onde se lê "municípios de Santa Teresa e de Maria de Jetibá" leia-se: "municípios de Santa Teresa e de Santa Maria de Jetibá".

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Resolução Autorizativa nº 6.505, publicado no D.O.U. de 31 de julho de 2017, nº 145, Seção 1, p. 296, v. 154, onde se lê: "RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.505, DE 18 DE JULHO DE 2017. O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, conforme Portaria n° 3.523, de 29 de abril de 2015, no uso de suas atribuições regimentais, resolve: Processo: 48500.003331/2017-43. Interessada: Rio Água Clara Energia S.A.", leia-se "RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.508, DE 18 DE JULHO DE 2017. O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, conforme Portaria n° 3.523, de 29 de abril de 2015, no uso de suas atribuições regimentais, resolve: Processo: 48500.003331/2017-43. Interessada: Rio Água Clara Energia S.A."

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.546, DE 10 DE JULHO DE 2018

Processo nºs 48500.003877/2007-22 e 48500.004293/2012-31. Interessados: Roberto Viel, Lacerdópolis Energética S.A. e Estelar Engenheiros Associados Ltda. Decisão: alterar para 340 kW a capacidade instalada da CGH Antônio Viel, registrada sob o CEG nº CGH.PH.SC.029680-5.01 e localizada no rio do Peixe, sub-bacia 72, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, nos municípios de Erval Velho e Lacerdópolis, no estado Santa Catarina, restituindo a capacidade instalada definida no Despacho nº 1.115, de 19 de março de 2008.
A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.551, DE 11 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.005662/2013-94. Interessado: GASCOM Comercializadora de Gás Ltda. Decisão: (i) registrar a alteração da razão social da empresa, detentora de autorização para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, nos termos do Despacho nº 3256, de 26 de setembro de 2013, de CMU Comercializadora Varejista de Energia Ltda. para GASCOM Comercializadora de Gás Ltda.; (ii) atualizar o endereço de sua sede.
A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.559, DE 11 DE JULHO DE 2018

Processos nº 48500.000900/2017-70. Interessada: Minas PCH S.A. Decisão: excluir, a pedido, a EDP Pequenas Centrais Elétricas S.A. da titularidade do DRS-PCH nº 1.026, de 8 de maio de 2018, cujo objeto é a adequabilidade da PCH Veludo, com 23.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimento de Geração (CEG) PCH.PH.GO.037149-1.01, localizada nos municípios de Paranaíba e Lagoa Santa, estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, respectivamente.
A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.564, DE 12 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.001038/2003-66. Interessado PCH Senhora do Porto S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em testes a partir de 13 de julho de 2018. Usina PCH Senhora do Porto. Unidades Geradoras: UG2 de 6.000 kW capacidade instalada. Localização: Município de Dores de Guanhães, estado de Minas Gerais.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.565, DE 12 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.003758/2014-07. Interessado Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação comercial a partir de 13 de julho de 2018. Usina EOL Bons Ventos Cacimbas 7. Unidades Geradoras: UG4, de 2.100 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Ubajara, estado do Ceará.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.566, DE 12 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.001756/2018-07. Interessado: PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.. Decisão: (i) conhecer por tempestivo o recurso contra o Auto de Infração; (ii) reconsiderar parcialmente a decisão recorrida para alterar o valor da penalidade de multa imposta reduzindo essa para o montante de R$ 4.829.552,34 (quatro milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.511, de 09 de julho de 2018, publicado no DOU nº 131, de 10 de julho de 2018, seção 1, página 86, onde se lê: "Município de Santo Sé", leia-se: "Município de Sento Sé".

No texto integral, onde se lê: "Município de Santo Sé", leia-se: "Município de Sento Sé".

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.543, de 10 de julho de 2018, publicado no DOU nº 132, de 11 de julho de 2018, seção 1, página 104, onde se lê: "Município de Santo Sé", leia-se: "Município de Sento Sé".

No texto integral, onde se lê: "Município de Santo Sé", leia-se: "Município de Sento Sé".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 1.563, DE 12 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.002652/2018-10. Interessados: Companhia Campolarguense de Energia - COCEL e Tradener Ltda. Decisão: aprovar, sob o nº 8.001/2018, o Contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCE500LP decorrente de processo licitatório.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU
Superintendente Adjunto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO Nº 850, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.004737/2014-53, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 281/2014 da Unidade de Pesquisa Laboratório de Engenharia e Tecnologia de Petróleo e Petroquímica - LETPP, vinculado à UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ, CNPJ nº 33.540.014/0001-57.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 851, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.003327/2014-95, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 157/2014 da Unidade de Pesquisa LNDC - Laboratório de Ensaios Não Destrutivos, Corrosão e Soldagem, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, CNPJ nº 33.663.683/0001-16.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 852, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.004698/2018-18, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0817/2018 da Unidade de Pesquisa Lab H2O, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, CNPJ nº 33.663.683/0001-16.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 585, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.008591/2016-87, autoriza a empresa INNOVATTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÉSTERES SINTÉTICOS LTDA., CNPJ n.º 06.096.144/0001-70, a operar a instalação de produtor de lubrificantes industriais acabados localizada na Avenida Antônio de Oliveira Santos, s/nº Vila Sorocabana, Mairinque, SP, CEP 18120-000. COORDENADAS GEOGRÁFICAS APROXIMADAS (LAT/LON SIRGAS 2000): -23:32:31,600, -47:10:36,600. A capacidade total de armazenamento é de 230 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 586, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 17, de 19/06/2009, e o que consta do processo n.º 48610.008591/2016-87, autoriza a empresa INNOVATTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÉSTERES SINTÉTICOS LTDA, CNPJ n.º 06.096.144/0001-70, a exercer a atividade de produtor de óleo lubrificante acabado industrial.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 587, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200127/2018-11, autoriza a empresa RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ n.º 33.453.598/0444-14 a operar a instalação compartilhada de distribuição de combustíveis líquidos localizada na Avenida Tote Lomanto, s/nº, km 699, Poliduto Jequié, Jequié, BA, CEP: 45.202-130 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -13.838991, -40.101281 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento é de 12104 m³. Ficam revogadas as Autorizações ANP nº 155, de 15/05/2014, nº 469, de 28/05/2015 e nº 500, de 04/10/2016 .

Integram a base compartilhada as seguintes empresas: RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ 33.453.598/0444-14; IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ 33.337.122/0221-04; e PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ 34.274.233/0371-03.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 853, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, onsiderando as disposições da Resolução ANP nº 17, de 19/06/2009, e o que consta no processo n.º 48610.008591/2016-87, declara habilitada a empresa INNOVATTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÉSTERES SINTÉTICOS LTDA, CNPJ n.º 06.096.144/0001-70, como produtora de óleo lubrificante acabado industrial.

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 66/2018/MA

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

806.055/2017-WINN AGUAS ENVASADAS LTDA EPP-OF. N°782/2018

Fase de Autorização de Pesquisa

Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)

806.083/2006-MCT MINERAÇÃO LTDA- OF. N° 784/2018

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

806.091/2006-MCT MINERAÇÃO LTDA-OF. N°785/2018

Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)

806.131/2014-ABF GEOLOGIA, MANUTENÇÃO E SONDAGENS LTDA.-Alvará N°6.129/2016

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

806.030/2015-JOSÉ JOELSON DA SILVA MOURA-AI N°80/2018

806.031/2015-JOSÉ JOELSON DA SILVA MOURA-AI N°81/2018

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

806.071/2000-ÁGUAS MINERAIS LENÇÓIS MARANHENSE LTDA.- Fonte: JENIPARANA, Marca: LENÇÓIS MARANHENSE, EMBALAGEM: 200ml (copo); 300ml (copo); 10L (descartável) e 20L (retornável) - Todas sem gás.- SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA

806.092/2001-MINERAÇÃO MONT'ALVERNE LTDA-Fonte: LUMIAR, Marca: MAR DOCE, EMBALAGEM: 200ml (copo); 330ml; 500ml e 1500ml - Todas sem gás; Fonte: BRUGUELO, Marca: MAR DOCE, EMBALAGEM: 6L; 10L e 20L (retornável) - Todas sem gás.- PAÇO DO LUMIAR/MA

Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)

806.056/2000-H2O EMPRESA DE MINERACAO LTDA-OF. N°599 e 600/2018

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

806.139/2009-EXTRATIVA DE PEDRA CABECEIRA GRANDE LTDA.-OF. N°737/2018

806.139/2009-EXTRATIVA DE PEDRA CABECEIRA GRANDE LTDA.-OF. N°736/2018 que reitera os ofícios nº 57 e 58/2018

806.162/2009-NILO COELHO CARVALHO-OF. N°723/2018 que reitera os ofícios nº 51 e 52/2018

806.008/2010-IPANEMA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA.-OF. N°707/2018 que reitera os ofícios nº 42 e 43/2018

806.453/2010-CERAMICA ALCOBACA LTDA-OF. N°701/2018 que reitera os ofícios nº 54 e 55/2018

806.260/2013-SILVA COSTA & CIA LTDA.-OF. N°666/2018

806.260/2013-SILVA COSTA & CIA LTDA.-OF. N°665/2018 que reitera o ofício nº 83/2018

806.264/2013-J.F ANDRADE EXTRAÇÃO , CONSTRUÇÃO E COMERCIO E COMERCIO LTDA EPP-OF. N°726/2018

806.264/2013-J.F ANDRADE EXTRAÇÃO , CONSTRUÇÃO E COMERCIO E COMERCIO LTDA EPP-OF. N°725/2018 que reitera os ofícios nº 48 e 49/2018

806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA-OF. N°353, 354, 355, 356, 357, 358, 411, 412 e 639/2018

806.160/2014-RAPOSO COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°704/2018 que reitera o ofício nº 66/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

806.043/2016-VALE DO SOL EXTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA- Registro de Licença N° 16/2016 - Vencimento em 24/05/2020

Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)

806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA -AI N°487/2017

Auto de Infração Advertência lavrado/ prazo para defesa 30 dias(1179)

806.139/2009-EXTRATIVA DE PEDRA CABECEIRA GRANDE LTDA.- AI N° Autos de Advertência nº 71 e 72/2018

806.162/2009-NILO COELHO CARVALHO- AI N° Auto de Advertência nº 68/2018

806.008/2010-IPANEMA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA.- AI N° Auto de Advertência nº 67/2018

806.453/2010-CERAMICA ALCOBACA LTDA- AI N° Auto de Advertência nº 64/2018

806.260/2013-SILVA COSTA & CIA LTDA.- AI N° Auto de Advertência nº 62 e 63/2018

806.264/2013-J.F ANDRADE EXTRAÇÃO , CONSTRUÇÃO E COMERCIO E COMERCIO LTDA EPP- AI N° Auto de Advertência nº 69 e 70/2018

806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA- AI N° Auto de Advertência nº 59, 60 e 61/2018

806.160/2014-RAPOSO COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA- AI N° Auto de Advertência nº 66/2018

806.027/2016-E. J. A. DOS SANTOS EPP- AI N° Auto de Advertência nº 65/2018

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1714)

806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA- AI N°484, 485 e 486/2017

Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)

806.027/2016-E. J. A. DOS SANTOS EPP-OF. N°703/2018

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

806.192/2004-M.A.G. CONSULT EMPRES EMPREEND IMOB E PART EMPRES LTDA- Alvará nº 9.420/2004 - Cessionário: SÃO LÁZARO ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI - ME- CNPJ 19.495.743/0001-08

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

806.029/2018-IVAN MOTA BARBOSA-OF. N°741/2018

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)

806.103/2017-COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS CERAMICOS SÃO LUIS LTDA ME-OF. N°162/2018

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 89/2018/MS

Fase de Licenciamento

Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)

868.002/2016-WILSON OCAMPOS ME- Publicado DOU de 26/01/2018

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 286//2018/MG

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)

Minere Minas Mineradora Ltda - 832994/09 - Not.662/2018 - R$ 784,08

PABLO CÉSAR DE SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 90/2018/PA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Rayssa Garcia de Paula - 850957/13 - A.I. 160/18, 850959/13 - A.I. 162/18, 850966/13 - A.I. 161/18

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 91/2018/PA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Amazonas Exploração e Mineração LTDA. - 851304/11
Antonio Miguel Siruge - 850375/15
Cosme José Salles - 851649/11
Francisco Jacques Costa Sousa - 851121/16
Hjh Mineração do Brasil LTDA. - 850888/11
Mineração Gold do Água Azul - 850881/11
Riverbank Resources Mineracao Ltda - 850865/11, 850874/11
Rubens Zílio - 850970/10, 850692/12

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 92/2018/PA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Matheus Soares Filho - 850047/17, 850048/17

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 93/2018/PA

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Cypriano Sabino de Oliveira - 850842/09 - Not.109/2018 - R$ 11.877,39, 850839/09 - Not.110/2018 - R$ 52.386,37, 850840/09 - Not.111/2018 - R$ 43.538,04

Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851287/13 - Not.101/2018 - R$ 36.653,39

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 94/2018/PA

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

André Augusto Pimentel de Souza - 850039/17 - Not.108/2018 - R$ 362,47

Christian Pardo Navarro - 850887/16 - Not.105/2018 - R$ 360,33, 850888/16 - Not.107/2018 - R$ 360,33

Matheus Soares Filho - 850048/17 - Not.112/2018 - R$ 0,00, 850047/17 - Not.113/2018 - R$ 3.699,23, 850089/17 - Not.97/2018 - R$ 4.004,37, 850088/17 - Not.98/2018 - R$ 4.004,37

Mineração Monte Carmelo Ltda - 850065/17 - Not.106/2018 - R$ 360,33

Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851287/13 - Not.102/2018 - R$ 3.252,82

Zohar Mineração Ltda - 850240/14 - Not.104/2018 - R$ 420,63

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 95/2018/PA

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Ceramica Vermelha IND. e COM. Ltda Cpf/cnpj :02.817.165/0001-86 - Processo minerário: 850958/10 - Processo de cobrança: 950118/18 Valor: R$.27.350,45, Processo minerário: 850959/10 - Processo de cobrança: 950119/18 Valor: R$.7.150,46

Titular: j d Viana Epp Cpf/cnpj :14.066.010/0001-34 - Processo minerário: 850305/12 - Processo de cobrança: 950087/16 Valor: R$.736,24

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

Ministério do Desenvolvimento Social

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 11 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício 2018 - 2° trimestre.

A Plenária do CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS), em reunião ordinária realizada nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2018, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício de 2018 - 2° trimestre, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (DEFNAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), conforme planilha anexa.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORMA SUELI DE SOUZA CARVALHO
Presidente do Conselho

ANEXO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA/2018

Atualizado: 02/07/2018

55.901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓD	ATIVIDADE/PROGRAMA	PISO/PROGRAMA/SERVIÇO	DOTAÇÃO ATUALIZADA			EMPENHADO			PAGO			
			LEI + CRÉDITOS (A)	EMENDAS (B)	TOTAL C=(A+B)	LEI + CRÉDITOS (D)	EMENDAS (E)	TOTAL (F) = D + E	LEI + CRÉDITOS (G)	EMENDAS (H)	RAP (I)	TOTAL (J)
2037	FORTALECIMENTO DO SUAS		1.586.309.221	96.507.572	1.682.816.793	1.374.031.523	51.956.554	1.425.988.077	513.833.421	-	70.146.189	583.979.610
2A60	Serviços de Proteção Social Básica	SCFV, PBV III, PBVLAS,PBF	807.073.455	-	807.073.455	784.390.512	-	784.390.512	370.936.292	-	2.146.063	373.082.355
2A65	Serviços de Proteção Social de Média Complexidade	PFMC / PTMC	298.027.545	-	298.027.545	287.516.122	-	287.516.122	65.962.152	-	499.950	66.462.102
2A69	Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade	PAC I, II E PVAC	188.372.100	-	188.372.100	186.638.000	-	186.638.000	52.997.805	-	50.400	53.048.205
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território,	IGDSUAS	80.108.400	-	80.108.400	80.108.400	-	80.108.400	8.447.144	-	41.370	8.488.514

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	no âmbito do SUAS											
20V5	Ações Complementares de Proteção Social	ACESSUAS	10.000.000	-	10.000.000	-	-	-	-	-	-	-
2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica		95.277.721	48.432.426	143.710.147	12.883.600	26.011.994	38.895.594	-	-	25.413.778	25.413.778
2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial		46.450.000	48.075.146	94.525.146	1.800.000	25.944.560	27.744.560	800.000	-	41.346.719	42.146.719
2583	Serviço de Processamento de Dados do BPC e da RMV		52.000.000	-	52.000.000	16.965.847	-	16.965.847	12.631.822	-	150.093	12.781.915
2589	Avaliação e Operacionalização do BPC		7.000.000	-	7.000.000	3.630.807	-	3.630.807	2.058.206	-	497.816	2.556.022
8662	Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho	BOLSA PETI	2.000.000		2.000.000	98.235		98.235	-		-	-
0903	OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA		400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	-	-	400.000.000
00QR	Apoio Financeiro pela União aos Entes		400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	-	-	400.000.000
TOTAL I (DISCRICIONÁRIAS)			1.986.309.221	96.507.572	2.082.816.793	1.774.031.523	51.956.554	1.825.988.077	913.833.421	-	70.146.189	983.979.610
2019	BOLSA FAMÍLIA		-	-	-	427.513.777	-	427.513.777	209.437.027	-	-	209.437.027
8446	Serv. De Apoio à Gestão Descentralizada ao Prog. Bolsa Família	IGDPBF	-	-	-	427.513.777	-	427.513.777	209.437.027	-	-	209.437.027
2037	FORTALECIMENTO DO SUAS		-	-	-	80.063.080	-	80.063.080	80.030.580	-	32.445.590	112.476.170
217M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz		-	-	-	80.063.080	-	80.063.080	80.030.580	-	32.445.590	112.476.170
TOTAL I I (DISCRICIONÁRIAS)			1.986.309.221	96.507.572	2.082.816.793	2.281.608.380	51.956.554	2.333.564.934	1.203.301.028	-	102.591.779	1.305.892.807
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		969.463.570	-	969.463.570	520.828.938	-	520.828.938	520.793.533	-	43.552	520.837.085
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias, e Fundações Públicas		128.463.570	-	128.463.570	123.769.298	-	123.769.298	123.769.298	-	-	123.769.298
0625	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias, e Fundações Públicas		841.000.000	-	841.000.000	397.059.640	-	397.059.640	397.024.235	-	43.552	397.067.787
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		1.000.000	-	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-
0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais		1.000.000	-	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-
2037	FORTALECIMENTO DO SUAS		54.989.298.075	-	54.989.298.075	37.160.147.185	-	37.160.147.185	26.510.568.234	-	991.635.065	27.502.203.299
00H5	BPC/RMV à pessoa idosa		23.863.817.099	-	23.863.817.099	18.105.108.782	-	18.105.108.782	11.527.564.733	-	440.249.516	11.967.814.249
00IN	BPC/RMV à pessoa com deficiência e invalidez		31.125.480.976	-	31.125.480.976	19.055.038.403	-	19.055.038.403	14.983.003.501	-	551.385.549	15.534.389.050
TOTAL III (BPC/RMV/SENTENÇAS)			55.959.761.645	-	55.959.761.645	37.680.976.123	-	37.680.976.123	27.031.361.767	-	991.678.617	28.023.040.384
TOTAL GERAL			57.946.070.866	96.507.572	58.042.578.438	39.962.584.503	51.956.554	40.014.541.057	28.234.662.795	-	1.094.270.396	29.328.933.191

Obs: Este relatório reflete a execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados para outros órgãos.

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 220, DE 12 DE JULHO 2018

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para oferecer subsídios para a supervisão das atividades da Autoridade de Governança do Legado Olímpico/AGLO pelo Ministério do Esporte, nos termos da Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art.1º Fica instituído Grupo de Trabalho/GT competente para:

I - oferecer subsídios para a aprovação pelo Ministério do Esporte do Plano de Utilização das Instalações Olímpicas e Paraolímpicas, elaborado pela AGLO, de que trata o Art. 1º, inciso IV, da Lei nº 13.474/2017;

II - supervisionar as atualizações do Plano de Utilização das Instalações Olímpicas e Paraolímpicas, desenvolvido e implementado pela AGLO, a qual se refere o Art. 1º, inciso IV, da Lei nº 13.474/2017;

III - monitorar as atualizações e divulgação do Plano de Legado das Instalações Olímpicas pela AGLO, em atenção ao Art. 1º, inciso VIII, da Lei nº 13.474/2017;

IV - acompanhar e prover manifestação técnica para as aprovações e autorizações pelo Ministério do Esporte de que trata o Art. 11º, § 3º, da Lei nº 13.474/2017; e

V - fiscalizar o recebimento e analisar os relatórios periódicos sobre o desempenho das atividades desenvolvidas pela AGLO, em conformidade ao Art. 2º, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 13.474/2017.

Parágrafo único. As ações de supervisão, monitoramento, acompanhamento e análise a que se refere o Art. 1º desta Portaria deverão guardar consonância com os princípios dos Artigos 19, 20 e 26 do Decreto-Lei nº 200/1967.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por representantes das seguintes unidades do Ministério do Esporte:

I - Assessoria Especial de Controle Interno;

II - Assessoria Especial de Projetos;

III - Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem;

IV - Secretaria Executiva;

V - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento;

VI - Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; e

VII - Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor.

§1º A presidência do Grupo de Trabalho será exercida pelo Secretário-Executivo Adjunto.

§2º Os representantes titulares elencados no caput indicarão seus respectivos suplentes, que os substituirão em suas ausências ou impedimentos.

§3º O GT poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, para participar de suas reuniões.

§4º O Presidente do GT poderá constituir sub-grupos para o melhor desempenho das funções vinculadas ao Art.1º desta Portaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§5º Quando necessário, os representantes das unidades que formam o GT acionarão suas sub-unidades vinculadas para colaborar com o exercício das competências de que trata o Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º O Grupo de Trabalho deverá definir a forma e periodicidade na busca de dados e informações junto à AGLO.

Art. 4º A Secretaria Executiva proverá apoio administrativo para com as atividades do Grupo de Trabalho.

Art. 5º O GT encaminhará ao Ministro do Estado do Esporte, até 30 de junho de 2019, relatório final de suas atividades realizadas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA

SECRETARIA EXECUTIVA
COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.189, DE 12 DE JULHO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 09/05/2018, 06/06/2018 e 04/07/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 09/05/2018, 06/06/2018 e 04/07/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.113103/2017-75
Proponente: Associação de Futebol Educacional de Guabiruba
Título: Projeto Educacional Guabiruba
Registro: 02SC149992015
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.405.077/0001-93
Cidade: Guabiruba UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 133.020,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5409 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 9576-1
Período de Captação até: 04/07/2019
2 - Processo: 58701.004128/2015-10
Proponente: Associação Esportiva Cultural e Educacional São Paulo Rugby
Título: São Paulo Rugby Masculino Adulto
Registro: 02SP122502013
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.680.598/0001-11
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 576.017,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6996 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 15127-0
Período de Captação até: 09/05/2019
3 - Processo: 58000.119234/2017-66
Proponente: Liga RMC de Esportes
Título: Educando Pelo Esporte - Núcleo 01 e 02 - 4º Ano
Registro: 02SP001222007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.711.388/0001-88
Cidade: Campinas UF: São Paulo
Valor autorizado para captação: R$ 275.949,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2913 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 38156-X
Período de Captação até: 06/09/2019
4 - Processo: 58000.109896/2017-28
Proponente: Instituto Reação
Título: Reação Olímpico - Ano VIII
Registro: 02RJ000792007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.658.523/0001-43
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 4.125.347,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3519 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 23617-9
Período de Captação até: 09/05/2019

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58000.108492/2017-17
No Diário Oficial da União nº 246, de 26 de dezembro de 2017, na Seção 1, página 972 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1150/2017, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 425.988,09, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 424.284,09.

Processo Nº 58701.005987/2015-26
No Diário Oficial da União nº 218, de 14 de novembro de 2017, na Seção 1, página 66 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1129/2017, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4344 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6819-5, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 48638-8.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 121, DE 11 DE JULHO DE 2018

Fixa as metas institucionais do Ministério do Meio Ambiente para o período de 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019 para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho devida aos ocupantes dos cargos efetivos, de acordo com o previsto na Portaria nº 12, de 14 de janeiro de 2013.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso da competência que lhe confere o art. 38 da Portaria nº 12, de 14 de janeiro de 2013, e o disposto no Decreto n° 7.133, de 19 de março de 2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 02000.008965/2018-91 resolve:

Art. 1º Fixar, na forma do Anexo desta Portaria, as metas institucionais do Ministério do Meio Ambiente para o período de 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental - GDAEM, Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Executiva e de Suporte do Meio Ambiente - GTEMA, devidas aos ocupantes dos cargos efetivos do Ministério do Meio Ambiente, e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura - GDAIE, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infraestrutura Sênior, em exercício no Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º A avaliação de desempenho institucional do Ministério do Meio Ambiente, para o período de 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, levará em consideração os percentuais alcançados das metas estabelecidas no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O resultado da avaliação será definido pelo índice de Desempenho Institucional Médio - IDIM, aferido com base na média aritmética dos índices de desempenho de cada meta definida, obtido a partir do grau de alcance das respectivas metas e expresso em pontuação de zero a cem pontos.

Art. 3º Caberá à Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente o monitoramento das metas institucionais e a consolidação das informações referentes aos resultados alcançados.

Parágrafo único. Para efeito de pagamento das gratificações de que trata esta Portaria, a unidade responsável pelo planejamento institucional vinculada à Secretaria-Executiva deverá apurar e encaminhar os percentuais de cumprimento das metas institucionais à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à partir de 1º de junho de 2018.

ROMEU MENDES DO CARMO

ANEXO I

INDICADORES E METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Período: De 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019.

	NOME DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	Fórmula de Cálculo	META PARA O PERÍODO	FONTE
01	Redução do consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio	Percentual	Consumo = [Produção + Importação) - Exportação] em toneladas de PDO (potencial de destruição do ozônio)	16,60	SMCF
02	Número de educadores e gestores formados	Unidade	Número de pessoas formadas	10.000	SAIC
03	Número de adesões à A3P pelas instituições públicas	Unidade	Quantitativo de adesões à A3P realizadas no período	25	SAIC
04	Instrumento de Planejamento, Monitoramento e Gestão Ambiental e Territorial para conservação dos Recursos Naturais em (a) Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e (b) Mitigação dos efeitos da seca nas áreas suscetíveis a Desertificação.	Unidade	Número de instrumentos celebrados	99	SEDR
05	Número de Municípios das Áreas Susceptíveis à Desertificação ASD - com Unidade de Recuperação de Áreas Degradadas - URAD.	Unidade	Número de Municípios que terão ao menos uma URAD implementada	06	SEDR
06	Capacitação em acesso e repartição de benefícios	Unidade	Somatório do número de agentes capacitados sobre acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios	250	SBio
07	Instrumentos de gestão para a conservação e uso sustentável da biodiversidade	Unidade	Os instrumentos de gestão considerados para o número apresentado são: Acordos de Cooperação Técnica assinados, instrumentos de repasse assinados, reuniões de colegiados, normativas, protocolos ou planos elaborados, capacitações realizadas, publicações gráficas lançadas e sistemas ou ferramentas disponibilizadas.	35	SBio
08	Sistemas de dessalinização implantados ou recuperados	Unidade	Número de Sistemas implantados ou recuperados	60	SRHQ
09	Cobertura do Território nacional com diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis definidas por meio de iniciativas de zoneamento ecológico-econômico, ZEE, (federais e estaduais) concluídas	Percentual	(ΣAZEE/área do território nacional) * 100% Quantitativo, em porcentagem do território nacional, da cobertura das iniciativas de ZEE concluídos, instituídos ou não por ato normativo, sejam elas desenvolvidas no âmbito federal ou estadual. Desconsideradas as eventuais sobreposições territoriais entre as iniciativas de ZEE federais e estaduais.	90	SRHQ
10	Área inventariada pelo Inventário Florestal Nacional	Hectare	Área Total inventariada no período	120.000.000	SFB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PORTARIA Nº 6.432, DE 11 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.035 de 20 de abril de 2017, com as alterações trazidas pelo Decreto nº 9.353, de 25 de abril de 2018; o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 e a Portaria GM/MP nº424, de 7 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa versa sobre a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, instituído pela Portaria GM/MP nº 424, de 7 de dezembro de 2017, que deverá incidir sobre as novas contratações de soluções de Tecnologia da Informação -TI pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.

Art. 2º Nas novas contratações de soluções de Tecnologia da Informação, regidas por esta Portaria, é obrigatória, no caso de previsão de reajuste de preços por aplicação de índice de correção monetária, a adoção do ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

§1º Entendem-se por novas contratações os processos que ainda não foram encaminhados ao órgão de assessoramento jurídico respectivo para os fins previstos no art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§2º Os processos que já tiverem passado pela análise jurídica a qual se refere o parágrafo anterior e não possuírem edital publicado ou contrato firmado poderão prever a adoção do ICTI, desde que haja nova análise jurídica quanto a este ponto.

Art. 3º Fica facultado aos órgãos e entidades do SISP incluírem o ICTI como índice de correção monetária nas contratações de Tecnologia da Informação já existentes em que seja admitido o reajuste, desde que não exista no instrumento contratual menção ao índice específico a ser utilizado.

Art. 4º Esta Portaria Normativa entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 12 DE JULHO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.000096/2007-35	13748904	Companhia de Desenvolvimento Nova Olinda	AC
2	46200.000100/2007-65	13744933	Companhia de Desenvolvimento Nova Olinda	AC
3	46200.000090/2007-68	13744950	Companhia de Desenvolvimento Nova Olinda	AC
4	46200.003526/2015-81	208452834	MBC Industria e Comercio de Estruturas Metalicas Eireli	AC
5	46200.003527/2015-25	208452583	MBC Industria e Comercio de Estruturas Metalicas Eireli	AC
6	46200.003528/2015-70	208454721	MBC Industria e Comercio de Estruturas Metalicas Eireli	AC
7	46201.006088/2015-01	207666806	Hapvida Assistência Médica Ltda.	AL
8	46201.006089/2015-47	207667136	Hapvida Assistência Médica Ltda.	AL
9	46201.007351/2015-71	207951586	Hapvida Assistência Médica Ltda.	AL
10	46201.007352/2015-15	207951527	Hapvida Assistência Médica Ltda.	AL
11	46206.138406/2014-62	205210627	B.H. Diesel Ltda	DF
12	46208.004961/2013-91	25506374	Terraço Serviços e Assessoria Ltda	GO
13	46223.006747/2014-61	204023831	Construtora JMP Ltda EPP	MA
14	46223.006748/2014-14	204023912	Construtora JMP Ltda EPP	MA
15	46223.006749/2014-51	204080576	Construtora JMP Ltda EPP	MA
16	46223.006750/2014-85	204080541	Construtora JMP Ltda EPP	MA
17	46249.000263/2015-00	206016646	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
18	46249.000264/2015-46	206016611	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
19	46249.000289/2015-40	206016557	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
20	46249.000465/2015-43	206038992	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
21	46249.000466/2015-98	206039034	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
22	46249.000467/2015-32	206039069	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
23	46249.000468/2015-87	206038950	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
24	46249.000469/2015-21	206038933	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
25	46249.000773/2015-79	206190671	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
26	46249.000774/2015-13	206190697	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
27	46249.000961/2015-05	206422059	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
28	46249.000962/2015-41	206422041	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
29	46249.000964/2015-31	206423110	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
30	46249.000965/2015-85	206423128	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
31	46249.000966/2015-20	206423101	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
32	46249.000967/2015-74	206423136	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
33	46249.000968/2015-19	206423098	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
34	46249.000969/2015-63	206423241	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
35	46249.000970/2015-98	206423225	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
36	46249.000971/2015-32	206423217	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
37	46249.000972/2015-87	206423209	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
38	46249.000973/2015-21	206423063	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
39	46249.000974/2015-76	206423039	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
40	46249.000975/2015-11	206423055	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
41	46249.000976/2015-65	206422989	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
42	46249.000977/2015-18	206423187	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
43	46249.000978/2015-54	206423179	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
44	46249.000979/2015-07	206423161	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
45	46249.000980/2015-23	206423152	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
46	46249.000981/2015-78	206423144	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
47	46249.001155/2015-46	206422083	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
48	46249.001156/2015-91	206422075	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
49	46249.001157/2015-35	206425449	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
50	46249.001158/2015-80	206425457	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
51	46249.001159/2015-24	206422113	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
52	46249.001313/2015-68	206269773	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
53	46249.001314/2015-11	206269790	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
54	46249.001315/2015-57	206269820	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
55	46239.000251/2015-96	205921795	General Cable Company	MG
56	46239.000252/2015-31	205921787	General Cable Company	MG
57	46239.000253/2015-85	205921779	General Cable Company	MG
58	46239.000254/2015-20	205921612	General Cable Company	MG
59	46239.000255/2015-74	205921531	General Cable Company	MG
60	46239.000256/2015-19	205921493	General Cable Company	MG
61	46239.000257/2015-63	205921710	General Cable Company	MG
62	47747.010992/2015-16	208129111	OI S.A.	MG
63	47747.010993/2015-52	208129138	OI S.A.	MG
64	47747.010994/2015-05	208129171	OI S.A.	MG
65	47747.010995/2015-41	208129065	OI S.A.	MG
66	47747.011347/2015-11	208192387	OI S.A.	MG
67	47747.011351/2015-71	208205900	OI S.A.	MG
68	47747.011352/2015-15	208205888	OI S.A.	MG
69	47747.011353/2015-60	208205853	OI S.A.	MG
70	47747.011354/2015-12	208205811	OI S.A.	MG
71	47747.011355/2015-59	208205799	OI S.A.	MG
72	47747.011356/2015-01	208205756	OI S.A.	MG
73	47747.011357/2015-48	208205730	OI S.A.	MG
74	47747.011358/2015-92	208205713	OI S.A.	MG
75	47747.011359/2015-37	208205675	OI S.A.	MG
76	47747.011361/2015-14	208205659	OI S.A.	MG
77	47747.011362/2015-51	208205624	OI S.A.	MG
78	47747.011363/2015-03	208205594	OI S.A.	MG
79	47747.011364/2015-40	208205578	OI S.A.	MG
80	47747.011365/2015-94	208205560	OI S.A.	MG
81	47747.011366/2015-39	208205551	OI S.A.	MG
82	47747.011367/2015-83	208205527	OI S.A.	MG
83	47747.011151/2015-18	208097015	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
84	47747.011152/2015-62	208103139	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
85	47747.011153/2015-15	208102981	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
86	47747.011154/2015-51	208102396	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
87	47747.011155/2015-04	208033777	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
88	47747.011157/2015-95	208034188	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
89	47747.011158/2015-30	208116206	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
90	47747.011159/2015-84	208116214	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
91	47747.011160/2015-17	208097023	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
92	47747.011161/2015-53	208033602	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
93	47747.011162/2015-06	208102264	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
94	47747.011163/2015-42	208102795	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda	MG
95	46222.004669/2015-51	206283393	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
96	46222.004671/2015-21	206283415	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
97	46222.004679/2015-97	206285787	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
98	46222.004683/2015-55	206283164	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
99	46222.004686/2015-99	206283211	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
100	46222.004694/2015-35	206285833	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
101	46222.005035/2015-16	206268840	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
102	46222.005037/2015-13	206283610	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
103	46222.005045/2015-51	206283539	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
104	46222.005046/2015-04	206281013	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
105	46222.005047/2015-41	206283521	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
106	46222.005048/2015-95	206268734	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
107	46222.005049/2015-30	206283504	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
108	46222.005052/2015-53	206283482	Andritz Hydro Brasil Ltda	PA
109	47533.012662/2015-62	207722358	Cocari - Cooperativa Agropecuaria e Industrial	PR
110	47533.013326/2013-75	202029034	V.L. Agro Industrial Ltda.	PR
111	47533.013327/2013-10	202029018	V.L. Agro Industrial Ltda.	PR
112	46217.002747/2016-33	209098414	Clinica Ortopedica e Traumatologica de Natal Ltda	RN
113	46217.002748/2016-88	209099054	Clinica Ortopedica e Traumatologica de Natal Ltda	RN
114	46217.002749/2016-22	209054361	Clinica Ortopedica e Traumatologica de Natal Ltda	RN
115	46217.004376/2016-24	209358173	G A Gois Supermercados Ltda.	RN
116	46217.004377/2016-79	209358084	G A Gois Supermercados Ltda.	RN
117	46291.000284/2016-82	209024950	Granel Transportes E Logistica Eireli - ME	RN
118	46291.000285/2016-27	209024925	Granel Transportes E Logistica Eireli - ME	RN
119	46291.000286/2016-71	209024933	Granel Transportes E Logistica Eireli - ME	RN
120	46217.000440/2016-06	208716564	Hospital Maternidade Dr Ruy Mariz	RN
121	46217.000441/2016-42	208716467	Hospital Maternidade Dr Ruy Mariz	RN
122	46217.000442/2016-97	208709258	Hospital Maternidade Dr Ruy Mariz	RN
123	46217.010868/2015-78	208260871	SF Comercio de Suplementos Ltda ME	RN
124	46217.001795/2016-12	208971572	Ugevanilson Rodrigues da Silva ME	RN
125	46274.000275/2016-08	208863591	Cargnelutti & Cia Ltda	RS
126	46273.000170/2016-51	208898786	Concordia Logistica S.A.	RS
127	46273.000176/2016-28	208884505	Construtora Schumann Ltda	RS
128	47157.001879/2015-81	208309748	Dia Brasil Sociedade Limitada	RS
129	46273.000101/2016-47	208799575	Irmaos Ruivo Ltda	RS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

130	46274.002918/2015-69	208045198	Mes Suporte - Industria de Suportes Galvanizados para Cuias Ltda.	RS
131	46272.001774/2013-81	200479342	Municipio de Passo Fundo	RS
132	46272.003900/2015-02	208381082	Passofertil Comercio e Representacoes Ltda	RS
133	46277.000138/2015-54	205754309	Rádio São Miguel Ltda. - ME	RS
134	46277.000139/2015-07	205754341	Rádio São Miguel Ltda. - ME	RS
135	46277.000140/2015-23	205754384	Rádio São Miguel Ltda. - ME	RS
136	46274.000176/2016-18	208798358	Supermercado Bertagnolli Ltda	RS
137	46220.006670/2014-50	205224571	Eletrosul Centrais Eletricas S/A	SC
138	46220.006526/2014-13	204875731	Guarezi Materiais de Construcao Ltda	SC
139	46220.007491/2014-30	205223249	Inviosat Seguranca Ltda	SC
140	46220.002579/2015-46	206625961	Irmandade do Sr Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade	SC
141	46220.002710/2015-75	206745877	Montesinos Sistemas de Administracao Prisional Ltda	SC
142	46301.002776/2014-84	204494923	Planaterra-Terraplenagem e Pavimentacao Ltda	SC
143	46304.003432/2014-62	205457100	Rodoviario Bedin Limitada	SC
144	46301.002894/2014-92	204525616	Safe Transport Ltda. - ME	SC
145	46220.002448/2015-69	206201281	Seara Alimentos Ltda	SC
146	46220.002451/2015-82	206201265	Seara Alimentos Ltda	SC
147	46220.002452/2015-27	206201273	Seara Alimentos Ltda	SC
148	46220.002453/2015-71	206201214	Seara Alimentos Ltda	SC
149	46220.002454/2015-16	206201257	Seara Alimentos Ltda	SC
150	46220.002462/2015-62	206201290	Seara Alimentos Ltda	SC
151	46401.000181/2013-85	200358723	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
152	46263.001152/2015-24	206197047	Condominio Parque Residencial Tiradentes	SP
153	46261.006026/2015-86	208511547	Espaco Celulares Mogi das Cruzes Ltda - EPP	SP
154	46261.006025/2015-31	208511555	Espaco Celulares Mogi das Cruzes Ltda - EPP	SP
155	46261.006027/2015-21	208511539	Espaco Celulares Mogi das Cruzes Ltda - EPP	SP
156	46268.002452/2013-19	201652145	Fundacao Educacional de Fernandopolis	SP
157	47998.009225/2015-02	208577599	Instituto de Educacao Superior Sao Paulo Ltda - EPP	SP
158	46473.004920/2012-83	23810238	Net São Paulo Ltda	SP
159	46473.004921/2012-28	23810246	Net São Paulo Ltda	SP
160	46268.000871/2014-05	203277635	SMI - Servicos e Montagens Inteligentes Ltda	SP
161	46268.000872/2014-41	203277651	SMI - Servicos e Montagens Inteligentes Ltda	SP
162	46268.000241/2015-11	205791107	Supermercado Porecatu Ltda	SP
163	47998.004125/2015-07	207282749	Tel Fretamento e Turismo Ltda.	SP
164	46256.001003/2016-35	209279133	Turismar Transportes e Turismo Ltda	SP
165	46256.001004/2016-80	209279508	Turismar Transportes e Turismo Ltda	SP
166	46256.002015/2016-87	209995335	Turismar Transportes e Turismo Ltda	SP
167	46226.006397/2011-61	18481744	Paulo de Sousa Milhomem	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47747.011164/2015-97	200.609.131	Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda.	MG
2	46215.006250/2012-81	506.586.294	Autcon Sistemas Ltda.	RJ
3	46375.000609/2013-54	200.208.691	Flexor Industrial e Comercial Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46218.011435/2015-20	207277168	Artico S.A.	RS
2	46218.002323/2016-69	208860703	Expresso Frederes S.A. - Viagens e Turismo	RS

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47533.002546/2012-92	023417030	Cetel Laboratório Clínico Ltda.	PR

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47533.002544/2012-01	100.246.109	Cetel Laboratório Clínico Ltda.	PR

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.004085/2014-43	25086146	Engematloc - Terraplanagem e Locacoes Ltda	AL
2	47904.014748/2013-01	201560160	Centro Educacional Conhecimento Ltda - ME	BA
3	47904.012294/2013-25	24819841	Invest Flex Cobrancas de Vendas Ltda	BA
4	47904.014757/2013-93	201572982	Stock Mix Comercio Ltda - ME	BA
5	46222.012887/2015-60	208252479	Mada Servicos De Loterias Ltda. - ME	PA
6	46224.003605/2015-13	207261598	Alcance Telecomunicacoes Ltda - EPP	PB
7	46224.004115/2015-34	207535175	Grafique - Grafica E Editora Ltda - ME	PB

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46473.002824/2007-43	505.874.148	Edifício La Concorde Europa	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46216.005883/2015-12	208476601	R E Rodrigues da Silva - ME	RO

3) Pelo arquivamento em razão de:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.001987/2002-44	05338158	Associação das Pioneiras Sociais	DF
2	46473.012994/2008-15	15756734	Eikongraphic's Gráfica, Editora e Comércio Ltda.	SP

4- Pele sobrestamento dos processos:

4.1 - Pela procedência do auto de infração ou notificação de débito e encerramento do processo nos termos do art. 42 da Portaria nº 854/2015. O processo deverá ficar sobrestado até decisão judicial definitiva.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.013199/2013-49	201379368	Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Campo	BA
2	46218.001464/2017-45	211230634	Universal Leaf Tabacos Ltda.	RS
3	46218.007113/2017-48	211996289	Universal Leaf Tabacos Ltda.	RS
4	46218.007114/2017-92	211998508	Universal Leaf Tabacos Ltda.	RS

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Ministério dos Direitos Humanos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 264, DE 10 DE JULHO DE 2018

Reabre o prazo de inscrição do Prêmio Direitos Humanos 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto n. 9.331, de 5 de abril de 2018 e o item 6 do Edital MDH n. 3, de 14 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Fica reaberto o prazo previsto no item 6 do Edital MDH n. 3, de 14 de junho de 2018 para as proposições para o Prêmio "Direitos Humanos", ano 2018, que deverão ser efetuadas até às 23h e 59min do dia 18 de julho do corrente ano, por meio do sítio eletrônico mencionado no item 5 do mesmo Edital.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

PORTARIA Nº 266, DE 11 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a inclusão da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres entre as unidades organizacionais do Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério dos Direitos Humanos - SIC/MDH.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, o Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017, e o Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º A Portaria MDH nº 156, de 6 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - .....

.....

g) Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

h) Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 9 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a realização da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (5ª CNDPI) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CNDI), no uso de suas atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004 e, tendo em vista deliberação qualificada do Plenário do Conselho, em sua 94ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º Definir o mês de novembro de 2019 para a realização da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (5ª CNDPI).

Art. 2º Recomendar aos Estados, Distrito Federal e Municípios a realização das Conferências, nos períodos que seguem:

I - Etapa municipal - até 31 de março de 2019

II - Etapa estadual e distrital - até 15 de agosto de 2019

III - Etapa nacional - novembro de 2019

Art. 3º Estabelecer para as Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional o tema "Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas", e os seguintes eixos:

I - Direitos Fundamentais na construção/efetivação das Políticas Públicas,

Subeixos: Saúde; Assistência Social; Previdência; Moradia; Transporte; Cultura, Esporte e Lazer.

II - Educação: assegurando direitos e emancipação humana.

III - Enfrentamento da violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

IV - Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 4º Fica instituída, paritariamente, a Comissão de Planejamento e Organização da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (5ª CNDPI), composta pelos Coordenadores e Vice-Coordenadores das Comissões Permanentes do CNDI.

§1º A Coordenação-Geral da Comissão a que se refere o caput deste artigo será exercida pela Vice-Presidência do CNDI, que se responsabilizará pelas orientações necessárias para a viabilização da Conferência Nacional.

§2º Em caso de ausência ou impedimento do Vice-Presidente do CNDI, a Coordenação-Geral será exercida pelo(a) Conselheiro(a) Titular mais idoso(a) da Comissão.

§3º A Comissão terá o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação desta Resolução, para elaboração do Regimento Interno e das Orientações Básicas para a realização das Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional.

§4º Poderão ser convidados especialistas, assessores e consultores de reconhecida competência para contribuir com a Comissão.

Art. 5º A Comissão deverá contar com Consultoria, a ser contratada para a elaboração do Texto Base orientador dos trabalhos das Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral da Comissão.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 39, de 13 de março de 2018.

ROGÉRIO LUIZ BARBOSA ULSON

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 2.130, DE 6 DE JULHO DE 2018

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.024342/2018-97, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1505-61/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico AGS MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO DOS SANTOS NASCIMENTO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 2.041, DE 29 DE JUNHO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1.751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1.422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.025023/2018-18, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: SSV VICTORIA (9PBH);

II - Indicativo de chamada: SS70;

III - Número de inscrição na Autoridade Marítima Brasileira: 381E006271;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Semissubmersível;

V - Unidade da Federação: RJ;

VI - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Santos;

VII - Posição geográfica: Variável;

VIII - Altitude em relação ao nível do mar: 50,71 metros;

IX - Resistência do pavimento: 12.800 quilogramas;

X - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,20 metros;

XI - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XII - Classe: 1;

XIII - Categoria: H2; e

XIV - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A homologação tem validade até 21 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 2.050, DE 29 DE JUNHO DE 2018 (*)

Estabelece modelo de referência de diário de bordo em meio físico.

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS E O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, os art. 34, inciso VIII, e 35, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 457, de 20 de dezembro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.000366/2018-61, resolvem:

Art. 1º Estabelecer modelo de referência do diário de bordo em meio físico (papel) para escrituração, registro e apresentação das informações e orientar seu preenchimento.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O diário de bordo é documento único, de porte obrigatório, que deve ser organizado em volumes.

§ 1º Os volumes do diário de bordo cuja última página tenha sido preenchida a menos de 5 (cinco) anos e 1 (um) dia da data corrente devem ficar à disposição da fiscalização.

§ 2º Todos os volumes de diários de bordo encerrados e o corrente, pertencentes à aeronave caracterizada segundo seu fabricante, modelo e número de série, compõem o acervo de documentos da aeronave, independentemente de marcas de nacionalidade e matrícula.

§ 3º Sendo distintos o operador e o proprietário da aeronave, o negócio jurídico que firmarem entre si permitindo a posse e uso da mesma pelo primeiro deve dispor sobre a responsabilidade pela produção, guarda e manutenção do diário de bordo.

§ 4º Ocorrendo a transferência de propriedade da aeronave, todos os volumes de diário de bordo custodiados pelo vendedor devem ser entregues ao comprador e o recibo da transferência do documento deve ser apresentado ao Registro Aeronáutico Brasileiro - RAB para averbação no livro de matrícula da aeronave.

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria, aplicam-se as seguintes definições:

I - termo de abertura: é o ato pelo qual se declara, na primeira página do diário de bordo, a sua efetivação, constatando dela a data, a identificação da aeronave e os dados técnicos e operacionais que lhe são pertinentes;

II - termo de encerramento: é o ato pelo qual se declara, na última página do diário de bordo, o seu encerramento, devidamente datado.

Parágrafo único. As demais definições desta Portaria constam do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 01 (RBAC nº 01).

Art. 4º Um volume do diário de bordo deve conter a seguinte estrutura:

I - capa;

II - prefácio;

III - termo de abertura;

IV - Parte I - Registro de voo;

V - Parte II - Situação técnica da aeronave; e

VI - termo de encerramento.

§ 1º Os dados de que tratam os incisos IV e V, correspondentes ao registro de voo e situação técnica da aeronave, poderão ser impressos em uma única folha, cabendo ao proprietário da aeronave demonstrar a adequação do arranjo às necessidades da fiscalização.

§ 2º Os proprietários ou operadores de planadores, balões livres tripulados, dirigíveis, aeronaves aerodesportivas e aeronaves sob o RBAC nº 103 poderão adaptar a disposição gráfica dos dados de que tratam os incisos IV e V, correspondentes ao registro de voo e situação técnica da aeronave, segundo a peculiaridade do uso das aeronaves.

§ 3º As páginas referentes às Partes I e II do diário de bordo devem ser confeccionadas em pelo menos duas vias, sendo a segunda via destacável, com exceção das aeronaves operadas por pessoas físicas, que poderão confeccionar todas as páginas em uma única via.

Art. 5º O volume do diário de bordo utilizado para escrituração, registro e apresentação das informações em meio físico (papel) tem numeração única composta no formato NN/CC-MMM/AAAA, onde:

I - NN é um número sequencial crescente, devendo ser grafado o zero antecedente para o intervalo 1 (um) a (nove), com o número 01 (um) correspondendo ao primeiro volume do diário de bordo da aeronave, contado desde a vigência da Instrução de Aviação Civil - IAC 3151, em 3 de maio de 2002;

II - CC é a marca de nacionalidade atribuída pelo RAB para a aeronave;

III - MMM é a marca de matrícula atribuída pelo RAB para a aeronave;

IV - AAAA é o ano calendárico em que ocorreu a abertura do diário de bordo.

§ 1º A sequência numérica (NN) dos volumes do diário de bordo é independente do ano (AAAA).

§ 2º Ocorrendo mudança de marcas da aeronave, deverá ser lavrado o termo de encerramento do volume do diário de bordo correspondente antes da abertura de um novo.

§ 3º Caso a aeronave identificada segundo fabricante, modelo e número de série já tenha sido anteriormente registrada com as mesmas marcas de nacionalidade e matrícula, a sequência numérica (NN) dos volumes do diário de bordo deve ser respeitada.

CAPÍTULO II

DOS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Art. 6º Todo volume de diário de bordo deve conter uma página de prefácio com o texto e disposição como especificado no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. A página de prefácio poderá estar no verso da capa (segunda capa) do volume se o texto estiver grafado inteiramente em seu anverso.

Art. 7º Todo volume de diário de bordo deve conter uma página para lavratura do termo de abertura com texto e disposição segundo o Anexo desta Portaria, com os seguintes campos:

I - dia calendárico de abertura do volume de diário de bordo;

II - mês calendárico de abertura do volume de diário de bordo;

III - ano calendárico de abertura do volume de diário de bordo;

IV - páginas do volume de diário de bordo;

V - fabricante, conforme constante no RAB para a aeronave (vide Certificado de Aeronavegabilidade);

VI - modelo, conforme código correspondente constante no Certificado de Aeronavegabilidade;

VII - número de série, conforme constante no RAB para a aeronave (vide Certificado de Aeronavegabilidade);

VIII - marcas de nacionalidade e matrícula, conforme constante no RAB para a aeronave, composta de duas letras para a indicação da nacionalidade brasileira e três letras para a matrícula, separadas por hífen (vide Certificado de Matrícula);

IX - horas totais de voo;

X - total de ciclos;

XI - ano de fabricação;

XII - total de pousos;

XIII - nome do proprietário, segundo o registrado no RAB, na data de abertura do volume;

XIV - nome do operador, segundo o registrado no RAB, na data de abertura do volume;

XV - observações.

§ 1º As informações dos incisos V até IX devem estar disponíveis, a todo momento, para o piloto em comando da aeronave, para o pessoal de manutenção e para a ANAC.

§ 2º No caso de mudança de marcas, ao abrir o novo volume de diário de bordo para a aeronave com as novas marcas, o operador deve fazer constar no campo destinado às observações o texto: "Esta aeronave possuía anteriormente as marcas WW-XYZ até DD/MM/AAAA", onde:

I - WW é a marca de nacionalidade anterior;

II - XYZ é a marca de matrícula anterior;

III - DD é o dia calendárico em que o RAB procedeu a alteração (vide novo Certificado de Matrícula);

IV - MM é número do mês calendárico em que o RAB procedeu a alteração (vide novo Certificado de Matrícula);

V - AAAA é o ano em que o RAB procedeu a alteração (vide novo Certificado de Matrícula).

CAPÍTULO III

DAS OCORRÊNCIAS

Art. 8º As ocorrências verificadas entre o fechamento e a abertura de portas da aeronave devem ser registradas em folhas de capítulo próprio do volume do diário de bordo.

Art. 9º. As ocorrências classificam-se em:

I - de saúde e sanitárias, que devem ser indicadas HTSAN;

II - de segurança relativa a atos de interferência ilícita contra a aviação civil, que devem ser indicadas AVSEC;

III - de segurança pública, que devem ser indicadas PBSEC; e

IV - outras, que devem ser indicadas OTR.

Parágrafo único. O piloto em comando deve providenciar, na primeira escala (término da etapa de voo), o comparecimento a bordo para as providências cabíveis, de:

I - médico ou autoridade sanitária, nos casos do inciso I do art. 9º desta Portaria;

II - agente da Polícia Federal, ou da autoridade policial local se aquele não existir na localidade ou não poder atender em até 30 (trinta) minutos após a abertura de portas da aeronave, nos casos do inciso II do art. 9º desta Portaria;

III - autoridade policial local, nos casos do inciso III do art. 9º desta Portaria;

IV - agente público competente para conhecer da situação, nos casos do inciso VI do art. 9º desta Portaria.

Art. 10. No registro das ocorrências deve constar:

I - data da ocorrência;

II - hora da ocorrência;

III - local da ocorrência, pelo indicativo de localidade ou coordenada geográfica se em solo e, obrigatoriamente por coordenada geográfica se em voo;

IV - página do volume do diário de bordo onde constem os dados relativos ao voo da ocorrência;

V - código de classificação da ocorrência, segundo art. 9º desta Portaria;

VI - melhor qualificação civil possível das pessoas envolvidas, conforme disponíveis;

VII - descrição dos fatos, informando o que e como se deu a ocorrência.

§ 1º O piloto em comando da aeronave é o responsável pelo registro da ocorrência, podendo ser substituído pelo segundo em comando ou outro membro da tripulação conforme estipular o manual geral de operações do operador da aeronave, se existente e certificado pela ANAC.

§ 2º Os interessados especificados no art. 9º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, poderão obter cópia da folha de ocorrência para fins de direito, correndo as custas às suas expensas.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO DO VOO

Art. 11. A Parte I do diário de bordo deverá conter os seguintes dados relativos a cada etapa de voo, conforme o Anexo desta Portaria:

I - tripulação - código ANAC, horário de apresentação, base contratual (se aplicável) e rubrica;

II - numeração da página do diário de bordo;

III - numeração do diário de bordo;

IV - identificação da aeronave (marcas);

V - ciclos parciais e totais de voo;

VI - data do voo (dia/mês/ano) e horários de partida, decolagem, pouso e corte;

VII - locais de pouso e decolagem;

VIII - tempo de voo diurno, noturno, IFR (real ou sob capota);

IX - horas de voo por etapa/total;

X - números de pousos parciais e totais;

XI - total de combustível, no momento da partida dos motores;

XII - natureza do voo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XIII - número de pessoas a bordo por etapa;
XIV - peso da carga transportada por etapa;
XV - local para rubrica do piloto em comando da aeronave; e
XVI - ocorrências de voo.

Parágrafo único. Para as aeronaves experimentais, conforme definição constante no RBAC nº 01, os incisos I, VIII, XI e XIV do caput deverão constar do diário de bordo caso se apliquem às suas operações.

Art. 12. No diário de bordo em meio físico (papel), o número sequencial cronológico que identifica o registro de determinado voo será obtido, se necessário, pela composição das marcas de nacionalidade e matrícula da aeronave, dia e hora de decolagem do voo, não necessitando de campo próprio.

Art. 13. Os tripulantes embarcados em determinado voo devem ser identificados por:

I - código ANAC, sequência de 6 (seis) dígitos correspondente ao número de inscrição no Sistema Integrado de Informações da Aviação Civil (SACI) da ANAC;

II - função a bordo, com 1 (uma) posição alfanumérica que pode assumir os seguintes valores:

a) P, para o piloto em comando;
b) I, para o piloto em instrução;
c) O, para o segundo em comando;
d) C, para o comissário;
e) M, para o mecânico de voo;
f) X, para o tripulante extra.

III - hora de apresentação, em hora UTC (hora zulu), no formato HH:MM, onde:

a) HH corresponde à hora; e
b) MM corresponde aos minutos.

Art. 14. Para todo voo deve ser informada a data de decolagem no formato DD/MM/AAAA, onde:

I - DD é o dia calendárico;
II - MM é número do mês calendárico; e
III - AAAA é o ano calendárico.

Parágrafo único. A data de decolagem poderá figurar no cabeçalho da página do diário de bordo para indicar que todos os voos registrados naquela página ocorreram em uma mesma data.

Art. 15. Os locais de pouso e decolagem devem ser informados para cada voo, conforme indicativo OACI, código com quatro posições alfanuméricas, podendo assumir qualquer valor constante no Doc 7910 da OACI.

§ 1º Caso a localidade não possua indicativo OACI, deverá ser preenchido o respectivo campo com o código ZZZZ, seguido do nome da localidade (fazenda, pista, área, prédio, hospital, lote etc), no campo de observações.

§ 2º Nos casos não previstos no caput e no § 1º do caput, deve-se informar as coordenadas geográficas, expressas nos termos do datum de referência geodésica WGS-84 (Sistema Geodésico Mundial - 1984), no formato gg mm ssQ/057 33 15G, onde:

I - gg ou ggg indica os graus, sendo que gg varia de 0º a 90º e ggg varia de 0º a 180º;
II - mm indica os minutos;
III - ss indica os segundos;
IV - Q é a latitude, que pode assumir os valores alfabéticos S para sul ou N para norte, a partir do Equador; e
V - G é a longitude, que pode assumir os valores alfabéticos W para oeste ou E para leste, a partir do meridiano de Greenwich.

§ 3º Em todas operações, exceto aquelas regidas pelo RBAC nº 137 (operações aeroagrícolas), a precisão mínima exigida para as coordenadas geográficas é de 3 (três) minutos de arco do centro geométrico da principal pista do aeródromo, ou 5.556 m (cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis metros).

§ 4º Nas operações regidas pelo RBAC nº 137 (operações aeroagrícolas) as coordenadas geográficas devem corresponder ao centro da área de operação, com precisão mínima de 3 (três) minutos de arco.

§ 5º O formato de indicativo utilizado para a primeira localidade de decolagem em dada página do diário de bordo obriga a utilização deste formato para as demais indicações de locais naquela página.

Art. 16. Os horários de partida, decolagem, pouso, e corte dos motores devem ser informados, em hora UTC (hora zulu), para cada voo, no formato HH:MM, onde:

I - HH corresponde à hora; e
II - MM corresponde aos minutos.

Art. 17. Os quantitativos de horas de voo diurnas e noturnas, voo em condições IFR-R (real) e IFR-C (sob capota) e tempo total de voo devem ser registrados, em hora UTC (hora zulu), no formato HH:MM, onde:

I - HH corresponde à hora; e
II - MM corresponde aos minutos.

Parágrafo único. As horas noturnas devem ser lançadas como lidas no relógio, sem qualquer ajuste legal.

Art. 18. O total de combustível por etapa de voo deve ser registrado com a quantidade existente no momento da partida dos motores, no formato de número inteiro, com arredondamento para o menor se necessário, nas unidades alternativas:

I - massa, pelo sistema internacional de medidas, em quilogramas, utilizando a abreviatura KG;
II - volume, em litros, unidade aceita pelo sistema internacional de medidas, utilizando a abreviatura L;
III - massa, pelo sistema libra-polegada, em libras (libra avoirdupois ou libra internacional), utilizando a abreviatura LB; ou
IV - volume em galões líquidos, conforme medida norte-americana, utilizando a abreviatura GAL.

Art. 19. A natureza do voo deve ser registrada usando um dos seguintes indicativos, conforme orientação:

I - AE, autorização especial;
II - CQ, exame prático de proficiência (voo de cheque ou recheque);
III - EX, experiência. Ensaio em voo, avaliação operacional da aeronave ou qualquer outro voo sob responsabilidade do fabricante ou oficina de manutenção;
IV - NR, voo não regular;
V - RE, voo regular;
VI - PV, caráter privado. Uso da aeronave sem remuneração ao proprietário ou operador;
VII - SA, serviço aéreo especializado;
VIII - TN, treinamento. Realizado com instrutor a bordo; ou
IX - TR, traslado da aeronave. Com a tripulação necessária e suficiente para a etapa, sem passageiros, carga ou mala postal. Admite o aproveitamento para traslado de outros aeronautas.

Art. 20. A quantidade de pessoas a bordo (POB) na etapa deve ser registrada no formato de número inteiro, incluindo os membros da tripulação e os extras.

Art. 21. A quantidade de carga transportada na etapa deve ser registrada no formato de número inteiro, incluindo a mala postal, se houver, nas unidades alternativas:

I - massa, pelo sistema internacional de medidas, em quilogramas, utilizando a abreviatura KG; ou
II - massa, pelo sistema libra-polegada, em libras (libra avoirdupois ou libra internacional), utilizando a abreviatura LB.

Art. 22. As informações registradas no diário de bordo devem ser assinadas pelo piloto em comando pelo menos até o fim da jornada.

§ 1º Caso haja troca de tripulação ao fim de uma etapa de voo, o registro correspondente deve ser preenchido e assinado.

§ 2º Caso o piloto em comando deixe a aeronave, para não mais retornar, antes do término de sua jornada, o registro correspondente à etapa de voo deve ser preenchido e assinado.

CAPÍTULO V

DA SITUAÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE

Art. 23. A Parte II do diário de bordo deverá conter os seguintes dados relativos à situação técnica da aeronave, conforme Anexo desta Portaria:

I - tipo da última intervenção de manutenção (exceto trânsito e diária);
II - tipo da próxima intervenção de manutenção (exceto trânsito e diária);
III - horas de célula previstas para a próxima intervenção de manutenção;
IV - data da discrepância e da ação corretiva;
V - local para registro de discrepâncias técnicas constatadas pela tripulação e/ou manutenção;
VI - local para liberação da manutenção (trânsito, inspeções, etc.) - aprovação para retorno ao serviço;
VII - local para rubrica do piloto em comando da aeronave, em acordo com o art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 457, de 20 de dezembro de 2017; e
VIII - local para rubrica do mecânico responsável pela liberação da aeronave.

Parágrafo único. A Parte II do diário de bordo pode ser impressa conforme Anexo desta Portaria ou em uma folha própria.

Art. 24. Para todo registro deve ser informada a data correspondente no formato DD/MM/AAAA, onde:

I - DD é o dia calendárico;
II - MM é número do mês calendárico; e
III - AAAA é o ano calendárico.

Art. 25. Para todo registro deve ser informado tipo da última intervenção de manutenção prevista para a célula (exceto trânsito e diária).

Art. 26. Para todo registro deve ser informado tipo da próxima intervenção de manutenção prevista para a célula (exceto trânsito e diária).

Art. 27. Para todo registro devem ser informadas as horas de célula previstas para a próxima intervenção de manutenção, ou seja, as horas faltantes para a próxima intervenção de manutenção prevista para a célula.

Art. 28. Para todo registro devem ser informadas as horas de célula anterior.

Art. 29. Para todo registro devem ser informadas as horas de célula no dia.

Art. 30. Para todo registro devem ser informados os números de pousos na etapa, necessariamente, e números de ciclos na etapa, se aeronave pressurizada.

Art. 31. Para todo registro deve ser informado o sistema em que a discrepância foi identificada, segundo código do capítulo da publicação S1000d desenvolvida em conjunto pela AeroSpace and Defence Industries Association of Europe - ASD, Aerospace Industries Association - AIA e Airlines for America - A4A (anteriormente Air Transport Association of America - ATA).

Art. 32. Para todo registro devem ser informadas as discrepâncias técnicas observadas.

Art. 33. Para todo registro deve ser identificada a pessoa que detectou as discrepâncias técnicas por aposição de seu código ANAC e rubrica.

Art. 34. Para todo registro deve ser identificada a ação corretiva realizada para retorno da aeronave ao serviço.

Art. 35. Para todo registro deve ser identificada a pessoa que aprovou a ação corretiva realizada para retorno da aeronave ao serviço por aposição de seu código ANAC e rubrica, segundo RBAC nº 43.

Art. 36. Todo piloto em comando, ao assumir a aeronave, deve dar ciência sobre os registros realizados sobre as discrepâncias técnicas detectadas na(s) etapas anterior(es) e ainda não solucionada(s), bem como das ação(ões) corretiva(s) realizada(s) para retorno da aeronave ao serviço imediatamente antes do início da etapa de voo.

Art. 37. Os dados exigidos no diário de bordo devem ser preenchidos independentemente da existência de caderneta de célula, de motor e de hélice para a aeronave, que tem o caráter de documentos derivados.

CAPÍTULO VI

DOS ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Art. 38. Todo volume de diário de bordo deve conter uma página para lavratura do termo de encerramento com texto e disposição segundo o Anexo desta Portaria, com os seguintes campos:

I - dia calendárico de encerramento do volume de diário de bordo;
II - mês calendárico de encerramento do volume de diário de bordo;
III - ano calendárico de encerramento do volume de diário de bordo;
IV - fabricante, conforme constante no RAB para a aeronave (vide Certificado de Aeronavegabilidade);
V - modelo, conforme código correspondente constante no Certificado de Aeronavegabilidade;
VI - número de série, conforme constante no RAB para a aeronave (vide Certificado de Aeronavegabilidade);
VII - marcas de nacionalidade e matrícula, conforme constante no RAB para a aeronave, composta de duas letras para a indicação da nacionalidade brasileira e três letras para a matrícula, separadas por hífen (vide Certificado de Matrícula);
VIII - horas totais de voo;
IX - total de ciclos;
X - ano de fabricação;
XII - total de pousos;
XII - nome do último proprietário, segundo o registrado no RAB, na data de encerramento do volume;
XIII - nome do último operador, segundo o registrado no RAB, na data de encerramento do volume; e
XIV - observações.

§ 1º No caso de mudança de marcas, ao abrir o novo volume de diário de bordo para a aeronave com as novas marcas, o operador deve fazer constar no campo destinado às observações o texto: "Esta aeronave adquiriu as novas marcas UU-RST em DD/MM/AAAA, sendo os seus registros encerrados, com relação ao registro de voos, na página PP", onde:

I - UU é a nova marca de nacionalidade (vide novo Certificado de Matrícula);
II - RST é a nova marca de matrícula (vide novo Certificado de Matrícula);
III - DD é o dia calendárico em que o RAB procedeu a alteração (vide novo Certificado de Matrícula);
IV - MM é número do mês calendárico em que o RAB procedeu a alteração (vide novo Certificado de Matrícula);
V - AAAA é o ano em que o RAB procedeu a alteração (vide novo Certificado de Matrícula);
VI - PP é o número da última página preenchida do capítulo relativo ao registro de voo.

CAPÍTULO VII

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA PRODUÇÃO

Art. 39. O diário de bordo em meio físico (papel) deve ser impresso, segundo uma das seguintes tecnologias, em ordem de preferência:

I - offset;
II - digital (eletrostático);
III - rotogravura;
IV - flexografia; ou
V - tipografia.

§ 1º É de responsabilidade do proprietário a produção do diário de bordo na forma e quantidade adequadas e necessárias à operação da aeronave.

§ 2º O operador da aeronave poderá assumir os encargos de produção, controle, arquivamento e preservação do diário de bordo.

Art. 40. As dimensões externas do diário de bordo em meio físico (papel) não podem ser inferiores a 210 mm x 297 mm, correspondente ao tamanho A4.

Parágrafo único. Os proprietários ou operadores de planadores, balões livres tripulados, dirigíveis, aeronaves aerodesportivas e aeronaves sob o RBAC nº 103 poderão utilizar diários de bordo com dimensões não inferiores a 148mm x 210mm, correspondente ao tamanho A5.

Art. 41. O diário de bordo em meio físico (papel) deve ter encadernação do tipo brochura por costura, com papel nas seguintes gramaturas mínimas:

I - capa (1ª e 2ª capas): 230g/m²;
II - miolo (folhas internas fixas): 75g/m²;
III - contracapa (3ª e 4ª capas): 230g/m².

§ 1º São vedadas encadernações do tipo canoa (cadernos grampeados), espiral, wire-o (garras metálicas em duplo anel), termoencadernação (cola ativada termicamente), ou outros que permitam a substituição de folhas.

§ 2º As vias do diário de bordo devem ser confeccionadas da seguinte forma:

I - o original, 1ª (primeira) via, deve ser fixo no documento e impresso em papel na cor branca, devendo as outras vias, destacáveis, serem impressas em outras cores;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - as demais vias somente poderão ser impressas no anverso da página;

III - a gramatura da via original, fixa, pode ser diminuída para até 48g/m²; e

IV - somente pode ser utilizado papel autocopiativo.

§ 2º O uso de uma placa metálica (alumínio) nas dimensões do diário de bordo, para apoio e proteção, permite diminuir a gramatura da contracapa para até 115g/m².

Art. 42. A impressão e montagem do diário de bordo deverá ser feita de modo que a leitura e preenchimento seja feita com a folha orientada segundo a sua maior dimensão na horizontal (orientação paisagem, ou landscape, em inglês), com encadernação pela borda superior.

Art. 43. O operador pode organizar o diário de bordo em volumes.

§ 1º Cada volume de diário de bordo pode conter no máximo 50 (cinquenta) folhas de vias originais.

§ 2º As páginas de cada via original de um volume de diário de bordo devem ser numeradas sequencial e mecanicamente (impresso) a partir do termo de abertura, que será a página número 1 (um), até o termo de encerramento.

§ 3º Eventuais outras vias (2ª, 3ª, etc.) de página de um volume de diário de bordo devem constar a mesma numeração da via original (1ª).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. O diário de bordo deve ser preenchido de forma a garantir a inviolabilidade dos dados registrados.

§ 1º Registros lançados incorretamente, por erro de preenchimento, devem ser taxados de um modo tal que possa ainda ser lido em uma fiscalização. O registro incorreto não pode ser apagado ou riscado de um modo tal que impeça a sua leitura em uma fiscalização. O registro correto então deve ser lançado em um novo campo do diário de bordo.

§ 2º Campos não utilizados no diário de bordo devem ser inutilizados com um traçado horizontal, vertical ou diagonal, que abranja todos os campos.

Art. 45. O diário de bordo, ou seus volumes, devem ser mantidos à disposição da fiscalização por até, no mínimo, 5 (cinco) anos e um dia após o cancelamento da matrícula da aeronave junto ao RAB, vide art. 2º, § 1º, desta Portaria, independente do motivo.

§ 1º Ocorrendo a exportação da aeronave, o ultimo proprietário da aeronave deve fotocopiar as páginas do diário de bordo que contenham registros de ocorrências, de voo, de situação da aeronave e eventuais anotações relativas ao período de 5 (cinco) anos e um dia anteriores a primeira decolagem da aeronave com suas novas marcas de nacionalidade e matrícula.

§ 2º Um volume recém encerrado de um diário de bordo deve estar disponível na aeronave por no mínimo 30 (trinta) dias, para fins de atendimento do art. 8º, inciso II, da Resolução nº 457, de 2017.

Art. 46. O diário de bordo poderá ser bilíngue.

§ 1º Somente serão considerados pela fiscalização os títulos impressos e registros feitos em vernáculo (português);

§ 2º O manual geral de operação - MGO e o manual geral de manutenção - MGM, se existentes, deverão prever a(s) outra(s) língua(s) em que o diário de bordo poderá ser impresso e preenchido.

Art. 47. No caso de roubo, perda ou extravio do diário de bordo, ou de volume(s), o operador da aeronave deve comunicar ao órgão policial estadual (Polícia Civil), ou federal (Polícia Federal), o fato para fins de apuração de responsabilidades.

§ 1º Cópia do termo circunstanciado da ocorrência, ou boletim de ocorrência, deverá instruir a comunicação do fato à ANAC, junto com o pedido de autorização de reconstituição do documento, ou do(s) volume(s) comprometidos.

§ 2º Poderão ser utilizados para reconstituição do documento, ou do(s) volume(s) comprometidos, cópias de folhas anteriormente entregues pelo operador, ou proprietário, da aeronave à fiscalização; informações constantes em caderneta de célula, de motor ou de hélice para a aeronave; informações constantes em cadernetas individuais de voo.

§ 3º A reconstituição do documento, ou do(s) volume(s) comprometido(s), deve ser feita sob supervisão de profissionais, sendo que o documento, ou seu(s) volume(s) reconstituído(s) deve(m) ser totalmente impresso(s) por meio digital (eletrostático) e necessariamente encerrado(s), fazendo constar no campo de observação no termo de encerramento os dados do termo circunstanciado da ocorrência, ou boletim de ocorrência, e dos profissionais que supervisionaram os trabalhos e que devem rubricar todas as páginas.

§ 4º No novo volume, o proprietário ou o operador da aeronave deve fazer constar no campo de observação do termo de abertura:

I - se houve reconstituição do volume anterior, necessariamente encerrado, os dados do termo circunstanciado da ocorrência, ou boletim de ocorrência, e dos profissionais que supervisionaram os trabalhos; e

II - na impossibilidade de reconstituição do diário de bordo, ou do(s) volume(s) comprometido(s), os dados do termo circunstanciado da ocorrência, ou boletim de ocorrência, e declaração sobre o ocorrido.

§ 5º Os profissionais referenciados no § 3° e no inciso I do § 4º do caput, necessários para realizar a reconstituição do diário de bordo, podem ser:

I - piloto habilitado e mecânico de manutenção aeronáutica, ambos qualificados no modelo da aeronave;

II - piloto habilitado e qualificado no modelo da aeronave e diretor de manutenção da empresa aérea cuja aeronave de número de série específico está nas especificações operativas; ou

III - piloto habilitado e qualificado na aeronave e responsável técnico de organização de manutenção aeronáutica cujo modelo de aeronave se encontra nas especificações operativas.

§ 6º Correrão por conta do proprietário ou do operador da aeronave os custos para reconstituição do documento, ou do(s) volume(s) comprometidos.

§ 7º Na impossibilidade de reconstituição do diário de bordo, ou do(s) volume(s) comprometido(s), conforme os § 1º a § 6º do caput, a ANAC estabelecerá quais tarefas de manutenção deverão ser realizadas, a fim de demonstrar a condição aeronavegável da aeronave, para atribuição dos valores de abertura do novo volume do diário de bordo. Caso seja considerado necessário, a ANAC poderá realizar uma inspeção especial de aeronavegabilidade.

Art. 48. Os diários de bordo, ou seus volumes, impressos e em uso serão aceitos até 15 de janeiro de 2019, com preenchimento segundo o disposto na IAC 3151, de 2002.

§ 1º Para os operadores regidos pelos RBAC nº 135 e nº 121 serão aceitos os diários de bordo, ou seus volumes, impressos e em uso até 15 de janeiro de 2019.

§ 2º Independentemente da situação de preenchimento, os volumes de diário de bordo impressos em uso após o termo assinalado no caput e no seu § 1º deverão ser encerrados e aberto um novo volume atendendo as especificações desta Portaria.

Art. 49. Empresas certificadas segundo o RBAC nº 119 podem utilizar modelos diferenciados de diários de bordo, referentes à Parte II - Situação Técnica da Aeronave, desde que autorizados pela ANAC.

Art. 50. Os casos omissos serão dirimidos pela Superintendência de Padrões Operacionais.

Art. 51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES
Superintendente de Padrões Operacionais

HÉLIO TARQUÍNIO JÚNIOR
Superintendente de Aeronavegabilidade
Substituto

(*) O Anexo desta Portaria encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

PORTARIA Nº 2.158, DE 11 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, incisos VIII, X e XV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, 12 e 13 da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017, e no item 2.8.1 a 2.8.3 do Edital nº 48/ANAC/2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.530677/2017-69, resolve:

Art. 1º Credenciar, por prazo indeterminado, o examinador Willians Miranda Coelho, CANAC 140047, para realização de exames de proficiência técnica previstos no RBAC 61, de acordo com os critérios da IS nº 00-002, conforme estabelecido abaixo:

Área	Aeródromos abrangidos	Prerrogativas e limitações
São Paulo	SBSP, SBGR, SBMT, SBBP, SBJD, SDCO	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMNC e IFRH, em helicópteros de classe monomotor convencional
São Paulo	SBSP, SBGR, SBMT, SBBP, SBJD, SDCO	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMNT e IFRH, em helicópteros de classe monomotor turbina
São Paulo	SBSP, SBGR, SBMT, SBBP, SBJD, SDCO	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMLT e IFRH, em helicópteros de classe multimotor turbina

Art. 2º A ANAC designará previamente, por intermédio de comunicação eletrônica, os exames de proficiência técnica que deverão ser aplicados pelo examinador credenciado.

Parágrafo único. O examinador credenciado está limitado à aplicação dos exames de proficiência técnica previamente determinados, conforme estabelecido no Art. 2º desta portaria.

Art. 3º O examinador fará jus a remuneração prevista na Portaria nº 3.796/SPO, de 16 de novembro de 2017.

Art. 4º O examinador poderá ser descredenciado ou ter seu credenciamento suspenso, a qualquer tempo, nos termos do previsto nos arts. 26, 29, 31, 32, 33 e 34 da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 2.155, DE 11 DE JULHO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.015910/2018-60, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a médica Dra. Rozania Soeli dos Santos Sobreira, CRM/SP 47455, MC 186, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Baronesa de Bela Vista, nº 139, Vila Congonhas, São Paulo (SP), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

PORTARIA Nº 2.138, DE 9 DE JULHO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.096404/2015-21, resolve:

Art. 1º Revogar o credenciamento de médico estabelecido pela Portaria nº 2.733, de 14 de outubro de 2015, publicada em DOU nº 2, seção 1, de 15 de outubro de 2015, pela qual foi credenciado o médico ALESSANDRO TARCIUS PAIVA BERTO DA SILVA, CRM-MG 32729, MC108, Processo nº 00065.096404/2015-21.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 2.153, DE 10 DE JULHO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.009289/2018-02, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2011-07-6ICU-02-01, Revisão 01, emitido em 10 de julho de 2018, em favor da sociedade empresária GARRA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.159, DE 11 DE JULHO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 3.426 de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135), na Lei 9.784, de 29 de janeiro de 199 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.005751/2018-94, resolve:

Art. 1º Suspender de forma cautelar o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2003-07-002/STE, emitido em favor da sociedade empresária TÁXI AÉREO FORTALEZA LTDA, a partir do dia 11 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

GERÊNCIA DE ACESSO AO MERCADO

PORTARIA Nº 2.131, DE 6 DE JULHO DE 2018

O GERENTE DE ACESSO AO MERCADO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, da Portaria SAS nº 2.155, de 24 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução ANAC nº. 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.541903/2017-37, resolve:

Art. 1º Aprovar a mudança do nome empresarial da sociedade empresária NEW AIR SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., CNPJ nº. 15.264.861/0001-54, com sede social em Carapicuíba(SP), autorizada a explorar serviço aéreo público especializado nas atividades aeropublicidade, aerofotografia, aeroinspeção e aerorreportagem pela Decisão nº. 171, de 3 de outubro de 2017, para NEW AIR TÁXI AÉREO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., nos termos constantes da Segunda Alteração Contratual Consolidada, datada de 21 de novembro de 2017, submetido à anuência desta Agência Reguladora.

Art. 2° Permanecem em vigor todas as disposições contidas na Decisão nº. 171, de 3 de outubro de 2017, não estando a empresa autorizada a explorar o serviço de transporte aéreo público remunerado de passageiros e cargas na modalidade táxi aéreo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROQUE FELIZARDO DA SILVA NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.238, DE 11 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo nº 50300.004126/2018-84, resolve:

Art. 1º Estabelecer que a audiência presencial prevista no Aviso de Audiência Pública nº 07/2018-ANTAQ, de 18/06/2018, ocorrerá no dia 20 de julho de 2018, no Auditório da Associação Comercial de Santos, à Rua XV de Novembro, nº 137, Centro Histórico - Santos/SP, com início às 11h00 e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 13h30 o seu horário limite, cujo credenciamento será realizado no citado local, das 10h30 às 11h30.

Art. 2º Permanecem mantidas as demais disposições contidas no Aviso de Audiência Pública nº 07/2018-ANTAQ.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.239, DE 12 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011138/2017-84 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 03/10/2014, resolve:

Art. 1º Rerratificar a Resolução nº 5.827-ANTAQ, de 07/12/2017, em virtude de erro material, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.222-ANTAQ, de 14 de agosto de 2015, da empresa F E TRANSPORTE E NAVEGAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.493.824/0001-15, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude da retirada da embarcação "RAI BARBOSA" e inclusão da embarcação "NINA I" no esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado termo aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br."

Ar 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO Nº 17, DE 29 DE MAIO DE 2018

Processo nº 50300.011362/2016-95. Fiscalizada: COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA S.A., CNPJ nº 72.372.998/0001-66. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 3.025,00 (três mil vinte e cinco reais), pelo cometimento da infração capitulada na alínea "c" do inciso III do artigo 34 da Resolução nº 3274/2014-ANTAQ, e julgar pela insubsistência do fato infracional tipificado no inciso IX art. 35 da Resolução nº 3.274/ANTAQ.

FLÁVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI
Superintendente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 13, DE 12 DE JULHO DE 2018

Processo nº 50300.010370/2016-14. Fiscalizada: PÍER MAUÁ S.A., CNPJ nº 02.434.768/0001-07. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais), pelo cometimento da infração prevista no art. 32, inciso XXII, da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 81, DE 10 DE JULHO DE 2018

Autorizar o ressarcimento ao erário por parte da Rumo Malha Oeste S.A., com posterior desincorporação, do bem imóvel operacional denominado Serraria de Bauru/SP, inscrito sob o NBP 4205119, do Contrato de Arrendamento nº 037/96.

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018 e, no que consta no Processo nº 50500.002899/2013-65, resolve:

Art. 1º Autorizar o ressarcimento ao erário por parte da Rumo Malha Oeste S.A. - RMO, referente ao bem imóvel operacional denominado Serraria ("SERRARIA - OFICINAS CENTRAIS"), inscrito sob o NBP 4205119, localizado no Município de Bauru/SP.

Art. 2° Autorizar a desincorporação do bem arrendado mencionado no artigo anterior desta Portaria, do Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 037/96.

Parágrafo Único - A desincorporação se efetivará mediante celebração do respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 037/96, entre o Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes - DNIT e a RMO, sob interveniência da ANTT, condicionada ao pagamento do correspondente valor indenizatório estabelecido pelo DNIT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 82, DE 10 DE JULHO DE 2018

Desvincula da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, concedido à Ferrovia Centro-Atlântica S.A., o bem imóvel Estação Ferroviária de Leopoldo de Bulhões/GO, inscrito sob o NBP 2204141, e autoriza a desincorporação desse ativo do Contrato de Arrendamento nº 048/96.

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no inciso VI, do art. 7°, da Resolução nº 5818/2018 e, no que consta no Processo nº 50500.099849/2015-54, resolve:

Art. 1º Desvincular o bem imóvel arrendado - Estação Ferroviária de Leopoldo de Bulhões, inscrito sob o Número de Bem Patrimonial - NBP 2204141 (EST LEOPOL BULHOES 435M2), localizado no Estado de Goiás, da prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA.

Art. 2º Autorizar a desincorporação do imóvel mencionado no Art. 1º desta Portaria do Contrato de Arrendamento nº 048/96, mediante a celebração do aditamento contratual, entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a FCA, sob interveniência da ANTT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 83, DE 10 DE JULHO DE 2018

Autorizar o ressarcimento ao erário por parte da Rumo Malha Oeste S.A., com posterior desincorporação, do bem imóvel operacional denominado Estação Ferroviária de Pirajuí/SP, inscrito sob o NBP 4205383, do Contrato de Arrendamento nº 037/96.

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018 e, no que consta no Processo nº 50515.009989/2010-75, resolve:

Art. 1º Autorizar o ressarcimento ao erário por parte da Rumo Malha Oeste S.A. - RMO, referente ao bem imóvel operacional denominado Estação Ferroviária de Pirajuí (ESTACAO DE PIRAJUI), inscrito sob o NBP 4205383, localizado no Município de Pirajuí/SP.

Art. 2° Autorizar a desincorporação do bem arrendado mencionado no artigo anterior desta Portaria, do Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 037/96.

Parágrafo Único - A desincorporação se efetivará mediante celebração do respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 037/96, entre o Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes - DNIT e a RMO, sob interveniência da ANTT, condicionada ao pagamento do correspondente valor indenizatório estabelecido pelo DNIT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO

PORTARIA Nº 2.030, DE 10 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 21 de julho de 2017, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 268, de 13 de dezembro de 2012, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Amazonas para o exercício 2018 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o Anexo IV da Portaria nº 4.861, de 27 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 2017, seção 1, página 200.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FELIPE CARDOSO DE CARVALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Unidade da Federação: AMAZONAS
Processo nº 50000.039980/2017-65

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2018 - 1ª Alteração

Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pela Unidade da Federação, recebidas em 28 de junho de 2018.

Relação de Empreendimentos

A - Programa de manutenção, recuperação e conservação de rodovias

Rodovia	Trecho	Custo(R$1,00)
01. AM-010	Km 17 (Ponte da Bolívia) - Km 269 (Itacoatiara).	17.165.818,64
02. Estrada Novo Remanso	Km 0 (Entroncamento AM-010) - Km 43,50 (Vila Novo Remanso).	7.104.372,56
03. AM-352	Km 0 (Novo Airão) - Km 98,54 (Entroncamento AM-070).	7.234.618,62
04. AM-254	Km 0 (Entroncamento BR-319) - Km 93,86 (Rio Autáz Açú) Autazes.	4.204.267,98
05. AM-070	Km 30 (Iranduba) - Km-78,14 (Manacapuru).	556.679,23
06. AM-452	Km 0 - Km-11,70 (Entroncamento AM-070) - Estrada do Caldeirão.	3.925.803,51
Total do Programa		40.191.560,54

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de manutenção, recuperação e conservação de rodovias	4.588.893,16	2.459.517,59	15.924.956,07	17.218.193,72	40.191.560,54
Total da Unidade da Federação	4.588.893,16	2.459.517,59	15.924.956,07	17.218.193,72	40.191.560,54

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 96, DE 11 DE JULHO DE 2018

Subdelega competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Segurança Pública para a edição de atos relativos ao afastamento do país de servidores.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em conformidade com a Lei nº 13.690, de 10 de julho de 2018, o Decreto nº 9.360 de 7 de maio de 2018, e consoante o disposto no Art. 2º do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 e no Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Segurança Pública para, no âmbito de sua atuação, autorizar o afastamento do país de servidores, para missão de caráter eventual ou transitória no exterior.

§ 1º O exercício da competência subdelegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Segurança Pública para os atos dispostos neste artigo compreenderá os servidores da Administração Central deste Ministério, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Departamento Nacional Penitenciário, da Policia Rodoviária Federal e da Policia Federal;

§ 2º Os atos dispostos no caput deste artigo deverão ser precedidos da instauração de processo administrativo que deverá apresentar os seguintes elementos:

I - Nota Técnica do órgão solicitante, aprovada por seu dirigente máximo que deverá conter:

a) o tipo e a natureza da missão ou atividade;

b) a justificativa do interesse institucional do Ministério da Segurança Pública;

c) a justificativa da indicação do servidor ou militar, enfocando a compatibilidade da atuação do setor ou da formação profissional do indicado com a natureza da missão ou atividade;

d) o tipo de apoio a ser prestado pela instituição promotora ou responsável pelo serviço ou missão, particularmente no tocante ao custeio das despesas com diárias, alimentação, hospedagem e locomoção, para fins de verificação do direito a percepção da indenização correspondente;

II - Documentação recebida da instituição promotora ou responsável pelo serviço ou missão, acompanhada da correspondente tradução para o português, quando for o caso; e

III - minuta da portaria/despacho a ser assinada.

§ 3º Nos casos em que a designação para a missão transitória prevista no caput, impliquem ônus para o MSP, o processo deverá conter, ainda, manifestação prévia da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento acerca da disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento das despesas decorrentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 97, DE 12 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, em apoio ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004; na Portaria MJSP nº 99, de 15 de fevereiro de 2018, na Portaria MJSP nº 1.118, de 30 de novembro de 2017; na Portaria MJSP nº 898, de 23 de outubro de 2017; na Portaria nº 426/MJ, de 19 de maio de 2017; na Portaria nº 342/MJ, de 20 de abril de 2017; na Portaria nº 262/MJ, de 22 de março de 2017; na Portaria nº 178/MJ, de 4 de fevereiro de 2010; na Portaria nº 93/MJ, de 23 de janeiro de 2017; na Portaria nº 47/MESP, de 18 de abril de 2018; e no Convênio de Cooperação Federativa da Força Nacional de Segurança Pública nº 21/2017, celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Estado do Rio Grande do Norte, publicado no DOU de 1° de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, em caráter episódico e planejado, em apoio ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a partir da data de vencimento da Portaria MESP nº 81, de 24 de maio de 2018, excepcionalmente e de forma improrrogável, por mais 30 (trinta) dias, para exercer atividades e serviços de guarda, vigilância e custódia de presos, previstas no art. 3º, inciso IV, da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, especificamente, na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de administração penitenciária e segurança pública do ente federado solicitante, nos termos do Convênio de Cooperação firmado entre as partes, durante a vigência desta Portaria autorizativa.

Art. 3º O número de profissionais a ser disponibilizado pelo Ministério da Segurança Pública obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.908, DE 25 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/33515 - DPF/UDI/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa CEPAV - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA - EPP, CNPJ nº 20.509.337/0002-17, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
2 (dois) Revólveres calibre 38
2550 (duas mil e quinhentas e cinquenta) Munições calibre 38
2550 (duas mil e quinhentas e cinquenta) Munições calibre .380
23528 (vinte e três mil e quinhentas e vinte e oito) Espoletas calibre 38
15587 (quinze mil e quinhentos e oitenta e sete) Gramas de pólvora
20528 (vinte mil e quinhentos e vinte e oito) Projéteis calibre 38
6000 (seis mil) Espoletas calibre .380
6000 (seis mil) Projéteis calibre .380
3750 (três mil e setecentas e cinquenta) Buchas calibre 12
40 (quarenta) Quilos de chumbo calibre 12
3478 (três mil e quatrocentas e setenta e oito) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.648, DE 28 DE JUNHO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/34708 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0002-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1187/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 3.657, DE 28 DE JUNHO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/37969 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

Conceder autorização, à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0002-51, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada na Bahia.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 3.870, DE 4 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/46460 - DPF/JFA/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa ITATIAIA MOVEIS S/A , CNPJ nº 25.331.521/0001-52, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.872, DE 4 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/47058 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER BOSQUE DOS IPES, CNPJ nº 22.604.658/0001-45 para atuar no Mato Grosso do Sul.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.911, DE 6 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/37169 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SBP SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CNPJ nº 12.675.458/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1364/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.922, DE 6 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/38946 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ABC ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 91.338.731/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1367/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.926, DE 6 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/39228 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WN - SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA EIRELI, CNPJ nº 09.596.888/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1385/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.930, DE 6 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/41074 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CAVISA SEGURANÇA & VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.796.634/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1387/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.934, DE 6 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/42637 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMPERIAL VIGILANCIA & SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.760.842/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 1548/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.940, DE 6 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/45073 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa AGRO QUÍMICA SÃO GABRIEL S.A., CNPJ nº 33.465.006/0001-93, para atuar no Rio de Janeiro.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.945, DE 6 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/48474 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO PALLADIUM SHOPPING CENTER CURITIBA, CNPJ nº 14.119.157/0001-45 para atuar no Paraná.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.977, DE 10 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/27601 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, CNPJ nº 33.255.787/0001-91 para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1572/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.979, DE 10 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/34874 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERSONA - VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.542.117/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1189/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.982, DE 10 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/37245 - DPF/VRA/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HORIZON SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 17.433.790/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1574/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.987, DE 10 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/40264 - DPF/IJI/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa V.F. VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.830.622/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1483/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.997, DE 10 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/44824 - DPF/SNM/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTESAN VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.863.219/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1535/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.999, DE 10 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/45327 - DPF/GPB/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 23.764.146/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1557/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 243, DE 26 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a instauração e tramitação do Procedimento de Investigação Criminal - PIC referido no artigo 22, da Resolução CNMP nº 181, de 7 de agosto de 2017.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no exercício da atribuição prevista no artigo 166, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o processo 08191.103816/2017-52, e de acordo com a deliberação ocorrida na 210ª Sessão Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018, resolve:

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º O procedimento investigatório criminal é instrumento sumário de natureza administrativa, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT com atribuição criminal e terá como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais que comportem ação penal pública, servindo como peça instrutória para a propositura da respectiva ação penal.

Parágrafo único. O procedimento previsto neste artigo não exclui a possibilidade de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.

Art. 2º De posse de quaisquer peças de informação, o membro do MPDFT poderá:

I - promover a ação penal;

II - instaurar procedimento investigatório criminal;

III - encaminhar o procedimento ao Juizado Especial Criminal caso a infração seja de menor potencial ofensivo;

IV - promover, fundamentadamente, o arquivamento dos autos;

V - requisitar a instauração de inquérito policial indicando, sempre que possível, as diligências necessárias à elucidação dos fatos, sem prejuízo das que vierem a ser realizadas por iniciativa da autoridade policial competente.

Art. 3º O procedimento investigatório criminal previsto nesta Resolução poderá ser instaurado de ofício por membro do MPDFT no âmbito de suas atribuições, ao tomar conhecimento de infração penal que comporte ação penal pública, independentemente do meio ou mediante provocação.

§ 1º A tramitação, comunicação dos atos e transmissão das peças correspondentes deverá ocorrer preferencialmente por meio eletrônico;

§ 2º A distribuição de peças de informação deverá observar a regulamentação interna e notadamente as atribuições dos ofícios ministeriais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Em caso de instauração de ofício, o procedimento investigatório, observado o princípio do promotor natural, será distribuído entre os ofícios da instituição que tenham atribuições para apreciá-lo, incluído aquele que determinou sua instauração, observados os critérios fixados pelo MPDFT e respeitadas as regras de atribuição temporária em razão da matéria, a exemplo de comissões temáticas, núcleos e grupos específicos criados para apoio e assessoramento e de forças-tarefas devidamente designadas pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, e as relativas à conexão e à continência;

§ 4º O membro do MPDFT no exercício de suas atribuições criminais deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, dar andamento às representações, requerimentos, petições e peças de informação que lhe sejam encaminhadas, podendo este prazo ser prorrogado, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.

Art. 4º O procedimento investigatório de que trata esta Resolução será instaurado por portaria fundamentada, devidamente registrada e autuada, com a indicação dos fatos a serem investigados e deverá conter, sempre que possível, o nome e a qualificação do autor da representação e a indicação das diligências iniciais a serem realizadas.

Parágrafo único. Se durante a instrução do procedimento for constatada a necessidade da investigação de outros fatos, o membro do MPDFT poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de procedimento autônomo.

Art. 5º Da instauração do procedimento investigatório criminal far-se-á comunicação imediata, preferencialmente por via eletrônica, à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal.

CAPÍTULO II

DA INVESTIGAÇÃO CONJUNTA

Art. 6º O procedimento investigatório criminal poderá ser instaurado de forma conjunta no âmbito de força tarefa ou de grupo de atuação especial composto por membros do MPDFT, cabendo sua presidência àquele que o ato de instauração designar.

§ 1º Poderá, ainda, ser instaurado o procedimento no âmbito de atuação conjunta entre o MPDFT e Ministérios Públicos dos Estados ou outros ramos do Ministério Público da União ou, ainda, de outros países, observada, neste último caso e, se necessário, a legislação internacional correspondente;

§ 2º O arquivamento do procedimento investigatório terá o controle e revisão no âmbito de cada Ministério Público, observada a respectiva atribuição;

§ 3º Na hipótese de investigação que se refira a fatos envolvendo atribuições de mais de um ofício do MPDFT, o procedimento investigatório terá o arquivamento e controle efetivados com observância das regras de atribuição correspondentes pela Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal.

CAPÍTULO III

DA INSTRUÇÃO

Art. 7º O membro do MPDFT, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e sem prejuízo de outras providências inerentes a sua atribuição funcional, poderá:

I - fazer ou determinar vistorias, inspeções e quaisquer outras diligências, inclusive em organizações militares do Distrito Federal;

II - requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - requisitar informações e documentos de entidades privadas, inclusive de natureza cadastral;

IV - notificar testemunhas e vítimas e, se necessário, requisitar sua condução coercitiva, ressalvadas as prerrogativas legais;

V - acompanhar busca e apreensão deferida pela autoridade judiciária;

VI - acompanhar o cumprimento de mandado de prisão preventiva ou temporária ordenado pela autoridade judiciária;

VII - expedir notificações e intimações;

VIII - realizar oitiva de testemunhas e vítimas para coleta de informações e esclarecimentos;

IX - ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública, observada a legislação em vigor;

X - requisitar auxílio de força policial.

§ 1º Nenhuma autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de função pública poderá opor ao MPDFT, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido, ressalvadas a legislação vigente e as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição;

§ 2º As respostas às requisições expedidas pelo MPDFT deverão ser encaminhadas, preferencialmente por meio informatizado e em arquivos que possibilitem a migração de informações para os autos do processo, sem necessidade de redigitação;

§ 3º As requisições do MPDFT deverão ser atendidas no prazo de 10 (dez) dias úteis prorrogável mediante solicitação devidamente justificada;

§ 4º Ressalvadas os casos de urgência, as notificações para comparecimento devem ser expedidas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, respeitadas, em qualquer caso, as prerrogativas legais pertinentes;

§ 5º A notificação deverá resumidamente mencionar o fato investigado, salvo na hipótese de decretação de sigilo, e a faculdade do notificado de se fazer acompanhar por defensor;

§ 6º As correspondências, notificações, requisições e intimações do MPDFT quando tiverem como destinatário o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, membro do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Ministro de Tribunal Superior, Ministro do Tribunal de Contas da União ou chefe de missão diplomática de caráter permanente serão encaminhadas através do Procurador-Geral da República ou a autoridade por ele delegada;

§ 7º As notificações e requisições previstas neste artigo, quando tiverem como destinatários o Governador do Distrito Federal, os membros do Poder Legislativo do Distrito Federal e os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou pela autoridade por ele delegada;

§ 8º As autoridades referidas nos §§ 6º e 7º poderão indicar data, horário local em que puderem ser ouvidas;

§ 9º O membro do MPDFT será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo de documentos assim classificados.

Art. 8º A coleta de informações e de declarações deverá ser feita preferencialmente de forma oral procedendo-se a gravação audiovisual visando assegurar a fidelidade das informações prestadas.

§ 1º Somente em casos excepcionais e imprescindíveis será feita a transcrição de declarações colhidas na investigação;

§ 2º O membro do MPDFT poderá requisitar a oitiva de testemunhas ou informantes a servidores da Instituição, policiais civis ou militares ou a qualquer servidor público que tenha atribuição da fiscalização de atividades, em caso de condutas ilícitas também tipificadas como crimes;

§ 3º A requisição referida no parágrafo anterior será comunicada ao seu destinatário pelo meio mais simples e a oitiva realizada, sempre que possível, no local em que se encontrar a pessoa a ser ouvida;

§ 4º O servidor público, no cumprimento das diligências referidas neste artigo, após a oitiva de testemunha ou informante deverá imediatamente elaborar relatório sucinto e objetivo sobre o teor das declarações prestadas no qual deverão ser consignados a data e hora aproximada da infração penal, e do local, bem como suas circunstâncias e a autoria, identificação das vítimas e testemunhas, dispensando-se o relatório quando as declarações forem tomadas mediante gravação audiovisual;

§ 5º O Setor competente do MPDFT fornecerá formulário próprio para preenchimento pelo servidor público dos dados que deverão constar do relatório previsto no parágrafo anterior;

§ 6º O servidor público que cumprir a requisição deverá assinar o respectivo termo e, se possível, também o deverá fazer a testemunha ou informante;

§ 7º A oitiva de suspeitos e das pessoas referidas nos §§ 6º e 7º do art. 7º deverá obrigatoriamente ser realizada por membro do MPDFT;

§ 8º As testemunhas, informantes e suspeitos ouvidos na fase de investigação deverão ser intimados a comunicar ao MPDFT mudança de endereço, telefone ou correio eletrônico.

Art. 9º O Imputado da conduta investigada poderá, pessoalmente ou por intermédio de advogado, fornecer ao MPDFT informações que considerar pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

§ 1º O defensor do imputado poderá examinar, mesmo sem procuração, autos de procedimento de investigação criminal, findos ou em tramitação, ainda que conclusos ao presidente, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, é obrigatória a apresentação de procuração quando a investigação estiver sob sigilo, mesmo que parcialmente;

§ 3º O órgão de execução que presidir a investigação, quando cabível, providenciará a intimação do defensor constituído para os atos de apuração da infração, nos termos e para os fins da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994;

§ 4º O membro do MPDFT que presidir o procedimento investigatório criminal poderá limitar o acesso do defensor aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de prejuízo às diligências.

Art. 10. As diligências levadas a efeito serão documentadas nos autos de modo sucinto e circunstanciado.

Art. 11. As inquirições a serem realizadas fora dos limites territoriais da unidade em que ocorrer a investigação serão feitas, preferencialmente, por videoconferência, podendo, ainda, ser deprecadas a outro órgão do Ministério Público.

§ 1º Nos casos referidos no caput deste artigo, o membro do MPDFT poderá optar por realizar diretamente a inquirição com prévia ciência ao órgão ministerial local, que deverá adotar as providências necessárias para viabilizar a diligência e colaborar com sua realização;

§ 2º A deprecação e ciência referidas neste artigo poderão ser feitas por qualquer meio adequado de comunicação;

§ 3º O disposto neste artigo não obsta a requisição de informações, documentos, vistorias, perícias a órgãos ou organizações militares sediados em localidade diversa da que estiver lotado o membro do MPDFT condutor do procedimento.

Art. 12. A pedido do interessado será fornecida certidão de comparecimento.

Art. 13. O procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, permitidas, por igual período, prorrogações sucessivas, por decisão fundamentada do membro do MPDFT responsável pela sua condução.

§ 1º Setor competente do MPDFT manterá, para conhecimento dos órgãos superiores, controle atualizado, preferencialmente por meio eletrônico, da tramitação dos procedimentos investigatórios criminais, observado o sigilo e confidencialidade que a investigação exigir, nos termos do art. 15 desta Resolução;

§ 2º O controle referido no parágrafo anterior não poderá limitar o acesso ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao Corregedor-Geral e às Câmaras de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal.

CAPÍTULO IV

DA PERSECUÇÃO PATRIMONIAL

Art. 14. A persecução patrimonial para a localização de benefício ou vantagem derivados ou obtidos direta ou indiretamente da infração penal ou de bens ou valores adquiridos de qualquer forme por meios ilícitos será realizada em autos apartados ao procedimento investigatório criminal com vistas à propositura de medidas cautelares e identificação dos respectivos beneficiários.

§ 1º Proposta a ação penal, a instrução do procedimento referido neste artigo poderá prosseguir com o objetivo do exaurimento das diligências de cunho patrimonial que se fizerem necessárias;

§ 2° Concluída a investigação acerca da materialidade e autoria delitiva sem que tenha sido iniciado o procedimento referido neste Capítulo, este será instaurado para a persecução patrimonial.

CAPÍTULO V

PUBLICIDADE

Art. 15. Os atos e peças do procedimento investigatório criminal são públicos, salvo disposição legal em contrário ou por razões de interesse público e conveniência da investigação.

Parágrafo único. A publicidade do procedimento investigatório consistirá:

I - na expedição de certidão a requerimento do investigado, da vítima ou de seu representante legal, do Poder Judiciário, do Ministério Público ou terceiro que comprove interesse;

II - no deferimento de pedidos de extração de cópias, observado o disposto no § 1º, do art. 3º, desta Resolução, preferencialmente por meio eletrônico, mediante requerimento fundamentado pelas pessoas e órgãos referidos no inciso I, por procuradores com poderes específicos ou advogado habilitado nos autos, ressalvados os casos de sigilo legal;

III - no deferimento de pedidos fundamentados de vista, pelas pessoas e órgãos referidos no inciso I ou pelo defensor do investigado, pelo prazo de 5 (cinco) dias, observadas as restrições referidas no § 4º, do art. 9º, desta Resolução;

IV - na prestação de informações ao público em geral, a critério do presidente do procedimento investigatório criminal, observados o princípio da presunção de inocência e as hipóteses legais de sigilo.

Art. 16. O membro do MPDFT que presidir o procedimento investigatório criminal poderá, na forma da lei, decretar o sigilo das investigações total ou parcialmente, por decisão fundamentada, quando a elucidação dos fatos ou o interesse público exigirem, assegurado o acesso aos autos ao defensor do imputado devidamente constituído, cabendo-lhe a preservação do sigilo sob pena de responsabilização.

Parágrafo único. Em caso de expedição de certidão a pedido do interessado a respeito da existência de procedimentos investigatórios criminais é vedado qualquer registro ou anotação sobre investigação sob sigilo.

CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS

Art. 17. O membro do MPDFT que presidir o procedimento investigatório criminal informará a vítima sobre seus direitos materiais e processuais, adotando as medidas necessárias para sua preservação bem como a reparação dos danos por ela sofridos e a preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem.

§ 1º O condutor da investigação adotará as providências necessárias à segurança de vítimas e testemunhas, podendo requisitar em seu benefício proteção policial;

§ 2º O condutor do procedimento no curso da investigação ou após o ajuizamento da ação penal deverá providenciar, se o caso, o encaminhamento da vítima ou testemunhas para inclusão em Programa de Proteção de Assistência a Vítimas e Testemunhas ou em Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes, conforme o caso;

§ 3º Em caso de medidas de proteção ao investigado, as vítimas e testemunhas, o membro do MPDFT observará a tramitação prioritária do feito, bem como providenciará, se o caso, a oitiva antecipada dessas pessoas ou pedirá a antecipação dessa oitiva em juízo;

§ 4º O membro do MPDFT condutor do procedimento investigatório criminal providenciará o encaminhamento da vítima e outras pessoas atingidas pela prática do fato criminoso apurado à rede de assistência, para atendimento multidisciplinar, especialmente nas áreas psicossocial, de assistência jurídica e de saúde, às expensas do ofensor ou do Estado;

CAPÍTULO VII

DA CONCLUSÃO E DO ARQUIVAMENTO

Art. 18. Se o membro do MPDFT responsável pelo procedimento investigatório criminal se convencer da inexistência de elementos para a propositura de ação penal pública, promoverá o arquivamento dos autos ou das peças de informação em decisão fundamentada.

Parágrafo único. A promoção de arquivamento será apresentada ao juízo competente, nos moldes do art. 28 do Código de Processo Penal ou à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal, nos termos dos incisos IV e V, do art. 171, da LC 75/93.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 19. Havendo notícia superveniente da existência de novos elementos de informação, poderá o membro do MPDFT ordenar o desarquivamento dos autos, comunicando sua decisão à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal para análise e homologação, a que se refere o art. 5º desta Resolução.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. No procedimento investigatório criminal serão observados os direitos e as garantias individuais consagrados na Constituição Federal, bem como prerrogativas funcionais do investigado, aplicando-se, no que couber, as normas do Código de Processo Penal e a legislação especial pertinente.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 60/2005/CSMPDFT.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior

JOSÉ FIRMO REIS SOUB
Conselheiro-Relator

ARINDA FERNANDES
Conselheira-Secretária

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

1ª CÂMARA

ATA Nº 21, DE 26 DE JUNHO DE 2018

(Sessão Extraordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

Às onze horas e cinco minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; do Ministro-Substituto Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público, Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

Ausente, por motivo de férias, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 20, referente à Sessão realizada em 19 de junho de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 012.434/2018-3, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 007.416/2013-0, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

- 004.932/2018-8, 007.411/2015-4, 018.322/2013-1 e 028.094/2015-8, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas; e

- 034.471/2016-2, Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 5850 a 6327.

RELAÇÃO Nº 19/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 5850/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.274/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Baptista Baldo (966.090.958-68); Matilde Alzeni dos Santos Melo (033.884.778-25)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5851/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.278/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Iveta Costa Silveira (301.036.907-78); Lucia Helena de Freitas (100.841.267-87); Luciano Pires Maia (747.044.277-49); Maria Isabel Pereira de Souza (629.806.887-20); Maria Lucia Teixeira Polonio (792.351.587-53); Maria Teresa de Almeida Pinto Regalla (665.973.157-15); Osilea da Silva Pinheiro (397.649.747-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5852/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.324/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelio de Freitas (148.889.631-34); Ademir Alves Batista Carvalho (130.355.921-87); Ana Lucia Sampaio Sgambatti de Andrade (235.715.191-91); Celco Moura de Souza (168.522.061-49); Cleusa Alves Martins (041.817.351-68); Elizabeth Esperidião Cardozo (862.950.988-00); Laura Camargo (087.533.421-00); Ligia Maria Soto Urbina (029.421.998-65); Lucia Beatriz Thees Halfeld Chaves da Silveira (235.553.601-59); Luiz Carlos Machado (076.598.731-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5853/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.328/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celia Mariza Tiburcio de Oliveira (048.597.236-00); Célia Maria Magalhães (156.818.156-68); Heloisa Maria Murgel Starling (377.444.456-00); Heloisa Soares de Moura Costa (387.711.607-87); João Luiz Monteiro (118.827.006-00); Lucyr Jones Antunes (000.031.156-15); Maria da Conceição Costa Filha Roque (311.241.276-15); Maria do Pilar da Fonseca Morais (246.358.206-53); Regina Auxiliadora Magela (283.874.576-04); Roberto de Maria Nunes Mendes (000.032.046-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5854/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.333/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mariano de Matos Macedo (232.569.746-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5855/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.340/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Miriam Seligman de Menezes (219.326.380-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5856/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.958/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Francisco Dias da Fonseca (221.260.900-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5857/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.109/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Silveira Peres (003.024.170-79); Ramon Ferreira de Jesus (021.561.185-31); Tatiane de Fátima Brandão Oliveira (012.371.356-05); Tiago Coser (013.250.550-93); Tiago Rossato Muraro (983.179.460-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5858/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.114/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abraão dos Santos Rosa (909.894.227-04); Artur Pratti de Barros (131.008.727-03); Hilton Moulin Caliman (102.224.127-39); Luiz Fernando Marchiori Gatti (133.542.187-46); Mariana Passos Ramalhete (102.526.427-40)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5859/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.119/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Debora Nery de Souza (002.173.582-41); Edmilson Queiroz dos Santos Filho (003.777.153-10); Edson Vieira de Paula Junior (729.458.343-91); Eduardo de Lima Melo (619.338.993-87); Elenice Rascopp Mendes (060.945.339-41)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 5860/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.152/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Jorge Tavares de Andrade (089.765.247-99); Beatriz Muniz Gesteira (121.482.547-82); Bianka Barbosa Penha (103.534.367-39); Bruno Vieira Alves da Silva (111.344.097-02); Camila do Socorro Aranha dos Reis (005.171.532-54)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5861/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.223/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jessica Bomfim de Almeida (019.051.655-01); Jorge Laureano Moya Rodriguez (053.684.927-74); Leandro de Paula Santos (095.043.927-41); Luiz Eduardo Vieira Del Bem (326.143.688-30); Marcelo Sampaio de Alencar (143.487.304-82)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5862/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.733/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro Nascimento dos Santos (058.499.724-80); Artur Carneiro Leão (054.039.974-40); Carlos Allan de Souza Oliveira (065.247.594-94); José Durval Pacheco Tavares Junior (864.783.624-34); João Marcelo Freire Segundo (050.886.104-75); Karla Sousa da Motta (522.682.254-53); Oziel de Medeiros Pontes (637.287.294-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5863/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.806/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Vaz Nunes (038.087.206-46); Marcia Poubel Bonamigo (817.558.566-87); Marcio Grande Carstens (007.215.919-73); Marco Antonio Ribeiro de Almeida (050.273.636-48); Mari Jane Francisca da Silva (021.860.161-17)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5864/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.665/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Layla Wanderley Cordeiro (004.060.435-74); Lea Cristina Silva Bomfim (781.958.295-20); Leidiane Cerqueira de Carvalho de Liz (023.337.355-11); Luana Ines Alves Santos (836.415.565-20); Lucas Dantas Lopes (039.380.635-99)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5865/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.760/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan Oliveira do O (672.328.253-15); Bruno Spindola Garcez (017.738.683-57); Cristiane Osorio dos Santos (578.113.263-53); Dayanne Lopes Gomes (065.046.384-62); Girlanio Vidal de Lima (101.542.354-07); Heinrich Hertz Silva (037.805.873-86); José Emanuel Medeiros Marinheiro (097.158.744-28); Matheus Silva e Silva (018.669.605-12); Michele Lopes da Silva Alves (031.773.896-83); Virgilio Vasconcelos Souza (631.419.063-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5866/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.781/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrei Cristiano Maia e Silva (053.384.269-78); Carlos Eduardo Fedalto (048.940.339-50); Cleverson Rogerio dos Santos (052.023.449-96); Eduardo Henrique Molina da Cruz (923.638.229-00); Heloisa Fernandes (039.440.179-43); Ivan Takashi Kano (312.868.688-23); Jessica Suelen Ferreira de Souza (056.259.069-20); Lorenzo Martins Bonicontro (035.467.799-32); Murilo Odilon Nichele Scroccaro (009.855.239-21); Thaís Fernanda de Souza Monteiro (091.917.509-03)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5867/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.865/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Avelange Amorim Lima (028.244.923-09); Darlane Freitas Morais da Silva (035.552.933-54); David Barroso Braga (024.114.083-82); Flavio Lopes de Araujo (855.394.493-04); Geraldo Lopes da Silva Filho (021.842.943-65); João Batista Rodrigues Cruz Compagnon (772.932.823-20); Laise Ferreira de Araujo (033.672.723-29); Marcelo Pereira Barbosa (024.418.273-67); Natalia Bueno de Oliveira (025.621.981-82); Rodrigo Alves de Melo (787.149.073-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5868/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.883/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jhones Donizetti Mendes (066.482.489-71)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5869/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.067/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nadyelle Noberto Soares (033.646.161-59); Paula Santos Casanova (011.074.765-85); Paulo de Tarso Martins Ribeiro (751.726.822-87); Pedro Henrique Braga (117.248.376-05); Priscilla Cidade Furlan (024.811.299-62)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5870/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.072/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samara Gomes Delboni (094.888.757-55); Suzan Carol de Oliveira Biscaro (575.261.922-04); Tacyano Tavares Leite (010.008.043-05); Tales Vinicius Silva Martins (056.311.854-74); Talita Serra Tobias de Souza (003.348.293-48)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5871/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.109/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaciana Silva de Santana (011.945.174-39); Jailson Alves da Nobrega (056.803.394-98); Janisi Sales Aragão (791.131.333-49); Jardas de Sousa Silva (007.585.173-35); Jefferson Maia de Sousa (062.691.723-90)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5872/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.115/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Natalia da Silva Duarte (568.064.343-04); Pablo Giordano Alexandre Barbosa (018.046.213-07); Pedro Luis Saraiva Barbosa (071.798.334-01); Rafael Augusto Ventura (071.861.374-07); Raimundo Erick de Sousa Agapto (005.799.543-58)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5873/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.204/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Larissa da Silva Barcelos (022.332.011-08); Lucas Gazarini (044.753.979-52); Marcelo Kwiatkoski (812.714.171-20); Marcelo da Silva Mello Dockhorn (637.728.840-91); Marciana Sanabria (016.422.881-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5874/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.613/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Moacir de Freitas Junior (183.331.478-60); Patricia Costa dos Santos da Silva (024.348.196-99); Paula Caetano Araujo (089.571.036-60); Peterson José de Oliveira (003.057.276-21); Priscilla Barbosa Ferreira Soares (824.338.366-20); Rafaela Cyrino Peralva Dias (741.180.056-20); Raquel Maria Ferreira de Sousa (225.806.538-05); Renata Castoldi (309.779.878-17); Samara Carbone (820.289.230-91); Sofia Borin Crivellenti (214.243.178-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5875/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.985/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Getulio de Santana Filho (807.507.615-04); Geydson Dias Gallindo (082.682.164-25); Gezeane Alves de Castro Soares (003.607.931-69); Giane Dias Araujo (010.632.075-09); Giane Mara da Silva (058.267.629-00); Giane Maria Diniz Teodoro Moreira (058.669.206-11); Gianne Fabiane Domingues Ribeiro Leiria (702.965.700-44); Gianny Marques Neves (011.246.601-00); Giceli Aparecida de Medeiros (674.003.022-72); Gilberto Eduardo Silva Alves (653.166.140-20)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5876/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.992/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glaucia Cristina Ferreira de Campos (616.233.421-04); Glaucia Regiane Hernandez Selis (249.496.148-35); Glaucia de Barros Martins (018.108.151-26); Glaucimar Ramos dos Santos (995.476.430-53); Glaucineide Barbosa da Silva (074.675.174-59); Glauco Henrique Lima Brito (437.647.893-87); Glaucyane Motta Soares (916.729.963-68); Glaureana Simon Vendrame (771.769.440-91); Glebia da Silva (003.613.003-60); Gledson Wilson de Sousa (174.339.868-98)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5877/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.996/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Graziella Barreto Silva (016.951.745-42); Grazielle Fialho de Souza (060.095.106-51); Grazielli dos Santos Lidtke (003.799.820-05); Grazielly Nogueira Xavier do Nascimento (022.820.291-43); Greice Kenia Arcanjo Teles (070.936.926-30); Greice Moreira de Souza (129.785.967-75); Greichiton Pereira de Faria (933.548.946-87); Greicy Caruline Souza Filgueira (002.188.871-08); Greicy da Silva Araujo Gomes (104.671.077-00); Greicy dos Prazeres Santos Silva (101.960.177-93)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5878/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.999/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Gir Gomes (276.441.728-40); Gustavo Gonzales Real (005.657.910-10); Gustavo Guimarães Moreira Balbi (079.677.796-90); Gustavo Henrique Dobbin de Azevedo (036.781.354-80); Gustavo Henrique Oliveira e Freitas (045.013.756-20); Gustavo Henrique Silva Barbara (040.428.034-07); Gustavo Homero Nogueira Mello (075.674.637-09); Gustavo Lara Moscardi (038.165.369-21); Gustavo Lemos Uliano (002.127.600-50); Gustavo Medeiros Frota (619.598.473-68)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5879/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.004/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Heloisa Helena Abil Russ Giacometti (922.991.649-87); Heloisa Helena Pinheiro Reis (907.980.235-20); Heloisa Leal Alves (538.260.785-00); Heloisa Luis Marques (037.545.409-80); Heloisa Silva (092.531.526-56); Helone Eloisa Frazão Guimarães Faray (709.280.293-87); Hemmily Nobrega Ventura (087.457.774-89); Henila Martins de Deus Leal Ribeiro (019.760.513-39); Henrique Silva dos Santos Neto (016.408.866-05); Henrique da Rosa Sobrinho (007.553.530-05)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5880/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.009/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Iara Beatriz Andrade de Sousa (037.010.373-45); Icleia Parente Rodrigues (926.321.733-53); Idalia Oliveira dos Santos (026.753.675-59); Idelza Lopes da Silva (604.793.292-49); Idenildes Alves Santos (719.220.325-49); Idiana Vieira Pedroso (014.681.870-90); Idineia Debora Birkheuer de Oliveira (023.173.489-16); Ieda Monalisa da Silva Rios (029.328.775-93); Ieda Santana Barbosa (448.813.551-04); Ielza Mara da Silva (065.917.144-99)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5881/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.012/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Indonesio Calegari (305.471.300-82); Indyara Nogueira Leite Primo (028.715.465-33); Ines Royer (032.171.619-12); Ingrid Carneiro Gomes (999.578.093-34); Ingrid Caroline da Costa Vitorino Tavares (089.280.594-37); Ingrid Martins de Oliveira (035.888.061-05); Ingrid Soares Marques Segal (055.584.977-50); Inta Bruna Cerqueira Silva Tomaz (872.267.903-00); Iolanda Alves dos Santos Cardoso (007.926.357-79); Iolanda Matias Gomes (535.563.134-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5882/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.015/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabel Cristina Augusto da Silva (073.654.796-71); Isabel Cristina Buss de Oliveira (587.674.870-68); Isabel Cristina Facundes da Cruz (890.908.883-49); Isabel Cristina do Nascimento Nunes Sampaio (015.303.383-52); Isabel Diniz Herbster (838.644.663-34); Isabel Figueiredo de Magalhães Pereira (035.262.626-75); Isabel Francisca Moreira da Silva (810.869.203-25); Isabel Gomes Nogueira Vieira (010.500.124-45); Isabela Barros Morgado (723.056.571-53)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5883/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.021/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Izabel Cristina da Silva Moreira (025.813.916-18); Izabel Marques Gonçalves Romero (001.097.861-57); Izabel Telles (836.709.201-53); Izabel Vanir da Silva (804.706.611-00); Izabel de Lima Fonseca (019.645.871-40); Izabela Cristina Lima Melo Santos (994.513.015-34); Izabella Nunes Ambrozini de Sousa (101.678.876-29); Izabella Soares de Oliveira (100.049.156-07); Izabelle Venturini Signorelli (092.092.187-60); Izaque dos Santos da Mota (842.425.231-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 5884/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.024/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jackelyne Alves de Medeiros Vilela (012.196.051-07); Jackline Suzan Santos da Luz (031.117.695-00); Jacksilene e Silva Ribeiro (775.119.303-44); Jackson Brandão Lopes (769.447.945-00); Jackson Monteiro Rodrigues de Souza (091.500.947-18); Jacqueline Cunha Cabral Azevedo Almeida (947.379.245-04); Jacqueline Faria de Oliveira (089.892.436-70); Jacqueline Furtado Moreira (806.062.530-68); Jacqueline de Almeida Machado (075.482.726-77); Jacqueline de Melo Gomes (961.342.913-15)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5885/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.027/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jessica Baldissera Carollo (031.031.320-18); Jessica Blenda Martins Teles (127.581.146-90); Jessica Caroline dos Anjos Ferreira de Barros (041.348.155-76); Jessica Cristina Pontelli (087.566.376-16); Jessica Elen de Castro Gois Monte Nunes (056.905.753-13); Jessica Ferreira Falcão (037.683.573-76); Jessica Lima de Souza (010.230.452-14); Jessica Luana Santos Cruz (038.891.045-33); Jessica de Oliveira Carvalho Figueiredo (023.754.915-80); Jessica de Sousa Resende (100.956.396-32)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5886/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.028/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jessica Montovani Martins (043.177.081-67); Jessica Pereira de Oliveira (053.873.093-51); Jessica Samia Silva Torres (020.896.813-06); Jessica Silva Cesar (095.024.456-27); Jessica Stefani Rodrigues Nascimento (037.208.601-24); Jessica Taís Bresan (075.642.839-47); Jessica Torres Grasel (027.809.050-85); Jessika Vany Camara Mariano (074.217.694-04); Jessilyn Almeida de Oliveira (843.448.141-34); Jessonita da Silva (258.678.948-27)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5887/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.030/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jeymes Neves Rodrigues Paulo (032.644.965-50); Jeyson Marcus Araujo Miranda (694.366.902-82); Jhene Benicio da Silva (016.652.721-12); Jhonathan Lucas Araujo (099.254.826-82); Jilmara Santana de Freitas (961.768.305-91); Joana Carolyne de Oliveira Felix Portela Melo (622.629.473-68); Joana D Arc Matos Franca de Abreu (038.185.576-75); Joana Darc Silva (521.053.931-87); Joana Soares da Silva (715.404.151-04); Joanderson Chaves Batista (006.890.883-02)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5888/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.032/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Edilberto Bisogne Lemos (013.171.780-41); João Edison de Andrade Filho (956.060.413-91); João Josemar Ribeiro (105.430.436-06); João Marcos de Meneses e Silva (840.430.913-20); João Maria Rego Mendes (007.589.984-14); João Miguel Malta Dantas (031.147.787-98); João Olimpio Fernandes Junior (018.472.123-79); João Paulo Candido Nascimento e Silva (089.661.616-93); João Paulo Nogueira Pimenta (127.378.866-43); João Paulo de Vasconcelos Leitão (647.620.333-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5889/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.034/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Ramos de Matos Brito (921.883.973-04); João Reis Fernandes (822.695.729-04); João Ricardo Maltez de Almeida (679.464.885-72); Joaquim Anselmo Saboia Andrade Filho (838.680.383-53); Jober Rodrigues Quevedo (900.867.320-72); Jobson Raniel Batista Sales (048.546.374-12); Jocelaine Gomes dos Santos Almeida (044.209.141-90); Jocia Vidal Rodrigues (006.205.973-48); Jociana do Nascimento de Medeiros (989.132.470-20); Jociane dos Santos Fernandes (029.982.529-90)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5890/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.037/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jonatas Dantas de Franca Damasceno (828.213.055-91); Jonatas Morelatto (365.122.398-14); Jonatas Serafim de Souza (003.649.093-82); Jonathan Thomaz Amorim de Albuquerque (043.114.474-50); Jonilcy de Fatima Lobato Ferreira Pereira (001.977.673-03); Jonnia Maria Sherlock Araujo (008.798.485-70); Jordana Baldan de Almeida Mendes (094.802.997-80); Jordana Eduardo Rezende (015.683.011-62); Jordana Gomes dos Santos (007.517.674-25); Jordana Rodrigues da Silva (081.192.356-81)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5891/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.038/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jordana Soares Tavares (041.200.994-31); Jordania Bruna da Silva Alves (778.512.935-53); Jordania da Silva Pereira (041.933.484-07); Jordão Vinicius de Melo Silva (076.133.736-90); Jordelice Souza Chaves (018.158.283-07); Jorge Henrique da Silva (959.599.633-53); Jorge Luis Silva de Almeida (947.542.333-87); Jorge Madeira Matos Neto (850.761.203-20); Jorge Marcelo da Cruz Oliveira Motta (778.523.975-49); Jorge Valmori Santos Billig (756.693.070-20)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5892/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.041/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Cunha de Azevedo (020.431.329-54); José Edmar Lana Mesquita (871.656.272-00); José Eduardo Farias Lins (031.617.024-09); José Firmino da Silva (772.099.314-49); José Francisco Ferreira de Siqueira Filho (967.594.700-44); José Hamilton Dalla Porta Acosta (716.116.490-72); José Humberto Rodrigues (290.263.343-20); José Idalecio Cardoso Lemes da Silva (824.188.290-49); José Ivam Alves dos Santos (068.805.649-09); José de Ribamar Nunes Borges Neto (004.945.323-86)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5893/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.042/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Livio Xavier Sales (044.451.414-70); José Luis dos Santos (046.652.774-86); José Luiz de Oliveira Rezende (576.439.032-04); José Marcio Bezerra da Silva (008.339.854-69); José Maria Chaves (370.762.216-91); José Mendes dos Santos (011.694.445-55); José Meneses de Morais Filho (463.303.563-00); José Orivaldo de Miranda Junior (020.952.579-79); José Otavio Guedes Junqueira (655.037.916-49); José Queiroz Lima Neto (974.876.603-97)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5894/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.043/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Raimundo Conceição da Silva (700.429.933-34); José Renato Ferreira Torrano Junior (658.375.413-49); José Rildo Pinto (015.321.133-40); José Roberto Manzano Garcia Junior (311.340.438-05); José Ronaldo Martins Gomes (015.205.931-80); José Silva Pereira (522.167.642-72); José Walter Delgaudio Junior (124.009.416-70); José Wellington Cunha Nunes (431.114.833-04); Joseana Aparecida Peroni (070.236.636-65); Joseana Taumaturgo Magalhaes Falcão (791.213.223-68)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5895/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-013.044/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joseane Braga de Souza (068.647.496-14); Joseane Marques dos Santos (009.035.020-03); Joseane Thailine Pereira de Carvalho (724.427.941-87); Josefa Almeida dos Santos (013.515.615-70); Josefa Gonçalves da Hora (286.046.361-53); Josefa Rodrigues dos Santos (660.741.933-04); Joselaine Locatelli Cividini (044.698.829-41); Joselane de Lira Cruz (643.707.473-68); Joseline Rodrigues Martins (452.392.233-00); Josemberg Alves da Silva (018.539.623-25)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5896/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.047/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Josivania Barboza de Souza (056.682.284-95); Josmara Ximenes Andrade Furtado (736.413.403-49); Jossane da Silva Del Sacramento (724.306.130-34); Josseane Kuhn Scholl (801.773.790-49); Josue Alves da Silva (039.370.393-25); Josy Rodrigues da Silva (293.435.933-68); Jovanilde Duarte Araujo (006.719.313-77); Jovita Araujo Braghiroli (793.918.265-04); Joyce Helen Saldanha Vieira (063.240.746-84); Joyce Mara de Souza Severino (052.108.746-56)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5897/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.048/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joyce Veridiana de Lacerda (100.160.946-89); Joyciane Batista do Nascimento (603.616.433-57); Joycilene Garces Cantanhede (024.552.093-77); Joziana do Carmo Sampaio (492.098.333-68); Jubiara Pereira de Pereira (984.816.810-91); Juçara de Santana Cruz (801.644.125-49); Jucenara Costa Schirmer (632.873.580-49); Jucia Isabel Pereira Martins de Oliveira (221.636.598-01); Jucilene Andrade da Silva Costa (973.101.405-59); Julia Alves Dias (067.928.446-08)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5898/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.049/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Julia Caroline Pires Martins (008.802.270-60); Julia Graciela Ribeiro Domingues (023.841.130-38); Julia Lage Muniz (107.884.577-80); Julia Maria Andrade da Silva (040.645.084-67); Julia Maria Matioli (069.916.446-09); Julia Pereira Torga (057.139.646-12); Julia Ribeiro Veloso (031.388.595-85); Julia Santiago e Silva (077.649.516-09); Julia Vieira Naeme Sobreira (123.370.457-57); Juliana Almeida Marques Lubenow (312.056.788-40)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5899/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.050/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliana Alves Calixto Lima (312.341.548-11); Juliana Alves Josahkian (073.030.806-51); Juliana Aparecida Alvares da Silva de Paula (032.414.136-08); Juliana Beatriz Lorentz (026.933.605-28); Juliana Beatriz Reckziegel (965.337.570-91); Juliana Beaudette Drummond (005.288.736-79); Juliana Bispo Costa (038.584.235-05); Juliana Carneiro Monteiro Wanderley (034.373.974-78); Juliana Corsini Fernandes (018.382.325-75); Juliana Costa Campelo Bezerra (960.123.313-04)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5900/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.053/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliana Lagreca Pacheco (123.261.557-93); Juliana Lima da Cruz (005.370.970-58); Juliana Lopes de Sousa Anjos (052.366.394-33); Juliana Maia da Silva (036.143.203-83); Juliana Martins Tomaz (100.233.296-61); Juliana Martins de Melo (617.675.653-72); Juliana Nobre Kabke Bassani (005.409.650-22); Juliana Nunes Lacerda (018.011.153-11); Juliana Oliveira Barros (013.668.166-25); Juliana Oliveira Sousa e Mendes (042.349.473-26)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5901/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.057/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Julianny Karla de Moura Braga (065.288.014-28); Juliano Fracao de Oliveira (980.173.810-34); Juliano Lopes Lellis (712.937.871-91); Juliano Mendes de Souza (891.367.059-34); Juliano da Silva Silveira (023.876.851-13); Juliano de Padua Nakashima (040.815.036-05); Julice Caroline Soares de Lima Silva (034.878.704-95); Juliene Ferreira Alencar (057.731.326-64); Julio Cesar Acarine Mouro (286.953.258-06); Julio Cezar de Almeida Neto (030.264.145-90)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5902/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.058/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Julio Cezar Lorencini Ceccon (095.180.857-57); Julio Pedro de Queiroz Neto (183.847.224-04); Julliana Gonçalves Curty (103.267.687-69); Julyane Maria Oliveira de Lima (820.592.413-91); Julyanna Duarte Lira (053.395.934-95); Juniara Dias dos Santos (014.683.000-83); Junior Cesar Casagrande (030.746.511-05); Junior Cesar Popin (289.147.948-30); Jurandir Candido de Oliveira (024.137.249-66); Jurcileia Pereira de Oliveira (084.047.907-79)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5903/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.060/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jutanio Pereira dos Santos (919.368.455-04); Juvania Nunes dos Santos Silva (040.061.984-93); Kadja de Fatima Pinheiro Freitas da Silva (090.687.054-23); Kaline Margarethe Fernandes (029.160.314-99); Kalita Suzana Bezerra (013.494.513-12); Kalyane Carneiro de Souza (058.127.444-08); Kamayura Pestana da Silva Melo (779.513.875-68); Kamila Maiane Pessoa da Silva (068.791.884-78); Kamila Onose Araujo Cunha (035.111.071-21); Kamila dos Santos Rezende Guimaraes (074.171.726-36)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5904/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.062/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kamila Santos Silva (025.176.301-35); Kamilla Graciano Dias (023.356.351-23); Kamyla Oliveira Costa (095.599.864-65); Kamyla das Graças Viana Lourenço (605.508.503-84); Karen Aparecida Soares Passos (106.837.246-06); Karen Fernanda Andrade Avelino (995.519.002-78); Karen Leda Silva (025.142.673-40); Karen Milene da Rosa Piske (007.880.650-09); Karen Raquel Milhan (307.158.168-88); Karen dos Santos Carvalho (034.635.511-79)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5905/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.065/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Karine Atiene de Souza Pereira (103.160.156-28); Karine Caldas Pinto da Silva (024.719.274-08); Karine Cazeiro Correa (923.126.670-53); Karine Cordeiro de Lemos Vasconcelos Silva (875.647.424-53); Karine Leticia de Araujo Costa (084.226.066-82); Karine Nicacio da Silva (110.072.477-03); Karine Sampaio Nunes Barroso (934.853.953-15); Karine Soares Massoli (005.134.920-54); Karine Vieira Batista (035.911.356-74); Karine de Almeida Santos (024.342.444-24)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5906/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.066/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Karinelle Pereira Costa (077.722.604-90); Karla Andrievne Alves Silvano (052.109.476-37); Karla Aparecida Mendes Brito de Queiroz (702.734.301-06); Karla Brandão Pereira (913.619.583-91); Karla Cordeiro Gonçalves (093.777.466-98); Karla Cristiane Oliveira Silva (033.745.796-47);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Karla Danielle Moretto (030.364.639-09); Karla Deise Melchiades Marcao (070.314.707-22); Karla Fabiana Campos de Oliveira (061.381.066-01); Karla Ferreira Lessa (926.734.811-68)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5907/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.070/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Katiusci Antunes de Souza Lima (988.368.461-49); Katrien Antonissen Lima Verde (212.856.848-00); Katya Suzana Madeiro Arcanjo Doria (046.099.244-98); Katyanne Michelle Nobre Fernandes (031.216.794-65); Kaue Paschoaletto Gimenes (022.484.751-10); Keila Maria Ferreira de Sousa (663.089.843-53); Keila Rejane Barbosa Borges (847.186.501-78); Keila Rejane Ferreira Galvão (338.383.992-34); Keitte Mendes Almeida (061.344.626-75); Kelbia Correa dos Santos (998.161.051-87)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5908/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.072/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kelly Macedo de Moura Nascimento (005.767.163-08); Kelly Roveran Genga (275.394.038-02); Kelly Teixeira de Mattos (084.048.767-38); Kelly Valeria Belem (039.461.676-67); Kelly de Castro Carvalho (634.867.333-20); Kellyana Lamar Barbosa (044.909.903-24); Kelsei Bezerra Maia (844.779.203-00); Kelvia Figueiredo de Sousa (030.013.441-05); Kelya Regina Costa (661.058.543-15); Kenia Aparecida da Costa de Oliveira (293.023.248-00)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5909/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.075/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Keury Thaisana Rodrigues dos Santos Lima (033.378.705-62); Kevia Garofalo Evaristo do Nascimento (015.309.086-39); Keylla Viviane da Silva (043.143.694-00); Keytiuscia Moreira Reis (632.122.263-15); Khassiany de Farias Ferreira (034.255.341-06); Klaiye Regina Alves Teixeira (030.870.041-46); Klaus Ruback Bertges (014.202.656-52); Kleudiane Soares da Silva (051.330.933-06); Klevinliany Santos Sobral (026.346.215-31); Krisia Patricia Pontes da Silva (010.871.404-71)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5910/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.076/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kylvia Maria Lago dos Santos (396.363.803-68); Laecio dos Santos Souza (629.952.785-49); Laene Juliana Emiliana (059.825.156-12); Laercia do Amor Divino Lima (029.585.325-50); Laerte da Silva Pacheco (369.572.160-04); Laiana Cristina Costa Santos (100.296.926-36); Laiana Otto da Costa (094.334.996-62); Laila Silva Linhares (009.806.163-10); Laircia Freitas de Souza (389.616.361-20); Laís Bernardo Vale Lima de Farias (024.535.073-03)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5911/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.078/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Laise Maiara Santos Santana (064.283.094-08); Laiza Fernanda Lopes da Silva (027.157.513-11); Lara Albuquerque de Medeiros Nepomuceno (942.164.793-91); Lara Cristina de Oliveira (110.331.246-48); Lara Ivana Reis Ribeiro (647.745.973-68); Lara de Morais Caixeta (028.515.256-46); Larissa Bento de Araujo Mendonça (951.115.653-53); Larissa Constancio Figueiredo (949.413.275-00); Larissa da Trindade Quintela Santos (009.288.045-26); Larissa de Araujo Lemos (024.402.683-13)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5912/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.080/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Larissa Lira Brito (019.831.153-20); Larissa Lopes Oliveira (031.080.215-67); Larissa Maciel Menezes Santos (013.047.431-28); Larissa Maria Gurgel Passos (013.256.613-33); Larissa Mustasso (031.946.321-40); Larissa Prazeres Monteiro (919.690.505-00); Larissa Rodrigues dos Santos Silva (001.940.813-70); Larissa Samara Freire Luna (007.105.071-00); Larissa Vasconcelos Pereira (057.120.867-35); Larissa Vieira de Brito (055.178.136-07)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5913/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.083/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leandra Delfim do Nascimento (044.924.676-02); Leandra Jovelina da Silveira Gayer (884.071.870-20); Leandra Rodrigues Boursinos (289.849.808-46); Leandro Almeida Streher (560.684.250-53); Leandro Augusto Tanure (702.944.966-53); Leandro Castro Chagas (977.748.390-20); Leandro Coelho de Oliveira (039.622.215-30); Leandro Ferreira Ottoni (115.993.467-37); Leandro Ricardo de Navarro Amado (040.270.836-95); Leandro da Silva Viegas (620.472.720-68)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5914/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.084/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leandro Rua Ribeiro (100.580.027-82); Leda Alves da Silva (920.211.586-91); Leda Maria Toso Puziol (081.935.527-50); Leda Maria da Costa Oliveira (654.926.920-20); Ledjane Maria Rabelo Cavalcante (899.228.323-72); Leide Daiane de Melo e Silva (027.455.053-94); Leidiana Francisca Mendes Toledo Macedo (065.374.446-32); Leidiana de Jesus Passos (068.178.026-60); Leidiane Aparecida Torres da Silva (030.895.381-99); Leidiane Correia Oliveira (820.291.135-49)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5915/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.088/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo Oliveira Moura (044.606.846-24); Leonardo Saraiva Pontes (786.883.293-20); Leonice Razera Sampaio (005.404.600-95); Leonilda Lemes de Oliveira (411.179.809-87); Leonildo Oliveira Rodrigues Junior (606.310.402-00); Leopoldo Henrique Nascimento Almeida (001.872.631-32); Lerika Moreira Rego (060.271.974-71); Leticia Cirqueira Souza (042.763.675-22); Leticia de Fatima Helpa (053.709.489-09); Leticia do Nascimento (952.822.460-15)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5916/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.094/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lilian Magalhães Fechine Belchior (990.309.933-91); Lilian Marcia da Silva (078.480.597-07); Lilian Maria Santos Silva (014.256.733-76); Lilian Mesquita Gomes (035.797.566-99); Lilian Nara Ferreira de Almeida (000.604.986-92); Lilian Queli Matos (011.256.400-30); Lilian de Araujo (084.912.726-23); Lilian de Oliveira Daniel (046.499.296-60); Liliana Prata Souza (110.249.677-43); Liliane Amelia Insfran Moses (704.681.091-53)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5917/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.098/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Livia Cabral Jacobsen Valerio (009.880.590-88); Livia Claudio de Oliveira (841.324.501-04); Livia Cordeiro Bastos de Araujo (019.884.003-92); Livia Cristina Barros Barreto (015.440.163-36); Livia Dias Mangueira Bastos (082.515.794-30); Livia Fagundes Gomes (073.093.586-86); Livia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fernanda Guimarães Novaes (045.218.714-10); Livia de Almeida Costa (088.306.796-07); Livia de Sousa Leite Siqueira (952.838.383-15); Livia do Nascimento Araujo (732.191.181-00)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5918/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.105/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciene Diniz da Silva (036.093.641-57); Luciene Ferreira Dias Silva (031.053.514-00); Luciene Lopes Bohrer (812.505.924-53); Luciene Lopes Fernandes (779.417.645-04); Luciene Rodrigues dos Santos Poquiviqui (403.231.961-87); Luciene Rosa Braga Xavier (033.669.726-02); Luciene Santos da Silva (985.848.125-04); Luciene Tragueta (030.857.259-97); Lucila Mara Zerbini (831.857.710-87); Lucilea Andrade Cardoso Rodrigues (009.879.377-23)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5919/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.108/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucival Silva dos Santos (768.026.395-72); Lucivaldo da Silva Santos (065.772.384-30); Lucivane Maria Alves Coelho (932.997.613-15); Lucivani Ferreira da Silva (701.226.011-49); Lucivania Cassia da Silva (883.993.114-72); Lucivania Marques da Silva Salviano (954.074.641-87); Lucyano Ferreira Fausto (028.456.154-18); Lucyara Silvares dos Santos (095.049.497-62); Lucyjane Amorim de Souza (048.522.193-46); Lucypaula Andrade Pinheiro Fernandes (054.471.534-92)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5920/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.114/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Pedroni (073.036.417-85); Marcelo Pereira Branco (000.500.330-00); Marcelo Raimundo de Oliveira (710.845.926-49); Marcelo Silva Farias (517.081.914-53); Marcelo Silva Pane (223.449.148-70); Márcia Abelin Vargas (539.420.350-49); Márcia Adriana Ferraz da Silva (748.522.720-34); Márcia Alessandra Santos Silva (629.596.895-34); Márcia Almeida Nascimento (817.955.805-34); Márcia Alves da Silva Aires (993.407.551-20)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5921/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.115/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcia Alves Ferreira (623.922.203-87); Marcia Alves Ribeiro (074.516.256-80); Marcia Alves de Souza (027.235.273-01); Marcia Amaral Dal Sasso (067.050.526-94); Marcia Andrea Gentil Arruda (662.025.230-34); Marcia Andrea Seibert Campara (666.240.020-34); Marcia Aparecida Senzano Queiroz da Silva (367.587.441-91); Marcia Bandeira da Luz Valadão (926.001.310-00); Marcia Basso Rodrigues da Silva (918.285.970-15); Marcia Beatriz Oliveira de Sousa (279.737.193-34)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5922/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.116/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcia Calazans da Silva (087.299.697-27); Marcia Carolina de Souza Ribeiro Oliveira (014.009.736-86); Marcia Coelho Coutinho (015.820.413-18); Marcia Elias de Almeida (856.065.611-15); Marcia Emico Hirami Rezende (067.663.018-99); Marcia Fayad Kaled (643.402.449-53); Marcia da Silva Bevilaqua Carpes (672.072.510-68); Marcia de Amorim Viana (410.802.625-04); Marcia de Fatima Rodrigues Padilha (499.245.913-72); Marcia do Carmo da Cruz (783.168.635-53)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5923/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.119/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Márcia Rosa Pacheco Amaral (035.468.466-30); Márcia Silva Santos Neiva (053.758.576-18); Márcia Simeria Sousa Freire (904.437.213-00); Márcia Soares dos Santos (037.482.146-18); Márcia Tamires Uchoa Bezerra (026.855.223-10); Márcia Tereza Manggini (072.129.898-27); Márcia Vanessa Coelho Fernandes (055.195.423-09); Márcia Vasconcelos Costa (828.090.205-82); Márcia Vilela Gonçalves (439.012.121-91); Márcia Viviane Santos de Amorim Silva (937.294.055-00)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5924/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.121/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcio Olavo Gomes Magalhães (014.334.971-66); Marcio Reis da Costa (781.739.491-15); Marcio Rigo (624.080.380-49); Marco Antonio Braulio Elosta (011.644.501-74); Marco Antonio Nadalin Peixoto (045.041.118-45); Marco Antonio Sodré (290.506.183-91); Marco Aurelio Alves (060.935.976-28); Marco Aurelio Salvino de Araujo (256.497.818-50); Marco Homero de Sá Santos (087.880.627-08); Marco Tulio Hercos Juliano (306.620.508-86)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5925/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.122/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marco Túlio Salles Rezende (879.260.406-49); Marcos Antonio Dellaretti Filho (002.882.456-36); Marcos Antonio Francisco (327.319.418-98); Marcos Antonio Marques (023.594.778-46); Marcos Antonio Santos Souza (542.815.715-15); Marcos Antonio da Silva Escobar (122.066.437-58); Marcos Aurélio Neves Costa (805.618.963-72); Marcos Aurélio Stefano Junior (857.228.479-68); Marcos de Andrade Soares (027.960.356-89); Marcos de Lima Araujo (043.605.644-57)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5926/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.129/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Aparecida Rosa Herculano (044.047.256-39); Maria Aparecida Stroppa de Paula (005.755.376-98); Maria Dulcilena dos Santos Silva (256.871.233-34); Maria Edilaine Santos Correa (043.715.325-86); Maria Eleisa Crema Lovatto (808.597.980-20); Maria Eliane Alves Fernandes de Lima (050.878.534-04); Maria Eliene Ribeiro da Silva (025.067.283-92); Maria Elijara Sales Snovarski (968.127.100-91); Maria Elinete Nascimento (014.451.533-43); Maria dos Santos Alves Brandão (485.070.321-68)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5927/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.133/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Lina Fardin de Figueiredo (107.828.617-50); Maria Lourdes dos Santos (554.653.409-59); Maria Lúcia Barbosa de Jesus (941.387.295-34); Maria Lúcia de Carvalho (465.337.531-34); Maria Lúcia de Jesus Albuquerque (963.147.534-49); Maria Lúcia de Oliveira (938.139.451-20); Maria Lucia dos Anjos Benevides Nery (008.038.245-21); Maria Lucicleide Freires Francisco (811.711.964-15); Maria Luciene Marcolino da Costa (034.452.544-94); Maria Luísa Coelho de Assis (057.599.064-37)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5928/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.137/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Quinou da Conceição (011.693.294-54); Maria Rafaela Lopes da Guia D'Almeida Soria (027.252.715-76); Maria Raquel Trambaioli da Rocha e Lima (029.468.917-63); Maria Rosângela de Meira (959.238.029-53); Maria Rosária Cardoso Rodrigues (432.260.940-68); Maria Salete de Brito Gomes (688.653.763-68); Maria Sandra de Jesus Palmeira (797.017.795-68); Maria Sandra de Oliveira Morais (007.538.544-90); Maria Silva Sousa (004.785.973-39); Maria Tamyris Paiva de Lima (029.446.053-56)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5929/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.142/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mariane Frois Ourique (003.439.130-46); Mariângela Bispo dos Santos (887.239.765-00); Marianna Tavares Tomaz (077.142.004-80); Marianne Silva Malvezzi (961.696.489-53); Marianne Viana Borges Diogo dos Santos (079.703.027-18); Marianni Barros da Cunha (078.791.117-86); Marianny Nayara Paiva Dantas (084.517.484-30); Maricélia Lopes Santana (013.395.143-03); Maricelma Bitencourt Machado Martinez (701.663.581-34); Marici Franz (763.460.729-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5930/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.146/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marilya Gabriella Silva Ribeiro (070.320.446-70); Marilza Leiko Monção (779.123.571-49); Marina Bacelar Pereira Fernandes (004.141.433-02); Marina Brandão Donnard (052.035.126-63); Marina Fistarol (080.111.276-16); Marina Juliana Pita Sassioto Silveira de Figueiredo (903.426.821-72); Marina Maria Krum Brenner (000.505.060-05); Marina Moura Ferreira (013.887.133-73); Marina de Barros Rodrigues (353.807.558-10); Marina de Souza (583.482.471-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5931/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.153/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marylane Alves dos Anjos (996.685.056-20); Marzio Azaro D'Lippi Filho (001.726.655-66); Mateus Dornelles Severo (000.902.300-35); Mateus da Silva Alves (023.503.545-98); Mateus da Silva Lima (973.967.370-87); Matheus Ferber Drumond (038.801.576-42); Matheus Jorge Iani (347.576.838-04); Matheus Leite Rolim Moreira (046.487.744-00); Matheus Neumann Pinto (005.049.590-93); Mathilde Nunes Miranda de Tavares Pedroni Marchito (115.144.497-90)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5932/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.156/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maycon Oliveira Gomes (098.314.327-70); Maycon Robson Pigosso (056.639.889-39); Mayk Penze Cardoso (029.046.731-48); Mayke de Urzedo Pereira (103.810.266-98); Mayla Borges Goulart (105.634.136-03); Mayra Carneiro da Silva (602.855.213-57); Mayra Ferreira Solano de Freitas (076.391.534-33); Meire Carla Pereira Brandão (984.682.355-04); Meire Cristina Pereira da Silva de Sousa (814.896.413-00); Melania Sartori Villani (012.323.650-92)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5933/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.173/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Natalia Oliveira de Araujo (015.986.843-29); Natalia Pimentel Gomes Souza (026.870.933-51); Natalia Ponte Nogueira (005.050.113-52); Natalia Teresinha Vieira Costa (102.103.166-67); Natalie Garcia Domingos (334.024.638-65); Natalina Moreira da Rocha (889.107.501-97); Nataly Falcão Farias Nunes (058.808.134-52); Natana Moura Teodoro (095.427.216-17); Natasha Abich Rodrigues (025.198.330-76); Natasha Pinheiro Crepaldi (924.869.751-87)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5934/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.179/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nicolle Silva de Menezes (012.000.436-42); Nicoly Suelly Souza Almeida Acioly (903.936.274-20); Nilce Maria Pereira (000.495.506-40); Nilcelina Maria da Silva Leiva (942.043.651-91); Nilciane Amélia Mesquita (029.643.023-40); Nilcicleia de Jesus Queiroz Soares (829.931.143-87); Nilda Selia Aguiar Carvalho (662.088.233-15); Nildete Lopes dos Anjos Alencar (919.812.553-20); Nilma Almeida Melo (706.022.713-04); Niltieny Barbosa Batista Capitzky (106.919.997-40)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5935/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.181/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nivia Stella Ferreira dos Santos (062.554.715-27); Nivya Pollyana Bispo Januario (077.071.654-70); Nizia Sousa Chaves e Vasconcelos (026.840.433-02); Noelani Matos dos Santos e Silva (062.112.655-14); Noelia Dias Carneiro Barros (896.575.433-04); Noelir Nascimento Lobão (586.024.455-04); Noelly Garcia de Oliveira Rocha (035.340.771-21); Noely Pizzaia Andrade (111.072.317-28); Noemi Santana Ribeiro de Souza (780.757.935-87); Noemia Maria Batista de Souza (940.614.325-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5936/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.185/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Otavio Cruz Macedo (031.975.665-30); Otavio Ramos (016.377.146-45); Otilia Maria Reis Sousa Tinel (811.066.703-10); Ouraci Carvalho Dourado (738.792.153-91); Ozano Celestino Junior (809.547.665-04); Ozeas Bork (607.797.641-53); Oziel Rocha Rodrigues (022.758.233-01); Pablo Coutinho Malheiros (038.894.494-33); Pablo Raphael de Freitas (073.540.786-03); Palloma Feitosa Lucas (017.118.353-31)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5937/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.186/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Palloma Jorran dos Santos Nunes (010.537.734-12); Palmira dos Santos Martins (829.939.043-53); Pâmela Cristina Ferreira Esteves (103.471.376-01); Pâmela Locatelli Campos Ferreira (988.022.591-00); Pâmela Marcelina de Paulo (985.335.332-68); Pâmela Marques Diniz (089.469.796-07); Pâmela Nery do Lago (966.670.523-00); Pâmela Posser Poletto (006.274.140-36); Pâmela Thais Ferreira Falcão (604.164.133-23); Paola Cristina Gomes Machado (053.150.876-54)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5938/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.188/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patricia Andrade Soares (072.848.876-05); Patricia Antonia da Silva (057.859.144-84); Patricia Antunes Savari (054.651.699-82); Patricia Aparecida Faria Vieira (962.765.253-91); Patricia Araujo de Andrade (694.859.415-87); Patricia Cardozo (005.135.590-60); Patricia Cavalcante Ribeiro de Lima (005.458.983-58); Patricia Coral (817.879.609-00); Patricia Cristaldo Boeira (006.724.341-05); Patricia Cristina Melo Souza (023.939.696-08)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5939/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.192/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patricia Rebouças Araujo (012.858.323-10); Patricia Ribeiro Fernandes (598.183.790-04); Patricia Roberta Gonçalves Abilio (076.425.036-10); Patricia Rozana Farias da Costa (061.745.724-71); Patricia Silva de Almeida (070.548.134-48); Patricia Somera (858.103.981-20); Patricia Tavares de Moraes (653.562.843-49); Patricia Tourinho da Silva (625.996.903-15); Patricia Vanderley Moreira (075.125.244-12); Patricia Vasconcelos Lima (952.109.547-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5940/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.193/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patricia Vedovato Prevedello (011.507.090-73); Patrick Ventorim Costa (094.977.087-69); Patrick da Silva Gutierres (948.398.671-00); Paula Alves Duarte da Silva (002.287.553-01); Paula Amaral Gurgel (048.076.639-84); Paula Arantes Loureiro (056.393.646-02); Paula Athaicy Noronha Mota Veras (031.734.173-13); Paula Belix Tavares (743.214.633-00); Paula Brandão Fontes (028.698.745-70); Paula Bruno de Martin (041.858.076-60)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5941/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.195/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paula Iara de Sousa Veloso (003.446.203-10); Paula Karine de Assis Ferreira (016.527.996-64); Paula Knoch Mendonça (017.752.991-12); Paula Larissa Ribeiro Pereira Rosa (008.147.873-98); Paula Madeira Sant Anna (099.236.057-95); Paula Manuela Rodrigues Pinheiro Bertoncini (022.212.903-48); Paula Raquel do Vale Pascoal Rodrigues (054.542.999-44); Paula Renata Tedesco de Carvalho (024.085.041-63); Paula Roberta Silva Araujo (020.280.223-02); Paula Rose Santos de Azevedo Santana (001.819.015-44)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5942/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.200/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Piter Christyan Wagner Oliveira (075.012.677-90); Poliana Lucena dos Santos (078.174.404-09); Poliane Ribeiro Linhares (061.018.056-89); Polliana Fernandes Meireles (047.774.154-14); Pollyana Cordeiro Barros (129.121.477-19); Pollyana Maciel Oliveira (055.612.114-71); Pollyana Pagliaro Borges Soares (085.009.106-31); Pollyanna Ferraz Botelho de Almeida (015.708.636-44); Pollyanna Lima de Almeida (994.390.263-91); Polyana Aparecida Diniz (073.823.766-30)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5943/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.202/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Priscila Carvalho Machado Borges (014.906.271-03); Priscila Cristina Araujo Mesquita (036.201.293-80); Priscila Cristina dos Santos (055.479.696-13); Priscila Dayane Marques Carvalho (063.261.404-80); Priscila Fantini Vidigal Pires (071.104.776-65); Priscila Farias de Albuquerque Oliveira (045.887.234-21); Priscila Ferreira da Costa Alves Silva (084.521.246-00); Priscila Fontenele de Paula (017.388.913-13); Priscila da Silva Xavier (013.104.714-01); Priscila de Castro Smith (095.226.667-93)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5944/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.206/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Aon Moyses (075.086.277-76); Rafael Bezerra de Oliva (005.983.635-05); Rafael Braga Aguiar (015.384.795-67); Rafael Burgomeister Lourenço (272.845.688-79); Rafael Cardoso Jung Batista (644.981.153-68); Rafael Domingues de Moraes (018.969.575-79); Rafael Edipo José Vasconcelos (086.594.234-02); Rafael Felix de Mesquita (895.391.173-72); Rafael de Freitas (009.449.820-26); Rafael de Pinho Queiroz (060.139.046-69)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5945/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.209/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafaela Matias de Abreu (039.363.796-45); Rafaela Ramos Coimbra Lima (100.267.936-28); Rafaela Tenorio Passos (051.219.124-71); Rafaele Fernandes Pinheiro (914.878.033-20); Rafaella Ayanne Alves dos Santos Ribeiro (032.528.055-02); Rafaella Lima Borges de Mendonça (054.074.384-45); Rafaella Pires Freitas (069.972.616-63); Rafaely Braga de Freitas (644.692.123-34); Raimunda Maria Ferreira de Almeida (207.643.833-53); Raimunda Pinheiro da Silva Rocha (663.665.853-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5946/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.211/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ramon Araujo dos Santos (020.345.365-41); Ramon José da Silva (864.371.436-49); Ranielle de Lima Silva Nunes (000.308.891-03); Ranilson Fernandes Costa Junior (010.727.584-82); Ranna Caroline Bezerra Siebra (011.289.993-58); Ranyara Cristina Frade Costa (045.751.986-09); Ranyeli Boldrini Christe da Silva (102.718.347-65); Raphael Castiglioni Nascimento (114.275.947-40); Raphael Costa Marinho (023.435.263-97); Raphael de Almeida Girão (004.161.063-66)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5947/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.213/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raquel Dutra Furtado (988.054.870-15); Raquel Fischer (006.817.300-80); Raquel Gonçalves Olegário (296.017.798-33); Raquel Hermes Rosa Oliveira (514.536.815-15); Raquel Lara Furlan (034.826.316-38); Raquel Mendes Rubenick (772.116.690-04); Raquel Meneses Maia (004.215.223-21); Raquel da Silva Canete (014.818.291-73); Raquel da Silva Nascimento (034.464.386-70); Raquel da Silva Paiva (084.904.527-41)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5948/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.214/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raquel Ohnishi Setubal (084.104.987-40); Raquel Oliveira Fellipe (007.261.561-32); Raquel Oliveira Pinto (015.547.470-74); Raquel Rodrigues Borges (068.974.166-90); Raquel Souza Azevedo (905.449.276-72); Raquel Supernok Galter (075.336.606-17); Raquel Virginia dos Santos da Silva (077.447.096-83); Ravena Vaz Feitosa Castelo Branco (009.792.503-90); Rayama de Souza Mamede (047.912.294-60); Rayane dos Santos Araujo (084.083.134-01)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5949/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.218/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Reinaldo Adriano Lacerda (013.150.016-32); Reinaldo Alves de Souza (882.938.741-04); Reinaldo Fernando Coser Neto (955.460.730-04); Reinaldo Fernando Leite (301.330.348-44); Reinaldo Smaniotto (857.620.089-91); Reisa Roberdo de Siqueira (542.051.071-53); Rejane Coelho Martins (510.782.013-15); Rejane Cristina de Melo Pinto (576.928.316-53); Rejane de Araujo Valeriano (703.686.271-87); Rejane de Sousa Moura (032.148.526-20)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5950/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.220/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renata Elizabete Pagotti da Fonseca (324.585.368-83); Renata Esteves Moraes (608.833.241-72); Renata Ferreira Santiago (661.764.503-06); Renata Girão Moraes Leitão (016.495.085-06); Renata Lomonaco Cruz (268.519.918-70); Renata London Rodrigues Nascimento (991.975.451-04); Renata de Carvalho Gomes Prates (026.280.335-69); Renata de Moura Vergara (044.944.886-07); Renata dos Santos Batista Reis Woloszynek (296.061.268-03); Renata dos Santos Souza (983.349.990-20)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 5951/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.225/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rhaquel de Morais Alves Barbosa Oliveira (003.272.333-46); Ricardo Abreu Vercosa (008.684.273-06); Ricardo Antonio Feitosa Confessor de Sousa Almeida (032.299.354-70); Ricardo Borges da Silva (830.365.041-68); Ricardo Cechin Garay (931.765.110-00); Ricardo Fernandes de Freitas (038.470.096-99); Ricardo Fonseca (015.096.861-26); Ricardo Issler Unfried (801.767.630-15); Ricardo da Costa Lima (458.291.955-34); Ricardo dos Santos Gomes (723.500.401-00)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5952/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.226/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ricardo Lopes dos Santos (038.110.686-10); Ricardo Macedo Bainy (617.388.240-04); Ricardo Wang (001.164.156-81); Richele Teixeira de Lima (054.306.334-88); Ricson Romario Nascimento (039.062.815-82); Rilson Fraga Moitinho (611.345.705-20); Rimendes Sebastião Cardoso (893.779.076-91); Rita de Cassia Almeida Sales (044.363.874-88); Rita de Cassia Cabral Passoni (897.313.957-68); Rita de Cassia Correa de Oliveira Nishiyama (887.590.751-04)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5953/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.228/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberta Costa Aquino de Alcântara (004.088.693-05); Roberta Cristina Almeida Campos (069.085.857-43); Roberta Eneida Gonçalves do Vale (987.250.255-20); Roberta Fagundes dos Santos (955.892.445-87); Roberta Ferreira Costa (971.591.233-87); Roberta Granato Casella (934.628.246-00); Roberta Grangeiro de Oliveira (014.191.303-74); Roberta Jansen de Mello Farias Guimarães (755.795.023-20); Roberta Lindoro Rodrigues (097.154.327-51); Roberta de Sousa Wernz Cancian Mochel (013.499.503-19)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5954/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.229/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberta Lins de Lima (051.258.744-26); Roberta Lopes Karlburger (043.945.336-43); Roberta Machado de Souza (027.660.636-17); Roberta Marinho Falcão Gondim Araujo (010.732.034-76); Roberta Martins de Almeida (011.639.981-33); Roberta Minatel Garbelini (223.784.678-26); Roberta Moura (088.298.476-40); Roberta Novais Lima (103.295.507-48); Roberta Rocha Dias (027.660.646-99); Roberta Rosa Segatto (008.294.810-01)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5955/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.236/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roseli Aparecida Leite Martins (072.664.926-02); Roseli Silveira Borges (001.586.270-40); Roseli da Silva Moreira (297.768.248-11); Roselia Maria dos Santos Araujo (550.903.389-49); Roselinda Aparecida Rodrigues da Matta Calegari (365.782.231-34); Rosemar Mantovani Maciel da Silva (558.132.241-49); Rosemara de Fatima de Lima (930.071.320-53); Rosemary Magella Pereira (532.001.286-15); Rosemary Martins dos Santos (018.833.985-09); Rosemary Pacifico de Lima Vieira (012.182.094-70)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5956/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.242/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rosivania de Castro Figueiredo Ribeiro (008.183.384-90); Rosman de Sousa Silva (812.462.933-15); Rosmari Sattler (498.188.640-34); Rosmarly Neves (005.951.991-60); Rosmary Cavalcante de Araujo da Silva (565.652.671-20); Rozeli Brandão da Silva Mendes Leite (082.316.237-01); Rozellams Francisca Caetano Veras Varela (058.378.684-70); Rozileia Araujo de Sousa Bilhalva (001.293.000-80); Rubem Alves da Silva Neto (737.612.902-25); Rubenice Souza da Silva (082.808.624-98)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5957/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.247/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samantha Danielly Rodrigues (014.642.851-01); Samara Alves Fróes Oliveira (056.126.417-10); Samara Oliveira Lopes (069.064.594-57); Samara Patricia Santos Pessoa (049.506.374-60); Samara Rocha da Costa (044.809.153-46); Samara Sales Gomes de Sousa (027.120.353-64); Samara da Rocha Brasilino (135.252.497-05); Samela de Morais Segovia (011.676.701-40); Samia Carine Castro Damascena (827.965.563-87); Samia Crys Possidonio Vieira (734.414.653-34)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5958/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.248/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samia Rafaella Moreno Silva (032.816.823-83); Samia Regina Tavares da Silva (971.562.643-20); Samira Shizuko Parreao Oi (336.154.368-14); Samira dos Santos Fernandes (127.153.827-07); Sammia Valeska Ferreira Memória (977.944.063-15); Samuel Galvão de Oliveira (001.168.603-08); Samuel Izídio Pires Spanhol (055.331.007-09); Samuel Miranda de Moura (833.883.544-72); Samuel Moura Mendes (050.160.346-80); Samuel Ranieri Oliveira Veras (931.467.603-04)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5959/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.296/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Caxiado Cruz (025.178.185-25); Alexandra Soares Rodrigues (021.473.215-08); Aline Van Der Schmidt (026.703.375-38); Alizete Neves Silva (002.119.125-57); Ana Clara de Morais Ribeiro (020.298.065-01); André Bomfim dos Santos (869.545.985-34); André Leandro Silva (013.118.521-74); André de Mendonça Santos (047.417.445-07); Andrea Delmare Bomfim Queiroz (878.751.795-72); Andressa Pereira Oliveira (048.907.165-13)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5960/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.301/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kaliana dos Santos Dias de Freitas (008.583.725-33); Katia Cecilia de Lima (015.565.565-51); Kleymilson do Nascimento Souza (896.448.593-91); Larissa José Parazzi (316.187.698-98); Larissa Oliveira da Cunha Silva (026.688.575-62); Layze Cilmara Alves da Silva Vieira (065.538.064-70); Lenilton Ribeiro Fernandes (014.142.715-90); Leonardo Barros Costa Pinto (028.647.685-18); Leticia Zenobia de Oliveira Campos (013.120.151-44); Levi José Rodrigues (966.668.895-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5961/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.303/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Dias Pinto (012.663.785-70); Priscila Arantes Rampin (255.898.948-08); Reinilton da Silva Juvenal (018.761.845-31); Renato Souza Fontes (018.488.965-06); Rodrigo Silva Santana Neto (796.988.165-34); Samara Filgueira dos Santos (008.023.025-30); Vanessa Rosário Carneiro (842.451.075-53); Wagner Luis da Cruz Almeida (781.414.005-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5962/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.308/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joelma Boto Silva (033.425.275-01); Jorge Farias Herculano (021.666.955-31); José Edson Tourinho da Silva (994.535.685-20); José Milton de Sena Filho (008.760.315-21); Kerson Kleber Espinola Pereira (565.935.384-34); Leonardo Bittencourt Silveira (001.603.755-33); Leonardo Prado Correia (050.401.375-08); Leonilton Cagy Silva (024.809.465-33); Loreno de Souza Leal (025.830.215-16); Luan da Costa Ramos (037.423.515-59)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5963/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.313/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vitor Muniz dos Santos (031.033.415-20); Wallace Rezende Fernandes (057.917.465-47); Wilza Karla Leão de Macedo (578.196.535-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5964/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.315/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ivan Satuf Rezende (037.361.766-60); Ivanildo Luciano Nogueira (348.607.383-49); Janine Daeuble Simões (014.938.383-50); Jeferson Antunes (962.167.783-15); Jisaline Fagundes Rodrigues (021.555.643-76); José Valdenilson Amaral de Oliveira (921.075.913-34); João Batista Alves de Oliveira Filho (010.126.113-61); Leticia Caetano da Silva (320.151.758-57); Maria Inês Rodrigues Machado (711.189.420-00); Mateus Ferreira (033.247.303-17)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5965/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.316/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberto Hugo Wanderley Pinheiro (059.257.784-80); Samuel Cardozo Ribeiro (010.038.123-50); Thays Nogueira Rodrigues (069.990.144-85); Willian Fernando Domingues Vilela (302.588.078-30)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5966/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.320/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Franklin Vilaca Guimarães (794.038.322-15); Gustavo Figueira de Paula (261.226.738-70); Gustavo Passos Fortes (033.318.795-41); Isaias de Oliveira Barbosa Junior (531.066.872-15); Jeferson Santos Araujo (951.197.953-15); Jorge Henrique da Silva Romero (311.583.418-73); José Carlos da Silva (545.434.521-00); Juliana de Sales Silva (068.482.644-58); Leandro Xavier Cardoso (888.803.541-91); Leia Sousa de Sousa (771.866.482-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5967/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.321/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leila Maria Rego dos Santos (730.758.412-34); Leticia Dias Lima Jedlicka (257.366.688-31); Lorena Freire Corera (007.637.842-06); Lucia Cristina Cavalcante da Silva (357.274.112-20); Luciane Batistella (012.204.980-25); Lygia Maria Policarpio Ferreira (883.461.612-04); Manolo Rodriguez Heredia (061.487.237-51); Maria Rosa Gonçalves da Silva (014.408.051-64); Micheli Pereira de Melo (041.329.119-77); Moises Abreu de Sousa (983.972.492-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5968/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.324/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vicente Hudson Sousa Pereira (038.962.963-45); Vinicius Vescovi (011.664.461-31); Vitor de Souza Castro (753.453.662-68); Waldiuallison Ramos Alves (643.422.802-30); Yerko Contreras Rojas (701.395.621-09)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5969/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.327/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Dias Barbosa (016.271.670-21); Charles dos Santos Guidotti (016.768.500-74); Jonas José Seminotti (583.963.060-87); Paulo Henrique dos Santos Sartori (730.024.880-20); Phillip Vilanova Ilha (672.202.580-20); Valter Antonio Ferreira (539.891.120-15)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5970/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.333/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Mary de Carvalho Azevedo (951.430.334-20); Adriano Barros Carneiro (032.097.813-38); Antonio Jesus Souza Melo Neto (988.269.725-91); Francisca Tatiana de Oliveira Souza (090.721.044-98); Francisco Jucivânio Félix de Sousa (617.584.003-82); Giovanna Nobrega de Lima Lopes (023.987.344-04); Karla Priscilla Sales de Lima Mendonça (024.670.643-01); Maria Núbia Batista Nogueira (014.217.213-84); Tamires Silva Barbosa (095.038.454-24)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5971/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.339/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristiane Rosa (087.335.419-22); Elida de Souza Bento (006.670.930-01); Gabriela Nunes de Deus Oliveira (131.323.037-55); Ilisandro Pesente (824.884.520-68); Luana Tillmann (072.409.359-14); Soraya Regina Sacco (279.767.528-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5972/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.347/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mariane Cruz Santana (002.273.145-81); Marilia Mascarenhas Lima (019.908.435-14); Mário Lucio Gomes de Queiroz Pierre Junior (513.951.262-91); Michelle Patricia Frazer Salt (058.361.046-38); Moacir Andrade dos Santos (054.943.095-41); Moyses Avelino de Souza Filho (485.810.465-68); Nery Rafhael Barbosa Galvão (789.206.805-82); Ozzyries Dimitrius Araujo Pinheiro Braga (012.488.795-38); Patricia Leite Cruz (074.418.186-05); Paula Xavier Santos de Santana (828.352.925-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5973/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.361/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Vanessa Lucia de Souza Lima (052.328.156-01)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5974/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.403/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Ricardo de Lima (023.345.904-95); José Wilton de Gois Santos (005.292.425-40); Joseildo de Souza Vieira (081.799.934-50); José Gonçalves dos Santos Junior (056.508.085-70); João Rogério Menezes de Santana (358.862.005-

25); Leonardo Victor Dias (661.967.875-00); Lidiane Leite Vieira Coelho (026.194.135-67); Lucia Helena Aires Martins (064.765.734-11); Luiz Miranda Cavalcante Neto (039.367.875-06); Lígia Santos de Oliveira (068.947.894-10)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5975/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.410/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaliane Soares Borges dos Santos (025.149.551-57); Jeremias Rodrigues da Silva (724.870.621-34); Jessica Rodrigues Marques (072.773.666-38); Jones Carvalho Martins (020.854.481-00); Josane Borges das Neves Guimarães (814.409.361-53); José Alessandro Cavalcante Sampaio (805.776.281-00); José Carlos Rodrigues da Silva (030.810.531-10); Juliano Queiroz Grisolia de Oliveira (961.902.131-20); Leonardo Pereira da Silva (043.138.641-21); Lidiana Lima de Albuquerque Menezes (035.230.533-90)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5976/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.414/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renato Mendes Gomes (876.139.641-91); Richardson dos Santos Almeida (923.561.411-20); Rita Luciene da Silva Milanez (876.145.961-53); Roberta Alves Rocha (004.864.885-00); Roberta Bellillo Jardim (858.923.271-91); Romulo Ramos Nobre Junior (736.002.021-20); Ronaldo Domingos Lopes Ribeiro (693.232.831-34); Ronaldo Fernandes de Oliveira (645.681.481-20); Ronaldo Roberto da Silva Correia (493.191.751-87); Ronilde Borges da Cunha Feitosa (018.221.003-05)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5977/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.416/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sergio Kihoma de Britto Lopes (018.694.094-77); Sherley Cabral Moreira (933.423.731-72); Sheyla Villar Fredenhagem (761.781.888-20); Shoichi Shibuya Kishi (763.105.828-87); Stefany Christinne Otto (038.348.881-84); Stenio Germano Ponte (932.566.041-53); Susana Alves de Souza (645.825.821-68); Suzy Dias Soares Cedraz (992.500.471-34); Tatiana Arantes Martins (806.096.511-53); Tatiana Farias de Sousa (003.854.421-06)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5978/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.430/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Douglas Sauer Comin (803.746.110-68); Elenice Gomes (634.968.790-68); Jeanice de Freitas Fernandes (706.905.370-34); Lucineia Giacomelli Koraleski (572.860.600-82); Luiz Artur Rosa Filho (909.994.950-20); Nessana Dartora (012.621.350-01); Paulo Roberto Barbato (622.061.849-15); Rafael Klein Moreschi (050.820.289-28); Scheila Cristiane Angnes Willers (011.857.470-10)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5979/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.449/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cinthia de Andrade Pereira (098.683.827-69); Cíntia Tavares Ferreira (129.413.927-42); Cíntia de Assis Ricardo da Silva (026.143.737-29); Cláudia Verônica Maia Neves (890.025.047-72); Cristina Neves dos Santos (076.442.877-28); Damiana de Souza Fernandes (056.722.487-21); Danielle Correa Reis de Toledo Piza (097.332.477-58); Davi Viuge Iff de Mattos (087.918.477-96); Dolores Pereira Henriques da Silva (102.138.447-02); Eliane Maria de Almeida Affonso (073.228.567-40)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5980/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.576/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Alethea de Melo Cesar Osório (025.158.761-45); Ana Carolina Gomes Correa (020.063.381-37); Ana Clara Coutinho da Silva (704.309.001-63); Ana Cláudia Benchimol (115.834.867-39); Ana Cristina da Rocha Batista (723.242.101-00); Ana Daniela Rezende Pereira Neves (015.447.201-81); Ana Emília Cullen Vaz (995.457.561-87); Ana Flávia Lucas de Faria Kama (002.090.921-73); Ana Kelly de Morais Silva Belato (723.396.671-00); Ana Lídia Alves de Carvalho (038.209.341-03)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5981/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.582/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Favi Ferreira (366.676.368-50); Bruno Figueiredo Gonçalves (038.654.961-30); Bruno Lara de Castro Manso (110.820.287-03); Bruno Moraes Guimarães (030.222.971-06); Bruno Rolim (036.560.949-85); Bruno de Mesquita Martins (037.052.891-36); Camila Almeida Magalhães (041.592.511-88); Camila Louise Ferreira de Carvalho (020.620.751-46); Camila Lucas Oliveira Lucena (029.168.011-97); Camila Rafaelle Santiago Pereira (030.622.271-09)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5982/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.587/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cláudia Fernanda Silva Almeida (091.653.796-08); Cláudia Queiroz André (843.916.341-04); Claudimar Rodrigues Lima (779.920.161-49); Clayton Menezes Silva (886.878.801-20); Cléia Nunes de Oliveira (996.170.561-00); Cleisyane Lopes Quintino (027.204.313-38); Clodoaldo Inor de Oliveira (563.929.581-34); Consuelo Martins Galo (118.688.055-49); Cristhyano Bruzzi Pinto Morais (019.589.481-28); Cristiane Moreira Brito (053.941.417-46)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5983/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.591/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dannia Esteves Oliveira Vasconcellos (016.907.161-85); Danylo Carvalho Mucury (866.722.151-15); David Santos Abreu (050.773.315-02); David Sued Pontes Aguiar (005.364.611-80); Dayane Fernandes Almeida (018.690.061-94); Dayane Guedes de Souza (026.939.601-26); Débora Inez Guedes Martins de Souza (007.106.671-32); Deborah de Castro Soares (050.716.571-39); Débora Macêdo Carneiro (036.009.021-48); Déborah Leopoldina Mororó (024.538.381-64)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5984/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.594/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Jorge Barreto (725.335.791-49); Eduardo Mendonça da Silva (962.171.971-20); Eduardo Vieira de Araujo Junior (860.858.591-04); Eduilson Borges de Lima Junior (034.903.091-03); Edvaldo de Souza Carvalho (333.578.701-34); Edvânia Maria de Faria (693.928.971-20); Elaine Maia Bezerra (036.932.111-16); Eldna Dias Cardoso Pinheiro (576.786.852-20); Elivaldo Ribeiro de Santana (933.563.741-68); Elizangela Ribeiro e Silva (831.771.081-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5985/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.627/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maurício Souza Silva (043.627.891-03); Mayara Ferreira de Barros Santos (037.334.841-00); Mayara Gabrielle de Queiroz Neves (051.170.081-46); Mayra Batista Corrêa (019.335.481-00); Michael Fernandes da Silva (028.857.051-08); Michaele Moreira Thomaz de Carvalho (863.436.291-49); Michel Cordeiro Alvares de Oliveira (026.521.311-84); Michel Marciano de Oliveira (821.419.751-15); Michely Cristina Lopes de Lemos (030.311.261-14); Miguel Ângelo Bueno Portela (736.890.841-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 5986/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.634/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Priscilla Campos de Castro (697.451.451-49); Rafael Augusto Mendes Rosa (096.360.606-90); Rafael Cassiano Rosa de Paula (016.751.181-59); Rafael Pereira Medrado (007.040.561-19); Rafael Rodrigues de Melo (023.038.161-81); Rafael Romualdo dos Reis (002.918.851-28); Rafael Soares da Rocha (701.484.301-04); Rafaela Moreira dos Santos (018.698.141-42); Rafaela Poliana do Carmo Novato (009.555.041-04); Rafaela de Oliveira Lopes (028.621.591-82)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5987/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.638/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ricardo Lenon da Silva Rodrigues (029.095.391-05); Ricardo Oliveira Monteiro Lopes (003.498.031-88); Ricardo Pereira Braga (998.933.391-20); Ricardo Rios Barreto (286.000.704-06); Ricardo Vinícius Lopes Castro (020.748.351-59); Ricardo de Almeida Gomes (842.168.591-00); Ricardo de Oliveira Alves (004.567.571-63); Rister Abadio Barbosa (694.685.241-91); Rita de Cássia de Sousa Brito Magalhães Neta (058.936.793-50); Robinson Velloso Neto (021.124.281-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5988/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.644/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Simone Pereira Vieira da Silva (016.671.251-50); Soraya Rodrigues de Sousa (716.780.341-34); Stefany Valentim Mendes da Silva (036.290.531-22); Suelen Fernandes Vieira (038.253.081-03); Suellen Silva Pinho (109.803.087-71); Susan Cristina Capitulino (606.260.701-04); Suyanne Soares Bernardo Ribeiro (749.556.831-34); Taís Caroline Cabral (041.464.599-58); Talita Carvalho Carlos (022.350.451-38); Talita da Silva Sá (023.707.101-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5989/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.650/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vinícius Jader Leal (031.173.011-60); Vinícius Lacorth Carpes (028.328.041-79); Vinícius Peixoto Teixeira (037.309.441-85); Vinícius Pires de Almeida Silva (019.929.651-02); Vinícius Raimundo Gonçalves (104.684.166-17); Virgílio Hipólito Lemos de Castro (016.146.261-89); Virgínia Maria Soares de Almeida (722.484.241-91); Vítor Santos Paranhos (909.141.981-49); Vivian Borges Miatelo (004.340.921-00); Viviane Amorim de Oliveira (104.579.756-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5990/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.807/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiane Aparecida de Siqueira Arantes (989.161.061-68); Daiane Dizielle Meireles Soares (087.176.626-48); Diana Alves de Rezende Kokrda (526.632.051-68); Diogo de Souza Santos (019.511.081-16); Edilene de Souza Aguiais (001.628.901-33); Edvaldo de Goiás Pereira Pontes (014.825.011-47); Elcione Pereira do Prado Castro (387.504.491-68); Ellen Flávia Moreira Gabriel (016.885.361-24); Ericson Alves Martins de Castro (027.236.961-62); Fábio Rezende Coimbra (000.098.311-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5991/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.814/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cláudia Miranda Alves (049.453.506-71); Eduardo Valadares da Silva (055.417.957-10); Hélcio Vaz do Val (067.927.616-56); Ivaney Duarte (034.030.076-00); Joaquim Hermínio Andrade Rudrigues (033.467.606-18); Pablo Emílio Tavares da Silva (069.356.686-89); Rosilene Silva dos Santos (034.221.336-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5992/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.820/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Ivan Bradley dos Santos Dias (066.362.298-02); Andressa Regina Lopes (033.349.519-52); Carlos Alberto Fernandes Baltar (973.293.637-15); Carlos Henrique Wachholz de Souza (062.176.039-00); Catarina Portinho Nauiack (003.920.339-50); Daniela Stubert (048.337.179-30); Erico Saito Szameitat (004.235.419-60); Francielle Cristina Lopes (057.394.789-95); José Rafael Rossi (058.631.369-95); Lauren Machado Pinto (053.119.689-58)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5993/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.827/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francianne Rayssa da Rocha Teixeira Lima (077.003.304-09); Franck Patriki Moreira Ribeiro (068.549.774-79); Julianne Pereira dos Santos (089.927.424-28); Jéssica Isabelle dos Santos Dutra (084.255.214-67); Leon Karlos Ferreira Nunes (054.279.214-19); Luanna Priscila da Silva Gomes (064.877.844-43); Luciana Conceição de Lima (046.333.046-31); Lucineide Cruz Araujo (806.881.104-44); Magno Francisco de Jesus Santos (001.610.435-85); Milena Oliveira de Lira (030.627.994-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5994/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.831/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valdoni Pereira Barth (011.475.560-40); Vinícius Oliveira Bittencourt (027.582.070-01); Vinícius Bittencourt Dias Magalhães (851.090.370-00); Vitório Azevedo Strassburger (847.854.460-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5995/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.876/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Virgínia de Oliveira Santos Magalhães Dantas (053.184.826-43)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5996/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.881/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniele Húngaro da Silva (081.333.179-08); Eneida Sales Noronha (471.426.506-72); Fernando Silvano Gonçalves (044.476.529-86); João Paulo Camelo Cunha (000.351.313-06); John Jefferson Antunes Saldanha (034.482.691-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5997/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.894/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Henrique Fonteles Dias (059.155.003-23); Phelipe de Figueredo Beda Rabay (014.058.923-66)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5998/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-013.899/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabricio Ofugi (940.167.391-87); Giovanna Megumi Ishida Tedesco (276.348.428-00); Giuliane da Silva Pimentel (028.232.471-22); Gustavo Aguiar Malafaia de Araujo (005.154.481-41); Hially Santos Rabelo (096.332.536-16)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5999/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.904/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mateus Andriola Gross (036.055.921-20); Nancy da Luz Davidis (989.691.531-87); Nubia Flavia Oliveira Mendes (971.575.891-68); Paulo Cesar Pereira Soares (708.871.951-72); Pedro Ferreira Alves de Oliveira (009.887.091-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6000/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.913/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Suselaine Serejo Martinelli (158.039.698-42); Suzana Curi Guerra (881.894.731-15); Suzane Santos Marques Bento (124.936.957-63); Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos (715.477.624-20); Taisa de Almeida Felix (055.000.004-62)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6001/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.917/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vanessa Cristina da Silva (812.593.281-04); Vanessa de Assis Araujo (592.666.006-87); Vânia Costa Pimentel (074.344.737-97); Vera Lúcia Rial Gerpe (014.512.147-07); Veruska Ribeiro Machado (645.961.921-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6002/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.919/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Virginia Barbosa Lobo da Silva (031.315.931-99); Walma Laene Leite do Nascimento (996.175.281-34); Wellington Pedro da Silva (066.857.466-61)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6003/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.920/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Francisco Carvalho Pereira (089.544.664-27); Cyntia Cysneiros de Brito (031.684.104-89); Dian Lourenconi (089.492.606-38); Leonardo Milanez de Lima Leandro (037.269.994-42); Mércia Valéria Alves da Silva (008.399.205-71)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6004/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.927/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla de Figueiredo Braz (077.133.407-93); Caroline da Silva Paquieli (119.652.067-43); Clarissa Gomes Pinheiro de Sá (111.297.207-21); Cristiana Nazaré Goulart da Silva de Almeida (114.356.197-06); Cristiane Marcelino Santana (038.091.527-81)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6005/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.934/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Rodrigues Dias (221.646.937-87); Joycimar Lemos Barcellos Zeferino (129.443.417-90); Juliana Diuana de Castro (084.215.927-42); Juliana Nascimento Berlim Amorim (086.385.877-59); Juliana Rodrigues Terra (126.238.417-64)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6006/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.937/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maira Cavalcanti (086.723.537-30); Marcela Leite Fernandes (021.129.767-45); Marcela Marques dos Santos (116.247.867-58); Marcelle da Costa Frickmann Fernandes (103.629.257-63); Marcello Miranda Ferreira Spolidoro (057.328.877-17)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6007/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.940/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Michele Thereza dos Santos Simões de Mello (080.986.487-88); Mônica Martinez Barbosa Vítor (013.726.837-80); Mônica de Freitas Teixeira (628.470.157-87); Nadja Naira Salgueiro de Moraes (057.796.837-86); Nanci Gomes Mascarenhas (634.224.177-53)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6008/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.952/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Henrique Cervelin (369.921.538-54); Cássia de Souza Santos (103.040.956-05); Daniela Schiabel (094.759.056-00); Fábio Henrique dos Anjos (099.962.996-43)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6009/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.959/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina dos Santos Machado (037.139.834-70); Anderson Apolônio Lira Queiroz (833.420.364-00); Carla Cunha Rodrigues (067.767.094-08); Devson Paulo Palma Gomes (033.284.955-41); Eder Bruno Cavalcanti do Nascimento (043.135.624-60)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6010/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.960/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elton Rubens Vieira da Silva (050.858.284-96); Felipe Pessoa Tejo Gabriele (073.856.954-26); Gabriela Lins Falcão (073.913.224-58); Januário Leal de Moraes Vieira (027.360.704-96); Kleber Silva Filho (035.176.604-93)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6011/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-013.966/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Davi Fernando Lopes Vieira Zeneratto (337.309.408-99); Eduardo Carrara (106.909.438-22); Elton Patrick Barbano (226.541.878-10); Eron Tiago Viana Daurício (334.811.628-71); Fábio dos Santos Barbosa (101.048.328-51)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6012/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.994/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andressa Regina Vasques Mendonça (033.847.859-08); Anna Carolina Faleiros Martins (015.470.171-80); Anna Herron More (745.813.501-82); Antonio Sergio Escrivão Filho (301.404.368-04); Antonio de Almeida Nobre Junior (186.470.901-44)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6013/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.999/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Regina Ferracioli Pimentel (033.356.881-80); Camila Siebert Altavini (994.387.201-20); Carina Costa de Oliveira (719.143.821-53); Carina da Costa Krewer (817.960.990-15); Carla Peixoto Borges (635.062.971-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6014/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.004/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ceres Nunes de Resende Oyama (830.611.266-00); Cesario Alvim Pereira Filho (295.951.421-15); Christiano Del Cantoni Gati (692.933.251-87); Christina Cleo Vinson Williams (617.573.652-49); Cinthya Vivianne de Souza Rocha Correia (021.278.363-75)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6015/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.012/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniela Neves de Sousa (627.155.003-78); Daniela Prometi Ribeiro (082.527.546-60); Daniele Leão Ignacio (084.482.207-81); Daniele Nantes Sobrinho (011.000.541-46); Daniella Soares dos Santos (161.865.128-51)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6016/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.018/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Antonio Ferreira (023.252.029-17); Eduardo Antonio da Silva (012.733.111-59); Eduardo Bessa Pereira da Silva (854.308.031-20); Eduardo Bona Safe de Matos (024.801.221-58); Eduardo Dimitrov (292.315.148-81)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6017/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.020/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Peixoto Fernandes da Silva (955.561.331-15); Eduardo Pierrotti Rossetti (197.041.648-31); Elaine Barros Ferreira (036.924.011-16); Elaine Maria Tavares Rodrigues (069.357.167-56); Elder Yokoyama (218.900.618-08)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6018/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.023/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elton Bruno Barbosa Pinheiro (050.063.004-69); Eluiza Alberto de Morais Watanabe (023.395.721-93); Emerson Ferreira Rocha (074.599.616-71); Emerson Ferreira de Melo (342.036.828-35); Emilia Fernanda Agostinho Davanzo (352.089.338-02)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6019/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.024/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Emilia Vitoria da Silva (341.672.421-68); Emílio Peres Facas (982.620.501-00); Eric Pierre Jean Sabourin (007.409.564-18); Erica Acioli Canamary (021.796.913-51); Erica Fernandes Teixeira Brasil Paez (036.601.136-70)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6020/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.028/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabio Fonseca (876.613.579-68); Fabio Moreira da Silva (021.332.927-13); Fabio Oscar Lima (041.141.607-36); Fabiola Cristina Ribeiro Zucchi (184.420.798-66); Fábio Viegas Caixeta (646.326.101-78)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6021/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.035/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Franco de Matos (162.405.958-96); Franco de Salles Porto (602.039.861-72); Frederico José Silva Corrêa (560.800.421-34); Gabriela Cristine Rosa Andrade (022.433.781-59); Gabriela Cunha Possa (007.610.571-70)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6022/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.042/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helder Kiyoshi Kashiwakura (790.223.597-00); Helen da Costa Gurgel (034.097.767-10); Helena Santiago Vigata (059.672.857-33); Henrique Araújo Costa (887.457.401-00); Henrique Marra Taira Menegaz (009.552.041-43)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6023/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.052/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joelma Rodrigues da Silva (417.180.461-20); Jonatas Maia da Costa (704.458.691-00); Jonilto Costa Sousa (376.266.711-04); Jorge Carlos Lucero (015.882.329-05); Jorge do Nascimento Faber (512.983.411-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6024/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.066/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lorena Almeida Campos (921.406.531-49); Lorena Araújo de Oliveira Borges (007.440.521-73); Lorena Carneiro Albernaz (928.612.881-91); Lorena Moreira Fernandes de Moraes (023.273.021-02); Lucas Moreira (007.809.161-66)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6025/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.071/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Daniel Jatobá França (692.626.321-34); Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (263.224.041-72); Luiz Guilherme Grossi Porto (483.203.901-68); Luiz Honorato da Silva Junior (889.345.354-15); Luiza Spinola Amaral (002.365.221-75)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6026/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.076/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcio de Carvalho Victorino (838.245.377-53); Marcos Aurélio Fernandes (422.349.721-91); Marcos Fagundes Caetano (004.204.009-40); Marcos Honorato de Oliveira (946.018.361-15); Marcos de Campos Carneiro (704.747.451-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6027/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.082/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mariana Machado Hecht (714.750.601-49); Mariana Penna Lima Vitenti (937.451.171-15); Marianela Machuca Macías (702.540.411-08); Marijara Souza Queiroz (637.336.685-53); Marileusa Dosolina Chiarello (362.879.899-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6028/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.090/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Monique Batista Magaldi (086.284.017-17); Morena Gomes Marques Soares (111.675.777-01); Mozart Fazito Rezende Filho (030.120.456-00); Murilo Sversut Dias (311.590.008-24); Napoleão Fonseca Valadares (776.166.181-20)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6029/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.095/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patricia Monteiro e Silva (053.954.066-89); Patricia Natália Silva Moretti (040.777.439-40); Patricia Tuxi dos Santos (584.206.141-49); Patrícia Trindade Nakagome (320.481.168-92); Paula Gomes de Oliveira (620.412.071-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6030/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.100/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Priscilla Maia de Andrade (871.349.771-53); Priscilla Roberta Silva Rocha (054.924.586-39); Rachel Lourenço Corrêa (682.880.425-20); Rafael Dietzsch (886.708.801-72); Rafael Garcia Barreiro (357.482.828-44)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6031/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.107/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rinaldo André Mezzarane (153.447.238-06); Rita Silvana Santana dos Santos (633.371.005-97); Rita de Cássia Campebell (879.332.179-15); Roberta Moreira Wichmann (650.340.313-53); Roberto de Souza Baptista (980.636.261-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6032/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.114/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Siegrid Guillaumon Dechandt (282.881.798-94); Silvia Regina Starling Assad de Ávila (261.491.668-48); Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos (461.742.651-53); Simone Aparecida Lisniowski (019.209.299-59); Simone Battistini (704.843.301-95)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6033/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.119/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tatiana Valverde da Conceição (000.764.310-10); Tatiana Yokoy de Souza (956.217.411-53); Tayná Cardim Morais Fino (005.720.661-98); Tayse Tâmara da Paixão Duarte (038.213.964-07); Teresa Cristina Jardim de Santa Cruz Oliveira (573.209.181-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6034/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.124/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vanessa Polina Pereira da Costa (991.520.020-04); Veronica Moreno da Silva (036.945.011-69); Veronica Vinecky (634.793.031-53); Verônica Cortez Ginani (813.480.454-34); Vânia Raquel Teles Loureiro (704.860.581-23)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6035/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.403/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Pimentel (161.339.528-06); Cassio Joaquim Moletta (846.769.309-68); Igor Barbosa Catellani (052.215.919-28); Maria Isabel Gonçalves da Silva (047.028.969-46); Miriam Igesca dos Santos (316.424.288-33)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6036/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.405/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto Neil Castro de Carvalho (428.062.083-00); Jerson Leite Alves (028.278.113-75); Rita de Cássia Alves de Freitas (002.980.983-50); Sylames dos Santos Saturnino (053.278.503-74)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6037/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.408/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: João Lucas de Oliveira (107.894.527-66); Ray Luiz Babilon Carreço (138.436.917-11)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6038/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.410/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Thiago Grasiano Mendes de Sá (013.442.916-86)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6039/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.411/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Victor Augusto Araújo de Freitas (985.696.192-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6040/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.415/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Vinicius Buiati Rezende (008.293.751-63); Maria Ines Lopes de Oliveira (036.916.016-93); Maria Jaqueline da Rocha Moraes (345.706.558-66); Millena Brito Teixeira Gontijo (016.103.081-58); Natanielle Cristina Soares Rodrigues (015.263.581-58); Nayara Chris Fernandes (047.235.181-85); Nidia Carita dos Santos Andrade (585.362.991-34); Paula Alessandra Silva Abreu (002.557.061-70); Paula Balduino de Melo (693.892.761-87); Paulo Augusto Strobel de Freitas e Silva (706.635.481-87); Raymundo Eduardo Santos Junior (002.506.555-60); Renan Reis da Silva Vasco (002.136.871-60); Ricardo Alves Moraes (828.989.601-87); Rosalice Rabelo Santana (357.664.921-20); Vagner Luiz da Fonseca (077.181.776-29); Vania Alves da Silva (699.397.801-68); Viviane Machado Caminha Sao Bento (091.588.537-90)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6041/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.420/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bianca Joaquim Albuquerque de Melo (133.832.697-01); Bianca Siqueira Antunes (138.185.537-77); Breno Henrique Pires de Seixas (100.742.477-00); Camila Brito dos Santos (115.711.337-04); Camila Costa Gigante (101.376.897-30); Carine Valente Costa (135.262.187-81); Carlos Henrique Volaro Caminha Mota (093.287.357-00); Carolina Nobrega de Lima Dionisio (124.820.017-90); Caroline Pereira Pires da Silva (113.079.107-69); Clarice Belo David de Oliveira (079.633.557-55); Claudia Rebello dos Santos Santos (994.196.457-20); Claudia Regina dos Reis Thees Rodrigues (043.537.697-74); Cristiane Clemente Susano (028.262.687-59); Daniele Pereira Pina Garrot (045.477.677-26); Danielle Cristina Pereira (093.972.597-50); Danillo Avellar Bragança (114.069.127-94); Deise Luci Luiz Hartuique (927.053.087-68); Denise Gomes da Silva (053.635.327-19); Diego dos Santos Reis (131.352.927-38); Dora Vianna Vasconcellos (099.310.437-17)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6042/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.422/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gleydson José Bianquini Couto (098.841.107-51); Graziele Braga de Souza (656.800.063-91); Helena da Conceição Gonçalves (099.304.017-92); Idrissa Ribeiro Novo (124.395.667-48); Igor Lobo Siqueira Rodrigues (040.007.015-41); Indina Correa Rocha (135.882.007-46); Isabel Nogueira Carramaschi (131.151.717-06); Isabel de Souza Blanc Mendes (099.631.767-80); Isabele Ferreira de Lacerda Duarte (099.896.857-97); Izabella Bezerra Coutinho (116.654.947-00); Jair Colina Pereira da Silva Junior (079.684.157-80); Janaina Martins da Silva (042.496.817-77); Jaqueline Queli da Silva (116.002.657-23); Jaqueline Sales Victor dos Santos (057.326.304-30); Jardel Sandy da Silva (129.966.567-50); Jean Lucas da Silva Brum (140.821.197-10); Jessica Cruz de Luca de Almeida (006.032.821-56); João Cerineu Leite de Carvalho (084.354.817-78); João Eduardo da Silva Carvalho (140.734.124-34); João Filipe de Almeida Xavier (137.711.387-60)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6043/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.436/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Maciell Soares Pinheiro (085.111.464-40); Juliana de Figueredo Lima (053.635.584-32)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6044/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.441/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Lorena Barbosa Rodrigues (005.577.186-60)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6045/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.491/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Vitor Hugo Marques (224.192.798-83)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6046/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.496/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan Cassio Queiroz Bezerra Leite (082.185.054-74); Ana Marilia Dutra Ferreira da Silva (104.415.256-79); Arthur Cesar de Medeiros Alves (013.620.664-60); Aylana Laíssa Medeiros Borges (066.019.694-86); Beatriz Tavina Viana Cabral (095.621.284-07); Bernardino Galdino de Sena Neto (037.521.414-33); Danielle Priscilla Gomes e Souza Espinel (009.823.314-95); Emerson Moura de Alencar (852.840.334-34); Erika Roberta Silva de Lima (059.894.794-92); Flávia Pelinsari Lana (099.005.717-89); Glauko André de Figueiredo Dantas (049.825.044-07); Hudson Alves dos Santos (063.729.744-01); Ivelise Fhrideraid Alves Furtado da Costa (057.679.044-30)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6047/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.825/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Juliana Maria Barbosa Bertho de Oliveira (021.312.394-08)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no sistema do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar a data de 1/10/2015.

ACÓRDÃO Nº 6048/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.139/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Iran Siqueira Pereira (513.155.054-87); Jorge da Costa Carramanho Junior (969.287.941-00); Júlia Cristina Nunes Neves (071.030.274-63); Karla Kelma Almeida Rocha (006.485.753-06); Leandro Augusto Lopes Azeka (997.222.911-49); Letícia Jardim Machado (010.356.330-00); Luciano Schwanck Lopes (964.915.400-06); Lucimara Alves Ferreira (002.627.551-14); Luiz Carlos de Sousa Queiroga Junior (050.085.754-73); Maria Aparecida Alves de Almeida (360.987.796-00)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6049/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.144/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcela de Sá Barreto da Cunha (020.897.491-13); Márcia Rasia Figueiredo (509.268.884-04); Maria Lidiany Tributino de Sousa (838.096.513-20); Peres Embirucu Barreto Junior (491.400.605-78); Rogério Vitório de Jesus (038.617.005-30); Sara Ruth Pires Bispo (036.490.145-48); Thiago Ribeiro Rafagnin (010.001.340-67); Tiago Samuel Bassani (319.857.168-52)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6050/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.158/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gleidison da Silva Souza (857.632.412-15); Haroldo Ferreira de Araujo (658.445.643-91); Hericley Serejo Santos (860.858.162-00); Igor Barbosa de Carvalho (806.444.142-00); Igor de Oliveira Lima (043.952.615-90); James Campos Mendes (828.476.302-87); Jamily Silva Souza (990.034.572-04); Janes Costa Lima (020.822.542-08); Jeferson Stiver Oliveira de Castro (617.679.562-15); João Henrique Santos Souza (529.778.892-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6051/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.164/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gileno Santos Moreira (003.609.215-07); Jordan Gustavo da Silva (039.824.153-81); Joyce Melo Mesquita (024.576.003-24); Maria Anúzia Dantas Duarte (992.613.834-91); Maristhela Rodrigues da Silva (013.395.553-28); Rayane Fernandes Mano (070.753.884-01); Sandro Luís da Costa Alves (017.066.485-61); Sonadson Diego de Paula Nery (731.413.991-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6052/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.169/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo da Silva Simões (052.846.227-07); Rodrigo Assis Vicente Bahia (102.344.137-35); Thiago Farias dos Santos (106.463.287-43); Vanessa Letícia dos Santos (138.656.907-00); Vinícius Gomes da Costa (107.284.557-14); Vítor Bruno da Silva Maia (113.504.027-37); Viviane Teodoro da Silva (119.413.307-03); Waldyr Mendes Tatsch Neto (116.111.847-03); Washington Luiz Camillo Teles (058.773.157-57)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6053/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.174/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daiana Nascimento Teixeira de Oliveira (008.495.925-85); Edlamar Braga de Holanda Osório (154.971.511-91); Fernanda de Souza Carvalho Oliveira (014.187.335-39)
1.2. Órgão/Entidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6054/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.211/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renato Antunes dos Santos (214.936.888-98); Rui Moreira Braz (394.566.177-34); Tiago Alves da Fonseca (004.433.461-35); Verônica Conceição Araujo (606.953.581-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6055/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.225/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adolfo Samuel de Oliveira (258.941.758-60); Adriano Souza Senkevics (368.594.588-28); Alderedo Rubem de Farias Neto (056.888.514-73); Alexandre Magno Dias Silvino (584.869.921-68); Alexandre Ramos de Azevedo (886.050.197-00); Alexandre Rodrigues do Nascimento (026.985.631-50); Alexandre de Proença Guarda (040.299.246-62); Aline Mara Fernandes (338.281.958-90); Alline Nunes Andrade (805.340.585-15); Alvana Maria Boff (487.489.190-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6056/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.232/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Karla Christina Ferreira Costa (002.393.341-08); Laene Ascenso Lustosa (002.657.831-00); Lana Torres Barreto (022.129.771-58); Larissa Assis Pinho (056.168.216-08); Leonardo Ferreira da Silva (007.660.341-51); Lilian Cordeiro Prates (940.977.471-34); Lilian dos Santos Lopes (462.101.721-72); Lorena Pimenta de Andrada (014.418.306-42); Louise Moraes (093.541.097-05); Lucas Rocha Soares de Assis (023.603.191-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6057/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.237/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sabrina Trica Rocha (092.432.897-56); Samuel Silva Souza (036.661.751-63); Sara Domingos de Sousa Araujo (023.501.741-82); Sergio Loureiro Mautoni (599.167.881-20); Shirley Franx Silva (001.505.531-02); Simone Leite Guedes (698.859.821-91); Sóstenes de Alcântara Guerra (868.593.401-00); Suzi Mesquita Vargas (376.886.690-49); Taís de Sant'Anna Machado (008.310.575-13); Thaysa Guimarães Souza (001.952.581-85)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6058/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.260/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maissa Rodrigues Trajano (802.271.632-49); Marcia Cristina Souza da Cruz (765.703.552-87); Martha Luiza Costa Vieira (600.357.723-10); Michelly Cristina Bacelar Tavares (012.646.512-60); Mikaeli Araujo Medeiros (008.244.592-37); Nadia Cavalcanti da Rocha Rodrigues (076.894.044-30); Naima Comesanha e Silva (743.589.602-00); Natacha Oliveira Janes (102.753.917-36); Natalia Alencar Figueiredo (002.650.113-96); Natalia Cristina Pinho da Costa Modesto (749.107.442-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6059/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.261/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nubiete Viana Maia (258.520.352-20); Obedio de Sousa Albuquerque (981.136.402-82); Patricia do Socorro Magalhães Franco do Espirito Santo (370.710.412-53); Reginaldo dos Santos (097.506.678-16); Reinaldo Correa Leite (283.524.672-04); Reinaldo Dian Lopes Rodrigues (963.252.832-87); Ricardo Bentes Kato (595.252.662-49); Rita de Cassia Ferreira Machado (153.321.442-53); Robson dos Santos Ferreira (307.481.678-38); Tania Anilia Veloso Santos (356.694.205-78)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6060/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.267/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Regina Antunes França de Melo (070.687.717-93); Andreia Martins de Oliveira Santo (024.018.427-05); Andréa de Azevedo Oliveira dos Santos (114.945.677-92); Bernard de Souza dos Santos da Cunha (104.526.547-00); Bruna Oliveira de Assis (130.806.577-99); Bruno Maurtas Conde Folly (144.740.087-90); Carina de Souza Anselmo (057.710.677-50); Carlo Pagani (309.493.945-72); Caroline dos Santos da Fonseca (026.092.697-30); Cesar Junior da Silva (109.558.987-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6061/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-016.284/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Aparecido de Almeida (071.964.006-74); Antônio Claudio Ferreira (613.149.431-20); Elisa de Leon Piló (066.055.996-08); Fabricio Pereira Zago (006.935.061-21); Gleyce Kelle Ilidio Pinheiro (031.037.131-77)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6062/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.287/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Amauri Bezerra Mendonça (024.088.793-02); Perla Almeida Rodrigues Freire (009.537.443-45); Rafael Teixeira de Sousa (013.344.593-39)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6063/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.292/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Thyssia Bomfim Araujo Dairiki (760.062.982-87)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6064/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.297/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Geovane Caetano Gomes (034.168.211-06); Iara Jaime de Pina (001.660.181-55); Iasmini Virginia Oliveira Lima (112.462.616-69); Januario de Carvalho Nunes (817.997.991-15); Jaqueline Fassini (017.989.681-42)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6065/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.302/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aparecido Donisete Pires de Moraes (045.274.446-62); Juliana Ferreira de Brito (081.384.876-82); Pietro Raphael Teodoro Santana (089.207.476-01)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6066/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.309/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cassiano Mendes Franco (103.681.727-08); Januario Albino Nhacuongue (233.563.688-00); Tiago Bueno de Moraes (352.844.268-94)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6067/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.314/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Barra Neto (049.794.116-30); Bruno Franceschini (059.298.549-04); Dayse Silveira de Almeida (015.147.031-65); Denise de Oliveira Alves (443.211.710-91); Didier Quevedo Cagnini (003.520.860-09)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6068/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.325/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruna de Souza Faustino (884.072.502-44); Bruno José Vicente (059.357.967-40); Bruno Neves Rati de Melo Rocha (066.469.366-09); Caio Carvalho Moreira (058.099.664-62); Caio Filipe Bezerra Macedo (970.711.022-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6069/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.332/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elden Borges Souza (984.286.242-91); Eliana Maria de Souza Franco Teixeira (448.579.182-34); Elindalva Wanzeler de Freitas (898.674.832-00); Elizabeth Orofino Lúcio (014.414.947-82); Elizier Junior Araujo dos Santos (002.901.562-62)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6070/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.338/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ivan Risafi de Pontes (135.537.598-36); Ivete Brito e Brito (763.498.532-53); Jacqueline Nogueira da Silva (031.221.527-46); Janaína Mora de Vasconcelos Massafra (887.806.862-49); João Batista Xavier Vieira Neto (021.290.992-46)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6071/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.347/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patrícia Quaresma de Lima (707.925.002-10); Patrícia Ribeiro Maia (655.636.972-15); Pedro Alberto Bento Gomes (946.858.352-04); Pedro Henrique Carvalho Brandão (939.185.772-87); Pedro Tupa Pandava Aum (051.314.744-69)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6072/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.353/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Taiana Santos Silveira (842.042.572-91); Thais Gomes Cabral (000.390.492-05); Thiago Augusto Pedroso Barbosa (935.958.912-87); Thiago Broni de Mesquita (890.717.512-87); Thiago de Oliveira Carnevali (004.456.851-74)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6073/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.358/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandra Ribeiro Leite (028.589.224-03); Thiago Poleto (112.437.547-37)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6074/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.367/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristiano Salles Rodrigues (072.397.167-67); Daniela Cid de Garcia (087.003.377-81); Daniela Porto Faus (364.369.998-09)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6075/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.466/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ronei Osvaldo Ziech (724.372.431-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6076/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.470/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Regina Célia Flores Silveira Rocha (643.878.011-15); Rejane Lima Sales (932.992.571-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6077/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.475/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jader Soares dos Santos (017.907.170-00); Jardel Telles (012.747.250-97)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6078/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.477/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Paula Radaelli (965.418.650-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6079/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.483/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabrício Raphael Silva Pereira (011.152.743-09); Mariana Amorim de Amaral (117.023.487-92); Tatiana Gonçalves de Oliveira (082.334.806-73)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6080/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.486/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina Lourenço da Silva (027.127.547-27); André Luis Costa Canella (980.806.287-34); Diego Mauricio Yepes Maya (020.801.486-13); Gustavo dos Santos Vicente (110.707.557-29); Lilia de Amorim (762.996.007-72); Marcelo Petulante Fernandes (011.638.467-08)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6081/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.495/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elton Rose Braga Iannuzzi (666.448.102-25); Francisco dos Santos Nogueira (274.827.312-53); Jackiney Alfaia Souza (788.543.932-15); Jozete Coelho de Lima (275.620.692-04); Max Adilson Lima Costa (705.390.572-15); Melissa Chalco Fernandez (518.631.032-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6082/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.496/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Renato Mendes Castro (799.779.602-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6083/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.502/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla de Aguiar Soares (124.510.897-25); Claudine Guimarães Leite Cardoso (092.750.217-83); Gabriela Santos Leite (129.177.687-70); Gabrielle Oliveira Rodrigues Martins (115.134.477-00); Igor Alves da Silva (131.603.067-98)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6084/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.514/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Artur Constrino (332.628.288-58); Phellipy Pereira Jacome (082.403.646-83)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6085/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.515/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriane Domingues Eslabão (001.339.130-58); Alexandre Torres (764.095.890-34); Alicia Matijazevich Manitto (821.458.570-87); Aline Bagetti (994.437.750-34); Alisson Jamie Cruz Lanot (003.149.640-70); Allan de Oliveira de Oliveira (964.381.690-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6086/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.518/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio Andrei Duarte (000.800.530-33); Franciele Lima de Oliveira Mendes (027.112.110-61); Heitor Carpes Marques Fernandes (675.269.690-04); Hellen Nunes de Farias (025.030.220-90); Jamile Dutra Correia (028.077.860-06); Jeferson Ventura (013.749.840-35); Juliana Prestes Ferigollo (005.698.620-35); Luiza Carbunck Godoi (025.508.350-50); Maicon Gularte Moreira (017.214.710-73); Marcos Valle Bueno (011.618.880-47); Mario Jesus Tomas Rosales (213.606.208-50); Miguel Guterres Carminatti (512.252.470-04); Rafael de Avila Delucis (021.740.430-84); Tatiane Kuka Valente Gandra (020.347.969-69); Thomas Normanton Guim (971.564.690-53); Tiago Vieiras Collares (920.457.150-00); Veridiana de Lima Gomes Kruger (017.691.370-09); Waldemir Santiago Junior (242.642.455-91); Wilson Simeoni Junior (950.600.300-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6087/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.521/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lila Silva Foster (903.649.881-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6088/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.524/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bianca Rodrigues da Silva (010.382.921-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6089/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.527/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Tito Horta Paiva (003.572.661-02); Dercio Luiz Monteiro Barros (042.606.661-85); Eduardo Cambuy Saraiva (006.517.541-78); Gabriel Cardial Alves (013.391.971-46); José Felipe Pereira Ambrósio (011.891.524-01); Lucianna Lopes do Couto (022.721.731-44); Mário de Carvalho Pinto (039.220.418-50); Nicole Isabel dos Reis (806.670.400-30); Raphael Ladeira de Assis Republicano (788.536.721-53); Rodrigo Salustiano Lima (015.068.431-23); Valéria Maria Borges (006.210.941-37); Yuri Alisson Carraro Alencar (668.394.161-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6090/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.534/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Francisco Teixeira Prietro (111.255.667-28); Sara Cristina Carvalho Cerqueira (767.945.475-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6091/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.538/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Brand Arenari (094.926.737-62); Bruno Lima Pessoa (053.364.977-38); Bruno Medeiros Souza (132.157.567-06); Bruno Rangel Antunes da Silva (124.244.907-83); Bruno Uchoa Borgongino (124.677.417-88); Camila Heitor Campos (107.802.987-30); Camila Pereira Assad Gutman (082.703.137-85); Carla Terezinha Correa de Aquino (031.322.807-80); Carla de Aguiar Soares (124.510.897-25); Carlos Alberto Ribeiro Costa (057.217.387-31); Carlos Arthur Resende Pereira (073.008.866-98); Carlos Eduardo Dias Souza (107.525.847-23); Carolina Barros Ferreira da Costa (098.226.267-11); Carolina Gonçalves Vieira (101.169.507-30); Carolina Pinto Penna (131.537.287-80); Caroline Pereira Ribeiro (139.661.287-48); Cássio Vinícius Gonçalves Fonseca (017.139.755-05); Chistiane Fialho Ribeiro (104.488.897-06); Christine Kowal Chinelli (913.450.817-15); Cláudia de Freitas Cruz (887.452.527-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6092/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.539/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudia Leandro da Silva Adão (074.743.337-24); Claudia Santiago de Andrade (092.496.677-79); Cleide Paes de Oliveira (041.552.757-08); Cleusa Cristina Marins da Conceição (069.203.857-40); Davidson Malaquias da Silva (119.550.487-03); Diego Ferreira Affonso Pereira (108.371.927-06); Diogo Moreira Perlingeiro (095.986.137-80); Dominique Aurelien Jean-paul Malicet (062.316.557-09); Dyuliana Maria Garcia Soares Machado (099.749.067-50); Elaine de Andrade (034.426.627-37); Eliana Vieira de Carvalho (026.669.767-42); Eliane de Miranda Coelho da Silva (003.062.227-10); Elis Maria Fernandes da Silva (088.879.307-32); Erica Pereira da Silva Rodrigues (084.207.047-84); Erica Vieira da Costa (098.851.307-21); Evandro Rodrigues Dias (032.356.577-89); Evellyn Sigried de Pinho Ferreira (113.387.357-05); Felipe Santos da Cruz (122.503.457-40); Francine Rossone de Paula (114.190.147-14); Fred Rodriguez Quintero (051.909.127-28)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6093/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.541/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Advaldo Carlos de Souza Neto (019.624.441-20); Alexandre Antonio Timbane (234.057.818-33); Danilo Andrade Borges (002.470.941-70); Flávia Ferreira Rodrigues (968.337.001-25); Frederico Côrtes do Nascimento (017.350.261-07); Hercília Maria Fayão Beneti (530.262.761-20); Kátia Sílvia Garcia Gonçalves (905.367.891-34); Stefânia Steves da Silva Sena (922.572.401-20); Thaíse Monteiro da Silva Melo (017.628.961-50); Vivianne Cabral e Silva (860.580.611-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6094/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.548/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abraham Enrique Munoz Flores (060.899.307-76); Adalberto Luiz Miranda Filho (063.957.746-62); Adam Tabacof (749.902.761-91); Adriana Andrade Alves (136.340.697-32); Adriana de Souza Jordão Gonçalves (021.168.447-38); Adriane da Silva Pacheco Chaves (005.619.897-37); Aguida Aparecida de Oliveira (103.789.217-89); Aislan de Carvalho Vivarini (105.437.687-59); Albert Lengruber de Azevedo (068.413.226-57); Alessandra Conceição Dias (073.103.647-67); Alessandra Sant Ana Gomes (098.930.747-62); Alice Lopes do Amaral Menezes (990.567.717-87); Aliny Patricia Flauzino Pires (105.909.137-27); Allan Silva de Faria (119.362.627-70); Alvaro Luis Steiner Fernandes de Sousa (102.934.967-30); Amanda Fernandes Brown (061.881.666-67); Amanda Pereira Franco dos Santos (055.286.997-03); Ana Arai (109.666.707-01); Ana Carolina Brito Brandão (130.504.827-02); Ana Carolina Gaudard e Silva de Paula (115.173.787-96)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6095/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.553/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Ferreira Freund Winnwschhofer (941.999.069-91); Nathalia dos Santos Wicpolt (011.708.920-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6096/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.761/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline da Silva Oliveira Neves (057.712.114-60); Laís Barros Falcão de Almeida (074.279.224-25); Rosemary Lopes Rodrigues (072.103.874-39)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6097/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.767/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Rudniak (072.845.039-98); Cláudia Almeida Fioresi (082.255.609-06); Gilberto Tadeu Ferrugem de Oliveira Filho (024.916.460-48)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6098/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.772/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Beatriz de Oliveira Rocha (044.445.206-04); Camila Kummel Duarte (017.027.450-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6099/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.807/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Maria Amélia Zazycki (009.169.060-94)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6100/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.811/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kelly Cristina Souza de Paula (022.959.991-54); Lívio da Silva Amaral (061.818.756-11)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6101/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.813/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Henrique da Silva (016.290.051-18); Francisco José Rivera Pinedo (704.422.151-34); Jerliane Cruvinel Menezes (510.361.001-97); Karen Carvalho Ferreira (022.439.171-22); Lucineido Gomes de Moraes (001.096.341-36); Rafael Pazeto Alvarenga (216.817.558-66); Tavvs Micael Alves (023.247.611-06)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6102/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.818/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Siqueira Peixoto (004.106.031-80); Katherine Angélica Marin Arce Gonçalves (671.610.905-63); Thais Soares Ferreira Yule (035.603.491-76)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6103/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.824/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Silva Correa Maia Lima (049.291.906-22); Allan de Gouvea Pereira (101.851.416-33); Bárbara Assis Vianna da Silva (051.373.746-44); Bruna Caroline de Souza Berbert (120.151.197-60); Damiana Diniz Rosa (057.866.326-01); Daniel da Silva Toledo (058.439.486-17); Evandro José Medeiros Laia (041.153.426-25); Francisca Cristina de Oliveira e Pires (037.964.496-70); Graciliano Márcio Santos Louredo (117.148.826-24); Henrique Luís Moreira Monteiro (087.241.656-97)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6104/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.830/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agenor de Noni Junior (026.980.349-12); Arland Tassio de Bruchard Costa (063.899.609-05); Carla Miranda Santana (033.502.139-52); Diogo Norberto Mesti da Silva (042.217.649-45); Jaciane Lutz Ienczak (000.280.630-40); Letícia Cunha da Silva (055.031.459-84); Márcio Schneider de Castro (011.012.214-37)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6105/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.832/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Cleciana Andrade dos Santos (019.875.525-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6106/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.880/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Daieni Alves Vieira Amado (092.103.199-82)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6107/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.893/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adrielli Aparecida Fabricio Izac (079.257.286-63); Alexandre Nogueira Ottoboni Dias (040.872.646-61); Carlos Filipe Nascimento (104.516.636-75); Hemily Gomes Marciano Fortes (084.671.426-42); Herbert de Oliveira Ramos (139.791.227-86); Leandro Villa Verde da Silva (051.958.357-48); Maysa Motta Ferraz (075.396.516-01); Rafael Nobre Leite (103.155.136-08); Rodrigo Lipparelli Fernandez (328.731.478-57); Victor Magno Rodrigues de Jesus (090.654.946-93)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6108/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.895/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana Rigo Deon (094.688.646-69); Aline Louise da Silva Lima (354.023.278-82); Aline Manica (063.786.519-73); André Luiz Lorenzoni (054.068.329-99); Deborah da Silva Machado (427.028.950-34); Elizabete França (053.830.519-37); Jéssica Andrade Michel (021.410.180-05); Marcelo Vidalis (955.964.290-15); Melina Kleinert Perussatto (008.244.270-33); Odair Camati (016.882.960-69)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6109/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.899/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ágata Laisa Laremberg Alves Cavalcanti (028.596.843-28); Bruno Guedes Alcoforado Aguiar (013.012.543-12); Gustavo Eduardo Pires Fontenelle (656.419.303-34); Jean Carlos da Silva Sousa (023.975.053-55); Katrine Bezerra Cavalcanti (047.542.864-13); Thially Braga Gonçalves (026.596.263-32)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6110/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.900/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel de Medeiros Gonzaga (002.327.786-63); Renata Santiago de Oliveira Buzatti (048.469.766-88)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6111/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.902/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Emile Raymond Ferreira Taillebois (031.081.521-57)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6112/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.906/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eduardo Santos Maioli (120.741.967-25)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6113/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.909/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Schutel Lacerda Derner (824.555.629-72); Angela Somavilla Higioka (333.494.148-50); Cyntia Nayara de Jesus (076.725.336-14); Itathiana Maria Cunha Bento da Silva (840.946.134-04); Luciana Duarte de Oliveira (639.700.231-49); Nayana Ferreira Vidigal (094.459.836-61); Priscila Cristiane da Silva Mello (696.754.141-20); Rafael Carvalho Hardman (011.336.795-36); Silvia Feiten (464.584.921-20); Willian da Silva Nunes (000.417.145-47)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6114/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.913/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Douglas André Wurz (068.246.589-52)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6115/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.915/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danilo Nogueira de Morais (052.614.883-70); Francisco Diassis Cavalcante da Silva (053.802.763-00); Micaelle Oliveira de Lima (054.454.973-21); Wanessa Nepomuceno Ferreira (004.991.183-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6116/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.920/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gilvano da Rosa (027.002.529-42); Júlia de Marchi (093.714.549-11); Rosilda Lopes Oechsler (720.442.509-00); Tiago Henrique de Souza (079.866.679-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6117/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.925/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Christiano Guedes (632.628.350-72); Dilson Luís Truccolo Mottin (251.957.510-72); Fábio Fedrizzi Vidor (016.719.570-08); Franciele Zanandrea (012.068.440-35); Juliane Sant'Ana Bento (013.881.800-22); Katiusca Marusa Cunha Dickow (048.490.719-02); Kimberly Terrany Alves Pires (029.610.190-79); Paulo Roberto Chaves Dalpian (815.893.360-20); Rafael Oliveira Fernandes (010.686.940-09); Renata Domingues Stoduto (764.162.080-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6118/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.980/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniela Dias Medrado Rogerio (034.124.061-39); Evandro Ricardo Barbosa de Abreu (289.536.138-09); Guilherme Coelho Goes (049.449.481-66); Helder Victor Fay (024.765.341-10); Marilia Rocha da Rosa (776.560.752-91); Mirian Batista de Oliveira Bortoluzzi (014.662.811-03); Rodrigo Pereira Amaral (696.156.401-15); Samya Neyla Borges Brito Conche (005.144.991-92); Thiago Damião Fagundes Pereira (310.518.188-18); Vinicius Avilla Matsunaga (046.494.211-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6119/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.981/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cláudia Pinheiro Garcia (024.208.717-58); Eddy Giusepe Chirinos Isidro (062.284.627-25); Janaína dos Santos Vazzoler (111.309.927-56); Paula Lopes Rodrigues (055.200.257-70); Vinícius Bassi Coswosck (128.862.257-03)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6120/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.987/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Gustavo Castellain (053.925.249-23); Thiago do Nascimento Ferreira (027.270.663-92)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6121/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.992/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Emanuelle Guimarães Pereira (066.492.926-56); Maria Cecília Terence Dias (069.158.126-60); Thiago José Policarpo Firmo Santos (069.874.026-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6122/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.997/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alida Rosária Silva Ferreira (051.928.266-32); Denis Furstenau Plec (229.836.728-08); Iara Aguiar Mol (066.439.836-73); Lilian Batista de Oliveira (076.570.756-00); Raffaella Bertoni Cavalcanti Teixeira (306.328.018-67)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6123/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.999/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Chirley Rodrigues Mendes (055.462.456-70)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6124/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.004/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Wattylla Alves dos Santos Paiva (032.593.143-77); Juliana do Nascimento Serra (335.610.298-25); Karen de Jesus Dias da Cunha (080.558.516-89); Luciano Lino Magalhães (943.291.096-20); Ludmilla França Gonçalves de Figueiredo (013.382.165-03); Mariana Pires de Andrade Braga (069.610.086-07); Paula Cristina Barros de Matos (324.272.738-05); Paulo André Machado Borges (042.372.418-58); Tobias Natan Zuffo (910.787.841-91); Weverly Pinheiro Ribeiro (347.472.428-21)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6125/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.010/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Luís Bastos Sousa (016.872.935-03); Andrea Karoline Reis Chagas (668.545.045-20); Cleane Santos da Silva (012.333.505-10); Joyce Carneiro Macedo (052.735.675-13); Keli Regina Kuss Hammarstron (958.550.920-20); Liliane Astro dos Santos (010.137.215-94); Luciana Soares Garcia (556.379.656-68); Lusania Brito de Souza (834.197.645-53); Luzineia Vieira dos Santos (836.400.705-00); Mariana Celi Melo dos Santos (017.514.295-55)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6126/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.015/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Silva Andrade e Andrade (049.737.315-79); Hayanne Sacramento Brito (044.955.985-89); Iracema Dantas de Oliveira (842.623.545-04); Janaína Santana Dantas (019.619.905-04); João Paulo dos Santos (029.389.125-79); Noêmia da Conceição Bacelar (509.995.405-72); Taciana Santana Araujo (975.604.135-87); Thanira Santiago Maia (778.919.615-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6127/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.020/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabiane Puntel Basso (976.850.970-87); Paulo Frederico Homero Junior (012.884.970-32); Priscila de Souza Oliveira (960.426.130-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6128/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.022/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Gomide Vasconcelos (075.556.486-36); Franciele Lucia Silva Braga (112.334.036-64)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6129/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.046/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexsandro Carmona da Silva (982.395.201-97); Andressa Ferreira Domingos (046.369.821-50); Bianca Berigo Ferreira (032.842.301-73); Cesar Souza dos Santos (026.478.981-46); Daniel Gomes Saab (053.105.351-28); Gabriel Cavalcante Roman (057.355.201-05); Janaina Miron Saraiva Lemes (325.352.278-43); Kimberley dos Santos Moura Campos (039.035.891-60); Marcos Flávio de Rezende (764.581.481-00); Rafael Gonçalves de Oliveira Viana (046.345.011-63)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6130/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.055/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Fernando de Oliveira Fermoseli (218.179.788-96); Ericka Marcelle Barbosa de Oliveira (061.162.544-03); Geisa Carla Gonçalves Ferreira (096.293.614-69); Nathalia Fidelis Lins Vieira (054.626.344-55); Samara Bomfim Gomes Campos (089.207.564-30); Vanessa Limeira Azevedo Gomes (054.145.514-13); Vanessa Sátiro dos Santos (045.835.604-27); Vilker Tenório Cabral Lobo (057.520.314-51)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6131/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.057/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Patrícia Dayane Carvalho Schaker (064.365.709-69)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6132/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.065/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Débora Mizubuti Brito (051.808.959-28); Vitória da Silva Brandt (063.210.069-98)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6133/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.068/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Josiane Rodrigues dos Santos (084.002.319-70); Roger Alexandre Rossoni (081.064.229-84)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6134/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.075/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clarice Fabiano Costa Palavissini (033.163.109-16); Leandro Fleck (076.344.629-77)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6135/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.081/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Santos de Almeida Melo (024.345.993-97); Adriene Alves de Souza (108.423.444-03); Aelton Biasi Giroldo (072.460.696-31); Aline Mara da Cruz Lopes (955.786.503-25); Aline da Silva Pereira (015.029.893-52); Alrivane Fernandes de Sousa (007.499.873-08); Amanda Salustiano dos Santos (029.128.073-01); Ana Dayse Ramos Soares (020.190.473-06); Ana Karoline de Oliveira Costa (017.755.733-89); Ana Tamara Menezes Barros (026.950.453-28)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6136/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.085/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Morais de Freitas Neto (019.561.153-58); Antônia de Maria Borges (712.747.823-68); Cesar Augusto Barroso de Andrade (041.984.063-08); Fernanda Thays de Oliveira de Lima (057.003.253-90); Gilson de Sousa Oliveira (223.203.263-91); Pedro Vinnicius Vieira Alves Cabral (054.431.233-35); Saulo Anderson Freitas de Oliveira (028.432.563-56); Wallason Farias de Souza (603.726.903-35)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6137/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.099/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafaela de Freitas Maltauro (384.687.598-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6138/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-017.109/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexsander Pimentel (073.204.657-28); Ana Paula Brandão Capraro (061.925.269-31); Bárbara Galleli Dias (062.705.159-63); Cristiano Castilho (058.248.919-90); Fabiana Antunes de Andrade (039.184.849-63); Jackson Antonio do Prado Lima (058.439.389-05); Thays Gruber (078.811.609-69)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6139/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.113/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adalgisa Peixoto Ribeiro (042.906.426-83); Fernanda Sousa Carvalho (068.706.066-41); Henrique Roscoe Correa Pinto (858.788.396-87); Laura Maria Batista Ribeiro (060.441.936-83); Livia Duraes Reis (059.914.336-31); Pablo Rangel Abreu Andrade (066.328.846-01); Raquel da Silveira Cota (000.805.046-55)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6140/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.114/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alana Ainara dos Santos Cavalcante (006.553.182-59); Carolina Arruda de Faria (219.112.818-10); Helem Cristina Moreira Linhares (007.949.242-80); Jaime Casanova Soeiro Junior (520.902.722-87); Jefferson da Silva Coelho (748.816.632-91); Lohana Frota Paz (009.566.042-93); Marcos Vinícius de Castro Ferraz Junior (089.324.116-46); Maurilho de Lima Gonçalves (652.758.372-91); Renato Nogueira Carvalho (017.003.462-37)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6141/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.117/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André da Silveira Machado (563.530.730-20); Dalton de Araujo Honorio (023.586.693-85); Francisca Gleire Rodrigues de Menezes (692.780.083-20); Francisco Diones Oliveira Silva (005.607.023-37); Laudemira Silva Rabelo (440.569.313-72); Marcelo Davi Santos (011.315.063-67); Polyana Karina Mendes Ximenes (759.669.803-49); Tercio Jorge da Silva (390.645.223-91); Ticiana Santiago de Sá (966.237.303-97); Wendell Araujo Lopes (004.167.323-99)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6142/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.119/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Lemos da Silva (028.764.243-71); Gabriella Maria Lima Bezerra (014.743.063-14); Germana Cordeiro de Souza Chaves (734.804.603-72); Iago Cavalcante Araujo (030.585.153-59); Italo Linhares de Araujo (037.915.883-38); Julio Serafim Martins (061.297.673-40); Rafael de Oliveira Lima (063.046.253-40); Reno Beserra Almeida (044.174.903-84); Roberto Douglas Guimarães de Aquino (672.946.933-15); Thiago Braga Marcilon (032.788.853-92)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6143/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.121/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Freitas Brandão da Silva (021.559.203-42); André Washington Morais de Freitas (025.263.483-74); Anna Beatriz dos Santos Marques (945.861.522-49); Arielle Elias Arantes (043.097.771-98); Estevão Alves Barros (019.419.603-83); Francisco Carlos Freire Nunes Junior (050.543.953-00); Kelma Lima Cardoso Leite (499.885.063-68); Lianderson Matheus Leite de Oliveira (604.171.363-58); Luís Felipe Cândido (027.281.383-46); Marcelo Andrey Monteiro de Queiroz (048.649.523-02)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6144/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.126/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eduardo Almeida Soares (105.637.466-70)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6145/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.128/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Agleisson Gonçalves de Freitas (048.295.539-28); Augusta Gonçalves Amengual (022.450.950-06); Bruna Batista Abreu (064.212.089-75); Charlene da Silva (080.766.539-83); Cíntia Ladeira Handa (036.054.129-12); Douglas Cezar Reginatto (083.205.569-70); Franciele Cardoso de Vargas (074.951.589-99); Joarez Virgílio da Costa (027.584.969-41); Maysa Carvalho Gonçalves (033.441.091-62); Michely Laís de Oliveira (088.367.669-94)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6146/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.130/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Diego da Silva Peixoto (134.952.867-64)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6147/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.135/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro dos Santos Braga (062.868.976-40); Amanda Conrado Silva Barbosa (086.123.436-74); Nathalia Sernizon Guimarães (100.637.056-05); Rodrigo Antunes e Castro (089.192.896-03)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6148/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.138/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana de Cristo Sousa (005.396.615-54); Lécio dos Anjos Bourbon Filho (021.908.165-48); Maria Fernanda Pinto de Alencar (615.718.301-20); Maria das Graças Pires de Almeida (036.189.464-30); Mário Henrique Tavares Martins (676.958.253-87); Priscila Jesus Mendonça (019.078.565-95); Tami Silva Nunes (842.285.715-49); Thiago Araujo Mattos (025.750.815-56); Thiago Moura de Melo (992.418.465-34); Valesca Patrícia Chagas do Nascimento Freire (019.485.335-70)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6149/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.139/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Masiero Pereira (969.627.630-34); Edson Alves Castanha (098.289.906-87); Elenir Aparecida Crestani Lisot (579.206.139-49); Jaqueline Maria Ramos da Silva (010.233.440-41); Jean Rodrigo Voltolini (053.897.979-81); Morgana de Lemos Ferreira Rocha (069.528.376-63); Nathascha Sotero de Oliveira (078.767.829-57); Rubens Junior de Farias Garcia (737.176.900-78); Welington Grossmann (052.647.439-40); Whyllerton Mayron da Cruz (290.538.138-88)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6150/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.144/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Larissa Lepri (121.056.288-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6151/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.146/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline do Vale Figueiredo (089.225.564-12); Paulo Roberto de Sousa Silva (321.960.593-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6152/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.150/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clarissa de Andrade Queiroz (082.468.624-13); João de Jesus Barbosa (048.627.503-54); Márcia Qualio Baptista dos Santos (080.453.768-21); Sergio Henrique de Oliveira Lima (628.470.313-91); Vanessa Erika Abrantes Coutinho (064.669.864-89)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6153/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.152/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Passarella Gerola (052.536.269-05); Apoliana Regina Groff (009.245.799-19); Filipe Dutra da Silva (074.123.039-96); Jim Lau (613.464.702-00); João Matheus Acosta Dallmann (065.407.419-44); Júlia Salvan da Rosa (057.471.739-01); Ricardo José Torres (062.612.509-01); Robson de Carvalho (087.426.669-61); Rúbia Sedemaka Silva Virgílio (043.218.439-28); Sônia Regina Duz (889.375.189-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6154/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.157/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel José Rocha Pereira (060.483.706-28); Henrique dos Santos Oliveira (056.336.626-52); Jozelma de Oliveira Ramos (042.222.186-42); Kamilla Morando Avelar (054.716.366-51); Marilda Luz de Andrade de Maria (063.175.396-69); Matheus Silva (065.038.236-65); Rafaela Bezerra Fernandes (064.492.814-05); Renato Lins Pires (827.596.266-87); Ricardo Leão Ribeiro Wanzeller (897.863.272-68); Thais de Fátima Araujo Silva (057.300.116-28)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6155/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.167/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Evanilson Gurgel de Carvalho Filho (107.071.674-00); Gabriela dos Santos de Jesus (048.187.115-27); Luíza Guimarães Cavalcanti Spinasse (098.026.616-51); Pedro Alaim Martins Garcia Junior (781.586.565-87); Raniele Araujo de Freitas (013.426.245-05); Rebeca Barros Nascimento (045.641.685-41)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6156/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.495/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Amorim de Farias Leal (064.795.224-60); Alana Karla da Silva (054.443.174-00); Carlos Eduardo Valdivino de Carvalho (037.814.073-65); Cristiano Lima de Brito (090.286.184-06); Geraldo Batista Júnior (713.295.524-15); Gizele Gurgel Gomes (047.432.134-79); Janine da Silva Andrade (012.176.164-97); José Luando de Brito Santos (090.668.714-40); Lígia Coeli Silva Rodrigues (068.144.814-80); Maria César Vasconcelos Galdino Silva (982.062.904-78); Matheus Cordeiro de Melo (101.502.544-74); Pablo Honorato Nascimento (057.979.564-03); Patrícia de Jesus Costa dos Santos (029.337.794-47); Thais Celi Lopes Benevides (048.746.644-66); Tiago de Azevedo Cruz (073.409.534-18); Vajapeyam Srirangachar Srinivasan (109.415.174-20); Vanessa Dantas Diniz Paiva (046.807.344-26)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6157/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.499/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Alberto de Souza Junior (013.830.105-01); Carlos Alison de Souza Azevedo (014.340.755-40); Carlos Eduardo Bessa de Medeiros (019.471.645-70); Carlos Luiz Pereira de Cerqueira (806.417.765-00); Carmo Emanuel Almeida Biscarde (004.084.025-55); Carolina de Camargo Teixeira Gonçalves (831.196.395-91); Cesar Antunes Rocha Nunes (635.300.155-04); Cíntia Melo dos Santos (953.418.891-34); Clara Aleida Prada Sanabria (858.158.305-93); Clara Lima de Oliveira (026.175.515-39); Claudemir Mota da Cruz (019.852.235-54); Cláudia Campos e Silva (507.706.245-53); Cláudia Monteiro Fernandes (617.352.485-68); Cláudia Patrícia Diniz Correia (334.215.105-63); Clemisson Santos Agripino (029.126.965-69); Cristiany Fonseca de Santana (921.254.925-04); Cynthia Maia Guimarães (855.840.455-00); Daiane Venâncio Bitencourt (028.302.155-16); Daiane Vieira da Silva (047.453.775-76)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6158/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.501/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elisângela de Souza Santos (920.090.265-00); Eliseu Santiago de Assis (806.805.265-87); Ellen Hilda Souza de Alcântara Oliveira (009.647.465-30); Erica Santana Silveira (035.137.485-07); Erinaldo Costa Passos (002.466.015-90); Ernando Passos Batista (042.937.105-58); Etevaldo Santos Cruz (002.042.585-61); Eudes Barreto Santana (915.263.025-00); Eva Carneiro Silva Passos (021.583.365-10); Eva Maria Rodrigues Costa (011.207.713-74); Evandro José Bulhões Mendonça (509.126.905-34); Everton Nery Carneiro (310.157.785-34); Fabiana Silva Xavier (802.166.765-68); Fabiany da Conceição Cruz (013.661.775-17); Feizi Masrour Milani (826.664.317-20); Felipe Silva de Miranda (017.627.605-09); Fenícia Brito Santos (041.785.275-41); Fernanda Gomes Coqueiro (019.473.605-90); Fernanda de Oliveira Souza (848.219.575-15); Fernando Salgado Bernardino (166.739.258-17)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6159/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.560/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valdir Agustinho de Melo (673.845.367-15); Vera de Fátima Maciel Lopes (069.229.747-27); Wildson Vieira Cerqueira (106.452.967-40); Wilton Jorge Mattos Neves (026.312.647-11)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6160/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.566/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ângelo José Nascimento Souza (014.213.157-18); Aniela Maria Santos Teixeira (803.792.657-53); Anna Beatriz Barcellos Ribeiro (830.461.357-34); Antoneli de Farias Matos (074.734.317-90); Antonio Cláudio Santtos Menezes (855.936.137-53); Antonio José da Silva (486.651.267-91); Antônia Brito Rodrigues Frattolillo (244.821.707-63); Armando Haron Balaciano (883.300.797-91); Arthur Nunes Peres Neto (834.111.277-91); Arthur Torres Caser (109.474.537-50); Bárbara Balzana Mendes Pires (083.112.757-00); Bárbara Cristina Alcoforado Cavalcanti Perlingeiro (099.964.327-42); Bárbara de Britto Terra Nova (042.822.817-82); Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves (042.822.817-82); Beatriz Bloise Pereira Nunes (106.523.797-96); Bernardo Gomes Ribeiro (100.471.807-14); Bethânia de Oliveira Santos de Aquino (078.149.917-81); Bianca da Silva Eugênio Fernandes (032.522.737-30); Bianca da Silveira Santana (082.176.387-30); Bianca de Souza dos Santos (077.756.637-07)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6161/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.569/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cláudio Umpierre Carlan (513.358.590-04); Crenivaldo Regis Veloso Junior (962.305.504-82); Cristiane Maria de Souza (082.336.497-67); Cristiane Marins Ferreira (016.639.837-39); Cristiane dos Santos Paiva (823.510.407-59); Cristina Elizabeth Straus Soares Moraes (727.492.457-53); Cristina Maria Lopes Limongi (043.062.097-76); Cristina da Silva Possas (080.841.447-07); Dalila Alves Ogg dos Santos (018.301.847-84); Daléa Soares Antunes (106.720.377-00); Damares Santana de Oliveira (143.368.287-76); Daniel Abreu de Azevedo (120.026.487-86); Daniel Conceição Gonçalves (084.640.077-44); Daniel Vater de Almeida (737.808.550-20); Daniel Veloso Coutinho (385.737.097-15); Daniel do Vale Dantas (972.617.183-00); Daniela Gomes Valentim (116.880.377-21)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6162/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.571/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiana Bianca Scoralick (051.627.997-18); Fabiana Lima da Silva (090.021.317-55); Fábio Henrique Teixeira de Souza (889.610.287-15); Felipe Scavone Fernandes Pereira (100.190.277-70); Fernanda Pequeno da Silva (094.295.537-47); Fernanda de Mesquita Fiuza (080.706.967-10); Flávia Monteiro Serafim (041.567.707-61); Flávio da Silva Costa (052.132.787-36); Flávio de Oliveira Castro (888.535.007-00); Gabriela Batista Gibertoni (077.049.557-56); Gabriela de Moraes Hardoim (014.071.967-90); George Veiga de Arruda (052.157.007-70); Gerson Pereira Moraes (131.946.817-96); Giselle Carino Lage (056.647.767-06); Gracir Barbosa Paolucci (875.628.807-78); Guilherme Lustosa Lessa (105.065.257-67); Hanni Krause de Almeida (348.250.297-87); Heitor José Sampaio Fernandes Batista Gomes (098.923.747-89); Hellington Chianca Couto (026.191.317-40); Heloísa Grifo Correia (072.660.457-70)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6163/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.576/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Márcia Cristinne Machado (037.043.567-27); Marcilene Lopes Leal Sameiro (016.500.737-04); Mácio Bonin Ribeiro (000.063.847-14); Márcio Roberto Coelho dos Reis (081.390.977-56); Marco Antonio Beltri Alves (004.742.517-21); Marco Aurélio França da Silva (042.960.567-60); Marcos Antônio Ferreira da Rocha (539.555.444-00); Marcos Linhares Mouren (098.555.847-40); Marcos Otaviano da Silva (025.462.557-62); Marcos Tarciso dos Santos Correa (097.527.357-46); Marcos Vinícius Ramos Caiaffa (492.963.297-87); Marcos dos Santos Gomes (091.868.127-85); Margarette Ulyssea Rodrigues (016.660.477-16); Margarida Aparecida de Mendonça (081.284.468-86); Maria Beatriz Altenfelder Tomassini (808.233.947-00); Maria Cecília Fernandes Paiva (810.429.577-20); Maria Cecília Rufino (053.603.017-08); Maria Célia Cardoso (053.376.167-06); Maria Cristina Perez Mendes (771.940.807-10)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6164/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.581/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patrícia Ana Wechsler (279.679.498-97); Patrícia Ananias de Vasconcellos (033.596.377-39); Patrícia Botelho Santos (012.456.757-61); Patrícia Cavalcante José Roque (087.678.837-10); Patrícia Neves (842.037.067-34); Patrícia Quintas Franco (045.550.717-19); Patrícia Batista Melo Lopes (090.611.957-05); Pedro Fraga dos Santos (090.498.467-26); Pedro Jorge Campello Rodrigues Pereira (891.882.507-25); Pilar Cordeiro Guimarães (100.649.167-82); Priscila Alves Marques (109.415.857-78); Rafael Coelho Ventura (114.344.257-11); Rafael Estrela Canto (752.086.012-49); Regina Martins Saldanha (080.555.457-23); Reinaldo José Themoteo (070.799.997-90); Renata Correia (047.646.447-11); Renata Souza e Silva (765.730.366-20); Renata de Oliveira Moraes (036.074.447-81); Renato Domingues Fialho Martins (085.128.497-38); Riane da Costa Gomes (044.507.837-51)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6165/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.598/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldine Gisele Alves de Lima (057.876.764-32); Anselmo Silva Santos (033.097.284-71); David Medeiros Batinga (038.232.864-71)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Satuba - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6166/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.608/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edivan da Silva Viana (081.660.537-80); Eduardo Pizani Boldes (088.959.347-76); Eduardo de Sá Portela (023.363.437-11); Elaine Rodrigues Figueiredo (071.382.907-99); Elizângela Helena de Souza Peçanha Costa (037.072.866-14); Emerson Tebaldi Poubel (019.018.867-78); Enilce Maria Coelho (722.981.976-87); Erica Pereira Neto (089.025.897-06); Erika dos Santos Assad (030.708.747-62); Estela Del Valle Aguirre Buexm (482.770.297-72); Ethmar Vieira de Andrade Filho (423.522.827-72); Fabiana Arruda Resende Reis (066.223.176-74); Fabiana Soares Fonseca (074.528.207-54); Fábio Gomes Ferreira (880.128.756-91); Fabio Junio dos Santos Coelho (136.400.647-20); Fernanda Carvalho da Costa (039.346.557-85); Fernando José de Carvalho Salcedo (348.618.077-00); Fernando Nascimento Meneses (057.738.357-46); Flávia Peixoto Ramos (030.758.057-18); Gerson Rodrigues da Silva (017.879.517-82)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6167/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.611/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Júlia Pessanha Barros (140.656.387-04); Júlia de Assis Pinheiro (099.608.197-60)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6168/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.615/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luís Carlos Vasconcelos da Silva Junior (076.163.557-22); Luiz Alberto Louzada Hosken (620.491.277-15); Luiz Carlos Viegas de Sousa (119.050.257-77); Luiz Cezar Gomes Nogueira (441.319.177-34); Luiz Fernando Teixeira Queiroz (083.923.767-73); Luiz Henrique de Oliveira Martins (008.274.553-64); Luiz Maurício Lopes de Andrade Junior (120.781.897-66); Luiz Paulo Miranda Vailant (451.275.067-34); Luíza Cassiano Rangel (101.974.577-03); Marcela Vasconcelos Fiuza (089.955.937-92); Marcelo Ferreira de Azeredo (010.943.857-43); Márcia Gisele Nunes Tavares (130.907.767-31); Márcia Monteiro da Silva (098.590.367-80); Márcia Peixoto Bechara Borges (572.250.447-53); Márcia dos Santos Fontes (020.905.685-18); Marcílio Nunes Freire (411.937.334-72); Marco Antônio Gomes Teixeira da Silva (007.040.287-60); Marcos Tayguara dos Santos Aranha (074.404.357-37); Marcus Jeronymo Miranda (212.583.507-00); Marcus Vinícius de Oliveira (102.523.826-50)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6169/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.622/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Dutra Fraga Filho (031.029.087-21); Carlos Jones Rebello Junior (024.616.907-90); Fabrícia dos Santos D'Agostini Vazzoler (080.028.027-05); Fabrício Peres Rodrigues (082.821.237-65); Janice Lanzanova Noscon (094.797.377-01); Katia Maria Brunoro Grilo Bourguignon (527.427.177-49); Patrícia Andrade (081.685.257-01); Raquel da Silva Xavier (094.274.407-16); Renata Dalmaschio Daltoe (099.665.507-71)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6170/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.627/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gil Mendes Viana (109.562.067-35); Humberto Gripp Diniz (051.840.947-33); Ione de Souza Bezerra da Silva (382.329.527-68); Isabel Almeida Carneiro (091.860.027-83); Isabel Bellezia dos Santos Mallet (116.819.317-61); Isabel Regina Alves de Carvalho (775.943.987-34); Juliana Pereira de Carvalho (090.200.547-24); Karine Alves de Carvalho Ferreira (110.428.227-51); Katia Mara Neves Mendes de Oliveira (429.035.217-00); Keila Ferreira da Silva (079.257.107-05)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6171/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.630/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Milena Paula de Melo (105.189.227-90); Milene Teixeira Ahouagi (042.426.247-94); Nadja Pattresi de Souza e Silva (095.369.487-96); Naiara Miranda Rust (055.373.386-96); Naira Elane Moreira de Oliveira (087.143.007-02); Odilon Corrêa da Silva (034.601.256-24); Patrícia Carneiro Martins (014.821.117-80); Patrícia Ferreira Prado (080.551.387-61); Paulo Fernando de Araujo Santos (829.607.127-49); Paulo Roberto Braga de Araujo (264.872.927-53); Paulo Roberto Dias dos Santos (386.219.917-72); Phellipe Marcel da Silva Esteves (105.098.807-89); Priscila Belota de Almeida (079.540.957-54); Raphael Rossi Rodrigues (102.371.417-52); Renata Rodrigues Brandão (070.223.417-61); Renato Sampaio Carvalho (090.858.977-85); Ricardo Benevides Silva de Oliveira (073.771.287-20); Ricardo Pinto Schuenck (052.492.457-06); Ricardo Soares (077.678.357-23); Ricardo de Freitas Cabral (088.802.137-25)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6172/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.633/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulo Cezar Macedo dos Santos (542.945.506-78)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6173/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.818/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Gomes Pereira (076.191.597-46); Daniel Lisboa Taveira Fernandes (076.191.637-78); Daniel Luiz Poio Roberti (056.973.557-26); Daniel Pontes Lannes (089.209.527-01); Daniel Soares Mano Gonçalves (054.486.967-24); Daniela Augusto Chaves (071.941.197-14); Daniela Rodrigues da Silva (100.013.487-36); Daniela de Carvalho Martins (016.719.917-02); Daniele Gonçalves Nunes (055.753.687-18); Daniele Martins Soares de Alexandre (084.789.167-41); Daniele da Silva Basto (087.853.477-60); Daniele da Silva Marins (097.406.057-70); Danielle Biesuz Vequi (951.399.409-06); Danielle Ramos Brasiliense (087.448.617-37); Danielle Vargas Silva Baltazar (072.248.057-18); Danielle de Rezende Jorge (096.987.757-90); Davi Moura Neves (076.699.947-54); Dayanna da Silva Scoralich (060.137.746-09); Dayse Maria de Azevedo Molinari (209.288.237-68); Débora Amaral da Costa (116.354.937-14)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6174/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.822/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Evelin Teixeira da Rocha (102.632.557-94); Fabian Rodrigo Magioli Nunez (045.479.367-73); Fabiana Esteves Neves (072.881.757-82); Fabiana Silva Ferreira (075.350.037-02); Fabiane Aparecida Monteiro Pereira (055.540.017-42); Fábio Ferreira Ribeiro (088.225.127-90); Fábio Francisco de Araujo (073.756.987-59); Fábio Macedo da Costa (055.316.147-48); Fábio Otero Ascoli (081.759.617-83); Fábio Pacheco Ferreira (022.236.497-18); Fábio Reis Mota (079.388.017-39); Fábio de França Moreira (080.844.937-01); Fabrício Cardoso de Mello (120.541.307-37); Fabrício Jesus Teixeira Neves (076.400.547-29); Fabrício Teló (061.129.669-13); Fátima Priscila Morela Edra (070.724.877-94); Felipe Bastos Mansur da Silva (057.588.836-97); Felipe Maia Oliveto (111.966.307-55); Felipe de Mello Vigoder (054.766.067-77); Fábio Jorge de Almeida Zorzam (056.454.067-61)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6175/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.829/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Igor Rodrigues Rizzo da Silva (104.785.697-26)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6176/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.833/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabella Martins de Azevedo Faria Nogueira (852.222.247-91); Isadora de Souza Modesto Pereira (328.368.438-37); Isakelly Pereira Marques (037.237.906-07); Isis Moraes Ornelas (104.946.667-57); Ivan Lima Gomes (055.129.327-64); Ivany Terezinha Rocha Yparraguirre (991.182.037-87); Ivenio Moreira da Silva (034.547.057-54); Ivo Bruno Machado Pessanha (051.453.017-07); Ivo da Costa do Rosário (078.371.407-61); Ivone Silva Nóbrega (880.096.707-82); Izabella Christiynne Ribeiro Pinto Valadão (078.165.437-86); Jaci Machado da Cunha (004.514.187-86); Jaciane Pimentel Milanezi Reinehr (717.956.421-49); Jacqueline Silva Pereira (035.490.747-60); Jaime Dutra Noronha Filho (087.979.067-94); Jairo Silva Lima (014.439.367-07); Janaína da Silva Sobrinho (052.039.877-77); Jandira André dos Santos (945.152.987-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6177/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.838/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jefferson de Almeida (070.389.907-48)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6178/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.843/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Antonio Pereira do Nascimento (072.665.247-41); José Carlos Albano do Amarante (060.424.497-53); José Carlos de Oliveira Junior (024.382.937-05); José Colaço Dias Neto (031.350.764-31); José Soares Barroso Junior (044.921.346-38); Josiane Aparecida da Silva Sacramento (102.018.107-94); Josiane Martins Bechtlufft Paz (050.800.796-81); Josiane Roberto Dominguez (090.199.487-17); Josimar Matos de Carvalho (895.176.957-72); Josué da Silva Santos (136.117.257-65); José Manoel Carvalho de Mello (041.375.827-34); José Nilton Cantarino Gil (415.624.297-87); José de Albuquerque Calasans Maia (636.407.407-34); Joyce Balbino de Souza (110.834.547-65)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6179/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.846/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Juliana da Câmara Torres Benício (072.419.557-22)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6180/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.853/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leandro Gouveia Almeida (081.608.197-22); Leandro Lara de Carvalho (082.022.997-05); Leandro Stefano Sangenito (114.243.637-30); Leandro Ulisses Romiti (083.297.837-07); Leila Lisboa Santos (102.059.047-50); Leliane de Almeida Braga (079.458.407-10); Lenise Souza Cruz (069.831.137-05); Leonardo Augusto Bora (009.621.359-09); Leonardo Campos Paulistano de Santana (114.866.877-25); Leonardo Ferreira Kaltner (095.187.797-67); Leonardo Gomes Alves (073.010.617-90); Leonardo Mattos da Motta Silva (117.586.487-08); Leonardo Portes Pinto (097.930.137-88); Leonardo Soares de Faria (080.887.297-42); Leonardo São Paio D'Amato (051.427.547-27); Leonardo Tavares Salgado (080.850.757-50); Leonardo da Silva Braz (015.854.687-38); Leonardo de Oliveira Friedl (751.580.437-87); Leonardo dos Santos Antunes (085.531.637-33)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6181/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.855/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciana Rezende Barreto Thomaz (005.741.077-11); Luciana Santos Collier (026.653.767-76); Luciana Uemoto Teixeira (086.851.657-09); Luciene Brandão de Oliveira (675.945.577-00); Luciane Lage Pazito (071.994.027-32); Luciane Rangel Rodrigues (957.061.517-68); Luciano Garcia Couto (077.401.487-33); Luciano Matricardi de Freitas Pinto (230.526.898-00); Luciano de Oliveira Daniel (047.320.756-73); Lucieni de Menezes Simão (934.503.037-91); Lucilene Araujo de Freitas da Silva (080.096.687-29); Ludmila Ferreira Medeiros de França Cardozo (088.235.657-74); Luís Felipe Bellintani Ribeiro (012.566.567-98); Luís Felipe da Costa Santos (035.406.817-28); Luís Mourente Miguel (805.617.997-68); Luís Otávio Ribeiro Garcia (052.353.647-08); Luísa Rauter Pereira (084.888.987-89); Luiz Antonio de Oliveira (092.994.167-53); Luiz Augusto da Silva Cunha (079.813.007-54); Luiz Carlos da Silva Pinheiro (011.648.547-71)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6182/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.860/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marina Márcia Leite Antunes (056.884.137-94); Marina Pantoja Boechat (074.632.687-48); Mário Jorge Ferreira dos Santos (043.491.887-38); Marisa Nascimento de Araujo (070.994.167-66); Marisa Schincariol de Mello (302.697.538-93); Marlon Braga Salles (100.015.827-63); Marta Duarte de Barros (056.197.146-32); Marta Maria Braga Baptista Soares Xavier (664.210.127-87); Marta Rita Calil (369.549.507-34); Marta dos Reis Castilho (971.271.327-04); Martin Christoph Luri Sporl (059.071.587-94); Mary Suely Souza Barradas (285.893.277-87); Matheus Thomaz da Silva (088.480.537-93); Maurício Dias David (633.595.967-49); Maurício Luiz Campelo Bertola de Almeida (908.469.667-00); Maurílio Guimarães Soares (986.510.057-68); Mauro Antonio França (741.043.067-20); Mauro Santos Ferreira (006.603.757-37); Max Valério Barbosa (068.383.117-80); Mário César Cajé Silva Júnior (124.229.307-86)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6183/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.866/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raphael Constant da Costa (102.740.087-69); Raphaella Fagundes Daros (052.640.157-59); Raquel Ferreira Rodrigues (093.061.747-99); Raquel Lisboa Oliveira (078.333.737-02); Rayssa Pereira Vicentin (005.118.931-32); Regia Gonçalves Costa (103.027.557-21); Regina Célia Almeida Correa (001.657.567-99); Reginaldo Lima de Moura (085.553.957-71); Renan Ji (104.918.627-33); Renan Laurindo Dantas dos Santos (025.303.817-04); Renata Bacellar Mello (077.031.257-84); Renata Garanito de Abreu Rodrigues (103.011.297-54); Renata Gonçalves Faísca (019.614.057-92); Renata Nogueira Barbosa Marchon (057.884.447-80); Renata Nunes Barros (024.251.667-00); Renata Pacheco Abreu (095.870.517-85); Renata Pereira de Freitas (007.077.367-06); Renata Silva Borges (032.444.027-80); Renata da Rocha Silva (099.410.307-74); Renato Pescarini Valério (122.970.027-77)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6184/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.870/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sergio Caran Machado Junior (069.738.457-89); Sergio Felipe Jerez Vegueria (053.689.767-04); Sergio Ricardo Kokay Morikawa (431.806.392-53); Silvana Rosseto (068.755.887-57); Silvângela Lilian da Silva Lima Barcelos (765.991.243-72); Sílvia Helena Oliveira da Cunha (003.060.187-80); Sílvia Helena da Silva (153.749.878-95); Sílvia Regina de Oliveira Cavalcante (034.000.917-90); Silvina Júlia Fernandez (058.930.317-17); Simone Antunes Marques (017.881.277-30); Simone Dantas Costa (956.064.407-68); Simone Dantas de Souza (026.044.897-40); Simone Moutinho Prado (855.763.877-91); Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro (671.656.300-82); Simplício Neto Ramos de Souza (002.516.257-88); Sônia Melo de Jesus (079.551.667-36); Soraya de Mendonça Ochs (100.447.737-65); Stephane Serge Yves Jerome Soriano (059.320.807-28); Suelen Nunes Maia (057.703.657-22); Sueli de Lima Borges (080.784.907-39)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6185/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.874/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Verônica Nunes da Silva Cardoso (045.343.467-35); Victor Henrique Farias Mamede (141.106.697-90); Victoria Romeo Tomaz (099.131.887-09); Vinícius Pereira da Costa (095.971.207-04); Virgínia Alice Vieira da Costa (081.855.467-38); Vito Cesar de Oliveira Manzolillo (900.586.157-68); Vítor José Castro Alencastro (688.770.301-78); Vitoriano Ruas de Barros Santos (038.990.477-53); Vittorio Moraschini Filho (091.979.867-55); Viveca Antônia Giongo Galvão da Silva (932.013.207-06); Vivian Bard da Silva (085.150.617-83); Vivian Dominguez Uga (078.402.487-13); Viviane Alves Cabral da Costa (079.778.367-93); Viviane Cecília de Lima (060.446.826-17); Viviane Patrizzi Luporini (102.101.388-90); Viviane Peres dos Santos (092.150.517-59); Wagner Lopes da Silva (002.208.117-84); Wagner Pessoa da Cunha Menezes (846.936.906-78); Wang Qiaoling (711.333.481-49); Wayne José Batista Cordeiro (018.355.277-60)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6186/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.879/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lindomar Guedes Freire Filha (154.243.672-91); Luara Faria dos Santos (025.395.491-60); Lucas da Silva Assis (017.207.411-82); Lucas de Jesus Santos (019.964.075-03); Lúcia Maria Castroviejo Azevedo (247.266.481-87); Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (221.624.518-67); Marcos Paulino Roriz Junior (014.138.081-07); Marcos Vinicios Rabelo Procópio (586.086.721-20); Marcus Carrião dos Santos (019.354.901-84); Maria Luíza Rezende Ribeiro (030.506.011-24); Maurício Moraes Zenker (950.296.480-20); Michele Cunha Franco (382.247.201-87); Michelle Christine Carlos Rodrigues Gomes (708.687.941-04); Milene Galvão Bueno (727.785.471-34); Mona Rezende de Almeida (022.489.361-09); Murilo de Melo Peixoto (709.060.921-91); Pedro Henrique Miranda Paulino (734.663.011-49); Rafael de Melo Costa (021.193.831-97); Rainan Rarisson Ferreira da Silva (043.237.951-73); Ramon Araujo Silva (068.973.196-51)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6187/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.885/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jéssica Oníria Ferreira de Freitas (071.840.606-01); João Darcy de Moura Saldanha (754.432.600-49); Jonas Gomes de Sousa (020.503.461-66); Jonas Rodrigo do Amaral (059.857.076-44); Jonathas Haniel Castro Silva (102.063.906-70); Júlia Machado Khoury (072.703.116-33); Juliano Simões de Toledo (149.647.468-60); Karen Dezontini Bernardes (096.851.696-32); Karina Paula Medeiros Prado (078.148.116-35); Karine Rodrigues Alvarez (097.568.276-88); Lana Claudinez dos Santos (076.686.816-80); Leonardo Carnut dos Santos (041.040.064-59); Leonardo Luiz Portes dos Santos (004.741.526-69); Leonardo Marcelo Alves (988.169.006-44); Lígia Maria Alves dos Santos (083.886.626-35); Lucas Lopardi Franco (064.008.896-12); Lucas Mello Carvalho Ribeiro (073.574.426-24); Lucas Miranda Kangussu Gomes Oliveira (084.195.976-51); Lucas Ramos Botelho Apgaua (077.792.986-47); Lucas Rodrigues Cunha (014.941.626-10)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6188/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.891/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ardilles Juan Carlos Alves dos Santos (065.334.094-09); Danilo Emídio de Souza Cavalcanti (062.854.024-85); Flávia Azevedo Pedrosa Lemos (059.573.714-59); Gardênia Conceição Santos de Souza (031.340.424-01); José Alex Alves dos Santos (069.968.864-73); Leonardo Bomfim de Lima (046.503.464-01); Letícia Raiane dos Santos (097.183.774-09); Lorenzo Grimaldi (018.248.094-17); Louise Walmsley Nery (058.406.394-60); Luiz Henrique Ribeiro Miranda (084.142.574-45); Maria Clara Bernardes Pereira (012.099.434-84); Paula Catirina Germano Magalhães (069.045.044-39); Rodolfo José de Albuquerque Santiago (067.888.864-74); Talitha Lucena de Vasconcelos (052.421.674-67)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6189/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.895/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Teixeira Delgado (069.307.147-80); Ana Sofia Mariz (042.973.027-64); Anderson Brasil da Silva (079.367.237-65); Anderson Soares Gomes (088.816.837-33); Anderson Vilasboa de Vasconcellos (087.438.057-01); Anderson dos Santos Dias Alves (072.700.637-10); André Fabio Vasconcelos Moro (079.217.347-31); André Lopes Pacheco Ormond (013.617.747-62); André Luís Figueiredo Mendes (003.651.017-37); André Luiz Bufoni (005.533.807-02); André Monteiro Nogueira da Cruz (075.186.757-81); André Moraes

Fagundes (008.984.457-28); André Ricardo Viana Nunes (033.928.867-18); André Roberto de Souza Machado (020.421.397-50); André Rosa dos Santos (033.817.557-14); André Saraiva de Paula (795.520.721-15); André Tenório Leite (019.063.677-79); Andrea Amaro da Silveira Maciel (069.236.357-21); Andrea Bergallo Snizek (486.877.669-04); Andrea Cristina Breda de Souza (052.172.087-75)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6190/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.899/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo Costa Scherer (704.670.800-20); Carlos Eduardo Dias Borges (913.458.557-53); Carlos Eduardo Forte Feferman (984.613.117-87); Carlos Eduardo Nemer Vieira (805.776.367-15); Carlos Eduardo Ribeiro Azevedo (089.613.147-50); Carlos Fernandes Machado (825.225.297-49); Carlos Frederico Botão D'Alincourt Ribeiro (042.952.587-76); Carlos Guimarães de Almeida Neto (009.990.447-02); Carlos Henrique Moyna (833.277.977-49); Carlos Roberto dos Santos Alves (928.173.357-91); Carolina Coelho Fortes (087.849.927-00); Carolina Rimolli de Castro Araujo (053.043.737-66); Cássia Quelho Tavares (005.944.297-22); Catarina Nagamine (015.599.387-90); Celso Marques da Silva Junior (103.559.617-25); Ceumar Gentil Turano (700.008.677-72); Chaquip Daher Netto (045.048.307-01); Christiane Lopes de Albuquerque (072.874.417-13); Cíntia Muniz de Souza (074.184.557-12)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6191/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.905/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: David Gitirana da Rocha (115.917.177-79); Davidson de Oliveira Diniz (012.887.996-32)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6192/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.907/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Diego Ramos do Nascimento (113.480.927-18)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6193/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.914/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eliana Deolindo de Oliveira Souza (020.879.247-32); Eliane Marcelino de Souza (044.280.237-40); Eliane Santos de Souza (374.497.537-15); Elisa Prestes Massena (035.124.477-83); Elisabeth Saramela Nogueira (476.006.757-49); Elisângela da Costa Lima (088.400.497-03)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6194/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.919/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Emerson Affonso da Costa Moura (054.284.517-26)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6195/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.924/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fábio Dias Fagundez (080.027.497-07)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6196/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.929/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Gomes de Oliveira Cabral (124.807.927-22); Felipe de Oliveira Castelo Branco (097.468.827-40)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6197/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.936/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danuza Frede da Silva (058.931.656-75); Danyenne Rejane de Assis (006.358.701-77); Débora Cardoso Bhering de Menezes (044.900.096-66); Décio Ricardo de Sousa (027.614.064-86); Denise Regino Fonseca (032.490.081-33)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6198/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.066/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Isabel Royer (021.567.970-99); Juliano André Kreutz (000.950.740-07); Nicéia Chies da Fré (912.851.000-34); Vanessa Faria de Souza (065.753.569-90); Vivaldo Silveira de Camargo Junior (812.669.100-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6199/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.067/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Agailson Alves de Oliveira (002.369.283-92); Alana Ribeiro Marcal (035.241.991-19); Benedito Albuquerque (962.654.506-20); Danielle Cerqueira Barros (042.893.491-96); Debora Lorena da Luz Sousa (047.015.031-93); Gisele Souza Parmezzani Marinho (298.853.578-74)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6200/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.532/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Dulcineia de Almeida Campos (593.070.646-87)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6201/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.654/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Rosa Cordeiro Barroso (076.388.332-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6202/2018 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Agmar Ribeiro dos Santos contra o Acórdão 6.852/2017-TCU-1ª Câmara (R001 - peça 96), que julgou irregulares as contas dos responsáveis, condenando-os em débito e lhes aplicando multa;

considerando que a notificação da decisão ocorreu no dia 24/4/2018 (peça 125); considerando que o recurso foi protocolado no dia 12/5/2018 (peças 126 a 132);

considerando que o prazo para a interposição de recurso de reconsideração é de quinze dias, como estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/1992;

considerando que o disposto no parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/1992 e no § 2º do art. 285 do Regimento Interno vedam o conhecimento de Recurso de Reconsideração intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos;

considerando que os argumentos trazidos em sede de recurso não estão comprovados documentalmente;

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, "b" e § 3º; 277, inciso IV, e 285, caput e § 2º do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Agmar Ribeiro dos Santos, por intempestivo; enviar cópia do exame de admissibilidade constante da peça 135 e desta deliberação ao recorrente; e arquivar o processo.

1. Processo TC-003.774/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Agmar Ribeiro dos Santos (143.482.251-68); Dl Empresa de Construções e Planejamento Eireli - ME (02.495.787/0001-35)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rubiataba - GO

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: Helvecio Costa de Oliveira (18.887/OAB-GO) e outros, representando Agmar Ribeiro dos Santos e Dl Empresa de Construcoes e Planejamento Eireli - Me.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6203/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, nos termos do art. 27 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 218 da Resolução TCU 246/2011, em expedir quitação a Luiz Manoel de Figueiredo Jordão (CPF: 499.763.117-53) ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imposta pelo item 9.2 do Acórdão 670/2018-Plenário e, com fundamento no art. 143, inciso V, a línea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do TCU, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o item 9.6 do Acórdão 670/2018-Plenário, para que passe a constar o seguinte texto: "apensar o presente processo ao TC 011.017/2018-0".

1. Processo TC-003.688/2013-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: João Carlos Grilo Carletti (740.938.867-68); Luiz Manoel de Figueiredo Jordão (499.763.117-53)

1.2. Interessados: Congresso Nacional (vinculador) (); Dimensional Engenharia Ltda (00.299.904/0001-60); Instituto Nacional do Ambiente - Inea/rj (10.598.957/0001-35)

1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Ministério das Cidades (vinculador)

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.7. Representação legal: Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (157.199/OAB-SP) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Dimensional Engenharia Ltda; Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (31920/OAB-PE), representando Ministério das Cidades (vinculador).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6204/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, Reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno do TCU, em conhecer a representação formulada sobre supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 11/2018, conduzido pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (EBSERH), para considerá-la parcialmente procedente; considerar prejudicado o pedido de medida cautelar formulado, haja vista a supressão do item questionado do objeto do certame; dar ciência da deliberação adotada ao representante, ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (EBSERH) e ao Centro de Referência em Oftalmologia (CEROF/UFG-EBSERH); e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos pela Secex-GO (peças 34-36):

1. Processo TC-015.030/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Mediphacos Limitada (21.998.885/0001-30)

1.2. Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6205/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerar prejudicado o pedido de medida cautelar, no mérito, julgar a representação procedente e determinar o arquivamento dos autos, dando-se ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e à representante deste acórdão e da instrução da Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais que a fundamenta:

1. Processo TC-018.046/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (10.695.891/0001-00)

1.2. Interessado: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda (05.340.639/0001-30)

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.7. Representação legal: Anselmo da Silva Ribas (193.321/OAB-SP) E Renato Lopes (406.595-B/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6206/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que não restou demonstrado o interesse público atingido ou efetivo risco de prejuízo ao erário decorrente da suposta impropriedade apontada;

Considerando que, conforme relatado, a questão está sendo discutida na esfera judicial (processo 0002666-2320188.14.0019), foro adequado para o pleito da representante, uma vez que o questionamento incide apenas no âmbito do interesse privado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, incisos III e V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, 103, §1º, e 105, da Resolução-TCU 259/2014, e 7º, da Resolução-TCU 265/2014, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, dar ciência à Prefeitura de Curuçá-PA nos termos previstos no subitem 1.6 desta deliberação, encaminhar cópia deste acórdão e da instrução precedente à representante e à Prefeitura de Curuçá-PA e arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.551/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Ente: Município de Curuçá - PA.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Dar ciência à Prefeitura de Curuçá-PA de que, no caso de promover certames licitatórios futuros em que seja necessário o credenciamento dos licitantes à sessão de julgamento das propostas, faça constar em seu edital a observação de que: "os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicado em órgão da imprensa oficial", conforme prescrito no artigo 32 da Lei 8.666/1993.

RELAÇÃO Nº 16/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 6207/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.941/2010-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adaucto Wanderley da Nobrega (002.280.609-15); Alberto Odon May (001.832.459-20); Alcio Medeiros Mendes (009.888.639-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. à Universidade Federal de Santa Catarina, para que:

1.7.1.1. dê imediato cumprimento aos termos do Acórdão nº 1.660/2014-Plenário, que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Álcio Medeires Mendes (009.888.639-87), negando-lhe o correspondente registro;

1.7.1.2. no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a instauração do processo administrativo competente, apure os valores recebidos indevidamente pelo interessado e promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, o ressarcimento ao erário, levando-se em consideração as orientações constantes do Acórdão nº 1.660/2014-Plenário;

1.7.2. à SEFIP, para que:

1.7.2.1. promova a audiência de Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87), Diretora do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente as suas razões de justificativa pelo não cumprimento das orientações constantes do Acórdão nº 1.660/2014-Plenário;

1.7.2.2. monitore o cumprimento do item 1.7.1, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

ACÓRDÃO Nº 6208/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em julgar regulares as contas dos Srs. Francisco Wildo Lacerda Dantas (CPF: 005.732.995-87), Marcelo Navarro Ribeiro Dantas (CPF: 322.798.844-53), Rogerio de Menezes Fialho Moreira (CPF: 414.491.774-68), Edílson Pereira Nobre Júnior (CPF: 430.459.284-04), Francisco Roberto Machado (CPF: 073.563.403-30) e João do Carmo Botelho Falcão (CPF: 266.793.451-20) e das Sras. Margarida de Oliveira Cantarelli (CPF: 002.565.364-49) e Soraria Maria Rodrigues Sotero Caio (CPF: 326.754.614-15), dando-lhes quitação plena; em dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região; em encaminhar cópia desta deliberação à Sefip e à SecexAdministração para que tomem ciência do assunto tratado nos itens de 9 a 9.12 da instrução da Secex/PE e adotem as providências que julgarem necessárias; e em arquivar o presente processo, com base no art. 169, II, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-025.136/2016-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Edílson Pereira Nobre Júnior (430.459.284-04); Francisco Roberto Machado (073.563.403-30); Francisco Wildo Lacerda Dantas (005.732.995-87); João do Carmo Botelho Falcão (266.793.451-20); Marcelo Navarro Ribeiro Dantas (322.798.844-53); Margarida de Oliveira Cantarelli (002.565.364-49); Rogerio de Meneses Fialho Moreira (414.491.774-68); Soraria Maria Rodrigues Sotero Caio (326.754.614-15)

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6209/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU, em arquivar os presentes autos, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e em dar ciência da deliberação aos responsáveis, bem como ao Fundo Nacional de Saúde, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.633/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adelmar Silveira Sabino (010.948.151-87); Francisco Camelo de Mesquita (022.780.688-30); Fundação Zerbini (50.644.053/0001-13); Mario Gorla (227.877.478-68)

1.2. Entidades: Fundo Nacional de Saúde e Fundação Zerbini

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Pedro Luciano Marrey Júnior (OAB/SP 23087, OAB/DF 1138) e outros, representando Fundação Zerbini;

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6210/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso V, e 243 do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-027.245/2016-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Guapimirim - RJ

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. considerar cumpridas as determinações dos subitens 1.6.1 e 1.6.2 do Acórdão 2.376/2016 - 1ª Câmara;

1.6.2. dar ciência ao Município de Guapimirim, por intermédio da respectiva Prefeitura Municipal, de que a ausência, nos processos licitatórios, de procedimento de verificação e registro da documentação que comprove o ramo de atividade da contratada, como pertinente ao objeto contratado, afronta o disposto nos arts. 28, III, e 29, I e II, da Lei 8666/93, à semelhança do ocorrido por ocasião da contratação da Sociedade GB Garcia Eletromóveis ME, por meio de dispensa de licitação, visando à compra de materiais para o Hospital Municipal de Guapimirim/RJ;

1.6.3. dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ;

1.6.4. apensar o presente processo ao TC 033.347/2015-8, originador deste monitoramento, de acordo com os arts. 36 e 37 da Resolução - TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 6211/2018 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de documentação encaminhada pelo Município de Prata do Piauí/PI, no sentido de que esta Corte de Contas instaure processos de tomada de contas especial em virtude de indícios de irregularidades relatados em diversos instrumentos de repasse celebrados pelo ex-prefeito da municipalidade com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Considerando que os fatos relatados na presente representação já são de conhecimento da entidade federal repassadora dos recursos, o FNDE, a quem caberá a análise das prestações de contas e eventual instauração de processo de tomada de contas especial;

Considerando que o pedido também abrange suspensão da inserção do município em cadastros que restrinjam o recebimento de transferências voluntárias por parte da União, matéria que está fora da esfera de competência do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 235, 237 e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, em dar ciência desta deliberação ao representante e em arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.149/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Prata do Piauí - PI

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6212/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação e determinar o seu arquivamento, dando ciência desta decisão à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.163/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Francinópolis - PI

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6213/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, ordenar a adoção das seguintes medidas e determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.261/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgãos/Entidades: Prefeituras Municipais do Estado do Piauí; Tribunal de Contas do Estado do Piauí

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1 dar ciência ao Exmo. Sr. Plínio Valente Ramos Neto, Procurador-Geral do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (MP/TCE-PI), de que:

1.6.1.1 serão realizadas pelo TCU, ainda no exercício de 2018, duas auditorias do tipo Fiscalização de Orientação Centraliza (FOC) cuidando de questões semelhantes às tratadas no diálogo público ocorrido no TCE/PI em 21 de agosto de 2017, com o tema "Implementação das políticas públicas no combate à desertificação e a utilização do instrumento da adutora do sertão e técnicas de recursos e aproveitamento dos Recursos Hídricos";

1.6.1.2. uma das fiscalizações será coordenada pela Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA), tendo por objeto fazer um levantamento sobre políticas públicas voltadas para o semiárido;

1.6.1.3. a outra auditoria é de iniciativa da Secex-PB e objetiva avaliar os investimentos em ciência, tecnologias e inovações voltadas para o semiárido;

1.6.2. encaminhar à Secex-Ambiental uma cópia do documento que deu origem a esta representação, tendo em vista que trata de questão relativa a seu campo de atuação.

ACÓRDÃO Nº 6214/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, considerando que o órgão jurisdicionado reavaliou os atos administrativos praticados no Pregão Eletrônico nº 135/2017, anulando-os desde a fase de análise dos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la prejudicada e determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.297/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Nicole Carvalho Goulart, representando Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional; José Antonio Fischer Dias (12.917/OAB-DF) e outros, representando Nova Tecnologia Em Educacao Ltda.

1.6. Determinações: à Selog, para:

1.6.1. dar ciência ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat, com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre a dubiedade identificada na alínea "a.1" do subitem 11.1.2 do edital do Pregão Eletrônico 135/2017, cuja redação não permitiu identificar com clareza se a exigência de comprovação de experiência relativa a cursos livres seria cumulativa com a referente a cursos de nível médio técnico, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes;

1.6.2. dar ciência da presente deliberação ao representante e ao órgão jurisdicionado.

RELAÇÃO Nº 14/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 6215/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.528/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Davi Mengue Hahn (132.088.530-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Rio Grande do Sul - Dnit/mt

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6216/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.580/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ivanilda Marques da Silva (114.362.391-68); Nilson Carneiro Quirino (066.409.151-20)

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6217/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.120/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruna Roncel de Oliveira (042.178.239-08); Carlos Alberto Princken Medeiros (025.114.131-40); Fernanda Mendonça de Oliveira (068.325.186-41); Josília Ferreira de Lima (796.820.731-20); Mariana Bittencourt Apene (226.231.828-09); Mariana Correia Ribeiro Alves (006.892.301-50); Raquel Almeida Costa (727.705.111-49); Ricardo Moraes Cardoso (945.380.261-15); Vanessa Diniz Baptista (015.812.671-85)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6218/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.136/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Igor de Lima Matos (022.074.851-96)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6219/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.589/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrea Cristina de Faria Martins (082.417.877-74); Elton Dantas Bastos (051.603.957-17); Flavia Guglielmo Lisboa (052.779.877-03); Heber Fernandes Silva (329.793.047-00); Joarez Gonçalves Vieira Filho (055.159.457-86); Jose Haroldo Pinto Junior (603.281.426-20); Marcele de Sa de Assis Figueiredo (080.047.057-58); Melissa Reixach Santos (078.918.747-78); Paulo Ricardo Loiola Teixeira (101.596.487-77); Rodrigo Lima da Costa (085.657.227-67); Wagner Pinto Coelho Nascimento (053.427.457-99); Wanderson Soares Herculano (055.182.357-71)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6220/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.768/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Batista de Souza (350.756.197-20); Joao de Oliveira (107.217.544-49); Jorge Ney Fernandes Cardoso (509.911.247-15); Jorge da Graça Vieira (338.270.107-30); Jose Carlos Bosque (541.810.627-91); Jose Carlos Martins (635.765.897-91); Jose Rodrigues Ramos (164.623.274-72); Luiz Antonio Santos da Silva (895.319.907-78); Luiz Carlos de Oliveira Alves (593.617.867-68); Luiz Paulo Machado Vieira (221.138.197-91); Maria Lucia do Nascimento de Lacerda (462.582.057-04); Maria do Socorro Vieira dos Santos (316.844.757-91); Mauro Goncalves de Araujo (995.874.918-15); Miguel Roberto Ruggiero (204.583.478-68); Paulo Ricardo Melendo Soares (251.836.210-04); Paulo Roberto Nunes Gonçalves (495.461.807-00); Regina Celia Oliveira Guedes de Carvalho (609.054.097-87); Ricardo Balbi de Farias (402.365.607-00); Rita de Cassia Ferreira Madeira (635.639.247-91); Roberto Silva Maia (335.471.497-20)

1.2. Órgão/Entidade: Rede Ferroviária Federal S.a.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6221/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.991/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Fernandes de Carvalho (014.453.631-51); Barbara da Silva Santos Bittencourt (008.902.951-82)

1.2. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.a.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6222/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.084/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Caeiro Leite Minguta (135.696.077-47); Benedito Eduardo Santos Alves (859.594.211-00)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6223/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.537/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Josefa Serafim dos Santos (365.869.048-89); Maria Gertrudes da Costa (821.877.116-68); Maria de Fatima Alves da Silva (804.630.887-00); Zilda Rocha Silva (435.087.237-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6224/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.824/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alcidia de Souza Oliveira (000.021.067-60); Constancia de Arruda Coimbra (378.918.121-87); Elizete Francisca de Paula (834.680.134-34); Maria Jose Matos Bertoldo (615.481.387-20); Maria do Carmo Cristovão Alves (923.409.467-00); Severina Ana da Silva (021.544.818-92); Valdete Barbosa (671.937.906-25)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6225/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.626/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Graciana Gomes (112.039.917-38); Itamar de Oliveira Gomes (500.909.507-63); Jurema Maria Tizatto (038.941.949-44); Valdenora Castelo Branco (329.818.563-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6226/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.677/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Severina Arcanja da Silva Nascimento (787.944.631-15)

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6227/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a)com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas de Antônio Barbosa, Maria Elizabete Silva de Moura e Jairo Sotero Nogueira de Souza, dando-lhes quitação, em face das seguintes falhas: ausência de justificativas, no Relatório de Gestão, para o não atingimento das metas estabelecidas para o cumprimento de sua missão, baseando-se em planejamento, metas e indicadores consistentes que demonstrem o alcance de resultados relevantes à operação da unidade; e inconsistências, relativas à incorreta elaboração e inserção das peças incluídas no sistema e-Contas do Tribunal de Contas da União, apontadas no Relatório de Auditoria do Controle Interno e a não disponibilização, para cada responsável, das informações previstas no art. 11 da IN/TCU 63/2010;

b)com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

c)adotar as medidas a seguir e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 10), à Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte (Suest/RN) e à Fundação Nacional de Saúde.

1. Processo TC-024.915/2017-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Alexandre Marcos Freire da Costa e Silva (035.098.514-63); Antonio Barbosa (057.131.454-68); Arnaldo Vital da Silva (392.416.294-87); Carlos Antônio da Silva (315.296.824-87); Carlos Augusto Calixto dos Santos (112.972.042-04); Emanuel Gurgel Linhares (055.360.054-05); Gilza Vidal de Negreiros Lima (526.739.524-20); Israel Lucas de Souza (108.637.104-68); Jairo Sotero Nogueira de Souza (379.411.354-34); Kamila Mayara dos Santos Marinho (011.816.674-37); Manuelito Wanderlei Câmara de Sena (466.101.704-87); Maria Elizabete Silva de Moura (199.833.604-20); Maria de Fátima Barbosa Souza de Oliveira (107.736.904-25); Maria do Socorro Barbosa Chaves (106.447.684-87); Sebastiao Pereira de Araujo (154.812.714-00); Valdir de Carvalho Leite (130.384.354-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. determinar à Suest/RN que, com fulcro no inc. II do art. 1º, da IN TCU 63/2010, no próximo Relatório de Gestão, apresente justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas para o cumprimento de sua missão, baseando-se em planejamento, metas e indicadores consistentes que demonstrem o alcance de resultados relevantes à operação da unidade;

1.8. recomendar à Funasa e à Suest/RN que incorporem boas práticas de governança, a fim de que sejam mitigados os riscos advindos da influência política e das deficiências da coordenação, supervisão, planejamento e controle das atividades fim da Suest/RN, sem prejuízo de que, de forma articulada e sinérgica, envidem esforços para o aperfeiçoamento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle, no intuito de aprimorar a gestão e entregar resultados mais efetivos, com eficiência e eficácia;

1.9. dar ciência à Suest/RN de que, nas próximas contas, deve se atentar para a correta elaboração e inserção das peças incluídas no sistema e-Contas do Tribunal de Contas da União, a fim de evitar a ocorrência das inconsistências apontadas no Relatório de Auditoria do Controle Interno e a não disponibilização, para cada responsável, das informações previstas no art. 11 da IN/TCU 63/2010;

1.10. dar ciência à CGU/RN de que houve descumprimento dos termos pactuados na Ata de Reunião realizada em 14 de novembro de 2016, entre Controladoria Geral da União e a SecexSaúde do Tribunal de Contas da União, que definiu o conteúdo centralizado para as auditorias anuais de contas, uma vez que deixou-se de proceder, no Relatório de Auditoria Anual de Contas da Suest/RN, à avaliação do cumprimento parcial ou total, pela Entidade, das determinações e recomendações expedidas pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 6228/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos responsáveis arrolados nos presentes autos, dando-lhes quitação plena, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 10), à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.122/2017-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Adenor Piovesan (743.493.419-00); Orivaldo Oliveira Filho (245.265.179-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6229/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que foram apresentados contratos de exclusividade firmados entre a empresa contratada e as bandas, devidamente registrados em cartório (peça 1, p. 124-140);

Considerando que constou dos contratos autorização para que a empresa contratada recebesse o pagamento pelos serviços executados, o que foi comprovado;

Considerando que a contratação direta dos artistas atendeu o disposto no Acórdão 1.435/2017-TCU-Plenário, que cuidou de consulta formulada a esta Corte pelo MTur;

Considerando que as demais irregularidades constituem falhas formais inaptas a ensejar, por si sós, juízo de reprovação das contas do responsável;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas de Franklin Querino da Silva Neto, dando-lhe quitação, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 13), à unidade jurisdicionada, de acordo com o parecer ministerial (peça 16).

1. Processo TC-002.036/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Franklin Querino da Silva Neto (065.979.018-19)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lourdes - SP

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6230/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o Hospital Nossa Senhora da Conceição Ltda. (HNSC) demonstrou ter realizado estudos prévios que motivaram tecnicamente a opção, no objeto do Pregão 498/2017, pela cessão em comodato de equipamentos (Vitreófago e Facoemulsificador) associada ao fornecimento de insumos para procedimentos cirúrgicos oftalmológicos;

Considerando que, de acordo com os elementos constantes dos autos e o exame realizado pela unidade instrutora, esse modelo de aquisição é comum em licitações similares realizadas por unidades hospitalares;

Considerando que a unidade jurisdicionada demonstrou ter realizado pesquisa prévia de preços de mercado com vistas a verificar possível vantagem da aquisição ou locação dos referidos equipamentos antes de optar pelo regime de comodato;

Considerando que, conforme a Lei 8.666/1993 e a Súmula 247 do TCU, a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações não é uma regra absoluta, tendo ficado demonstrado que a especificidade dos insumos, no caso concreto, por razões técnicas de compatibilidade com um determinado modelo de equipamento a ser utilizado, justificou seu agrupamento em lotes;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que o Pregão 498/2017, objeto desta representação, resultou fracassado por preço excessivo, conforme justificativa da pregoeira no processo licitatório;

Considerando que as alegações e documentos juntados aos autos não demonstram configuração de infração a norma legal, tampouco malversação de recursos públicos ou dano ao erário aptos a clamar pela atuação do TCU;

Considerando, finalmente, que a ausência do fumus boni iuris conduz à impossibilidade de adoção de medida cautelar;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir, por consequência, a medida cautelar pleiteada, e em dar ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada e à representante, junto com a instrução (peça 16), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.473/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6231/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que não foram encontradas evidências concretas de que tenha havido superfaturamento nos preços praticados no certame em tela;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, e em dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada e ao representante, juntamente com a instrução (peça 27), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.369/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República/CE - MPF/MPU (26.989.715/0011-84)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ocara - CE

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6232/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o processso trata de representação da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul (PR/RS) a respeito de suposta contratação irregular de profissionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio de sua Fundação de Apoio (FAIRGS), formalizada através do Convênio n. 6/UFRGS/Fundação de Apoio/2012;

Considerando que, após o exame das razões de justificativa dos responsáveis, a Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul (Secex/RS) concluiu que o processo seletivo 001/2012 não estava eivado de vício, visto que se referia à contratação da fundação de apoio para preencher seu próprio quadro de pessoal;

Considerando, no entanto, que a Universidade utilizou os profissionais selecionados no processo para atuarem no Convênio 06/UFRGS/FUNDAÇÃO DE APOIO/2012 e na sua prorrogação, Convênio 50/UFRGS/FUNDAÇÃO DE APOIO/2014, infringindo o disposto no 1º, § 2º, da Lei 8.958/1994;

Considerando que a decisão da Reitoria em recorrer à fundação se deu motivada pelo volume de projetos necessários paras as demandas de crescimento da Universidade, da escassez de engenheiros e arquitetos no quadro de pessoal da autarquia e em razão das pressões desta Corte e do Ministério Público Federal para adequação dos prédios da UFRGS, inclusive os históricos, no que tange à acessibilidade e aos Planos de Prevenção Contra Incêndio (PPCIs);

Considerando que, diante de tal contexto, não é adequada a aplicação de sanção ao Reitor e ao Presidente da Fundação, sendo, todavia, necessária a expedição de determinação à UFRGS no sentido de que não seja renovado o Convênio ora analisado e tampouco seja assinado Convênio com objeto semelhante sob pena de burla ao art. 1º, §2º, da Lei 8.958/1994 e consequente descumprimento de determinação do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 235 e 237, I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, adotando as medidas abaixo listadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.006/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (92.969.856/0001-98)

1.2. Representante:Procuradoria da República/RS - MPF/MPU (26.989.715/0028-22)

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. Acatar parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Carlos Alexandre Netto, CPF 346.005.820-04, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Sérgio Nicolaiewsky, CPF 004.315.830-72, Diretor-Presidente da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS);

1.8.2. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que não seja renovado o Convênio 50/UFRGS/FUNDAÇÃO DE APOIO/2014 e não seja formalizado Convênio, com Fundação de Apoio, para a realização de projetos de desenvolvimento institucional para melhoria de infraestrutura que não se limite às obras laboratoriais e à aquisição de materiais, equipamentos e outros insumos, nos termos do disposto no art. 1º, §2º, da Lei 8.958/1994;

1.8.3. Dar ciência deste acórdão, acompanhando da instrução à peça 35, à representante, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), à Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

RELAÇÃO Nº 17/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 6233/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no item 1.7.

1. Processo TC-011.377/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Joao Gomes Teixeira de Moraes (022.728.222-15).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que retifique o ato de concessão de aposentadoria do Sisac, nos termos do item "14.b" da proposta de encaminhamento acostada à peça 6.

ACÓRDÃO Nº 6234/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.401/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. InteressadA: Maria Adelice Silva dos Santos (015.450.273-15)

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6235/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.961/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Gomes de Oliveira Junior (136.187.172-53); Paulo Kennedy Lima Dias de Souza Cruz (230.166.202-00).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6236/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.414/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ademir Santos de Almeida (023.739.982-20); Antonia Alencar de Lima (287.213.061-68); Carmem Veronica Gomes Brazão (209.402.032-00); Claudete da Silva Dias (208.928.532-04); Conceição de Freitas Feitosa (229.147.062-00); Dionizio Mendes da Silva (033.813.402-63).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão No Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6237/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.417/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Manoel Carlos Vasques de Araujo (033.170.052-20); Maria Alzeni Correa (127.008.192-68); Maria Bernadete Cardoso Emiliano (272.645.052-00); Maria Delcy Lima de Souza de Freitas (092.601.102-20); Maria Ermila Rodrigues (012.376.832-20); Maria Gomes da Silva (094.002.572-87); Maria da Conceição dos Santos Garcia (316.159.532-72); Maria de Arruda Monteiro (066.886.912-72); Maria de Nazare de Freitas Pereira (112.825.842-00); Maria de Nazare dos Santos Maia (091.874.722-87).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6238/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.144/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Aline Virginia Homem Nunes (012.087.570-59); Lauren Pomalis Coelho da Silva (008.650.610-25); Morgana Moreira Rosa (003.592.400-46).

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6239/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.382/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo Costa Santos (959.161.050-53); Luana Maciel Bruxel (810.407.680-91); Luciano Ribas Nunes (621.009.040-00); Luciano da Silva Oliveira (665.222.770-34); Luis Eduardo Saraiva Gonçalves (571.785.850-72); Mai de Oliveira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tubino (015.321.070-21); Marcelo Moreira Pianessola (003.945.140-25); Marcelo Pinheiro da Rosa (898.219.980-20); Marco Cesar de Paula (462.796.010-72); Márcio André Lopes da Silva (664.708.620-04).

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6240/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.383/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos de Sousa Ramos (418.077.660-04); Maria Rosane Weisheimer de Souza (551.579.630-68); Mauricio Ferreira (527.272.200-06); Michael Roger Elgui da Silva (018.821.950-19); Nara Joyce Correa Olinto (590.975.580-34); Nelson Piovesan (441.131.530-00); Nilton Octaviano de Oliveira (384.285.630-04); Pedro Zottis Neto (955.456.460-00); Priscila Eich Davila (001.172.490-09); Raquel Krumberg da Silveira (910.109.000-30).

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6241/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.385/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raquel Martins Lamas Vital (010.235.630-02); Rodrigo Dias Fogaça (986.807.220-49); Rodrigo Petermann (933.772.400-63); Rui Gustavo Furquim Meira (496.726.810-20); Sabrina Lechner Nogueira (998.695.270-00); Shayene Lima Moreira (010.270.970-06); Sheila Martins de Andrade (940.756.110-00); Silvia Leticia Pietrowski (950.746.780-72); Sérgio Luis Bastos Nunes (596.894.630-04); Sérgio Luiz Bertoldo (298.195.040-15).

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6242/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.538/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Brenda Silva Lima (078.741.395-00); Breno Poderozo Feitosa (041.301.165-84); Bruno Alencar de Oliveira (027.142.293-95); Bruno Castilho Simonetti (312.117.668-45); Camila Stadler (017.044.310-85); Carla Dantas Pereira (151.074.957-88); Carlos Eduardo Borges da Silva (061.539.614-36); Carlos Morais Barboza (123.476.517-90); Carolina dos Passos de Assis (069.160.149-62); Caroline Toigo (034.305.500-76).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6243/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.540/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleyton William Rodrigues Ferreira (037.062.251-07); Clodoaldo Miguel da Silva (067.669.074-28); Constancio Welder da Silva Oliveira (867.894.652-00); Cristiane Maria de Souza (002.595.731-75); Cristovao Henrique Siqueira de Moraes Junior (097.973.724-99); Cristovao Lima da Costa (473.823.252-53); Daniel Araujo de Mendonca (118.298.997-75); Daniel Gomes de Paula (110.741.547-03); Daniel Henrique Cassio Rangel Correa (022.224.241-86); Daniel Laporte Neves (173.133.677-24).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6244/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.541/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Leal da Costa Junior (012.744.042-90); Daniel Ribeiro Santos (037.416.661-73); Daniele Domingues de Mendonca (287.100.018-24); Danilo Martins de Siqueira (378.620.218-43); Danilo da Silveira Hipolito (008.800.794-44); Danilo de Morais Santos (015.289.695-37); Darci Sontag (041.654.379-05); Darliane da Silva Medeiros (012.381.024-84); Darlianny Leite da Silva (018.687.413-89); Davi Henrique Fragoso (095.962.909-24).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6245/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.544/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Vinicius de Franca Bezerra (081.650.454-74); Dieime Taina Paz da Silva (105.027.959-05); Digelma Camila Barros Araujo (538.994.072-53); Dimitri Emiliano Pacheco (016.280.606-03); Diogo Barbosa de Souza Vilar (012.956.891-03); Diogo Medeiros de Mello (111.259.917-71); Diogo Pedrosa Carvalho (829.607.712-49); Diogo da Silva Barbosa (131.019.837-38); Dione Xavier Dias (048.379.271-30); Dione de Faria Andrade (016.128.991-61).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6246/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.546/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edinho Cruz de Lima (936.467.802-82); Edmur Pereira da Costa (308.119.536-53); Edson Rocha Ferro Neto (075.666.134-05); Edson da Rocha e Silva (687.517.882-68); Eduardo Fonseca Pavanatti (382.629.028-31); Eduardo Rodenbusch (600.938.970-49); Egledson Matos Lima (049.081.003-90); Eliana Souza dos Santos (787.144.785-87); Elias dos Santos Alves (080.488.347-58); Elida Lopes Correia (042.389.191-06).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6247/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.547/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elielson Natan Ferreira da Silva (091.533.354-65); Eliezer Coelho Mesquita (050.986.003-67); Elioenay Silva Lima (021.328.453-79); Elisa Veridiani Soares (030.959.740-43); Elton Regis do Nascimento Nunes (093.665.897-58); Emanuel Lucas Ximenes Leal (027.575.861-30); Emanuel do Nascimento Ferreira (011.695.953-32); Emerson de Oliveira Franca (093.168.954-64); Felipe Bastos Neumann Leitao (159.827.537-26); Felipe Emidio dos Santos (437.217.908-12).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6248/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.843/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Claudio de Almeida Junior (847.863.533-53); Carlos Rafael Pires Costa (712.846.301-10); Eron Freire dos Santos (054.527.444-36); Fabiana Keylla Schneider (763.339.572-91); Flavia Franca Melo (991.642.801-87); Marcio Silva da Costa (479.762.502-30); Presley Mcquade Nogueira Costa (022.879.961-92); Ricardo Vieira da Silva (001.604.131-33); Rodolfo Peixoto Pimentel (059.086.227-88).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6249/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1.Processo TC-016.199/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Luiz Batista (079.569.317-62); Andréa Marina Lins Lacerda (844.376.262-49); Bruna Danielly da Paz Tenório (028.049.081-00); Carlos Rodrigo Costa (784.425.591-91); Caroline Leao Cordeiro de Farias da Silva (023.946.924-05); Danilo Santana Pereira (013.495.611-77); David Ricardo Ribeiro de Souza Barros (023.832.071-52); Fabiany Glaura Alencar e Barbosa (923.001.621-72); Jeferson Avelino Ribeiro Junior (573.204.381-00); Joao Vitor Faria Domingues (028.894.351-13).

1.2. Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6250/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39,

inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.200/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Josiane Barbosa Matos (942.848.901-82); Kassandra Soares da Costa Melo Salomao (024.973.591-13); Luciana Gunther (923.277.531-04); Nivea Silva Lisboa (619.746.411-04); Rafael Rocha Viana (014.455.041-54); Ralph Teixeira de Oliveira Freitas (005.628.251-69); Samantha Albano Amorim (008.709.811-37); Tanieli de Moraes Guimaraes Silva (021.787.081-37); Vania Pires da Silva (327.131.048-31); Wanderson Maia Nascimento (017.588.031-00).
1.2. Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6251/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.201/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ailton Xavier de Souza (810.077.281-91); Ana Karla Souza Oliveira Requieri (082.800.497-89); Ana Paula Vieira Arruda (078.000.906-12); Andreia de Cassia da Silva Ajonas (302.755.228-73); Andrieli Ben da Silva (006.462.070-08); Anna Gabriela Correa da Silva (043.273.711-14); Aroldo da Silva (253.425.091-49); Auritonio Geronimo Guimaraes (085.233.114-24); Beatriz Silva de Queiroz (123.667.266-60); Beatriz de Almeida Souza (019.890.951-94).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6252/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.202/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Brenda Colares Melo (016.403.325-45); Brenda Marilia de Jesus (703.027.281-12); Bruno Ikennah Bratz Egonu (111.084.356-96); Bruno Pomela Mattos (365.390.118-90); Caio Chung Micca (346.876.048-54); Camila Monteiro (094.568.366-90); Carina Schabbach (994.465.700-00); Carlane Nobre da Gama Barros (016.235.805-95); Caroline Laya de Menezes (121.707.497-05); Cinthia Domingues Santos (480.089.028-41).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6253/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.204/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denis Halisson Franzao (337.228.498-45); Diego Diogenes Bessa Cavalcante (061.038.034-62); Edilayne Oliveira Barbosa (055.322.121-39); Edson Schipiura (452.685.251-15); Eduardo Lucas Ramos de Moura (016.347.074-00); Elaine Cristina da Silva Santos (464.190.728-59); Eleon Gabriel de Amorim (041.286.190-94); Elisangela Rodrigues Lustosa (126.914.697-19); Elizabete Marciano Lucio (050.851.069-46); Emerson Lopes dos Santos (057.725.905-96).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6254/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.206/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jonathan dos Santos Martins Henrique (119.953.027-16); Ledio Manoel da Rosa Junior (079.710.999-40); Livia Oliveira Samejima (299.622.848-05); Lucas Reis da Costa (050.644.479-14); Luciana Furtado da Silveira Queiroz (482.068.146-04); Marco Andrei Carvalho Baccaglini (368.976.948-51); Marcou Felipe Guerra Medeiros (065.324.284-00); Mario Henrique Socolik de Paiva (090.843.337-99); Silas Zeferino Ferreira da Silva (294.151.388-40); Taline Trindade Santos (033.470.715-30).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6255/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.207/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Lima da Fonseca (118.093.727-98); Thiago Ortiz Pinto Ferreira (013.631.211-03); Washington Lopes de Souza (067.372.796-35).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6256/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.270/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allysson Makens Pereira Cavalcante (013.577.124-21); Christiany Salgado Faria (858.463.761-34); Cleber Martinez (161.770.328-18); Higo Maiquel Caldas Cavalcante (719.809.111-34); Paulo Marcio Barbosa Menezes do Nascimento (024.253.747-28); Ulysses da Rocha Rezende (014.536.581-65).
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6257/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.507/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Matheus Cubel Queiroz Goncalves (002.173.351-10).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6258/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.730/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Roberta Wollenhaupt Nunes (007.123.850-61); Jose Carlos da Silva (384.603.190-91); Leandro Ferreira de Souza (005.703.720-54).
1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6259/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.586/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edemarcos Moreira de Oliveira (722.615.014-04); Edson Neto da Silva Fontes (532.844.705-06); Elimar Brito Sodre (365.350.445-72); Eraldo Lima da Silva (372.388.175-00); Erminio Paes Leme Pires Filho (004.671.737-45); Evaldo Pereira da Silva (917.886.766-53); Fabiano Perez Chaves (809.977.245-87); Francisco Antonio Costa Ribeiro (231.919.533-53); Francisco Jocelio Guimaraes de Pinho (444.032.083-04); Gustavo Franco Veloso (751.992.896-91); Ivan Santana de Jesus (293.363.335-34); Jailson Oliveira Vieira de Souza (774.417.534-49); Janaina Palmela de Oliveira (049.990.236-01); Joao Carlos Borges Correia de Aguiar (051.309.744-92); Joao Henrique Cavalcanti de Franca (033.997.674-80); Joao de Assis Marcos (738.394.006-78); Jonas Macedo (790.931.594-53); Jorge Chaves Dutra (007.940.464-28); Jorge Nascimento Boaventura (871.555.915-72); Jose Alicio Vasquez da Cruz Junior (765.754.974-20).
1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6260/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.635/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aaron Silva de Lima (119.724.317-81); Abel Lemos Pereira (978.461.042-68); Abel Lemos Pereira (978.461.042-68); Abigail Rodrigues Almeida (091.855.176-58); Abilio Moco Vieira Filho (123.058.868-02); Abimael de Lucena Soares (015.659.102-22); Abisaer Lima Lago Junior (066.584.543-02); Abraao Correa Bezerra (060.234.034-92); Adair Jose da Silva (056.915.124-47); Adair Moreira Lima Filho (833.598.341-00); Adarene Hallak Pereira da Fonseca (774.228.481-20); Adeilson da Costa Alves (600.112.173-75); Adeilton Joca Feitosa (045.305.494-37); Adelaide Pauline Aquino Leite (040.223.051-50); Adelino Adirsio de Souza (130.250.826-15); Adelson Paiva de Araujo Junior (094.257.934-84); Ademir Teles de Almeida (067.215.016-60); Aderito Rivelino Inacio de Almeida (040.831.113-48); Adilson Gomes da Silva Junior (037.733.891-59); Adilson Verdam dos Santos Junior (079.590.649-89).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6261/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.637/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adiny Cristine Miranda da Silva (088.945.869-36); Adla Cristina Batista da Silva (014.202.335-30); Adolfo Caetano de Andrade Junior (039.608.515-61); Adolfo Marques da Silva (048.637.833-02); Adria Suemi Tomaz Akita (014.587.715-98); Adriana Bitencourt da Silva (126.159.447-97); Adriana Castro Vaz (040.977.876-16); Adriana Cristina de Oliveira (383.718.378-52); Adriana Milano de Melo (004.409.689-50); Adriano Lamego Silva Flores (647.359.825-15); Adriano Leite Sobrinho (055.700.473-01); Adriano Ludger Olimartin Coelho (099.693.016-75); Adriano da Silva Dutra (002.501.151-07); Adrielle Laisa Gabriel (417.151.248-47); Adrielle Moura Silva (013.112.025-52); Aessio Reis Coelho (040.163.023-40); Afonso Henrique Almeida da Silva Ferreira (023.922.971-18); Agatha Rotelli Lemos (093.028.356-26); Agelson Soares Bem (434.696.399-49); Agnelo Zurey Martins (632.332.406-78).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6262/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.642/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Paes Amaro (115.645.117-58); Amanda Paula Ramos Bueno (022.369.009-02); Amanda Reis de Oliveira (028.010.170-86); Amanda Rocha dos Santos (137.513.767-04); Ambrenna Maria Negreiros de Sousa Silva (004.067.863-64); Americo Phellipe Falcao Franco Marques (937.440.052-91); Ana Caroline Almeida da Silva (603.792.893-26); Ana Claudia Franca da Silva (131.833.607-48); Ana Cristina Mattias Teixeira (105.545.506-01); Ana Flavia Lima Lazarino (028.398.151-25); Ana Gabriela Moreira Andrade (366.377.248-90); Ana Ivy Silva Couto dos Santos (056.993.747-79); Ana Leticia da Silva Rocha (422.067.678-30); Ana Lucia Armigliato (175.148.348-77); Ana Lucia Gomes Pereira (081.282.266-81); Ana Lucia Grandi (603.232.560-15); Ana Maria Czorne (048.287.389-24); Ana Maria Mena Barreto Silva (220.842.580-49); Ana Maria de Oliveira Correia (613.048.670-72); Ana Melina da Gama Figueiredo (229.212.768-79).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6263/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.646/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ariel Juhny Duarte (065.092.299-94); Ariela Guimaraes de Souza da Cunha (087.230.727-17); Ariosto Lucena Santos (014.417.615-78); Armando Julio Banco Aguiar (706.222.483-91); Armando Vieira da Silva Filho (005.530.113-40); Arnaldo Shiroma (836.912.271-04); Aroldo Boges Ramos (801.913.715-72); Arthur Aires de Teledo Santana (039.036.421-50); Arthur Dornellas Oliveira (103.012.056-04); Arthur Meireles Ribas (092.637.156-88); Artur Brasileiro Motta Junior (917.419.805-00); Artur Chaves de Farias Filho (028.675.823-77); Artur Fellipe Ferreira de Oliveira (147.530.177-45); Astrid Goncalves Gomes (839.265.772-15); Aurelio Augusto de Oliveira Leite (252.706.918-50); Beatriz Lisboa da Costa (057.265.053-10); Belchior Lazzari Franco (051.481.129-30); Beliza Mouana Santos (011.879.645-30); Benigno Pereira de Souza Neto (695.076.511-87); Bento de Jesus Machado Goulart (266.407.240-49).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6264/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.648/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Mendes Borges (045.349.021-23); Bruno Oliveira Miranda (034.156.076-66); Bruno Oliveira Siqueira (033.693.761-05); Bruno Pacheco Alves (116.528.587-84); Bruno Quevedo Sivelli (006.501.310-70); Bruno Richard Villa Nova (351.773.898-04); Bruno Vinicius Barbosa Silva Leite (097.700.954-86); Caio Cesar Maia Alves (054.841.714-82); Caio Cesar dos Santos Rodrigues (058.731.207-65); Caio Rocha Dannemann (126.647.117-09); Camila Fernandes Mendes (087.440.344-82); Camila Ignacio (401.253.418-14); Carina Grain (091.066.747-04); Carla Castilhos Beck (577.047.590-00); Carla Helenara Rodrigues Medeiros (018.472.460-01); Carla Maristela Tozati Ferreira da Silva (021.852.008-52); Carla Navazio de Oliveira da Silva (020.815.387-09); Carlos Alberto Alves de Jesus Junior (028.168.235-63); Carlos Alberto Correia Lima Junior (465.361.083-53); Carlos Alberto da Silva (059.199.846-78).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6265/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.652/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristovao Bertoldo do Nascimento (084.652.524-08); Cynara de Oliveira Geraldo (029.132.529-74); Cyntia Magalhaes Neves (736.401.741-00); Cyro Hideyuki Hossaka (550.369.539-91); Daiana Laguna da Fontoura (713.330.021-49); Daiana Soares Rosa (024.181.803-60); Daisy Aparecida Mariga Baron (018.170.499-41); Daline do Carmo Silva (008.149.682-60); Dalleth Maia Bessa (009.914.943-50); Dalvenei Fagundes (013.719.100-65); Daniel Felipe Matos de Lima (058.127.947-66); Daniel Goncalves Aragao (033.214.133-02); Daniel Leandro de Souza Guimaraes (095.062.984-75); Daniel Mafra Otto (860.910.342-00); Daniel Schaumann Correia Lima (032.694.113-40); Daniel Siqueira Lopes (123.462.676-43); Daniel Souza Santos (002.275.161-09); Daniel Valle de Souza (109.525.537-16); Daniel Vaz Lima (016.477.000-35); Daniel da Silva Vandam (599.798.600-49).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6266/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.653/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniela Reinheimer Ghem (811.885.440-04); Daniela Ribeiro Suder (902.742.100-53); Danielle Cristina de Oliveira Santos (062.340.224-64); Danilo Cesar Almeida Damasceno (057.894.404-95); Danilo Felix da Silva (086.903.214-38); Danilo Meira Leite (230.503.048-71); Danilo Morais Brito (074.014.224-09); Danilo Viana Feitosa (057.826.564-84); Danilo da Silva Ramos (123.250.277-40); Danrley de Lima Santos (064.104.045-81); Darlan Leal de Oliveira (033.978.195-55); Darlingson de Lima de Souza (095.412.554-18); Davi Alexandre da Costa Flores (511.412.302-59); Davi Araujo Fernandes (013.204.852-35); Davi Araujo de Mendonca (997.106.252-68); David Araujo Machado (873.649.723-15); David Lima Mota (047.940.995-17); David Richard Rodrigues Bernardes (092.244.496-03); David Tavares Barbosa (069.006.024-60); Dayane de Oliveira Barbosa (033.497.235-35).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6267/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.655/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dionatan Willian Borges Vieira (086.494.379-23); Douglas Nakadomari (030.838.979-44); Douglas Rodrigues Pinto (297.799.118-20); Druiler de Oliveira Rosa (604.904.976-91); Dulce Helena do Amaral Ferreira (942.666.546-34); Edenilson Goncalves dos Santos (754.686.385-68); Eder Augusto Ferreira das Chargas (060.273.035-06); Edicarlos Lopes de Oliveira Silva (180.235.198-16); Edilene de Sousa (835.487.002-25); Edilza Azevedo Lima (019.161.847-07); Edineia Rossato Meisner (031.199.720-10); Edisando Francisco da Silva (064.504.574-81); Edison Martins da Silva (184.110.530-91); Edson Silva de Almeida (024.895.945-08); Eduarda Coutinho Carneiro (017.387.521-19); Eduardo Agueda Ribeiro da Silva (106.501.877-09); Eduardo Cesar da Silva Gass (292.628.440-34); Eduardo Domingues de Oliveira Junior (076.993.336-08); Eduardo de Souza Dias (661.353.622-91); Eduardo do Prado Brasil (008.327.783-89).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6268/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.658/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Erika Izabel Ferreira da Silva (029.761.384-78); Erinaldo de Jesus Borges (021.657.385-80); Erisnaldo de Oliveira Silva (018.559.463-86); Erlon Cesar Barcelos Mendes (002.968.792-66); Ester Alice Teixeira Resende (764.238.166-20); Ester Maria Vaz Germano (426.584.626-20); Estevan do Amaral Meneguelli (119.822.187-97); Esther Gomes do Nascimento Silva (061.868.764-54); Ethel Veridiana Maximo Silva (008.365.966-84); Eurico Rodrigues Monteiro (033.732.701-70); Eurimar Paiva de Almeida (855.888.142-15); Evandro Cesar da Silva Belem Junior (012.196.482-56); Evandro Costa Penchel (127.608.298-39); Evandro Silva Vitorio (031.199.455-52); Evaristo Franca Ribeiro (284.123.707-91); Evelin Emilia de Paula Cezar (388.906.378-03); Eveline Cunha de Goes (033.427.105-35); Evelise Michele Nunes Pieve (339.298.018-84); Evelyn Cardogna Nogueira Furman (091.884.549-16); Everton Jose Maria (075.469.839-40).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6269/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.659/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Everton Marques de Carvalho (044.015.215-10); Everton Valiati Hemerly (948.097.807-59); Ewando Muller Barbosa da Silva (015.534.182-04); Ewerson Otavio de Matia (087.982.679-73); Ezequias Luna Lima (677.408.718-34); Fabiana Amendola (313.987.568-14); Fabiana Aparecida Mendes (226.638.508-96); Fabiana Teles Araujo (063.519.035-48); Fabiane Aguirre Krieger (000.213.920-05); Fabiane Sartor Granemann (063.996.119-38); Fabiano dos Santos Oliveira (604.091.663-08); Fabio Alessandro Cavalcante Silva (682.693.155-91); Fabio Andrade do Nascimento (083.956.524-02); Fabio Benassi Franca (920.439.418-87); Fabio Dutra de Almeida (040.183.029-24); Fabio Lenin Goncalves Rodrigues (027.249.253-19); Fabio Paula dos Santos Marques (832.143.482-72); Fabio Santos Melo (978.814.495-00); Fabio Soares de Oliveira (016.382.856-32); Fabio dos Santos Barros (043.228.961-54).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6270/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.666/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gilberto Barazetti Rizzi (311.183.050-00); Gilcimar Joaquim Saraiva (040.265.186-39); Gildecio Pereira Santos (012.412.636-71); Gildeia Oliveira Rodrigues (005.841.042-27); Gilly Kercia Goncalves Santos (048.419.493-30); Gilmar Fagundes Lima (067.431.654-17); Gilmaria Barbosa dos Santos (047.790.563-30); Gilvanilson Santos Silva (013.828.185-80); Giovani Tavares Pereira (013.567.610-03); Gisele Candido Mendes (091.842.926-95); Gisele Pio Custodio (099.083.927-35); Giuliano Guatimosim Lemos Viana (140.830.127-06); Glauber Rodrigues Sousa (027.972.035-18); Glauce de Mattos Casali (063.639.096-94); Glaucia de Aguiar Duarte (008.282.911-01); Gleice Kelly Pantoja de Oliveira (748.547.472-34); Glenda Moraes Silva (024.110.661-39); Glenio Rezende Fagundes (446.193.756-91); Graciela Elisiane Hartmann Klipstein (003.424.090-00); Graciele Alencar de Sousa (945.972.512-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6271/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.668/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Harlan Fernandes do Nascimento (022.800.111-07); Heider Pereira Silva Junior (014.247.293-00); Helena da Conceicao Alves (029.716.865-74); Helessandra Fabiene de Siqueira (735.382.721-15); Heliel Romualdo de Andrade (008.668.892-80); Heliete Melo de Castro Moreira (118.806.548-30); Helio Santana dos Reis (028.348.651-16); Helio Vieira das Chagas Filho (069.299.014-31); Helton Rogerio Rosa (560.437.326-53); Helvio Bianchi Ladario (782.589.878-87); Henrique Guilherme Petelin Almeida (336.739.018-69); Henrique Rafael de Oliveira Brito (365.374.928-07); Henrique Stein (022.116.300-06); Herivelton Marculino da Silva (082.656.644-86); Herman Pedrozo Ferro (701.364.401-34); Higor Bruno Noberto Bezerra (062.110.734-45); Higor Fernando Linhares Oliveira (103.769.464-31); Higor Gomes Pereira (015.501.056-55); Hisla Dias Bagues (041.954.055-56); Humbert Carneiro Mota (035.922.555-17).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6272/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.670/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Isabela Micheli Farias (075.464.974-18); Isabela Vanessa Sampaio dos Reis (001.062.822-39); Isabella Cristina Dias Costa (141.734.587-03); Isabelle Ferreira Sabino (009.089.763-30); Isaque Moraes dos Santos (303.977.708-47); Ismael Chimanko Jacinto (084.583.319-77); Israel Silva de Morais (099.720.924-02); Italo Cesar Cunha de Carvalho (021.956.775-11); Italo Costa Vaz Santana (045.597.365-29); Ittallo Frienddch Lira Macedo de Lima (081.125.674-09); Iuri George da Silva Palmeira (151.863.797-35); Iva Luis Sousa Silva (727.505.535-04); Ivailton Luiz Oliveira Fernandes (055.479.785-23); Ivan Machado Lima (016.843.321-41); Ivan de Oliveira (022.681.711-32); Ivancelia Coelho Reis de Sales (747.349.624-72); Ivandete Pedreira da Silva (061.970.988-06); Ivanilde Barros da Silva (000.250.332-80); Ivanna Araujo da Silva (032.491.442-31); Ivenio Rubens de Oliveira (757.040.306-10).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6273/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.673/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jeosafa Lopes Sodre (346.187.835-91); Jeremias Alecio Leperes de Marins (069.181.519-40); Jessica Alves Guimaraes (111.819.226-58); Jessica Capatto Rabelo (162.036.367-46); Jessica Habr Tavares (010.707.192-42); Jessica Paola da Costa Alves (025.577.942-95); Jessica Rodrigues de Amorim (056.641.539-97); Jessica Soares da Costa (129.184.136-90); Jessica de Sousa Vital Abreu (039.257.851-40); Jessika Ramos dos Santos (079.236.829-09); Jesus Cristo do Nascimento (057.460.624-64); Jheneflhan de Alcantara Silva (056.854.584-28); Jhonatan Soares do Nascimento (040.574.725-09); Jhonathan Matias da Silva (095.364.354-97); Joaci do Carmo Queiroz (432.206.733-68); Joana Pereira de Souza (131.052.247-26); Joao Abel da Silva (626.773.819-15); Joao Antonio Almeida Alves (061.513.214-64); Joao Antonio Esteves Mendes Osaka (386.019.548-47); Joao Benedito Serrao Cardoso (007.864.292-24).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6274/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.675/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joaquim Jakson Abilio de Moura (082.892.644-10); Joaquim Jose de Oliveira Filho (453.432.333-68); Jocimar Berri (049.646.519-83); John Kennedy de Brito Pereira (923.712.722-72); Jonas Jonathy Mendes Oliveira (052.107.781-85); Jonatas da Silva Damasceno (390.470.348-05); Jonatas dos Santos Ferreira (025.076.675-24); Jonathan Alves de Oliveira (059.028.204-21); Jordania Santos Souza (023.811.051-66); Jorge Fernando Panoyan (006.281.699-30); Josafa Freitas Correia (002.667.112-35); Jose Adriano Alves de Lima (232.815.103-53); Jose Andre Costa da Fonseca (941.747.332-87); Jose Antonio Nunes Rebello (449.712.736-20); Jose Carlos Ericeira Sobrinho (043.180.673-00); Jose Carlos Pires (559.894.897-49); Jose Carlos dos Santos Lima (128.559.977-20); Jose Cristiano Santos Moura (069.150.804-65); Jose Erison dos Santos Silva (088.099.384-70); José Edson de Almeida Júnior (040.135.874-75).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6275/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.678/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliene Cristina Gomes Remor (055.993.389-40); Julio Cesar Brito de Lima (669.436.202-15); Julio Cesar Gomes Bezerra (105.440.217-54); Julio Cesar de Sousa Marinho (058.841.466-20); Julio Cezar Muniz Dantas (088.539.704-56); Jun Almeida Sigaki (230.707.898-38); Juscinaldo Ribeiro Soares (522.878.902-20); Kadu de Oliveira Cornelio (061.597.005-29); Kallio Aecio Rodrigues de Oliveira (024.878.383-10); Kamila Machado Costa da Conceicao (021.427.540-07); Kamilla Dorxa de Melo (052.029.961-28); Karen Aguiar de Cerqueira (043.960.995-09); Karine Lucena Alves (092.962.134-44); Karla Fernanda Ribeiro Silva (013.886.345-89); Karoline Castro Ribeiro (001.882.362-95); Katia Ligia Sacramento Aquino (870.299.365-15); Kaue Paulino Rodrigues (750.023.021-49); Kaynan Miranda Soares Barbosa (052.823.453-66); Keise Regina Costa Pacheco (039.632.363-45); Kellen Araujo Sousa (013.726.072-50).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6276/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.679/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kelvin Silva Sena (102.867.414-74); Kenia Mariana Martins de Oliveira Silva (061.120.766-40); Kenya Aixa da Silva Damasceno (059.355.547-39); Kerzy da Cunha Teixeira Gralha (689.604.091-20); Ketheym Tavares de Moura (045.367.361-90); Kleber da Silva Vasconcelos (036.694.315-43); Kleiton Manoel Oliveira dos Santos (048.889.265-14); Lais Martins de Almeida (039.975.755-41); Lais de Oliveira Torres (409.130.058-86); Laiza Pereira de Brito (110.355.564-21); Lanna Elenyr Andrade (023.226.181-44); Lara Nunes Romero Cavalcanti (046.995.005-60); Lara Priscila Freitas Ferreira (055.056.813-10); Larissa Demoner Torezani (133.657.947-19); Larissa Gurkewicz Eiglmeier (060.003.729-06); Larissa Marin (004.098.270-02); Larissa Murucci dos Santos (139.149.537-30); Larissa Oliveira da Cunha (026.688.575-62); Larissa de Lima Silva Elias (355.927.568-79); Larissa de Melo Castro (020.936.721-03).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6277/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.683/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciana Cezar de Andrade Rocha (036.911.176-19); Luciana Moreira Roberto Lopes (023.998.537-09); Luciana de Santana Cerqueira (805.070.855-15); Luciano Taminski (029.405.770-64); Luciano Terriaca (286.812.608-12); Luciano de Almeida Cunha (974.414.222-72); Luciano de Araujo Costa (330.566.888-17); Lucimara Jorge Costa (093.957.016-50); Lucimara Pereira Esteves (355.382.788-24); Lucinei Pantaleao da Silva (028.792.931-03); Lucio Sidnei Rodrigues de Souza (524.411.050-00); Lucivaldo Fernandes de Sousa Junior (981.654.452-00); Lucivania Aparecida Buzini (011.854.992-88);

Ludmilla Fernanda Mascarenhas Senna (094.716.376-00); Lueli de Boemia Nascimento (108.528.149-33); Luis Felipe da Silva Politof (116.137.687-96); Luis Felipe de Pinho Dias (053.114.565-40); Luis Fernando Fernandes da Silva (018.430.910-70); Luis Haroldo de Avila Miranda (289.421.320-49); Luis Henrique Silveira de Souza (120.511.826-80).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6278/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.684/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Alberto de Lima Araujo (897.036.931-72); Luiz Americo Goncalves Nunes (061.185.473-27); Luiz Antonio Adolfo Amorim Marciano (017.960.323-01); Luiz Fernando da Cruz Alves (219.347.508-32); Luiz Fillipi Baioco Sales (013.000.840-06); Luiz Gustavo Coura Gontijo (107.239.956-30); Luiz Gustavo Couto de Oliveira (147.087.227-70); Luiz Gustavo Veloso Castello (131.856.517-07); Luiz Henrique de Souza Junior (087.945.589-65); Luiz Miguel Azevedo de Souza (157.015.327-20); Luiz Philip Honorato Ferreira (111.707.746-28); Luiz Renerilan Correa Duarte (133.098.927-94); Luiza Gomes Santos (064.558.929-25); Luiza Yurie Kurokawa Oki (564.067.208-06); Luize dos Santos Peppeler (091.611.259-46); Luna Tuira Barros Abreu (034.489.363-40); Lusiany Kuster Correa (041.472.629-45); Lusilene de Jesus Bonfim (041.502.965-10); Luzia de Fatima Cardoso Freitag (351.883.086-49); Luzicleide Souza dos Santos (053.212.694-75).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6279/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.689/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mariana Raniero (081.045.286-37); Mariana Ribeiro de Azeredo (109.263.477-05); Mariana Romero de Almeida (110.538.706-20); Mariana Silva Britto (116.712.636-00); Mariana Silva Ferreira (033.431.735-50); Mariana Simoneti Beloto (394.289.848-92); Maricelda Borges Figueredo (823.884.159-34); Marieli Noskoski (011.045.070-13); Marileia Kalbusch (009.569.289-43); Marilene Pinto de Araujo (034.854.281-08); Marilia Fernanda Santos Lima (035.472.345-65); Marilia Liane Piccoli (482.206.719-04); Marily Lima de Moraes (030.287.761-46); Marina Cavalcante Oliveira (014.774.162-93); Marina Flaminio Barbosa (394.490.548-27); Marina de Carvalho Alves (027.096.593-95); Marineuva dos Santos Souza (011.590.275-95); Mario Jose Rodrigues dos Reis Junior (498.235.906-72); Marlene Lelis de Oliveira (007.834.008-02); Marília Coelho Gondim de Oliveira Lima (383.848.503-30).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6280/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.691/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mauricio Pacheco Pereira (831.685.162-87); Mauricio Sousa Matos (045.366.595-01); Mauricio Zatta Peres (128.103.607-23); Mayara Araujo Costa dos Santos (074.046.264-47); Mayara Consuelo de Lima Goncales (343.714.248-80); Mayara Maria Castro Goncalves (015.270.972-00); Maycon Mendes dos Santos (015.029.652-59); Mayra Chalub Santoro (023.394.701-96); Meire Maria Barreto (032.239.844-45); Melcilei Lace (399.349.937-91); Michael Evangelista da Cruz (894.554.012-15); Michael Rodrigo Lobo Nascimento (036.631.585-43); Michel Kleber Hilbig (039.696.889-90); Michele Aline Kappel (047.319.701-48); Michele Cerezo Alves (070.222.266-60); Michelle Danielle Goncalves Mesquita (093.760.166-70); Miguel Amaro da Rocha Neto (094.708.904-77); Miguel Sandes da Silva Junior (033.377.095-16); Mikaelle Marinho e Oliveira (056.365.484-86); Mileny Pereira Barreto (083.490.816-60).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6281/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.693/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Naiara Cardoso dos Santos Mascarenhas (041.470.701-08); Naira Andrija Alves de Souza (857.207.981-53); Nanci Carmen Bagatini (987.994.790-87); Nancy Pifano (220.281.887-15); Narcelio de Lima Costa (964.854.263-53); Natali Guimaraes da Silva (159.017.147-09); Natalia Carvalho Leister (383.540.088-60); Natalia Feix Barboza (017.971.690-50); Natalia Francisca dos Santos Lima (059.260.676-77); Natalia Pereira de Carvalho (110.469.856-04); Natalia da Silva Chaveiro (701.115.301-21); Natalia de Souza Victor (069.494.096-80); Nataly Maria de Oliveira Souza (098.886.044-90); Nataly Oliveira da Rocha (701.007.154-35); Natanael Batista de Souza (001.066.812-81); Nathalee Ferreira Cordeiro Santos (047.686.175-65); Nathalia Lange (028.153.340-70); Nathalia Silva Fontes (137.447.287-57); Nathalia Tavares Nogueira (123.112.627-26); Nathan Pereira Dourado (028.901.911-76).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6282/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.697/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Henrique Medeiros Silva (088.377.824-62); Pedro Jorge da Guia Santos (057.647.944-63); Pedro Jose de Andrade Ferraz (140.447.437-46); Pedro Martins de Lima Regis (061.569.223-00); Pedro Moreira Vasconcellos (101.626.706-13); Pedro Paulo da Silva (719.314.733-15); Pedro Ratis (075.461.134-58); Pedro Victor Coelho Pereira da Silva (072.310.524-36); Petala Paraguacu Mendes Silva (832.149.505-25); Pilar Cavalcanti Arcas da Silva (129.457.177-00); Poliana Cardoso (021.190.251-93); Poliane Paim de Andrade (056.504.946-14); Priscila Cavalcante Dias (129.839.947-59); Priscila Guterres Haas (001.620.150-70); Priscila Lemes Marques (130.902.176-78); Priscila de Souza Barbosa Aguiar (252.203.728-58); Priscila do Nascimento Araujo (018.484.901-27); Priscilla Caroline Fernandes Flavio (094.227.809-77); Priscyla Antonina de Almeida Ribeiro (113.500.036-03); Quetle Quinto (958.486.902-78).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6283/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.699/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raiza Sartori Peruzzo (060.032.009-01); Ramon Leite Costa (103.387.496-59); Raniere de Aguiar Goncalves (014.666.992-48); Raony Rennan Feitosa de Menezes Goncalves (056.526.874-01); Raquel Rodrigues de Melo (049.902.013-88); Raul Augusto Alves (396.451.421-72); Raul Manoel Pereira Neto (027.358.021-32); Rayane Silva Guedes (116.943.066-07); Rayania de Medeiros Rodrigues (067.972.723-00); Rayner Diego Silva Guimaraes (002.432.172-93); Rebeca Mendes Silva Leite (350.583.268-50); Regiane Aparecida dos Santos Branquinho (034.437.349-52); Reginaldo Braga Barbosa (720.079.900-91); Reginaldo Rocha (843.533.847-91); Reiginaldo Cruz da Silva (131.518.797-30); Reinaldo Aparecido Alves de Andrade (002.925.998-38); Reinaldo Junio de Souza Rodrigues (409.211.278-55); Reinaldo Luiz dos Santos (780.163.475-68); Renan Bellini (418.602.008-69); Renan Carvalho do Nascimento (118.227.207-02).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6284/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.702/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Monteiro de Carvalho (029.289.871-18); Rodrigo Pereira da Costa (024.228.564-38); Rodrigo Pimenta de Souza Ribeiro (017.758.461-05); Rodrigo Silva Souza (066.739.045-69); Rodrigo Silva de Carli (506.720.530-04); Rodrigo Tadeu Soares Corral (213.604.948-80); Roger Sousa da Silva (111.516.297-74); Rogerio Costa (179.593.238-44); Rogerio Tadeu Baleki (035.341.378-09); Rogerio de Moraes Rodrigues (579.959.312-04); Rogerio de Souza Monteiro (957.329.421-49); Romulo Araujo Rodrigues (003.481.182-60); Romulo Diogo Poli (383.054.178-32); Ronaldo Colares Abecassis (949.092.532-20); Ronaldo Jose de Oliveira Junior (113.151.536-61); Ronaldo Pereira dos Santos (000.681.933-86); Ronaldo Reis dos Santos (885.855.491-49); Rondinei Machado Floro (032.415.779-70); Roniclei Alves Pereira (027.099.685-09); Ronivagner Pereira (021.285.769-03).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6285/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.706/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sueli Almeida dos Santos (020.713.015-95); Suellen Regina Araujo Batista Pereira (036.015.815-31); Tabta Joelia Freitas Andrade (040.212.675-06); Tailson Furtado Silva (949.249.702-63); Taina Oliveira Silva Reis (059.426.637-85); Tainara Vanessa Vaz (046.849.251-88); Taison Ferreira Costa (108.937.614-60); Tania Caroline Vilaca Silva (043.884.331-28); Tarcisio Dias dos Santos (022.823.785-80); Tassia Maria Pacheco Seida Nazareth (022.054.445-06); Tatiana Morgenstern Muniz (966.335.570-00); Tatiana Vianna Maia (124.450.997-30); Tatiana de Albuquerque Lopes (134.336.407-85); Tatiane Ornelas Jordao (086.225.189-30); Tatiane da Silva Lima (662.376.453-49); Tauam Fonseca Oliveira (777.946.485-72); Tayna Heron do Espirito Santo Ramos (039.049.755-01); Tercio Adriano Nelli Junior (433.101.608-07); Thais Fernanda Bernardes de Oliveira (104.863.226-10); Thais Regiani Oliveira (148.339.977-03).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6286/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.707/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thales Oton Leite Ribeiro (024.325.431-81); Thalisson Gomes Rocha (080.574.416-90); Thalita Correa de Araujo Amaral (123.045.806-96); Thamires Colares da Silva (057.399.073-57); Thamires Loran Dias Gama (039.832.873-01); Thamires Pires Lima (406.568.328-94); Thatiane Gomes Rocha (080.574.426-62); Thayane Caroline Santos Gomes (162.711.957-41); Thaynara Machado Monteiro (037.730.731-94); Thiago Augusto Teixeira de Araujo (041.532.374-69); Thiago Augusto dos Santos Ferreira (089.717.264-74); Thiago Cesar da Silva Mattos (141.778.847-07); Thiago Cordeiro Costa da Silva (012.820.862-78); Thiago Diniz Nascimento (004.163.541-81); Thiago Diniz de Araujo Pereira (167.761.217-70); Thiago Florencio da Silva (053.026.234-71); Thiago Henrique Niles (080.789.849-01); Thiago Henrique de Moura Oliveira (022.106.021-90); Thiago Jomori (004.991.521-58); Thiago da Costa de Souza (134.854.197-02).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6287/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.708/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Lopes Balbi (107.741.777-21); Thiago Lopes da Costa (960.757.242-49); Thiago Mendes Gualberto (607.225.753-43); Thiago Pereira dos Santos (045.789.815-17); Thiago William Galego Buque (033.685.531-19); Thyago Fernando de Almeida Silva (058.583.964-61); Tiago Gomes de Souza (064.874.893-60); Tiago da Paixao Santos (842.173.085-15); Tilara Goncalves Machado (086.584.919-60); Tomaz Vinicius Silva de Santana (096.991.674-40); Tome Braga Pinheiro (043.767.853-93); Tony Carlos Martins Barao (401.251.848-83); Tulio Henrique Gomes da Silva (122.688.516-05); Tulio Peres de Souza Silva (096.790.926-07); Ubiragib Corvello Pereira (324.835.540-91); Ugo Perez Cerqueira (008.584.905-79); Ursula Rodrigues Vieira de Souza (081.101.486-03); Vagner Pedroni (020.851.690-58); Valdete Maria Madrona de Carvalho (068.891.846-88); Valdiana Barbosa Sousa Germano (314.573.928-01).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6288/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.709/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valdinei Matos de Jesus (017.294.435-08); Valdirene Castro de Souza (951.220.102-00); Valgler Nieri dos Santos (367.910.628-94); Vanessa Athayde Grandolfo (023.219.891-81); Vanessa Barcelos Teixeira Vilela (094.988.577-09); Vanessa Dias Garcia (014.546.370-21); Vanessa Prianti (201.953.808-35); Vanessa Rodrigues Pereira (232.194.568-04); Vanessa da Silva Linhares (047.449.723-22); Vanildo Silva Celebrim (033.010.277-09); Vera Maria Stein (294.009.100-53); Verena Alves de Santana (017.891.375-86); Veronica Julia Pall (037.807.888-70); Victor Athie Pimentel (037.712.921-66); Victor Hugo Mello Ragaglia Gomes (092.877.827-41); Victor Piano Arnoni (388.075.448-90); Victor de Mattos Scromov (331.127.868-23); Vinicius Carlos Leite Tostes (782.541.836-00); Vinicius Junio de Oliveira (098.785.336-89); Vinicius Martins Fortes Copiano (417.815.728-01).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6289/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.986/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Tetsuo Ameku (386.190.048-32); Lucian Heitor Figueiredo de Miranda Tenorio (076.968.794-64); Mariana Rocha Guerra (013.403.485-60); Pedro Brasil de Carvalho Diehl (022.476.881-60); Ricardo Lee Namba (315.714.218-66); Rodrigo Costa Lovisi Brasil (014.024.191-47); Victor Alves de Oliveira (081.983.916-73); Victor Simenov Thome (028.166.731-46); Vitor Goncalves dos Santos (041.133.801-39); Viviane Campos de Oliveira Lima (045.453.906-17).
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6290/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.098/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Lopes Nunes (023.878.280-89).
1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6291/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.146/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Oliveira Marion (021.959.770-78); Nicacio Cesar Marques de Mendonca (294.147.339-49).
1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6292/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão de Flavia Buaes Rodrigues (043.251.939-44); e

b) considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos demais interessados.

1. Processo TC-023.105/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavia Buaes Rodrigues (043.251.939-44); Gustavo Felipe Pontes (388.270.338-58); Karla Tenorio Correia da Silva (253.980.238-96); Karolin Guesser (082.690.229-42); Marina Roque Thompson (101.490.987-23).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6293/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-003.546/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Madalena Nunes Dias (432.103.922-34).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6294/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-010.237/2012-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Mafalda Tardelli (906.803.326-34).
1.2. Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6295/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-011.323/2012-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Fernanda Soreano Jones (855.176.825-53); Universidade Federal da Bahia (15.180.714/0001-04).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6296/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-014.638/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Façanha (700.474.562-72).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6297/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-014.670/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Carmelita Elvira da Encarnação (183.397.431-04); Maria de Lourdes Dantas da Silva (309.798.897-15); Terezinha Francisca de Lima Costa (113.493.441-68).

1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6298/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-023.582/2010-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Djanira Maria dos Santos (118.729.265-68); Nilza Videira dos Santos (331.707.897-91).

1.2. Órgão: Ministério das Comunicações.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6299/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.585/2011-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Alzenir Davel Miana (708.820.537-87); Maria Cardoso Bastos (674.197.042-87).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do processo 0010165-15.2015.4.02.5101, em curso na 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

ACÓRDÃO Nº 6300/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item "e" do Acórdão 4.949/2018-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 29/5/2018 - Ordinária, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"e) (...).à Secretaria Especial da Agricultura e Pesca da Presidência da República. (...)."

Leia-se:

"e) (...).à Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República. (...)."

1. Processo TC-019.542/2014-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Flávio Bezerra da Silva (254.490.014-87); Henrique Gonçalves de Almeida (889.841.091-34); Mutsuo Asano Filho (380.673.313-91).

1.2. Órgão: Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6301/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno do TCU, e com o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)expedir quitação à Sra. Marifrança do Socorro Souza de Oliveira (427.568.202-53), diante do recolhimento integral do débito cominado pelo Acórdão 365/2015-TCU-2ª Câmara (peça 10);

b)encaminhar cópia da presente deliberação aos interessados arrolados nos autos; e

c)arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-001.579/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Marifrança do Socorro Souza de Oliveira (427.568.202-53).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará/PA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

1.6. Representação legal: Joel Ribeiro Veiga (OAB/PA 18.339) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6302/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno do TCU, e com o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

d)expedir quitação aos Srs. Marcus Aurelis Stier Serpe (CPF 316.810.859-68) e Paulo Roberto Ienzura Adriano (CPF 366.978.269-91), diante do recolhimento integral das multas que lhes foram aplicadas pelo Acórdão 13.581/2016-TCU-2ª Câmara (peça 245); e

e)encaminhar cópia da presente deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-005.420/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 009.975/2012-8 (Relatório de Auditoria).

1.2. Responsáveis: Alexandre Zanella (365.653.001-78); Marcus Aurelius Stier Serpe (316.810.859-68); Montalvao Siqueira e Construcoes Ltda (03.094.417/0001-59); Paulo Egídio Vieira (497.650.279-15); Paulo Roberto Ienzura Adriano (366.978.269-91).

1.3. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.7. Representação legal: Anderson Pinangé Silva (OAB/GO 20.679) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6303/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno/TCU, e com o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

f)expedir quitação a Izildinha de Souza Miranda (340.391.551-49), diante do recolhimento integral do débito e da multa que lhe foram aplicados pelo Acórdão 10.031/2015-TCU-2ª Câmara (peça 22), alterado pelo Acórdão 5.423/2017-TCU -2ª Câmara (peça 48) e pelo Acórdão 10.166/2017-TCU-2ª Câmara (peça 64);

g)encaminhar cópia da presente deliberação à responsável; e

h)arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-013.546/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Izildinha de Souza Miranda (340.391.551-49).

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

1.5. Representação legal: Luis Fellipe dos Santos Pereira (OAB/PA 19.222) e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6304/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 4.442/2018-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 8/5/2018 - Ordinária, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.2. (...) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (...)."

Leia-se:

"9.2. (...) o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (...)."

1. Processo TC-016.551/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Enilton Batista da Trindade (294.079.314-04).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Extremoz - RN.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6305/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.3 do Acórdão 1.306/2018-1ª Câmara (peça 108), mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê no Acórdão 1.306/2018-1ª Câmara (peça 108):

"9.3. (...) atualizado monetariamente desde a data da publicação deste acórdão (...)"

Leia-se:

"9.3. (...) atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão (...)"

1. Processo TC-018.663/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 015.223/2018-3 (Cobrança Executiva); 015.222/2018-7 (Cobrança Executiva); 015.221/2018-0 (Cobrança Executiva).

1.2. Responsáveis: Instituto Comunidade Participativa - ICP (06.271.751/0001-29) e Marco Fernandes Dias (504.843.971-68).

1.3. Órgão: Ministério do Turismo.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 18/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 6306/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, fazendo-se a determinação sugerida nos autos:

1. Processo TC-011.367/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Tarcisio Ferraz (184.260.006-06); Paulo Roberto Figueiredo Braccini (132.224.576-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que providencie a alteração nos atos Sisac correspondentes, no campo "SERVIDOR ACUMULA OUTRA APOSENTADORIA?", de "1-Sim" para "2-Nao".

ACÓRDÃO Nº 6307/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-016.379/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Fernandes Batista (019.866.515-68); Rosivaldo Muniz de Almeida (105.875.785-72).

1.2. Órgão: Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6308/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.390/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edson Kozan (286.688.559-72); Jose Maria Rufino da Mota (023.926.402-97); José de Fatima da Silva (067.810.551-00); João Malaquias de Brito (107.062.085-87); Leobino Nunes da Silva (068.028.501-68); Maria Rita Caetano Guimarães (421.377.723-53).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Meteorologia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6309/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-016.440/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Antonio da Costa Filho (131.476.844-15).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6310/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando a inconsistência identificada na análise do ato: data de publicação da homologação do concurso no Diário Oficial não informada;

Considerando que o parecer pela legalidade emitido pelo controle interno leva à presunção de que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados do Sisac;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, no art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-006.272/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Amanda Bonalume Cordeiro de Morais (134.542.997-56).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 6311/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-013.864/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Livia Coroline Amorum Aguiar (859.684.042-72); Lucia Cristina Gama de Andrade (137.723.412-68); Maik Barbosa Rodrighero (824.228.422-91); Marcia Angélica da Costa Salles (293.696.142-49); Marcos Antônio Nascimento de Bertoli (057.754.387-36); Marcus Vinicius Reis da Silva (011.990.632-58); Maria Doralice da Silva Bindi de Castro (315.861.472-34); Meire Carla Koniski (022.433.321-67); Natércia de Oliveira Gomes (803.922.531-00); Oduvaldo Couto Borges (006.826.205-13).

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6312/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, fazendo-se a determinação sugerida nos autos:

1. Processo TC-015.901/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Maria Joselma Rodrigues Silva (835.636.603-87).

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar a data de 18/6/2013.

ACÓRDÃO Nº 6313/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.214/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Franklin de Mendonca Nonato (649.158.402-04); Igor de Brito Silva (280.347.488-38); Koichiro Maeda (222.692.948-74); Luiz Guilherme da Silva Freire (471.560.821-91); Vitor Sousa Domingues (076.123.306-79).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6314/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-019.183/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aguinaldo Canela Karroro (001.079.443-32); Aguinaldo Viera Roka Kraho (048.002.581-97); Alessandro Tenharin (725.902.112-87); Alex Alain Albarado Alves (851.967.032-68); Anne Karoline Alves de Oliveira (015.105.241-77); Cristiane de Almeida Silva (611.278.845-49); Eliana Ribeiro Martins (380.639.562-49); Franciele Rossi Santiago Soller (055.011.979-52); Francisca Marcia da Silva (874.474.522-20); Lucas Fernando Cardoso Tino (380.936.688-96).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6315/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-019.187/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisca Cesar dos Santos (855.721.522-34); Harlen Ronald dos Santos Xavier (013.255.803-33); Jailson Valdemiro de Almeida (516.283.092-53); Jorlei Marciell Jose da Silva (014.179.461-56); Josias Farias Corecha (855.898.372-00); Lucas Britto Fernandes Feitosa (092.876.774-41); Maria Augusta Goncalves Maia da Silveira (042.362.041-00); Maria de Fatima Oliveira Andrade (025.020.813-00); Mario Celso Ferreira de Oliveira (001.628.435-69); Tiago Costa de Souza (099.070.567-66).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6316/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-007.764/2012-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Ana Ferreira Dias (842.486.450-68).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal (MD/CA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6317/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-016.613/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adelia Nobrega de Albuquerque (450.946.244-15); Geiza de Araújo Barros (018.944.774-56); Mateus Farias Bevenuto (702.182.104-26); Rosemilda Farias de Macedo (030.393.164-78).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6318/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias a seguir relacionadas:

1. Processo TC-023.680/2010-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Ivete Santos de Campos (254.243.359-34); Nahyr Dalagassa Ramos (359.348.679-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: Cristiane Maria Agnoletto (OAB/PR 23.698) e outros, representando Ivete Santos de Campos.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6319/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando as constatações da Secex-RR (peças 9-10), baseadas no relatório de auditoria da CGU/RR (peça 4), em decorrência das quais foi proposto o julgamento pela regularidade

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

com ressalva das contas dos responsáveis, com quitação, bem como a expedição de recomendações e ciências à unidade jurisdicionada.

Considerando que, das ressalvas apontadas, algumas delas se relacionam a falhas na operacionalização do Pronatec Bolsa-Formação, referentes ao pagamento de assistência estudantil e a aprovação nos cursos em relação a alunos sem frequência suficiente, conforme listas de presença e documentação obtida junto ao Senar/RR.

Considerando que o procedimento de controle de frequência no Pronatec Bolsa-Formação é feito diretamente no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), conforme sistemática estabelecida na Portaria MEC 817/2015.

Considerando que não foi relatada, pela CGU/RR, eventual irregularidade no lançamento das frequências realizado por intermédio do sistema Sistec.

Considerando que as falhas relacionadas à frequência no Pronatec Bolsa-Formação foram baseadas em poucos casos constatados, após a realização de amostragem, em relação à qual não há informação acerca da representatividade e da metodologia adotada, de modo que não são suficientes para se concluir se se trata de problema sistêmico, que atraia a necessidade de adoção de medida corretiva por parte do TCU.

Considerando que o Tribunal, mediante o Acórdão 1006/2016-TCU-Plenário, exarado no TC 024.329/2015-0, efetuou diversas determinações e recomendações à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, a quem compete monitorar e avaliar a realização dos cursos Pronatec Bolsa-Formação, conforme Portaria MEC 817/2015, as quais envolveram a adoção de medidas para correção de falhas sistêmicas identificadas no programa.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, 'a', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, em razão das impropriedades verificadas e dar quitação aos responsáveis, fazendo-se a recomendação e a ciência sugeridas.

Silvio Silvestre de Carvalho (CPF 193.859.351-00); Amanda Lia Ward Torquato (CPF 663.285.002-20); Herlene Pedrosa Silva (CPF 791.608.082-68); Etelvina Donaldo Melville (CPF 144.677.202-00); Rosa de Almeida Rodrigues (CPF 164.240.852-20); Fernanda dos Santos Rodrigues de Oliveira (CPF 838.701.132-00); Maria Alves da Silva (CPF 382.538.792-53) e Mansueto José César Lunardi (CPF 119.497.756-15):

- ausência de documentação necessária no ato da confirmação da matrícula dos beneficiários, que deveria levar à recusa da matrícula, conforme estabelece o Manual de Gestão do Bolsa-Formação;

- divergência nas informações acerca do atingimento de metas evidenciadas na comparação entre a documentação fornecida pela unidade jurisdicionada e os dados constantes do Relatório de Gestão;

- ausência de utilização dos indicadores de desempenho da gestão como ferramenta de monitoramento e tomada de decisões;

- impropriedades no sistema de controle interno, especificamente nos componentes de ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento; e

- falhas nos mecanismos de transparência e na estrutura e competência de cada repartição da superintendência.

1. Processo TC-032.568/2017-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Amanda Lia Ward Torquato (663.285.002-20); Etelvina Donaldo Melville (144.677.202-00); Fernanda dos Santos Rodrigues de Oliveira (838.701.132-00); Herlene Pedrosa Silva (791.608.082-68); Mansueto José César Lunardi (119.497.756-15); Maria Alves da Silva (382.538.792-53); Rosa de Almeida Rodrigues (164.240.852-20); Silvio Silvestre de Carvalho (193.859.351-00).

1.2. Entidade: Administração Regional do Senar no Estado de Roraima.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Roraima (Secex-RR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. recomendar à Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no estado de Roraima (Senar/RR) com fundamento no § 2º do art. 208 do Regimento Interno do TCU, que, se ainda não o fez, adote, em 180 (cento e oitenta) dias, as providências a seguir mencionadas:

1.7.1.1. implemente Planejamento Estratégico Institucional, baseada em risco, a fim de estabelecer objetivos e metas bem definidas e alinhadas com a missão do órgão;

1.7.1.2. formule Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, bem como o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, alinhados ao Planejamento Institucional a fim de estabelecer metas destinadas a garantir a infraestrutura de tecnologia da informação e a infraestrutura física apropriada às atividades da instituição e métodos avaliativos do efetivo cumprimento;

1.7.2. dar ciência à Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no estado de Roraima (Senar/RR) sobre as seguintes falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.7.2.1. ausência de documentação necessária no ato da confirmação da matrícula dos beneficiários, que deveria levar à recusa da matrícula, conforme estabelece o Manual de Gestão do Bolsa-Formação;

1.7.2.2. divergência nas informações acerca do atingimento de metas evidenciadas na comparação entre a documentação fornecida pela unidade jurisdicionada e os dados constantes do Relatório de Gestão;

1.7.2.3. ausência de utilização dos indicadores de desempenho da gestão como ferramenta de monitoramento e tomada de decisões;

1.7.2.4. impropriedades no sistema de controle interno, especificamente nos componentes de ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento;

1.7.2.5. falhas nos mecanismos de transparência e na estrutura e competência de cada repartição da superintendência;

1.7.2.6. inexistência de planejamento estratégico implementado e política de gestão de riscos capaz de garantir que os serviços sejam prestados com eficiência e eficácia necessária para o alcance dos objetivos da instituição; e

1.7.2.7. ausência de Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Plano Diretor de Tecnologia da Informação capaz de garantir a infraestrutura de tecnologia da informação e a infraestrutura física apropriada às atividades da instituição.

1.7.3. dar ciência à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação acerca da falha ocorrida no Senar/RR na operacionalização do programa Bolsa-Formação, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), relativa à ausência de documentação necessária no ato da confirmação da matrícula dos beneficiários, para a adoção das providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 6320/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, 'a ', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis:

1. Processo TC-035.107/2017-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Antonio Helder Arruda de Oliveira (878.722.003-25); Antônio Luiz Feitosa (509.732.828-00); Antônio Rodrigues de Amorim (163.496.443-87); Carlos Roberto Chagas de Andrade (233.233.293-68); Joao Nicedio Alves Nogueira (090.166.433-20); Joathan de Castro Machado (112.960.543-49); Jose Alberto de Almeida (059.819.053-87); Jose Aparecido dos Santos (054.591.843-04); José Arilo Carneiro Pereira (090.091.243-04); Leonardo Braga Ramalho (404.276.503-30); Robernylson Silva Oliveira (523.329.851-15).

1.2. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6321/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, 'a', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, em razão das impropriedades verificadas e dar quitação à responsável, e, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, regulares as demais, com quitação plena.

- Patrícia Gonçalves de Oliveira (021.707.804-40): (i) infringência ao princípio da segregação de funções; (ii) impropriedades nos processos seletivos para contratação de estagiários; (iii) contratação de pessoal com favorecimento de parentes de empregados; (iv) contratação de empresa pertencente a empregado do Senai/PB; (v) fracionamento de despesas com consultoria e assessoria contábil; (vi) ausência de justificativas para a contratação direta de instrutores; (vii) ausência de justificativas nas contratações de consultores; (viii) contratação reiterada de serviços de limpeza a pessoas físicas.

1. Processo TC-036.228/2016-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Cícero Nicácio do Nascimento Lopes (424.410.564-68); Denecler Rodrigues da Silva (690.323.434-91); Edvaldo José Caiçara (380.503.904-20); Fernando Luiz da Costa Araujo (190.902.004-44); Francisco de Assis Benevides Gadelha (041.813.874-53); José Aragão da Silva (479.372.204-06); Julio Cesar Victor Sarmento (918.357.804-82); Manoel Gonçalves dos Santos Neto (148.302.994-87); Marcos Henriques e Silva (673.930.554-49); Mauricio Clóvis de Almeida (003.343.914-15); Patricia Ventura de Castro Almeida (458.607.341-15); Patrícia Gonçalves de Oliveira (021.707.804-40); Péricles Felinto de Araújo (110.346.964-91); Rodolfo Ramalho Catão (047.508.554-05).

1.2. Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Paraíba (Secex-PB).

1.6. Representação legal: Marinalda Adjuto Leite e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado da Paraíba.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. determinar ao departamento regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado da Paraíba (Senai/PB) que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, apure as responsabilidades quanto às constatações tratadas nos subitens 1.1.1.1, 1.1.1.2, 1.1.1.4, 2.2.1.1 e 2.2.1.2 do relatório de auditoria anual de contas 201601817, produzido pela Controladoria Regional da União no Estado da Paraíba, que representaram afronta aos princípios da impessoalidade, da moralidade e da isonomia, inobservância ao Regulamento de Licitações e Contratos do Senai, bem como, no que tange às contratações de pessoal e estagiários, desatendimento às orientações constantes do Decreto Federal 7.203, de 4/6/2010 e da Súmula Vinculante 13, do Supremo Tribunal Federal (STF), informando ao Tribunal acerca dos resultados alcançados;

1.7.2. recomendar ao departamento regional do Senai no Estado da Paraíba (Senai/PB) que implemente, quanto possível, as oportunidades de melhoria reveladas quando do exame do relatório de gestão e das peças complementares, no que se refere (i) à especificação dos itens não aplicáveis à natureza da UPC; (ii) à apresentação do organograma da unidade; (iii) à clareza e à concisão dos textos sobre o orçamento e as ações da unidade no exercício; (iv) à completude das informações sobre suas despesas; (v) aos esclarecimentos sobre pontos específicos da gestão; e (vi) à juntada das peças complementares ao relatório de gestão;

1.7.3. dar ciência ao departamento regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado da Paraíba (Senai/PB) sobre as seguintes falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.7.3.1. ausência de inclusão, no rol de responsáveis pelas contas da unidade, dos membros do conselho regional, cujas atribuições envolvem a prática de atos de gestão, nos termos do art. 10 da IN-TCU 63/2010;

1.7.3.2. contratação de empresa pertencente a empregado do Senai/PB, por meio de dispensa de licitação com indícios de simulação de pesquisa de preços, identificada no Processo de Aquisição e Serviço 3067, em afronta ao disposto no art. 39 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senai, bem como aos princípios da impessoalidade e da moralidade;

1.7.3.3. fracionamento irregular de despesa resultando em dispensa indevida de licitação, somada à contratação de empresa pertencente a parente de dirigentes do Senai/PB, identificada no Contrato de Dispensa de Licitação 007/2014, em afronta ao disposto no artigo 6º do Regulamento de Licitações e Contratos, bem como aos princípios da impessoalidade, da moralidade e da competitividade;

1.7.3.4. inobservância ao disposto no item 9.2.3 do acórdão 699/2016-TCU-Plenário, que recomendou a todas as entidades do "Sistema S" que envidem esforços para a melhoria dos seus processos de controle, estudando a viabilidade da implantação de unidades de auditorias internas, sem perder de vista a autonomia regional de cada departamento, a fim de aprimorar a eficácia dos seus processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;

1.7.4. dar ciência à Controladoria-Geral da União na Paraíba de que, doravante, o rol de responsáveis pelas contas do Senai/PB deve contemplar os membros do conselho regional, porque suas atribuições envolvem a prática de atos de gestão;

1.7.5. determinar à Secex-PB que:

1.7.5.1. monitore a determinação dirigida ao Senai/PB no item 1.7.1. deste acórdão, representando ao relator em caso de descumprimento deliberado ou de inação da unidade jurisdicionada, dentro do prazo ali estabelecido;

1.7.5.2. verifique o cumprimento das determinações exaradas no acórdão 338/2013-TCU-Plenário por ocasião da análise dos processos de contas anuais do Senai/PB, conforme orientação expedida pelo Memorando-Circular Segecex 12/2013;

1.7.6. enviar cópia desta deliberação ao departamento regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado da Paraíba (Senai/PB).

ACÓRDÃO Nº 6322/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando a ausência de elementos que comprovem, seguramente, a suposta ocorrência de superfaturamento alegado e que motivou a instauração desta TCE;

Considerando o longo lapso de tempo já transcorrido - cerca de quatorze anos - entre suposto fato gerador de dano o que inviabilizaria uma atual pesquisa de preços por este Tribunal e o exercício pelo gestor público arrolado no processo dado direito ao contraditório e à ampla defesa;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 26

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ao responsável, ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e ao Ministério Público Federal, nesse último em referência à ação de improbidade administrativa 0017388-52.2009.4.01.4100.

1. Processo TC-000.747/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Carlos Alberto de Azevedo Camurça (042.701.262-72).

1.2. Entidade: Município de Porto Velho/RO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2.013) e outros, representando Carlos Alberto de Azevedo Camurça.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6323/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que compete precipuamente ao conselho federal de fiscalização de cada categoria profissional a apuração de irregularidades cometidas, com a consequente instauração da tomada de contas especial, consoante o art. 8º, caput, da Lei 8.443/1992;

Considerando os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 5), ao representante, fazendo-se a determinação sugerida nos autos.

1. Processo TC-000.116/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Eduardo Rezende Honda - Presidente do CRF/RO (532.886.701-78).

1.2. Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Conselho Federal de Farmácia (CFF), com fundamento no art. 250, II, do RI/TCU, que exerça sua função fiscalizatória primária com vistas à apuração de possíveis irregularidades cometidas pelos agentes a seguir, informando ao Tribunal sobre as conclusões da apuração no prazo de 180 (cento e oitenta) dias:

1.7.1.1. Sr. Eduardo Rezende Honda, ex-presidente do CRF/RO, por não ter ajuizado recurso contra decisão judicial que determinou o pagamento de salários vencidos ao Sr. Marcelo Chapagnat Gusmão Medeiros, ex-empregado do CRF/RO, referente a período em que o ex-empregado já ocupava emprego público em outra instituição;

1.7.1.2. Sr. Marcelo Chapagnat Gusmão Medeiros, ex-empregado do CRF/RO, por ter se beneficiado indevidamente com o recebimento de salários vencidos no CRF/RO em período em que já ocupava emprego público em outra instituição;

1.7.2. encaminhar cópia dos autos ao Conselho Federal de Farmácia (CFF), alertando-o que diante de fatos ensejadores de tomada de contas especial, a autoridade competente deve adotar, previamente à instauração do processo, medidas administrativas para a caracterização ou elisão do dano.

ACÓRDÃO Nº 6324/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que esta representação já foi conhecida por meio do acórdão 2392/2017/TCU-1ª Câmara; e

Considerando o exame realizado no âmbito do TC 022.832/2016-0 (denúncia) sobre as mesmas irregularidades informadas nestes autos pelo Ministério Público do Trabalho da 2ª Região - São Paulo;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar a presente representação improcedente, levantar o sobrestamento dos autos, encerrar o processo e apensar os autos ao TC 022.382/2016-0, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 11), ao representante e ao Conselho Regional de Educação Física (CREF4/SP).

1. Processo TC-028.701/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (MPT - 2ª Região)

1.2. Entidade: Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em São Paulo (Secex-SP).

1.6. Representação legal: Leandro Cintra Vilas Boas (OAB/SP 234.688), representando o Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6325/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que estes autos tratam de pagamentos de diárias, verbas de representação e jetons a conselho de fiscalização profissional nos termos que estabelece a Lei 11.000/2004;

Considerando que os questionamentos se relacionam a valores, condições e formas de pagamento, temas que estão sendo tratados no âmbito do TC 036.608/2016-5, com o intuito de firmar entendimento sobre a matéria;

Considerando que o que for estabelecido naqueles autos servirá de critério para balizar os eventuais procedimentos de ressarcimento ao erário aqui tratados;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV e na forma do art. 157, ambos do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação e sobrestar o processo.

1. Processo TC-031.594/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Conselho Regional de Química XIX Região (PB).

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Paraíba (Secex-PB).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

ACÓRDÃO Nº 6326/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o representante requereu pedido de ingresso nos autos como interessado, sem, contudo, demonstrar, de forma clara e objetiva, razão legítima para intervir no processo, conforme o disposto no art. 146, §§ 1º e 2º do RI/TCU;

Considerando que, de forma coincidente, o mesmo requerente ocupa o cargo de presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB-CF), posição que o permite intervir no processo na qualidade de titular da autarquia;

Considerando que o representante, quando na condição de presidente afastado da autarquia, relatou um conjunto de possíveis impropriedades e irregularidades ocorridas na gestão do presidente que o sucedeu, atraindo a atuação desta Corte de Contas, e, posteriormente, as considerou inexistentes, mesmo no período em que não ocupava mais a titularidade (item 30 da instrução);

Considerando a ausência de comprovação de despesas diversas (item 40 da instrução), retenções indevidas de valores (item 50 da instrução) e até recebimento de honorários por parte do presidente do Conselho Regional da Ordem dos Músicos de São Paulo (OMB-SP) (item 53 da instrução);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o requerimento de medida cautelar e o pedido de ingresso como interessado formulados pelo representante, expedir a determinação sugerida no parecer emitido nos autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 57), ao representante.

1. Processo TC-031.886/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Gerson Ferreira Tajes (148.377.198-99).

1.2. Entidades: Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil; Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil-SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.6. Representação legal: Giovanni Charles Paraizo (OAB/MG 105.420), representando Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil-SP e Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil; Hyago Sena Cardoso (OAB/DF 16.664-E) e outros, representando Gerson Ferreira Tajes.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil do Estado de São Paulo que, no prazo de 60 (sessenta dias), encaminhe relatório sobre a intervenção, contendo: irregularidades verificadas, quantificação de danos, procedimentos adotados para responsabilização e plano de ação para corrigir as falhas de controle que possam ter contribuído para as irregularidades e danos, definindo ações e respectivos prazos e responsáveis;

1.7.2. determinar ao Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB-CF) que, na condição de supervisor do sistema OMB, acompanhe as ocorrências identificadas na OMB-SP e esclareça, documentalmente, a comprovação das despesas a que se refere o item 40 da instrução;

1.7.3. dar ciência ao representante de que esta Corte de Contas não deve ser acionada para tratamento de fins estritamente privados, uma vez que as representações são instrumentos que comunicam irregularidades no uso de recursos públicos federais.

ACÓRDÃO Nº 6327/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 35), ao representante, fazendo-se as determinações e ciência sugeridas no parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-034.221/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira - Presidente do CRO/PB (071.080.014-20).

1.2. Entidade: Conselho Regional de Odontologia da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Paraíba (Secex-PB).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. determinar ao Conselho Regional de Odontologia da Paraíba, com fundamento no art. 250, II, do RI/TCU, que:

1.7.1.1. apure, em caráter conclusivo, no prazo de 90 (noventa) dias, se as viagens que acarretaram o pagamento de diárias aos Srs. Abraão Alves de Oliveira e Rodrigo Mendes de Souza, durante a gestão do primeiro como presidente do CRO/PB, estão vinculadas às finalidades institucionais do conselho, atendem ao interesse público e estão devidamente comprovadas;

1.7.1.2. apure, em caráter conclusivo, no prazo de 90 (noventa) dias, se as despesas com tráfego de dados nas faturas de telefonia celular associadas ao processo administrativo 43/2016, na linha telefônica utilizada pelo ex-presidente do conselho, estão vinculadas às finalidades institucionais da entidade;

1.7.1.3. adote, na forma prevista na IN TCU 71/2012, caso as apurações realizadas revelem atos caracterizados como ilegítimos, ilegais ou antieconômicos, dos quais tenha resultado dano ou prejuízo ao conselho, as medidas administrativas necessárias à recomposição dos cofres públicos, com a devida identificação dos responsáveis, observados o devido processo legal e os princípios do contraditório e da ampla defesa;

1.7.1.4. instaure, no caso de insucesso das providências no âmbito administrativo, processo de tomada de contas especial, nos termos art. 8º da Lei 8.443/1992; e

1.7.1.5. informe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, os resultados das apurações e das providências a que se referem as alíneas anteriores.

1.7.2. determinar à Secex/PB que realize oitiva do Conselho Federal de Odontologia (CFO) para esclarecer seu papel de supervisão e as medidas que vem adotando para coibir as ocorrências apontadas;

1.7.3. determinar à Secex/PB que monitore o cumprimento das determinações proferidas ao CRO/PB;

1.7.4. dar ciência à Secex/RS, na linha do que recomenda a Portaria-Segecex 13/2011, das impropriedades e irregularidades apontadas pelos auditores independentes ao analisarem os exercícios de 2015 e 2016 do CRO/PB, relatadas no tópico "informações adicionais", para avaliação da oportunidade e conveniência de incluí-las em processo de contas ou de tratá-las em processo autuado especificamente para a questão.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº 025.144/2015-4, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues. Votou o Relator.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 6328 a 6366, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 6328/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 000.793/2015-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Pipersom Locação de Som, Luz, Tenda e Palco Ltda. - ME (07.597.449/0001-28); Silvânia Maria dos Santos Munhoz (018.807.298-57).

4. Entidade: Município de Turiúba - SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: Marcio Antonio Mancilia (274.675/OAB-SP) e outros, representando Pipersom Locação de Som, Luz, Tenda e Palco Ltda. - ME.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Silvania Maria dos Santos Munhoz, ex-Prefeita Municipal de Turiúba/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 517/2008 (Siafi/Siconv 631615), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "25ª Festa do Peão de Boiadeiro e Exposição Agropecuária de Turiúba/SP";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Silvania Maria dos Santos Munhoz e Pipersom Locação de Som, Luz, Tenda e Palco Ltda. - ME e condená-las solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir,

atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)DATA DA OCORRÊNCIA
55.825,2428/8/2008

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Silvania Maria dos Santos Munhoz multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar à Pipersom Locação de Som, Luz, Tenda e Palco Ltda. - ME multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6328-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6329/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.188/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Sérgio Luiz de Mira (019.030.608-42).

4. Entidade: Município de Macaubal - SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Sérgio Luiz de Mira, ex-Prefeito Municipal de Macaubal/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 1453/2008 (Siafi/Siconv 701730), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "Realização da Noite Natalina";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Sérgio Luiz de Mira e condená-lo ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 100.000,0016/1/2009

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Sérgio Luiz de Mira multa no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e ao responsável.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6329-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6330/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.351/2017-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Inês Maria Correa de Arruda (261.745.103-87).

4. Entidade: Município de Caucaia/CE.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: Marcos De Araujo Cavalcanti (28560/OAB-DF) e outros, representando Inês Maria Correa de Arruda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em razão de irregularidades na aplicação dos recursos federais repassados para a execução do Piso Básico Fixo (PBF) no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no exercício de 2007,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Inês Maria Correa de Arruda e condená-la ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALORDATA
R$ 624,1915/01/2007
R$ 17.210,1015/01/2007
R$ 110,5027/02/2007
R$ 456,7308/03/2007
R$ 110,5012/09/2007
R$ 11.949,7512/12/2007

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Inês Maria Correa de Arruda multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e à responsável.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6330-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6331/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.424/2016-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Cicero Farias Silva (050.344.638-65); Copercill - Cooperativa de Trabalhos Múltiplos de Profissionais Autônomos (03.280.449/0001-49); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00).

4. Entidade: Copercill - Cooperativa de Trabalhos Múltiplos de Profissionais Autônomos (03.280.449/0001-49).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal:

8.1. Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (97.557/OAB-SP) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.

8.2. Vilma Costa (368.778/OAB-SP) e outros, representando Copercill - Cooperativa de Trabalhos Múltiplos de Profissionais Autônomos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de irregularidades na execução do Convênio Sert/Sine 163/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Copercill - Cooperativa de Trabalhos Múltiplos de Profissionais Autônomos, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao Estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 48/2004-Sert/SP, que tinha por objeto cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00), Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), Cicero Farias Silva (CPF 050.344.638-65) e Copercill - Cooperativa de Trabalhos Múltiplos de Profissionais Autônomos (CNPJ 03.280.449/0001-49), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito na forma a seguir especificada, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Responsáveis: Cicero Farias Silva (CPF 050.344.638-65) e Copercill - Cooperativa de Trabalhos Múltiplos de Profissionais Autônomos (CNPJ 03.280.449/0001-49):

Valor original (R$)Data da ocorrência
15.008,81 (D)4/1/2005
325,94 (C)13/6/2005
76,04 (C)14/12/2005

Responsáveis: Cicero Farias Silva (CPF 050.344.638-65), Copercill - Cooperativa de Trabalhos Múltiplos de Profissionais Autônomos (CNPJ 03.280.449/0001-49), Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00) e Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor original (R$)Data da ocorrência
59.007,234/3/2005

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os acréscimos legais, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6331-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6332/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.433/2013-9.

1.1. Apenso: 002.008/2012-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: André de Quadros (605.358.220-49); Elio Pagliarini (158.476.160-15); Ibanez Victor de Quadros (104.172.900-63); José Enoir Cervo (590.941.500-00); Paulo Cesar de Quadros (378.746.670-34); Paulo Roberto Sebastiani (307.482.240-68); Rozalina Helena de Quadros (595.885.430-53); Valdemar Alves de Oliveira (275.864.130-53).

4. Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque - RS e Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi (01.869.822/0001-76).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal:

8.1. Marcia Kuhn (95669/OAB-RS), representando José Enoir Cervo.

8.2. Rubem Ney Leal Argiles (41766/OAB-RS), representando Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial originada de conversão de processo de representação da Controladoria-Geral da União, por força do Acórdão 1.881/2013 - TCU - 1ª Câmara, acerca de irregularidades na aplicação de recursos do Ministério das Cidades, no âmbito Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) no município de Não-Me-Toque, entre 2005 e 2006;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, Elio Pagliarini (158.476.160-15) e Paulo César de Quadros (378.746.670-34), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir Ibanez Victor de Quadros (104.172.900-63) do rol de responsáveis do presente processo;

9.3. sobrestar o julgamento das contas de André de Quadros (605.358.220-49) até que se conclua o parcelamento autorizado pelo Acórdão 3.702/2015-1ª Câmara;

9.4. julgar irregulares as contas de Valdemar Alves de Oliveira (275.864.130-53), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)DATA DA OCORRÊNCIA
311,5826/12/2003
1.487,4519/8/2005
6.054,5322/3/2006
818,1810/5/2006
6.000,0015/5/2007

9.5. aplicar a Valdemar Alves de Oliveira (275.864.130-53) multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) , com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. julgar irregulares as contas de Paulo César de Quadros (378.746.670-34), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 22/3/2006 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. aplicar a Paulo César de Quadros (378.746.670-34) multa no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. julgar irregulares as contas de Elio Pagliarini (158.476.160-15), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 2/8/2005 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.9. aplicar a Elio Pagliarini (158.476.160-15) multa no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) , com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.10. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.11. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.12. julgar regulares as contas de José Enoir Cervo (590.941.500-00), Paulo Roberto Sebastiani (307.482.240-68) e Rozalina Helena de Quadros (595.885.430-53), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17 e 23, inciso I, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 207, e 214, inciso I, do Regimento Interno, expedindo-lhes quitação plena;

9.13. encaminhar cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.14. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério das Cidades, à Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de Vereadores de Não-Me-Toque (RS), à Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi (Crehnor), ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6332-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6333/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.486/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00); João Manoel dos Santos (099.925.886-91); Saaep - Sindicato dos Auxiliares em Administrar Escolas de Piracicaba/SP (56.979.545/0001-46).

4. Entidade: Saaep - Sindicato dos Auxiliares em Administrar Escolas de Piracicaba/SP (56.979.545/0001-46).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal:

8.1. Cassio Telles Ferreira Netto (107.509/OAB-SP) e outros, representando Saaep - Sindicato dos Auxiliares em Administrar Escolas de Piracicaba/SP e João Manoel dos Santos;

8.2. Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (97.557/OAB-SP) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de irregularidades na execução do Convênio Sert/Sine 101/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Sindicato dos Auxiliares em Administrar Escolas de Piracicaba - Saaep, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao Estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 48/2004-Sert/SP, que tinha por objeto cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sindicato dos Auxiliares em Administrar Escolas de Piracicaba - Saaep (CNPJ 56.979.545/0001-46), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" , "c" e "d", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II, III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00), Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), João Manoel dos Santos (CPF 099.925.886-91) e Sindicato dos Auxiliares em Administrar Escolas de Piracicaba - Saaep (CNPJ 56.979.545/0001-46), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito na forma a seguir especificada, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Responsáveis: João Manoel dos Santos (CPF 099.925.886-91) e Sindicato dos Auxiliares em Administrar Escolas de Piracicaba - Saaep (CNPJ 56.979.545/0001-46):

Valor original (R$)Data da ocorrência
27.756,0023/11/2004

Responsáveis: João Manoel dos Santos (CPF 099.925.886-91), Sindicato dos Auxiliares em Administrar Escolas de Piracicaba - Saaep (CNPJ 56.979.545/0001-46), Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00) e Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91);

Valor original (R$)Data da ocorrência
76.329,0008/12/2004
34.695,0028/1/2005

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os acréscimos legais, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6333-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6334/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.564/2009-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrente:

3.2. Responsáveis: Jomar Fernandes Pereira Filho (125.680.233-68); Marcus Robertson Scarpa (028.363.647-50); e Muito Especial (04.887.441/0001-08).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.3. Recorrente: Marcus Robertson Scarpa (028.363.647-50).

4. Entidade: Município de Imperatriz/MA.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

8. Representação legal:

8.1. Maria Camilla Coura Freire (CPF 069.197.614-75), representando Marcus Robertson Scarpa.

8.2. Antônio Carlos de Almeida Castro (4.107/OAB-DF) e outros, representando Muito Especial.

8.3. Terezinha das Neves Pereira Fernandes (CPF 103.442.093-34), representando Jomar Fernandes Pereira Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Marcus Robertson Scarpa contra o Acórdão 2.791/2016-TCU-Primeira Câmara, que julgou irregulares suas contas com condenação em débito e multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração e dar-lhe provimento parcial para reduzir de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para R$ 4.000,00 (quatro mil reais) o valor da multa aplicada a Marcus Robertson Scarpa por meio do item 9.4 do Acórdão 2.791/2016-TCU-Primeira Câmara, mantendo-se inalteradas as multas imputadas aos demais responsáveis;

9.2. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, ao Ministério do Desenvolvimento Social e à Procuradoria da República no Maranhão.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6334-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6335/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.643/2013-4.

1.1. Apenso: 024.836/2017-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Floriano Pastore Júnior (085.424.651-72).

4. Entidade: Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração (Fepad).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal:

8.1. Airton Rocha Nobrega (OAB/DF 5.369) e outros, representando Floriano Pastore Júnior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Floriano Pastore Júnior contra o Acórdão 909/2018-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal decidiu não conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelo embargante e por Claudio de Moraes Machado contra o Acórdão 4.210/2017-TCU-1ª Câmara, por serem intempestivos e não apresentarem fatos novos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e dar parcial provimento aos presentes embargos de declaração, tão somente para esclarecer o que se segue, mantendo-se inalterada a parte dispositiva do Acórdão 909/2018-TCU-1ª Câmara:

9.1.1. não cabe ao relator do recurso flexibilizar o termo inicial para a contagem do prazo recursal;

9.1.2. as únicas circunstancias do caso concreto capazes de ensejar o conhecimento de recuso de reconsideração intempestivo são as que caracterizam a superveniência de fatos novos, conforme o art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6335-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6336/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.935/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Congresso Nacional Afro-brasileiro de São Paulo - SP (00.898.019/0001-05); Eduardo Ferreira de Oliveira (118.819.258-20).

4. Entidade: Congresso Nacional Afro-brasileiro de São Paulo - SP (00.898.019/0001-05).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura, em razão de irregularidades na documentação exigida para a prestação de contas do convênio 185/2007 (Siafi 620786), que tinha por objeto a impressão e distribuição de 4.800 exemplares do livro "Quem é Quem na Negritude Brasileira",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel para todos os efeitos o herdeiro de Eduardo Ferreira de Oliveira, Carlos Eduardo Ferreira de Oliveira, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Eduardo Ferreira de Oliveira (falecido) e Congresso Nacional Afro-brasileiro de São Paulo, e condenar o herdeiro legal do ex-gestor, Carlos Eduardo Ferreira de Oliveira, até o limite do valor do patrimônio transferido, solidariamente com a referida entidade, ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Valor (R$)Data
96.000,006/3/2008Débito
714,4221/12/2016Crédito
92,5621/12/2016Crédito

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar ao Congresso Nacional Afro-brasileiro de São Paulo multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e à Procuradoria da República em São Paulo.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6336-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6337/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.123/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Aparecido Bispo (069.589.788-89); Guilherme Cyrino Carvalho (210.515.198-10); Marcelo Dantas (285.018.678-37); Raimundo Pires Silva (CPF 022.766.778-64); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina (43.542.513/0001-37).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Wesley Antero da Silva (OAB-SP 120.168), representando Marcelo Dantas e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina;

8.2. Waldemir Aparecido Soares Junior (OAB-SP 279.702), representando Aparecido Bispo.

8.3. Vinicius Diniz Moreira (290.369/OAB-SP) e outros, representando Guilherme Cyrino Carvalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - Superintendência Regional de São Paulo (SR 08), em razão de irregularidades nos convênios 38.000/2007 (Siafi 595111) e 37.000/2007 (Siafi 595112), celebrados com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina (STRA);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Raimundo Pires Silva e Aparecido Bispo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443, de 1992;

9.2. excluir Guilherme Cyrino Carvalho da presente relação processual;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina e de Marcelo Dantas e Aparecido Bispo, condenando-os, solidariamente, ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora calculados desde as datas de ocorrência indicadas até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.3.1. débito relativo ao convênio 38.000/2007:

Data-baseNaturezaValor original (R$)Responsáveis solidários
14/11/2007Débito34.879,50STRA e Marcelo Dantas
14/11/2007Débito12.028,00STRA e Aparecido Bispo
16/9/2008Débito50.000,00STRA e Aparecido Bispo
30/9/2008Débito100.000,00STRA e Aparecido Bispo
28/12/2009Crédito4.928,48STRA e Aparecido Bispo

9.3.2. débito relativo ao convênio 37.000/2007:

Data-baseNaturezaValor original (R$)Responsáveis solidários
16/11/2007Débito29.788,11STRA e Marcelo Dantas
16/11/2007Débito70.211,89STRA e Aparecido Bispo
28/10/2008Crédito 497,24STRA e Aparecido Bispo

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente, multa ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, no valor de R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais), a Marcelo Dantas, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), e a Aparecido Bispo, no valor de R$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, aplicar multa a Raimundo Pires Silva, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.6. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.7. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.8. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.9. dar ciência deste acórdão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - Superintendência Regional de São Paulo (SR 08) e aos responsáveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6337-21/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6338/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.567/2015-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de Reconsideração)
3. Responsável/Recorrente: Antônio Edson de Melo (150.658.044-00).
4. Entidade: Município de Itaú - RN.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).
8. Representação legal: Fernando de Araujo Jales Costa (4.602/OAB-RN) e outros, representando Antônio Edson de Melo.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Antônio Edson de Melo contra o Acórdão 2.164/2018-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal conheceu e negou provimento a recurso de reconsideração contra o Acórdão 1.447/2017-Primeira Câmara, que julgou irregulares as contas da responsável, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, mantendo-se inalterado o Acórdão 2.164/2018-TCU-Primeira Câmara;
9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.
10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6338-21/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6339/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 019.625/2015-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Marcio Rigotto (051.671.718-90).
4. Entidade: Município de Balbinos - SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).
8. Representação legal: Youssif Ibrahim Junior (OAB/SP 184.527)
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de José Márcio Rigotto, ex-Prefeito Municipal de Balbinos/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 959/2010 (Siafi/Siconv 739368), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "1ª Festa do Peão de Balbinos";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária de Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de José Márcio Rigotto e condená-lo ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 100.000,00 (D)9/12/2010
R$ 1.339,04 (C)2/4/2013

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a José Márcio Rigotto multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e ao responsável.
10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6339-21/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6340/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.206/2016-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Associação Esporte Abraça Campinas (07.675.908/0001-44); João Batista Andreotti Gomes Tojal (268.838.058-34).
4. Entidade: Associação Esporte Abraça Campinas (07.675.908/0001-44).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
8. Representação legal:
8.1. Marilda Izique Chebabi (OAB-SP 24.902) e outros, representando João Batista Andreotti Gomes Tojal.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte em desfavor da Associação Esporte Abraça Campinas e de João Batista Andreotti Gomes Tojal, seu presidente, em razão da impugnação parcial das despesas do convênio 750.956/2010, que tinha por objeto proporcionar práticas esportivas a 1.000 crianças e adolescentes na cidade de Campinas-SP, no âmbito do Programa Segundo Tempo,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Associação Esporte Abraça Campinas e de João Batista Andreotti Gomes Tojal, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

DATAVALOR HISTÓRICO (R$)D/C
1º/7/2011181.500,00D
9/11/201286.702,71C

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar individualmente à Associação Esporte Abraça Campinas e a João Batista Andreotti Gomes Tojal multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Esporte e aos responsáveis.
10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6340-21/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6341/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.346/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Tereza Cristina Sodré dos Reis (263.256.837-49).
4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: José Vigilato da Cunha Neto (OAB-DF 1.475) e outros, representando Tereza Cristina Sodré dos Reis.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina aposentadoria instituída no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Tereza Cristina Sodré dos Reis (263.256.837-49), negando o registro aos atos correspondentes;
9.2. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada;
9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:
9.3.1. caso não ocorra retorno à atividade da ora interessada, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado transcorridos 120 (cento e vinte) dias após sua notificação;
9.3.2. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pela interessada com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;
9.3.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no subitem anterior;
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
9.5. dar ciência deste acórdão à interessada e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6341-21/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6342/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.744/2015-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Antônio Fernandes dos Santos Neto (610.445.808-44); Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00); Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (55.537.666/0001-75).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Entidade: Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (55.537.666/0001-75).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal:

8.1. Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (97.557/OAB-SP) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.

8.2. Nircles Monticelli Breda (26.114/OAB-SP) e outros, representando Antônio Fernandes dos Santos Neto e Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de irregularidades na execução do Convênio Sert/Sine 93/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao Estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 48/2004-Sert/SP, que tinha por objeto cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b", "c" e "d", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II, III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00), Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), Antônio Fernandes dos Santos Neto (CPF 610.445.808-44) e Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (CNPJ 55.537.666/0001-75), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito na forma a seguir especificada, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Responsáveis: Antônio Fernandes dos Santos Neto (CPF 610.445.808-44) e Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (CNPJ 55.537.666/0001-75):

Valor original (R$)Data da ocorrência

29.914,8016/11/2004

Responsáveis: Antônio Fernandes dos Santos Neto (CPF 610.445.808-44), Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (CNPJ 55.537.666/0001-75), Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00) e Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91);

Valor original (R$)Data da ocorrência

82.265,7029/11/2004

37.393,5010/2/2005

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os acréscimos legais, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6342-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6343/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.854/2016-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Luiz Felipe Carneiro da Cruz (041.640.325-53); Rafael Sanches Neto (035.337.358-34).

4. Entidade: Fundação Instituto de Hospitalidade (02.490.190/0001-06).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: Eduardo Szazi (37598/OAB-PR), representando Luiz Felipe Carneiro da Cruz e Rafael Sanches Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em virtude da impugnação parcial das despesas relativas aos recursos transferidos por força do convênio 01.05.0681.00 (Siafi 529419), que tinha por objeto a execução do projeto intitulado "Insumos Tecnológicos para Programas de Avaliação da Conformidade de Pessoas para o Setor de Turismo",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Luiz Felipe Carneiro da Cruz (041.640.325-53) e Rafael Sanches Neto (035.337.358-34);

9.2. dar ciência deste acórdão à empresa pública federal Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e aos responsáveis.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6343-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6344/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 031.808/2013-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Joel de Souza Neiva (024.905.955-04).

4. Entidade: Município de Conceição do Almeida - BA.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Renata Silva Alves (35.288/OAB-BA) e outros, representando Joel de Souza Neiva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Joel de Souza Neiva contra o Acórdão 3.221/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito de R$ 80.000,00 e aplicou-lhe multa de R$ 43.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 3.221/2017-TCU-1ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6344-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6345/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.133/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Central de Forças Comunitárias (04.728.117/0001-47); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00); Gilmar Vieira Borges (151.199.238-79).

4. Entidade: Central de Forças Comunitárias (04.728.117/0001-47).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal:

8.1. Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (97.557/OAB-SP) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de irregularidades na execução do Convênio Sert/Sine 129/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Central de Forças Comunitárias, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao Estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 48/2004-Sert/SP, que tinha por objeto a cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Gilmar Vieira Borges (CPF 151.199.238-79) e Central de Forças Comunitárias (CNPJ 04.728.117/0001-47), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b", "c" e "d", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II, III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00), Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), Gilmar Vieira Borges (CPF 151.199.238-79) e Central de Forças Comunitárias (CNPJ 04.728.117/0001-47), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito na forma a seguir especificada, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Responsáveis: Gilmar Vieira Borges (CPF 151.199.238-79) e Central de Forças Comunitárias (CNPJ 04.728.117/0001-47)

Valor original (R$)Data da ocorrência

15.008,808/12/2004

Responsáveis: Gilmar Vieira Borges (CPF 151.199.238-79), Central de Forças Comunitárias (CNPJ 04.728.117/0001-47), Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00) e Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91);

Valor original (R$)Data da ocorrência

41.274,2014/1/2005

18.761,002/3/2005

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os acréscimos legais, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6345-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6346/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.663/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas (exercício de 2015)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Maria das Dores de Araújo (219.937.774-15); Neidja Torres de Araújo (112.268.384-72); Roberto Natal Silva Saorim (042.514.648-00).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba (NEMS/PB) relativa ao exercício de 2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares as contas de Maria das Dores de Araújo (219.937.774-15), dando-lhe quitação plena;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares com ressalva as contas de Neidja Torres de Araújo (112.268.384-72), Roberto Natal Silva Saorim (042.514.648-00), Sérgio Flávio Cavalcanti Fagundes e Edna Maria de Souza Oliveira, dando-lhes quitação;

9.3. determinar à Chefe do Serviço de Gestão Administrativa do NEMS/PB, ou a quem lhe haja sucedido, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:

9.3.1. estabeleça, no prazo de 60 dias, metas e indicadores de desempenho para sua unidade de modo que se torne possível mensurar anualmente sua eficiência, eficácia e efetividade;

9.3.2. faça cessar, no prazo de 60 dias, contados a partir da ciência desta deliberação, respeitando o contraditório e a ampla defesa, os pagamentos realizados em favor de servidores ativos e inativos das parcelas sob a rubrica 'DIFERENÇA INDIVIDUAL L. 12998', ou outra associada ao antigo Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS, que já deveriam ter sido absorvidas pelas estruturas remuneratórias das carreiras estabelecidas pelas Leis 11.355/2006 e 11.784/2008;

9.4. determinar aos Chefes da Divisão de Convênios, da Seção de Fomento e Cooperação Técnica e do Serviço de Auditoria (SEAUD), ou a quem lhes haja sucedido, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que estabeleçam, no prazo de 60 dias, metas e indicadores de desempenho para suas unidades de modo que se torne possível mensurar anualmente eficiência, eficácia e efetividade;

9.5. determinar ao NEMS/PB comunique ao Tribunal, no prazo de 90 dias, a contar deste acórdão, as providências adotadas.

9.6. determinar à Secex/PB, com fundamento no art. 2º da Portaria-Segecex 103/2011, que monitore o cumprimento das determinações acima.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6346-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6347/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.725/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Admilson de Menezes (068.112.801-15); Marina Ferreira do Prado e Melo (098.526.541-87); Milton Cordeiro da Silva (065.004.982-91).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Admilson de Menezes (068.112.801-15); Marina Ferreira do Prado e Melo (098.526.541-87) e Milton Cordeiro da Silva (065.004.982-91), negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados;

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, informe os interessados que poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.3.2. caso não ocorra retorno à atividade dos ora interessados, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após suas notificações;

9.3.3. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.3.4. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no subitem anterior;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão aos interessados e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6347-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6348/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.153/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Cirio Alves Siqueira (155.349.361-34); Claiton Pimentel (042.087.498-49); Cleomilda Maria Gomes Cadaxa (290.038.811-20); Deize dos Santos Mangabeira (244.272.681-53); Deoclecio Britto Hagel (055.178.770-87).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Cirio Alves Siqueira (155.349.361-34); Claiton Pimentel (042.087.498-49); Cleomilda Maria Gomes Cadaxa (290.038.811-20); Deize dos Santos Mangabeira (244.272.681-53) e Deoclecio Britto Hagel (055.178.770-87), negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.2.1. adote as medidas cabíveis a fim de repor ao erário os valores indevidamente recebidos pelos interessados a título de vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992 após 25/2/2014, por terem sido pagos em desacordo com o provimento obtido nos autos do Mandado de Segurança 18381.85.2014.4.01.3400;

9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, notifique os interessados acerca desta decisão e os informe que poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.2.3. na hipótese de os interessados optarem por retornar à atividade, promova a imediata exclusão da vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992, caso ainda não o tenha feito;

9.2.4. caso não ocorra retorno à atividade dos ora interessados, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após suas notificações;

9.2.5. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.2.6. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.2.7. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no subitem anterior;

9.3. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, exceto em relação aos valores de que trata o subitem 9.2.1 supra;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6348-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6349/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.154/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Dirlei Ramos da Silva (349.492.160-15); Domingos Marques Junior (439.885.477-00); Edinilza Vieira da Silva (058.413.303-06); Eliza Maria Luna da Costa (084.514.001-91); Fernando Ouriques de Vasconcelos (046.474.831-34).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Dirlei Ramos da Silva (349.492.160-15); Domingos Marques Junior (439.885.477-00); Edinilza Vieira da Silva (058.413.303-06); Eliza Maria Luna da Costa (084.514.001-91) e Fernando Ouriques de Vasconcelos (046.474.831-34), negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.2.1. adote as medidas cabíveis a fim de repor ao erário os valores indevidamente recebidos pelos interessados a título de vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992 após 25/2/2014, por terem sido pagos em desacordo com o provimento obtido nos autos do Mandado de Segurança 18381.85.2014.4.01.3400;

9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, notifique os interessados acerca desta decisão e os informe que poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.2.3. na hipótese de os interessados optarem por retornar à atividade, promova a imediata exclusão da vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992, caso ainda não o tenha feito;

9.2.4. caso não ocorra retorno à atividade dos ora interessados, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após suas notificações;

9.2.5. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.2.6. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.2.7. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no subitem anterior;

9.3. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, exceto em relação aos valores de que trata o subitem 9.2.1 supra;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6349-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6350/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.156/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Januario Elcio Lourenço (001.974.591-53); José Augusto Monteiro Esteves (003.404.801-49); Lorena das Graças Lins Silveira (244.878.481-72); Luciana Pereira de Paula Rodrigues (679.763.957-34); Nelio Rocha (209.776.207-78).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Januario Elcio Lourenço (001.974.591-53); José Augusto Monteiro Esteves (003.404.801-49); Lorena das Graças Lins Silveira (244.878.481-72); Luciana Pereira de Paula Rodrigues (679.763.957-34) e Nelio Rocha (209.776.207-78), negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.2.1. adote as medidas cabíveis a fim de repor ao erário os valores indevidamente recebidos pelos interessados a título de vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992 após 25/2/2014, por terem sido pagos em desacordo com o provimento obtido nos autos do Mandado de Segurança 18381.85.2014.4.01.3400;

9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, notifique os interessados acerca desta decisão e os informe que poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.2.3. na hipótese de os interessados optarem por retornar à atividade, promova a imediata exclusão da vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992, caso ainda não o tenha feito;

9.2.4. caso não ocorra retorno à atividade dos ora interessados, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após suas notificações;

9.2.5. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.2.6. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.2.7. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no subitem anterior;

9.3. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, exceto em relação aos valores de que trata o subitem 9.2.1 supra;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6350-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6351/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.183/2012-5.

1.1. Apenso: 014.145/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas - 2011).

3. Recorrente: José Inácio da Silva Filho (239.129.281-34).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins - Suest/TO.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

8. Representação legal: Marisvaldo Paiva de Menezes (OAB/DF 29.518), representando José Inácio da Silva Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por interposto por José Inácio da Silva Filho em face do Acórdão 5.544/2015-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas e aplicou-lhe multa, em razão de irregularidades identificadas na prestação de contas da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Tocantins (Funasa/Suest-TO), referente ao exercício financeiro 2011,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e dar parcial provimento ao presente recurso de reconsideração, para reformar o Acórdão 5.544/2015-TCU-Primeira Câmara, de modo a reduzir o valor da multa imputada ao recorrente, de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para R$ 16.600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais), mantendo-se, no mais, inalterada a referida deliberação;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6351-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6352/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.848/2018-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessada: Gecy dos Santos Aquino (618.227.367-49).

4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil concedida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de interesse da sra. Gecy dos Santos Aquino, ordenando seu registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio de Janeiro, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. emita e disponibilize no sistema e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias, ato de alteração da pensão instituída pelo ex-servidor Cyrillo dos Santos Aquino, incluindo no fundamento legal da concessão a Emenda Constitucional 70/2012 e, dessa forma, conferindo aos proventos paridade com a remuneração dos servidores em atividade;

9.2.2. na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) nos autos do Mandado de Segurança 35.498, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar o pagamento à sra. Gecy dos Santos Aquino do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à sra. Gecy dos Santos Aquino;

9.2.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6352-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6353/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.717/2012-1.

1.1. Apenso: 014.789/2014-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71); Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul (00.394.544/0194-47)

3.2. Responsável: Associação Beneficente de Canoas (88.314.133/0001-83)

3.3. Recorrente: Associação Beneficente de Canoas (88.314.133/0001-83).

4. Órgão/Entidade: Associação Beneficente de Canoas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

8. Representação legal:

8.1. Mario Abilio Jaeger Neto (34.048/OAB-RS) e outros, representando Associação Beneficente de Canoas.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 9299/2017 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez que foram preenchidos os requisitos específicos de admissibilidade previstos pelo art. 34, caput, § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6353-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6354/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.827/2009-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: João Soares Lyra Neto (003.956.924-15)

3.2. Recorrente: João Soares Lyra Neto (003.956.924-15).

4. Entidades: Município de Caruaru/PE e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

8. Representação legal: Antônio Ricardo Accioly Campos (OAB/PE 12.310), Pedro Henrique de Oliveira Bezerra (OAB/PE 23.140) e outros, representando João Soares Lyra Neto.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por João Soares Lyra Neto ao Acórdão 9639/2017-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos, com fundamento no art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. alertar ao embargante que a oposição de novos embargos de declaração, em caráter meramente protelatório, implicará no recebimento de futuras impugnações a esse título como simples petição, conforme art. 287, § 6º, do Regimento Interno do TCU, sem efeito suspensivo; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Fundação Nacional de Saúde, ao Município de Caruaru/PE e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6354-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6355/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.882/2014-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Cristiano Dutra Vale (330.964.732-34); Luís Alfredo Amin Fernandes (067.542.102-06).

4. Entidade: Município de Viseu - PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8. Representação legal:

8.1. Brenda da Silva Assis Araújo (OAB/PA 15.692), representando Cristiano Dutra Vale.

8.2. Nicholas Alexandre Campolungo (OAB/PA 6.700), representando Luís Alfredo Amin Fernandes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Luís Alfredo Amin Fernandes, ex-prefeito de Viseu/PA, mandato 2005-2008, em razão da impugnação total de despesas do Programa Brasil Alfabetizado (Bralf), exercício 2007 (Bralf/2007), e da não apresentação da prestação de contas do Bralf/2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do sr. Luís Alfredo Amin Fernandes (067.542.102-06), ex-prefeito do município de Viseu/PA, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e 214, inciso III, do RI/TCU;

9.2. condenar o responsável mencionado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove perante este Tribunal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

VALOR ORIGINAL (R$)DATA DA OCORRÊNCIA
14.380,003/12/2007
22.895,0026/12/2007

9.3. aplicar ao sr. Luís Alfredo Amin Fernandes (067.542.102-06) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data do acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. arquivar o presente processo em relação ao sr. Cristiano Dutra Vale (330.964.732-34), sem cancelamento do débito de R$ 17.863,28 (data de referência: 11/5/2017), cujo pagamento continuará obrigado o referido responsável, para que lhe possa ser dada quitação, nos termos do art. 213 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 19, caput, da IN/TCU 71/2012;

9.7. dar ciência ao FNDE acerca do recolhimento efetuado pelo Município de Viseu/PA, no valor de R$ 71.893,98, relativo ao saldo não utilizado dos recursos do Bralf/2008 e do Bralf/2009, acrescido de rendimentos financeiros, existente na conta de aplicação financeira vinculada à conta específica do Bralf na data de 19/5/2017, encaminhando-lhe cópia dos documentos à peça 44, p. 10-23, para a inscrição da responsabilidade do sr. Cristiano Dutra Vale pelo débito de R$ 17.863,28 (data de referência: 11/5/2017).;

9.8. dar ciência ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará acerca do recolhimento efetuado em 11/5/2017, ao FNDE, da quantia de R$ 45.463,01, com recursos do Município de Viseu/PA, referente a débito de responsabilidade do sr. Cristiano Dutra Vale (ex-prefeito municipal de Viseu/PA, gestão 2009/2012), encaminhando-lhe cópia dos documentos à peça 44, p. 10-23;

9.9. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6355-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6356/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 010.827/2014-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura (01.264.142/0001-29).

3.2. Responsáveis: Nilson Ferreira da Silva Junior (985.987.914-15) e Projeto Graciliano É Uma Graça - Prograça (06.259.347/0001-30).

3.3. Recorrente: Nilson Ferreira da Silva Junior (985.987.914-15).

4. Entidade: Projeto Graciliano É Uma Graça - Prograça (06.259.347/0001-30).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Eduardo Henrique Monteiro Rego (OAB/AL 7.576) e outros, representando Projeto Graciliano É Uma Graça - Prograça.

8.2. Ellis Denise Correa (OAB/DF 13.883), representando Nilson Ferreira da Silva Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Nilson Ferreira da Silva Júnior, ex-diretor-presidente do Projeto Graciliano é uma Graça - Prograça, contra o Acórdão 1.006/2018-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los parcialmente com efeitos infringentes, para reduzir o valor do débito constante do item 9.2 Acórdão 1.006/2018-TCU-1ª Câmara, para R$ 56.091,45 (cinquenta e seis mil, noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), e a multa arbitrada pelo item 9.3 do mesmo acórdão, para R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);

9.2. estender os efeitos deste acórdão ao outro responsável indicado no subitem 9.1 do Acórdão 1.006/2018-TCU-1ª Câmara, nos termos do art. 281 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante e à ONG Projeto Graciliano é uma Graça - Prograça.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6356-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6357/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.537/2013-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS.

3.2. Responsáveis: Antônia Rita Sarmento de Paula (458.369.902-63); Basileu Jesus Ferreira Neves Junior (268.180.272-53); Clodoaldo Neto Galeno (688.972.782-72); David Goncalves Marialva (116.015.662-04); Eva Neto Galeno (606.926.852-00); Jairo da Silva Neves (153.512.622-15); Jaques da Silva Neves (368.082.532-34); Jefferson Ferreira de Miranda (617.679.722-53); Jose Edinaldo Damasceno Nascimento (307.141.252-53); Josué da Silva Neves (064.325.222-34); Katia Regina Moraes Marialva (632.645.442-53); Nedson Roney Passinho Ferreira (669.212.952-49); Nilson Souza dos Santos (066.385.892-53); Prefeitura Municipal de Curuçá - PA (05.171.939/0001-32); Umiracy Teixeira Ferreira (030.404.882-87).

4. Entidade: Município de Curuçá - PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Representação legal: Clodoaldo Neto Galeno (OAB/PA 23.870); Jorge Wilson Souza da Silva (OAB/PA 10.393); Luís Guilherme Jorge de Nazareth e outros (OAB/PA 14.444); Mailton Marcelo S. Ferreira (OAB/PA 9.206); Djalma Andrade (OAB/PA 10.329); Thiago Cunha Novaes Coutinho (OAB/PA 15.245); e Joaquim Gabriel Ribeiro Oliveira (OAB/PA 20.772).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurados pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em desfavor dos Srs. Josué da Silva Neves (064.325.222-34), prefeito de Curuçá/PA, Jaques da Silva Neves (368.082.532-34), secretário municipal de saúde de Curuçá/PA, Umiracy Teixeira Ferreira (030.404.882-87), tesoureiro da prefeitura de Curuçá/PA, Basileu Jesus Ferreira Neves Junior (268.180.272-53), sócio das empresas Labnil Comércio e Serviços Ltda.-ME (05.314.297/0001-83), e Consultório Biomédico de Patologia Clínica Ltda.-ME (05.093.208/0001-16), Clodoaldo Neto Galeno (688.972.782-72), sócio da empresa Physiomed - Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda.-ME, atual Medical Comércio de Produtos Industrializados Ltda.-ME (07.238.555/0001-15), Eva Neto Galeno (606.926.852-00), sócia das empresas Medshopping Produtos Médicos Ltda.-ME (05.454.154/0001-77) e Physiomed - Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda.-ME, atual Medical Comércio de Produtos Industrializados Ltda.-ME (07.238.555/0001-15), Antônia Rita Sarmento de Paula (458.369.902-63), sócia da empresa Physiomed - Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda.-ME, atual Medical Comércio de Produtos Industrializados Ltda.-ME (07.238.555/0001-15), Jairo da Silva Neves (153.512.622-15), sócio da empresa Medshopping Produtos Médicos Ltda.-ME (05.454.154/0001-77), José Edinaldo Damasceno Nascimento (307.141.252-53), sócio da empresa Medshopping Produtos Médicos Ltda.-ME (05.454.154/0001-77) e Nedson Roney Passinho Ferreira (669.212.952-49), sócio da empresa Miranda Comércio e Derivado de Petróleo e GLP Ltda.-EPP (05.654.836/0001-23), todos à época dos fatos, em razão de irregularidades na execução de recursos do Piso de Atenção Básica (PAB) Variável, no exercício de 2005;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, com fundamento no art. 202, § 3º, do RITCU, a contar da notificação, para que o Município de Curuçá/PA (05.171.939/0001-32) efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas, relacionadas à utilização de recursos do PAB em despesas municipais, aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Curuçá/PA, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrênciaValor (R$)
4/1/2005429,66
28/1/20051.700,00
31/1/20052.200,76
31/1/2005166,60
18/2/2005899,62
23/3/20051.215,72
24/3/2005400,00
28/3/2005624,00
30/3/200541,67
21/4/20051.169,51
10/5/200541,67
24/5/20051.207,10
21/7/20051.568,99

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Josué da Silva Neves; Jaques da Silva Neves; Umiracy Teixeira Ferreira; Basileu Jesus Ferreira Neves Junior; Clodoaldo Neto Galeno; Eva Neto Galen; Antônia Rita Sarmento de Paula; Jairo da Silva Neves; José Edinaldo Damasceno Nascimento; Nedson Roney Passinho Ferreira; Nilson Souza dos Santos; Jefferson Ferreira de Miranda; David Gonçalves Marialva; e Katia Regina Moraes Marialva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos III e IV, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar os responsáveis abaixo relacionados, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.3.1. Responsáveis solidários: Josué da Silva Neves (064.325.222-34), prefeito de Curuçá/PA, Jaques da Silva Neves (368.082.532-34), secretário municipal de saúde de Curuçá/PA, Umiracy Teixeira Ferreira (030.404.882-87), tesoureiro da prefeitura de Curuçá/PA, e os sócios da empresa Labnil Comércio e Serviços Ltda. - ME (05.314.297/0001-83): Basileu Jesus Ferreira Neves Júnior (268.180.272-53) e Nilson Souza dos Santos (066.385.892-53):

Data de ocorrênciaValor (R$)
31/12/200547.520,45

9.3.2. Responsáveis solidários: Josué da Silva Neves (064.325.222-34), prefeito de Curuçá/PA; Jaques da Silva Neves (368.082.532-34), secretário municipal de saúde de Curuçá/PA; Umiracy Teixeira Ferreira (030.404.882-87), tesoureiro da prefeitura de Curuçá/PA, e sócios da empresa Medshopping Produtos Médicos Ltda. - ME (05.454.154/0001-77): Eva Neto Galeno (606.926.852-00), José Edinaldo Damasceno Nascimento (307.141.252-53) e Jairo da Silva Neves (153.512.622-15), todos à época dos fatos:

Data de ocorrênciaValor (R$)
31/12/2005126.153,88

9.3.3. Responsáveis solidários: Josué da Silva Neves (064.325.222-34), prefeito de Curuçá/PA; Jaques da Silva Neves (368.082.532-34), secretário municipal de saúde de Curuçá/PA; Umiracy Teixeira Ferreira (030.404.882-87), tesoureiro da prefeitura de Curuçá/PA, e sócios da empresa Physiomed - Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. - ME (atual Medical Comércio de Produtos Industrializados Ltda. - ME, 07.238.555/0001-15) Clodoaldo Neto Galeno (688.972.782-72), Eva Neto Galeno (606.926.852-00) e Antônia Rita Sarmento de Paula (458.369.902-63), todos à época dos fatos:

Data de ocorrênciaValor (R$)
31/12/200563.257,20

9.3.4. Responsáveis solidários: Josué da Silva Neves (064.325.222-34), prefeito de Curuçá/PA; Jaques da Silva Neves (368.082.532-34), secretário municipal de saúde de Curuçá/PA; Umiracy Teixeira Ferreira (030.404.882-87), tesoureiro da prefeitura de Curuçá/PA, e sócios da empresa Miranda Comércio e Derivado de Petróleo e GLP Ltda. - EPP (05.654.836/0001-23): Nedson Roney Passinho Ferreira (669.212.952-49) e Jefferson Ferreira de Miranda (617.679.722-53), todos à época dos fatos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Data de ocorrênciaValor (R$)
31/12/200583.396,08

9.3.5. Responsáveis solidários: Josué da Silva Neves (064.325.222-34), prefeito de Curuçá/PA; Jaques da Silva Neves (368.082.532-34), secretário municipal de saúde de Curuçá/PA; Umiracy Teixeira Ferreira (030.404.882-87), tesoureiro da prefeitura de Curuçá/PA, e sócios da empresa KLM Comercial Ltda. - ME (02.328.596/0001-89): David Gonçalves Marialva (116.015.662-04) e Katia Regina Moraes Marialva (632.645.442-53), todos à época dos fatos:

Data de ocorrênciaValor (R$)
31/5/200534.155,88
30/6/200564.675,82
1/9/20057,63
30/9/200552.343,20
11/11/200511.816,64
29/12/200513.381,53

9.3.6. Responsáveis solidários: Josué da Silva Neves (064.325.222-34), prefeito de Curuçá/PA; Jaques da Silva Neves (368.082.532-34), secretário municipal de saúde de Curuçá/PA; e Umiracy Teixeira Ferreira (030.404.882-87), tesoureiro da prefeitura de Curuçá/PA, todos à época dos fatos:

Data de ocorrênciaValor (R$)
31/1/20054.107,00
28/2/20051.155,00
1/4/2005882,66
1/4/2005155,40
1/4/2005895,37
15/4/200520,00
29/4/20052.000,00
29/4/2005140,00
3/5/20053.137,40
6/5/20051.375,57
12/5/20054.500,00
13/5/20051.372,20
13/5/200536,12
13/5/20051.574,10
14/5/20051.000,00
16/5/20051.000,00
20/5/2005803,35
30/5/20052.000,00
13/6/20051.208,79
13/6/2005800,00
16/6/20055.317,95
22/6/2005673,12
7/7/2005393,00
31/8/2005914,00
23/9/2005584,65
24/10/20052.000,00
29/12/200512.100,00
9/5/20065.201,30

9.4. aplicar, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do RI/TCU, multa individual aos Srs. Josué da Silva Neves e Jaques da Silva Neves, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão do descumprimento dos incisos III e IV, do art. 4º da Lei 8.142/90, fixando o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. informar ao Município de Curuçá/PA que a liquidação tempestiva do débito saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva e lhe seja dada quitação, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva acarretará o julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

9.8. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.9. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6357-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6358/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.970/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde - Funasa (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: Antônia Luciana da Costa Oliveira (030.497.664-41); Isoares Martins de Oliveira (241.891.544-15); Poly Construções & Empreendimentos Eireli (05.806.903/0001-88); Prefeitura Municipal de Baraúna - RN (08.546.103/0001-63).

4. Entidade: Município de Baraúna - RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal:

8.1. Anaximenes da Silva Bezerra (OAB/RN 6.932) e outros, representando Isoares Martins de Oliveira.

8.2. Wagner Soares Ribeiro de Amorim (OAB/RN 3.432) e outros, representando Poly Construções & Empreendimentos Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor dos ex-prefeitos de Baraúna/RN, Antônia Luciana da Costa Oliveira e Isoares Martins de Oliveira, e da empresa Poly Construções e Empreendimentos Ltda., em razão da não aprovação da prestação de contas, com impugnação total de despesas do Convênio 634/2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Isoares Martins de Oliveira (CPF 241.891.544-15) e da Srª. Antônia Luciana da Costa Oliveira (030.497.664-41), ex-prefeitos do município de Baraúna/RN, e da empresa Poly Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 05.806.903/0001-88), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, § 5º, do RITCU;

9.2. condenar solidariamente o Sr. Isoares Martins de Oliveira (CPF 241.891.544-15) e a empresa Poly Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 05.806.903/0001-88), com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)DATA DA OCORRÊNCIA Débito/Crédito (D/C)
171.219,636/9/2013D
100.000,0017/9/2013D
122.720,0626/9/2013D

9.3. condenar solidariamente a Srª. Antônia Luciana da Costa Oliveira (CPF 030.497.664-41) e a empresa Poly Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 05.806.903/0001-88), com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) , o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)DATA DA OCORRÊNCIADébito/Crédito (D/C)
91.082,798/10/2014D
9.655,8715/7/2015C

9.4. aplicar individualmente ao Sr. Isoares Martins de Oliveira (CPF 241.891.544-15), à Sra. Antônia Luciana da Costa Oliveira (CPF 030.497.664 41) e à empresa Poly Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 05.806.903/0001-88), a multa prevista do art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RITCU, nos valores respectivos de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), R$ 10.000,00 (dez mil reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até as datas dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. determinar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN que, no prazo de 30 (trinta) dias, comprove junto a este Tribunal a restituição do saldo do Convênio 634/2009 (Siconv 730022), firmado com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, ou que providencie a restituição no valor de R$ 9.655,87, atualizado monetariamente, a contar de 15/7/2015, conforme legislação em vigor;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, para adoção de medidas que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6358-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6359/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.812/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Donizetti Borges Barbosa (795.566.208-34); Emilson Couras da Silva (176.541.814-34).

3.2. Recorrente: Donizetti Borges Barbosa (795.566.208-34).

4. Entidade: Município de Apiaí - SP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Pereira Barbosa Filho (108.524/OAB-SP) e outros, representando Emilson Couras da Silva.

8.2. Maria Donizete de Mello Andrade Pereira (93.272/OAB-SP), representando Donizetti Borges Barbosa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de o recurso de reconsideração interposto por Donizetti Borges Barbosa, ex Prefeito do Município de Apiaí, contra o Acórdão 5.131/2017-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, conferir-lhe provimento, para tornar insubsistente o Acórdão 5.131/2017-TCU-1ª Câmara e arquivar as presentes contas, sem julgamento de mérito;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao recorrente, aos demais interessados e ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6359-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6360/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.675/2017-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/2628-18).

3.2. Responsável: Demósthenes Soares dos Santos Filho (096.206.725-34).

4. Entidade: Município de Mundo Novo/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Diogo Oliveira de Carvalho (OAB/BA 43621) e outros, representando Demósthenes Soares dos Santos Filho (peça 12).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em vista da omissão no dever de prestar contas de parte dos recursos repassados ao município de Mundo Novo/BA para a implantação do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ligações domiciliares e rede coletora, no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (Pass).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Demósthenes Soares dos Santos Filho;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, I e III, e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. Demósthenes Soares dos Santos Filho e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)DATA DA OCORRÊNCIA
23.594,505/8/2002
36.405,508/1/2003

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6360-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6361/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.787/2016-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis/Interessados:

3.1. Responsáveis: Iara Soares Costa (310.966.115-20) e Central de Construções & Serviços Ltda. (03.731.915/0001-65).

3.2. Interessado: Fundo Nacional de Saúde (Funasa).

4. Entidade: Município de Tomar do Geru/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em razão de reprovação da prestação de contas, com impugnação total das despesas, por não atingimento dos objetivos pactuados no convênio Funasa 250/2005.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis a Sra. Iara Soares Costa e a empresa CCS - Central de Construções Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, 'c', 19, caput, e 23, III, da Lei 8.443/1992, as contas da Sra. Iara Soares Costa (CPF: 310.966.115-20) e condená-la, em solidariedade com a empresa CCS - Central de Construções Ltda. (CNPJ: 03.731.915/0001-65), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento dos valores aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), abatendo-se o valor já ressarcido (crédito):

Data da ocorrência Valor do débito/crédito (R$)
27/12/200736.151,53
17/12/200739.948,88
30/11/200711.575,58
22/11/200711.438,04
01/11/200760.886,97
05/08/2013(crédito) 224,82

9.3. aplicar individualmente à Sra. Iara Soares Costa e à empresa CCS - Central de Construções Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Sergipe, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do RI/TCU, para a adoção das medidas cabíveis, fazendo-se referência ao procedimento preparatório 1.35.000.001131/2013-66.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6361-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6362/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.189/2017-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: José Maria Guimarães (CPF 073.243.916-72); João Estevão Neto (CPF 173.387.006-72); Antonio de Sousa Lemos (CPF 198.034.436-15); Homero Linhares de Brito (CPF 012.676.806-44); José de Carvalho (CPF 012.994.926-49); Rafael Leite Pereira (CPF 169.301.856-04) e Miguel Alves Valadares (CPF 283.612.376-15).

4. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais (SFA/MG).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos iniciais de aposentadorias dos servidores José Maria Guimarães, João Estevão Neto, Antonio de Sousa, de atos de alteração de aposentadoria dos servidores Homero Linhares de Brito, José de Carvalho, Rafael Leite Pereira e de ato inicial e de alteração do servidor Miguel Alves Valadares, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais (SFA/MG).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no inciso II do art. 39 da Lei 8.443/92, em:

9.1. julgar legais e conceder o registro aos atos de concessão inicial/alteração de aposentadoria de João Estevão Neto, Antonio de Sousa Lemos, Homero Linhares de Brito, José de Carvalho, Rafael Leite Pereira e Miguel Alves Valadares;

9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que constitua processo apartado em relação ao ato de concessão de aposentadoria de José Maria Guimarães (peça 15) para, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, realize a oitiva do interessado, para que se manifeste, se assim desejar, quanto às irregularidades apontadas em seu ato inicial de aposentadoria;

9.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6362-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6363/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.105/2015-1.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação

3. Responsáveis: José Júlio Seabra Santos (111.674.325-68); José Roberto Mellara (502.254.646-91).

4. Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal:

8.1. Kleber Araujo Valenca (2074/OAB-SE), representando José Roberto Mellara e José Júlio Seabra Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de supostas irregularidades relativas à alienação de imóveis pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. José Júlio Seabra Santos e José Roberto Mellara;

9.3. aplicar aos Srs. José Júlio Seabra Santos e José Roberto Mellara, individualmente, com fundamento no art. 58, II, da Lei 8.443/1992 c/c art. 268, II, do RI/TCU, multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida;

9.5. dar ciência ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe acerca da falha referente à ausência de informação do destino dos recursos auferidos na venda dos imóveis realizada no leilão 1/2012, cuja utilização para financiar despesas correntes é vedada pelo art. 44 da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, que se aplica aos conselhos de fiscalização do exercício profissional, como já restou assentado por esta Corte mediante o acórdão 506/2017-TCU-Plenário;

9.6. enviar cópia desta deliberação ao Conselho Federal de Medicina, para ciência das irregularidades constatadas na presente representação, bem como para que sirva de subsídio ao exercício de suas atribuições normativas e disciplinadoras e à supervisão hierárquica do funcionamento dos conselhos regionais;

9.7. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6363-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6364/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.390/2012-0.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Prestação de Contas).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Armando Barroso da Costa Júnior (612.977.042-15); Bruno Henrique Garcia Lima (713.461.632-00); Darlindo Maria Pereira Veloso Filho (171.672.482-15); Edson Ary de Oliveira Fontes (028.745.122-49); Eliezer Mouta Tavares (165.457.532-15); Erickson Alexandre Rodrigues Barbosa (098.675.382-34); Fundação de Apoio e Educação Tecnologia, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica (09.021.003/0001-86); Geovane Nobre Lamarão (142.362.732-68); Joao Luiz Costa de Oliveira (440.924.742-53); João Antônio Correa Pinto (097.047.012-68); João Guilherme Rodrigues Begot (254.430.202-00); Márcio Benício de Sá Ribeiro (426.376.862-00); Otávio Fernandes Lima da Rocha (237.799.852-68); Rui Alves Chaves (595.627.652-53); Sônia de Fátima Rodrigues Santos (185.645.202-65).

3.2. Recorrente: Eliezer Mouta Tavares (165.457.532-15).

4. Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal:

8.1. Alessandra Aparecida da Costa (15852/OAB-PA) e outros, representando Márcio Benício de Sá Ribeiro e Geovane Nobre Lamarão;

8.2. Sávio Barreto Lacerda Lima (11003/OAB-PA) e outros, representando Márcio Benício de Sá Ribeiro, Rui Alves Chaves e Geovane Nobre Lamarão;

8.3. Leony Ribeiro da Silva (20740/OAB-PA) e outros, representando Edson Ary de Oliveira Fontes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por Eliezer Mouta Tavares, à época pró-reitor de administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), em face do acórdão 2233/2018-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, da Lei 8.443/1992, dos embargos de declaração opostos por Eliezer Mouta Tavares para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6364-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6365/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.253/2011-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Pensão civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Maria Lucia de Jesus (925.218.785-53); Maria da Glória Gonçalves Nascimento (881.528.805-82).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Na Bahia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam ato de pensão civil instituído por Martiniano Ferreira, ex-servidor da Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro à pensão civil instituída por Martiniano Ferreira em favor de Maria Lucia de Jesus e de Maria da Glória Gonçalves Nascimento;

9.2. determinar à Superintendência Estadual da Funasa na Bahia que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.2.2. informe às interessadas o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data das ciências, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento do recurso.

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6365-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6366/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.657/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto) (MDA)

3.2. Responsáveis: Helinaldo da Silva Costa (279.445.813-20); Instituto Ecovida (08.105.377/0001-17); Jose Ribamar Soares (653.390.023-49).

4. Entidade: Instituto Ecovida.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário contra o Instituto Ecovida e José Ribamar Soares, em razão da omissão do dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Convênio MDA 716178/2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. considerar revéis José Ribamar Soares, Helinaldo da Silva Costa e o Instituto Ecovida, para todos os fins, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de José Ribamar Soares, Helinaldo da Silva Costa e do Instituto Ecovida, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "d", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DébitoData da ocorrência

R$ 85.558,0519/5/2010

9.3. aplicar a multa individual de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) a José Ribamar Soares, Helinaldo da Silva Costa e ao Instituto Ecovida, com fundamento nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 21/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/6/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6366-21/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 31 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 27 de junho de 2018.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Primeira Câmara, de 17/07/2018, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.966/2007-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Jose Soncino Sampaio Doria; Maria José Chioda Crialesi
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP - INSS/MPS
Representação legal: não há

002.513/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Sergipe
Responsáveis: Artur Sérgio de Almeida Reis; Instituto Ibicy de Estudos, Pesquisas e Projetos de Desenvolvimento Econômico, Social, Cultural, Ambiental e Tecnológico; José Raimundo de Araújo Campos
Representação legal: Marcela Pithon Brito dos Santos Dantas (OAB/SE 4.389); Max de Carvalho Amaral (OAB/SE 5.229)

004.537/2015-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Luciana Marão Félix
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araióses/MA
Responsáveis: espólio de José Cardozo do Nascimento; Luciana Marão Félix
Representação legal: Diomar Bezerra Lima (OAB/DF 16.076) e outros, representando Luciana Marão Félix; Scheila Maria de Araújo Rocha (OAB/MA 7.965), representando José Cardozo do Nascimento

011.327/2013-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Caroline Alencar Mariz de Oliveira; Claudia Alencar Mariz de Oliveira; João Guilherme Alencar Mariz de Oliveira; Maria de Fatima Alencar Costa de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

014.899/2001-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Açailândia/MA
Responsáveis: Andréa Lacerda Martins Soares Branco; Deusdedith Alves Sampaio; Francisco das Chagas Pereira Vieira; Gilson Freire de Sant'anna; Gilson Freire de Santana; Gilzete Alves Sampaio Guimaraes; Ildemar Gonçalves dos Santos; Leonardo Lourenço de Queiroz; Maria dos Anjos de Sousa Almeida; Prefeitura Municipal de Açailândia/MA; Silney de Oliveira Budal
Representação legal: Thiago Sebastiao Campelo Dantas (OAB/MA 9.487), representando Maria dos Anjos de Sousa Almeida; Sebastião Souza da Silva (OAB/MA 598), representando Leonardo Lourenço de Queiroz; Mauricio Tadeu Dias Pereira (OAB/MA 7.590) e outros, representando Gilzete Alves Sampaio Guimaraes; Mario Cesar Fonseca da Conceição (OAB/MA 5.063), representando Gilson Freire de Sant'anna

015.082/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Noelle Carvalho Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: não há

015.086/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavio Coelho Cardoso da Silva; Mirian Fujita
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: não há

016.311/2008-7
Natureza: Representação
Representante: Ricardo Rocha de Araújo
Responsáveis: Altamiro Nascimento; Edelson Santana Filho; Gilbene Pereira Santos; Willekeson Nascimento
Interessado: Prefeitura Municipal de São Francisco/SE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Francisco/SE
Representação legal: Layana Tyara Campos Dertônio (OAB/SE 4.990) e outros, representando Altamiro Nascimento

016.950/2018-6
Natureza: Representação
Representante: L & R Santos Construções Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional de Pernambuco
Representação legal: Leandro Joaquim da Silva Pereira (OAB/PE 38.204) e outros, representando L. & R. Santos Construções Ltda.

018.917/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Grasielle Chagas Lucas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

019.167/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Laisa Mirth Rabelo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

025.475/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas; Luiza Maria Semkiw de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Paraná
Representação legal: Bartolomeu Pereira (OAB-PR 15.821) e outros, representando Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas

028.199/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Alberto Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

029.083/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: ONG Pra Frente Brasil; Rosa Malvina da Silva
Representação legal: não há

030.848/2015-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná - Dnit/MT
Representação legal: não há

031.839/2016-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/PR
Responsáveis: Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. - Me; Paulo Jobel Bezerra de Araujo
Representante legal constituído nos autos: Ronald Rogério Lopes Smarzaro (OAB/PR 29.463)

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

005.607/2013-2
Natureza: Monitoramento (Pensão Civil)
Interessada: Elma de Deus Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

009.680/2001-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
Recorrente: Luciana Valéria Pinheiro Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Cultural Palmares
Representação legal: não há

011.019/2013-1
Natureza: Monitoramento (Aposentadoria)
Interessado: Marcos Roberto de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Representação legal: não há

011.585/2003-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2002
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Investimento da Amazônia
Responsável: Paulo Edson Pereira de Souza
Representação legal: não há

012.786/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carolina/MA
Responsáveis: Antônia da Costa Jucá e Ubiratan da Costa Jucá, prefeito
Representação legal: não há

017.610/2011-7
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Responsáveis: Edmilson Silva de Menezes; Emília Amaral Silva Rolim; Flávia Skrobot Barbosa Grosso; Francisco Joanes Paula de Paiva; José Antônio Greco; Plínio Ivan Pessoa da Silva; e San Marino Locação de Veículos e Transportes Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Representação legal: Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885) e Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546)

031.176/2013-5
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas
Responsáveis: Aderson Santos da Frota; Airton Ângelo Claudino; Albertino de Souza Carvalho; Américo Augusto do Souto Rodrigues Esteves; André Silva Spínola; Antônio Carlos Mattos de Vasconcelos; Antônio Carlos da Silva; Athaydes Mariano Felix; Aécio Flávio Ferreira da Silva; Fernando Alberto de Lima e Silva; Isa Assef dos Santos; José dos Santos da Silva Azevedo; José Alves Bezerra; José Roberto Tadros; Luiz Leopoldo e Silva; Maurício Aucar Seffair; Moysés Benarrós Israel; Muni Lourenço Silva Júnior; Márcia Perales Mendes Silva; Mário Reynaldo Tadros; Nelson Luiz Gomes Vieira da Rocha; Paulo Henrique Ângelo Souza; Pedro Geraldo Raimundo Falabella; Ronney César Campos Peixoto; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas; Valdemar Pinheiro Filho
Representação legal: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010) e outros, representando Aécio Flávio Ferreira da Silva; Adrianne Antony Gonçalves (OAB/AM 3.399) e outros, representando Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas

036.241/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Capela/SE
Responsáveis: Antônio Fernando Lima Santos; Clédiston de Andrade; Cosme Rocha Santos; Elis Simone Mamlak; Luana Moura Pinho Grassi; Manoel Messias Sukita Santos; Maria Telma Santos; Prefeitura Municipal de Capela/SE; Robério dos Anjos Andrade; ST Locadora de Veículos Ltda.
Representação legal: Nadson Costa Cerqueira (OAB/SE 5.424); Madson Lima de Santana (OAB/SE 3.863); José Benito Leal Soares Neto (OAB/SE 6.215); Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646); Tarcísio André Targino Matos (4349/OAB-SE); e outros

Ministro VITAL DO RÊGO

001.667/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Eleitoral
Responsáveis: Danilo de Camargo e Paulo Frateschi
Representação legal: Helio Freitas de Carvalho da Silveira (OAB/SP 154.003) e outro

003.998/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Aparecida do Carmo Carneiro Rodrigues; Matilde Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

008.576/2012-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Toshio Fujishima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

014.342/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arlindo Pereira de Sousa; Felizolina Alves da Silva; Francisca Alves da Silva Gomes; Francisca Vieira Lemos; Francisca dos Santos Vieira; Francisco Magipo; Geraldo Siqueira Filho; Hilário Marcelino de Souza; Jofre Oliveira Chagas; Maria Alice de Lima e Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

014.601/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alfredo Cipriano Lopes; Bento Elizeu Demetrio; João Gregório da Silva; Leda Alencar da Silva; Maria do Socorro Fernandes Marques; Olivia Monteiro da Costa; Rubens Alves Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

015.451/2007-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alda Henrique da Silva; Iracema de Jesus Daniel Araujo; Jose Claudio da Silva; Jose Medeiros Pereira; Sebastião dos Reis; Tereza Honorato dos Santos; Vera Beatriz Troglio Sponchiado; Walter de Souza Carvalhal
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército
Representação legal: não há

016.400/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel Souza Santana e Paulo de Matos Ferreira Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública
Representação legal: não há

016.506/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Flavia Tereza Dias Menezes; Ana Luiza Silva Veloso; Bruno Bertaglia; Cadmiel Jose Fagundes dos Santos; Daniel Ramos; Daniela de Sousa Magalhaes; Erlon Antonio Brugger; Flavia Mayumi Okamoto; Jhon Lennon Caldera da Silva; Joao Henrique Galvao; Joao Marcos Carvalho Coimbra; Jose Luiz Araujo Silva; Juliana Santos Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

018.850/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Greice Carolina Novais de Souza Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

021.512/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Noeme Barbosa Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

021.574/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Secundino Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Representação legal: não há

021.576/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aldenir Chagas de Oliveira; Antonio Alves Nogueira; Claudio Roberto Paiva de Moura; Geny Alencar dos Reis Almeida; Janira Augusta da Silva Santos; Luiz Alberto Nogueira; Maria Antonieta Guerreiro Lamas; Maria Isabel de Lima e Castro; Maria Suely de Oliveira; Pedro Araújo de Souza; Raimunda Bento de Melo; Rosangela Maria Paiva de Moura; Terezinha do Menino Jesus Chaves da Silva; Tufic Libdy
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Representação legal: não há

021.773/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Freire Ferrer; Amelia do Amaral; Daniella Reis Abrahão Elias; Dilcar Almeida da Silva; Francisca Cavalcanti Castello; Francisca Ribeiro de Araujo; Francisca Silva Xavier; Hilda Cordeiro Brandão; Layane Costa Silvestre; Lindaura Maria Piazera; Manoel Cesar Amado Tavares; Maria Elisa de Castro Lima; Maria de Nazareth Fagundes Galvão; Maria do Patrocínio Cossich; Marilia Pereira de Sousa Torkarski; Nelci Barreiro Bittencourt; Norma Rodrigues Marques Vilela; Osmarina Fegundes Mazepa; Palmyra Lucia Luz de Campos; Zuleika Duarte de Lira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

021.777/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Brasilina de Almeida Vilas Boas; Edite Barbosa da França Nambar; Elsa Fontana Simon; Ismélia Marcon da Silva; Josefa Maria da Silva; Juraci do Canto Velazquez; Klember Roberto Mendonça de Araújo; Ludmila Dietrich Kortbawi; Margarida Gomes; Maria Alice Carneiro Maribondo; Maria Alice Vaz Pereira do Amaral; Maria Eugenia Barroso Severiano; Maria Pimenta Novaes; Maria Pinto de Mendonça; Maria da Conceição Veras Gomes; Maria da Gloria Brita Meirelles; Maria do Socorro Carneiro de Araújo; Nair de Almeida Barone Martins; Sonia Dietrich Kortbawi; Suzete Gomes da Silva; Zorilda Tavares Campos Camêlo; Zulmira da Silva Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

021.779/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adenil Brito dos Santos Junior; Albert Rub; Antonio de Oliveira Neves; Bruno Leonardo de Almeida Soares; Camila Cristina Jesus de Gouvea; Davidson Cesar Honorio dos Santos; Ernestina da Silveira Coelho; Eulalia Martins Passos; Eulilia Moraes Magalhães; Gisélia Cerqueira Bittencourt; Gleydison Carlos Honorio dos Santos; Joce dos Santos e Silva; José Renato Olmos Soeiro Santos; José Renato Olmos Soeiro Santos; Karl Hlavacsek; Luzia Cristina Oliveira de Souza; Maria Angélica Olmos Soeiro Santos; Maria Clara Veiga Pinto; Maria Inês Silva; Maria Tomásia Sousa Lima; Maria da Gloria de Almeida Soares; Marinalda Silva; Nely Pontes da Silva Pinto; Paula Cristina de Souza Honorio; Rosicler de Nazare dos Santos Lima; Sonia Almeida Santana Junqueira; Thompson Leonardo de Souza Honorio; Vanessa Cristina de Souza Honorio; Vicktoria Gonçalves Freire Motta; Wanderson Carlos Honorio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.163/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ary José dos Santos; Assis Alexandre Nunes; Assis Alexandre Nunes; Benedito Pedroso; Benedito Pereira da Silva; Carlos Alberto Teixeira de Freitas; Cid Pereira Avila; Cloe Fernandes do Amaral; Crezo de Oliveira Xavier; Daniel Gomes Correa; Eliane Souza de Vasconcellos; Elio de Oliveira Ramos; Elizabeth Pereira Quintella; Elizabeth de Campos Corrêa; Guilhermino de Jesus Barcelos Feijo; Jaime Serra Filho; Jair Cancio de Assis; Jo O Pereira Chaves; João Enio Cecchini; João Evangelista Teles Caminha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.408/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Gomes da Paixao; Cassiana Irani dos Santos Lima; Ewerton Alexander de Oliveira Batista; Felipe Cunha de Vasconcelos; Jose Mario Delaiti de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: não há

022.445/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Weber da Rosa; Anabela Lenhart Lopes; Anderson Correa de Andrade; Anderson Niada Marcelo; Anderson Rodrigues Fagundes; Anderson Sales da Silva Faria; Anderson Santos dos Anjos; Andre Almeida Scaff; Andre Ferreira Bento; Andre Ferreira de Souza; Andre Henrique Vareiro da Costa; Andre Lasas Carrao; Andre Luis Benedito; Andre Luis Caetano Santos; Andre Luis Ferreira; Andre Rodrigues Campos; Andre Sabatto de Souza Del Ducca; Andre Sales de Oliveira Guerra; Andre de Abreu Trielli; Andre de Pieri Pimentel
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.662/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Nazaré dos Santos; Celestino Alves da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

022.663/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Jorge Madureira Modesto; Jose do Carmo Sampaio; José Maria Souto; Manoel Lopes Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

022.720/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Gonçalves Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

011.871/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais (CRF/MG)
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais (CRF/MG)
Representação legal: não há

018.842/2016-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Prefeitura Municipal de Tanhaçu/BA; Fundo Nacional de Assistência Social
Responsáveis: Eduardo Silva Santana, ex-Prefeito; Município de Tanhaçu/BA
Representação legal: José Denivaldo Santos Venefrides (OAB/BA 46.420)

019.922/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Luxor Comércio e Serviços de Reprodução de Escritório Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo
Representação legal: não há

029.614/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Teatro de Bonecos de Porto Velho
Responsáveis: Centro de Teatro de Bonecos de Porto Velho; Francisco Grigorio da Silva
Representação legal: não há

034.419/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Responsáveis: José Valter da Silva Piovesan; Sindimoto - Sind Trab Cond de Veic de Duas Rodas do Est de Goiás
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

000.640/2018-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2017
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Adeilton Feliciano do Prado; Ademar Silva Junior; Alfredo Zamlutti Júnior; Andre Luis da Silva Dantas; Atilio Carlos D Agosto; Camila Celeste Brandao Ferreira Itavo; Camila da Silva Serra; Claudio George Mendonça; Célia Maria Silva Corrêa Oliveira;

Delmar Ribeiro Martins; Deoneida Lana Lube; Edison Ferreira de Araújo; Evaldo Emiliano de Souza; Evandro Narciso de Lima; Fabio Alexandre Pereira; Fernando Mendes Lamas; Fábio Edir dos Santos Costa; Glaucio Zanettin Fernandes; Jaime Elias Verruck; Jeovan de Carvalho Figueiredo; José Roberto Giuliani; Kelly Cristina Valadares de Pinho Sanches; Lourival Vieira Costa; Luiz Cláudio Sabedotti Fornari; Marcelo Augusto Santos Turine; Marcio Nunes Fonseca; Marilda Moraes Garcia Bruno; Maristela de Oliveira França; Mauricio Koji Saito; Sergio Salles de Morais; Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro
Representação legal: não há

014.965/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público do Estado da Bahia
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia
Representação legal: não há

017.270/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Rondônia
Representação legal: não há

017.540/2017-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Alagoinhas/BA
Responsável: Joseildo Ribeiro Ramos
Representação legal: não há

019.182/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Leopoldo Bandeira; Adriano Vergilio; Agnaldo Gomes de Jesus; Ailton Rogerio Iranxe; Alcelio da Silva Brandao; Aldeir Detol da Silva; Aldenir Ezenezokae; Aldery da Silva Dias; Ana Celia Barroso de Carvalho Lima; Ana Luiza de Assuncao
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

019.186/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arlyson Alves Silva; Elisneyva do Carmo e Silva; Filipe Santos de Resende; Gisely Vilar de Oliveira; Henrique Melo de Farias; Jardenia Camelo Trajano; Julio Cesar dos Santos Barbosa; Keylla Nobrega Cruz Marques Lins; Marcella Karoline Tavares dos Santos; Miucha Micheli Figueiredo Magalhaes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

019.188/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nicole Franciele da Silva Reis; Paula Gomes Dias; Paulo Berto Dias; Raul Guilherme Ramos de Andrade; Reber Miranda Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

020.196/2012-1
Natureza: Reforma
Interessado: José Lauro Couto Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE
Representação legal: não há

022.907/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Mamoré Máquinas Agrícolas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Rondônia
Representação legal: não há

024.631/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ernesto Müller Netto; Flora Maria Ribas Araújo; Francisco Ferreira Fontenele; Francisco Ferreira Fontenelle; Janice Ramos Accioly Silva; Áurea Vital dos Santos; Áurea Vital dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (AC e RO)
Representação legal: não há

027.622/2015-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Salvador Soltério de Almeida; Valdir Mendes Barranco
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso
Representação legal: Elvis Antonio Klauk Junior (OAB/MT 15.462), representando Salvador Soltério de Almeida e Valdir Mendes Barranco

029.752/2017-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Marcionílio Souza/BA
Responsável: Hudson Duarte Moreira
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.383/2016-3
Tomada de contas especial referente à impugnação total das despesas relativas a convênio cujo objeto era a realização do evento "2° Perobal Rodeio Fest".
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Perobal/PR
Interessado: Ministério do Turismo
Responsável: Almir de Almeida
Representação legal: não há

001.444/2018-2
Ato de pensão civil emitido no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais para fins de registro.
Interessado: Maria Izabel Gripp dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.883/2017-2
Tomada de contas especial instaurada em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Oeiras/PI à conta dos Programas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
Responsável: José Nataniel Lopes Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Oeiras/PI
Representação legal: não há

006.863/2013-2
Embargos de declaração opostos pelo Sr. Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho à decisão que julgou irregulares suas contas, condenou-o ao pagamento do débito apurado e aplicou-lhe multa com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992.
Embargante: Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho
Responsáveis: Complemento Planejamento e Decorações Ltda.; Eurides Pereira Tavares; Marelli Moveis Para Escritório S/A.; Odilon José de Almeida; Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685) e outros, representando Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho; Gustavo Henrique Caputo Bastos (OAB/DF 7.383) e outros, representando Marelli Moveis Para Escritorio S/A; Francisco de Assis Campos Neto (OAB/DF 06.657), representando Eurides Pereira Tavares e Odilon José de Almeida

008.524/2016-5
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação dos recursos federais repassados por força de convênio, cujo objeto era a execução de rede de drenagem de águas pluviais.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Colniza/MT
Responsáveis: Impertec Impermeabilizações e Construções Ltda.; Sergio Bastos dos Santos
Representação legal: não há

008.911/2004-2
Embargos de declaração interposto por Joelson Hora Costa contra decisão que deu provimento parcial a recurso de reconsideração oposto pelo mesmo responsável contra o Acórdão 1.607/2015-1ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou tomada de contas especial considerando irregulares as contas do responsável em virtude de superfaturamento observado nas obras de construção da ponte sobre o Rio Japaratuba, custeadas com recursos do Convênio 146/1997 (Siafi 334.719), celebrado entre o Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) e a extinta Secretaria de Estado dos Transportes e da Energia do Sergipe - SETREN.
Embargante: Joelson Hora Costa
Responsáveis: Cobrate Cia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia; Daniel Badauê Passos; Francisco Nascimento Filho; Joelson Hora Costa; Lúcia Carlos da Silva; Maria da Conceição Vieira Nunes
Interessado: Instituto Brasileiro de Turismo
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Sergipe
Representação legal: Maria do Perpetuo Socorro Lobato de Farias e outros representando Instituto Brasileiro de Turismo; José Rollemberg Leite Neto (OAB/DF 23.656); Eliseu Klein (OAB/DF 23.661), representando Daniel Badauê Passos e Joelson Hora Costa

010.422/2016-1
Recurso de revisão interposto contra acórdão que julgou as contas do recorrente irregulares e condenou-lhe ao pagamento do débito e de multa, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos recebidos por meio de convênio, cujo objeto consistia na seleção e capacitação de mulheres para a atuação nas comunidades que constituem áreas conflagradas.
Recorrente: Jorge Abissamra
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos/SP
Representação legal: Fatima Cristina Pires Miranda (OAB/SP 109.889) e Wilton Luis da Silva Gomes (OAB/SP 220.788), representando Jorge Abissamra

016.725/2013-1
Recurso de reconsideração interposto conta acórdão que julgou as contas do recorrente irregulares e condenou-lhe ao pagamento de débito e de multa, em razão de falhas na prestação de contas de recursos repassados mediante contrato de repasse, cujo objeto era a construção de matadouro para abate de caprinos, ovinos e bovinos.
Recorrente: José Carlos Vieira Bahia
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tremedal/BA
Representação legal: Lucas Chaves Pinheiro Gavazza (OAB/BA 27.236), representando Catulino Ferraz de Oliveira; Magno Israel Miranda Silva (OAB/DF 32.898), representando José Carlos Vieira Bahia

018.066/2014-3
Atos inicial e de alteração de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão para fins de registro.
Interessados: José de Ribamar Assunção Costa; Osmar de Abreu Viana; Rosinete Sousa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

025.383/2009-3
Apreciação, para fins de registro, de aposentadoria concedida pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Interessada: Maria Beatriz Maia Junqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: André Campos de Figueiredo Silva (OAB/MG 63.580) e outros, representando Maria Beatriz Maia Junqueira

033.469/2015-6
Recursos de reconsideração. Tomada de Contas Especial.
Realização de evento festivo com recursos repassados pelo Ministério do Turismo.
Recorrentes: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Lourival Mendes de Oliveira Neto
Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Lourival Mendes de Oliveira Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

006.092/2013-6
Recurso de reconsideração interposto contra deliberação que imputou débito e aplicou multas em face de irregularidades na execução de convênio celebrado com o Ministério do Turismo para a promoção do evento denominado "ExpoImim 100 Londrina 2008 - Exposição do Século".
Recorrentes: Herson Rodrigues Figueiredo Junior, Nivaldo Benvenho e Londrina Convention & Visitors Bureau
Órgão/Entidade/Unidade: Londrina Convention & Visitors Bureau
Representação legal: Fabrício Massi Salla (OAB/PR 24.338) e outros

006.500/2013-7
Pedido de reexame interposto por Câmara dos Deputados contra decisão que apreciou a legalidade dos atos de concessão e fez determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.
Recorrente: Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

006.745/2013-0
Pedidos de reexame interpostos pela Câmara dos Deputados e pela ex-servidora Terezinha Fernandes Spinola contra decisão que apreciou a legalidade dos atos de concessão e fez determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.
Recorrentes: Câmara dos Deputados e Terezinha Fernandes Spinola
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

006.928/2013-7
Pedido de reexame interposto por Câmara dos Deputados contra decisão que apreciou a legalidade dos atos de concessão e fez determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.
Recorrente: Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

007.250/2013-4
Pedido de reexame interposto por Câmara dos Deputados contra decisão que apreciou a legalidade dos atos de concessão e fez determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.
Recorrente: Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

007.836/2013-9
Pedido de reexame interposto por Câmara dos Deputados contra decisão que apreciou a legalidade dos atos de concessão e fez determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Câmara dos Deputados
Interessados: Adauto Paes de Andrade, Adir dos Santos Pinto, Aécio Flávio Machado, Benone Jerônimo Ferreira, Dalcy Bezzi Coelho, Davi Ávila Menezes, Dinah Maria Watzke, Dinah de Freitas Torres Rocha, Eden Peçanha de Souza, Eliane Cassas do Amaral Travassos Vidigal da Silva Lemos, Eudes Gomes de Oliveira, Eunice Gonçalves Pereira, Euzenir Alves da Costa, Flávio Gonzaga, Francisco Barbosa do Nascimento, George de Cerqueira Leite Zarur e Gilberto Pacheco Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representante legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

020.950/2011-0
Embargos de declaração opostos por Francisco de Assis Maciel Carvalho, ex-presidente da Associação Beneficente Deputado José Mário de Araújo Carvalho - São Luiz/MA, contra o Acórdão 2.797/2016-1ª Câmara, que conheceu e acolheu parcialmente, sem efeitos infringentes, embargos interpostos também pelo ora embargante contra o Acórdão 7.892/2014-1ª Câmara, que julgou, em sede de TCE, suas contas irregulares, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa.
Embargante: Francisco de Assis Maciel Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Beneficente Deputado José Mário de Araujo Carvalho - São Luís/MA
Representação legal: Wesley Ricardo Bento da Silva (OAB/DF 18.566) e outros

030.132/2010-0
Recurso de reconsideração em TCE instaurada pelo Ministério do Turismo por irregularidades em convênio celebrado com a Sociedade Sulriograndense de Apoio Ao Desenvolvimento de Software - Softsul.
Recorrentes: José Antonio Antonioni e Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software
Representação legal: Marcelo Cama Proença Fernandes (OAB/DF 22.071); Ivone Terezinha Rocha da Silva (OAB/RS 52828); Renato Vanderlei Schmidt da Veiga (OAB/RS 24681); Juliana Dias Simões (OAB/RS 78882); Gerson Luiz Oliveira Dias (OAB/RS 72760) e outros

Ministro VITAL DO RÊGO

001.815/2010-5
Pedido de reexame interposto contra decisão por meio da qual esta Corte de Contas considerou ilegal ato de pensão civil instituído em favor da recorrente. Análise de mérito das razões de recurso.
Recorrente: Monica Mafra Gonzalez
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amazonas
Interessados: Marcia Mafra Gonzalez; Marlucia Mafra Gonzalez e Silva; Mônica Mafra Gonzalez
Representação legal: Cynthia Luiza Silva Fernandes (OAB/AM 5.627), Hildebrando Afonso Filho (OAB/RJ 79.397), Rosa Claudia da Silva Ribeiro (OAB/RJ 60.344) e outros

004.188/2013-6
Tomada de contas especial instaurada em razão de prejuízos causados ao Sistema Único de Saúde - SUS devido à falta de comprovação de despesas com procedimentos do SIA/SUS no município de São João da Ponta/PA, no período entre 2005 e 2008.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São João da Ponta/PA
Responsáveis: Orleandro Alves Feitosa; Município de São João da Ponta/PA; Valmira do Socorro Ferreira da Costa
Representação legal: Helena Maria Rocha Lobato (OAB/PA 4.147) e outros

012.583/2017-0
Tomada de contas especial instaurada em decorrência de impugnação parcial de despesas de recursos captados com base na Lei de Incentivo à Cultura para realização de apresentações teatrais.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsável: Ílvio Mendes do Amaral
Representação legal: Cristiane Garcia Olivieri (OAB/SP 98.683) e outros

029.667/2017-8
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas de Contrato de Repasse celebrado com o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Associação Educacional, objetivando, no âmbito do Pronaf, a capacitação e assistência técnica a agricultores familiares em municípios do Estado de Minas Gerais.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsáveis: Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais e Corina Ilda da Silva Ferreira
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

000.119/2016-4
Tomada de contas especial instaurada em decorrência da impugnação total de despesas, que tinha como objetivo o incentivo ao turismo por meio da realização do evento "Feagro Vale 2010" no município de Braço do Norte/SC.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Adir Engel; Edésio Volpato; Feagro-Vale Feira e Exposição Agropecuária do Vale do Braço do Norte e Região
Representação legal: não há

001.990/2017-9
Tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Pará (Incra/SR-01) em desfavor da Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense (Fanep), do Sr. José Jorge Soares Monteiro e da Srª Maria de Jesus dos Santos Lima, presidentes da referida fundação, em razão de omissão no dever de prestar contas e de não cumprimento do objeto de convênio cujo objeto foi a elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos Rurais (PDA) dos Projetos de Assentamento (PA) denominados Jararaca e Inácia, bem como prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES) a 272 famílias de agricultores assentadas nos PA Inácia, Taperussu e Jararaca.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Pará - Incra/SR-01
Responsáveis: Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense - Fanep; José Jorge Soares Monteiro; Maria de Jesus dos Santos Lima
Representação legal: não há

016.956/2015-0
Tomada de contas especial instaurada em virtude da não apresentação da prestação de contas de convênio , tendo por objeto "a introdução de unidades de industrialização e comercialização no Projeto de Assentamento Gameleira, localizado no Município de Eldorado do Carajás-PA".
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -Superintendência Regional do Sul do Pará (Incra/SR-27)
Responsáveis: Eudécio Gomes do Rego e Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da Localidade da Cristalândia e Região das Capoeiras - Asprucc
Representação Legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

001.941/2018-6
Atos de concessão de aposentadoria submetidos, para fins de registro.
Interessados: Corinto Cordeiro de Barros; Herundino de Ramos; Lazaro Inacio da Silva; Rosa Maria da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

016.023/2016-1
Representação da Secretaria de Controle Externo no Tocantins (Secex-TO) a respeito de indícios de irregularidades relacionadas à contratação de pessoal.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Tocantins
Responsável: Roberta Maria Pereira Castro; Marcelo Costa Maia
Representação legal: Gilberto Tomaz de Souza (OAB/TO 3280), representando Valdivino Dias da Silva e Roberta Maria Pereira Castro

022.473/2016-5
Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em decorrência da não consecução dos objetivos pactuados em contrato de repasse, cujo objeto era a implantação ou melhoria de obras de infraestrutura urbana.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Alto Paraíso/RO
Responsável: Altamiro Souza da Silva
Interessados: Ministério das Cidades
Representação legal: não há

Em 12 de julho de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Segunda Câmara, de 17/07/2018, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

004.006/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Angela Maria Martins Vianna de Almeida; Carmen Cristina Lema Vilarino; Regina Celia dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.011/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Carlos Souza Santana; Antonio José Albuquerque de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

008.800/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Venicio Moreira Faria; Marcos Venicio Silva de Barros; Marcos Vieira Santiago; Marcos Villela Noronha; Marcos Vimicius Barbosa Gomes; Marcos Vinicius Bernardo de Melo; Marcos Vinicius Guedes; Marcos Vinicius Miguel Ribeiro; Marcos Vinicius do Nscimento Mendes; Marcos Xavier da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

008.803/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Margareth Leonardo da Silva Perdigao; Margareth Soares Melgado; Margareth dos Santos Chaves; Margarida Araujo; Maria Alice Cabral da Costa; Maria Alice Lamim Maciel; Maria Amelia da Silva Sousa; Maria Angelica Alves Faria; Maria Angelica de Almeida; Maria Anita Mantovani Peliciano
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

009.879/2009-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fúlvio Basso; João Antonio Machado Filho; Sonia Maria Parmentieri
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

013.476/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Dutra Ribeiro; Ana Paula Alves Lira; Ana Paula Barbosa Senos; Andre Maciel da Silva; Andrea dos Santos Leal; Andreia Pereira de Oliveira; Angela Maria de Sousa Anchieta; Arlene Nunes; Aurea Cristina de Albuquerque Lourenço; Aureliano Mota Cavalcanti de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

013.482/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kathleen Sousa Oliveira; Kelly Lima de Souza; Laura Maria Pereira dos Santos; Leandro Jorge Cleto Gomes da Cunha Junior; Liliane Carla Julio Santana; Liliane Macedo da Silva Mello; Livea Vaz Lima; Livia de Oliveira Galvanho; Lucia Helena Lima de Carvalho; Léia Maria da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

014.244/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dolores Maria Chaves; Edivaldo Lopes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Representação legal: não há

014.247/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aroldo Rodrigues Alves; Ilza Maria Monteiro de Lima; Irismar Vieira Rocha; Jossinea Silva Pereira; Maria Jose Garcia Ribeiro; Raimunda Angélica Santos do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Representação legal: não há

014.281/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Xavier Mascarenhas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

015.570/2016-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Luiz Humberto de Oliveira Guimaraes; Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás
Representação legal: Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF) e outros, representando Luiz Humberto de Oliveira Guimaraes; Eurico Velasco de Azevedo Neto (23.154/OAB-GO), representando Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura

018.545/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Aldemir Batista Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Palmas/TO - INSS/MPS
Representação legal: não há

018.562/2016-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Osmarildo Alves de Sousa; Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás - GO
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás - GO
Representação legal: não há

020.157/2018-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: Vanessa de Castro Pastore (OAB/RJ 146.817)

020.592/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda dos Santos Benvinda; Barbara Guimaraes de Andrade; Fatima de Souza de Andrade; Filipe Dari Kruger; Ismael dos Santos Muniz; Jairo Andre de Oliveira Alves; Maria Angelica da Silva Machado; Marlize Cristina da Silva Maciel; Patricia Andrades de Oliveira; Raquel de Freitas de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

020.594/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alicia Del Carmen Becerra Romero; Luis Airon Martins Vilagrande; Nathalia Missias Santos Bardini; Rogeria Garcia Reis; Tatiane Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

020.746/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Finger; Darliliam Steckel Birck; Juliana Jessy Bonini; Mauricio Ferreira Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

020.876/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Natalie Duran Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

020.930/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jose Humberto Franco Lambert
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

021.066/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Cerqueira Rocha Junior; Barbara Layza Ramalho dos Santos; Danyela de Souza Silva; Felipe Caldas Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há

021.510/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albiane Borba Noronha; Marconde Maciel Borba Noronha; Sebastiana Angela de Gois; Valquiria Franciele Borba Noronha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

021.511/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Luiz Felipe Pinto Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre
Representação legal: não há

021.514/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Alberto de Souza Teixeira; Darcy Lucas Evangelista; Neuza de Sousa Teixiera; Norma Mouta Lopes; Oscarlina Nunes de Amorim Paes; Vicencia de Paula Freitas da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações (extinto)
Representação legal: não há

021.537/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Antonio Rolim Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs em Pernambuco
Representação legal: não há

021.538/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anezia Gomes da Silva; Catiane Adalrilene David Gonçalves; Fabio Ramos Cavalcante Filho; Francisca Rodrigues de Araujo; Julia Ferreira Silveira; Maria Elizabete Rodrigues de Sousa Gonçalves; Maria Osmarina da Silva Andrade; Maria Valdira Barbosa; Maria da Silva Barreto; Maria de Lourdes de Jesus; Raimunda Pereira da Silva; Rosa Candida de Lima; Tarcizia Eulina de Souza; Tereza Davila Cordeiro Braga; Tereza Silva de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs no Ceará
Representação legal: não há

021.547/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clea Jose da Silva Braga; Marline Nanci Peres da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Raphael de Paula Souza (extinta)
Representação legal: não há

021.569/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nilma Soares Jorge
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

021.582/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angelica Monarcha da Costa; Arisa Pecanha Stellet; Arisa Peçanha Stellet; Conceição Fagundes Borges; Daiane Lopes Damazio; Fabio de Almeida Ferreira da Conceição; Geralda Maria da Conceição; Geralda Vieira Domingos; Izabel de Almeida Lopes; Jeane Ferreira de Almeida; Joanna Barbosa de Oliveira; Julio Walner de Almeida Ferreira da Conceição; Laci Pereira Correa; Maria Jose de Oliveira Jesus; Maria Silveira Ramos; Maria Veras; Maria de Lourdes Coutinho da Fonseca; Maria de Nazare Machado Gomes; Maria de Nazaré Machado Gomes; Modestina Reis; Monique Lopes Damazio; Nilza Ferrari dos Santos; Nilza Seraphim de Faria; Sonia Fernandes da Conceição; Yvonne Rocha Guiraldello; Zeni Soares Linhares
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.583/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albertina Maria Serpa Rodrigues; Anea Maria Rosa Pinto; Cecilia de Oliveira Chote; Domingas Ferreira Cortes; Elza dos Santos Mello; Emilia Elias de Mello; Etelvina Flores dos Santos; Jeniffer Sorrentino Marinho; Josefa Maria de Oliveira; Lucia Domingues Cardoso; Luciana da Conceição Gomes; Marcela Sorrentino Mattos; Maria Rosa da Cunha Nunes; Maria da Conçeição Trindade; Marina Francisca Azeredo Sales; Odinea Bonacorso Ferraz; Raphael Gomes Lima Vicente; Sebastiana Lopes Barbosa; Terezinha de Jesus Silva Neves; Valdomira Angulski de Almeida; Vilma Rosa Botelho; Wanda Costa de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.585/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Braulina Luana da Silva de Paiva; Claudete Martins Fernandes; Dulce Nunes de Abreu; Dulce Nunes de Abreu; Gnani Rocha Benites; Hilda Rosa; Igor Azevedo Coutinho; Jamilia de Souza Marins; Jovelina Barreto Cordeiro; Levy Alves de Oliveira; Maria Beatriz Serp Fernandes de Paiva; Maria Elza de Oliveira Coelho; Maria Luiza de Oliveira Pinto Bastos; Maria das Dores Guiimarães França; Marieta Baptista de Araújo; Odete Maria da Conceição Boaventura; Renan Torquato Pereira; Rosete Pereira Fernandes; Ruth Antonio; Sandra Torquatro da Silva; Thereza Maria de Castro Azevedo; Therezinha Assumpcao dos Santos; Vanilda Venancio Mathias; Victor Ramires Torquato Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.586/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aneuti Abreu Carneiro; Berenicy Vieira Marques; Dalva Ferreira da Rosa; Ercília Marques Gomes; Graciana Sores Brasil; Iracema Freire; Julieta de Souza e Silva; Julieta de Souza e Silva; Laide Francisca Abreu da Silva; Leda Maria Alvares Ferraz; Lourdes Muniz de Souza; Mairi Fidelis de Almeida; Maria Francisca Filha; Maria Helena Pereira Pacheco; Maria Josepha da Silva; Maria da Gloria Nascimento Dias; Maria do Carmo Silva; Marilda Roberto da Silva Lucas; Noêmia Pastor dos Santos; Wilma Marques de Souza Gomes; Yolanda da Silva Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.647/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Anna Giassi Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

021.669/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Auxiliadora da Silva Dantas; Maria Inez de Oliveira Dantas; Marineusa Gonçalves dos Santos; Miriam Elias Silva; Nathalia Abilene Silva Candido
Órgão/Entidade/Unidade: Dnocs - João Pessoa/PB - MI
Representação legal: não há

021.707/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albertina Marcelina de Sousa; Ana Maria da Silva; Avelina Teresa de Sousa; Elika Bertoldo de Queiroz; Iolanda Medeiros Candido; Jose Cristian Ciriaco Pereira; Julia Antonia dos Santos; Laudelina Mendes de Araujo; Luiza Macedo Leite; Luzia de Oliveira Brito; Maria Augusta Ribeiro; Maria Ferreira de Araujo; Maria Gomes Campelo; Maria Marques Duarte; Maria Neuma Barbosa de Lima; Maria do Carmo Carneiro Sa; Natalia Cabral da Silva; Pergentina Alves Pereira Marinho; Raquel dos Santos e Silva; Terezinha Fernandes Pereira; Terezinha de Jesus Nascimento Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.710/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria de Queiroz Andrade; Carlos Bruno Leitao da Silva Santos; Edite Dias Ribeiro; Francisca Albino de Oliveira; Francisco Herculano de Assis; Geny Oliveira e Silva Mendonça; Jacirema Maria da Silva; Jandira Lira Vasconcelos; Josefa Matos dos Santos; Josefa Matos dos Santos; Maria Cely Miranda Mourão; Maria Hermose Girão de Araujo; Maria Neves de Araujo e Silva; Maria Ribeiro Viana; Maria Umbelina de França; Maria de Lourdes de Sousa; Mariana Anastacio de Andrade; Paloma Marinho da Silva; Rosa Fernandes da Silva; Severiana da Costa Oliveira Medeiros; Tereza Ximenes do Prado
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.711/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cicera dos Santos Pereira; Dargenira Freitas Dutra Santos; Edezio Correia de Araujo; Eurineide Clementino da Silva; Eva Gomes do Nascimento; Francisca Pereira da Silva; Francisca Pereira da Silva; Joana Nunes Martins; Joao Elton de Brito Barbosa; Luiza Mororo Belem; Marculina Maria da Conceição; Maria Cleide Pinheiro; Maria Estela Araujo de Lima; Maria José de Araújo; Maria Vaz de Freitas; Maria de Lourdes Machado Viana; Maria de Oliveira Sales; Maria do Carmo da Silva; Patricia Gonçalves de Jesus; Rachel Estrela Lins Vidal; Rita de Carvalho Souza; Rodolpho Hermann Mendes Chacon; Zelia Ferreira de Brito Silva; Zulmira Cecilia Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.713/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adalgisa Menezes Oliveira; Ana Maria de Oliveira Frota; Anderson Siqueira Santana; Edilson de Santana Silva; Francisco Magalhaes Felisberto; Ilda Pereira Lacerda; Joao Antonio Siqueira Santana; Joenio Jackson Cordeiro Chianca; Jose Aureliano Vidal Junior; Josefa Siqueira Silva; Lucia Helena da Silva Amaral; Maria Alves Elias; Maria Ferreira Lima; Maria Filismina dos Santos Gois; Maria Flaviana de Oliveira; Maria Gomes Ribeiro; Maria Valentina da Silva; Maria das Dores Vidal; Maria das Dores Vidal; Maria do Socorro Flor; Maria do Socorro Pereira; Rita Maria de Souza; Rita Sales dos Santos; Roberto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.717/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Airton Lins de Sousa; Airton Lins de Sousa; Alzira Maria Alves das Chagas; Carlos Henrique Martins de Morais; Dario Lins de Sousa; Edith Conceição dos Santos; Ermira Pereira Campos; Luana Pessoa Marques da Silva; Lucimendes Caires Souza; Luiz Bastos de Morais Filho; Luiz Carlos Rodrigues de Sousa; Luzia Pereira da Silva; Maria Batista de Souza; Maria Batista de Souza; Maria Bezerra da Conceiçao; Maria Edith Tavares de Menezes; Maria Inacio da Silva; Maria Jose de Morais; Maria José de Morais; Maria Luiza de Sousa Ferreira; Maria Nubia Vieira Marques; Maria Nubia Vieira Marques; Maria Sales de Freitas; Raimunda Rodrigues de Sousa; Rosa Francisca Dasdores Assis; Terezinha Moreira Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.719/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre Galdino da Silva; Ana Lucia Galdino da Silva; Benta Maria de Oliveira; Cleonice Galdino da Silva; Daniel Santana da Silva; Emyster Handel Vicente Gaia; Hilda Teixeira Leal; Hilda Teixeira Leal; Izabel Ribeiro de Souza; Joana Francisca Cezar; Josefa Francisca da Conceição; Josefa Francisca da Conceição; Leuda Rafaella dos Santos Teixeira; Maria Ataides Cavalcante Rocha; Maria Ataides Cavalcante Rocha; Maria Carmem de Lima; Maria Etelvina Vilela; Maria Francinete Ribeiro de Sousa; Maria Jose Mayalla Nunes de Melo; Maria Luiza da Conceicao Silva; Maria do Carmo Cruz Pinto; Marlene ,aria Silva Evangelista; Midelcy Nunes de Melo; Raimunda Tereza Nogueira; Rita Edite Valdevino Clementino; Rosa Maria de Menezes Almeida; Thayse Amanda Ribeiro SE Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

021.721/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelina Soares dos Santos; Adelina Soares dos Santos; Alzira Batista Pereira; Ana Quelly Vasconcelos de Sousa; Clara Nunes Magalhães; Francisca Mirinha da Rocha; Izelia Santos de Souza; Laudiceia Santos Martins; Maria Batista Soares de Souza; Maria Jose de Carvalho Linhares; Maria Jose de Sousa Araujo; Maria Maura de Andrade; Maria Neide Vasconcelos de Sousa; Maria Netis de Souza; Maria Ricardina de Oliveira; Maria Santana Santos; Marlene Viana Soares; Noemia Vieira Melo Uchoa; Osmar Oliver Santos; Rita Melo da Costa e Silva; Sebastiana do Rosario Viana; Zeneide Lima de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.724/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia Ferreira de Almeida; Antonia Ferreira de Almeida; Brasilia Moura Souza; Edinalda Cunha Procopio de Souto; Eleneide Silva; Elieudo Silva Santos; Josefa Luciana dos Santos; Maria Idalina da Silva; Maria Josefa Pontes; Maria Luiza da Silva; Maria das Neves Aguiar dos Santos; Maria de Lourdes Ribeiro; Severina Maria da Cruz; Silvia Helena Medeiros Dias; Terezinha Braga Ponce
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.727/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Josefa Bernardo da Silva França
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

021.784/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Afranio Raul Garcia; Ana Maria Amancio da Silva; Anna Paula Soares Duarte; Annita de Aguiar Tourasse; Bernadete Pereira da Silva; Cadem Soriano Moussatche; Celia Maria Martinelli; Eunice de Magalhães Marques; Geraldo Alves Pereira; Ignes Maria da Conceição Santos; Jennifer Kelly da Silva Penha; Joachim Koss; Joao Pereira de Barros; Joao Rasina Filho; Julia Araujo Ferreira da Silva; Leila Mousinho Fernandes; Lucas Xavier de Souza Trintin; Luis Felipe Xavier de Souza Trintin; Margarida de Castro; Maria Pereira Martins; Maria de Fatima Coutada; Marilda de Santana Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

021.825/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jonathan Soares Ribeiro Ansel; Mayra Rozario de Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal Cardoso Fontes
Representação legal: não há

021.833/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Iolanda do Nascimento Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Referência Prof. Hélio Fraga - SVS/MS
Representação legal: não há

021.903/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joanice Batista da Silva; Joanice Batista da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

021.907/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Ayrtes Nogueira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

021.918/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Rosangela Ferreira Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.920/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jorge Daniel Ochoa Cordova
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.960/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Frossard Abreu; Canuta Capparelli de Moura; Clayde da Silva Ribeiro; Doralice Marques da Silva; Edilaine dos Santos Barcellos; Eunice Monte de Oliveira; Ileia Tavares; Itanyra Cardoso Ferreira; Ivan de Moura Freire; Jupira Dias da Silva; Leda Gorrilhas Magalhães; Maria Eunice Beltrão Salgado; Maria Eunice Beltrão Salgado; Maria Jose Goncalves; Maria Madalena Gomes; Maria Sonia de Souza; Maria de Fatima Rodrigues Guimarães; Maria de Pompea Araujo Lima; Nilza Nunes Pereira; Yolanda Bencardino Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.965/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alcebiades Poton; Alceia Catarina Leão Gomes; Cecilia Miranda de Moraes; Celia Maria Silva dos Santos; Ely Ivo Barroso; Genalda da Silva Bentes; Gilson Martins Torres; Herica Rangel Oliveira; Ivette dos Reis Pinto; Luana Fracisca de Souza; Lygia dos Reis Correa; Nila Sant'anna da Silva; Octacilio José da Silva; Ozemar Lopes Saldanha; Paulo Roberto Pereira de Souza; Raffael Coutinho de Oliveira; Raimunda Baptista dos Santos; Teresa Vicente de Oliveira Andrade; Vera Lucia da Conceição Santos; Volnato Henriques Quitete; Wandreaux Muniz
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.971/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Fatima Maria Alves Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

022.007/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joaquim Calixto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs no Piauí
Representação legal: não há

022.055/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Pedro Honorato de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

022.067/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Almir Gouveia Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.081/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Nilo Sergio Medeiros de Santiago
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

022.084/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Adelicio Sena
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Representação legal: não há

022.085/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Regina Lima Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Representação legal: não há

022.105/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Roberto Ribeiro de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

022.109/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Rodrigues Neto; Antonio Soares de Sousa; Antonio Soares de Sousa; Aristides Goncalves Costa; Armando Amancio da Silva; Armando Amancio da Silva; Armindo Soares de Oliveira; Arnaldo Domicio; Arnaldo de Lima; Arnóbio Alves de Araújo; Artur Lourenço da Silva; Ataide Gomes Medeiros; Ataide Jose de Sousa; Auris Ribeiro Teixeira; Benedito Amorim Lima; Benedito Gomes de Melo; Benedito Pereira de Vasconcelos; Benício de Novaes Melo; Bernardo Alves de Freitas; Bianor da Silva Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

022.110/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Brasilino Roque; Caetano Lourenço dos Santos; Cassimiro Simoes; Cicero Americo de Oliveira; Cicero Luiz Alexandre; Cicero Sousa Lima; Ciriaco Serpa de Meneses; Cirilo Mendes; Clovis Gomes da Costa; Clovis Gonçalves dos Santos; Constança Matilde Rebelo Basilio Servio; Cosme Silvino dos Santos; Cícero Lemos Pereira; Damiao Santiago da Silva; Danilo Inácio de Lima; Dario Magalhaes Pinto; Dilson Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.114/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Ferreira Gomes; Francisco Gomes Pereira; Francisco Lira Amaral; Francisco Medeiros Neto; Francisco Melquiades; Francisco Miranda Araujo; Francisco Morais; Francisco Neves Brasileiro; Francisco Pedro Neto; Francisco Pereira da Silva; Francisco Pereira de Sousa; Francisco Rodrigues Parente; Francisco Rodrigues de Lima; Francisco Rufino de Sousa; Francisco Teotonio da Silva; Francisco Wilson de Lima; Francisco Xavier da Silva; Frutuoso Elpidio de Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.115/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Frutuoso Gonçalves de Moura; Frutuozo Elpidio de Vasconcelos; Genival Lazaro dos Santos; Gentil Alexandre da Silva; Geraldo Amancio Gomes; Geraldo Cosme de Freitas; Geraldo Cosme de Freitas; Geraldo Gomes Santiago; Geraldo Gomes de Oliveira; Geraldo Matos Lima; Gerardo Leao de Sousa; Gerardo Magela Campos; Gerardo Magela Campos; Gerardo Pereira da Silva; Gerardo Rocha de Souza; Gerardo Rocha de Souza; Gercino Ferreira de Souza; Gilberto Bezerra de Almeida; Gilberto Mendonça dos Santos; Gilberto Oliveira de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

022.119/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joao Gomes de Sá Ii; Joao Goncalves de Alencar; Joao Guilherme Lopes; Joao Hermelino Pimenta de Carvalho; Joao Jose Dantas; Joao Juvenal de Mendonça; Joao Lopes Santiago; Joao Loredo Brandao Filho; Joao Marques Neto; Joao Pinto Damasceno; Joao Prudencio de Lima; Joaquiim de Sousa Maciel; Joaquim Ferreira Pontes; Joaquim Mendes de Siqueira; Joaquim de Medeiros Dantas; Joaquim de Oliveira Filho; Joaquin Manoel de Arruda; Jonas Jose Teixeira; José Pimenta e Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.120/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Abdorilo Pessoa; Jose Alexandre de Oliveira; Jose Alexandre dos Santos; Jose Almeida dos Santos; Jose Alves Pinheiro; Jose Amaro de Oliveira; Jose Anderson Fernandes; Jose Anderson Fernandes; Jose Antonio Vieira Rocha; Jose Antonio Vieira Rocha; Jose Martins de Sousa; Jose Ribamar Catunda Paz; Jose Vieira Rodrigues; José Adrião da Silveira; José Aires Benevides; José Araújo Filho; José Leite Lima; José Morais da Silva; José Regio Machado; José Sebastião da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.121/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Augusto de Santana; Jose Avelino da Luz; Jose Avelino da Silva; Jose Azevedo de Farias; Jose Batista de Souza; Jose Batista de Souza; Jose Bento Palhares; Jose Bezerra de Medeiros; Jose Bispo; Jose Cesario Filho; Jose Cipriano de Araujo; Jose Damazio de Macedo; José Bento do Nascimento; José Braga de Mesquita; José Castilho Nunes; José Celestino de Fraça; José Cosme da Silva; José de Anchieta e Silva; José de Moura e Silva; José de Oliveira Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

022.123/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Geronimo da Silva; Jose Gonçalves dos Santos Sobrinho; Jose Ildefonso da Costa; Jose Jarbas Studart Gurgel; Jose Leandro de Lima; Jose Leitao Filho; Jose Linhares Meneses; Jose Lins Falcao; Jose Lopes de Barros; Jose Luiz Cavalcanti de Souza; Jose Luiz da Silva; Jose Maria Loureiro; Jose Maria de Oliveira; José Joaquim Cysne; José Leite Camelo; José Lopes de Araujo; José Marques de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.126/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lucivio Marinho de Souza; Luiz Alves Filho; Luiz Bezerra de Menezes; Luiz Camelo Guimaraes; Luiz Gonzaga Lopes de Menezes; Luiz Gonzaga da Silva; Luiz Holanda Costa; Luiz Joaquim da Silva; Luiz Lima de Oliveira; Luiz Mendes de Sousa-i; Luiz Pedro da Silva; Luiz Pedro da Silva; Luiz Perreira de Souza; Luiz Rafael de Sousa; Manoel Alves de Araujo; Manoel Bino; Manoel Carlos Pinto; Manoel Clemente da Silva; Manoel Cândido de Melo; Manoel dos Santos Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

022.127/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel Firmino da Silva; Manoel Francisco do Santos; Manoel Gomes da Silva; Manoel Gonçalves da Silva; Manoel Henrique dos Santos; Manoel Herculano Vilela; Manoel Joaquim dos Santos; Manoel Laurindo Gonçalves; Manoel Leite de Melo; Manoel Lopes de Alencar; Manoel Lourenço Alves; Manoel Luiz de Nazareno; Manoel Marques Evangelista; Manoel Matias Freire; Manoel Mendes da Silva; Manoel Pereira Filho; Manoel Pereira da Mata; Manoel Pinto de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.129/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nelson Bento dos Santos; Niraldo Pereira Pinto; Normando Dinis Teixeira Machado; Obdedon Alves Guimarães; Odilon Ferreira Linhares; Olival Paulino dos Santos; Onildo Alves de Oliveira; Orlando Rodrigues de Sousa; Orlanildo de Andrade Menezes; Osman Gomes Cruz; Otacilio Bezerra Leite; Otaviano Belarmino de Medeiros; Otaviano Belarmino de Medeiros; Otavio Madeira Bezerra; Paulo Martins Filho; Paulo Mauricio Gomes; Paulo Rodrigues de Oliveira; Paulo Rodrigues de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.131/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raimundo Cardoso Silva; Raimundo Felicio; Raimundo Felix da Costa; Raimundo Firmino da Silva; Raimundo Itamar Lopes Pinheiro; Raimundo Martins de Oliveira; Raimundo Mendes de Siqueira; Raimundo Mesquita Rodrigues; Raimundo Nonato Calixto; Raimundo Nonato Martins; Raimundo Nonato Martins; Raimundo Nonato da Silva; Raimundo Nonato de Sousa; Raimundo Oliveira Braga; Raimundo Quinto de Mesquita; Raimundo Vieira da Silva; Raimundo Vieira da Silva; Raimundo Vieira do Nascimento; Raimundo Ximenes do Prado; Raimundo da Silva Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

022.133/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Severino Rocha da Silva; Silvestre Guida da Silva; Silvio Liberato de Moura; Stelio Wilmar Girão Maia; Stelio Wilmar Girão Maia; Taylor Mendonça Vilas Boas; Tiaguina Antunes Cruz; Tiaguina Antunes Cruz; Timoteo Pereira da Guarda; Ubaldino de Souza Borges; Valdemiro Almeida da Silva; Valdisio Alves Rodrigues; Wilson Procopio de Souto; Zacarias Moreira de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

022.137/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvaro Dantas de Almeida; Alvaro Dantas de Almeida; Jose Queiroz de Aguiar; José Ferreira de Lima Filho; José Paulo Batista de Freitas; João Sebastião Ribeiro; João Sebastião Ribeiro; Maria Joelia Mairins Silva; Romulo Fernando de Araújo; Severino Marcelino de Souza; Waldemir de Souza Barbosa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa mo Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.168/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedicto Torquato da Silva Junior; Enio João de Souza; Joaquim de Oliveira Campello Filho; Luiz Carlos Portela de Souza; Maria das Graças Ferreira Silva; Marilia da Silva Moura; Mario Antonio Sayeg; Oswaldo Gonçalves Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: não há

022.169/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Barragat
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: não há

022.190/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marlinda Braga Lopes; Romildo Holanda dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

022.197/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Murilo da Mota Cavalcanti; Maria Libania Nicolau Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Representação legal: não há

022.203/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Raimunda Moraes de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

022.205/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria da Penha Ferreira do Nascimento; Miguel de Souza Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Representação legal: não há

022.206/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Horacio Jorge Serpa Paes Leme
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há

022.298/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Manoel Galvão de Almeida; Claudevan Soares de Albuquerque; Cláudio de Albuquerque; Dermeval Oliveira da Silva; Deusa Odeth Castro Dória; Divacy Fragoso Barbosa; Djalma Pereira Santos; Edmilson Ribeiro Barbosa; Eduardo Mário Mafra
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

022.299/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Expedita Maria de Almeida Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

022.300/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Genésio Guimarães da Silva; Gilvandro Costa; Iara Brabo Magalhães; Isabel Brandão de Vasconcelos; José Gomes de Souza; José Jaguaracy dos Santos; José Santos da Silva; José Toledo dos Santos; Margarida Gurgel Costa de Arecippo; Maria Maximiano da Conceição Neco; Mariluce de Oliveira Bernardes; Mário Antonio Magalhães Reis; Nilza Viana dos Santos; Olival de Gusmão Freitas; Orlando de Azevedo Vieira; Roberto Loureiro Plech
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

022.303/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jaciara Meire do Bonfim; Jose Martins de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

022.304/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Rita de Jesus Matos; Sonia Maria Dias Chagas
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

022.306/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose David Pinto Bezerra; Jose Egberto de Alcantara Jesus; Jose Emilson Motta Barros de Oliveira; Jose Frederico de Paula Miranda; Jose Maria de Paula Costa; Jose Santana; Jose Teixeira Candido; Jose do Carmo Sobrinho; Juliana Alves Gomes; Juliana Alves Gomes; Lucivanda Pereira da Silva; Luiz Carvalho de Sousa; Luiz Nobre Lima; Marcos Antonio dos Santos; Marcus Vinicius Ponte de Sousa; Maria Cleudes Benevides Alencar; Maria Ieda Brito Gomes; Maria Jose Viana; Maria Jose dos Anjos Silva; Maria Socorro de Aquino
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

022.312/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Acrysio Henriques de Mendonça Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.313/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agildo Alvarenga Godinho; Alencar Peixoto Junior; Aloisio de Albuquerque Cavatoni Serra; Aloysio Rodrigues Vieira; Amendio Pereira Lopes; Antônio Fernando Meinicke
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.317/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Diva da Silva Boaventura; Dulcinea Faria; Edeilson Cotta de Sousa; Edite Louzada; Edite Miranda; Efigenia Lucas Tomaz; Fernando Luiz de Magalhaes Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.319/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Vieira Simões; Geraldo Machado Botelho; Geraldo Santos Silva; Geraldo de Souza Aguiar; Glaucio Brant Moraes; Guiomar Amadi Oriente; Hélio Osório de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.322/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Iram da Assunção Silva; Jesus José Vieira; Joao Haddad
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.323/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Jacinto Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.326/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joel Marinho de Mattos Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.328/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Carvalho de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.332/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Carlos de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.333/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Carlos Januzzi
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.336/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Rosa Moraes Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.340/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Tibério Armendani; Vail Paixão de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.344/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jovino Rodrigues de Souza; Sergio de Lima Nobre
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará
Representação legal: não há

022.346/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Idelma Fernandes de Almeida Silva; Jediael Mendes Santos; José Aureliano Nascimento; José Luiz da Silva; João Sampaio Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.349/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Waldemar de Hollanda Vasconcelos Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.351/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Luiz Videira Garcia; Leni da Costa Almeida; Leni da Costa Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.353/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Alzenir Lúcia de Lima Martins; Ana Ligia de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

022.356/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alexandre Grinchpum
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

022.359/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademir Franchiosi Queiroga; Adolpho Eurico Selmi; Alberto Moreno da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

022.361/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Baptista
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

022.364/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Walter Milet
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

022.637/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Caetano de Lima; Alexandre Barbosa da Silva; Alexandre Torres da Silva e Souza; Aline Brazão Gabrielli; Ana Luiza de Souza e Silva; Camila Braga de Sant'anna; Deborah Pereira de Souza; Douglas Pimenta de Andrade; Eric Barrozo Ferreira; Flavia Cristhina Ferreira de Araujo; Juliana Cunha e Silva Ominelli de Souza; Larissa Rodrigues Montaldi; Luiz Antonio Bouças Gonçalves; Marilia Becker Lima; Marla Souza Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

022.674/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valdivino Gomes de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás
Representação legal: não há

022.690/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jovelino Izidoro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.732/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Pedro Bonifácio de Albuquerque Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.951/2007-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Domingos Guedes de Oliveira; Isis de Araujo Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

032.851/2017-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

002.696/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Alberto de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

014.687/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gaby Naylor de Godoy Ferreira; Maria Augusta Vaz Lanna; Maria Edith Vieira Netto Machado; Marisa Barreto Claro; Teresa Bruno da Silva Cardoso; Zeny Marcello Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

014.765/2010-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fausto Hescheles; Filomena Logelso; Neusa Saraiva da Silva Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss em São Paulo/sul
Representação legal: não há

014.884/2015-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Evanjelista Torres Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí/PI
Representação legal: Carla Isabelle Gomes Ferreira (OAB/PI 7.345)

016.094/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jair Alves Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
Representação legal: não há

016.491/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Afrânio Marx Medeiros Pontes; Paulo Cezar Pozzatti; Raul Túlio Lopes Lemes
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Representação legal: não há

017.204/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Amado Luiz da Silva Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: não há

018.625/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fernanda Colombini Lima de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

018.627/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Martins; Edson Novaes Santiago Filho; Isabella Gonçalves Leal Brandani; Lívia Carla Appendino Cabrera; Loren Veronica Blanco Brauns
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/´SP
Representação legal: não há

018.665/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antony Kossoski; Lengiel Maeve Botton; Moises Timbo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há

018.849/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Otavio Henrique Brito Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

020.727/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laynara Cristini Neves Chaves; Leandro Pupe Nobrega; Leonardo Cardoso Menezes; Leonardo Monteiro Ferreira; Leonardo da Rosa Binkowski; Lorena Araujo Caldeira; Lorena Santos Siqueira; Lucas Eugenio Ribeiro; Saulo Alcântara Belfort Santos; Sergio Pereira Domingos
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

020.742/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Noé Ferreira Filho; Olmiro Antônio Weber; Patricia Câmara Martins; Paula Cristina Alves Santos; Paulo Ricardo Palma; Pedro Egson Lima da Silva; Pedro Henrique Martins Alves; Pedro Henrique Martins Barcellos; Pedro Lucas Sampaio Dantas; Pedro Marinho Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

020.744/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Vinicius Baptista Colodetti; Poliana Machado Vilela
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

020.766/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Riderson Justino de Castro Costa; Roberto Alves de Assis; Roberto de Abreu Victer; Rodolfo Layme Sobrinho Junior; Rodrigo Queiroz de Oliveira; Rogerio dos Santos Mestre; Romes Antônio Franco Junior; Rosilene Santos de Souza; Victor de Freitas Tavares; Vitor Schwingel Goulart
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

020.793/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marcilene Alves de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco da Amazônia S.A.
Representação legal: não há

020.870/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Karine dos Santos Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

020.925/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edmilson Soares de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

021.064/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Celine Ramos Coelho; Janaina Oliveira Marana; José Augusto de Carvalho Motta Junior; Maria Gisele Gomes Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

021.136/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jomara Gomes Pereira Niquini; Túlio Mota de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

021.579/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Altair de Sousa Judice; Antônia Araújo Martins; Antônia Lygia Maia Bezerra de Menezes; Bianca Nascimento de Sousa Judice; Francisca Gondim de Alencar Araripe; Geórgia Chaves Mourão; Ivone Vieira Cruz; Júlia de Queiroz Lustosa; Luzia Diógenes de Araújo; Marcus Vinícius Sousa Leite de Carvalho; Maria Araújo Aragão; Maria Zélia de Oliveira; Maria de Nazaré Reis dos Santos; Maria do Carmo de Brito Machado; Nadir Quezado Parente; Pedro Jorge Chaves Mourão; Pedro de Sousa Mourão Filho; Ricardo Di Giovani Nogueira Peixoto; Tercina Ferreira Teixeira; Winne Kelly do Nascimento Rios
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará
Representação legal: não há

021.591/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adriana Angelucci de Pádua; Ana Maria Plazza Vianna; Igor Matheus Franz Dario; Lindaura Valadares Costa; Maria José de Oliveira Fernandes; Nancy Marques Valle; Yara Shalders
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

021.592/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Domingas Mariana Madureira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

021.595/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelaide de Jesus Morais; Avelino Teixeira dos Reis; Bonifácio Ferreira de Carvalho Neto; Carolina Monteiro Machado; Cláudia Beatriz da Silva Muller de Mello; Diógenes de Amorim Lima; Georgina Clemente Carvalho; Gerson Thomaz Soares da Silva; Gilda Maria Pereira Lopes Heleney; Laila Maria Heleney Botelho; Léa Limp Neves; Maria Magdalena Lopes Aiva; Maria Nazaré de Sousa Tavares; Maria da Piedade de Almeida Freitas; Natasha Moreira Barbosa Pinto; Nilse da Silva Carvalho; Olívia Nunes da Silva; Rude Silva Pinto; Sandra Nara Machado de Freitas; Sebastiana Nascimento Nunes da Silva; Wanda Vasconcellos de Mattos; Zenir Fonseca Pereira; Zilma Bernardina da Silva Viegas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.597/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adolpho Masini; Carlos da Silva Machado; Darcy Bezerra de Oliveira; Ethel Martins de Almeida; Fernando Alves de Miranda; Gioconda Fernandes Costa; Hermínia Hersmsdorff Maia; Hilda da Conceição Bordallo; Jumar Valmor Pinheiro da Silva; Luiz Carlos de Souza Bittencourt; Maria Aparecida de Bulhões; Maria da Penha Gonçalves; Maria de Lourdes Machado; Osvaldina Meireles de Oliveira; Palestina Machado Goncalves Trouche; Regina Coelho Pimentel; Rizoleta Di Blasio; Rosina Gambardella Santos; Simone Lião Silva Rodrigues; Yolanda de Oliveira Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.599/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adylcea Maia Nunes; Amélia Orlanda Ferreira; Aurélia Gomes de Almeida; Cecília Passos Brandão; Clarice da Costa Miguel; Erosita Silva das Chagas; Eurides Nunes do Espírito Santo; Gracinda Pereira Rodrigues de Araújo; Heloísa Guedes de Mello Silva; Idinaicira dos Santos Lima; Lenusia Rocha da Silva; Lucinda Reis Faria; Luiza Cecotte Barreiros; Maria Célia Willeman de Gusmão; Mirtes Correa Santos Galvão; Nadyr Baptista Coelho; Sandra Cerqueira de Magalhães; Solange Pereira Lima Simas; Terezinha Ribas Pontes; Vanny Lassance Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.600/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Abigail Elza de Oliveira Gomes; Avancy Azevedo de Souza; Clotildes do Espirito Santo; Diocles Lima de Siqueira; Eby Drei Siqueira; Eunice Moraes de Obino; Helena Moya Pacca; Ilta Gomes Davel; Jacy Machado Marques; Jacyra Maia Silva; José da Gama e Silva; Maria Inês Victor Silva Vicente; Maria Pinho Silva; Maria de Lourdes Pinto Duarte de Andrade; Maria de Lourdes Silva Lima Bahiense; Marlene Penha de Magalhães; Mathilde Ferreira da Silva; Neyde Froes Ribeiro; Nilza Sampaio Destri; Rodolpho Victor Vicente; Vera Albertina Pinto Ferreira Abdenur
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.603/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cyra Caldas dos Santos Nascimento; Desio Eugênio Pereira da Costa; Dina Arcuri Spinelli Cordeiro; Dulcinéia da Silva Drummond; Elza Sá Lobo Rocha; Guilhermina Caetano Braz; Hilda Menezes Teixeira; João de Almeida Cavalcanti; Lourdes Gonçalves de Carvalho; Lucília Loureiro de Menezes; Marcion Bastos Pereira; Margarida Siqueira Pio Borges de Castro; Maria Abigail da Silva; Maria Porto de Oliveira; Maria Regina Barbosa Gosselen; Maria de Lourdes Mazzoni; Marilza da Conceição Rocha Medina; Marli Monteiro; Milton Recke Alves; Severina Basílio do Nascimento Monteiro; Vicente Constantino Chermont de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.605/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alcirema da Silva Duarte; Antônio Almeida Ávila; Clemir Vianna Jara; Delma de Oliveira; Geralda Pires de Figueiredo; Hercília Saraiva Callijao; Hilda Faria Gomes; Ilka Tardio dos Santos; Jacy Dura Ferreira; Josefina dos Santos de Lemos; Leonícia Freire de Aguiar; Luísa de Sifrônio Medeiros; Maria Leonarda dos Santos; Maria Nilda Luiz; Marli Luiza Souza de Aguiar; Marlinda de Moura Gonçalves Fonseca; Marly Faria de Roure; Mauri Almeida Dagostine; Noêmia Andrade Clerc; Ricardo Lois Peralva; Wilsonnina Simões Carrilho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.607/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amarly Vieira Rodrigues; Dalila Ribeiro de Almeida Maia; Dalva Correia Teixeira; Dina Martins da Cunha Menezes; Emília Faria Márcio; Florêncio Cardoso das Neves; Georgette Adelina Kahl Costa; Guilhermina Joana dos Santos Mello; Jacira Gonçalves Vetromile; José Augusto Leitão da Silva; Lauricea Calixto Oliveira; Lia Dora da Silveira Miranda; Lidya Lucas Feijó; Maria da Ceia Silva; Maria da Conceição Oliveira Guimarães; Maria de Lourdes Pereira de Magalhães; Ney José Rocha; Núbia Jacqueline de Azevedo Melo; Olga Oliveira de Carvalho e Silva; Philomena Calabria Sbano; Rosa Maria Figueiredo de Araújo Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.609/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Aracy Teixeira Batalha; Arthemes Augusto Monteiro da Silva; Carlos André Veras de Farias; Clenilda Aguiar Redelico; Edy Lopes Pereira Sobral; Elidia Cabral de Melo; Elisa Novello Ferraz; Izeni Eccard; Jacy Ferreira Salome Silva; Jaydete Campelo Andrade; Leila Azevedo de Farias; Maria Angelita Carvalho do Nascimento; Maria Delphina Soares de Andrade; Nair Caruso Netto; Nilza Gomes Oliveira; Olga Soares de Araújo; Renata Cabral de Melo; Robson Braz da Silva; Rudenir Braz da Silva; Suzette Valladão de Carvalho; Thereza Felippe Simões Neves; Victor Talarico; Vilma da Costa Salgado; Yolanda da Silva Fortes
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

021.611/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alcione Alves do Amaral; Amaury Fernandes Dias; Antonietta Redo Castanheira; Edda Jordão Guimarães; Esmenia Áreas Henriques; Eunice Alves da Costa Moreira; Heitor Raymundo de Mello Neto; Helio Mendes do Amaral Junior; Jorge Simone; Lélia Jebe Pazo Vallejo; Lélia da Veiga Cabral Pinto; Marcos Noronha de Mello; Marcos Paulo Santos de Jesus; Maria Clara São Paulo Rodrigues; Nair Coutinho Lopes; Nanci de Freitas Silva; Neuza Silva Ribeiro; Ruth Araripe Machado; Solange Nazareth Bivar Neves Lobato; Therezinha de Castro Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.612/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antônia Valentina Valeriano da Silva; Áurea Pereira de Almeida; Cherubina Arlette Castello Branco; Delma Augusta de Carvalho Cerqueira; Dirce Rocha Cavalcanti; Elizabeth de Oliveira Duarte; Jandyra Arruda dos Santos; Laudelina Izabel Erthal Botelho; Leila Vieira Machado Quinhones; Manuel Lourenço da Silva; Maria Heloísa Capistrano Fernandes; Maria Rita Parente Rêgo; Maria de Lourdes Barata Pereira da Costa; Maria de Lourdes Valentim Damasceno; Marlice Estela Vieira de Freitas; Nadir Oliveira Monteiro; Nilcea de Oliveira Albuquerque; Rita de Cássia Melo Souza; Valdemar Ferreira Formiga; Vera Rangel Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.617/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antônia Nunes; Aracy Barbosa de Aquino; Celia de Barros Matrangolo; Cesar Augusto Barros de Aquino; Dirca Franca Magalhães; Georgina Fernandes Ferreira de Souza; Ieda de Azevedo Figueira; Isabel Cristina Barbosa de Aquino; Jizar Feitosa de Menezes; Juraci Inácia dos Santos Paiva; Luciola Moraes da Silva; Maria Carneiro da Cruz; Maria Conceicao Mendes Gonçalves Russel; Maria José Siqueira de Souza; Maria da Silva Miraglia; Maria do Carmo da Silva Pereira; Nylsa Brandao do Nascimento; Olga Nunes; Ricardina Sabino Antônio; Sandra Maria Tavares; Vivilia Vilaca dos Santos; Zenaide Queiroz de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.618/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albaniza Medeiros de Oliveira; Áurea dos Santos Costa; Aydee Mendes Barbedo; Berbenita de Jesus Dantas de Oliveira; Cecília Baptista Martins; Célia José Ramalho do Carmo; Cleonice Eulina dos Santos Cruz; Dina Carvalho Romeiro; Estér Carolina da Silva Alves; Margarida Reis Campos; Maria Adelina Ribeiro dos Santos; Maria José Mendes Santos; Maria Olívia Gomes de Oliveira; Maria da Glória Carvalho de Oliveira; Marialva Correa Castellar; Nair Cardoso Dutra de Alencar e Silva; Roberta Macedo Soares de Paiva; Zenith Fraga Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.620/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Adela Ormonde de Souza; Alana de Oliveira Pereira; Alzira Valente Basílio; Aryclea Telles Ribeiro; Berenice de Oliveira Barros; Dulce Monteiro de Lara Pinto; Elisa Mary de Almeida; Júlia Maria Berenger; Kellen Cristina Camargo da Silva; Luiza Roque de Oliveira; Maria Delarmo Cantiçao Castro; Maria Elisa de Miranda Passos; Maria Eurizina de Oliveira da Silva; Maria Lucília Moraes Cardoso Raposo; Maria de Lourdes Oliveira da Silva; Nadir de Sá Neves; Nésia Ribeiro Fagundes; Nina Ribeiro de Oliveira; Sebastiana Frontelmo de Laet; Sônia Antunes Maciel Machado da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.621/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Aída Gonçalves de Oliveira; Dália Carvalho dos Santos Vieira; Dirce Tavares da Silva; Irany Magdaleno Fernandes Ferreira; Irene de Araujo Nunes Ferreira; Izabel Duarte da Costa; Jeniffer Cristina Sá Moreira; Julia Teresa Egrejas de Melo; Lenis Pontes; Lucia Maria Cavalcante Assumpcao; Maria Augusta de Andrade Lopes; Maria José Moraes da Rocha; Maria José de Oliveira Carvalho; Maria dos Anjos Pereira Campos; Marina Rocha Salazar Câmara; Nair Gonçalves Esteves; Nancy Martins da Silva; Olinda Fernandes de Castro; Vera Barbosa Teixeira; Viveta Menarini de Aragão
Representação legal: não há

021.625/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Berenice Albuquerque Nunes; Carmen Dolores Bastos de Andrade; Doralice Tertulina da Silva; Elizabeth Aura dos Santos; Gecilda Alves Martins; Glória Linda dos Santos; Haydee Almeida da Silva; Iva do Couto; João Ferreira da Costa Filho; Josephina Florinda Miceli de Carvalho; Leandro Lemgruber Soares; Lia Monteiro Lamarca; Lúcia Mendes Pinheiro; Lucy de Andrade Moraes; Maria Cecília Bezerra Neiva; Maria Helena Nogino Ribeiro; Maria da Conceição Garrido Moura; Maria da Penha Chaves Rodrigues; Odete Paiva Carneiro; Orcenia Jesus dos Santos; Ricardo da Costa Rubim; Roberto Carlos dos Santos; Salette Maria Loureiro Mueller
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.626/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antônio Claudio de Paula Bessa; Beatriz Maria Correa Fontaina; Benedita Mathias dos Anjos; Bruna dos Santos Gomes da Silva; Carlos Alberto Vasconcellos; Carmen Dolores de Sá Kyle; Cordelia Gimenez da Costa; Felipe de Castro Chaves; Felizarda Lourenço Gonçalves; Ilda Reis Mendes; Juracy Matoso Dias; Lucy Neves da Silva; Maria Thereza de Castro Chaves; Maria da Silva Plácido; Maria do Espirito Santo Fernandes dos Santos; Mariza Wu Correa de Araujo; Nadyr Couto Ferraz; Nilda Aguiar da Silva; Ricardo José de Castro Chaves; Zilda Nobre Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.628/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antônio Pereira da Câmara Lima Neto; Armando Hilário de Oliveira; Aurinax Duarte do Nascimento; Bianca Reymao Reis; Carlos Edison do Rego Monteiro; Danielle Vieira Franklin; Darcy Amaral; Francisco Franklin da Fonseca Passos; Francisco Renato da Silva Henriques; Irys Fernanda Vieira Franklin; James Crawford Junior; Jorge Correa de Sá; José Carlos de Souza; Manoel da Rocha Borges; Marcia Raposo; Maria de Lourdes Cunha; Nelson Manhães de Almeida; Paulo Werneck da Cruz; Ruben Balieiro Diniz; Tibério Moreira de Carvalho; Tusnelda Raposo; Waldemiro Cursino
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.630/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aída do Nascimento Salles; Aldenice dos Santos Felício; Antônia Demétria Sant'Anna; Arminda da Costa Santiago; Célia Cortes Abdon; Darcy Magalhães de Carvalho; Edith de Moraes e Silva; Eugênia Alves da Silva; Eunice Amélia Lopes da Costa; Helena Dinucci Vieira Ney; Isabel dos Passos Almeida; Jandira Freitas Lopes; Juracy Costa Cardoso; Magnólia de Souza Ribeiro; Márcia Cristina Mendes Santos; Márcia Nasareth Vasconcelos Rodrigues; Maria Stella Graça Faria; Marilde Elysio Sant'Anna; Marlene Midoes Saul; Rodolpho José Magalhães de Carvalho; Sevi Alves Mesquita; Zenir Veloso Brum
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.631/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cremilda Nobre Wanderley; Durvalina Salgado Santos; Expedito Bruno Barbosa; Georgina da Silva Araújo; Iracema Carvalho Moreira; Isa Torres Carrilho; Isabel Amaral de Carvalho; Lêda Ferreira de Azevedo; Maria de Lourdes da Silva Ferreira; Marilza Silva da Costa Leite; Mário Henrique Silva; Nelson Palma Filho; Nely de Souza Lacerda de Almeida; Odette Araújo Palma; Rafael Guilherme Pereira da Silva; Ruth da Fonseca Motta; Suzette de Souza; Ursolina Maria de Almeida; Zaira Reis Vieira; Zuleika Correa Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.632/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anderson Monte Neves dos Santos; Anita Zimmerman; Celeste Augusta da Silva Souza; Dalva Peres Lopes; Edith Vieira Nascimento; Emília Almeida de Mendonça; Eni Barros de Carvalho; Ivete Augusta de Macedo; Izabel Arruda Proença Nitzsche; Jonas Rodrigues da Fonseca; José das Neves Moreira; Judith Gomes Tavares de Azeredo; Leonardo Monte Neves dos Santos; Maria José dos Santos de Oliveira; Maria Julia da Silva Hermes; Maria Lucia Salema Ribeiro; Maria Margarida Campos de Oliveira; Marlene Murad; Rubens Farias; Silvio Augusto Fernandes; Suely Souza Lobo de Araujo Coutinho; Vera Lucia Pães Castilho de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.633/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Jesus Silva; Anna de Barros Ferreira da Silva; Daisy Padilla Soriano de Mello; Flávio de Sousa Neves; Florícia de Souza; Heraclides Araújo Andrade; Hermínia Lopes Cabral; Hilda Regina de Freitas; Maria Varella de Carvalho; Maria de Lourdes do Carmo Ferreira da Silva Araújo; Miguel Alexsander Moura Carvalho; Myrian de Nazareth Saraiva Lopes da Silva; Neuza Alves Dias; Neuza de Aquino; Ricardo Chagas de Mendonça Furtado; Rosa da Cruz Salles; Thaís Ribeiro Mignon; Tuanny Alves Lima de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.637/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alcina Bordallo de Souza; Antilia Risi Valente; Bruno Wedson Vieira de Andrade; Dalva Drummond Barroso; Denise Magalhães Nunes da Silva; Irani Pereira; Irma Silveira Gudolle; Judith Alves Sampaio; Maria Angélica Machado Ferreira; Maria Clea Machado Ferreira; Maria Clea Machado Ferreira; Marilia Velloso Pinto; Nadyr Dutton da Silva Lopes; Nely da Fonseca Sarquis; Odette da Silva Castellano; Rosentina Mendes Correa; Thiago Cunha; Wilma Ferreira dos Santos; Wilsair Ribeiro; Yulma Teixeira Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.639/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cylo Carvalho da Silva; Graciosa Baptista; Iedda do Valle Barros; Jussara Sergio de Siqueira Menezes; Luiz Antônio Stroka; Luzinette da Costa Pedroso; Maria Dulce Simões Sodré; Maria Luiza Nesi de Vasconcellos; Maria de Lourdes Athayde; Maria de Lourdes Gonçalves Silva; Nathanael Barbosa de Macedo e Silva; Nazareth Rodrigues Moreira; Neli Narcisa de Oliveira Cavalheiro; Nelza Moraes Nogueira; Odette Althoff Decat; Ricardo Alberto dos Santos; Sebastiana Rodrigues Domingos; Sebastiana Rodrigues Domingos; Zelia Ferreira dos Santos; Zuleika Canellas Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.640/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Altenir Nunes Almeida; Augusta Guimarães Marques; Edna Leão de Freitas; Edson de Almeida; Elizete Bretas Jorge; Elydia Maria Bastos de Almeida; Heloísa Canthe Vidinhas; Iris Gomes Magalhães; Izaira Lourenço Kastrup; Jurema Guedes Ferreira; Ludmila Sheila Barbosa de Freitas; Maria Luiza Garcia de Lima; Maria de Lourdes Pereira Lima; Marilza Xavier dos Anjos; Neyse Lemos Silva; Olga Vieira Neves; Tatiana Eurydice Barbosa de Freitas; Therezinha Alves da Rocha Nunes; Therezinha Francisco Teixeira; Therezinha Sobral Roman; Vanda Maria Gissoni Moraes; Zileia Ribeiro Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.643/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Carolina Ferreira; Antônio Pereira Mota; Armando Teixeira; José Dias Pereira Junior; Nilo Mendes; Thelma de Moraes Siqueira Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.646/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Alda Brigitte Gouveia Leite; Mercedes Bartalotti da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

022.655/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria Salete de Oliveira Raymundo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

000.781/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

001.543/2004-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rommel Ferreira Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL
Representação legal: não há

002.371/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Lopes Minhoto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

003.907/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edson Tripode
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

004.187/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Márcio da Silva Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

006.873/2018-9
Natureza: Representação
Representante: JMK Serviços S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/CE
Representação legal: Luiz Fernando Pereira (OAB/PR 22.076) e outros, representando JMK Servicos S.A.

008.127/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Imtep GSI Clínica Médica Hospitalar Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Representação legal: Mariangela de Deus e Costa (OAB/DF 7.881) e outros, representando Empresa Brasil de Comunicação S.A., Thaís Mello Rodrigues Dedini (OAB/PR 68.088) e outra, representando Imtep GSI Clínica Médica Hospitalar Ltda.

009.886/2018-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Cairo Barbosa Guerra, Cássio Pires de Paula, Eder Alves Pereira, Manoel Ferreira Goulart, Paulo Cardoso Barbosa e Farmácia Dupovo Itumbiara Leste Ltda.
Representação legal: não há

010.364/2018-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Gilmar Barbosa Pereira, Nacional Medicamentos Ltda. e Ranieli Ereceline Ribeiro Pereira
Representação legal: não há

010.499/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Fernando Sicoli
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

012.025/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Savannah Soluções em Comunicação Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia (Sebrae/RO)
Representação legal: Samira Araujo Oliveira (OAB/RO 3.432) e outros, representando Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia; Aline Pereira Langner (OAB/PR 70.903), representando Savannah Soluções em Comunicação Ltda.

012.061/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ana Maria da Silva Santos; Maria Jose de Souza e Maria do Carmo Pereira Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital das Forças Armadas
Representação legal: não há

012.195/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Chapadinha/MA
Responsáveis: Magno Augusto Bacelar Nunes e Plenus Construções Comércio e Serviços Ltda.
Representação legal: Fábyo Barros Lima (OAB/DF 40.955), representando Magno Augusto Bacelar Nunes

013.461/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Henrique Cesar de Jesus Picoli
Órgão/Entidade/Unidade: Arquivo Nacional
Representação legal: não há

013.466/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Correia D Almeida; Danielle Marques de Queiroz Santos; Eduardo de Oliveira Barros; Evandro Ciaramello Racosta; Fabiane Doege; Frederico Natividade Ortiz; Gabriel Menezes Nunes; Heitor Martins Andrade; Iara Goncalves dos Santos Silva e Marilia Vargas Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

013.468/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Martins de Souza; Amanda Angelica Laporte Maia; Amanda Carneiro Fernandes; Anderson Amorim da Santa Cruz; Barbara Helen Birino Melo; Carlos Vinicius Luz Coelho; Cesar Augusto Macedo de Paula; Charles Patrick Almeida Zabala; Dailany Darley da Silva Siqueira e Elves Lopes Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

013.552/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelaide Moraes da Mota; Adnilson Franklin Lemes de Melo; Alan Alexandre Polenis da Silva; Alan Carlos Gomes; Alexandre Viana Rabelo; Alexsandro de Almeida Mathias; Aline Maira Batistella; Aluizio da Silva Araujo; Amanda Sandoval Cury e Andre Luiz Santos de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

013.555/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Almeida Bandeira de Mello; Clerio Ferreira Maulaz; Cleuber Inacio Amaro; Cristiane Lopes de Assis; Cristopher Feliphe Ramos; Daniel Fagner Rodrigues de Sousa; Danielle Moreira Brasileiro; Danstin Nascimento Lima; Danusa de Oliveira Sabala e Diogo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

013.557/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Flavio Fernandes Rangel de Souza; Fernando Macena de Lima; Filipe de Andrade Vaz Parente; Francieli Aparecida de Lima Honorato; Francielo Euder Gabler; Francimar da Silva Albuquerque; Francisco Ribeiro Gouvea; Francoise Maria de Araujo; Gabriela Kelly Pacheco dos Santos e Gedeon de Carvalho Borges Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

013.561/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kelen Janaina Oliveira da Fonseca; Kezia Abiorana Campos Frutoso; Klayton Corradi; Klayton Mario Oliveira Ramos; Lilian Felix Borges; Linete Ruiz Ferreira; Lucas Climaco Mattos; Lucas Moises Vinci; Luciana Figueiredo Bomfim Lopes e Luciano Leal Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

013.565/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Richelly de Nazare Lima da Costa; Rita Mello Magalhaes; Roberta Ruas Monteiro; Rodorfo Acacio Nobre Fontes; Rodrigo Augusto Gomes dos Santos; Rodrigo Silveira Anjos; Ronivaldo Pinheiro da Silva; Rosimar Ferreira de Sena Oliveira; Rui Fernando Sarges Carvalho e Sergio Paulo Azevedo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

013.767/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: William Acioli Freire de Gois
Órgão/Entidade/Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.
Representação legal: não há

013.856/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Maria Barreto dos Santos e Fabricio Rodrigues da Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/RJ
Representação legal: não há

013.857/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Carlos Pereira Junior e Raul Pereira Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/MA
Representação legal: não há

013.858/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deusueri Ferreira de Oliveira; Edivania Romão da Silva; Italo Renan Duarte das Neves; Levi Leal de Morais; Petronilo Barbosa Rodrigues; Shirley Rodrigues de Oliveira Gouveia e Wellington Henrique Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/RN
Representação legal: não há

014.204/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Silva Kubrusly; Izar Amaral Valentin; Norma Ferreira Russo Romano e Paulo Sergio Albertassi
Órgão/Entidade/Unidade: Laboratório Nacional de Computação Científica
Representação legal: não há

014.231/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonia Moreira Borges de Jesus; Antonio Lopes Xavier; Carlos Alberto da Cruz; Celeste Stefaisk Nunes; Ivan Araripe de Paula Freitas; Lucia Helena Faria; Maria Aliette Peixoto Wanderley; Mario Sergio Tosta da Silva; Maysa Pires Netto e Neusangela Muniz Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há

014.448/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Almeida Gomes; Danielly Araujo Mericias; Douglas Loroza Farias; Helton Soares dos Santos; Maicon Teles do Amaral; Marcelo Silveira de Andrade; Rafael dos Santos Lopes; Rommel Gomes Resende; Vitor Cerqueira Gois e Wendel Jesus de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

014.520/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Aldo de Albuquerque Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Representação legal: não há

014.548/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Roberto da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

014.637/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Leandro Cavalcanti de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há

014.916/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Albanici Matias Pinto de Oliveira; Aline Gonzalez Viana; Christianne Rose Borges Araujo; Demis Ferreira Lima e Eara de Souza Luz Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
Representação legal: não há

014.926/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Ferraz Martins; José Antonio Alves Furtado; Luiz Claudio Nogueira Mendonça; Marcelo Toledo Valim; Patricia Beringhs Rio Gasparian e Rodrigo da Silva Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
Representação legal: não há

015.163/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edileuza Carlos de Melo e José de Paula Rodrigues Neto Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
Representação legal: não há

015.949/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Monica Ferreira da Silva; Osineide de Oliveira Silva e Paulo Quintiliano da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

015.950/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adairon Alves Barbosa; Ademir Furieri; Adriano Silveira de Castro; Alvacir Goncalves Ribeiro e Amos de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

015.954/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Glaicon Jovino Coelho; Haroldo Josimar Bezerra Xavier; Jose Elzo Antonio; Jose Robevaldo Fonseca e Jose Wilmar Souza de Morais
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

015.956/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sergio Ferreira Monteiro de Castro; Sílvio Manoel dos Reis e Waldercie Dutra de Carvalho Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

016.084/2018-7
Natureza: Representação
Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na Paraíba
Representação legal: não há

016.094/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Suprema Segurança Patrimonial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Arquivo Nacional
Representação legal: Viviane Akemi Suzuki (OAB/SP 365.147), representando Suprema Segurança Patrimonial Ltda.

016.114/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Construtora Anhanguera Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Técnico-Científica do Departamento de Polícia Federal
Representação legal: Leonardo Martins Magalhães (OAB/GO 21.230), representando Construtora Anhanguera Eireli

016.129/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Faria de Oliveira; Arthur Coelho Bezerra; Diego José Macedo; Gislaine Russo de Moraes Brito; Gustavo Silva Saldanha; José Luis dos Santos Nascimento; Marco André Feldman Schneider; Ricardo Medeiros Pimenta; Ronnie Fagundes de Brito e Tiago Emmanuel Nunes Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Representação legal: não há

016.130/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Virgínia Ferreira da Silva Castro e Washington Luis Ribeiro de Carvalho Segundo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Representação legal: não há

016.151/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edson Refatti e Fabio Benevenuti
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

016.190/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brenda Albuquerque de Souza; Eulalia Araujo Bezerra; Pedro Henrique Stofel e Costa e Rossini Arashiro Taira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

016.208/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clarisvaldo Baptista Junior; Edvania Kehrle Bezerra e Maira Smith
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

016.242/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Lima de Castro; Aline Roberta Veloso Rangel; Ana Carolina de Oliveira Passos; Andreia Fátima dos Santos Moraes; Caio Carvalho Correia Barros; Clícia Soares Rocha; Cristiane Andrade Souza; Iara do Espírito Santo; Jorge Luiz Hachem Vasconcelos e Julia Cristina dos Santos Costa Macena
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Representação legal: não há

016.243/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julia da Silva Marques; Juselia Nunes Ferreira; Karine da Silva Lustosa; Keila de Sousa Ferreira; Ketlen Vieira Nunes; Maísa Lima Brito; Miguel Frederico Félix Carmona; Taynara Alessandra Dantas da Silva e Willian José da Conceição Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Representação legal: não há

016.249/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Anderson de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.
Representação legal: não há

016.271/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Ovando Leyton; Alexandre Copertino Jardim; Ana Paula Martins do Amaral Cunha; Andre Aparecido de Souza Ivo; Bruno Stramandinoli Moreno; Clovis Ricardo Montenegro de Lima; Elisabete Weber Reckziegel; Felipe da Rocha Soares; Fernando de Oliveira Pereira e Jane Zandomenico
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Representação legal: não há

016.272/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Victor Cal Garcia; Jorge Luiz Barbarotto Junior; Klaifer Garcia; Leonardo Bacelar Lima Santos; Marcela Vassalo Silva; Marcio Augusto Ernesto de Moraes; Marcus Vinicius Salgado Mendes; Maria das Dores da Silva Medeiros; Mariana Pallotta e Marilei Foss
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Representação legal: não há

016.447/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Bessa Veloso e Leonardo Schwindt
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Representação legal: não há

016.531/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francio da Cunha Alves; Francisco de Assis Tome dos Santos Junior; Hugo Rezende Fabrino; Luis Eduardo Luvizotto Lolli e Thaís de Medeiros Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Representação legal: não há

016.559/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo Elias Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

016.756/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Almeida Veloso Oliveira e Yuri Cabral Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

016.795/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreia Santiago de Moura Veloso e Gabriel Barros de Resende
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

016.848/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emory de Oliveira Fenelon; Ingrid Raquel Gertrudes de Franca e Washinghton de Brito Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

016.886/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline dos Santos Ambrosi; Aneli Rosa dos Santos de Luna; Bruno Enrico Goncalves dos Santos; Joana Yumi Kasahara Omi de Freitas e Mariana Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

017.013/2018-6
Natureza: Representação
Representante: W. O. Magalhaes Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro
Representação legal: Rodrigo Fonseca da Costa (OAB/RJ 123.842), representando W. O. Magalhaes Eireli

017.227/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Gomes Rodrigues e Jair Rocha Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Representação legal: não há

017.265/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Carvalho Nascimento; Pedro Henrique Sousa Lima e Rone Gois de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/SE
Representação legal: não há

017.285/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joaci Cabral Almeida Junior e Manoellito da Silva Acioli
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/SE
Representação legal: não há

017.489/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Alzenir de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

017.513/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agnes da Silva Santana; Anderson Lima Soares; Angelica da Silva Paula; Antenor Júnior Pimentel Marcondes; Antonio Carlos Ferreira da Silva; Antonio Jose da Silva Junior; Antonio Nascimento da Silva; Antonio Oliveira Neto; Antonio Soares Lima; Antônio Silvestre Sampaio de Souza; Bismarques Silva de Oliveira; Carlos Alexandre Ribeiro de Oliveira; Cicero Dantas dos Santos Filho; Cledilson Batista da Silva; Cleucilene Tabosa Rufino; Cleyson Mendes Rezende; Daniel de Brito Pereira; Denis Marcio Rego Chaves Junior; Dionatthan Andrade Damasceno e Edclei da Silva Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Acre
Representação legal: não há

017.515/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sandra Rejane dos Santos Silva; Saulo Souza de Macêdo; Sebastiao da Silva Rafael; Sylvane Ruiz de Almada; Tarsys Kleen Neri de Souza; Theofilo Ramos Moreira; Thiago Luan Bonfim de Souza; Vanessa Espirito Santo Cavalvante de Souza; Vanessa Lima de Souza; Willian Douglas da Silva Pinho e Willian Ramon Barbosa Bessa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Acre
Representação legal: não há

017.584/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrei Wenzel de Sousa; Arnaldo Alexandre; Cristina Gonçalves; Evandro Ivanov; Oswaldo Gomes dos Santos e Renato Atumi Mori
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
Representação legal: não há

017.741/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Caldas Ferreira; Fernando Eurico Kill Aguiar; Marcos Paulino e Rodrigo D'afonseca Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Presidência da República
Representação legal: não há

017.748/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline dos Santos Ferreira; Bruno Dias de Souza; Daniel Climaco Pereira Junior; Daniela Marques Alexandrino; David Arruda Toneli; Diego Diniz Freitas; Eduardo Hoshi; Fabio Nascimento Silva; Henrique Pereira Dantas Santos; Isabela Garcia de Oliveira; Julio Cesar de Carvalho Brito; Lazaro Raimundo dos Passos Cunha; Leandro da Rocha Mendes; Luclecia Campos Silva; Luis Carlos Gomes da Silva; Mateus de Oliveira Pereira; Mylene Laurindo de Seixas; Nadson Santana Santos; Paulo Dias Ricardo e Raquel Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
Representação legal: não há

017.749/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Ferreira Bertoloto; Rodrigo da Mota Leite; Romario de Souza Santos; Thiago Xavier de Oliveira e Tiago Antonioni Araujo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
Representação legal: Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto (OAB/RJ 20.863) e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

017.992/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Ribeiro de Pina; Carlos Vinicius de Oliviera Cruz; Dercio Andrade Ferreira; Diego Thurler Pires; Gabriel Amazonas Mesquita; Gabriel Bispo Bernardis; Leandro Justino da Silva; Marco Aurelio Barbosa; Pedro Alberto Vaz de Macedo Soares; Rachel Zerbinato Bispo; Robson Carlos Gouveia da Silva; Sabrina Silva Damasceno e Vania Cristina Ribeiro de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
Representação legal: não há

018.013/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Pereira Rangel; Denisson Cavalcante Barros de Castro; Vanderlan Rossi Netto Sabadini e Williana Diniz Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo
Representação legal: não há

018.014/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adclelmo Gomes de Albuquerque; Alisson Feitosa Moraes Campos; Democrito Ribeiro de Araujo; Luis Juliano de Oliveira Conceicao; Paulo Peixoto Caldas Junior; Rafael da Silva Carvalho; Ranulfo Paes Araujo; Samario Lino dos Santos; Sergio Ribeiro Leite; Tiago Cavalcanti Moura e Wallison Rodrigues Pedrosa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/AL
Representação legal: não há

018.016/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Rodrigues Goncalves; Eduardo Teles de Oliveira; Erico Gomes de Souza; Evandro Pires de Lemos Junior; Everton Pereira Aguiar Araujo; Fabio Luparelli Magajewski; Fabricio Drumond Monteiro; Felipe Eugenio de Almeida Aguiar; Felipe Giardini; Felipe Torres Vasconcelos; Fernanda Akemi Morigaki; Fernanda Ferreira Camelo dos Santos; Fernando Caldas Bivar Neto; Fernando Manchini Serenato; Flavio Garcia Cabral; Flavio Pecanha Ferreira; Francielle Neves Thives; Francineli Ferri Salvini; Frederico Aluisio Carvalho Soares e Frederico Romaniello Teles Baeta Zebral
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

018.017/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Kubrusly Goncalves; Gabriela Nepomucena do Nascimento; Geandro Luis Compolt; Giane Maio Duarte; Grace Anny de Souza Monteiro; Guilherme Arruda Mendes Carneiro; Guilherme Fernandes Ferreira Tavares; Gustavo Figueiredo Melilo Carolino; Gustavo Vieira de Souza Dias; Hugo Daniel Lazarin; Hugo Elias Silva Charchar; Hugo Fellipe Martins de Lima; Hugo Leonardo Abas Frazao; Igor Itapary Pinheiro; Iuri Chagas de Carvalho; Iuri Daniel de Andrade Silva; Ivan Viegas Renaux de Andrade; Jailde Esteves Santos; Janaina Machado Conceição e Jeronimo Barriquello Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

018.018/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Augusto Carneiro Araujo; Joao Costa Ribeiro Neto; Joao Eulalio de Padua Filho; Joao Gabriel Ribeiro Pereira Silva; Joao Manoel de Moura Ayres; Joaquim Cabral da Costa Neto; Jorge Augusto Caetano de Farias; Jose Pereira Lima Filho; Jose Ricardo Custodio de Melo Junior; Jose de Lima Couto Neto; Kleber Benicio Nobrega; Lais Araruna de Aquino; Lais do Valle Mendes; Lara Reis; Laura Lima Miranda e Silva; Leonardo Hernandez Santos Soares; Leonardo Santos Ribeiro; Lianne Pereira da Motta Pires Oliveira; Lilian Miranda Machado e Lincoln Rossi da Silva Viguini
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

018.019/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciano Andrade Farias; Luciano Godoi Martins; Luis Antonio Nocito Echevarria; Luiz Gonzaga Pereira de Melo Filho; Lydiane Maria Lucena Maia; Marcia Maria da Silva Dutra; Marcio Roberto Torres; Marcio Rogerio da Silva Garcia; Marco Antonio Dominoni dos Santos; Maria Alessandra Fernandes Raposo; Maria Eduarda Arruda Magalhaes de Oliveira Locio; Maria Paula Montenegro de Azevedo Von Kostrisch; Maria Tereza Mazoco Times; Marina Silva Fonseca; Martanair Maria da Silva; Mateus Araujo Molina; Maylon Felix de Brito; Michelle Camini; Natacha Raphaella Monteiro Naves Cocota e Natalia Albuquerque Dino de Castro e Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

018.021/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sergio Roberto da Silva; Sheila Guarezi Zandomeneco; Socrates Leao Vieira; Soraya Kawakami; Stefan Espirito Santo Hartmann; Tadeu Santos Cardoso; Tathyana Vieira Flores Sales; Thaissa Assuncao de Faria; Thales Alessandro Dias

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pereira; Thiago Tavares Reis; Tiago Meira de Souza; Ubirajara Resende Costa; Ulisses de Vasconcelos Ordones Junior; Vanessa de Souza Farias e Wallace Feijo Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

018.581/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Neusa Confecções Comercial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Presidência da República /Secretaria de Administração
Representação legal: Erik Franklin Bezerra (OAB/DF 15.978), representando Neusa Confecções Comercial Ltda.

018.892/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lara Denise Goes da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Superior de Guerra
Representação legal: não há

018.938/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alessandra Marcia Furlaneto Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

018.975/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ariela Diniz Cordeiro Leske, Erica Simone Almeida Resende, Guilherme Lopes da Cunha e Mariana Alves da Cunha Kalil
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Superior de Guerra
Representação legal: não há

018.981/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Guilherme Hoppe
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

019.022/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diego Sanches de Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

019.060/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Christiane Dandara Siqueira e Silva; Goreti Hensel Cardoso e Otavio Banegas Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

019.104/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danielle Bezerra Nunes e Debora Marques de Azevedo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

019.127/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Peterson Ferreira da Silva e Ronaldo Gomes Carmona
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Superior de Guerra
Representação legal: não há

019.154/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Classe: IV
Interessadas: Elizabete Serafim da Rocha e Manuela Novais Faria Mangabeira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

019.165/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marcia Von Hoonholtz Laitano
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: não há

020.420/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Robert Torrel
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: não há

020.430/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gilfran Constancio dos Santos; Giselle Freire da Costa; Gislei Silva Fernandes; Henrique Rodrigues de Sousa; Ivanildo Nunes Pereira Esteves; Thatiane Valeria de Oliveira Gomes; Valdirene Figueredo da Cunha; Vanderley Moreira Lopes; Wania Francisca Camargo e Silva e Zilda Maciel da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.432/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gelson Henrique da Fonseca Rocha; Scheldon Tavares de Souza; Sergio Farias Souza; Sergio Mota da Luz; Sirlene Matos Silva; Soraia Rodrigues Conceicao Veloso; Viviane Monteiro Quintino da Rocha; Washington Luiz de Oliveira; Wellington Roseno do Nascimento e Wesley Bispo Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.478/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rosa Maria Rutta
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: não há

020.481/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademir de Brito; Enio Dias de Campos; Ernesto Manzi Netto; Gumercindo Battistella; Joao Tome da Silva; Jorge Luiz Mendes; Lucimara Silva Peres; Luis Roberto Teofilo; Luiz Felipe Poliseli Calderari e Marcos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.482/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Francisca Rodrigues Tizatto; Vera Aparecida Julca Saconato e Vitor de Moraes Custodio
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.547/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Tonia Barni Pacheco de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: não há

020.550/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lazaro Frederico Frabetti Vieira; Martim Marcos Rodrigues; Roberto Domingos e Sueli Aparecida Dias Aranha da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.551/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jefferson Luysin da Silva; Jefferson Martins de Almeida; Joedson da Silva Alves de Araujo; Jose Carlos Alves Ribeiro Filho; Jose Jonatha da Costa Lorenco; Jose Wescley de Carvalho; Tatiana Moura da Silva Rocha; Vanderson Lopes Macedo; Wellington Santos Silva e Wesley Ezequiel de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.552/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Leal de Macena; Thiago Pereira de Carvalho; Valterli Freire Dias; Vanderson de Oliveira Azevedo; Vanessa Oliveira da Silva Marques e Vinicius Cunha Danunciacao
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.553/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Waleska Mendes Araujo Resende
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.601/2016-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rizete Bomfim Pontes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

020.633/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Lustosa do Amorim Neto; Saulo Simoes de Sa; Sheila Bandeira de Mello Hughes; Solange Caroline da Silva Ramalho; Tarsilo Bezerra Inacio; Thiago Moreno Pereira; Thiago da Silva Oliveira; Wellington Alves de Souza e Wellington Pereira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.682/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julio Cezar Goncalves Dias; Larissa Kill; Leandro Braulino de Amorim; Leandro Feitosa da Silva; Leandro da Costa Viana; Lucas Sant Ana Borges; Lucineia da Silva Alves; Marcelo da Silva Costa; Maxwell Ferreira de Oliveira e Oberdan Vieira Cotrim
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.688/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raimundo Ferreira dos Santos Filho; Ricardo Marto Borges Martins; Ricardo Takeshi Fushiki; Richard Barros Vilela; Rildon Sousa Silva; Roberto Ribeiro; Rodrigo Frederik Hattingh; Rogerio do Couto; Roges Sousa de Oliveira e Ronan Eloi Ramos dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.690/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rander Ornelas Silva e Raquel Sousa Galvao
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.718/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Dias Ferreira; Kardewally Ferreira Abrantes e Raysa Brasil Siqueira Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Representação legal: não há

020.756/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bia Aparecida G. Barros B. de Nazaré; Daniella Ribeiro de Souza Longuinho; Joana Mayra Azeredo Moscatelli; Juliana Torri dos Santos; Maria Augusta Mendes Duarte; Nilton Goulart de Sousa e Soraia Martins de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Representação legal: não há

020.772/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldair Marcelino Dias e Mario Soares de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.815/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aurisomarlom Pereira Santana e Ido Alexandre Rodrigues Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.
Representação legal: não há

020.836/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sergio Tiago Basso de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.884/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Pedro de Souza Alves; Andre Mascia Daltrini; Carlis Henrique Raupp; Fabiana Fagundes Fontana; Gabriel Von Wackerritt Guedes; Ivo Antoniolli; Jose Ronaldo Cardoso Rosa; Luiz Kwiecinski Fernandez; Manuela Alegria Martins Ilha e Viviane da Silva Villar
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: não há

020.909/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Artur Luiz Neto; Benedito Carlos dos Santos; Divino Egidio da Costa; Jose Liandro da Silva Neto; Laercio Ferreira da Fonseca; Marcos Barbosa da Fonseca; Marcos de Souza Gomes; Miriam Atiko Oya Nozawa; Nilda Caetano da Fonseca Borges de Freitas e Raimundo Jose de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.933/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maite Santos Huff; Mateus Augusto Fassina Santini; Olias Germano Morbach; Pedro Paulo Medeiros e Rodrigo Dias Flores
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: não há

020.983/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agostinho Duarte Ribeiro; Antonio Carlos Bonifacio; Benedito Otoni Candido; Dilermando Pereira Lopes; Luis Ferronatto; Monica Walkiria Torres Araujo; Roseli Aparecida Alves; Valdeci do Nascimento; Valdir Antonio Ferreira e Valter Bissaco
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

020.991/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Amaral de Castro; Ramon Melo de Aguiar; Regiane Olimpio Fialho; Renato Marques de Melo; Robert de Farias Costa; Romulo Flauber Siqueira Silva; Ronald Henrique da Silva Andrade; Rosane Marques Soares; Rossane dos Santos Peixoto Tabor e Samara Novais Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

021.037/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jacintho Maia Neto e Luiz Octavio Gaviao
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Superior de Guerra
Representação legal: não há

021.523/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Charles Roberto Araujo Pimentel; Kleiton Rogerio Araujo Pimentel; Luciana Katucha Araujo Pimentel; Maria Jose Araujo Pimentel; Nara Cristiane Araujo Pimentel; Tassia Karina Araujo Pimentel e Tatiane Araujo Pimentel
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra em Belém/PA
Representação legal: não há

021.530/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelide Mouta Canaan; Aldeida Ciriro Silva; Angela Prieto da Silveira; Aurea Tomazê Gomes; Edemir de Souto Moutinho; Edison Catete Reis; Eronea Jose Duarte de Souza; Fausto da Silva Trindade; Geralda Vilhena de Souza; Gilda Porto Coutinho; Imair Oliveira Fortes; Joana Maciel e Silva; Lusia Henrique Pereira; Marcionilha Valenti M Carneiro; Margarida Padilha Martins; Maria Helena Pinto Aguiar; Maria Jose da Silva de Souza; Nilza Baptista de Almeida; Olga Bernardina de Siqueira Klein e Thiago Ferreira da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra/RJ
Representação legal: não há

021.994/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ney Lopes de Carvalho e Raimundo da Silva Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

023.422/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jóia/RS
Interessado: Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde
Representação legal: não há

024.590/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Doris Vassan dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

027.545/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arnaldo Oscar de Almeida e Iatamar Almeida Bandeira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Representação legal: não há

029.835/2017-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Responsáveis: Ana Claudia Peters Salgado, Ana Lívia de Souza Coimbra, Eduardo Antonio Salomão Conde, Eduardo Barrere, Frederico Freire Rosa, Gessilene Zigler Foine, Girlene Alves da Silva, Jose Carlos Simão Maluf, Katia Maria Silva de Oliveira e Castro, Leonardo de Oliveira Carneiro, Lyderson Facio Viccini, Marcos Souza Freitas, Marcos Tanure Sanábio, Marcos Vinício Chein Feres, Marcus Vinicius David, Maria Carmen Simões Cardoso de Melo, Monica Ribeiro de Oliveira e Valeria de Faria Cristofaro
Representação legal: não há

031.865/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinícius Souza Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Técnica Federal de Palmas
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.781/2018-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de Pernambuco
Responsáveis: Associação dos Guardiões Ambientalistas do Vale do São Francisco; Silver Jonas Alves Farfan
Representação legal: não há

003.556/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Enide Muniz de Britto; Odete de Oliveira Silva; Thiago Muniz de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE
Representação legal: não há

016.639/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Sérgio dos Santos Gonçalves; Thiago Mega Brum; Waldemiro Amaro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

016.688/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Gabriel Farias Coelho; Lucas Santos da Silva; Lucas de Melo Teixeira; Luis Paulo Lopes de Avila; Marcelo de Souza da Silva; Matheus Reni Machado da Silva; Matheus da Silva Antunes; Moises dos Santos Schalemberger; Otavio Peres Tavares; Pablo da Silva Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

016.695/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Demetrius Cardoso dos Santos; Andre Luiz Garcia Martins; Daniel Bernardes da Silva; Gabriel Dias Von Grafen; Gianluca Goncalves de Barros; Lucca Dominoni Ferreira; Marlon Segalla Filho; Matheus Machado da Cruz; Rodrigo Machado de Oliveira; Vinicius Camargo Fromohls
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

016.700/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alysson Felipe da Silva Huaska; Andrey Gutiery Mendes da Cunha; Antonio Carlos Schnorr Mazeto; Eduardo Graminho Marques; Hilario Bueno; Joao Gabriel Belem Mauricio; Laercio Ribeiro Batista Junior; Leidervan Henrique Floriano; Leonardo Zanquetta Santos; Nicholas Henrich Bombana
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

016.705/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Afonso Walter Cordeiro; Arnaldo Lopes; Claudia Regina da Silva; Elzimar Ferreira dos Santos; Gerson Joao Kloh; Joao Dourado Filho; Josinaldo dos Santos Lima; Ludmilla Franco Coutinho; Luiz Fernando Nazari Rossatto; Rogerio de Andrade Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.708/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Pineschi Braun; Gabriel Ribeiro; Guilherme Moreira Gonçalves; Guilherme Vinicius Scheeren; Guilherme dos Santos Villote; Gustavo Gentil Leite de Araújo; Hans Wagner Gluck; Hugo Concolato de Oliveira Freitas; Hugo Gomes Alves da Silva; Hugo Serrão Ribeiro Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.712/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Yan Augusto Lopes de Aguiar; Ytalo Brasil Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.755/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Santana; Clecius Antunes da Silva; Edson Antonio Pereira Junior; Joao Paulo Vargas; Leonardo Meine de Oliveira; Wyllian Danilo Nascimento Biscaia
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

016.758/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Alves dos Santos Mota dos Anjos; Dimitri Souza Cardoso; Glauber Santos Melo; Ildemar Silva Ribeiro; Jose Evando de Almeida; Paulo Erico Carvalho Santos de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.840/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alain Shiotsu; Alan Cunha Meireles Amaral Junior; Alexandre Vargas Viegas Junior; Caio Miguel Schultz Silva; Carlos Henrique Oliveira Ribas de Azevedo; Diego do Espirito Santo Lima; Eduardo Marchiori Domarco; Fernando Nunes de Carvalho; Frederico Diamante Paesano; Gabriel Lucas Sousa de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

016.861/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Vitor Alves Menezes; Joao Vitor de Gouvea; Johnatan Freire Gomes; Jose Melo Nascimento Neto; Juda Bonfatti de Souza Lima; Juliana Mauricio da Silva; Kaio Venicius Silva Gomes dos Santos; Leandro Moreira Germano; Leonardo Alencar Silva Pimentel; Leonardo Gomes Chartone de Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.866/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Matthaus Otoni Alves de Lima; Nathanael Pugiski Paz de Melo; Nilton Rodrigues Martins Filho; Norton Thomas Pacheco Salvador; Othon Goncalves Andrade; Patrick Silva Costa; Paulo Andre Queiroz Farinelli; Paulo Estevão Costa Soares; Paulo Henrique Buono Valença; Paulo Henrique dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.869/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriel Sant Anna Esterque; Afonso Henrique Barbosa Sa Rocha; Victor Siqueira Teixeira; Victoria Todero Martinelli Cerqueira; Vinicius Barreto Damasceno Melo; Vinicius do Nascimento Santos; Vitor Antonio Silva; Vitor Torres Brum; Vitor de Almeida Vieira; Yago Pereira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.874/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Hilario Domingos Monteiro; Gabriel Irineu do Nascimento; Gerson Ribeiro Portes; Gian Lucas Periard Gomes; Giovanna Frisene; Guilherme Chamusca Bonfa Vieira; Guilherme Fernandes Firmino; Gustavo Carlos Silveira; Henrique Cabo Bianco Hummel; Henrique Lehnen Dattein
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.951/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Daniel Neves de Paula; Brayan Augusto Silva Barbosa; Guilherme Lucas Carvalho Dias; Gustavo Anderson Mozer da Silva; Jeanderson Pereira de Carvalho; Luiz Carlos Mendes Xavier; Robson Haylander Batista Santos; Vinicius Aquino de Freitas; Vitor da Cunha Carvalho; William Avi do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

016.953/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denis Cesar Diogo de Melo; Gabriel Junior de Souza Campos; Gabriel Rodrigo de Souza; Gustavo Henrique Morais Mesquita; Higor Goncalves de Andrade; Igor Jose de Melo; Joao Pedro Braga Alves; Joao Victor da Costa; Nikolas Krambeck Faria; Ramon Junior Alves da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

016.960/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Lima Brazil; Lucas Mombrini Schiffler Leite; Luis Felipe Santos Lessa; Luis Felipe da Silva Sant Anna; Luiz Felipe Campelo de Oliveira; Luiz Felippe Alvares Berbigier; Luiz Phillipe Moreira Medeiros; Luiz Ricardo da Cruz Leite; Manoel Çarlos dos Santos Elias; Marcelo Oldenburg Haetinger
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.964/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Suelem de Souza Figueiredo; Thiago Mauri Marcal; Thiago da Silva Vieira; Thiago de Sales Machado Freitas; Tiago Baumgart; Vagner Reis Coelho Calegario; Victor Honorio Pereira da Silva; Victor Hugo Diniz Taka; Victor Leonardo Bento Moreira; Victor Rodrigues de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.969/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Luis dos Santos Geraldo; Felipe Adolpho Velasco; Felipe Chagas Farias; Felipe Pereira da Silva; Felipe Thiago Almeida Vizzoni; Gabriel Amorim Galdino; Gabriel Dutra Lima Costa; Gabriel Faria Trapani da Silveira; Gabriel Felipe Bejarano da Costa Resende; Gabriel de Souza Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.972/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Igor Fonseca Marques; Igor Itioka Gregorio; Israel Efel Garin; Ivan Alves; Joab Ribeiro Soares Izidoro; Joao Paulo Alves de Sousa; Joao Vitor Bento Figueredo de Andrade; Joaquim Moreira de Sousa Neto; Johann Macario Maximiano; Jonatas Richard Pereira Branco
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

016.979/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thales Figueira de Gois Soares; Thiago Cassimiro de Oliveira Cezar; Thiago Henrique Carvalho de Oliveira; Victor Kaplan Marques; Victor Pereira de Menezes; Vinicius Luis Rodrigues de Souza; Vinicius Ribeiro Alves; Vinicius da Silva Gutterres; Vinicius de Oliveira Azevedo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

017.031/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alison Gabriel de Oliveira Pereira; Andre Lucas Vaz da Silva; Breno Viana de Carvalho; Joao Gabriel da Silva Souza; Julio Cesar de Franca Motta; Maycon Douglas de Almeida Diogo; Miguel de Aquino Rosas Rodrigues; Renan Jose Gabriel Tito; Rodrigo Henrico Garcia Arneiro Junior; Wallyson Alex Toledo Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

017.034/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Igor Cesar Beraniz; Jeander Ribeiro da Silva; Joao Vitor Ramos dos Anjos Silva; Leonardo Luis Pinto de Oliveira; Lucas Henrique Araújo da Silva; Peterson Francisco Martins da Silva Santos; Renan Willian de Oliveira Pinto; Thales Miguel de Jesus Feliciano; Vitor Alves dos Santos; Vitor Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

017.038/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre da Silva Gama; Antoniel de Carvalho Silva; Brendahl Yago de Almeida; Flavio da Silva Avelino Junior; Jean Lucas Araújo Pedroso; Matheus Ruan Soares dos Santos Pedroso; Reginaldo Rodrigues da Silva Junior; Thales Herbert da Silva de Souza; Thiago Henrique Silva Santos; Vinicius Monteiro de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

017.043/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brenda Curcio Fontes; Malcolm Cacozzi Balbino da Silva; Nicolas Wickert Steffens; Vandame Tarik de Oliveira Almeida; Vinicius Rocha de Oliveira; Vitor Hugo Cruz do Carmo; Vitor Kruger Gelesky; Wallyson Abreu da Silva; William Lima Reis; Yuri Henrique de Souza Fagundes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

018.589/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas de Oliveira Lauria Pinto; Isabela Mendes dos Santos; Ivan Carlos Pareto de Carvalho; Joao Victor de Araújo Cipriano Cerqueira; Lucas de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

018.597/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexander Barreto Amaral Pinto; Cristian Cleber Fernandes Nascimento; Edvan dos Santos Albuquerque; Eric Ramos Ferreira; Esdras Samuel Conceição de Araújo; Felipe Nayron Dutra Vianna; Jonathan Sant Ana de Souza de Abreu; Lucas da Rocha Paquy; Rodrigo Coelho Gomes da Silva; Victor Hugo da Silva Messias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.600/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Firmino de Souza Junior; Christyan da Silva de Oliveira; Cleyverson Leal Dutra de Almeida; Gabriel Luis Monteiro Marques; Gustavo do Amaral Magalhaes; Joao Felipe Vaz Martins; Lucas Pereira Tavares; Marcos Vinicius de Oliveira da Silva; Rhuanderson Erick Ferreira Alves da Silva; Tiago Ramos Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.605/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Crystoffer Almeida de Freitas; Dyogo Gomes Martins; Eliseu Xavier Barreto; Erick Bruno Ferreira de Araújo; Gabriel Prata Pinheiro; Guilherme dos Santos Ferreira; Gustavo Pereira Faisca; Israel Mendonca Lopes; Rayan Atila Martins Fujii; Wallace Para Peixoto Mozer
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.611/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Ramalho Penha Virginio; Edesio Monteiro de Souza Junior; Eduardo de Lima Dantas; Fabio Daniel Dias Gomes; Gabriel Salustiano da Silva; Leonardo Freitas de Carvalho; Matheus da Rocha Rosa; Otavio Augusto Teixeira da Silva; Thiago Andrade da Silva; Victor Hugo Melo de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.678/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Sociedade de Advocacia Luiz Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

018.687/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Henrique Maass; Guilherme Jube; Hailton Cezar Mateus Junior; Rogerio Goncalves Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.734/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Elaine Bensusan Veiga Pinto; Eliane Costa Fernandez; Elizabeth Fernandez Muniz de Mello; Fatima Guerra Barreto; Gilda Carneiro Palha Madeira; Glaucia de Lima Baena Soares; Lia Maria de Almeida Souto Mayor; Lucy Maigre da Silva Garcia; Marcia Maria Pereira Rocha; Marly Vilhena Cobra; Regina Helena Carneiro Pingarilho; Solange Carneiro Fabiano Alves; Vera Lucia Pulcherio
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.752/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Cleuza de Sa Moreira; Dalva Maria Rosa Campos; Debora Miranda Messner; Delma Souza Vieira; Denise Souza Vieira; Dilceia Vieira dos Santos; Dilza Souza Vieira; Dirlete Souza Vieira; Luiza Miranda Messner; Marcy Barros Miranda Messner; Marcy Barros Miranda Messner; Reinalda Helena Miranda Messner; Sonia dos Santos Cesar; Vilma de Oliveira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.786/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aliete dos Santos; Ana Maria Cunha de Mello; Cely Santos; Célia Lina Cunha de Mello; Eleonora Silvestre dos Santos; Jailde Costa Barbosa; Janete Benicio de Belo; Jurema Benício Nascimento; Lenir Carvalho de Oliveira Mello; Lina Cunha de Mello; Luiza de Marilac Carvalho Vasconcelos; Luzia Silvestre Alves; Maria Helena dos Santos Salgado; Maria das Dores Almeida de Mello; Nadir Militão da Silva; Nazaré Vasconcelos de Oliveira; Rita de Cassia Batista da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.795/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Claudia Amaral Esteves dos Santos; Ana Elisa Quintino de Oliveira; Conceição de Maria Lima de Sousa; Denise Maria Lima de Sousa; Dione Marcia Pessoa de Albuquerque; Elisabete Aparecida de Souza Menezes; Elizabeth Cristina Pessoa de Albuquerque; Ezilda Quintino da Costa; Hillen Pereira Miranda Silva; Ivanoska Miranda Ferreira; Izabel Cristina Amaral Esteves; Keyla Pereira Miranda; Marci dos Santos Cordeiro; Maria das Graças Lima e Souza de Noronha; Nadia Regina Sousa Marques; Rose Mary Severino de Almeida; Selma Mendes da Silva; Selma Ramado Luline Sipião; Tais Maria Pessoa de Albuquerque; Tania Mara Albuquerque Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

018.806/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angela Maria de Barros Musa; Cynthia Vianna de Carvalho; Edna Ferreira da Cunha; Elizabeth Quadros Freire Fernandes; Fany Johanson Machado; Glória Maria Evaristo de Araujo; Iirani Nemézio e Brantes; Ivany Nemézio Monteiro; Jeanette Faro Telles; Josuneia Evaristo Araujo de Moraes; Magali Orminda de Souza Barbosa; Magniuza Nery da Conceição de Souza Barbosa; Malena do Socorro de Lima Machado; Maria Benedita Sousa Barbosa; Maria Lucia Musa Durão; Maria Ordalia Musa de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

018.822/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Creusa Claudio da Silva Cabral; Deborah Claudio da Silva Rodrigues Soares; Delma de Jesus Monteiro; Dilene de Jesus Monteiro; Dilenilza de Jesus Monteiro; Dircilene de Jesus Monteiro Marques; Ilka de Mello Fernandes; Ivone Claudio da Silva; Katia Nézio Ribeiro; Lea Claudio da Silva Almeida; Lourdes Claudio da Silva; Marcia Helenita da Silva; Maria Valdelene Fernandes; Maria das Graças Coimbra Domingues; Marli Tereza Georg; Mychelle P de Jesus Monteiro; Neusa Claudio da Silva; Rafaela B. B. de Oliveira; Regiane Coimbra da Silva; Regina Coimbra Silva Lyra; Roselene de Jesus Monteiro Vale; Roseli de Jusus Monteiro; Silvia Small do Valle; Telma Ribeiro de Abreu; Therezinha Nazareth R Marques; Yeda Claudio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

019.213/2018-2
Natureza: Reforma
Interessados: Agrinaldo Branco da Silva; Antonio Borges Santos; Francisco Edson Batista do Nascimento; Gilsom Penna Bastos; Jose Pedro da Rocha; Jose Rodrigues Silva; Jurandir Pessoa da Silva; Laumir Amorim de Souza; Miguel Arcanjo de Melo; Ocimar da Gama Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.223/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Eckner Lins de Oliveira; Eliezer Sylvestre de Athaydes; Jeronimo Alves Neto; Jose Tabajara de Matos Nery Vieira; Lourival Almeida; Mauro Sebastiao Moreira Xavier; Raimundo Nonato Falcão Goncalves; Sebastiao Francisco da Silva; Severino Pedro da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.228/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Amaro Rodrigues Filho; Arilton de Oliveira Gouvea; Cicero Alves Nunes; Elson Dantas da Costa; Francisco Oscar Vasconcelos; Hamilton Costa; Jose Bispo dos Santos; Jose Rosimiro da Cruz; Theotonio Chagas Toscano de Britto; Valfredo do Carmo Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.237/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Aorlei Martins Teixeira; Carlos Santos da Silva; Cezarino Ocampos; Duglas Borges; Jose Otta; Laercio Aparecido Franciscato; Luiz Nunes Ferreira; Narciso Jose da Silva; Ronaldo Ibarra Papa; Valdemar Domingos dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.433/2018-2
Natureza: Reforma
Interessados: Armando Eloi da Silva; Carlos Alberto Malta de Araujo; Carlos Alberto da Silva Faria; Carlos Teixeira Pereira; Celio Sanz Soares; Jose Antonio da Veiga Calado; Paulo Santana da Costa; Roberto de Castro Barcellos; Walter Chiesa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.438/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Gileno da Cunha Silva; Rui Barbosa Magalhães Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.440/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Alecsandro de Souza Raimundo; Andre Passos Rodrigues; Guilherme Goncalves Marques Tagliari; Gustavo Franca de Camargo; Hitalomek Sampaio Souza; Joao Lucio da Silva; Marcelo Pedro da Silva; Mateus Loubach Moreira; Tony Leandro da Silva Almeida; William Melo de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.446/2018-7
Natureza: Reforma
Interessados: Felipe de Jesus Oliveira; Francisco Victor da Silva; Fábio Emanuel Dias Villar; Jailson Fernandes da Silva; Jose Ricardo Albino da Silva; Mario Henrique Ribeiro Froio; Natanael Moura; Rodrigo Rodrigues Paz; Thais Helena Madureira; Winicius Walter Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.451/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Elioney Fernades Campos; Eronildo Guilherme da Cruz Junior; Everaldo Jose da Silva; Fabiano de Oliveira Farias; Francisco Cleuton Cesar da Costa; Francisco Gabriel Lima Costa; Joao Batista Alves da Costa; Ronaldo Miranda; Tiago Jose Nascimento; Wilson Fernandes Matias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.464/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Viana Barbosa; Arlindo Silva; Benedito Miguel dos Santos; Fabio Augusto Ferreira Studart; Gilberto Camilo Pereira Filho; Luiz Henrique da Silveira; Luiz Paulo Pereira Oviedo; Manoel Teodoro dos Santos; Nivaldo Clementino da Silva; Ronaldo Luiz Vichiett
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.467/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio do Nascimento; Delmar Celso Hirsch; Ernane Tertuliano da Mata; Francisco Ivo de Oliveira; Francisco de Assis Farias Fernandes; Geraldo Pinto Carvalheira; Jose Carlos Rocha da Silva; Julio Pereira de Castro; Laercio Ramos Barreto; Rubem Monteiro Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.471/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Alvino Vieira Lopes; Antonio Francisco Coelho; Dario Alcebiades de Almeida; Edvaldo Brito de Santana; Estrogildo Machado de Lima; Jaime Egidio Ferreira; Nilton Santana de Oliveira; Odail de Souza Lobo; Olivar Cardoso; Waldemar Donega
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.478/2018-6
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Vicente de Macedo; Ayrton Nogueira Façanha; Edson Moure Barros; Fernando Cardoso; Gilvan Rodrigues de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.481/2018-7
Natureza: Reforma
Interessados: Adilercio Martins de Freitas; Daniel Pimenta de Oliveira; Gemerson Monteiro Menezes; Jose Carlos Miranda; Leonardo Rodrigues Vieira de Melo; Marcelo Vitor de Assis; Marcos Aurélio dos Santos Brazão; Renato Pereira de Souza; Rivaldo Lourenco dos Santos Gomes; Severino Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.484/2018-6
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Rodrigues Tavares; Glaucio Jose da Silva; Heverton Jonnys da Silva Araujo; Janio Gouveia da Silva; Luan Abreu Valenca; Lucas Gheller Piekala; Renato Martins Nascimento; Ricardo Ruela de Oliveira; Ronaldo Martins dos Santos; Valdeildo Pereira Kitzinger
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.492/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio de Jesus Baltar; Celso Raimundo Pereira Rebouças; Cesar Wesley Barreto Pereira; Jorge Frederico Vetterle; Lauro Eduardo de Souza Pinto; Luiz Renato de Souza; Renato Lage de Andrade; Wilson Vargas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.495/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Adão Tavares de Oliveira; Joao Francisco de Oliveira Lima; Ricardo Conceição de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.502/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Bianor Salomão Marques; Davyd Fabiano do Nascimento; Helaine Freitas da Silva; Jorge Martins de Moraes; Lazaro Tavares de Magalhaes; Paulo Roberto Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.505/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Evaldo Cavalcante da Silva; Jose Lucas Amorim; Reinaldo Galdino
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.512/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Andre Luiz dos Santos; Jacintho Pereira de Araújo; Jose Maximiano Filho; Leo Roberto Costa Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.515/2018-9
Natureza: Reforma
Interessado: Danubio Gomes Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.522/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Daniel Nogueira de Mattos; Paulo Geraldo Ferreira Roncada
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.526/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Ailton da Costa Figueras; Aldacir Oliveira Rua; Claudio Manoel Baeta Braga; Jesus Fontes Teles; Jorge Luiz de Cerqueira; Nairton Cavalcanti Cunha; Nelson Jose Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.532/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Alisson Vieira Douglas; Antonio Fernando Gomes da Costa; Claudio Roberto da Silva Carvalho; Daniel Nazario da Silva; David Jackson Anselmo; Elias da Silva Juvencio; Jucicleia Silva Tavares; Natanael Candido de Oliveira; Onorio Lourival de Souza; Paulo Victor Braga dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.537/2018-2
Natureza: Reforma
Interessados: Ademar Messias de Aragão; Amaury Simões dos Santos; Herminio Marins Amaral; Hilton Werneck Tinoco; Jose Carlos Guimarães Osorio; Luiz Caroli; Ovidio Gomes Rangel; Sergio Paulo Beuttenmuller; Ulysses Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.543/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Anna Peres da Costa; Aurea Cristine Costa dos Santos; Cleonice Barbosa Lopes; Cynthia Lima Raab; Francisca de Sousa Cardoso; Generoza Rodrigues de Mendonca Pereira; Jedeumar Brigida dos Santos; Lidia Silva Braga Cardoso; Lucelia Valgas Kiesetik; Mafalda Ricardina Pereira; Maria Bernadete dos Santos; Marizete dos Santos; Marleide Moutinho Pires Ferreira; Zara Daisy de Alencar Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.549/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Paula Rasga Sequeira; Arlene Bento de Oliveira Alves; Catarina Sales Bezerra Silva; Claudia Sales Bezerra Peixoto; Claudio Sales Bezerra; Emilia Peres da Silva; Hilda Dejanira Valença da Silva; Irene Arnaldo Mendonca; Katia Sales Bezerra; Maria Antonia Pinto Vieira; Maria Cristina Mendonca da Silva; Maria Luiza Mascarenhas de Mesquita Bezerra; Maria do Socorro Rodrigues; Marilene Monteiro de Lima Martins; Mauricio Monteiro de Lima; Regina Mendonca; Sandra Malhado de Souza Rasga; Vera Teresa Balieiro Anastacio da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.551/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ely de Souza e Silva; Francisca Angela Souza; Haide Ferreira Lima Pitta; Lucia Garcia das Neves Teixeira; Magda Martins Macieira de Melo; Maria do Socorro Maciel Pereira; Rosana Alho Rolemberg Morais; Rosangela Alho Rolemberg Morais; Sueli Martins Ramiro; Suely Gomes de Oliveira; Tania Regina Vercosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.556/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Amelia dos Santos Conceição; Elita Machado Vasconcelos; Hedilamar Valeria Cavalcante; Hilda Lima dos Santos; Joana Ferreira Machado; Lauro Marques Cavalcante; Maria Zulmira Cavalcante do Nascimento; Maria das Dores Nogueira; Marilia Richetti Pedro da Cunha; Rilzia da Silva Dantas; Valeria Arede Cordova da Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.563/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Paula Monteiro Boaes; Antonia Ivanni de Sa Pinto; Caroline Dias Freitas; Elaine Maria de Souza; Graziela Monteiro Boaes; Jane Peixoto de Souza; Jaqueline Moreira Goncalves Lima; Marcia Silva Costa; Maria Jose Ribeiro Barbosa; Natalicia Brasil Cerqueira; Nilza Alves de Araujo; Rosana Maria de Souza; Rosilene Boaes de Freitas; Valerio de Souza Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.566/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Geralda de Sales Conrado; Janice Campos São Leão; Leandro Rosa Pimentel; Marcia Zeneida Albuquerque; Maria Enilza Pinto Freitas; Maria Eunice Henrique Mota do Carmo; Maria Nazareth de Lima Bezerra; Mathilde Kraichete de Miranda Uchoa; Michelle Marlley Oliveira Santos; Nely Gama Goulart
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.572/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Andrea de Castro Lima Casarino; Benedita Batista Araujo; Edna Roselande Santana Monteiro; Ieda de Carvalho Vasconcelos; Ivanete Freitas dos Santos; Josenaide Tinoco Cavalcanti São Pedro Santana; Katia da Silva Quintella; Kelly Correia da Silva Alves; Maria Lourdes Silva Almeida; Nadir Godoi de Oliveira D Avila; Neite Trindade Goncalves; Rejane do Socorro Santana Monteiro; Zenaide Tinoco Cavalcanti da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.579/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Bruna Caroline Fernandes Andria; Gedy Santos Mineu Rocha; Guilherme Francisco do Nascimento Neto; Helder Josias Costa do Nascimento; Maria Eliracy Souto Santos; Maria Pereira dos Santos; Maria das Lagrimas Ferreira; Monica Vanessa dos Santos; Rita Correia de Araujo; Rosa Maria Baldim Ribeiro; Rosaniele Barbosa de Lima do Nascimento; Silvie Calvano Andria; Terezinha Costa de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.582/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Araci Borchardt; Cecilia Granza Rodrigues; Elizabeth Cristina Ribas de Oliveira; Ingrid Ewald; Irene Cidral Koberstein; Iris Radunz; Laura Klein Marques; Luise Diehl de Moraes; Madalena Granza Luiz; Marcia Bernat Spazzini; Maria Odete Coelho; Marlene Granza Reva; Raimy Silverio de Farias; Romanniy Silverio de Farias; Roseli Granza; Vera Lucia Ravazzani de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.586/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Barbara Talinny de Oliveira Silva; Elizabete dos Santos Zanetti; Elza Basto Pereira; Genilda Ribeiro Costa; Ivanir Acosta Carvalho; Luciene Maria Fernandes Duarte; Manuela Riquelme Cordoba; Marta Aparecida Aquino; Neida Loureiro de Souza; Rayane Vitoria Ortega Cordoba; Richardson Petthersson de Oliveira Silva; Tania Maria de Souza da Cruz; Vilma Vilalba Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.593/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Leny Brandao dos Santos; Leutres Carvalho Figueiredo Cantanhede; Magali Ribeiro de Azevedo Sondermann; Maria de Fatima da Silva; Rosalina Maria Portela Paz; Tania Fernandes Fiorito
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.596/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Euridice Barros Almeida Rodrigues; Maria da Apparecida Mouro de Souza; Neusa Maria Cavalheiro Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.600/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alissania Nogueira Manique; Antonia Guimaraes Costa Medeiros; Antonia Valeria Farias Medeiros; Elita Florencio da Cunha; Francisca Carmelita Braga de Albuquerque; Francisca Ramos de Almeida; Irene Alves Vasconcelos Barros; Lydia Valente Justi Freitas; Maria Enilda Freire Gomes; Silvia Regina Mendonca Schalcher; Zely Costa dos Santos Echevengua
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.604/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alba Maria Lobato Guimaraes; Dilma de Oliveira e Souza; Gloria Gomes de Castro Ferreira; Gloria Maria da Costa Bispo; Iracy Varella Ferreira; Janine Vilaca Peterman; Magda Alves Lagrimante; Marcos de Araujo Garcez; Maria Luiza Viana da Silva; Mercedes Torres Costa; Nilce da Costa Bispo; Rita de Cassia Vilaca Peterman Rodrigues; Vinicius de Almeida Campos de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

019.611/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alexandre Baia de Oliveira; Amando Taigo Baia de Oliveira; Andreia Baia de Oliveira; Auricelia Baia de Oliveira; Cleia dos Santos Sampaio Mantovani; Elaine Santos de Araujo; Idalia Barbosa de Melo; Jaqueline Vicente da Costa; Juracy Oliveira de Lima; Katia dos Santos Sampaio; Maria Odete Santos Sampaio; Nelcy Lemos dos Passos; Nycole Guandalin Soares; Rakel Ribeiro Reis Goes; Renata Guimaraes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.613/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alzira Vieira dos Anjos; Barbara Diana Herdy de Lima Vital; Bernardo Nunes de Lemos; Cassandra Valenca de Oliveira; Claudineia Lima Santana Guariento; Dionisia de Araujo e Silva; Elisangela Evangelista dos Anjos; Elizabeth Dias Marques; Ivonete Evangelista dos Santos; Lucrecia Helena Herdy e Silva; Luzia Jose da Rocha; Luzinete Francisca da Silva; Monica Dias Ladeira; Tania Sueli Rocha Coelho; Yndia Rackel Mundine e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.618/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alessandra Almeida de Souza; Anabia Barbosa da Silva Bernardo; Antonides do Carmo Hubner; Carmen Lucia de Souza; Celina Amorim dos Santos; Eliane Rosa Ribeiro dos Santos; Enid Silva de Araujo; Eva Maria Ribeiro dos Santos; Helenice Rosa Ribeiro dos Santos Mudesto; Isanete da Conceicao Ferreira de Carvalho; Katia Regina de Souza; Leonilda de Jesus Simplicio Correa; Maria Eunice Rosa Ribeiro dos Santos; Marta Barbosa de Souza; Noemia Fernandes de Almeida Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.625/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adinelia Rita de Oliveira; Dalva dos Santos Melo; Elizabeth Gomes dos Reis; Eulalia Pereira de Outeiro; Helena Celia Ribeiro Lenzi; Inaja Lamoya de Araujo; Irisnalda Confessor Avelino; Josineide de Fatima Santos Henriques; Patricia Leal de Souza; Vicente Domingos de Oliveira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.631/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Cleusa Maria de Oliveira King; Edileusa Araujo Gomes; Eleide Maria de Lima Caldas; Ilzimara da Silva Baia; Inaumara da Silva Baia; Iramara Baia Araujo; Liliana Benck Fiorenzano; Maria Patricia da Silva Santos; Maria da Solidade da Silva; Rita Camila de Medeiros Andrade; Rita de Cassia Oliveira de Andrade; Silvana Seabra da Silva; Silvany Seabra da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.633/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Pereira de Moura; Edilene Pessoa de Albuquerque; Edith Anita Kramer Barroso Cavalcanti; Edna Maria Pessoa de Albuquerque; Eliane Pessoa de Menezes; Fatima Francisca de Lima Carvalho; Gerany Guilhermina Kramer Barroso Cavalcanti; Lucicleide Jose de Araujo; Luciene de Araujo Soares; Lucilene de Araujo Soares; Lucineide Jose de Araujo; Luisa Manjorani Cardoso; Maria Edileuza Tenorio Silva; Maria Eliane Costa de Lima; Maria Jose Queiroz Kohno; Maria da Conceição Jose de Araujo; Severina Maria Silva de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.639/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Amelia Freitas de Oliveira; Ana Virginia de Oliveira Veras; Arthur Amanajas Silva; Artur Diogo Santos da Silva; Judite Ribeiro Dias; Maria Vitoria Silva Martins; Maria de Lourdes Moraes Barbosa; Maria de Lourdes Rego da Silva; Marizete Alves da Silva; Nycholas Moraes Marinho; Ozessis dos Santos Silva; Tainara Silva Barata
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.642/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ilma Guapindaia Barreto; Theresa Nascimento da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.647/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Doralice Pereira da Silva; Ederlany Andrade da Silva; Fatima Pereira da Silva; Fernando Melgar dos Santos; Francinelma Oliveira da Silva; Marisol Melgar dos Santos; Raimunda Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.651/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angela Maria de Oliveira Viana; Ceci Rodrigues Calixto Gilberto; Cristianne Pinto Cozzolino Dias; Eleonora Magalhaes Parreira Horta; Etelmar dos Santos Barroso; Evelyn Carolina Leão Calixto; Flavia Roberta Leão Calixto; Frances Jane de Lacerda Dias; Francoise Simone Warlet Reis; Ilza Lea de Magalhaes; Jorgeany Pontes Barroso; Lilia Pacheco Chaves; Lucia Virginia Carneiro; Maria Alice de Magalhaes; Maria Aparecida Lima Calixto; Maria Hedy Lamar Barroso Reis; Maria Lirismar Pontes Barroso; Maria da Conceição Fossali Magalhaes; Maria do Perpetuo Socorro Pontes Barroso; Meirymar Keilah Barroso de Oliveira; Nelci Campos Sales; Onesia Silva Neves; Rosilene Menon Calixto; Stela Dalva Magalhaes Figueiroa; Terezinha Martins Woitovicz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.654/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alcina Nunes Castanho; Amalia Regina Zani Maia; Celia Regina Zanoello; Elisiane Silva de Quadros; Elizabeth Zani Presser; Gladis Terezinha Machado Moreira; Ignes Vidal Peroni; Janira Alves Santos; Lizete Denardi Castanho; Margarete Terezinha Gargaro da Silveira Castanho; Maria Cristina Zani Maia; Maria Natividade Porciuncula Dias da Rosa; Maria Shirley da Rocha Souza; Neli Pereira de Lima; Regina Marta de Oliveira Pizzolato
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.664/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alzeni Ferreira da Costa; Amanda Alves Mota; Angela de Campos Trentin; Judith Furtado Seixas de Sousa; Maria Coeli Pinheiro dos Santos Almeida; Maria Ferreira Soares; Maria Helena Davatz; Maria Helena Pinheiro dos Santos; Maria Lucia Gomes Cruz de Souza; Maria Ruth Pinheiro dos Santos Soares; Maria Salete Fernandes de Farias; Maria de Fatima Pinheiro dos Santos Sousa; Maria do Socorro Pinheiro dos Santos; Nelma Costa de Oliveira; Rosilene da Costa Silva; Sarah Gomes Mota; Selma Ferreira da Costa; Vany Alves Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.668/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Andrea Sant Anna do Amaral; Carla Rosa Souza Morais; Carlos Eduardo Santos Feitosa; Edilma Haubrichs dos Santos; Euricleia Melo de Almeida; Keila Gabriele Pereira Santos; Lindaura Costa Fama; Rosana da Costa Brito; Virginia Brasil Cardoso da Silva; Zuleica Rodrigues de Oliveira Valle
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.674/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aline Alves de Araujo Couto da Conceição; Antonia Fernandes de Souza Silva; Benedicta Antuanete de Siqueira Wassouf; Dinah Clapp dos Santos; Doralice Lima da Silva; Maria de Fatima Aurora da Silva; Maristela de Barros Fernandes de Castro; Marlene Moreira dos Santos; Rita de Cassia Beltrão Silva Ferreira; Sandra Lucia Costa de Almeida; Tarciane Silva de Almeida; Valeria Cristina Alves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.678/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Benedita Maria Cavalcante dos Santos; Edite de Almeida Garcia; Edna Machado e Araujo; Elizeth Barros dos Reis Telacio; Katia Cristina Cordeiro Fernandes da Silva; Lucia Beatriz Cavalcanti de Moraes Sarmento; Luiza Isaltina da Silva; Maria de Nazare da Cruz Barreto; Nazare Seabra da Silva; Priscila Macedo de Moraes Sarmento; Vera Lucia da Silva Brasileiro; Waleska Brum Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.680/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Andrea Lucia de Araujo; Arlete Pimenta de Almeida; Danielle Cristina de Araujo; Debora Luciene de Araujo Marcondes Cesar; Denise Lucimar de Araujo; Fatima Priscilla da Silva; Janaina D`arc dos Reis; Maria Lindacy da Silva; Maria do Rosario Costa Carvalho de Araujo; Marinalva Bezerra Candido; Musa Saraiva de Medeiros; Myrna Garcia Telles; Rose Ane de Moraes Lopes; Rosilda Lima da Silva Mattos; Santana Lima da Silva Matos; Sueli Conceição da Silva; Vanessa Ribeiro Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.687/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Arimedalva Gomes da Encarnação; Creuza Maria dos Santos; Douglas Pereira Cavalcanti; Enilde Nunes Baracho dos Santos; Iolanda dos Santos; Maria Auxiliadora Belo Barbosa; Maria Georgina Trapa Goncalves da Silva; Maria Ignez Thomaz Pereira Alves; Marlene Cardoso Cavalcanti; Noemia Maria dos Santos; Rayane Cecilia Pereira Cavalcanti; Teresa Maria dos Santos; Valeria Conceição dos Santos; Zelinda Roberto do Amaral Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.693/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Analva dos Santos Speck; Audrey Mara de Oliveira; Dilea dos Santos; Dirlei dos Santos; Eliane Maria Souza de Souza; Gecilandia Braga Alencar; Jacqueline Claudino do Nascimento; Jane Teresinha Souza Saccol; Jenice da Silva Claudino; Jussara Helena Sebalhos Souza; Maria Rejane Claudino da Silva; Maria do Rosario Souza; Maria do Socorro Brandao Veras Mendes; Maria do Socorro Oliveira de Assis; Marisa Soares de Souza; Marly Braga Pio Pereira; Mercia Maria Malta dos Santos; Rita de Cassia Brandao Veras; Sonia Selma dos Santos; Teresa Cristina Brandao Veras; Vanda de Lima e Silva; Vania de Lima e Silva; Vilma de Lima Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.694/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Cirlene Araújo da Silva; Cleide Soares de Lima; Dilene Araujo da Silva; Elba de Lima Miranda; Gedalva Gomes da Silva; Gilson Araujo da Silva; Laidinete Jesus de Lima Rodrigues; Leonilda Alves da Silva Fernandes; Marcilene Araujo da Silva; Maria Cicera Januario Alves; Maria Giselda Nascimento da Silva; Maria Jesse da Silva Gomes; Maria das Gracas de Almeida Costa; Maria de Lourdes Silva; Micilene Araújo da Silva; Rogerio Ferreira da Silva; Sandra Martha de Oliveira Costa; Silvana Marcia da Costa Gurgel; Tassia Renata Santos de Lima; Wilma Vieira Machado; Zilaine de Lima e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.700/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Angelina Bernardo da Silva; Alzira Matoso de Abreu; Dirce Ferreira da Rosa; Donatila Lima da Silva; Ethel Pereira de Almeida Rowbotham; Ildete Mendonca Castro; Ivana Guimaraes; Leila Antonia de Figueiredo Duarte; Maria Jose Ferreira Tavares; Maria das Neves da Silva; Tayme Bernardi de Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.704/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aparecida Maria Vasques Braga; Eduarda Amaral Beserra; Eliana Duarte Correa; Genecy de Assis Innecco; Hilda Helena Innecco Siqueira; Maria Luiza Cirino; Maria Quiteria dos Santos Bento; Maria de Fatima Penha Bento; Marya Clara Carvalho Monteiro Fernandes; Rita de Cassia Vasques Coelho de Oliveira; Sandra Maria Vasques; Simone de Souza Peixoto Fernandes; Thayna Carvalho Monteiro Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.709/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alda Maria Saldanha Garcia; Jose Roberto Goncalves Cabreira; Maria Bernadete Goncalves Cabreira; Maria da Graça Gonçalves Cabreira; Maria de Fatima Cabreira Martins; Mariza Rosa da Costa e Silva; Marli Rosa Paiva; Rosangela Soraia Ilhana Peralta; Vera Rejane Peralta Rossi; Wanessa da Silva Cabreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.720/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Claudia Oliveira Peres Correa; Asantares do Carmo Machado de Morais; Dalci Campani Braga; Ilka da Fonseca Varella dos Santos; Mair Serafim; Maria Nazare do Nascimento e Silva; Maria Thereza Monteiro Henrique; Maria do Carmo Pessoa Meira de Vasconcelos; Martina Pinto dos Reis; Valeria Menezes de Jesus da Silva; Valeria Raine e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.722/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Beatriz Gestal Vargas; Anetel Gestal Vargas; Carla Bethania Ferreira da Silva; Cristina Gestal Vargas; Elci Linhares Ribeiro; Fernanda Montenegro Tavares; Marcia Maria Alves da Silva; Marcia Valeria Bittencourt de Souza; Marciane Alves da Silva; Maria Helena da Silva; Maria de Lourdes Silva Pires; Nicolas Mendes Lucena; Nilza Silveira dos Santos; Norma Maria da Silva Andrade; Tania Regina da Cunha Bittencourt; Tatiana Buarque Valporto de Sa; Thais Renata da Silva Costa; Vera Lucia da Silva Dhein
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

019.726/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Amelia Pereira Santos; Ana Maria Pereira dos Santos Mota; Carla Danielly Jeronimo dos Santos; Catherine Silva da Costa; Dionysia Soares da Costa; Irene Barbosa Calado; Maria de Fatima da Silva Moreira; Nair Ferreira dos Santos; Olga Maria do Amaral Silva Muniz; Quezia Cristina do Amaral Silva Velloso; Ruan da Silva Ferreira dos Santos; Tatiana Magna de Souza Leite; Vera Lucia Guimaraes Andrade; Wilza Maria Garcia da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.732/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Dias da Fonseca Trancoso; Andrea Dias da Fonseca Rezende; Claudia Maria Garcia Magalhaes; Daratilde Batista Santana; Debora Angelica Feliciano Neves Alves Moreira; Denise Cristiane de Souza Machado; Edna Clea de Lima Machado; Irineia Lima de Oliveira Bezerra; Jorge Amilcar de Castro Santana; Marcela Mafezone Moreira; Maria Aurea Nunes Calixto; Maria Helena Silva de Souza; Nilza Malta da Silva; Solange Silveira Moraes; Vanessa de Oliveira Bezerra; Vania Oliveira Bezerra; William Wallace de Souza Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.738/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Altenise da Silva Maia; Ebenizer da Silva Maia; Eliane Penna Serejo Baena; Elizabeth Maria dos Santos; Gabriella Ferreira dos Santos; Guiomar Teixeira Alves; Hilp Dallyanny Velberto de Morais Cassiano; Hyany Dallyenne Velberto de Morais Silva; Ilza Ferrare de Siqueira; Isa Lima de Sena; Laura Marli Goncalves Barbosa; Maria Helena Santos de Oliveira; Maria das Graças do Santos; Maria de Fatima dos Santos Carvalho; Nely Santos Morais; Rita de Cassia Maria dos Santos; Roger Fabiano Santana Santos; Vania Felicio da Silva; Walter Jose Santos Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.743/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Lucia de Souza Januario; Ana Paula Mazza Baumeier Safi; Andrea Antunes Januario; Erika Mazza Baumeier; Irismar Batista da Silva Brito; Joana Pereira de Souza Barbosa; Maria Rita Reis da Cunha; Maria de Lourdes Lisboa de Carvalho; Marlene Ferreira de Araujo; Rosane Antunes Januario; Simone Antunes Januario; Sonia Ribeiro Pamplona da Silva; Tereza Paraiso Carvalho de Sousa; Weimar Maria Matias Durand; Wellnar Maria Matias Durand
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.746/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Acidalia Casimiro Pires; Anna Maria Montenegro Pires; Eloa Gomes da Silva Falcão; Iolanda de Souza Rangel; Maria Izabel Cardozo de Mattos; Maria Joana Rodrigues de Araújo; Maria Regina Cruz Lima; Maria das Gracas Silva Verde; Rosana Gomes de Araújo; Rosangela de Araújo Maciel; Severina Oliveira de Queiroz; Solange Gomes de Araújo; Solange Goncalves Pimentel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.752/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Camily Victoria Albuquerque Santos; Cleverton Albuquerque Santos Filho; Cleverton Albuquerque Santos Junior; David Rafael Albuquerque Santos; Eliane Santoro de Lacerda; Graça Maria Almeida da Cruz; Iracema Lima Nascimento de Farias; Isabella Vincent Santoro; Leda Mautone Pereira; Maria Suyane Albuquerque Santos; Maria das Graças Almeida da Cruz; Yvonne Maria Rodrigues da Costa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.756/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Maria Franssinette Marinho de Souza; Natalicia da Silva Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.763/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alice Germano de Azevedo de Andrade; Carmen Rosi Loiacono; Celina Conti de Morais; Clair Oliveira Cordeiro Rankel; Claudia Marcia Schneider Kauling; Ivana Cristina Torres Barrozo; Leila Maria Pereira Gusso; Monica Valeria Bertani de Andrade; Regina Consuelo Schonenborn; Rogeria Pereira; Rosana Pereira; Rosangela Pereira Bittencourt; Sueli Loiacono Fregonezi; Valquiria Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.765/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Zuleima Santiago Weitzel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.773/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Arminda Oliveira Candido Souza; Divanete Cabral Vaz; Edna Lima Pinheiro Oliveira; Eduardo Miranda da Fonseca Filho; Elisodete Rodrigues Vieira; Eolides de Lurdes Coltro Tonkiel; Erothides Noronha Mendonca; Esmeralda Maria da Silva Goulart David; Marila da Conceicao Pelluso Adriano; Marilia Chavantes de Almeida; Raimunda Suzi Carvalho Lima; Tania Rodrigues Fernandes; Valdirma Lima Basilio da Silva; Vitoria Beatriz Ferreira da Fonseca; Wanja de Oliveira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.776/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alzirea de Rezende Nogueira; Claudia Goncalves Alves; Claudia Maria Francelina Miranda; Claudia Sant Ana Cabral; Claudia da Silva Miranda; Conceição Sant Ana Santos; Lilian June Uchoa Guedes; Lydianne Alvarenga de Freitas; Marcia Aires Lins; Maria Jose Ferreira Braga; Maria Jose Pereira Palmeira; Sandra Goncalves; Selma da Silva Custodio; Sonia Regina Linhares; Sueli da Silva e Silva; Vanja Goncalves; Zilda Cavalcante de Sant Ana da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.779/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Debora Cavalli Gastal; Dinacir Cardoso da Silva; Geralda Faustino Montenegro; Irene Antonia de Oliveira; Julia de Andrade; Lizete Capano; Manoela Fonseca Braga; Marcia de Miranda Montenegro Libonati da Silva; Maria Edimar de Oliveira Sakamoto; Marjorie Bertani Braga; Sandra Regina Lopes; Sara Isabel Serafina Bueno Agranionik; Silvia Fernanda Ferreira Merces; Simone Merces Damasceno; Suzana Rita Merces de Queiroz; Wagner Rezende Ferreira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.785/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adenir Silva de Souza; Alexandre Martins Soares Alano; Cremilce Maria Pacheco Azevedo; Cristina Goncalves de Souza; Elienai da Silva Antonio; Maria Liliana Gondim Pereira; Maria da Gloria Silva Ferreira; Maria de Lourdes Bezerra de Barros; Marli Ferreira Braga; Nadir Ferreira Vieira; Raimunda Oliveira de Souza; Suely Felix de Freitas; Terezinha Vieira Lima Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.792/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Airan Leal da Paixao Silva; Ana Vitoria de Jesus Barreto; Barbara de Jesus Barreto; Benta de Melo Lima; Cosme de Jesus Barreto; Genilda de Oliveira Barreto; Gilcirema Fonseca Oliveira Rodrigues; Ivanete Rodrigues de Souza; Ivonete Soledade de Farias; Maria do Carmo Passos; Marilia Ribeiro de Farias; Marisa Ribeiro de Farias; Mercedes da Costa Fernandes; Vanilda Goncalves de Lacerda; Veraci de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.796/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana da Graça Amarilho; Fabiani Flores da Silva Cardoso; Hollanda de Carvalho Venas; Luciene Soares de Lima Pinto; Lucinea Benites Lopes; Luzia Francisca Gomes Reis; Maria Vilma Silva da Cruz; Maria da Graca Amarilho; Maria do Socorro Marques Goiana; Marta Flores da Silva Cardoso; Nilza Bobbo Lopes Dias; Rita Flores da Silva Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.798/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aide Silva de Lemos; Albaniza Rodrigues Duarte Silva; Ana Lucia Calheiros de Oliveira; Artemia Garcia de Lemos Silva; Claudia Bitencourt; Cristiane de Oliveira Fernandes Abreu; Deborah Halpern Doherty; Erundina Maria dos Santos Costa; Glaucya Cristina Araujo Carvalho; Ivonete Marques da Costa; Joyce Bitencourt Argon; Juvelinia Zanatta de Bitencourt; Luciana Calheiros Rodrigues; Maria do Carmo Mandetta Garcia; Maria do Carmo de Lemos Aguiar; Mirian Evangelina Halpern Doherty; Neyde Maria de Lemos Testa; Soraia Luana Reis dos Anjos; Tania Regina Alves Lemos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.804/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Andrea Ferreira Correa; Flavia Regina Correa de Correa; Lucia Feijo Goncalves; Luiza Helena Correa de Correa; Maria Jucileide Correia Teixeira; Nair Cavalcante de Santana; Suely Muniz dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.810/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Lindalva Rodrigues Gemaque; Marcia Andrea Mota Barra; Maria Joana Carneiro de Franca; Midocy da Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.816/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Danty Allyguiery Barreto Lira Gomes; Dianara Moreira Prata da Silva; Fernanda Lemes Gomes; Joao Pedro Moreira Prata da Silva; Katia Regina Prata da Silva; Luci Joaquim Nunes dos Santos; Vera Lucia Martins Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.819/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Ilda Pedroso da Silva; Carmen Lucia Dalalibera Silveira; Coradina da Rocha Magagnin; Edson Nunes; Franciele Teodoro Pereira de Moura; Laurita Heller; Luceli Teodoro Pereira; Lucy Correa Hollanda; Luzia Peres Martins Soares; Marcia Teixeira Garcia; Maria Carmem Lins Pedroso; Nair Lourenco Nunes; Rosemere Lins Pedroso Martins; Sueli do Rocio de Morais Sugamosto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.824/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adivalda Alves Mota; Ana Cristina Rodrigues Araujo Bertolini; Benedicta Jacintha da Silva; Jandyra Barbarioli Netto; Maria Amelia Martins de Abreu; Maria Neli Gilli Figueira; Patricia Massara Marques; Roberta Goncalves Vaz; Wanda Carolina Lyra; Yara Costa Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.830/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adir Thomaz de Lima; Cleidemar Estela Rodrigues da Fonseca Costa; Constância da Silva Garcia; Erika Poppe dos Santos; Francisco Estevão Nunes de Araujo; Isabel Cristina Mendes da Silva; Iza Vianna Fernandes; Leda Maria Souza Calado; Lidice Lima; Livia Maria Calado do Sacramento Santos; Maria das Graças de Lima da Rocha; Marilea Resende Meireles; Nanci Romano da Silva; Veranice Alves Calado; Zelia de Souza Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.835/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Paula Miranda da Silva; Angelica Camarotti Melo; Anita Bertoglio Rodriguez; Bernadete Mendes Haddad; Felipe de Araújo Santana Pereira da Silva; Geni Martins de Aguiar; Maria Irenice de Souza Rolim; Maria Yamanaka Fukuda; Rosangela Aparecida Mendes da Silva; Silvia Maria Mendes da Silva; Sonia Silva Prado; Suely Bertoglio Rodriguez Heredia; Tania Maria Lopes de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.840/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alverina Maria Rodrigues Goncalves Santos; Ana Lucia Meyer Cordeiro; Benedita Paiva de Souza; Clelia Bonfim de Figueiredo Gabriel; Dalia Nogueira dos Anjos; Dayane Rodrigues Freire; Delia Nogueira dos Anjos; Denia Nogueira dos Anjos; Eline da Silva Lima; Janete Assila Adriano Marques; Leticia Silva Lima dos Santos; Maria Jeanete de Lima Freire; Maria do Socorro Andrade de Souza Damasceno; Rita de Cassia Alves da Silva Carvalho; Rita de Cassia Damasceno Machado; Suely da Silva Lima de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.845/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alice Almeida da Silva; Dinalva Maria Faria Goncalves; Elen Roze Barra Santana; Jane Suely de Sa Gois; Leila de Souza Barra; Leliane Ramos de Souza Vasquez; Leonora Maciel da Motta; Maria Coeli Gurgel do Amaral; Marlene Soares Pereira de Sa; Natanael Vitor de Souza; Pedro Lucas da Silva Souza; Raimunda Menezes Ribeiro; Roniclea Santos de Barros do Couto; Rosana Maria de Jesus dos Santos; Rosangela Pereira de Sa Reis; Rosangela de Sousa Barra; Rosiclea de Souza Barra; Taiz de Araújo Gonçalves; Tatiana de Araújo Goncalves; Terezinha de Oliveira Sampaio

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.849/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angela Maria Brasil Biaggio; Angela Maria Ferreira; Enedyr da Silva Falcao; Enide Rangel da Silva; Eny Rangel da Silva; Geisa Simas Thome da Silva; Gilce Dupont; Ivonice Pereira de Almeida; Josefa Candido; Maria Alice dos Santos Marinho; Maria Auxiliadora de Souza Ferraz Santos; Maria Jose Silva dos Santos; Maria das Gracas Candido; Maria do Socorro Oliveira Silva; Neide Rodrigues da Silva; Niege Rodrigues dos Santos; Willaneth Bessa Regis Canuto; Zelma Oliveira da Silva; Zuleide de Oliveira Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.855/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alessandra Leite da Silva Freitas; Esmenio Josue Figueira Lisboa; Lia Mara Modesto Moreira Ruffeil; Maria de Nazare Abucater de Santana; Nita de Miranda Amador; Rosana Rodrigues Freitas; Rosilene dos Santos Chagas; Rubenita Rodrigues Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.858/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Claudia Celedonio Rodrigues Silva; Ieda Cunha Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.862/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Belia Pimentel Martins; Elenara Terezinha Fripp Dainese; Elizir Soares Maurilio; Marcia Veronica Pereira Amado; Monica Pereira Paiva; Nickelly Coelho Dainese; Simone da Silva Almeida; Valeria da Silva Almeida; Veronica da Silva Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.865/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Celonira da Silva Gonçalves; Eloa Teresa Barbosa Oliveira; Flavia Emmanuelle da Cruz Machado de Carvalho; Ivanoska Regina Calderon Britto; Ivanusa Rossana Calderon Brito; Marcia Xavier Paredi; Maria Nelcinda Dias de Castro Britto; Maria de Fatima Costa dos Santos; Marina Luongo Scariot; Marina da Silva Paredi; Romilda de Borba Silveira; Salete Regina Mattos da Silva; Walviani Furtado Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.872/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Dalva de Souza Cortes; Maria Jose dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.243/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Contrel Construções e Realizações Empresariais Eireli - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Moreno/PE
Representação legal: não há

020.343/2018-3
Interessados: Henrique Andreolli do Nascimento; Juliano de Souza Pereira; Matias Martins de Melo; Michael Lemos dos Santos; Oneide Carlos Rockenbach Junior; Vinicius da Costa Pillar
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.348/2018-5
Interessado: Jhonny Ferreira Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.353/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Rita Reis e Rocha; Henilda Soares Leal Valim Andrades; Hercio de Oliveira Pina
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.357/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Henrique Sousa Lemes; Jeferson William Nascimento Correa; Kaique do Nascimento Rodrigues; Kemerson da Silva Inacio; Leonardo Augusto Padilha Ribeiro; Luiz Gustavo Mello Pereira Junior; Mateus Duarte Marchite; Mauricio de Medeiros de Andrade; Oscar da Silva Samboray; Patrick Matheus Machado Rodriguez
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.359/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allef Caputo dos Santos; Carlos Eduardo Conceicao Silva; Dominique Carlos de Freitas Honorio; Geancarlo Saldanha Camello Resende; Geraldo Cristóvão Junior; Rodrigo Rodrigues Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

003.886/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Faustino de Carvalho; Hermenegildo Farias Filho; Ligia Maria Bruno Correia; Maria Antonieta Dantas de Menezes e Regina Helena Lopes Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Fortaleza/CE
Representação legal: não há

004.709/2018-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Central do Exército
Representação legal: não há

010.494/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Élcio da Silva e Raul Fernando Pacheco de Toledo Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Araçatuba/SP
Representação legal: não há

012.081/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vitor Rabelo Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campo Grande\MS
Representação legal: não há

016.525/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristina Fagundes Galvão; Eduardo Cunha Castello Branco; Erisvaldo Tavares Lins; Fernando Maia Freire Ribeiro; Gil Vicente Vaz Oliveira; Giselle Santos Simões; Irene Rocha Kalil; Luciana Santos Guilhon Albuquerque; Suelen Barboza Teixeira e Vera Rodrigues de Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Artes - Funarte/MinC
Representação legal: não há

018.390/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Educação de Santa Catarina
Representação legal: não há

018.644/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Roese; Filipe Cambraia Gilson; Luciano Alves D Almeida; Luiz Fernando de Oliveira e Othon Girardelli Bagne
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social/INSS
Representação legal: não há

018.732/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alana Pitaluga Matias
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

018.837/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Karlla Reijanny Mendes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social/INSS
Representação legal: não há

019.056/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Quintanilha Vaz de Oliveira; Cristiano Augusto Trein; Dalmo Coelho Córdova Filho; Fabio Rezende Prado dos Santos; Gilmar de Sousa Silva; Jose Sergio Marques dos Santos; Juliano Raphael Simões de Souza; Leandro Ribeiro Reis; Rafael Duarte de Paula Silva e Simonny Valeria Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Espacial Brasileira
Representação legal: não há

020.968/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Luciana Felix Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS
Representação legal: não há

021.090/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Magno Ximenes Forte; Bruna Calaca Geraldini Meireles; Charbel Tohme Saad; Daniel de Oliveira Bezerra; Kelen Paula de Souza Simões; Kely Cristina Silva de Alcântara e Michael Jhonny Pimentel Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social/INSS
Representação legal: não há

021.539/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria da Conceição Cavalcanti Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional Nordeste do INSS
Representação legal: não há

021.565/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joaquim Ivo Vasques Dantas Landim; Maria Neusiane Carvalho; Raimundo Carvalho Figueiras; Taise Vasques Dantas Landim e Winnie Nogueira Maia Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em
Juazeiro do Norte/CE
Representação legal: não há

021.655/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: João Pedro Tupina da Silva Felix; Lucas Tupina Torres; Maria Luiza Tupina da Silva e Ozelina Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em
Juazeiro/BA
Representação legal: não há

021.658/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Juliana Nascimento Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Salvador/BA
Representação legal: não há

021.660/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Armando Guerreiro; Gemima Felinto de Carvalho e Isabel Cantelli Grassi
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Jundiaí /SP
Representação legal: não há

021.663/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Luiz Antônio Merlo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Guarulhos/SP
Representação legal: não há

021.665/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Araci Cavilhone da Silva; Benedicta Lucarelli Reis; Carmelina Coutro Dotta; Izolina Silveira Ferreira Machado e Joao Mestre
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campinas/SP
Representação legal: não há

021.667/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Edla Lucy Wendhausen Van Steen
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - Centro
Representação legal: não há

021.672/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Erica de Macedo; Maria Januária de Mendonça; Raimundo de Castro Carvalho; Werlen Ferreira Bastos; William de Macedo e Zenobia Lima Sarmento
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Juiz de Fora/MG
Representação legal: não há

021.674/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amadeu dos Santos Ferreira; Augusta Silva Carvalho; Cacilda de Mello Fontes; Carmen Alva de Souza Cardoso Coutinho; Cecília da Silva Ferreira; Celia Luiz Pereira; Edson Luís Souza Mendonça Junior; Emília Teixeira da Silva; Expedita Pereira dos Santos; Frederico Almeida Rolon de Alencar; Heloisa Pires Mills; Hilma Sant'anna Câmara; Luã Souza Mendonça; Margarida Coelho de Oliveira; Margarida Coelho de Oliveira; Maria José Weitzel Dias Carneiro; Nadege Costa Vaz Dias; Nilta dos Santos Rodrigues; Pytagoras de Carvalho Santos; Rita de Cassia da Silva Pereira; Ronaldo Pires Mills e Ully Francine dos Santos Pache de Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Niterói/RJ
Representação legal: não há

021.675/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Cristina de Lorena Moura Rodrigues da Silva; Ana Soares de Freitas; Carmem Sylvia Vianna Guimarães; Cid de Azeredo Avilez; Edna Maria Bruno Bacchia; Ednéa Pereira Matheus; Elódia Alves da Cunha Bruno; Eufrázia Campelo da Silva; Evaldo Rezende de Souza; Geralda Magella dos Santos; Helena Maria da Silva Pádua; Ilma Azevedo Gonçalves; Lucília Oliveira Araújo; Maria Lucia Correa de Araújo Gonçalves Mattoso; Maria de Lourdes Monteiro de Barros Mascarenhas; Nadir Santos de Almeida; Norma Callado Bruzzi; Pedrolina de Faria Nicolich; Rodolpho da Silva Pádua; Ruda Chaves; Ruda Chaves; Suely Costa de Souza e Wanda Dias Mascarenhas
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Niterói/RJ
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

021.680/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eduardo Miquelotti e Otília Gomes Neibar
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Duque de Caxias/ RJ
Representação legal: não há

021.682/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aída Maria Silva Alvarenga; Ana Maria Monteiro Chagas; Antônio Carlos Santiago de Souza; Celso Pacheco Faquer Rangel; Celso de Souza Leite; Cirene Barbosa Ferreira; Daniel Pacheco Pontes; Fernanda Pacheco Pontes; Fernando Francisco Rocha; Heloiza Peixoto do Espirito Santo; Herval Viana; Isaura Moraes Pastana; José Frederico da Silva Filho; Leonidia Peixoto de Souza; Maria da Penha Gonçalves da Silva Alves; Maria de Lourdes Machado Rosa; Nadir Ramos Menezes; Nadyr de Souza Rocha; Nytia Manhães; Odete Maria de Jesus; Olga Gomes de Almeida; Pedro Jorge Gomes Wagner; Terezinha de Jesus Barcelos de Almeida Lopes e Vanessa Pacheco Faquer Rangel
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campos dos Goytacazes/RJ
Representação legal: não há

021.683/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Lucia dos Santos; Aniceta de Lourdes Teixeira Abreu; Denise Freitas Costa; Er Rodrigues Figueiredo; Er Rodrigues Figueiredo; Heloisa Bastos Duarte; José Américo Figueiredo; Karl Marx Camilo de Oliveira; Karl Marx Camilo de Oliveira; Maria Helena de Araújo Amerio; Marlene Gomes de Vasconcellos; Marlene Gomes de Vasconcellos; Nazilda Moraes Costa; Salvadora Freitas Costa; Therezinha Abjaude; Wayne Lyana dos Santos Oliveira e Wayne Lyana dos Santos Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss - Campos dos Goytacazes/RJ
Representação legal: não há

021.684/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amélia Farias da Silva; Carlos Alberto Andrade Reis; Deise Rose Pereira de França; Deonita Paes Barreto; Doralice Machado Barreto; Dulce Menini Pimenta; Ediellen Siqueira Barcelos; Eliomar Ramos Coelho; Erenilton Estevão; Florinda de Souza Ribeiro; Jader Siqueira Barcelos; Janir Siqueira Barcelos; Jose Antônio Leite Coutinho; Joyce Siqueira Barcelos; Luzia Rodrigues de Melo; Maria do Socorro Rodrigues Passos; Marly D'arco Prado; Nercina Ramos Guimaraes; Rui Paes Barreto; Ruth Alves da Costa; Simoni Machado Barreto Moreira; Sonia Maria Siqueira; Vera Lucia Gomes da Silva; Vilma Cabral Miranda; Waldir Sampaio de Oliveira; Wanessa Christina do Carmo D'arco; Yolanda Santos de Moura e Zilma Rodrigues Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Norte
Representação legal: não há

021.689/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amadea Vale de Castilho; Apollo Rangel; Celeste Gonçalves de La Rocque; Clea Leitão Lucio; Elvira Hildebrandt Coutinho; Elca Fortes Gonçalves; Emília Cândida de Oliveira Fernandes; Illyria de Medeiros Silva; Irun Sant'anna; Ivanise Miranda Ruscigno; Jose Carlos Calheiros Gomes; Jose Tavares Coelho; Maria Augusta Monteiro; Maria Diana Brito Paternostro; Maria Ruth Dias de Almeida; Marina Muto Correa Lemos; Marli Duarte Seraphico; Nair Bergman; Sergio Nesi da Fonseca e Terezinha de Jesus Roland Milhomem
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Sul
Representação legal: não há

021.691/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alda Pinto Calaza; Amália Calheiros Lopes; Elza Lucena Rosaes; Eny Fortuna Bessa; Henrique Schulze; Leonor Gomes de Souza; Maria Helena Steiner; Norma Pinto Cunha e Violeta Sales Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Centro
Representação legal: não há

021.693/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adalgisa Sampaio Loureiro; Alina Carilho de Freitas Rocha; Anna Carolina Lemos Gouveia; Aura Paula Oliveira Gribler; Deolinda Marques de Almeida; Fernanda Vaz de Oliveira; Francisca Carneiro Maia; Helena Ferreira; Heyder Gomes de Mattos; Heyder Gomes de Mattos; Ilma Martins Borges; Liete de Oliveira Cruz Barbosa; Maria Jose Queiroz da Costa; Marise Borges da Silva; Renato Laelson Batista e Rosa Costa Bittancourt de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Rio de Janeiro - Centro
Representação legal: não há

021.695/2018-0
Interessados: Carlos Eduardo de Andrade Lage; Claudio Bonifácio; Fernando Simões Alves de Sousa; Flavia Xavier de Andrade Lage e Neusa Cordeiro Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Varginha/MG
Representação legal: não há

021.698/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Guiomar Sousa Silva; Joao da Silva Prates e Thais Guarinello Correia Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Montes Claros/MG
Representação legal: não há

021.699/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antônio Eustáquio de Souza; Carlota Costa Silva Alvarenga; Davi Lucas Pereira de Oliveira; Débora Valentim Monte Alto; Ignez Maia de Araújo; Jessica Neves Reis e Pedro Henrique Pereira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Governador Valadares/MG
Representação legal: não há

021.975/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anett Ramalheite da Silva; Annita Fiorese Cola; Camila Rebuli Motta; Georgina Campos; Iolanda Cabral Motta; João Lucas Cunha Cupertino; Leni dos Santos Bento; Manuela Nobrega Campos Cunha do Quental; Maria Jose Pereira Correa; Marúzia Rabello Jobim; Odélia de Freitas Martins Bernardes; Rovena Furtado Amorim e Therezinha de Jesus Nascimento Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Vitória - ES
Representação legal: não há

021.980/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arlinda Villaz Carneiro; Claudia Araújo Muniz Rodrigues; Dinah de Andrade Barbosa; Diogo da Silva Reis; Diolinda Augusta Martins; Dulce Soares Carreiro; Edith Ferreira Sampaio; Elida Ricci Maceda; Erne Moraes Rego; Faraem Baraba Fraga; Flavio Garcia do Nascimento; Francisco de Paula Guimaraes; Jaqueline Fonseca Waiandt de Almeida; Lucia Saraiva Carvalho; Maria Ermínio da Costa Neto; Maria Jose Veiga Garcia; Nestor Lopes; Olívio Fernandes Ferreira; Urias Antônio de Oliveira Neto e Wanda Monte Santos Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - RJ
Representação legal: não há

021.990/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Japuranã de Oliveira Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Distrito Federal - DF
Representação legal: não há

022.035/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Alberto Fernandes de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém - PA
Representação legal: não há

022.049/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Tabajara Joaquim das Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Porto Alegre - RS
Representação legal: não há

022.051/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Afonso da Silva Campos; Francisco Xavier Luna e Raimunda Batista de Lucena
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Juazeiro do Norte - CE
Representação legal: não há

022.059/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Emília Marques da Silva; Fatima Fernandes do Nascimento e Gustavo Rodrigo Reis Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maceió - AL
Representação legal: não há

022.086/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marco Antônio Duarte de Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Juazeiro - BA
Representação legal: não há

022.089/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalminia Alves da Silva; Carlos Augusto de Lima Brandão; Dalva Maria da Veiga; Elias Sarkis; Geraldo Alves Bráulio; Geraldo Machado e Graciema de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

022.091/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Joaquim Moreira Rocha; Jose Teixeira de Oliveira Filho; Juscelino Jose Guedes de Aguiar; Luiz Gustavo Mattos Cattony; Margarida Crichtolik Paiva; Maria Antonieta Tavares da Silva Guimaraes; Maria Lúcia Nogueira Pereira; Marilene Silva Carajiliscov; Neusa de Souza Sabino; Ney Azevedo de Souza; Nilson Roberto de Morais; Olga de Castro Araújo Chaves e Rogerio Marcos Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss - Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

022.092/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sandra Regina da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte - MG
Representação legal: não há

022.096/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Aura Marques Aidar
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Uberaba/MG
Representação legal: não há

022.099/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joao Sete de Abril; Luiz Antônio Vichiato; Luiz Antônio Vichiato; Nanceli Maria Bueno Vasconcellos e Nanceli Maria Bueno Vasconcellos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Varginha - MG
Representação legal: não há

022.102/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edgard Alves Pereira e Joaquim Jacinto Nonato de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Montes Claros - MG
Representação legal: não há

022.104/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Roberto Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Uberlândia - MG
Representação legal: não há

022.367/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dilson Lopes Ferraz Leite e Dilson Lopes Ferraz Leite (C`PF 056.897.165-53)
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Salvador/BA
Representação legal: não há

022.369/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Hamilton Bandeira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: não há

022.673/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Magnólia Carvalho de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em João Pessoa/PB
Representação legal: não há

022.704/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Renilda Gomes Lanna e Vera Lucia Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Juiz de Fora/MG
Representação legal: não há

032.301/2017-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
Responsáveis: Álvaro Pereira da Silva; Américo Paysan Valdetaro Filho; Celso Jose Tiago; Cesar Augusto Nardi de Souza; Claudio Duarte de Moraes; Elvira Mariane Schulz; Jose Galaor Ribeiro Junior; Luciano de Paiva Albuquerque; Nelson Leitão Paes; Newton Raulino de Souza Filho e Sinclair James Mayer
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro AUGUSTO NARDES

034.577/2011-4
Recurso de reconsideração interposto por Marcos Paulo do Nascimento contra decisão em TCE no sentido de que não houve comprovação da aplicação de recursos públicos repassados ao município de Matriz de Camaragibe-AL.
Recorrente: Marcos Paulo do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Matriz de Camaragibe/AL
Representação legal: Rubens Marcelo Pereira da Silva (OAB/AL 6.638)
Revisor: Ministro Raimundo Carreiro (12/2016)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

014.301/2015-6
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra a ex-prefeita Edenilda Lopes de Oliveira Sousa (gestão 2009-2012), em face da impugnação total das despesas referentes aos recursos repassados ao Município de Lavras da Mangabeira/CE, por força do Convênio 594/2008

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(Siafi 651044), que tinha o objetivo de implementar 245 módulos sanitários na referida municipalidade, conforme especificação constante do plano de trabalho aprovado.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lavras da Mangabeira/CE
Responsáveis: Edenilda Lopes de Oliveira Sousa, José Maria de Almeida Sousa e Construtora Hidros Ltda. - ME
Representantes legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546); Murilo Queiroz Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796); Cristiana Muraro Tarsia (OAB/DF 48.254); dentre outros, representando Edenilda Lopes de Oliveira Sousa
Revisor: Ministro Vital do Rêgo (36/2016)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

005.604/2015-0
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução de convênio que tinha por objeto incentivar o turismo por meio da implementação do "Projeto Férias com Arte".
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Instituto Zabilin de Arte e Cultura; José Delvinei Luiz dos Santos; R.S. de Oliveira Produções Eireli - ME; Rangéria Pereira Amorim
Representação legal: José Wilton Borges Cruz (OAB-DF 10.563 e OAB-GO 25.960-A) e Wilker da Silva Santos (OAB-DF 29.639), representando R.S. de Oliveira Produções Eireli - ME (peça 38)

012.061/2014-0
Embargos de Declaração opostos contra acórdão que conheceu de recurso de reconsideração e negou provimento em processo de tomada de contas especial instaurada em face de irregularidades constatadas na prestação de contas dos recursos oriundos de convênio que objetivava dar apoio à implementação do projeto denominado "Carnaval do Rio de Janeiro".
Embargante: Maurício de Araújo Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Representação legal: Gabriel Costa Pinheiro Chagas (OAB/SP 305.149) e Júlio de Souza Comparini (OAB/SP 297.284)

014.874/2017-2
Pedido de reexame interposto contra acórdão que julgou ilegal ato de alteração de pensão de ex-servidora da Advocacia-Geral da União.
Recorrente: Francisco José da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: Max Waldir Pereira Vianna (OAB/PA 18.720)

015.209/2013-0
Recurso de reconsideração contra o acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os em débito e aplicou-lhes multa, em razão de não aprovação da prestação de contas dos recursos atinentes a convênio cujo objeto era conceber, organizar e realizar a primeira edição da Expo Brasil Desenvolvimento Local 2002,
Recorrentes: Paulo Henrique Lima; Rede de Informações Para o Terceiro Setor - Rits
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: Paulo Haus Martins (69.406/OAB-RJ) e outros, representando Paulo Henrique Lima e Rede de Informações Para o Terceiro Setor - Rits

025.483/2013-7
Embargos de declaração opostos contra acórdão que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria do interessado, tendo em vista a averbação, para fins de inativação, de tempo de serviço prestado no exercício da advocacia e como membro/conselheiro da OAB, sem comprovação do recolhimento das respectivas contribuições previdenciárias.
Embargante: Luiz Francisco Guedes de Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Representação legal: Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359), Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406), Jéssica de Oliveira Amaral (OAB/DF 48.386) e outros, representando Luiz Francisco Guedes de Amorim

030.728/2010-0
Ato de concessão de aposentadoria em favor de ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Interessada: Delma Pimentel da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: Durval Costa (OAB/RJ 164.730)

046.363/2012-2
Embargos de declaração opostos contra acórdão que julgou irregulares as contas dos embargantes em tomada de contas especia que versou sobre possíveis irregularidades em aquisição e fornecimento de combustíveis com recursos federais.
Embargantes: Antonio Carlos Chaves da Rocha; Auto Posto de Combustíveis 61 Ltda.; Edileusa Martins Teixeira Costa e Sebastião Pelizari Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins
Interessado: Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
Representação legal: Marcio Oliveira Junior (5314/OAB-TO) e outros, representando Auto Posto de Combustíveis 61 Ltda.; Claudismar Zupiroli (12250/OAB-DF) e outros, representando Antonio Carlos Chaves da Rocha, Edileusa Martins Teixeira Costa e Sebastião Pelizari Júnior

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

003.363/2017-1
Tomada de contas especial referente a prejuízo causado por empregado público em agência bancária.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsável: Tháfini Thomé
Representação legal: não há

005.727/2018-9
Representação acerca de possível irregularidade na dispensa, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do pagamento de diárias e do adicional de deslocamento a servidor em treinamento.
Representante: Juiz Federal Roberto Gil Leal Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Representação legal: não há

016.366/2015-8
Tomada de contas especial referente a impugnação de despesas com recursos de programas da área de educação.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bujaru/PA
Responsável: Emanoel Nazareno Souza Muniz
Representação legal: não há

022.359/2010-9
Concessão de aposentadoria a servidora do Instituto Nacional do Seguro Social.
Interessada: Irdes Pradella
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Caxias do Sul/RS
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

000.813/2018-4
Representação para apuração de supostas irregularidades cometidas pelos Correios em convênio firmado cujo objeto era a prestação de serviço de gerenciamento informatizado da manutenção de veículos automotivos daquela empresa.
Representante: JMK Serviços S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos/Diretoria Regional no Paraná
Representação legal: Luiz Fernando Pereira (OAB/PR 22.076) e outros representando a JMK Serviços S.A.; Rafael Ribeiro Bertoni (OAB/SP 259.898) e outros representando a ECT

003.449/2018-1
Ato de admissão na ECT em que consta a prorrogação da validade de concurso público por tempo indeterminado estabelecido judicialmente.
Interessados: Cleusa Kiyomi Akutsu, Daniel de Almeida, Devair Crimber, Douglas Antônio Ferla Salvador, Edson Donizeti da Silva, Eduardo Ibanez Júnior, Eliel de Oliveira Martins, Emerson Pereira Balbino do Nascimento, Fernando Vieira de Camargo Neto e Fernando de Oliveira Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/SP
Representação legal: não há

003.455/2018-1
Atos de admissão decorrentes de concurso com prazo de validade prorrogado por decisão judicial proferida em ação civil pública.
Interessados: Naiara Cristina da Silva Gomes Alexandre, Natália Muniz de Moura, Otávio Bertolucci, Paulo Roberto Antônio da Silva, Pedra Teles Martins Risonho, Priscila Fabiana Lacerda, Raquel de Almeida, Regina Aparecida Bastos Souza, Regina Lea Virgílio de Souza e Rodrigo Fabiano Camargo Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/SP
Representação legal: não há

011.913/2009-0
Recursos de Reconsideração contra acórdão que julgou as contas irregulares com débito e multa.
Recorrentes: Ágora /Associação para Projetos de Combate à Fome; Mauro Farias Dutra; Gilson Matos Moreira e José Roberto Escórcio
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Representação legal: Gabriela de Cerqueira Lima Gastal Dutra (OAB/DF 17411) e outros, representando Ágora - Associação para Projetos de Combate à Fome, Gilson Matos Moreira, Mauro Farias Dutra e José Roberto Escórcio

012.134/2016-3
Recurso de reconsideração interposto diante de tomada de contas especial instaurada em decorrência da omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos por meio do Programa de Proteção Social e do Programa de Proteção Social Especial.
Recorrente: José Antônio Fausto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Curuá/PA
Representação legal: não há

014.408/1993-7
Pensão civil instituída no âmbito do Senado Federal.
Interessada: Wanderly Rosa Vinhal
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

015.037/2015-0
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares contas especiais, com condenação em débito e multa em razão de irregularidades na prestação de contas de convênio firmado com o Ministério do Turismo.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Recorrente: Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux
Representação legal: não há

015.519/2018-0
Ato de concessão de aposentadoria de ex-servidora da Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso em análise.
Interessada: Maria das Graças Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

015.531/2018-0
Atos de concessão de aposentadoria a ex-servidores do Departamento de Polícia Federal em análise.
Interessados: Adari Rodrigues, Ana Cláudia Barros Mendes e Eduardo Alencar de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

018.162/2015-0
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou contas especiais irregulares, com condenação a pagamento de débito e multa.
Recorrente: Francisco Andrade Carreiro
Órgão/Entidade/Unidade: município de São Bentinho/PB
Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663)

018.575/2014-5
Tomada de contas especial instaurada pelo Dnocs em razão da impugnação parcial de despesas de convênio celebrado com o Distrito de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo/MA.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Responsáveis: Distrito de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo, José Nilson Cunha da Silva, José Vando da Silva Santos e Vilmar Klein Ferreira
Representação legal: não há

020.532/2009-2
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração interposto contra julgamento pela irregularidade de tomada de contas especial oriunda da "Operação Sanguessuga", com imputação de débito e aplicação de multa em razão de irregularidades na execução de convênio celebrado pelo município de Paracambi/RJ para aquisição de três Unidades Móveis de Saúde.
Embargante: André Luiz Ceciliano
Responsáveis: André Luiz Ceciliano, Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. e Cléia Maria Trevisan Vedoin
Órgãos/Entidades/Unidades: município de Paracambi/RJ e Ministério da Saúde
Representação legal: Mauro Porto (OAB/DF 12.878) e outros representando André Luiz Ceciliano; Ivo Marcelo Spínola da Rosa (OAB/MT 13.731) representando a Planan e Cléia Maria Trevisan Vedoin

020.699/2014-0
Recurso de reconsideração contra deliberação por meio da qual o Tribunal julgou irregulares contas especiais, com imputação de débito solidário e aplicação de multas.
Recorrente: José Antônio Sobrinho
Órgãos/Entidades/Unidades: município de Salitre/CE e Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Cícero Belo Pereira (OAB/CE 29.255) representando o recorrente; Marcos Ronny Moura Saldanha (OAB/CE 9.837) representando Agenor Manoel Ribeiro

022.545/2013-1
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas relativas à prestação de contas da Superintendência Regional do Incra na Paraíba, exercício de 2012, e aplicou multa aos responsáveis.
Recorrente: Maria de Fátima Leite Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Superintendência Regional no Estado da Paraíba
Representação legal: Aldaris Dawsley e Silva Júnior (OAB/PB 10.581) e outros representando Lenildo Dias Morais

023.377/2017-8
Prestação de Contas Ordinária do Instituto Nacional de Educação de Surdos relativa ao exercício financeiro de 2016.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos
Responsáveis: Amanda do Prado Ribeiro, Flávia Lopes Pena, Gabriela Rizo, Gilsilene Gonçalves de Moraes, Jaqueline Nunes da Fonseca Cosendey, Marcelo Ferreira de Vasconcelos Cavalcanti, Mário José Missagia Júnior, Marta Isabel Barros Silveira Duarte, Protásio Ferreira e Castro e Tanya Amara Felipe de Souza
Representação legal: não há

025.335/2014-6
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas de convênio celebrado no âmbito do Programa Caminho da Escola para aquisição de veículo destinado ao transporte diário de alunos da Educação Básic, com análise da resposta à citação.
Órgão/Entidade/Unidade: município de São João do Sóter/MA
Responsável: Ivan Santos Magalhães
Representação legal: não há

029.638/2016-0
Pedido de reexame interposto contra decisão que considerou ilegal ato de aposentadoria em decorrência da incorporação de quintos após 8/4/1998, data da edição da Lei 9.624/1998.
Recorrente: José Florentino Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

035.032/2017-0
Representação formulada, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c o inciso VII do art. 237 do Regimento Interno, a respeito de possível irregularidade no 51º Centro de Telemática do Exército Brasileiro, vinculado ao 6º Batalhão de Polícia do Exército (6º BPE), relacionado a pregão eletrônico cujo objeto é a eventual contratação do serviço de engenharia para conservação e manutenção (implantação, ampliação e manutenção) de infraestrutura para sistema de cabeamento estruturado para redes de lógica com fornecimento de materiais.
Representante: Luiz Conceição de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: 51º Centro de Telemática do Exército Brasileiro
Representação legal: Flávio Couto Bernardes (OAB/MG 63.291) e outros representando a Net Service S/A

035.621/2015-0
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas especiais do recorrente, com imputação de débito em decorrência da impugnação parcial de despesas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae realizadas pelo município de Juazeiro do Norte/CE durante o exercício de 2003.
Recorrente: Carlos Alberto da Cruz
Órgãos/Entidades/Unidades: município de Juazeiro do Norte/CE e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (OAB/CE 31.566) e outro representando Carlos Alberto da Cruz

037.374/2011-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos repassados ao município de Japeri/RJ, para contratação de serviços de dragagem e recomposição de taludes na localidade.
Órgão/Entidade/Unidade: município de Japeri/RJ
Responsáveis: Augusto Francisco Seiça, Carlos Moraes Costa e Enplan - Tec Construções e Transportes Ltda.
Representação legal: Cláudio Queiroz Lucas (OAB/RJ 65.088) representando Augusto Francisco Seiça;
Marcelo Basbus Mourão (OAB/RJ 91.627) representando Carlos Moraes Costa

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

010.434/2017-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS em razão da impugnação de despesas realizadas com recursos repassados ao Município de Araçoiaba/PE pelos Programas Proteção Social Básica e Especial - PSB e PSE no exercício de 2011.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Araçoiaba/PE
Responsáveis: Severino Alexandre Sobrinho e Carlos Jogli Albuquerque Tavares Uchoa
Representação legal: não há

025.238/2016-7
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em razão da impugnação parcial das despesas referentes à execução de Convênio celebrado com o Município de Autazes/AM, tendo por objeto a construção de um muro de contenção.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Autazes/AM
Responsável: Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio
Representação legal: não há

025.239/2016-3
Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados a município, na modalidade fundo a fundo, à conta dos Programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial - PSE, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Japurá/AM
Responsáveis: Raimundo Matias Barbosa, Maria Rosineide Mourão Solarte; e Raimundo Guedes dos Santos
Representação legal: Aniello Miranda Aufiero, OAB/AM 1.579; Aldenize Magalhães Aufiero, OAB/AM 1.874; Danielle Aufiero Monteiro de Paula, OAB/AM 6.945; Mário Vítor Magalhães Aufiero, OAB/AM 8.787; Adriana Gomes de Oliveira, OAB/AM 12.202; Diego das Neves Loureiro, OAB/AM 11.271

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.058/2016-5
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) diante da não consecução do Contrato de Repasse nº 212.110-03/2006 celebrado entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério do Esporte, e o município de Tabira - PE, sob o valor total de R$ 114.138,20, para a "Construção de duas quadras poliesportivas nos distritos de Brejinho e Borborema no município de Tabira-PE".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tabira/PE
Responsáveis: José Edson Cristóvão de Carvalho e Sebastião Dias Filho
Representação legal: não há

005.047/2016-1
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor da Sra. Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos, ex-prefeita de Sertânia - PE (gestão: 2009-2012), e do Sr. Gustavo Maciel Lins de Albuquerque, ex-prefeito sucessor (gestão: 2013-2016), diante da execução parcial do objeto pactuado no Contrato de Repasse 303.686 93/2009 (Siconv n.º 713847) destinado à execução do programa Turismo Social no Brasil, compreendendo a reforma da Praça João Pereira Vale.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sertânia/PE
Responsáveis: Gustavo Maciel Lins de Albuquerque e Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos
Representação legal: Marcelo Cavalcante Patu (OAB/PE 41.323) e outros, representando Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos

005.051/2018-5
Embargos de declaração opostos por Joseilton Gonçalves dos Santos em face do Acórdão 4.351/2018 proferido pela 2ª Câmara do TCU, diante de irregularidades no Pregão Eletrônico nº 14/2017 conduzido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a contratação de serviço telefônico fixo comutado destinado a coletar e a distribuir as chamadas telefônicas originadas em todo o território nacional para as centrais de atendimento telefônico 135 do INSS e as ligações originadas dessas centrais 135 com o destino a todo o território nacional.
Embargante: Joseilton Goncalves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

009.964/2015-0
Tomada de Contas Especial decorrente de conversão, nos termos do Acórdão 1868/2015-Segunda Câmara, do processo de Representação TC 010.768/2011-4, a este apensado, em desfavor do Sr. Lourivaldo da Cruz Teixeira, ex-prefeito de Pindaí - BA (gestão: 2009-2012), da Prefeitura Municipal de Pindaí - BA, e das empresas Cardoso & Lacerda Ltda. e Construtora Birajara Ltda., diante das irregularidades verificadas nos Pregões Presenciais 001/2009 e 006/2009 e com a Carta Convite 003/2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pindaí/BA
Responsáveis: Cardoso & Lacerda Ltda.; Construtora Birajara Ltda. - Me; Lourivaldo da Cruz Teixeira e Município de Pindaí/BA
Representação legal: Frederico Matos de Oliveira (OAB/BA 20.450) e outros, representando Cardoso & Lacerda Ltda.; e Igor Andrade Costa (OAB/BA 20.920) e outros, representando Lourivaldo da Cruz Teixeira

034.924/2017-5
Representação, com pedido de cautelar suspensiva, sobre possíveis irregularidades nos editais dos Pregões Eletrônicos 358, 359, 360 e 361, de 2017, sob o tipo menor preço, conduzido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria em São Paulo - Sesi/SP com vistas à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de nutrição e de alimentação aos alunos regularmente matriculados nas unidades escolares do Sesi/SP com o processamento previsto para período de 20/12 a 22/12/2017.
Representante: Nutricol, Comércio de Produtos Alimentícios
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo
Representação legal: Fabiano Augusto Martins Silveira (OAB/DF 31.440), representando Priscilla de Held Mena Barreto Silveira e Adriana Bitencourt dos Anjos (OAB/SP 366.665)

Em 12 de julho de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 2ª Câmara

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 27, DE 12 DE JULHO DE 2018

Altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Trabalho para o exercício de 2018.

O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR do TRABALHO e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Alterar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Trabalho, referente ao exercício de 2018, nos termos do art. 55 da Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Art. 2º Fica revogado o Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 2, de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. RENATO DE LACERDA PAIVA

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018

Artigo 55, §3º, da Lei 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO 2018). Em R$ 1,00

Até o mês	Pessoal e Encargos Sociais	Precatórios e RPV	Custeio - Outras Despesas Correntes e de Capital	Total Geral
ATÉ JULHO	9.669.300.645,50	1.311.148.449,00	1.819.993.773,50	12.144.868.643,50
ATÉ AGOSTO	11.015.791.190,69		2.079.992.884,00	13.095.784.074,69
ATÉ SETEMBRO	12.362.281.735,88		2.339.991.994,50	14.702.273.730,38
ATÉ OUTUBRO	13.708.772.281,07		2.599.991.105,00	16.308.763.386,07
ATÉ NOVEMBRO	15.399.463.790,73		2.859.990.215,50	18.259.454.006,23
ATÉ DEZEMBRO	17.250.354.280,98	1.311.148.449,00	3.119.989.326,00	21.681.492.055,98

(1) Este cronograma será alterado nos casos de aprovação de crédito adicional, limitação de empenho/movimentação financeira e novas descentralizações de dotações para precatórios (Administração Direta, Indireta e Requisições de Pequeno Valor).
(2) Excluídas Fontes Próprias

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 200, DE 3 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a isenção do pagamento de anuidades a bibliotecários portadores de doenças graves e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n° 4.084 de 30 de junho de 1962, pelo Decreto n°. 56.725, de 16 de agosto de 1965, bem como pelas disposições regimentais pertinentes, após deliberação do Plenário, conforme previsão do seu Regimento Interno.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 172 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

CONSIDERANDO a obediência ao princípio constitucional da reserva legal tributária, materializado pela norma do Art. 149 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO a norma do § 2° do artigo 6° da Lei Federal n° 12.514, de 12 de outubro de 2011, que determina a competência do Conselho Federal para estabelecer isenções ao pagamento de anuidades, taxas, emolumentos e multas atribuíveis aos Profissionais e Pessoas Jurídicas;

CONSIDERANDO o tratamento dispensado pelos órgãos governamentais aos portadores de doenças graves na Lei n° 7.713, de 22 de dezembro de 1988, Lei n° 11.052, de 29 de dezembro de 2004, Instrução Normativa (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB) para fins de isenção de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e toda a normatização federal existente sobre o tema, resolve:

Art. 1° Autorizar os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) a concederem isenção do pagamento de anuidades aos Bibliotecários portadores de uma ou mais doenças previstas na IN da RFB que estiver em vigor para fins de IRPF.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução as doenças são: AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida); Alienação Mental; Cardiopatia Grave; Cegueira (inclusive monocular); Contaminação por Radiação; Doença de Paget em estados avançados (Osteíte Deformante); Doença de Parkinson; Esclerose Múltipla; Espondiloartrose Anquilosante; Fibrose Cística (Mucoviscidose); Hanseníase; Nefropatia Grave; Hepatopatia Grave; Neoplasia Maligna; Paralisia Irreversível e Incapacitante; e Tuberculose Ativa.

Art. 2° Caberá ao Presidente do CRB, da jurisdição do beneficiado, a concessão da isenção.

Art. 3° A isenção de que trata a presente Resolução deverá ser requerida diretamente ao CRB onde o Profissional tenha registro, mediante os seguintes documentos:

I - requerimento próprio solicitado ao CRB de sua jurisdição, devidamente preenchido e assinado;

II - laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, devendo estar explicitado breve histórico da sua doença, obrigatoriamente com CID, data do diagnóstico e o prazo de validade do laudo pericial, no caso de doenças passíveis de controle.

§ 1° A isenção será válida enquanto durar a doença, devendo a comprovação ser feita à Diretoria do CRB anualmente pelo profissional até a efetiva cura.

§ 2° A isenção caberá apenas aos Bibliotecários acometidos por uma das doenças elencadas no parágrafo único do Art. 1°, não sendo aplicada às Pessoas Jurídicas, mesmo quando um dos sócios se enquadrar no referido artigo.

§ 3° O sócio referido no parágrafo anterior, quando Bibliotecário em situação regular, poderá solicitar a isenção da anuidade pessoal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4° No caso dos Bibliotecários acometidos por uma das doenças descritas no parágrafo único do Art. 1° possuir Registro Secundário, o requerimento a que alude o caput e Art. 3° deverá ser protocolizado também no CRB do Registro Secundário.

§ 5° Na hipótese de indeferimento do pedido caberá recurso ao Plenário do CRB no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 4° A apresentação de documentos de conteúdo inverídico ensejará ao Bibliotecário e ao emitente a apuração dos fatos por meio de regular Processo Administrativo, conforme o Código de Ética Profissional do Bibliotecário, sem prejuízo de outras providências legais e judiciais.

Art. 5° Os casos omissos serão deliberados pelo Plenário do CRB.

Art. 6° A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), revogando-se as disposições em contrário.

RAIMUNDO MARTINS DE LIMA

RESOLUÇÃO Nº 199, DE 3 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares.

O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962, o Decreto nº. 56.725 de 16 de agosto de 1965 e a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, bem como disposições regimentais pertinentes, após deliberação pelo Plenário conforme previsão do seu Regimento Interno, resolve:

Aprovar os parâmetros para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares, na forma disposta a seguir:

Art.1º Estabelecer como padrão os parâmetros para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares das redes públicas e privadas da educação básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

§1º Considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura, sendo considerado um dispositivo informacional obrigatório em todas as instituições de ensino públicas e privadas do Sistema de Ensino;

§ 2º As bibliotecas escolares devem:

a) dispor de espaço físico exclusivo e suficiente para acomodar o acervo, os ambientes para serviços e atividades dos usuários e os serviços técnico administrativos;

b) possuir materiais informacionais atualizados e diversificados, que atendam às necessidades dos usuários;

c) ter acervo organizado de acordo com as normas e padrões biblioteconômicos, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez;

d) disponibilizar acesso a informações digitais (Internet);

e) funcionar como espaço de aprendizagem;

f) serem administradas por bibliotecários qualificados, apoiados por equipes adequadas em quantidade e qualificação para atenderem à comunidade.

g) ter horário de atendimento adequado a toda a comunidade escolar, de forma a estar disponível a seus usuários também em horários de intervalo, a fim de proporcionar acesso à informação de forma irrestrita.

Art. 2º São adotados os seguintes parâmetros para as bibliotecas escolares, definidos conforme referências legais e pedagógicas e padrões básicos de qualidade e acessibilidade:

I - Espaço Físico

Área mínima de 50m², com mobiliário e equipamentos adequados para o atendimento satisfatório da comunidade escolar.

II - Acervo

a) Exigência de, no mínimo, um título por aluno matriculado, contemplando a diversidade de gêneros e estilos literários, com autores nacionais e estrangeiros.

b) Materiais informativos, impressos e não impressos, atualizados, tais como livros, periódicos, atlas, enciclopédias, almanaques e dicionários, que sirvam como subsídios para a pesquisa escolar.

c) Todos os itens do acervo da biblioteca devem ser devidamente catalogados e estar ao alcance do usuário, observando o seu adequado desenvolvimento, conforme sua realidade.

III - Serviços e atividades

Possibilitar consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa escolar.

IV - Pessoal

Presença obrigatória de um bibliotecário supervisor, responsável por um grupo de no máximo quatro bibliotecas.

V - Divulgação

Divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

§1º - Entende-se por acessibilidade a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, acesso à informação e comunicação, incluindo seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa em conformidade com a NBR 9050.

§2º Os critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, edificação, instalação e adaptação de bibliotecas escolares e seu entorno, devem ser submetidos às condições de acessibilidade.

§3º Para serem considerados acessíveis, todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos de bibliotecas escolares e seu entorno devem atender ao disposto na NBR 9050.

§ 4º Estes parâmetros poderão ser revistos pelo CFB.

Art. 3º Nas escolas nucleadas admitir-se-á a implantação de espaço destinado à leitura sob a orientação da Escola Polo.

Art. 4º Os Sistemas de Ensino da Educação Básica deverão desenvolver esforços para oferecer suporte financeiro/orçamentário para a universalização de bibliotecas escolares nas escolas públicas e privadas, de maneira a serem alcançados os parâmetros de qualidade estabelecidos nesta Resolução para estes dispositivos.

Art. 5º As escolas dos Sistemas de Ensino, terão até 31/12/2020, para se adequarem às exigências desta Resolução.

Art. 6º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução CFB 119/2011, publicada no D.O.U. em 18/07/2011.

RAIMUNDO MARTINS DE LIMA

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 4 DE JULHO DE 2018

Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia - 19ª Região para o Exercício de 2018

O Conselho Federal de Psicologia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 6º, alínea "p", da Lei nº 5766/71;

CONSIDERANDO o decidido na 19ª Reunião Plenária, do XVII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, ocorrida nos dias 29 e 30 de junho de 2018; resolve:

Art. 1º - Aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia - 19ª Região, para o exercício de 2018, conforme o que segue:

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 19ª REGIÃO

Receitas Correntes	R$ 1.476.685,75
Receitas de Capital	R$ 53.000,00
TOTAL DA RECEITA	R$ 1.529.685,75

Despesas Correntes	R$ 1.106.358,21
Despesas de Capitais	R$ 423.327,54
TOTAL DA DESPESA	R$ 1.529.685,75

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 116, DE 12 DE JUNHO DE 2018

PROCESSOS Nºs: 104/2017, 154/2016, 418/2016, 351/2016, 1215/2016, 1419/2016, 045/2017, 025/2016, 078/2016, 046/2016, 033/2016, 010/2016, 094/2017, 005/2016, 058/2016, 030/2016, 023/2018, 026/2018, 030/2018, 031/2018, 025/2018, 020/2018, 019/2018, 024/2018, 018/2018, E 021/2018.

Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais (FMP), (GFS), (CFC), (APFF), (FHA), (JNO), (JFL), (RRAB), (DSAF), (ACCB), (PFCCAG), (ERS), (RCN), (LFCG), (AJCM), (ESOJ), (RRR), (BVCM), (JSM), (MRP), (LSL), (ACS), (CMCC), (DGA), (CMG) E (MCS), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passam a fazer parte do presente. ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

MARISA BACELLAR
Secretária Especial dos Processos Éticos
e Administrativos Disciplinares

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

2ª CÂMARA

1ª TURMA

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos: RECURSO N. 49.0000.2017.005833-5/SCA-PTU. Recte: C.F.F.C. (Advs: Cyll Farney Fernandes Carelli OAB/SP 179432 e Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.005837-6/SCA-PTU. Recte: J.M.C.R. (Adv: José Maria Casquero Ruiz OAB/SP 109580). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.006633-8/SCA-PTU. Recte: I.A.C. (Adv: Ivan Afonso do Carmo OAB/RJ 79797). Recdos: Despacho de fls. 275 do Presidente da PTU/SCA e T.R.E.O. (Adv: Ademir Silva Peixoto OAB/RJ 112066). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. RECURSO N. 49.0000.2017.010414-8/SCA-PTU. Recte: A.R.M. (Adv: Alan Roberto Monteiro OAB/SP 193554). Recdos: Despacho de fls. 111 do Presidente da PTU/SCA e Celso Inácio Carneiro. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Brasília, 12 de julho de 2018.
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Presidente da Turma

2ª TURMA

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestações, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos: RECURSO N. 12.0000.2012.005612-2/SCA-STU. Recte: R.T.M. (Adv: Robson Thomas Moreira OAB/SP 223547). Recdos: Despacho de fls. 130 do Presidente da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.008635-0/SCA-STU. Recte: S.R.S. (Adv: Sandra Regina Schiavinato OAB/SP 95609). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.000483-2/SCA-STU. Recte: P.P.F.M. (Adv: Pryscila Porelli Figueiredo Martins OAB/SP 226619). Recda: Adriana Lopes da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.002542-0/SCA-STU. Recte: T.A.A.F. (Advs: Luiz Miguel Antônio OAB/SP 101567 e outro). Recdo: A.M. (Advs: Adilson Magosso OAB/SP 69473, Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.003861-0/SCA-STU. Recte: P.R.S. (Advs: Leonardo Bruno da Silva OAB/SP 311973 e Paulo Roberto da Silva OAB/SP 65596). Recdos: Despacho de fls. 906/910 do Presidente da STU/SCA e A.A.P. (Advs: Rachel Garcia OAB/SP 182615 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.005840-6/SCA-STU. Recte: L.A.P.C. (Advs: Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800, Luiz Antônio Pinto de Camargo OAB/SP 80135-D e outra). Recdo: P.B.D. (Advs: Gustavo Luis do Carmo Duarte OAB/SP 255742 e José Eugênio Munhoz Filho OAB/SP 244636). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.010472-1/SCA-STU. Recte: P.B.L. (Advs: Patrícia Bregalda Lima OAB/MG 65099 e Reinaldo Azoubel Filho OAB/MG 126099). Recdos: Despacho de fls. 394/396 do Presidente da SCA/STU e Elizaine Aparecida Bárbara. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. RECURSO N. 49.0000.2017.011836-4/SCA-STU. Rectes: C.L.B. e G.H.B. (Advs: Nélio Abreu Neto OAB/SC 25105 e Rafael Fausel OAB/SC 20384). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. RECURSO N. 49.0000.2017.012173-1/SCA-STU. Recte: S.M.F.N. (Adv: Silvestre Mendes Ferreira Negrão OAB/PR 30195). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO N. 49.0000.2018.000928-0/SCA-STU. Recte: J.S.F.C. (Advs: André Vasconcelos Roque OAB/RJ 130538, Angelo Gamba Prata de Carvalho OAB/DF 56144, Gustavo José Mendes Tepedino OAB/RJ 41245, Milena Donato Oliva OAB/RJ 137546, Sofia Orberg Temer OAB/RJ 204625 e outros). Recdos: Despacho de fls. 933/936 do Presidente da STU/SCA, D.B.A.A. e L.F.F.D. Repte. legal: L.F.F.D. (Advs: Antonio Alcides Pinheiro da Silva Freire OAB/RJ 21524, Cid Vianna Montebello OAB/RJ 17562 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. RECURSO N. 49.0000.2018.0001260-0/SCA-STU. Recte: U.A. (Adv: Ubiratan de Andrade OAB/SC 11406). Recdos: Despacho de fls. 151 do Presidente da STU/SCA e C.S.Z. (Adv: Rudimar Luiz da Costa OAB/SC 12045). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina.

Brasília, 12 de julho de 2018.
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

3ª TURMA

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos: RECURSO N. 49.0000.2016.011930-2/SCA-TTU. Recte: A.A. (Adv: Alexandre Azzem OAB/SP 125612). Recdo: B.B.B.S/A. (Novo B.S.S/A.). Reptes. legais: A.F.L.D. e R.M.S. (Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues OAB/SP 128341 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.010461-8/SCA-TTU. Recte: P.C.S.A. (Adv: Paulo César dos Santos de Almeida OAB/SP 132443). Recdos: Despacho de fls. 978 do Presidente da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2017.010933-2/SCA-TTU. Recte: H.S.S. (Adv: Hamilton dos Santos Sirqueira OAB/MG 1360A). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. RECURSO N. 49.0000.2017.012089-0/SCA-TTU. Recte: P.C.L.J. (Adv: Pedro Carneiro Lobo Junior OAB/PR 39186). Recdos: Despacho de fls. 16 do Presidente da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO N. 49.0000.2017.012114-0/SCA-TTU. Recte: P.T.B.C. (Defensor dativo: Alessandro Pereira de Azevedo OAB/SP 224643). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Brasília, 12 de julho de 2018.
RENATO DA COSTA FIGUEIRA
Presidente da Turma
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018071300180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.